

MARCO ANTÔNIO DE SOUZA

**AS ESTRATÉGIAS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO EM BELO
HORIZONTE, 1930-1990: EDUCAÇÃO E CARIDADE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Marta Teixeira Lopes, como requisito para obtenção do grau de doutor.

FaE – UFMG

Banca

Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga

Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia

Prof. Dra. Eliane Marta Teixeira Lopes-orientadora

Belo Horizonte

2001

AGRADECIMENTOS

A Eliane Marta Teixeira Lopes, pelas orientações atentas que propiciaram a elaboração deste trabalho.

A Thaís Nívia de Lima e Fonseca, pelo constante apoio e incentivo.

Aos colegas do Unicentro Newton Paiva que contribuíram com sugestões ao longo dessa jornada.

A Prefeitura de Belo Horizonte que concedeu a licença indispensável.

A Adriana Cláudia Cupertino Teixeira, responsável pela pesquisa nos arquivos.

Ao professor Alberto Ramos Perotti, pela colaboração no planejamento da tabulação dos dados.

Ao Leonardo Santos Moraes, pela dedicada organização e tabulação dos dados.

A Marluce Monteiro Horta, pela cuidadosa revisão.

Aos meus filhos, Filipe, Érika e Juliana, pelo carinho e compreensão.

Tese de Doutorado

“As Estratégias da Pedagogia do Assistencialismo em Belo Horizonte, 1930 – 1990: Educação e Caridade” (Marco Antônio de Souza)

FaE – UFMG

Banca

Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga

Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia

Prof. Dra. Eliane Marta Teixeira Lopes-orientadora

Resumo

Este trabalho analisa as práticas da pedagogia do assistencialismo em três instituições de caridade que atenderam à família e à infância pobre na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no período de 1930 a 1990. Os marcos temporais referem-se à edição de duas leis: o primeiro, quando se adotava a legislação para regular a Assistência e Proteção a Menores (Decreto n. 17.943, 12/10/1927), o segundo, quando se implantou a nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n. 8069, 13/06/1990), alterando profundamente a legislação anterior.

Foram investigados, a Cidade Ozanam, obra assistencial da Sociedade de São Vicente de Paulo, o Lar dos Meninos Dom Orione, organizado pela Congregação dos Orionitas, ambos de orientação católica, e o Abrigo Jesus, de orientação espírita kardecista. Atenção especial foi dispensada às diferentes orientações religiosas e ideários assistenciais, disseminados nas práticas dessas instituições que se organizaram procurando isolar e educar os pobres, afastando-os da ociosidade e promiscuidade considerados ameaçadores à ordem social. A partir de diferentes concepções educativas e suas práticas, essas instituições revelaram trabalho missionário de catequese para educar os pobres, moralizando-os e disciplinando-os para transformá-los em trabalhadores e cidadãos.

A pesquisa documental revelou o seguinte material: jornais, revistas, atas, relatórios oficiais e das instituições, fichas de internamento dos abrigados e fotografias. Algumas entrevistas com lideranças filantrópicas e assistenciais propiciaram maior esclarecimento sobre as práticas da pedagogia assistencial. A análise se orientou por marcos teórico-metodológicos presentes nos seguintes autores: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Giovanna Procacci, Bronislaw Geremek, Catherine Rollet-Echalier, André Petitat, Roger Chartier, Gertrude Himmelfarb, Marion Aubrée e François Laplatine, Marcos Cezar Freitas, Maria Luiza Marcilo, Moisés Kuhlmann Jr., Cynthia Greive Veiga e Luciano Mendes de Faria Filho.

Abstract

This thesis analyses the pedagogic practices of three different welfare institutions that took care of poor families and children in the city of Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais, Brazil, from 1930 to 1990, period in which the laws to protect and assist them, such as *Assistência e Proteção a Menores* (*Decreto n. 17.943, 12.10.1927*) and *Estatuto da Criança e do Adolescente* (*lei n. 8069, 13.06.1990*), were issued.

Cidade Ozanam, Lar dos meninos Dom Orione, (catholic institutions) and *Abrigo Jesus* (a spiritist doctrine follower) have been chosen due to their different religious and idealistic conceptual practices in spite of having in common a missionary and catchetical work wich tries to isolate and educate the poor, so that they can be kept away from loafing and promiscuity.

The documental research was done on newspapers, magazines, meeting proceedings, official reports, records from the sheltered and photographs. Interviews with philanthropic leaders helped to make their practices clearer. The following authors are used for theoretical support: Michel Foucault, Giovanna Procacci, Bronislaw Geremek, Pierre Bourdieu, Catherine Rollet-Echalier, André Petitat, Roger Chartier, Gertrude Himmelfarb, Marion Aubrée e François Laplatine, Marcos Cezar Freitas, Maria Luiza Marcílo, Moisés Kuhlmann Jr., Cynthia Greive Veiga and Luciano Mendes de Faria Filho.

DEFESA DE TESE - DOUTORADO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO –UFMG

22.10.2001

AS ESTRATÉGIAS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO EM BELO HORIZONTE, 1930 – 1990: CARIDADE E EDUCAÇÃO (Marco Antônio de Souza)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO HISTÓRICA AO ASSISTENCIALISMO.....	01
1. OS IDEÁRIOS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO: OS ASSISTENTES A CARIDADE E A EDUCAÇÃO.....	50
1.1 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL VICENTINO: A SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO E SEUS INSPIRADORES.....	53
1.2 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL ORIONITA: DOM ORIONE, A EDUCAÇÃO E OS POBRES.....	91
1.3 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL ESPÍRITA KARDECISTA E A EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO, DA FRANÇA AO BRASIL.....	107
2. OS POBRES E A CIDADE: O SURGIMENTO DE INSTITUIÇÕES, A CARIDADE E E A NORMALIZAÇÃO DA POBREZA EM BELO HORIZONTE.....	135
2.1 A CIDADE OZANAM: UMA CIDADE PARA OS POBRES.....	137
2.2 O ABRIGO JESUS: VITÓRIA DE UMA IDÉIA.....	147
2.3 O LAR DOS MENINOS: DA PREFEITURA AOS ORIONITAS.....	171
2.4 AS IMAGENS DA POBREZA NA FORMAÇÃO DA CIDADE, 1900-1930, UMA INVENÇÃO DAS ELITES BELORIZONTINAS.....	184
2.5 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E A CIDADANIA NA EXPANSÃO DA CIDADE: O COMBATE À FALTA DE COMPOSTURA, AO ÓCIO E À IGNORÂNCIA	202
2.6 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A POBREZA: AS NOVAS ESTRATÉGIAS DO ASSISTENCIALISMO DEPOIS DE 1930.....	213
2.7 O “PROBLEMA DO MENOR”, AS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS E A LEGISLAÇÃO.....	234

3. ROTINAS E RITUAIS DA CARIDADE: AS PRÁTICAS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO.....	258
3.1 AS PRÁTICAS ORIONITAS : O LAR DOS MENINOS DOM ORIONE.....	260
3.2 AS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS DOS ESPÍRITAS KARDECISTAS: A EXPERIÊNCIA DO ABRIGO JESUS.....	280
3.3 AS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS VICENTINAS: A CIDADE OZANAM.....	346
CONCLUSÃO.....	386
FONTES.....	409
ANEXO - 1: QUADROS E GRÁFICOS	
ANEXO - 2: FOTOGRAFIAS	

RESUMO

Este trabalho analisa as práticas da pedagogia do assistencialismo em três instituições de caridade que atenderam à família e à infância pobre na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no período de 1930 a 1990. Os marcos temporais referem-se à edição de duas leis: o primeiro, quando se adotava a legislação para regular a Assistência e Proteção a Menores (Decreto n. 17.943, 12/10/1927), o segundo, quando se implantou a nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n. 8069, 13/06/1990), alterando profundamente a legislação anterior.

Foram investigados, a Cidade Ozanam, obra assistencial da Sociedade de São Vicente de Paulo, o Lar dos Meninos Dom Orione, organizado pela Congregação dos Orionitas, ambos de orientação católica, e o Abrigo Jesus, de orientação espírita kardecista. Atenção especial foi dispensada às diferentes orientações religiosas e ideários assistenciais, disseminados nas práticas dessas instituições que se organizaram procurando isolar e educar os pobres, afastando-os da ociosidade e promiscuidade considerados ameaçadores à ordem social. A partir de diferentes concepções educativas e suas práticas, essas instituições revelaram trabalho missionário de catequese para educar os pobres, moralizando-os e disciplinando-os para transformá-los em trabalhadores e cidadãos.

A pesquisa documental revelou o seguinte material: jornais, revistas, atas, relatórios oficiais e das instituições, fichas de internamento dos abrigados e fotografias. Algumas entrevistas com lideranças filantrópicas e assistenciais propiciaram maior esclarecimento sobre as práticas da pedagogia assistencial. A análise se orientou por marcos teórico-

metodológicos presentes nos seguintes autores: Michel Foucault, Giovanna Procacci, Bronislaw Geremek, Pierre Bourdieu, Catherine Rollet-Echalier, André Petitat, Roger Chartier, Gertrude Himmelfarb, Marion Aubrée e François Laplatine, Marcos Cezar Freitas, Maria Luiza Marcílio, Moisés Kuhlmann Jr., Cynthia Greive Veiga e Luciano Mendes de Faria Filho.

ABSTRACT

This thesis analyses the pedagogic practices of three different welfare institutions that took care of poor families and children in the city of Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais, Brazil, from 1930 to 1990, period in which the laws to protect and assist them, such as *Assistência e Proteção a Menores* (Decreto n. 17.943, 12.10.1927) and *Estatuto da Criança e do Adolescente* (lei n. 8069, 13.06.1990), were issued.

Cidade Ozanam, *Lar dos meninos Dom Orione*, (catholic institutions) and *Abrigo Jesus* (a spiritist doctrine follower) have been chosen due to their different religious and idealistic conceptual practices in spite of having in common a missionary and catchetical work which tries to isolate and educate the poor, so that they can be kept away from loafing and promiscuity.

The documental research was done on newspapers, magazines, meeting proceedings, official reports, records from the sheltered and photographs. Interviews with philanthropic leaders helped to make their practices clearer. The following authors are used for theoretical support: Michel Foucault, Giovanna Procacci, Bronislaw Geremek, Pierre Bourdieu, Catherine Rollet-Echalier, André Petitat, Roger Chartier, Gertrude Himmelfarb, Marion Aubrée e François Laplatine, Marcos Cezar Freitas, Maria Luiza Marcílio, Moisés Kuhlmann Jr., Cynthia Greive Veiga and Luciano Mendes de Faria Filho.

INTRODUÇÃO HISTÓRICA AO ASSISTENCIALISMO

“A esperança é uma invenção do ser humano (...) é um projeto do ser humano e é também a viabilização do projeto. Por isso é que os ditadores, tanto quanto podem, aniquilam a esperança das massas. Ora sob o susto, o medo, o pavor. Ora sob o assistencialismo (...) que transforma a assistência em estratégia.”

Paulo Freire

Entrevista com Moacir Gadotti.

Nova Escola, nov. 1993: 8-13.

Desde que a história-problema, nascida dos *Annales*, colocou à frente do historiador a ampliação da noção de objeto, uma enorme demanda por novos métodos de interpretação tem sido provocada. Esse foi justamente o primeiro ponto que se levou em conta para a produção desta pesquisa: novos objetos suscitam novas abordagens.¹

Com o surgimento da sociedade urbano-industrial, na Europa, no século XIX e no Brasil, a partir do início do século XX, ficou difícil não reconhecer o problema social e operário. As elites políticas, religiosas e, especialmente, os filantropos de um modo geral, incrementaram o que desde meados do século XIX era entendido como uma rede de assistência à pobreza, compreendendo uma economia da caridade, cujos desdobramentos na trajetória do assistencialismo em seu processo histórico, implicaram no surgimento de novas estratégias, principalmente nas grandes cidades brasileiras a partir dos anos 30, enfatizando uma intensa ação pedagógica.

¹ Veja-se por exemplo as obras que vêm salientando essas propostas de abordagem, entre as quais encontram-se FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pesquisa em História da Educação, Perspectivas de Análise-Objetos e Fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999; NUNES, Clarice e CARVALHO, Maria M. Chagas de. *Historiografia da Educação e Fontes*. Caxambu-MG: ANPED-15^a Reunião Anual, setembro de 1992; WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da História para a Educação. Brasília: INEP-MEC, Ano IX, n. 47, julho/set. de 1990, p. 03-11. Em obra recente, a produção historiográfica demonstrou como vêm sendo

A presente pesquisa tem por objeto, abordar as práticas assistenciais enquanto uma forma de educação voltada para grupos sociais identificados com a pobreza, considerados historicamente, ditados pela economia política no século XIX, como ameaça à ordem. As estratégias dessas práticas, denominadas pedagogia do assistencialismo², são, por conseguinte, o ponto crucial deste estudo.

Sendo assim, foram analisadas as práticas da pedagogia do assistencialismo em três instituições de caridade que atenderam à infância e às famílias pobres na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, no período de 1930 a 1990. Estes marcos temporais referem-se aos momentos em que o país adotava nova legislação, para regular a situação dos menores, grandes alvos do assistencialismo. Desse modo, o período histórico entre o Código de Assistência e Proteção a Menores (Decreto n. 17.943, 12/10/1927), que consolidou várias leis da época, e o Estatuto do Menor e do Adolescente (lei n. 8.069, 13/06/1990) que alterou radicalmente essa legislação constituem, cronologicamente, os marcos desse intervalo de tempo.

A proximidade temporal deste estudo com o presente não prejudica a análise, visto que o assistencialismo se encontra, no caso em questão, nos tempos de média duração (tempo conjuntural), com raízes na longa duração (tempo estrutural).³ Essas balizas temporais que se aproximam muito do presente, devem permitir que se explique, o leito histórico por onde correm as águas da economia política mescladas aos velhos mananciais da economia moral, donde emergem o assistencialismo e suas estratégias atuais, para que

incorporadas essas abordagens: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

² Esta expressão foi cunhada para melhor definir o sentido das práticas assistenciais que procuram formar moralmente o indivíduo e não apenas alimentá-lo ou confortá-lo. O que nomeamos de pedagogia do assistencialismo corresponde ao conjunto de procedimentos práticos e seus respectivos fundamentos político-ideológicos que estão presentes na atuação das instituições de caridade e na assistência social em geral, com o objetivo de educar e disciplinar, para mudar o comportamento dos assistidos. Esses procedimentos práticos, são ritualizados na rotina das instituições, principalmente naquelas que procuram isolar os assistidos.

se possa voltar a atenção à explicação dos elementos que fazem parte da essência das práticas das instituições assistenciais.

Em meio a uma centena, ou mais, de instituições semelhantes, optou-se pela análise de três de assistências significativas, que atuaram e ainda atuam em Belo Horizonte: uma obra da Sociedade de São Vicente de Paulo, a Cidade Ozanam, o Lar dos Meninos Dom Orione, ambos de orientação católica e o Abrigo Jesus, de orientação espírita kardecista. O que orientou a escolha foi o fato de essas instituições receberem da sociedade belorizontina maior credibilidade por sua solidez e estabilidade nos últimos 40 anos.

A Cidade Ozanam tinha por objetivo abrigar as famílias pobres, geralmente aquelas encabeçadas por viúvas ou pais doentes, e as outras duas, O Abrigo Jesus e o Lar dos Meninos Dom Orione, ambas asilares, abrigavam, respectivamente, meninas e meninos. O que aproximava todas essas instituições, além do fato de pertencerem ao mundo das práticas do assistencialismo e possuírem uma pedagogia própria da caridade, era sua disposição de atenderem a um objetivo crucial de educar os pobres dentro de valores religiosos, tornando-os disciplinados, dóceis, ordeiros, cumpridores dos deveres de bons pais de família, de boas esposas e mães, atendendo às exigências de uma concepção de cidadania própria das sociedades urbano-industriais, do século XX, cuja base social era constituída pelo trabalhador modelar.

A pesquisa documental revelou material composto de jornais, atas, relatórios do poder público e das instituições, leis, estatutos, revistas, regulamentos, fichas de identificação dos abrigados, fotografias, e algumas entrevistas com lideranças filantrópicas e assistenciais. A análise desse material demonstrou a preocupação central da pedagogia do assistencialismo: educar os pobres para transformá-los em trabalhadores e cidadãos. A

³ Ver sobre esta questão que envolve o trabalho com as fontes, FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru,

partir de diferentes concepções educativas e suas práticas, essas instituições revelaram sua missão de normalizar a pobreza por meio de um projeto civilizador onde os pobres foram disciplinados com práticas em que rotinas e rituais disciplinares procuravam moralizá-los.

Para a análise proposta, foram abertos diálogos com diferentes estudos, salientando-se os de Michel Foucault, Giovanna Procacci, Bronislaw Geremek, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, André Petitat, Roger Chartier, Philippe Ariès, Gertrude Himmelfarb, Marion Aubrée, François Laplatine, Catherine Rollet-Echalier, os quais formularam idéias-chave, norteadoras das interpretações acerca das estratégias históricas do assistencialismo. No Brasil, o diálogo ocorreu com os estudos de Maria Luiza Marcílio, Marcos Cezar Freitas, Moysés Kuhlmann Jr, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive Veiga⁴ Esses foram os marcos teóricos e historiográficos que, com seus subsídios, propiciaram o entrelaçamento de várias idéias cuja organização permitiu uma abordagem essencialmente voltada para os aspectos políticos e culturais do assistencialismo.

Para que isso fosse possível, os ideários religiosos, míticos e sociais que perpassavam essas práticas também foram investigados, exigindo, além dos autores anteriormente assinalados, outros, sem os quais a reflexão sobre esses pensamentos ficaria

SP: EDUSC, 1999.

⁴ Estas são as principais obras destes autores que foram consultadas, FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984; BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1989. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*, artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1994; AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Édition Jean-Clude Lattès, 1990; CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Argentina: Manantial, 1996; ROLLET-ECHALIER, Catherine. *La Politique A L' E'gard de La Petite Enfance Sous La IIIe République*. Paris: Institut National d'Étude Démographiques-PUF, 1990; PETITAT, André. *Produção da Escola, Produção da Sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994; ARIÈS, Philippe. Educação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, v. 36, *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. LTC, 1981; HIMMELFARB, Gertrude. *La Idea de la Pobreza, Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la Misère*. Paris: Seuil, 1993; GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caím, vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; *A Piedade e a Força, História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995. MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998; FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1997; KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e Educação Infantil, uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998;

empobrecida. Assim, estudiosos tais como, Mircea Eliade, Émile Durkheim, Michel Vovelle, Bronislaw Baczko, entre outros, foram elementais.⁵

A atenção às diferentes orientações religiosas, disseminadas nas práticas assistenciais organizadas para atender a famílias, crianças e jovens pobres, permitiu identificação das concepções de pobreza existentes nessas orientações, assim como as estratégias da pedagogia do assistencialismo que vicentinos, orionitas e espíritas kardecistas empreenderam. Desvendar esse trabalho catequético e missionário, que procurou isolar e educar esses grupos considerados ociosos e ameaçadores à ordem social, foi o grande desafio encarado nas análises realizadas ao longo deste estudo.

No entanto, para que fosse possível chegar a essa conclusão, foi preciso ultrapassar algumas etapas da investigação, que proporcionaram a análise de um conjunto de relações entre assistentes e assistidos, cujas práticas se alicerçavam em motivos econômicos, sociais e políticos, enfeixados culturalmente por essas mesmas relações. Os indivíduos assistidos e os grupos de assistentes que abarcavam todo o processo de construção das práticas pedagógico-assistenciais foram, desse modo, sujeitos de sua própria história.

Portanto, a questão da educação adquire importância essencial. Estratégias da pedagogia do assistencialismo e as reações dos assistidos, por exemplo, vão apresentar-se nos embates da prática assistencial. As práticas da pedagogia do assistencialismo revelaram constante tensão entre assistentes e assistidos. Quando foram estudados os relatórios e atas de reuniões das instituições assistenciais, e outras fontes, inclusive

⁵ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s.d.; *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991. BACZKO, Bronislaw. *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot, 1984. Além dessas obras, existem trabalhos importantes sobre a situação do assistencialismo no Brasil, como por exemplo, MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998; FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez-USF, 1997; KUHLMANN JR., Moysés. *Infância, e Educação Infantil, uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

iconográficas, foi interessante perceber a construção de práticas rotineiras para os assistidos, cuja ritualização, de cunho catequético e moral, envolviam seus participantes em atividades coletivas, orientadas pelos assistentes.

Essas atividades iam, desde missas regulares e festas, a instruções para o trabalho. As preleções morais em pequenos sermões, reforçavam as práticas da pedagogia do assistencialismo. O que revelaram essas práticas? Qual o conteúdo dos discursos e das imagens construídas por uma profusão de símbolos que rodeavam os ambientes dessas reuniões? Este estudo procurou demonstrar que concepções de pobreza e de assistência estavam perpassando essas práticas, onde o lugar dos indivíduos e das coisas que os cercavam estavam postos como caminhos que deviam ser seguidos, dando idéia de condução para uma vida melhor. As práticas indicavam também a necessidade de uma relação hierarquizada, uma ordem que deve ser mantida ou restaurada, num constante processo de normalização.

Assim, a importância do poder foi avaliada em todos os pontos da análise e, não perdê-la de vista, propiciou uma reflexão sobre o significado das práticas culturais ou representações, deixando de ser apenas jogo de palavras e idéias intercambiáveis pelos grupos sociais, adquirindo conotação especial, passando a ser entendidas como práticas que revelam hierarquias e enfrentamentos.⁶

Indispensáveis para aqueles que precisam pensar no problema da construção do poder, os estudos de Michel Foucault,⁷ acompanharam a necessidade de refletir sobre a complexidade do seu exercício cotidiano, fornecendo uma possibilidade de abordar as

VEIGA, Cynthia Greive, FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

⁶ NUNES, Clarice e CARVALHO, Maria M. Chagas de, op. cit., 1992: 26, assinalam que inspirado por Certeau, Chartier incorpora o modelo polemológico, indispensável, para que se possa revelar as “relações de força” implícitas nas relações entre os indivíduos na produção cultural.

⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

relações entre assistentes e assistidos. Em momento algum, foi esquecido que, em sentido mais amplo, a finalidade estratégica do poder é educar.⁸

Assim, os avanços proporcionados pelas novas abordagens da produção historiográfica, principalmente dos estudos realizados na França, a partir dos anos setenta, foram, como deve ser qualquer outra proposta, analisados a partir da investigação empírica. Essa farta produção encontra-se num momento de desdobramentos e aprofundamentos de métodos que procuram aproximar-se de novos campos de estudo, cuja finalidade é enriquecer as análises relativas aos fenômenos culturais.⁹ Clarice Nunes e Maria M. Chagas de Carvalho, ao parafrasearem o próprio Chartier, afirmam:

“(...) inscrever esta história dos objetos e esta história das práticas numa maneira mais geral de compreender as formações sociais, as estruturas psíquicas, as armaduras conceituais compreendendo suas variações históricas e não como fazem às vezes a filosofia ou a antropologia, propô-las como invariantes ou como próprias à natureza humana, é o grande desafio da nova proposta.”¹⁰

Dessa forma, verificou-se que as práticas da pedagogia do assistencialismo estavam permeadas por relações de dominação/enfrentamento, que, de um lado, atendiam aos objetivos de assistir e moralizar, e de outro, garantiam a sobrevivência confundindo-se em todos os seus movimentos com as reações dos assistidos. Assim como existia o viés humanitário essencial a essas instituições beneficentes, havia também o outro lado dessa ação, ou seja, sua pedagogia assistencial para a conhecida promessa de regeneração do pobre ocioso e perigoso, que representava o seu viés moral e político. Disciplinar,

⁸ Ver o trabalho de Eliane Marta Teixeira Lopes, *Colonizador-Colonizado, uma relação educativa no movimento da História*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1985. Esta obra coloca em evidência a relação educativa do poder, quando demonstra que as autoridades coloniais em Minas e os colonos, considerados vassallos da coroa portuguesa, se educavam mutuamente na dinâmica do exercício do poder e da resistência a ele.

⁹ Desde a década de 70 os estudos relativos à educação, principalmente de História da Leitura e da Escrita na França já demonstravam enorme vigor, com um grupo de historiadores, fundadores dessas novas abordagens. Destacam-se nesse grupo: Dominique Julia, Jean Hébrard, Jacques Revel, Anne-Marie Chartier e Roger Chartier.

educando os assistidos por um princípio pedagógico do assistencialismo, era a missão a ser cumprida, transformando-os em sujeitos integrados ao mundo do trabalho, aos costumes e à ordem. Isso significava, também, seguir aquilo que devia ser providenciado do ponto de vista das elites empresariais e políticas, para que não se interrompessem as condições de reprodução do trabalho e da riqueza.

As práticas pedagógico-assistenciais das três instituições mencionadas, começaram a se originar na segunda metade do século XIX, quando a Igreja Católica e o kardecismo desencadearam movimentos reordenadores dos costumes e dos valores morais em meio a uma fase histórica conturbada por crises sociais e o triunfo do capitalismo. Tanto Dom Orione como Allan Kardec e mesmo Frederico Ozanam e seus companheiros, duas ou três décadas antes, estavam presenciando mudanças em seu meio que, além de atormentá-los, provocaram em suas vidas a necessidade de uma sólida produção de idéias com as quais, de modos diferentes e com propostas variadas, queriam atingir a sociedade, retirando-a do que consideravam ser uma época caótica, degenerada, imoral e injusta.

No Brasil, essas idéias desenvolveram-se ao longo dos séculos XIX e XX com a chegada dos ideários vicentino, orionita e kardecista. Durante a fase republicana, o Estado, que agira como convinha aos preceitos políticos liberais, mantendo-se à certa distância dos chamados problemas sociais, reorganizava-se de 1930 em diante, começando a atuar, de outra forma, na questão social, gerando em suas estratégias políticas um código trabalhista e um corporativismo de cunho assistencial. Entretanto, em momento algum a assistência das instituições privadas deixou de atuar; ao contrário, seu apoio às iniciativas assistenciais do novo regime foi crucial. De 1930 em diante, as instituições assistenciais de caráter privado foram importante suporte às políticas públicas de assistência, suprindo as grandes deficiências do poder público nesse área. Instituições e órgãos como o Serviço de

¹⁰ Op. cit., 1992, p. 22.

Assistência ao Menor e sua sucedânea, a Fundação do Bem-Estar do Menor, encaminharam grande quantidade de crianças e adolescentes para a rede de abrigos, creches e orfanatos privados. Somente em Minas Gerais, no ano de 1982, a FEBEM mantinha convênio com 66 instituições particulares de assistência em regime de internato, das quais 18 estavam em Belo Horizonte.¹¹

Outro objetivo desta introdução é apresentar, de forma geral, e preliminar, as instituições assistenciais que compõem o objeto deste estudo. Descrevendo essencialmente as características mais importantes dessas instituições assistenciais, acompanhadas de uma apresentação das estratégias propostas pelas lideranças que as organizaram dentro do contexto histórico e suas respectivas conjunturas, serão introduzidos os elementos-chave para a compreensão da análise específica que se pretende fazer da pedagogia do assistencialismo. O que se nomeia de pedagogia do assistencialismo corresponde ao conjunto de procedimentos práticos e seus respectivos fundamentos político-ideológicos presentes na atuação das instituições de caridade e na assistência social em geral, objetivando educar e disciplinar, com a finalidade de mudar o comportamento dos assistidos. Esses procedimentos práticos são ritualizados na rotina das instituições, notadamente naquelas que procuram isolar os assistidos.

A preocupação central deste estudo, a ser norteadada ao longo das análises propostas, procura demonstrar que a caridade não é apenas instrumento de educação dos pobres, voltada para uma normalização e conseqüente prática de disciplinar esses indivíduos, mas, sobretudo, um modo de funcionamento das práticas assistenciais que proporcionam essa normalização. As estratégias para se conseguir essa disciplina encontram-se presentes nos rituais e rotinas das instituições.

¹¹ Dados fornecidos pela Diretoria de Educação e Assistência – Fundação do Bem-Estar do Menor, novembro de 1983.

Dessa forma, a pedagogia do assistencialismo também significa um conjunto de estratégias e práticas que, orientadas pela relação assistente-assistido, proporcionam a condição essencial a uma possível inserção dos pobres no mundo formal do trabalho, sustentado por ampla gama de valores morais tributários do cristianismo, catolicismo e kardecismo.

Essa parte introdutória, onde se pretende situar, historicamente, a questão do assistencialismo fora e dentro do país, nos moldes em que se acabou de enfatizar, tomando-se, em seguida cada instituição em suas origens, irá proporcionar uma ampla visão deste estudo. Esse procedimento incluirá a Cidade Ozanam, obra vicentina, o Abrigo Jesus, organizado pelos espíritas kardecistas e o Lar dos Meninos Dom Orione, criado pela Prefeitura de Belo Horizonte e, posteriormente, entregue à administração da Congregação de Dom Orione. Nascidas entre o final da década de 30 e início dos anos 40, essas instituições constituem o núcleo dessas investigações, que também procuram avaliar a participação do poder público e suas relações com o assistencialismo privado.

Ao abordar-se os principais aspectos do caráter estratégico-assistencial das instituições, objetiva-se facilitar, num segundo momento, a análise para o aprofundamento da discussão das propostas de assistência das lideranças dessas instituições, que ocorrerá em capítulo próprio. Esse aprofundamento trata de explicar, não apenas como as estratégias assistenciais foram pensadas e criadas, mas procura, também, explicar as práticas pedagógico-assistenciais que compunham essas estratégias.

Antes porém, foi feita a apresentação do surgimento histórico da assistência aos pobres, dando origem ao modelo assistencial, que se tornou conhecido durante o século XX, marcando a mudança de visão da pobreza que se operou, gradualmente, entre a permanência da economia moral e a chegada e consolidação da economia política, desde o século XIX.

Embora se possa afirmar que o cerne da economia moral da velha ordem do Antigo Regime tenha sobrevivido nos procedimentos da caridade e da filantropia, no apelo ao ideário católico de salvação pelas boas obras, considerando a caridade como uma virtude importante para alcançar a salvação, não há como negar que os objetivos e estratégias do assistencialismo foram laicizados, em boa parte, adaptando-se ao surgimento de uma sociedade marcadamente nova por sua essência capitalista.¹² Permanências e rupturas, ao longo da história, não são incompatíveis, muito menos nesse caso. O que permaneceu foi muito mais a visão do assistencialismo como aspiração religiosa, enquanto as propostas de educar os pobres, para inseri-los numa sociedade do trabalho se associaram a procedimentos variados entre os quais se destacam as pedagogias que se caracterizam pela formação profissional dos assistidos.

Caridade e educação formam um par cujo objetivo vem acompanhando as instituições assistenciais nos últimos duzentos anos, pelo menos, mais exatamente, desde que a economia moral deu lugar à economia política no contexto europeu da formação do capitalismo urbano-industrial entre os séculos XVIII e XIX.¹³ Os vicentinos, espíritas kardecistas e orionitas, pertencem a importantes organizações que começaram a atuar fora e dentro do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, justamente quando começavam a surgir os efeitos sociais mais visíveis do capitalismo industrial. A elas se deve, em grande parte, o atendimento aos indivíduos que viveram, em algum momento de suas vidas, ou por toda suas vidas, a ameaça da exclusão social, do empobrecimento, ou

¹² Como salienta HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os Interesses*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000, ao se propor explicar, no âmbito da história das idéias, os argumentos políticos do capitalismo, “antes do seu triunfo”, o “novo surgiu do velho num grau maior do que tem sido geralmente reconhecido.” Referindo-se ao aparecimento do espírito do capitalismo na História, este autor pondera: “Retratar uma prolongada mudança ou transição ideológica como um processo endógeno, é, naturalmente, mais complexo do que descrevê-la como a ascensão de uma ideologia insurgente, concebida independentemente, a qual coincide com o declínio de uma ética até então dominante.”

ainda, que se aproximam de práticas sociais consideradas perniciosas ao conjunto da sociedade.

A valorização da economia política, em detrimento da economia moral não desapareceu; suas práticas relacionadas às estratégias de sobrevivência dos pobres continuaram, apesar dos novos modelos de comportamento exortarem valores que contestavam a forma como a pobreza devia ser encarada. Os substratos culturais da economia moral, sedimentados nas práticas da caridade, permaneceram estruturados nas sociedades apesar dos avanços dos projetos embasados nas novas concepções do assistencialismo.¹⁴

A idéia central salientada na análise da prática da assistência parte da premissa de que a caridade e a educação são associadas ao realizarem, com os assistentes, um trabalho conjunto, significando dizer que os assistidos não são procurados para receberem apenas a ajuda material. Ao contrário da imagem construída e que predomina socialmente, a assistência não serve apenas para levar benefício imediato; ela detém um discurso educativo que carrega uma mensagem reveladora de um padrão de comportamento moral.¹⁵ No caso em questão, trata-se da moral cristã, perpassando, essencialmente, o ideário de todas as instituições aqui assinaladas.¹⁶ Obtém-se, dessa forma, a estratégia que nomeada de pedagogia do assistencialismo.

¹³ A economia política apesar de ter se tornado hegemônica não suprimiu os valores da economia moral que permaneceram nas práticas e no pensamento filantrópico, mesmo após o triunfo do Capitalismo. Ver a este respeito, HIRSHMAN, Albert O., op. cit. 2000.

¹⁴ Ver a este respeito a Primeira Parte da obra HIMMELFARB, Gertrude. *La Idea de la Pobreza*, Inglaterra a principios de la era industrial. México: Fondo de Cultura Economica, 1988, p. 31-171.

¹⁵ De acordo com ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970, p. 652, entendemos moral como um conjunto de regras rígidas e prescritivas, associadas a valores “ (...) a conduta enquanto dirigida ou disciplinada por normas, o conjunto dos *mores*”, que se aplicam no convívio privado pelas normas de comportamento coletivo. Nesta perspectiva moral é o mesmo que ética.

¹⁶ As estratégias assistenciais têm como essência uma proposta educativa, preconizam mudanças de comportamento e de atitudes nos assistidos, partindo de um discurso moralizador agem como interventoras junto à população que, de alguma forma, precisa ou solicita sua presença. Os espíritas podem ser considerados em suas idéias, aqui no Brasil, muito próximos ao cristianismo. Ver a este respeito AUBRÉE, Marion e LAPLANTINE, François. *La Table, Le Livre et Le Esprits*. France: Éditions Jean-Claude Lattès,

Além disso, há outro lado revelador da estratégia da pedagogia do assistencialismo que se mescla a essa pregação da conduta moral-cristã. Trata-se do conjunto de idéias produzidas pela economia política, ao longo das diversas fases históricas das sociedades urbano-industriais capitalistas.¹⁷ Essas idéias, no período aqui investigado, entre 1930 e 1990, ou seja, numa fase histórica brasileira e mundial de conjunturas de crise e de *boom* econômico, até recentemente, estavam preocupadas e empenhadas em formar o cidadão-trabalhador.

O que se queria obter com os indivíduos empobrecidos, potencialmente livres, de acordo com as regras da economia política? Uma vez afastados dos meios de produção, condição que, por si só, não garantiria a entrada desses indivíduos no mercado formal de trabalho, era preciso iniciar um processo de disciplinamento, para que houvesse a proletarização. Praticamente, todas as instituições de ensino que estavam em contato com a camada de despossuídos trabalharam, de alguma maneira, para cumprir a função de transformá-los em trabalhadores, inclusive e, em especial, as instituições assistenciais do gênero abrigo-orfanato.¹⁸

1990, especialmente a Segunda e a Terceira Partes, inteiramente dedicadas ao kardecismo no Brasil; ver ainda SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo, uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997. Há também o trabalho de STOLL, Sandra Jacqueline. A Apropriação Cultural do Espiritismo no Brasil. In: *História Questões & Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, n. 28, p. 41-54, que sustenta a idéia de que o espiritismo kardecista no Brasil estabeleceu uma interlocução com o catolicismo, apoiando-se em algumas de suas práticas e valores.

¹⁷ Identificam-se, via de regra, nos discursos das lideranças empresariais, e sem dúvida, nos discursos dos políticos em geral, elementos que indicam, nitidamente, a necessidade de manter a oferta de mão de obra, na preparação do indivíduo expropriado, proletarizando-o para ocupar seu lugar social de trabalhador; enfim, há uma regra básica da economia política que não pode ser contrariada: a venda da força de trabalho. Segundo alguns autores, esses discursos têm sua explicação na própria estrutura do Estado capitalista que, em sua “estratégia geral de ação”, encarrega-se de criar condições a cada cidadão de participar das relações de troca. Ver, por exemplo, OFFE, Claus e RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁸ Ver esta questão nos trabalhos de ARROYO, Miguel G. *Mestre, Educador Trabalhador, organização do trabalho e profissionalização*. Belo Horizonte: FaE-UFMG, Tese de Livre Docência, 1985; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1991.

A grande virada do mundo do trabalho, com a introdução de novas modalidades de trabalho e de globalização econômica, nos termos do que se convencionou chamar de neoliberalismo, só ocorreu recentemente, no início dos anos oitenta. Apesar de não interferir sobre as análises aqui desenvolvidas, essa modificação foi, sem dúvida, o grande momento do divisor de águas na economia política, desde suas origens.¹⁹ Portanto, até o início efetivo dessas transformações na economia política, no final dos anos oitenta, nada se modificou substancialmente na proposta de educação para a proletarização dos pobres, nos moldes indicados pela pedagogia do assistencialismo. Esse foi o momento em que se iniciava uma nova fase na economia política e, possivelmente, encerrava-se longo modelo de proletarização, iniciado ainda no século XIX.²⁰

Embora estejam mudando os rumos do processo econômico, o discurso que sustenta a necessidade de educar para o trabalho, apesar de já parecer anacrônico, ainda é predominante nos dias atuais. Apesar disso, sabe-se que a base econômica de sustentação a esse discurso se está transformando rapidamente, com o deslocamento do eixo econômico para o setor de serviços e a conseqüente e maciça automação da produção industrial; porém, ainda é cedo, do ponto de vista histórico, para analisar todos os impactos sociais dessas mudanças sobre o chamado mundo do trabalho e da produção capitalista.

Nessa essência, nota-se, de saída, a presença da moral cristã, no cerne dos discursos, sejam eles das lideranças ou de instrutores e assistentes. A moral cristã não é simplesmente acessório do processo de assistência; ela movimenta o discurso da ajuda aos

¹⁹ Ver a este respeito, MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1996. O impacto das mudanças provocadas pela nova conjuntura da economia política pode ser visto também pelo olhar da ensaísta FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Unespe, 1997. Para compreender as mudanças e crise a atual nas sociedades industrializadas, ver a interessante obra de CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998, p. 495-592, que estuda esse problema sob o ponto de vista da evolução dos salários nos dias atuais na França.

²⁰ Seguimos para esta digressão a análise de PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la Misère*. Seuil, 1993 e CASTEL, Robert, op. cit., 1998.

assistidos e anuncia, sobretudo, a indicação do comportamento social que deve ser seguido pelos assistidos e acompanhado como objetivo mais importante pelos assistentes.²¹

Para isso deve haver sincronia entre a ajuda material e a pregação espiritual. As necessidades básicas e prementes dos assistidos são atendidas num primeiro momento causando a ilusão de ser a verdadeira razão da assistência. No entanto, o outro objetivo da assistência – a pregação moral - que almeja formar o trabalhador-cidadão, aflora em forma de conforto espiritual aos necessitados, que deve ser vista também como necessidade básica. Desse modo, *pari-passu*, à assistência material, surge o discurso que conforta, abrindo espaço às instruções, sermões e pequenas prédicas, que tomam a cena chamando a atenção dos assistidos.

A mudança de comportamento dos assistidos, ao tentar-se educá-los com as idéias de harmonização social pela incorporação dos valores da moral religiosa, produzindo novas atitudes diante das suas dificuldades, é acompanhada de perto pelos assistentes, na maioria das experiências. Essas experiências se referem principalmente àquelas em que o assistido fica sob a tutela constante dos assistentes, como nas instituições asilares, ou como em casos muito peculiares de isolamento espacial.²² A Cidade Ozanam, por exemplo, é aquele tipo de experiência onde há um atendimento que recai sobre toda a família,

²¹ Estamos considerando inclusive o discurso moral espírita que, indiscutivelmente, está entrelaçado, desde os primeiros tempos da doutrina kardecista, à moral cristã. Apesar de algumas divergências entre os seguidores de Kardec tendo de um lado os “místicos” e do outro os defensores do chamado “espiritismo puro”, ou “científico”, no tocante a se aceitar apenas o *Livro dos Espíritos* como base de sua doutrina, é inegável a intenção kardequiana de se apropriar dos valores cristãos ao interpretá-los à luz da sua proposta no livro *O Evangelho Segundo o Espiritismo*.

²² Duas experiências chamam a atenção de quem pesquisa o assistencialismo. Uma delas é a Cidade Ozanam, proposta vicentina para resolver o problema da pobreza em Belo Horizonte, um antigo sonho da SSVP, tendo como principal fundador e organizador o grande líder católico Joaquim Furtado de Menezes. A outra situação, é a experiência dos espíritas através da Mansão do Caminho, em Salvador, Bahia, organizada pelo importante líder do Espiritismo, Divaldo Pereira Franco. Em ambos os casos, a idéia é construir uma “cidade” para os pobres, isolando-os pelo menos geograficamente, da cidade grande para, em princípio, auxiliá-los melhor. Entretanto, nota-se nesses casos, que há uma grande preocupação em educar as famílias como um todo, congregando-as em atividades religiosas e escolares. Embora não haja propriamente um asilamento das famílias, ocorre um isolamento em relação à vida considerada agitada da cidade grande. Para mais detalhes dessas instituições ver: FERNANDES, Washington Luiz Nogueira. *Mansão do Caminho*, 40

impondo-se um processo de transformação dos indivíduos, composto de uma intensa atuação assistencial.

Às vezes, ocorre a conversão dos assistidos.²³ Como se pode verificar em muitos casos, encontra-se aí outra perspectiva de moralização ainda mais completa, e que passa a contar, muitas vezes, com ajuda voluntária desses indivíduos. De forma geral, o que se nota no compromisso dos assistentes, sejam eles voluntários ou não, é conseguir levar essa orientação moral aos assistidos tornando-os, como já foi salientado, disciplinados e ordeiros.²⁴

A idéia de uma sociedade sem conflitos sociais não é nova na história. Mais recentemente, os líderes filantrópicos católicos da passagem do século XIX para o século XX, começaram a considerar a possibilidade de implantar o que denominaram Reinado Social de Jesus Cristo. Isso se apresenta como a volta a uma Idade de Ouro do cristianismo, em que tudo era bom.²⁵ Porém, deve-se levar em consideração as bases históricas em que essa proposta estava sendo apresentada. Essas bases passavam por uma situação onde patrões e trabalhadores, do mundo capitalista do trabalho industrial, viviam um intenso conflito que radicalizava posições, enquanto não surgiam os programas

anos: uma história de amor na educação. Salvador: Livraria Espírita Alvorada, 1992; MENEZES O. P. Frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, Servidor do Pobre*. Uberarba-MG: Editora Vitória, 1ª edição, 1994.

²³ Estamos nos referindo aqui à possibilidade concreta de o assistido tornar-se um assistente. Na maioria dos casos quando isso ocorre, o ex-assistido passa a trabalhar, voluntariamente, ao integrar o corpo de assistentes. Verificamos que existem muitos funcionários contratados por essas instituições. Estamos nos referindo, nesse caso, a contratos legais de trabalho, o que deve, a nosso ver, distinguir-se do trabalho voluntário, onde não existe outro vínculo com a instituição que não seja o compromisso de prestar auxílio, dando assistência aos pobres, conforme a promessa de qualquer iniciado nessas obras de caridade.

²⁴ Esta expressão refere-se à essência das propostas morais, que acentua a necessidade de os indivíduos viverem sem conflitos, possibilitando o surgimento de uma sociedade em moldes cristãos *par excellence*.

²⁵ As utopias são recorrentes na história da Europa Cristã Medieval, como nos atesta FRANCO JR., Hilário, *As Utopias Medievais*, Brasiliense, 1992, porém, elas também fazem parte do mundo moderno e contemporâneo, destacando-se nas lutas políticas, registradas com maior frequência quando se trata, por exemplo, do anarquismo analisado por LUIZZETTO, Flávio, *As Utopias Anarquistas*, 1987, ou por JOLL, James, *Anarquistas e Anarquismo*, 1977. No caso tratado aqui, estamos denominando de utopia do Reinado Social de Jesus Cristo, a uma complexa mescla de velhas utopias cristãs de sociedades harmoniosas e abundantes (Terra da Cocanha e do Prestes João, por exemplo), fruto de substratos culturais que se perdem no tempo, com traços de uma posição política específica, favorável à solução do problema social com a

políticos do Estado de bem-estar social. Para as lideranças católicas, trabalhadores e patrões deveriam respeitar-se mutuamente, ou seja, levar em conta os limites da moral cristã responsável por uma negociação tácita e cordial entre o capital e o trabalho. Com esse pensamento, estava lançada a base da Doutrina Social da Igreja, fazendo florescer, ao mesmo tempo, a Ação Social Católica.

A educação espiritual, num sentido mais amplo, e mais especificamente nesse caso, assumia relevância extraordinária porque, por meio dela, acreditava-se propagar, com certa facilidade, a eliminação dos vícios e desvios provocados pelos elementos considerados nocivos que causavam a perversão e o abandono da moral. O apelo aos valores religiosos fortalecia os discursos emprestando-lhes linguagem de conteúdo sagrado, portanto, dogmático, o que, no âmbito das relações sociais e de suas práticas culturais, adquiria enorme peso em se tratando de crenças enraizadas de uma imagem do universo partido entre bem e mal, céu e inferno, etc.

Embora existam diferenças nas concepções de caridade e nos motivos para realizar o assistencialismo entre as instituições, o que se busca compreender nesta análise, é uma visão comum dos objetivos da educação dada aos pobres promovendo o que vem sendo denominando de pedagogia do assistencialismo.²⁶ Desse modo, há necessidade de se entender a educação, seja ela por que motivo for, como um caminho estratégico para alcançar um objetivo político-ideológico intrínseco em sua natureza histórica: gerar e/ou

intervenção das instituições católicas, que se acentuou a partir da *Rerum Novarum* no final do século XIX, ganhando corpo com a Ação Social Católica, no século XX.

²⁶ A SSVP e os Orionitas, responsáveis pelo Lar dos Meninos Dom Orione, são instituições católicas cuja visão da caridade passa pela idéia de salvação. Essa ascese não existe no espiritismo, que considera o aperfeiçoamento do espírito através da sua educação, como ascese. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, na obra *La Table le Livre e les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990, comentam a respeito da elaboração dos principais fundamentos de Allan Kardec sobre essa questão da educação do espírito. Outras obras esclarecedoras são as de ALVES, Walter Oliveira, *Educação do Espírito – Introdução à Pedagogia Espírita*. 3ª edição. Araras-SP, IDE, 1997 e PIRES, Heloisa. *Educação Espírita*. 4ª edição. Paidéia, 1994. Finalmente, saliente-se a presença marcante dos fundamentos cristãos na concepção espírita kardecista no Brasil de acordo com SANTOS. José Luiz dos. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo Moderna, 1997.

manter o poder. Talvez seja possível dizer que a educação surge como meta ressaltada pelo poder quando exercido.

A partir dessa premissa, considera-se que a ajuda material transforma-se num meio para levar aos assistidos o atendimento espiritual em seu viés normalizador e moralizador²⁷. Quando os assistentes entregam aos assistidos o alimento e os recursos que lhes faltam, sempre vão junto palavras de consolo e de conforto, possibilitando a abertura das portas das casas e dos corações. Dessa forma, os assistentes têm a extraordinária oportunidade de persuasão, por meio de um discurso que lança mão do diálogo, mesclando solidariedade e fraternidade com as orientações e instruções de caráter moralizador.

Nesse universo de indivíduos assistidos que precisam ser educados espiritualmente pela ação moralizadora dos assistentes, há, certamente, resistências e enfrentamentos; porém, quase sempre a comunicação com a assistência é retomada, porque a necessidade básica de sobrevivência ganha dimensão vital para o assistido. As formas de enfrentamento são, sobretudo, a fuga, quando se trata de uma instituição asilar, ou a negação dos preceitos morais com subsequente reaproximação da assistência, utilizando-se de dispositivos que demonstrem arrependimento. Geralmente as opções de sobrevivência, sem a ajuda das instituições, levam os pobres a um choque direto com a repressão policial, que procura, insistentemente, os sinais do ócio e da criminalidade, ou à mendicância e às diferentes formas de sobrevivência engendradas fora do mundo formal do trabalho.

Dentro desse universo, existe um grupo de assistidos que é considerado, talvez, o mais importante pelas instituições assistenciais, formado pelas crianças e adolescentes. Na maneira de pensar dos líderes do assistencialismo e no saber jurídico, a possibilidade de um enfrentamento social, em maior escala, reside nesse grupo, justamente por causa da ausência de valores morais creditado à pouca idade dos seus membros, ou também, em

função da desorganização da família em sua situação de miséria, que a impede de se estruturar moralmente.

É, sobretudo para esse grupo, que são dirigidas as atenções especiais de várias obras de assistência que, genericamente, o denominam o problema do menor.²⁸ Por razões que vão da formação de um exército reservado de força de trabalho, que retarda a entrada de parte desse contingente no mercado de trabalho a uma situação de explosão demográfica, muito comum com o crescimento da população urbana, alcançando índices elevados de mortalidade, assumindo proporções catastróficas, aumentam as chances de uma subsistência justamente pela via do mercado informal de trabalho, pelos biscates, a mendicância e de práticas delituosas.

No Brasil, esse atendimento histórico à infância começa na roda dos expostos nos primeiros séculos da colonização, passando pelas instituições do tipo Santa Casa de Misericórdia, obras vicentinas, e depois as obras espíritas, etc. e vêm até a versão assistencial do tipo estatal como a FUNABEM, criada em 1964 para substituir o Serviço de Assistência ao Menor -S.A.M., que, por sua vez, fora criado nos anos 40. Durante todo esse período, somente na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990,

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Graal, 1984.

²⁸ A designação menor, como afirmam vários autores, passou por conotações diferentes, atribuídas por juristas através da legislação criada com o intuito de definir a infância e seus direitos a partir do Código de Menores, de 1927, atualizado pelo de 1979, até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, quando então mudou essa designação. Entre os trabalhos que esclarecem a legislação e as conotações aplicadas ao termo menor, pode-se indicar: BAZÍLIO, Luiz C., EARP, Maria de Lourdes Sá, NORONHA, Patrícia Anido (orgs.) *Infância Tutelada e Educação, História, Política e Legislação*. Rio de Janeiro: Ravel, 1998; CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997; LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145; SOUZA, Aparecida Darc de. Uma Tentativa de Crítica Bibliográfica Sobre o Tema do Menor. In: ANAIS DO I ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA, UFU-1996. Uberlândia-MG: 1996, p. 29-32.

foi mudada a concepção jurídica do chamado problema do menor, causando, até o presente momento impacto modesto sobre a sociedade.²⁹

Embora a família pobre e outros segmentos sociais de necessitados, como idosos e doentes também mereçam a atenção do assistencialismo, a questão da formação moral da infância pobre é considerada fundamental pelas lideranças das instituições. O que se denominava, oficialmente, até os anos 80, de menores, crianças e meninos carentes e abandonados, e que se passou a denominar de meninos e meninas de rua, já no final desse período, não apenas aprofundou a discussão com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de 1990, como ainda desencadeou significativas fissuras entre os representantes da chamada filantropia científica.³⁰

Diversos saberes científicos se aliaram ao assistencialismo, para comporem as fileiras da assistência social, objetivando cuidar de vários grupos de necessitados. Pela elaboração de planos de reforma urbana, levados a cabo por um batalhão de engenheiros, vacinadores e operários, a solução seria retirar os pobres dos seus tradicionais cortiços, atuando pelos princípios do sanitarismo e campanhas de vacinação.³¹ Um desses saberes, o

²⁹ Em 1976, foi publicado, pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, o RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO destinada a investigar o “Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil”, o que projetava àquela altura uma grande expectativa quanto ao futuro desse grupo na sociedade. No entanto, se verificarmos o passado com a Roda dos Expostos e a atuação das Santas Casas de Misericórdia, além de instituições asilares diversas, compreenderemos que essa preocupação não é nova; veja-se por exemplo de MARCÍLIO, Maria Luiza, A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil, 1726-1950, In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História Social da Infância no Brasil*, 1997, p. 51-76; SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

³⁰ Em 1990, a Lei 8.069, mais conhecida como ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -, provocou mudanças profundas nas instituições que abrigavam os chamados menores. A condição social da criança e do adolescente não seria, a partir daí, o fator de discriminação legal que as obrigava a se internar, porque não seriam mais consideradas em “situação de risco.” Tudo isso pôs fim a um longo período de assistência voltada para impedir que os filhos dos pobres fossem levados ao mundo do crime. Não cabe, neste trabalho a análise dessa nova fase; certamente outros o farão tão logo se possa amadurecer e se consolidar a idéia-chave do ECA: crianças e adolescentes são cidadãos. O trabalho indicado, a seguir, apresenta uma análise preliminar da questão: COSTA, Cláudio Fernandes et alii. Educação e Cidadania: O Estatuto da Criança e do Adolescente. IN: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et alii, op. cit., 1998, p. 163.

³¹ São conhecidas as reformas urbanas do final do século na Europa, destacando-se a de Paris em 1870. No Brasil, o maior exemplo parece ter sido a reforma do Rio de Janeiro. Ver a este respeito BERMAN, Marshall,

saber médico, talvez muito mais do que o jurídico, formou, desde o final do século XIX, uma idéia próxima ao organicismo, na qual o objetivo era a prevenção pela aplicação do higienismo, daquilo que se considerava os males da sociedade urbana. Numa vertente da medicina psiquiátrica surgiram, além do organicismo, presente desde o final do século XIX, as propostas de eugenia, visando à purificação das raças.³²

A criança considerada mal formada, deveria ser afastada do ambiente das ruas, ou do ambiente familiar degradado, possibilitando uma vantagem inestimável para a sociedade:³³ além da economia de dinheiro com futuras casas correcionais e penitenciárias, que aprofundariam o isolamento do menor, - considerado criminoso em potencial - , acreditava-se poder evitar os dissabores da atuação perversa desses marginais sobre o restante do corpo sadio da sociedade. A prevenção do problema deveria começar pela intervenção junto à família, como, aliás, o fazia a antiga estratégia vicentina - visitar as famílias pobres em suas casas.

Referindo-se ao trabalho de Rollet-Echalier³⁴, Moysés Kuhlmann Jr. comenta:

“ (...) esse processo (referindo-se ao assistencialismo) se responde a interesses das classes dominantes e do aparelho de Estado, não é feito em completa oposição às classes populares, camponesas e urbanas; ele também responde efetivamente a certas de suas expectativas, a

Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 e CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Ver também a obra ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Unesp/UCITEC, 1994.

³² No Brasil, essas idéias começaram a ganhar importância política e uma certa projeção social nos anos 20 e 30, como atestam alguns estudos presentes na obra, HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.) *A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

³³ As propostas de isolamento dos menores considerados futuros criminosos e “mal formados” incluía uma complexa organização assistencial como a que é descrita por CORRÊA, Mariza. *A Cidade dos Menores: uma utopia dos anos 30*, In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez-IFAN, 1997, p. 77-97. A situação legal dos menores em São Paulo, entre 1920 e 1950, tomando-se como base o Código de Menores de 1927, encontra-se em MORELLI, Ailton José, *O Atendimento à Criança e ao Adolescente em São Paulo*, In: *Pós-História.* Assis-SP: Unesp, 1997, v. 5, p. 145-170. Consideramos a Cidade Ozanam com um projeto mais ousado que visava não apenas aos menores, mas suas próprias famílias, salientando-se a preocupação com as crianças e adolescentes.

³⁴ C. ROLLET-ECHALIER, op. cit, 1990: 8-9.

certas de suas necessidades. Mas a história da assistência tem sido também a da produção de uma imagem do pobre como ameaça social a ser controlada.”³⁵

É essa imagem do pobre, que, apesar da confluência de seus interesses com o assistencialismo, fomenta os saberes elitizados da sociedade e os informa sobre o que deve ser providenciado para educar os assistidos. Educá-los significa, em primeiro lugar, submetê-los à normalização de suas vidas e ao esquadramento do espaço da cidade e do espaço social, colocando-os em seu lugar social, como salienta Foucault.³⁶

Assim, a exclusão, por exemplo, deve ser concebida como o resultado complexo da correlação de forças que se constituem historicamente. O poder não exclui sempre, nem proíbe o tempo todo, mas disciplina, no sentido mais amplo, educa com mecanismos variados, não apenas com aqueles considerados tradicionalmente repressivos. Essas tecnologias do poder,³⁷ encontradas por Foucault nos discursos, ultrapassam em todas as medidas, o poder como exclusivo do Estado, da luta de classes, localizando-o nos lugares “menos auspiciosos”: no amor, na consciência, no instinto, nos projetos das prisões, nos preceitos médicos e “nas transformações mais abrangentes em disciplinas como a biologia e a lingüística.”³⁸

Esse poder disciplinar é aplicado ao corpo, e se se quiser denominá-lo como o fez Foucault, deve-se chamá-lo biopoder.³⁹ Essa “ortologia” como a designa Foucault, constitui-se na forma de controle que exerce a disciplina, criando um novo tipo de relacionamento entre poder e saber.⁴⁰ Os discursos são práticas dos saberes e dos poderes e a história das práticas revela que o poder significa não apenas luta entre diferentes mas,

³⁵ KHULMANN, JR., Moysés, op. cit., 1998, p. 28.

³⁶ FOUCAULT, Michel, op. cit., 1984.

³⁷ HUNT, Lynn, op. cit, p. 12.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴⁰ Idem, ibidem, Aula de 25 de Fevereiro de 1976.

entre iguais, “o discurso veicula e produz poder, reforça-o mas, também, o mina, descobre-o, torna-o frágil e permite cortar-lhe o passo.”⁴¹

Seguindo essas estratégias, os juristas também contribuíram para a formação de um saber que acompanhou, desde seu início, as iniciativas assistenciais ainda no final do século XIX, algumas delas revestidas da idéia de uma eugenia social, como no caso das idéias lombrosianas.⁴² Considerando que o importante era evitar a entrada dos filhos das famílias mais pobres no chamado mundo do crime, o que no pensamento desses juristas era o objetivo-chave da segurança pública, o saber jurídico chegou a propor a intervenção assistencial nos lares que podiam oferecer perigo.⁴³

Assim, as crianças e as famílias empobrecidas há muito se constituíam no grande problema das sociedades que se estavam modificando desde o início da modernidade européia, entre os séculos XV e XVIII.⁴⁴ As primeiras, passaram a representar, mais do que nunca, o futuro e a garantia de uma oferta segura de força de trabalho, além de se esperar que constituíssem suas famílias, nascendo daí o próprio ciclo de proletarização. As famílias, por sua vez, deveriam fechar o ciclo, ocupando-se da formação das crianças. Nem sempre as condições ideais se apresentavam para garantir-lhes o papel de formadoras dos futuros integrantes de uma sociedade que deveria estruturar-se nos moldes dos novos costumes urbanos, os quais exigiam, não apenas a venda de força de trabalho, mas também

⁴¹ GRISET, Antoine. Foucault, Um Projeto Histórico. In: LE GOFF, Jacques et alii (orgs.) *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 61.

⁴² Ver a este respeito, FERREIRA, Mônica Silva e NORONHA, Patrícia Anido. As Legislações que tutelaram a infância e a juventude no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et alii, op. cit., 1998, p.135-160.

⁴³ PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1996. 1996; FILGUEIRAS, Cristina Almeida C. As trabalhadoras sociais e as famílias pobres em Paris (1919-1939). In: *Serviço Social e Sociedade*. Cortez, agosto de 1993, n. 42, p. 5-30.

⁴⁴ As práticas de sobrevivência no mundo urbano, como as descrevem GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989, alcançavam a mendicância ou ainda atividades delituosas e criminosas que criavam uma clima ameaçador à segurança pública e à ordem.

uma sólida disciplina, para aceitar as regras que impunham obediência ao mundo dos negócios, respeito às leis reguladoras dos espaços do trabalho e do lazer, etc.⁴⁵

Dessa maneira, as famílias pobres e suas crianças transformaram-se nas primeiras grandes preocupações das autoridades políticas e religiosas da era moderna.⁴⁶ Originárias com freqüência do campo, expropriadas depois de várias gerações vivendo em suas terras, ou trabalhando em terras alheias como parte integrante das mesmas, deslocaram-se para os centros urbanos, onde outra forma de viver as aguardava. Em relação aos jovens não acontecia de outro modo. A juventude que formava a maior parte dos trabalhadores que migravam para as cidades, foi alvo de muitos planos da Igreja, ao constatar seu potencial de agitação e rebeldia na onda revolucionária do século dezenove.⁴⁷

Essas sociedades, construídas no bojo das grandes transformações econômicas e políticas das novas cidades, que recebiam esses jovens camponeses expropriados, desde cedo, foram palco de uma luta entre os bem sucedidos comerciantes e cidadãos, os homens bons e a arraia-miúda. Além do incômodo da miséria dos indivíduos ocupantes de espaços importantes nas cidades, a temível situação dos pobres poderia levá-los a apresentar uma formação moral e religiosa inadequada, que os qualificava de agitadores, pedia a presença constante do Estado e das instituições beneficentes, tão necessária aos novos negócios da

⁴⁵ Ver a este respeito, GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a Força*. 1995 e HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza, Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

⁴⁶ No caso deste estudo, atendendo ao período que nos interessa mais de perto, nota-se uma constante presença da Igreja Católica nas discussões sobre a questão da família e na propagação de ideais de comportamento sexual e da mulher, como analisa AZZI, Riolando. *Família, Mulher e Sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964)*. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 101-134.

⁴⁷ O trabalho de LUZZATTO, Sergio. *Jovens Rebeldes e Revolucionários: 1789-1917*. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.) *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 2, p. 195-258, apresenta uma análise da presença de jovens lideranças nos movimentos revolucionários na Europa, entre o período da primeira Revolução Francesa e a Revolução Russa de 1917.

burguesia. Estava lançado assim, um verdadeiro desafio para as lideranças políticas e religiosas.⁴⁸

Quando as medidas repressivas e o assistencialismo se voltaram para os pobres, agregando-se a várias outras formas de caridade e de filantropia costumeiras, logo se verificou que as circunstâncias sociais impuseram a elaboração de estratégias para poderem ir além de mera coerção, ou do simples atendimento às necessidades. Desse modo, novas formas de educar pela caridade foram assumindo, aos poucos, a liderança na intervenção junto aos pobres.⁴⁹ A essa altura, a especial situação da orfandade e do abandono das crianças à porta das instituições, acelerou os planos de educar os pobres.

Com a mudança dos valores da economia moral para a economia política, fase de transição até o triunfo do capital industrial e sua expansão nos oitocentos, surgiu a necessidade de promover uma educação que realmente pudesse preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, o que significava ir muito além da mera separação dos produtores dos seus meios de produção. As lideranças filantrópicas e suas instituições foram mudando, paulatinamente, seus métodos para atenderem às novas expectativas criadas pela produção e pelo mercado de trabalho.⁵⁰ As novas estratégias da pedagogia do assistencialismo deveriam proporcionar comportamento adequado aos novos tempos, dotando os pobres de conhecimentos técnicos, exigência da economia política e de valores

⁴⁸ Ver em DAVIS, Natalie Zemon. Ajuda aos pobres, humanismo e heresia. In: *Culturas do Povo*, 1990, p. 23-61 a organização dos primeiros planos de intervenção dos governos municipais e instituições de caridade junto aos pobres na França, durante o século XVI.

⁴⁹ Estamos nos referindo às mudanças na assistência provocadas pela formação de uma nova imagem dos pobres com o advento da economia política. Ver a este respeito os estudos de PETITAT, André. *Produção da Escola, Produção da Sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, especialmente o capítulo 3, e ainda, PROCACCI, G. *Gouverner la Misère*. Paris: Seuil, 1993, especialmente a parte intitulada: “L’économie politique et la misère moderne.”(p. 105-160)

⁵⁰ Como enfatiza PETITAT, André, op. cit., 1994, referindo-se às matérias e aos métodos ensinados nas escolas elementares, durante o século XVIII na França: “A graduação das matérias, extremamente estafante, é também muito rígida: neste ponto, as escolas elementares não ficam nada a dever aos colégios.”(p. 110) A disciplina é também muito rígida, usando-se dispositivos tais como: ameaças; trabalhos forçados, penitências, corretivos corporais e expulsão. (p. 111)

morais, originados da velha economia moral, reunindo elementos que deveriam proporcionar a formação de um trabalhador dócil, saudável e disciplinado.

Por outro lado, o combate ao ócio tornou-se a lei de ferro da economia política, o que reforçou a manutenção dessa assistência educativa numa perspectiva de longa duração, até o presente século.⁵¹ Entre os séculos XVI e XVII, já estava em curso uma drástica mudança na imagem do pobre e da pobreza, que passaram a ser encarados como indolentes, degradados e perigosos. À medida que se consolidava a formação da propriedade privada nos moldes modernos e ocorriam desdobramentos sociais decorrentes das condições materiais de vida nas cidades, os “pobres em Jesus Cristo” ganharam a fama de “vagabundos e revoltosos”.⁵²

Dessa forma, o aparecimento de instituições que acolhiam os pobres visando a sua educação, e não apenas as suas necessidades básicas, iam assim se afastando do costume medieval de considerar a pobreza um desígnio divino e, neste sentido, algo natural e indispensável. Ganhando espaço na vida das cidades, no início das mudanças de ordem social e econômica da Europa Moderna, essas instituições de caridade foram responsáveis por uma gigantesca intervenção nas relações entre ricos e pobres, o que, indiscutivelmente, foi decisivo para a instauração do novo *modus vivendi*. Disputando espaço com a mendicância, a caridade começava a agir de maneira improvisada nos séculos XVI e XVII, lançando, dos setecentos em diante, outro tipo de tratamento do problema da pobreza e do

⁵¹ Como bem esclarece o estudo de PETITAT, André. Um Ensino para o Povo: O Exemplo das Escolas Elementares de Caridade na França. In: *Produção da Escola, Produção da Sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 107-125, referindo-se à resposta que o criador das Escolas de Caridade, C. Démiá, deu aos críticos de uma educação para os pobres, que poderia torná-los subversivos: “ (...) a instrução torna as crianças mais ajuizadas, afasta-as dos vícios(...)”, p. 109. Na opinião dos que defendiam a educação dos pobres para o trabalho: “Os jovens que não são adequadamente educados ordinariamente caem na vagabundagem, e não fazem mais nada além de arrastar os pés pelas ruas.”(p. 108)

⁵² Cf. PETITAT, André, op. cit., 1994, p. 116-119.

ócio, que era, até aquele momento, comumente considerado um atributo exclusivo das instituições policiais e leis repressivas.⁵³

Foi, contudo, no século XIX, que apareceu o catolicismo social como movimento educacional laico organizado, de considerável força. Engajados no movimento pedagógico assistencial das Igrejas, junto às ordens e associações, esses missionários laicos da catequese acorriam ao clamor dos necessitados, produtos de crises econômicas constantes que os levavam à miséria. Preocupava, especialmente, a esses pedagogos do assistencialismo católico, a juventude, “atingida de maneira especialmente desfavorável pelo processo de modernização então em curso, e que não tinha mais ninguém que lhe desse atenção.”⁵⁴

Nesse ambiente descrito, uma forte influência iluminista, portanto laica, que não desmentia a intenção do momento histórico de educar o povo, surgia, sintetizada no pensamento de Jean-Jacques Rousseau: “Há somente uma ciência a ensinar às crianças: é a dos deveres do homem.”⁵⁵ Em meio ao burburinho da onda revolucionária burguesa que varria a Europa, apresentava-se a nova ordem como salvadora de toda a humanidade pela via política, atribuindo-se à educação das massas o grande desafio para criar a sociedade dos iguais perante a lei.⁵⁶ Trabalhadores pobres, expropriados, humildes despojados, que reagissem a esse mundo novo, deviam ser submetidos a um processo de aprimoramento espiritual, o que, evidentemente, contrastava com as condições materiais que denunciavam

⁵³ Combater a ociosidade passou a ser um atributo do Estado, no entanto, mesmo a conhecida repressão contra a pobreza nesta fase, notadamente na Inglaterra e na França foi, na verdade, um anteparo às novas medidas políticas de âmbito social, como afirma GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a Força*. Lisboa: Terramar, 1995 : “A “lei dos pobres” de 1597-1601 não trouxe mudanças de fundo. A sua importância revela sobretudo de ter codificado a nova política social, ou seja, transposto para a linguagem jurídica as diversas experiências locais (...).” Ver também, a este respeito, os estudos de DAVIS, Natalie Zemon, op. cit., 1990, p. 23-61, e de HIMMELFARB, Gertrude, op. cit., 1988. Este último apresenta as novas iniciativas para lidar com a pobreza na Inglaterra, no século XIX.

⁵⁴ Cf. METTE, Norbert. *Pedagogia da Religião*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

⁵⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*. São Paulo: Difel, s.d., p. 28

⁵⁶ Ver a respeito desta questão a obra de LEFORT, Claude. *Pensando o Político*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1991, p. 79-248.

as primeiras decepções em relação à economia industrial e às formas de liberdade inventadas pela burguesia.⁵⁷

Voltando o pensamento para o surgimento do espiritismo com Allan Kardec, seguindo os acontecimentos por outro caminho, em meados do mesmo século XIX, encontram-se mais evidências dessa ambição dos filantropos e educadores em relação aos pobres e necessitados. Allan Kardec, “Éducateur de la Classe Ouvrière”, como o designa Marion Aubrée e François Laplatine, considerava aquele ambiente materialista, produzido pelo egoísmo geral, como uma ameaça à sociedade, onde a única saída era impor, pela educação, moral rígida, disciplina do espírito que refletisse na prática social e em particular, na dos trabalhadores.

“ L’éducation est au centre du spiritisme. (...) La médiumnité ne sert à rien si elle ne contribue pas à rendre l’homme meilleur. (...) Nous touchons véritablement ici au coeur du kardécisme qui est une entreprise de moralisation des comportements.

Or cette morale, dans le contexte social et politique de la France des années 1850-1870, vise essentiellement à normaliser les conduites de la classe ouvrière. ‘Partout’, écrit Kardec dans son Voyage de 1862 (p. 5) ‘le spiritisme commence dans la classe éclairée et moyenne, nulle part dans la classe inférieure et ignorante.’ ”⁵⁸

Essas são, portanto, algumas das experiências que compuseram as raízes dos movimentos católico e espírita, voltadas para a assistência, organizadas na época contemporânea. Partindo, de suas intenções assistenciais, kardecistas e católicos, contra-reformistas e, às vezes, dissidentes da contra-reforma, esses movimentos assistenciais

⁵⁷ A clássica obra de ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1985, apresenta um excelente quadro de como as condições de vida dos operários preocupava a burguesia. Mesmo vendo a caridade cristã apenas como mais um negócio dos ricos, não passaram despercebidas aos olhos deste atento observador todas as tentativas de submeter os trabalhadores às leis dos tribunais e pela repressão policial, ou pela iniciativa de educá-los, bem como suas reações a essas estratégias. Esta obra teve sua 1ª edição em 1845, com o título *Die Lage Der Arbeitendem Klasse in England*, publicada em Leipzig por Druck Verlag Otto Wigand. Kardec publicou *Le Livre des Esprits*, em 1857, no mesmo ano em que Baudelaire publicava *Les fleur du mal*, e Flaubet, *Madame Bovary*; cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, p. 30.

⁵⁸ AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, p. 79.

gerariam instituições de caráter leigo, apoiados nas lideranças clericais como fizeram, por exemplo, os vicentinos, passando a ser, na segunda metade do século XIX e no século XX, a mola mestra da ação social católica e do movimento caritativo dos espíritas. Nessa época, do final dos oitocentos em diante, surgiram as primeiras organizações de assistência do movimento católico laico e dos espíritas na Europa, transferindo-se rapidamente para o Brasil.⁵⁹

No caso dos católicos, em Roma, durante o I Concílio do Vaticano, em 1870,⁶⁰ foram identificados outros pobres na periferia das grandes cidades que se industrializavam, transferindo-se as missões dos padres das aldeias, imediatamente, para os bairros dos operários. Em Turim, atuou João Bosco, em Lyon, Antônio Chevrier; era preciso evangelizar, educar e atender aos necessitados desenraizados do campo que, pouco a pouco, iam se afastando da religião e dos valores morais. Para trabalhar com essa multidão de novos pagãos, seria necessário promover uma ação católica que disseminasse a idéia de uma doutrina cristã com ideal claramente operário.

A luta social que estava sendo travada nos países europeus em seu processo de industrialização, na segunda metade dos oitocentos, no movimento dos trabalhadores entre as vertentes revolucionárias e as de natureza religiosa, adensava-se com uma questão que perpassava as duas posições - a necessidade de assistência social. No âmago dessa luta encontrava-se, de um lado, o assistencialismo na sua forma tradicional, e do outro, o

⁵⁹ Ver LELLOT, S. J., Fernand. *Para Realizar a Ação Católica*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

⁶⁰ Cf. CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 264. Além de ter instaurado o dogma da infalibilidade do Papa, este Concílio preparou uma estratégia ofensiva da Igreja no âmbito da sua organização político-administrativa, defendendo maior centralização do poder e reforço da hierarquia, e no âmbito ideológico com estratégia de intensa evangelização dos trabalhadores do campo e das cidades, o que provocou o surgimento de enorme quantidade de novas congregações com o propósito de educar os pobres e operários.

mutualismo, defendido pelas organizações operárias, a exemplo dos anarquistas, como saída para resolver os problemas causados pelo empobrecimento dos trabalhadores.⁶¹

Foi nessa luta que se planejou uma ação católica, laica e clerical, assumida por lideranças que se projetavam no próprio movimento operário católico, acompanhando suas reivindicações, oferecendo também a saída assistencial.⁶² Dom Bosco, fundador da Ordem Salesiana e Dom Orione, fundador da Pequena Obra da Divina Providência, são apenas alguns exemplos desse movimento ampliador a ação social do clero católico sob o impacto da industrialização da Itália, no último quartel do século XIX. Esses clérigos representam os novos missionários da Igreja, que, diferentemente daqueles que atuavam nas aldeias, com a tarefa de evangelizar os camponeses, desde o final século XVI, no rastro do contra-reformismo católico, instituíram sua missão nas grandes cidades, junto aos novos pobres - os operários.

Em Belo Horizonte, a precedência da Ação Católica é notória como atestam algumas importantes lideranças da Igreja e do movimento laico. Em 1927, D. Antônio dos Santos Cabral, Bispo de Belo Horizonte, reconhecia a importância do laicato católico na cidade, cujo trabalho realizado até aqueles anos ficava evidente com atuação da Sociedade de São Vicente de Paulo, fundando a Confederação das Associações Católicas de Belo Horizonte. Em seguida, esse mesmo prelado convocava o 1º Congresso Catequístico Brasileiro, em 14 de abril de 1928, sendo realizado em setembro do mesmo ano. Portanto, antes de lançar oficialmente seu programa de Ação Católica, a Igreja reconhecia a

⁶¹ O mutualismo desenvolveu-se sobretudo nas associações anarquistas que, junto aos socialistas e comunistas, disputavam a liderança dos trabalhadores com as organizações católicas e de outras tendências político-ideológicas.

⁶² No caso brasileiro, há em Belo Horizonte, na fase de construção da cidade, entre 1897 e 1930, uma marcante atuação dos setores católicos organizados da sociedade, inclusive junto aos sindicatos, como pode ser atestado pelo estudo, SOUZA, Marco Antônio de. Mutualismo e Ação Social Católica em Belo Horizonte, 1900-1930: A Associação Beneficente Tipográfica. In: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1995, n. 4, p. 52-62. A partir dos anos 30, ficou marcada a presença da Igreja em Belo Horizonte, quando o Bispo Dom Cabral passou a ser cognominado de

existência de uma ação católica dos leigos.⁶³ Desde Leão XIII, passando por Pio X (1903-1914), essa ação católica promovida pelos leigos já era reconhecida.⁶⁴

Entretanto, o reconhecimento oficial da importância da Ação Católica só ocorreu sob o pontificado de Pio XI, mais exatamente através de seu discurso dirigido às associações católicas, em Roma, no dia 19 de abril de 1931. O pronunciamento pontifical parece ter reconhecido a ação católica como “ (...) uma participação do laicato no Apostolado Hierárquico da Igreja”, ou seja, passou-se a definir a participação dos católicos engajados em instituições leigas, como um compromisso formal com a Igreja. Assim, fazer a “A. C. (Ação Católica) é agir dentro dos quadros da A. C., segundo seus princípios, da mesma maneira que fazer escotismo não é apenas trazer um uniforme e viver, às vezes, sob tendas; mas, ser escoteiro consiste, antes de tudo, em aceitar os objetivos e métodos do escotismo.”⁶⁵

Na década de 20, o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), ex-Bispo de Olinda e Recife, criou a revista *A Ordem*, e propiciou a fundação do Centro D. Vital, cujo diretor e expoente líder católico Jacques de Figueiredo, recebia a influência de representantes da Ação Católica francesa, como Charles Maurras. Precedendo ao ato do Papa Pio XI, o Cardeal D. Sebastião Leme, publicou, em 1923, o livro *Ação Católica*, em que se pronunciava um defensor dessa organização. Doze anos mais tarde, em 16 de junho de 1935 num texto publicado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, para encaminhar as decisões do pontífice, intitulado *Princípios e Disposições*

Bispo dos operários. Ver também e este respeito, DUTRA, Eliana R. de Fretas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁶³ Ver por exemplo, LIMA, Mário de. *O Bom Combate, subsídios para a história de 20 anos da Ação Social Católica em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

⁶⁴ As Encíclicas *Rerum Novarum*, *Graves Communi e Motu Proprio* desses dois pontífices, formam a base da ação popular católica, principalmente nas questões relativas à situação dos operários.

⁶⁵ LELOTTE S. J. , Fernand; op. cit., p. 20. É interessante notar, que no Lar dos Meninos Dom Orione, havia uma tropa de escoteiros composta pelos abrigados, indicando, ao que parece, uma prática da pedagogia assistencial que se valia desse tipo de atividade para infundir o espírito de grupo, de hierarquia e obediência.

Gerais da Ação Católica, esse alto prelado definiu essa organização distinguindo-a das Conferências Vicentinas, afirmando que, enquanto a primeira tem como objetivo o “apostolado universal,” a segunda, apesar de ter desenvolvido um apostolado “edificantíssimo”, é uma associação de objetivos apostólicos delimitados.⁶⁶

Entretanto, uma das atividades destacadas pelas Comissões da Ação Católica Brasileira eram as obras de caridade e assistência popular, e ainda mais, considerava-se que a Ação Social tinha o papel de pacificar e promover a “concordia das classes, na mútua cooperação – que é fruto não só de justiça, mas de benevolência e caridade cristãs em toda a sua nobre função social (...)” Portanto, os vicentinos, irmãos leigos, vinham há muito tempo promovendo aquilo que, de essencial, era o objetivo da proposta oficial da Ação Católica.⁶⁷

Dessa maneira, no Brasil, a instituição oficial da Ação Católica ocorreu em 1935. Essa Ação Católica Brasileira, oficial, é oriunda da Itália, onde após criá-la, Pio XI buscou estendê-la a todos os países católicos. De acordo com os documentos pontifícios, a Ação Católica baseia-se em organizações católicas com estrutura e metodologia próprias e que corresponde a uma inspiração do Espírito Santo, cuja finalidade é a “colaboração ou participação do leigo no apostolado da hierarquia.”⁶⁸

Se antes a Ação Católica era vista como uma atuação difusa dos católicos, que podia significar desde ir à missa até se organizar para praticar a caridade, agora, a partir do pronunciamento oficial, a ação ganhava um *status* de organização institucional.⁶⁹ Ganhava

Ver também, FRANCA S. J., Padre Leonel. Ação Católica e Educação. 2ª edição. In: *A Formação da Personalidade*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p. 402-417.

⁶⁶ DALE O. P., Frei Romeu (org.) *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁶⁸ Ver a respeito da implantação da Ação Católica no Brasil, e sobre seus antecedentes, DALE O. P., Frei Romeu (org.) *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.

⁶⁹ Uma interessante discussão acerca da importância política da Ação Católica no Brasil pode ser encontrada em MATA MACHADO, Edgard de Godói da. *O Cristão e a Cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1959, especialmente no capítulo Catolicismo e Política, p. 47-57.

força a concepção do laicato em seu sentido estrito – uma classe especial de fiéis: os religiosos –que podem ser, indistintamente, membros do clero ou leigos.⁷⁰ A organização oficial da Ação Católica, seguia o modelo italiano, devendo funcionar da seguinte forma:

“a) Homens da Ação Católica (HAC) para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; b) Liga Feminina de Ação Católica (LFAC) para maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira (JCB) para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC) para moças de 14 a 30 anos; no setor da juventude estava previsto a criação da Juventude Estudante Católica (JEC), para os moços secundaristas; Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC)”⁷¹

Foi nesse ambiente de mudanças na atuação da Igreja, em âmbito mundial, e, especificamente, no Brasil desde o advento da República em 1889, seguida da reação católica nos anos 30⁷², que surgiram a Cidade Ozanam e o Lar dos Meninos Dom Orione. Contemporâneo a essas duas instituições católicas, surgiu o Abrigo Jesus, de orientação espírita kardecista, apresentando uma alternativa à proposta assistencial da Ação Católica e da Doutrina Social da Igreja.⁷³ Essa alternativa implica em procedimentos semelhantes às instituições católicas no que diz respeito às práticas assistenciais e, em algumas diferenças, nas concepções que as norteiam.⁷⁴

Como já foi lembrado, embora todas essas instituições fossem contemporâneas, umas às outras, surgindo entre 1938-45, período que inclui sua construção, organização e

⁷⁰ Estes pronunciam votos de pobreza, castidade e obediência, em algum instituto religioso, reconhecido pela Igreja

⁷¹ DALE O. P., Frei Romeu; op. cit., 1985, p. 9.

⁷² Sobre as reações do clero católico na década de 30 ver, MARQUES, Rita de Cássia. A Igreja no Estado Novo: Tempos de Colaboração e Intolerância. In: *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1996, n. 7, p. 75-85.

⁷³ Ver a respeito da Doutrina Social da Igreja, GUERRY, Émile. *La Doutrine Sociale de L'Église*. Paris: Bonne Presse, 1957.

⁷⁴ As diferenças entre as instituições católicas de assistência e educação relacionam-se, não apenas aos seus objetivos e métodos de trabalho, ocorrendo também um problema de periodização. Ver a este respeito, MANOEL, Ivan A. História da Educação e História da Igreja: alguns problemas quanto à periodização. In: *Plures – Humanidades*. Ribeirão Preto, SP: Centro Universitário Moura Lacerda, 2000, v. 1, n. 1, p. 64-79.

fundação, e, ainda que as orientações assistenciais de seus líderes se aproximassem consideravelmente, faz-se necessário salientar que as suas estratégias assistenciais são variadas. Há modos de praticar a assistência que se diferenciam, como se pretende demonstrar mais adiante, em outros momentos deste estudo. Em outros capítulos, quando serão abordadas especificamente as práticas diferenciadas de cada instituição, será possível notar algumas diferenças provocadas, não apenas pelos matizes de orientação religiosa católica e kardecista, como ainda pelas peculiaridades das práticas assistenciais em função das propostas de atender a grupos distintos de necessitados.

Dessa forma, justifica-se amplamente o que se acabou de explicar, ou seja, se por um lado há uma diferença nas orientações religiosas dessas instituições, por outro, há conjunturas históricas que envolvem todas essas estratégias assistenciais, salientando-se as relações políticas com o Estado e seus desdobramentos, a partir da crise da Primeira República no Brasil, culminando com o surgimento de um novo Estado, em 30, e, com ele, uma nova proposta para tratar o problema social. Desse modo, dando continuidade a essa introdução histórica do processo de mudanças, é chegado o momento que interessa mais de perto, que se compõe do surgimento de novas situações históricas nas décadas subsequentes à Revolução de 1930, de onde nasceram as instituições assistenciais aqui investigadas.

Dos anos 30 em diante, o Estado que se ausentara até então do problema social, iniciou timidamente sua intervenção nessa área, porém, mais preocupado com o problema da organização sindical e política dos operários do que propriamente com o problema social. As novas leis que reagiam à forma como as relações capital-trabalho haviam sido encaradas pelo Estado, na Primeira República, sem a presença do poder público, não desconheciam o problema social, entretanto, consideravam prioridade resolver o conflito capital-trabalho causador das indesejáveis reações do trabalhador empobrecido, e que,

desde o início do século, acelerou uma conjuntura de greves e movimentos político-sindicais.⁷⁵ Considerando-se ainda, a chegada da crise mundial da economia capitalista ao país, agravando esse quadro, nota-se que, apesar do processo de industrialização que passou por uma aceleração nos anos 30, o nível de empobrecimento não diminuiu e nem se alterou substancialmente.

Imprimindo ação política sobre os sindicatos operários que pressionavam a frágil organização e a capacidade de reação dos empresários,⁷⁶ impondo parâmetros de negociação, o Estado acreditava estar resolvendo uma séria ameaça às condições de reprodução do capital. A normalização do sindicato e sua recriação sob bases corporativas deveria colocar as lideranças operárias sob a tutela do Estado, eliminando toda e qualquer tentativa de resistência.

Nem por isso, nas décadas que se seguiram a 1930, a ação filantrópica da economia da caridade, baseada na rede beneficente privada, perdeu força, muito menos desapareceu; ao contrário, há razões suficientes para acreditar, inclusive, em sua expansão. Esse Estado da chamada Era Vargas, que passou a tratar com mais atenção o problema social a partir de 1930, criando inclusive instituições públicas para acompanhar os grupos sociais necessitados, acabou não conseguindo, num curto espaço de tempo, resolver, ou até mesmo fazer avançar seu programa assistencial.⁷⁷

⁷⁵ As discussões acerca do modelo de sindicalismo e de política liberal da Primeira República que consideramos para efeito de interpretação histórica, encontram-se em VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁷⁶ Esta questão do assistencialismo do Estado, nascido com as mudanças ocorridas em 1930, está bem detalhada na análise realizada por GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho, política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁷⁷ Ver a este respeito, HONORATO, Cezar. O Estado Novo e a Assistência Social. In: MARTINS, Ismênia de Lima et alii (orgs.) *História e Cidadania – XIX Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFCH – USP, 1998, v. 2, p. 223-241; PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: *Revista Brasileira de História, identidades/alteridades*. São Paulo: Humanitas/ANPUH, n. 38, 1999, p. 165-194; ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964). In: *Revista Brasileira de História, infância e adolescência*. São Paulo: Humanitas/ANPUH, n. 37, 1999, p. 157-178.

Os problemas sociais continuavam: o *status* de trabalhador com registro oficial apenas aprofundou o fosso entre pobres que trabalhavam e aqueles que não podiam trabalhar, ou que, por algum motivo, não tinham a carteira de trabalho, ou ainda, cuja recusa dos patrões em assiná-la os deixava fora do mundo do trabalho formal e oficial, gerando uma exclusão, a partir da lei e da regulamentação do trabalhador. O que parecia interessar mais ao Estado foi alcançado com o controle burocrático dos sindicatos e seus líderes, acompanhado do valioso mapeamento da classe trabalhadora através dos registros da carteira de trabalho. Além disso, prometia-se toda uma rede previdenciária para os que estavam regularmente inscritos no mercado formal de trabalho, deixando de lado os que não correspondiam a esse requisito.⁷⁸

Se, diante da nova vontade política, nascia uma proposta de intervenção do Estado que pudesse minimizar a situação da miséria, inibindo, com leis corporativas, a exploração desenfreada sobre os trabalhadores, o seu reverso também ocorria, ou seja, o controle sobre os trabalhadores e sindicatos impedia uma melhor representação das reivindicações dos trabalhadores junto aos órgãos governamentais que passavam a assumir a intermediação entre o capital e o trabalho.⁷⁹

Portanto, o ganho assistencial do trabalhador em virtude da ação do Estado tinha sua contrapartida. O domínio do Estado sobre o movimento operário, que poderia levá-lo a dificuldades financeiras mais sérias, impedindo ações reivindicativas de maior porte e pudessem comprometer a acumulação do capital, passou a ser a tônica dos anos 30.⁸⁰

⁷⁸ Ver esta discussão principalmente em SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987

⁷⁹ A organização da burguesia em torno dos seus órgãos representativos colaborou para a rápida implementação desta política corporativa, com o intuito de garantir a estratégia de intervenção do Estado nas relações com os trabalhadores. No caso de Minas Gerais ver sobre este assunto, VIEIRA, Evantina Pereira. *Minas Gerais: A Dominação Burguesa – Conflitos Políticos e Formas de Organização (1927- 1940)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1984, (mimeo).

⁸⁰ Além do estudo de GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, ver a este respeito a análise realizada por LANNA JR., Mário Cleber M. *Dois*

Embora, de início, ainda houvesse manifestações contrárias a essas determinações de cunho corporativista, as vozes de oposição logo seriam silenciadas com o Estado Novo.

Se o projeto político dos anos 30 e 40 passava por uma imprescindível educação dos trabalhadores, para transformá-lo em cidadãos, controlando o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, disciplinando esses trabalhadores nos espaços públicos, com iniciativas pedagógicas especiais, os excluídos tinham de ir para as instituições asilares, que seriam os lares dos desvalidos fruto da ação filantrópica. Em São Paulo, essas experiências pedagógicas especiais eram constituídas por grande variedade de escolas, que começava pelo Parque Infantil, depois o Jardim de Infância e os Clubes de Menores Operários. Os adolescentes que ficavam nas ruas eram acolhidos e instruídos sobre hábitos de higiene, práticas cívico-esportivas e outras tantas como: xadrez, dominó, aulas teóricas e palestras sobre civismo. A idéia era manter ocupados com atividades “tranqüilas”, os indivíduos pobres de 2 a 18 anos. Outros não tinham a mesma sorte e iam para reformatórios-modelo, abrigos provisórios de menores e reformatórios profissionais.⁸¹

Apesar das relações entre Estado e sociedade sofrerem grandes alterações nessas duas décadas que antecederam aos anos 50, a tentativa de moralização dos trabalhadores e a construção do homem novo, o cidadão do Estado Nacional, não foi possível mudar o quadro geral da sociedade brasileira. Os grandes esforços para mudar as práticas assistenciais, com intervenção do Estado, não substituiu as velhas idéias e ideais da filantropia e do assistencialismo, cujas origens remontavam ao século XIX, e que continuavam a ser discutidos por instituições de caridade em todo o país. Cidades para os pobres, famílias substitutas, campanhas de alimentos e remédios, escolas especiais para

Histórias de Regulação do Trabalho e do Capital; Um Estudo Comparado da Legislação do Estado Novo e do Fascismo Italiano. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, Tese de Doutorado, 1999, mimeo.

⁸¹ Cf. DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: A Educação nos anos 30 e 40. In. *Educação & Sociedade*. Campinas, SP: CEDES, 2000, n. 73, p. 165-181.

profissionalizar meninos e meninas desvalidos, etc., eram, e são, ainda hoje, comumente, apresentados como propostas em grandes e pequenos debates, por diversas lideranças.⁸² Os esforços das instituições assistenciais eram notáveis, mas não conseguiam resolver a situação; era preciso muito mais. Tomando como base o Estado de São Paulo, pelo Boletim do Serviço Social dos Menores, em 1941, existiam, aproximadamente, 40 mil menores abandonados nas ruas e, em apenas dois anos, em 1942, esse número saltou para quase 100 mil menores.⁸³

Como foi visto, paralelamente a essas propostas, a Igreja desenvolvia, ao longo do século XX, principalmente depois de 1930, uma ampla estratégia de cunho social que envolvia também o laicato.⁸⁴ Essa situação histórica, onde antigas estratégias do assistencialismo passaram a conviver com outras estratégias formuladas pelos representantes da filantropia científica, para atender ao velho problema social, abrangia todas as cidades cujo crescimento econômico e demográfico dos últimos tempos, gerava, em contrapartida, o processo de empobrecimento de uma parcela cada vez mais significativa da população trabalhadora.

•

Dentro do contexto brasileiro, cujas características essenciais foram apresentadas, surgia Belo Horizonte, cidade planejada, construída durante as três primeiras décadas deste século para ser a nova capital de Minas. Representando a proposta de modernidade, era considerada um dos grandes símbolos da República implantada em 1889, oito anos antes

⁸² Ver a este respeito, SOUZA, Marco Antônio de, op. cit., 1994. Sobre os discursos das elites mineiras na Primeira República, que produziam imagens da pobreza, ver, SOUZA, Marco Antônio de. Representações sobre a Pobreza nos Discursos das Elites da Cidade Símbolo da República – Belo Horizonte, 1900-1930. In: *1500/2000, Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 43-54. A atualidade das práticas assistenciais em diversos países, pode ser atestada na publicação da Ordem Lazarista, criada por São Vicente de Paulo, COMME UN GRAND FEU, VINCENT DE PAUL. Strasbourg: Editions du Signe, s.d.

⁸³ Cf. DUARTE, Adriano Luiz; op. cit., 2000, p. 175.

⁸⁴ Além da obra de LELOTTE, S. J., Fernand, op. cit., 1947, ver ainda, GUERRY, Émile, op. cit., 1957.

de sua inauguração em 12 de dezembro de 1897. Apesar de todo o planejamento e de todos os esforços de engenheiros, sanitaristas, médicos etc., os problemas sociais não deixariam de estar presentes como atestam várias pesquisas concluídas nos últimos anos.⁸⁵

Durante a década de 40, a cidade começava a dar mostras de mudanças mais acentuadas na vida rotineira. Novos desafios punham as elites políticas e lideranças filantrópicas a executar planos inéditos ou rever antigos projetos assistenciais, na tentativa de encontrar soluções, para atenuar esses problemas sociais, que começavam a afligir a sociedade belorizontina.⁸⁶ Do prefeito ao grande líder vicentino, Joaquim Furtado de Menezes, as idéias começavam a fluir na tentativa de resolver, de maneira ampla, o problema das famílias pobres que viviam nas cafuas da nova cidade.⁸⁷

A jovem capital do Estado de Minas ia, aos poucos, perdendo ares de cidade pacata e ganhando porte de cidade agitada em pleno *boom* imobiliário, crescimento populacional e expansão para fora das margens dos bairros antigos, limítrofes da Av. do Contorno, cinturão que, no entender das elites da cidade, isolava a pobreza do mundo civilizado da área moderna e planejada, desde os idos de sua inauguração e construção, entre 1897 e 1930. Acompanhando essas transformações, a presença da filantropia e a organização de campanhas de caridade não cessavam.

⁸⁵ Próximo a data comemorativa do centenário da cidade foram lançadas, entre outras, quatro obras coletivas com textos de temas e enfoques variados, produzidos por estudiosos da história de Belo Horizonte: PAIVA, Eduardo França (org.) *Belo Horizonte: Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997; DULCI, Otávio Soares (org.). Belo Horizonte: *Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996; DUTRA, Eliana Regina de Freitas (org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996 e VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, Cem Anos em Cem. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, n. 18, 1997. Há também um guia dos trabalhos acadêmicos sobre Belo Horizonte, lançado na mesma época: GUIMARÃES, Berenice Martins e AZEVEDO, Sérgio. *Belo Horizonte em Tese*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos-UFMG, 1995.

⁸⁶ Foi nesta década que surgiram os projetos da Cidade Ozanam, do Abrigo Jesus e do Lar dos Meninos, este último, criado pela Prefeitura, na administração Juscelino Kubitschek de Oliveira, depois transferido para os orionitas. Nos jornais desse período são comuns as matérias sobre mendicância e outros problemas atribuídos à pobreza.

⁸⁷ A decisão de construir uma cidade para os pobres parece ter amadurecido em 1936, quando: “O Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Otacílio Negrão de Lima, tendo ido à Bahia, voltou impressionado com uma visita que fez ao Abrigo Redentor para mendigos. Chegando a Belo Horizonte, publicou em “O Diário”, artigos

A distribuição de agasalhos às crianças pobres, organizada pela Sociedade Mineira de Amparo à Maternidade e à Infância, daria cobertores e “roupinhas de crianças” aos freqüentadores do seu lactário, em outubro de 1948. Prêmios aos assíduos dessa instituição e de bom comportamento, seriam entregues em forma de cadernetas da Caixa Econômica. Outra preocupação com a expansão demográfica aliada à possibilidade de epidemias, era a vacinação. Colaborando com as autoridades sanitárias, as farmácias foram incorporadas à campanha de vacinação contra a varíola. Os 20 postos de imunização e os 30 funcionários da Secretaria de Saúde, ganharam a adesão de várias farmácias, que passaram a vacinar gratuitamente a população. Lançou-se mão ainda da vacinação domiciliar em alguns bairros, como o da Renascença.⁸⁸

Alargando as fronteiras da caridade, um Concerto da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais em favor do Natal dos Pobres, tradicional campanha filantrópica organizada durante essa fase pelos Diários Associados, movimentava a sociedade belorizontina. Algumas escolas aderiram à campanha, destacando-se o Colégio Anchieta, cujos alunos e professores se empenharam num grande festival a fim de arrecadar fundos para a mesma. Alguns alunos desse educandário chegaram a organizar grupos que percorriam a cidade recolhendo donativos.⁸⁹

Outros grupos se organizaram para cooperar com a campanha. Estudantes universitários faziam apresentações de teatro e festivais esportivos com a colaboração da Associação Comercial de Minas e demais entidades das classes produtoras, que também

censurando a inatividade dos vicentinos mineiros e elogiando o abrigo que visitara. Cf. MENEZES O. P., Frei Alano Porto de. op. cit., 1994, p. 55.

⁸⁸ Ver a este respeito o jornal ESTADO DE MINAS, de 24.10.1948. A lista de farmácias esta composta, entre outras, dos seguintes estabelecimentos: Farmácia Abreu, Rua da Bahia, 1085; Farmácia Ceará, Rua Ceará, 1337; Farmácia Santa Marta, Av. Bias Fortes, 934; Farmácia Santa Cecília, Rua Itapecerica, 397; Farmácia Marília, Rua Tomaz Gonzaga, 607.

⁸⁹ ESTADO DE MINAS, 07.11.1948, p. 3. Os Diários Associados eram um conglomerado de emissoras de televisão, de rádio, jornais e revistas, que liderava o setor das comunicações no país, sob a batuta do empresário e senador pela Paraíba e Maranhão, Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

promoveriam jogos de futebol em benefício da campanha.⁹⁰ A arrecadação popular para o Natal dos Pobres concentrava-se na Associação Comercial de Minas, que disponibilizava, aos interessados, um telefone para informações sobre as doações.

Toda essa movimentação em torno de uma campanha beneficente, lembra, em parte, a situação das décadas iniciais do século, em lugares diferentes, quando extensa rede de instituições assistenciais privadas e públicas era responsável pela maior parte da assistência aos pobres.⁹¹ Entretanto, há aqui um caráter completamente novo, um mecanismo de concentração de esforços propagandistas veiculado pelos meios de comunicação, salientando-se os pertencentes aos Diários Associados, que principiavam a se tornar, nacionalmente, uma rede de emissoras de rádio e de jornais de grande influência. O apelo à campanha continuava sendo de fundo cristão, o Natal, mas sua execução começava a se alterar utilizando-se métodos arrojados de comunicação.

Enquanto isso, na área oficial, por essa mesma época, os discursos e a ação dos políticos tentavam aprimorar o assistencialismo público. Na gestão do prefeito Américo René Giannetti, nos início dos anos 50, o Serviço de Assistência Social receberia atenção especial.⁹² Abrindo o seu Relatório de 1951, Giannetti indicava mudanças: “Hoje, a mentalidade dos governantes já está muito modificada e a Assistência Social ocupa lugar de destaque no quadro das preocupações administrativas.”⁹³

Citando a mundialmente conhecida definição de M. L. Gillard, divulgada no 1º Congresso de Direito Social que se reuniu em São Paulo, em 1914, Giannetti assim definia sua concepção de assistência social:

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ Ver a este respeito os estudos de SOUZA, Marco Antônio de; op. cit., 1994 e PINTO, Maria de Fátima. *Os Indigentes, Entre a Assistência e a Repressão*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. As campanhas de donativos eram organizadas pelos jornais, desde o início do século, em Belo Horizonte, onde as listas com os nomes dos doadores eram estampadas, salientando-se as quantias doadas.

⁹² RELATÓRIO DO PREFEITO, 1951. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1952.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 72.

“Serviço Social é toda ação de poderes públicos, dos indivíduos ou das obras particulares, tendo por objetivo prevenir, curar ou minorar por meios científicos, as deficiências dos indivíduos e das coletividades.”

Percebe-se aí, não apenas a nova proposta de filantropia científica, baseada em saberes criados pela medicina social, o higienismo, o sanitarismo e pelas teorias jurídicas, como também a necessidade de apoio às obras particulares. Como no caso da Cidade Ozanam, Abrigo Jesus e do Lar dos Meninos Dom Orione.

Fica evidente a importância do serviço social como uma intervenção preventiva e educativa de cunho científico, porém, com base firmada na caridade e na justiça social.⁹⁴ Não levar em consideração o espírito cristão de caridade, reduzindo o serviço social à simples técnica, era considerado incorrer em erro grave. Assim, nessa concepção defendida por Américo René Giannetti, o ajustamento físico, moral e intelectual do indivíduo só podia ser alcançado se a assistência levasse em consideração que a “sociedade é uma organização viva, orgânica, moral, e não um conjunto mecânico de peças articuladas e justapostas.”⁹⁵

Portanto, essas propostas que mesclavam novas e velhas estratégias assistenciais, confirmavam que a antiga preocupação com a agitação social considerada incompatível com o progresso dos povos continuava a assombrar as elites políticas e os governos. Nas grandes cidades, como era o rumo que parecia tomar a capital mineira, essa preocupação quando não era evidente, era latente:

“ Em Belo Horizonte, venho dedicando tôda a atenção a essa questão, procurando adotar medidas necessárias não só a assistência médica, dentária, farmacêutica, escolar, as populações numerosas das vilas e bairros, como também ao próprio desenvolvimento das atividades construtivas das classes operárias.”⁹⁶

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 73

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 73

⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 73.

Alguns anos antes do Relatório do Prefeito, em 1948, a Assembléia Legislativa de Minas votava projeto para subvencionar entidades assistenciais, distribuindo Cr\$ 4.900.000 cruzeiros para as obras sociais. Recuando, aproximadamente, dez anos, vamos encontrar em outros lugares do país, as mesmas preocupações com relação à assistência social, refletidas em encontros de entidades e associações.

Em 1940, acontecia a Quarta Semana de Ação Social de São Paulo. Reunindo expoentes da ação social católica, esse evento contou com a presença de boa parte do episcopado, de padres, secretários de governo, juizes e desembargadores, professores e intelectuais de várias áreas, do Rio de Janeiro e de São Paulo, para discutirem o tema A Família e a Questão Social. Entre os objetivos do encontro, que possuía uma extensa programação, encontrava-se o seguinte: “Tornar conhecidos os princípios da doutrina social católica, despertar o senso de responsabilidade e auxílio mútuo, e a colaboração entre as classes.”⁹⁷

Nota-se, pelos textos produzidos para a Quarta Semana, que o eixo das preocupações da ação social católica era a família ameaçada pela pobreza, o êxodo rural, os novos costumes e, sobretudo, pela ação perversa da luta entre as classes. Além disso, duas preocupações dominavam os participantes no que dizia respeito à cidade: o problema da educação das massas e da administração pública.

Para o primeiro caso, pedia-se a urgente atuação de organizações juvenis da ação católica - A. C., principalmente aquelas ligadas aos operários. No segundo caso, como o êxodo rural era praticamente inevitável, o que produzia sérias conseqüências nas áreas urbanas, era necessário tentar conter esse movimento migratório no campo, oferecendo assistência sanitária, orientação profissional e criação de cooperativas de produção e consumo. Assim, o laicato pertencente a todas as tendências da Ação Católica - A. C.,

deveria apoiar e atuar firmemente junto ao clero, para dar novos rumos aos problemas causados pela pobreza e pelos novos comportamentos da sociedade industrializada que ameaçavam a estabilidade do país.⁹⁸

O processo de Romanização por que passou a Igreja, a partir da segunda metade do século XIX, tendo como meta a autonomização frente ao Estado e a maior aproximação dos clérigos com a Santa Sé, deveria provocar o surgimento de novo catolicismo, que reforçaria a hierarquia eclesiástica, diminuindo a importância do laicado que deveria ser conduzido como as ovelhas pelo pastor. Esse processo de concentração e uniformização que estava ocorrendo, denominado neocristandade, colocaria o leigo numa posição subordinada.⁹⁹

Porém, para que se entenda a situação dos vicentinos, que sendo leigos praticavam desde o último quartel do século XIX, uma modalidade de ação social católica, advinda de sua origem e tradição francesas, é preciso frisar que sua prática antecedeu ao projeto do episcopado brasileiro. Muito antes de Dom Sebastião Leme, em 1916, defender a participação da Igreja na vida política do país, incitando os católicos a participarem da vida pública, as lideranças vicentinas, notadamente em Minas Gerais, com o apoio de líderes da

⁹⁷ A FAMÍLIA E A QUESTÃO SOCIAL – SÃO PAULO, 1942, op. cit., 1942.

⁹⁸ Das várias Conclusões e Resoluções da Quarta Semana de Ação Social destacamos as seguintes: 1. Relativamente à consolidação moral da família, A – Educar para a família e a família, entendendo-se com isto: a) a difusão dos conhecimentos dos deveres morais que repeitam à família numerosa, à severidade dos costumes, ao direito e ao dever do Estado de tomar medidas em favor e em defesa da família; 2. Tornar mais eficiente a assistência aos menores; Medidas negativas para moralizar a família: 1- Reprovação absoluta do divórcio; 2 – Reprovação do exame pré-nupcial obrigatório; 3 – Reprovação relativa do trabalho da mulher fora do lar; 4 – condenação do alcoolismo e conseqüente combate. Relativamente ao trabalho e à situação nacional: 1 – Propagar um conhecimento, sem ilusões, do estado de pobreza calamitoso em que vive uma grande massa de brasileiros, para que o conhecimento leve a uma preocupação com os problemas reais; 4 – Simpatizar e cooperar com o progresso industrial debaixo do lema moral tudo para todos, o que só é possível pela formação que ensine a cada um a prática das virtudes cristãs; sem despreocupar a atenção dos ingentes problemas do interior e do litoral; 6 – A crise atual da humanidade e a crise que pouco a pouco nos atinge deve ser atenuada, pela prática de certos deveres de colaboração que podem ser exercido (sic): a) no meio patronal por uma crescente racionalização e, sobretudo, pela adesão maior e praticamente à Igreja Católica Apostólica Romana; b) no meio operário pela intensificação dos Círculos Operários e da Juventude Operária Católica.

⁹⁹ Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983, tomo III, v. 4.

Igreja como o Padre Júlio Maria, estavam organizando seu movimento leigo envolvendo-se diariamente com a assistência aos pobres.¹⁰⁰

Antecipando em décadas as idéias de Pio XI e ao surgimento do Ação Católica Italiana, no final dos anos 20, oficializada pelo Vaticano, a Ação Católica brasileira já estava bem desenvolvida, sobretudo pelo trabalho dos vicentinos em Minas Gerais, desde o final do século XIX. Somente na década de 30, como Arcebispo do Rio de Janeiro, em 1935, o cardeal Dom Leme criaria oficialmente a Ação Católica Brasileira. A produção dos intelectuais católicos brasileiros nos anos 30, reunidos desde 1922, no Centro Dom Vital, cujos alicerces foram construídos por Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, grandes líderes do catolicismo laico conservador, gerou mudanças, preconizando uma reforma na Igreja. Aos leigos caberia materializar a Ação Católica.

Essa Ação Católica seria responsável pela aproximação entre o temporal e o espiritual sob a orientação dos clérigos. Começava, nesse período, uma série de eventos para organizar essa nova época da Igreja, como As Semanas Nacionais de Ação Católica. Além da preocupação em combater o espiritismo e o protestantismo, a discussão sobre a questão social avançava. A mudança nos rumos da Igreja para atender aos movimentos sociais refletia o esforço da sociedade brasileira que, naquele momento, década de 30, assistia e participava de novos ritmos da vida política.

Assim, deve-se considerar a Sociedade de São Vicente de Paulo, em Minas Gerais, mais do que em outros lugares do país, como precursora da Ação Social Católica, ou como veio depois a ser conhecida, A. C. – Ação Católica. As décadas que se seguiram a essa implantação oficial da A. C. no país, depois de 1940, seriam marcadas por duas tendências:

¹⁰⁰ As Conferências de São Vicente de Paulo são consideradas por determinados autores, como as primeiras organizações de massa para atendimento aos pobres em hospitais, asilos, creches, vila populares, etc. Fundada no Brasil em 1872, no Rio de Janeiro, pelo Visconde d'Azejur, A Sociedade de São Vicente de Paulo fora fundada antes, pelo mesmo Visconde, em Lisboa, anos antes. Cf. ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.107-111.

uma, mais antiga, vinda das experiências assistenciais francesas, aqui chegou com os vicentinos, e outra, implantada pelo próprio clero católico, trazida da A. C. italiana, que teve seu nascedouro e desenvolvimento nos pontificados de Pio XI (1922-39) e Pio XII (1939-58).

É preciso lembrar também que no Brasil, a Igreja foi responsável pelo recrutamento dos quadros representativos da clientela dos primeiros cursos de Serviço Social. No Rio de Janeiro houve um curso de propaganda com conferências de caráter doutrinário seguido de outro curso prático e intensivo ministrado em 1936.¹⁰¹ Um ano depois, no Estado Novo, com a situação das relações capital-trabalho sob o controle, da organização corporativa dos sindicatos, restava tratar da emergência dos subalternos, dos miseráveis e dos desvalidos e olhar, mais de perto, as famílias, inclusive daqueles que estavam no mercado formal de trabalho. As disciplinas do curso de Serviço Social foram criadas por professores católicos que organizaram seus conteúdos baseados em valores tais como, o ascetismo, a benemerência, o messianismo, o desprendimento, o voluntarismo e o caritativismo. Esses traços acompanhariam os assistentes sociais ao longo de várias décadas, visto que para trabalhar na L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência -, por exemplo, era preciso ter pessoal técnico que gostasse dos indigentes.¹⁰²

Pouco tempo depois, sob a égide de novo regime, de 1948 a 1951, realizavam-se em São Paulo as Semanas de Estudos do Problema de Menores. Organizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as discussões e propostas apresentadas nesse evento chegaram à conclusão de que o espírito cristão é a chave para a tarefa de atendimento às

¹⁰¹ CORRÊA, Mariza. A Cidade de Menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez/USF, 1997, p. 83-84. Esta autora revela que em São Paulo, a Igreja havia promovido um curso ministrado por uma professora da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, em 1932, para as primeiras interessadas na assistência social.

¹⁰² Cf. HONORATO, Cezar. O Estado Novo e a assistência social. In: História e Cidadania – XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: ANPUH-Humanitas, 1998, v. 1, p. 223-241.

crianças pobres. A infância e a juventude desajustadas, na opinião dos juizes participantes, só poderiam ser educadas, de forma adequada, pela caridade cristã.¹⁰³

Para os jornais de Belo Horizonte, nos idos de 1940 a 1950, a assistência ao chamado menor desamparado estava entre os problemas sociais que exigiam séria intervenção das autoridades políticas e assistenciais. Várias causas eram apontadas para o surgimento e agravamento do problema: 1) ressonâncias da guerra; 2) aumento do custo de vida que forçou o afastamento da mulher de seu lar para trabalhar; 3) a legislação trabalhista que proibia o trabalho do menor de 14 anos.¹⁰⁴

A idéia de abandono do lar pela mulher, permitindo que seus filhos ficassem na rua, seduzidos pelo mundo, aliada àquela idéia de ociosidade dos filhos dos pobres proibidos de trabalhar até uma certa idade, formaram, sem dúvida, o discurso mais incisivo no sentido de criar instituições com a finalidade de sanar a ausência dos pais e a falta de trabalho, ou ocupação do tempo livre das crianças pobres. Os esforços para colocar em prática as sugestões de educar as crianças pobres com meios apropriados, afastando-as da miséria e dos vícios, redobravam-se naquele momento, com a intervenção do poder público.

Apesar da constante solicitação feita ao Estado, para que participasse ativamente da assistência à pobreza, e muito embora isso tenha ocorrido numa escala bem maior, desde a introdução do tímido programa social do novo regime no pós-30, como já foi salientado, a rede de instituições privadas, tradicionalmente mais bem preparada, continuou a ser o esteio do assistencialismo. Embora, anteriormente, a 1930, dentro de sua proposta política calcada nas idéias liberais, o Estado tenha participado de políticas assistenciais, foi o Estado Interventor, fundado em 1930, que passou a conduzir uma política voltada para os problemas sociais. Entretanto, ainda assim, questões político-administrativas e condições

¹⁰³ Ver a este respeito MORELLI, Ailton José, op. cit. , 1997, p. 145-170.

¹⁰⁴ DIÁRIO DE MINAS, 29/03/1950.

materiais dificultaram a estruturação de suas instituições como o planejado, cedendo espaço para que o assistencialismo privado continuasse assumindo o lugar de destaque que havia ocupado no período anterior a 30.

Esse quadro que se acabou de compor, localizando historicamente os problemas da assistência em Belo Horizonte entre as primeiras décadas de vida da cidade e o início do processo de crescimento urbano, nos anos 30 e 40, extrapolando os planos originais dos seus construtores, permitiu apenas uma visão aproximada das circunstâncias em que surgiram as novas instituições assistenciais. Daqui em diante, serão enfocadas as instituições que formaram um grupo representativo e heterogêneo, em sua procedência religiosa, dessa nova fase do assistencialismo em Belo Horizonte.

O presente estudo está dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo analisa os ideários do assistencialismo, mostrando as principais características da pedagogia assistencial vicentina, orionita e kardecista, procurando compreender ainda, de que maneira esses ideários foram transportados ao Brasil.

O segundo aborda a questão do surgimento das instituições assistenciais pesquisadas no bojo da história do assistencialismo, do país e de Belo Horizonte, objetivando informar e analisar em linhas gerais, os princípios norteadores da pedagogia do assistencialismo. Outros aspectos estudados foram: as imagens da pobreza, suas condições de vida, motivos dos internamentos, formas de sindicância e uma apreciação das políticas e estratégias do poder público nos seus programas de assistência, buscando compreender o papel das instituições privadas e suas ligações com o Estado.

O terceiro momento da análise corresponde ao estudo das práticas assistenciais das instituições selecionadas, partindo dos seus rituais e rotinas. Cada instituição foi analisada em separado levando-se em consideração as suas especificidades na intervenção junto aos pobres e suas características religiosas.

1. OS IDEÁRIOS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO: OS ASSISTENTES A CARIDADE E A EDUCAÇÃO

“Eu gostaria de reunir o mundo inteiro numa grande rede de caridade”

Frédéric Ozanam

“A educação, convenientemente entendida, constitui a chave do progresso moral”

Allan Kardec

“Dei ordem para que não sejam aceitos os que fogem do trabalho...Dom Bosco morreu recomendando o trabalho...Quando numa casa se introduz o ócio ou a pouca vontade de trabalhar, ou não são mais trabalhadores e entusiastas, como se deveria, aquela casa já está arruinada.”

Pe. Luís Orione

Neste capítulo, será analisada a formação das concepções de caridade e de educação que cercam as práticas assistenciais dos grupos religiosos, em sua essência, levando-se em consideração sua temporalidade. Os ideários que promovem essas concepções devem ser entendidos como produções sociais que estabelecem ações e desencadeiam discussões no interior da sociedade e dos grupos que as produzem. Por causa disso, os ideários pertencentes a grupos diferentes que os transmitem a outros membros de redes de interesses, estabelecidas historicamente pela sociedade, migram em longa duração através das estruturas institucionais, alterando-se em alguma medida e mantendo-se em sua essência. Não se trata, portanto, da tradicional história das idéias, mas dos conjuntos de idéias da história do pensamento social, produzidas em uma temporalidade e que devem ser compreendidas na sua historicidade.¹⁰⁵ Cada um

¹⁰⁵ Veja-se a propósito, a crítica à História das Idéias apresentada por CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: Topoi. Rio de Janeiro: Revista de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 7 Letras, 2000, p. 121-152.

conjunto de idéias, ou pensamentos, encontra-se no serial/estrutural, possuindo movimento, às vezes, de difícil percepção.

Essa análise do pensamento social, que cerca as práticas da caridade, proporciona o entendimento do conjunto de relações entre assistentes e assistidos, cujas práticas se alicerçam em motivos econômicos, sociais e políticos entrelaçados culturalmente. Esse cultural é entendido como aquilo que enfeixa as relações entre os indivíduos e, conseqüentemente, os grupos sociais aos quais pertencem, proporcionando-lhes sua imagem e as imagens do outro que são representadas pelas práticas e os rituais que os envolvem.

Dessa forma, as múltiplas práticas sociais ritualizadas nas relações que constroem as visões dos grupos sociais sobre si mesmos, e sobre a sociedade, passam de uma geração à outra, surgindo variados modos de educar, ou seja, de transmitir valores morais e imagens do mundo. A sociedade ao inventar as práticas culturais (isso entendido também no sentido da produção cultural da sociedade, inventando-produzindo, no mesmo instante, sua transmissão), o faz cotidianamente, através das regras de comportamento coletivo ritualizadas. Essas relações são complexas, justamente porque são multifacetadas, constituindo-se ainda, em lugares de enfrentamento. Dessa forma, não há como desvincular a produção do pensamento da prática cotidiana. A produção das estratégias da pedagogia do assistencialismo ocorre no mesmo momento da ação assistencial e educativa construída pela relação assistente-assistido.

Assim, as idéias não estão isoladas, não flutuam acima das práticas, mas fazem parte delas, são parte integrante dos projetos que emergem na e pela prática. Seu estudo, portanto, deve considerar suas origens nas pugnas dos grupos sociais que, historicamente, as inventaram.

1.1 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL VICENTINO: A SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO E SEUS INSPIRADORES

Traçando uma linha direta no tempo, diríamos que há uma ligação umbilical entre a obra de São Vicente de Paulo (1581-1660) e a obra da Sociedade de São Vicente de Paulo criada em 1833. Embora separadas no tempo, com diferença de dois séculos, essas obras têm mais em comum do que se possa imaginar. Além de ser considerado o grande inspirador da caridade cristã, exemplo para os que aspiram praticar a assistência aos pobres, o trabalho de São Vicente de Paulo é também ressaltado por seu “incontido amor afetivo e efetivo” aos que clamam por ajuda ao “Evangelizador, Libertador e Salvador dos Pobres”.¹⁰⁶

Esse “arauto da misericórdia e da ternura de Deus”, como o cognominou João Paulo II, que considerava os pobres senhores e mestres dos verdadeiros cristãos, sempre acompanhado da inseparável companheira de caridade, Louise de Marillac (1591-1660) co-fundadora da Companhia das Filhas da Caridade, conhecida como as “ternas mães dos pobres”, pregava aos seguidores cinco grandes virtudes: simplicidade, humildade, doçura, mortificação e zelo.¹⁰⁷ Essas passariam a ser as metas dos irmãos leigos da Sociedade de São Vicente de Paulo, tanto quanto já o eram para os Padres da Missão mais conhecidos como lazaristas - congregação nascida da atuação religiosa de São Vicente de Paulo.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. CAMPOS C. M., Padre José Isabel da Silva. Espiritualidade de São Vicente de Paulo. In: *Grande Sinal – Revista de Espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 1981, n. 7, p. 517.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 526.

¹⁰⁸ Para maiores detalhes sobre a vida espiritual de São Vicente de Paulo e sua obra de caridade ver, BIOGRAPHIE UNIVERSELLE, ANCIENNE ET MODERNE. Paris: Michaud, s. d., Tome 43, p. 543-554.

A vinculação direta entre os vicentinos e as obras de São Vicente de Paulo ocorreu através da Irmã Rosaly, uma Filha da Caridade de São Vicente de Paulo, que auxiliou os fundadores da Sociedade de São Vicente de Paulo nos primeiros momentos.¹⁰⁹ De 1833, quando surgiu em Paris, até 1872, a Sociedade de São Vicente de Paulo ficou ausente do Brasil. Foi exatamente em 4 de agosto de 1872 que apareceu, no antigo morro do Castelo, no Rio de Janeiro, a primeira Conferência brasileira, fundada por Pedro Fortes Marcondes Jobim, Antônio Secioso Moreira de Sá e Francisco Lemos de Faria Coutinho.¹¹⁰

O crescimento da Sociedade de São Vicente de Paulo, no país, foi significativo.¹¹¹ A organização das Conferências permitiu constante ritualização dos princípios orientadores da assistência aos pobres. Essa organização se deve, em boa medida, ao modo como os irmãos vicentinos a encaram. Tratando-se de uma irmandade leiga, suas práticas religiosas se assemelham às suas congêneres clericais, a começar por sua reunião rotineira. Retorno a um fato primordial na concepção vicentina, essa reunião de uma Conferência acontece uma vez por semana, sendo o momento em que essa

¹⁰⁹ A Sociedade de São Vicente de Paulo ganhou força na França, quando Ozanam se associou ao padre Lacordaire, organizando o jornal republicano *L'Ère nouvelle*, em abril de 1848, apresentando um projeto audacioso de reforma social, propondo participação dos trabalhadores nos benefícios e na gestão das empresas. Embora contasse com o apoio do arcebispo de Paris, essa empreitada “desapareceu na tempestade contra-revolucionária”, cf. TOURAULT, Philippe. *História Concisa da Igreja*. Mira-Sintra: Europa-América, 1998, p. 292.

¹¹⁰ MANNA C. M., Padre Rafael. Sociedade de São Vicente de Paulo: Ontem e Hoje a Serviço dos Pobres. In: *Grande Sinal – Revista de Espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 1981, n. 7, p. 566.

¹¹¹ Cf. MANNA C. M., Padre Rafael, op. cit., os dados para 1979 são os seguintes: “140.404 membros, 8.854 Conferências, auxiliando 38.733 famílias, num total de 198.267 pessoas (adultos e crianças). Em Belo Horizonte, os números eram os seguintes: 700 Conferências, 10.000 confrades (dados de 1981) e várias obras de assistência, asilos, creches, 2 abrigos (São Paulo e Belo Horizonte) para indigentes e migrantes, possuindo ainda o Centro de Formação Vicentina, onde os confrades e consórcias fazem seus retiros espirituais e aprendem novas técnicas para bem servir aos mais pobres, etc.”

comunidade de leigos cristãos-católicos se volta para o exercício da fé.¹¹² Isso significa reforçar o principal objetivo do grupo: exercitar a caridade e o amor ao pobre.¹¹³

As reuniões começam com uma oração, seguida da confirmação dos presentes, vindo logo depois, a leitura espiritual do Evangelho, que é a parte fundamental desse ritual. Após a leitura, feita, geralmente, em voz alta pelo confrade que estiver dirigindo a reunião, os confrades e consócias podem tecer comentários sobre o assunto tratado pelo texto escolhido. Geralmente, esses comentários apenas reforçam as idéias contidas na leitura, quase sempre com exemplos tirados das experiências de vida dos presentes.

Para a análise realizada, foi escolhido um *corpus* documental, composto de textos considerados de grande importância para a prática assistencial dos vicentinos.¹¹⁴ São textos escritos por encomenda do Conselho Metropolitano de Juiz de Fora, da Sociedade de São Vicente de Paulo do Brasil, ao Frei Alano Porto de Menezes O. P., para as comemorações do jubileu de prata, em 1988.¹¹⁵ Trata-se de um opúsculo com vários temas ligados ao Evangelho. Embora todos os textos estejam relacionados à prática da caridade, foram concentrados esforços naqueles que mais diretamente representam a postura caridosa do cristão.¹¹⁶ Alguns desses textos são adaptações do Evangelho; outros transcrições comentadas. Os mais comuns são pequenas partes dos Evangelhos, citados entre aspas, seguidos do comentário do autor da compilação, cujo

¹¹² Os vicentinos têm em mente a ritualização das primeiras comunidades cristãs, que segundo eles, são a base de todo cristianismo.

¹¹³ Neste trabalho, não se pretende discutir exaustivamente o significado da caridade, porém, para se entender, pelo menos, a concepção cristã-católica, essa discussão, mesmo que superficial, ganha importância. Em razão dessa necessidade, recorreremos a uma leitura introdutória à essa categoria, no *Dictionnaire de Théologie Catholique*, 1932, p. 2217-2266.

¹¹⁴ Cf. MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*, 1998, p. 141-42: “falando de *texto*, destacamos o que lhe dá sua unidade, que faz dele uma totalidade e não uma simples seqüência de frases.”

¹¹⁵ Daqui em diante será usada a sigla SSVP, por uma medida prática.

¹¹⁶ Os textos são os seguintes: *Sede Misericordioso Como Vosso Pai é Misericordioso (Lc. 6,36)* ; *A Caridade do Cristo Urge (I cor 5,14)* ; *A Caridade Cristã e Solidariedade; O Realismo da Caridade; Como eu vos Amei, Amai-vos uns aos Outros (Jo. 13,34)*; *Opção pelos Pobres e Pequenos; Carregai o Fardo uns dos Outros (Gal.6,2)*; *Acolher o Pobre; A Imitação do Cristo; Não é Aquele que diz: Senhor, Senhor...*

propósito explícito é interpretar o texto sagrado, tornando-o de fácil entendimento. Essa necessidade de tornar o texto sagrado o mais inteligível possível, não exigindo decifração é, aparentemente, característica própria desse tipo de discurso.¹¹⁷

Dos rituais religiosos, o que mais se salienta por sua simplicidade e, ao mesmo tempo, complexidade, é justamente a prece. A leitura de passagem bíblica, como acontece na leitura dos Evangelhos nas reuniões dos vicentinos, pode ser considerada uma espécie de prece.¹¹⁸ O texto lido pelos confrades, sendo parte de um texto bíblico, reveste-se de caráter sagrado tanto quanto a prece. Sua função é propiciar o exercício da fé. A diferença encontra-se na natureza dos rituais. Enquanto a prece é um rito essencialmente oral e individual, o outro ritual depende de uma leitura, que é realizada em voz alta, e, por isso mesmo, representa uma leitura compartilhada. Porém, nos dois casos, os ouvidos estão associados aos domínios das prédicas sagradas.¹¹⁹

Embora a prece pressuponha individualidade, ela é comumente realizada em conjunto, sempre que o ritual coletivo o exigir. Se a prece é um credo, como afirma Marcel Mauss, o ritual dos confrades vicentinos, na leitura espiritual do Evangelho, reveste-se de linguagem própria do texto sagrado, com objetivo e efeito. Dessa forma, o ritual exprime idéias e sentimentos produzidos pela linguagem que, através das palavras, são traduzidas para o exterior, sendo substantificadas pelos participantes. Ao falar, o participante do rito está pensando e agindo, sendo essa a razão pela qual ocorre ao mesmo tempo, a crença e o culto.¹²⁰

Se a prática da leitura coletiva do Evangelho representa uma crença religiosa, ela, de fato, está ancorada em um mito. Esse, talvez, seja o maior desafio, ou a tarefa

¹¹⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A Leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade: 1996.

¹¹⁸ Ver a este respeito MAUSS, Marcel. A Prece. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1979, p. 102-146.

mais complexa, para qualquer estudioso dos fenômenos de origem religiosa. A natureza primordial do mito não permite que se alcance sua intrincada estrutura histórica produzida pela oralidade; deve-se nos contentar, portanto, com o registro do texto, que, invariavelmente, não guarda contemporaneidade com essa procedência oral. Assim, esse tempo primordial que dá origem ao mito, é um tempo sagrado, construído pela oralidade através de explicações sobrenaturais só deixando vestígios nos registros.¹²¹

No caso da SSVP, a reunião que marcou o seu nascimento, convocada por Antoine Frèdèric Ozanam, em Paris, no ano de 1833, representou um encontro de idéias relacionadas com a caridade, que envolviam, além da vida mística de São Vicente de Paulo - um dos mais renomados defensores da caridade cristã - valores primordiais do cristianismo. Além disso, aquele momento histórico era um desafio aos jovens católicos parisienses à prática da filantropia e da caridade, diante da imensa população pobre que fazia parte do cotidiano daquela cidade.

Justamente naquele momento, nasceu o ritual que se tornou o cerne da instituição: a reunião semanal dos confrades. Segundo os cronistas vicentinos, a maior novidade implantada por Ozanam foi a visita semanal às famílias pobres. Entretanto, a preparação das visitas e a troca de experiências decorrente delas, só podem acontecer na reunião semanal; daí a relevância do estudo desse ritual.

O que, na verdade interessa, é o ritual da reunião da Conferência Vicentina, principalmente, onde sua essência mística se revela com grande força, ou seja, no exato momento da leitura espiritual do Evangelho.¹²² Considerando-se a educação como

¹¹⁹ E. GERMAIN, em *Langages de la Foi a Travers L'Histoire*, 1972, assinala a importância das práticas rituais e os esquemas catequistas para a formação das comunidades de fiéis.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*.

¹²¹ Apesar das grandes contribuições da antropologia, estudando sociedades primitivas, esses estudos limitam-se a algumas regiões muito específicas não permitindo, em muitos casos, estudos comparativos. Faz-se referência principalmente aos grandes estudos de M. Mead e Malinowsk, e mais recentemente, os estudos de Claude Levy-Strauss e Clifford Geertz.

¹²² As reuniões têm, em geral, de 12 a 15 confrades e/ou consócias que compõem a Conferência.

processo social abrangente, que não se restringe absolutamente à escola, ou ao que se denomina educação formal, pode-se atribuir à reunião vicentina um caráter educativo, poderoso e essencial à sobrevivência da própria Sociedade de São Vicente de Paulo.¹²³

A prática da leitura coletiva, realizada em ambiente especialmente preparado, onde se encontram os objetos integrantes da simbologia do culto, tem, como função, propiciar a meditação e a compenetração, necessárias à formação espiritual dos confrades. Sob essas circunstâncias, as palavras do Evangelho assumem dimensão específica de educar para a caridade, ganhando solene eloqüência.

No preâmbulo da Leitura Espiritual do Evangelho encontra-se assinalada a meta principal da reunião: “Mas, para que a Caridade se expanda, verdadeiramente, em seu coração, o confrade precisa desta hora de vida em comum, de fraternidade, de oração, e sobretudo destes 15 minutos de Leitura Espiritual como um reabastecimento para toda a semana e vida.” Sendo compilados dos Evangelhos, eles, de fato representam um guia de vida.¹²⁴

Não somente o texto, em si, mas o ambiente de sua leitura, é sagrado. A leitura é espiritual porque, ao se reunirem, os vicentinos consideram ter sempre um Confrade entre eles, que nunca falta às reuniões: Jesus Cristo.

Os textos da leitura do Evangelho lembram uma instrução, são destinados a comunicar a maneira de fazer e de agir. Não exigem decifração, passando diretamente ao estado da prática, - “há livros que são cartadas de luta por excelência”.¹²⁵

Confirmando essas características, em todos os textos, encontramos forte apelo no sentido de exercitar a presença de Cristo nos pobres e confrades, não apenas em

¹²³ Estudos sobre as práticas educativas da Regra Vicentina, mostrando sua face clerical, como o realizado por Eliane M. T. LOPES, *Religião e Educação na Formação da Professora Educadora de Mulheres: As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo: Servas de Pobres e Dentes, Mães Espirituais, Professora*, 1996, confirmam a importância dos rituais para a organização de grupos religiosos, sejam eles laicos ou não.

palavras mas em ação. Reforçando essa idéia, vem, ao final de cada texto uma pergunta, que certamente não deve ser para abrir uma discussão ou questionamento, mas para sugerir uma atividade de meditação, reafirmando a interiorização, de modo introspectivo, das instruções sagradas.¹²⁶ Quando alguém comenta a pergunta, suas observações são devidamente limitadas pela própria natureza desse gênero de discurso contido no texto religioso.¹²⁷

Além da leitura coletiva, como salienta Chartier, proporcionar a manipulação do texto, pondo em jogo a possibilidade de interpretação variada, que caracteriza a leitura privada, íntima, podemos pensar em Bourdieu, citando Cassirer e Shelling, que chamam atenção para a diferença entre o texto alegórico e o tautegórico.¹²⁸ Este último é responsável pela leitura estrutural, “que considera um texto nele mesmo e por ele mesmo”, isto é, que possui nele mesmo a verdade, abstraindo tudo ao redor.

Essa pré-potência que corresponde à uma onipotência divina, encontrada no texto sagrado, não sendo de ordem natural, mas sim, sobrenatural, de nada precisa para lhe conferir o estatuto de verdade; faz parte do dogma, e como tal, só depende da fé. Dessa forma, o contexto da enunciação é, de fato, o que legitima e empresta autoridade ao discurso religioso.

Essa leitura, portanto, inspira uma conduta, parte de um ritual onde se comemora um mito. Permanece ainda uma questão latente: que hábitos e características morais, ou melhor, que comportamentos e concepções morais os textos querem transmitir na

¹²⁴ BOURDIEU, Pierre; op. cit., 1996, p. 241.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre; op. cit, 1996, p. 242.

¹²⁶ As perguntas estão diretamente relacionadas ao tema do texto, como, por exemplo, no texto, “Acolher o Pobre”, onde, ao final, vê-se a seguinte pergunta: “O que vale mais para o pobre: a esmola ou a partilha do verdadeiro amor do confrade ? Por que ? (A Leitura..., p. 56)

¹²⁷ Foucault em a *Ordem do Discurso*, 1996,, comentando a vontade de verdade e o jogo do poder e do desejo comenta: “Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.” (p. 21-22)

educação dos vicentinos? Para respondê-la torna-se indispensável prestar atenção especial ao modelo de caridade proposto pelos discursos, que apontam para a vida de Jesus Cristo.

Reafirmando a principal meta de todo o ritual, que possui na Imitação de Cristo seu ponto de partida e de chegada, a análise desses discursos revela a existência de um roteiro para ser acompanhado pelos presentes, encontrando-se implícito na forma como se organiza esse mesmo discurso. Essa organização apoia-se a princípio, em um contrato que se estabelece previamente entre os membros do grupo.¹²⁹ Finalmente, os papéis institucionais estabelecidos no e pelo grupo, não apenas promovem sua hierarquia, como também asseguram autoridade e legitimidade ao discurso.¹³⁰

Retomando à análise dos textos, o modelo apresentado pela Imitação de Cristo, sugere que o confrade seja humilde, despojado e sem vaidade.¹³¹ É nesse texto que se encontra a mensagem mais importante para os confrades e consócias. Nele, os pobres são o instrumento da vontade divina, são bem-aventurados que põem os vicentinos a exercitar a presença de Cristo com sua misericórdia. Promovendo justiça social, o vicentino se considera o pobre de Cristo.

Entretanto, a bem-aventurança significa mais do que dar assistência material ao pobre; ela é alcançada, quando o vicentino, através do próprio amor ao pobre, consegue evangelizá-lo. O que significa realmente esse amor ao pobre?

¹²⁸ BOURDIEU, Pierre; op. cit, 1996, p. 233.

¹²⁹ A noção de contrato empregada aqui é a de “contrato de fala,” que conforme Charaudeau, controla os comportamentos discursivos esperados. Ver MAINGUENEAU, Dominique. *Termos da Análise do Discurso*, p. 36.

¹³⁰ Cf. MAINGUENEAU, Dominique, op cit., p. 103.

¹³¹ No texto, “Não é aquele que diz: Senhor, Senhor ...”, existem os seguintes conselhos para se alcançar a pobreza de Cristo: “1. realizar o trabalho sem alarde, 2. partilhar o que possui, 3. Renúncia, acolher alegremente os incômodos e privações.” (p. 58) No próprio texto A Imitação de Cristo, aparece com clareza a idéia de seguir o modelo de Cristo, e não de ser igual a Cristo: “Precisamos ser semelhantes a Ele.” (p.57)

Os textos distinguem, pelo menos, três formas diferentes de amor, e todas elas reunidas, representam a máxima cristã: “Como eu vos amei, amai-vos uns aos outros”. A primeira forma é o amor fraternal, cuja fonte é o próprio coração de Cristo, que morreu para salvar a todos, em um supremo despojamento. A segunda é o amor de Cristo aos homens, representado pela humildade e a mansidão e, finalmente, a forma que enfeixa todas as outras: o amor cristão baseado na caridade.¹³²

Nesse sentido, a caridade cristã comporta a solidariedade que se desloca no plano horizontal, movendo-se para proporcionar o aparecimento de uma mesma comunidade de destino, porque atua como um cimento social em uma comunhão natural. Já em plano vertical, a caridade representa o amor de Deus a todos os homens, inclusive àqueles que são seus inimigos, que não pertencem à comunidade cristã. Em síntese, a segunda forma de deslocamento da caridade cristã, significa a infinita misericórdia que só pode servir como modelo, porque pertence à ordem divina.¹³³

Essas são as principais instruções que perpassam, via de regra, os textos lidos nas conferências vicentinas. Cabe neste momento uma última questão: há, na prática assistencial, um resultado dessa educação, realizada pelos confrades e consócias nas reuniões com a leitura dos textos compilados do Evangelho?

Algumas considerações devem ser apresentadas propiciando a aproximação com o outro lado da prática vicentina, ou seja, a atuação junto aos assistidos. A pedagogia do assistencialismo, que é, de fato, a evangelização dos pobres, é a outra ponta desse processo de educação, e consiste em cumprir a missão proposta pela Sociedade de São

¹³² Esta forma de amor é, essencialmente, o que propõe São Paulo (I Cor. 13,4 ss), “(...) é paciente..., tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”.

¹³³ Notam-se estas características principalmente nos seguintes textos: “A Caridade de Cristo Urge, p. 50 e “O Realismo da Caridade”, p. 52)

Vicente de Paulo, traduzida em, aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros.¹³⁴

É, portanto, no momento das reuniões, que o grupo ritualiza seus princípios místicos, surgindo a idéia de uma comunidade cristã viva e ativa, cujas experiências individuais, somadas e compartilhadas, rememoram a cada momento do presente, o seu passado. Dessa forma, o processo de construção da unidade dos vicentinos é forjado entre a a prática assistencial e as práticas ritualizadas nas reuniões.

Sem intenção de entrar na complexa trama da religiosidade e, muito menos na intrincada explicação sobre as crenças nas religiões, respondendo apenas ao que foi proposto inicialmente, pode-se afirmar que a finalidade da Leitura Espiritual do Evangelho parece ser a chave de todo o processo educativo, envolvendo os membros da Sociedade de São Vicente de Paulo. O objetivo dessas reuniões é a preparação dos confrades e consócias para a tarefa de assistir e evangelizar os pobres. Por conseguinte, existem dois momentos que se complementam no processo de construção da educação vicentina: um interno, correspondente ao tempo das reuniões, e um externo, representante do tempo da prática assistencial, não havendo condições de separá-los, efetivamente, porque fazem parte da memória coletiva dos confrades.

Desse modo, toda essa estratégia assistencial tem um propósito antigo, que procede de raízes místicas profundas da prática cristã da caridade e, mais recentemente, pelas ações da Igreja e das lideranças do movimento vicentino. Foi com a edição da Encíclica *Rerum Novarum*, por Leão XIII, em 1891, que as lideranças católicas ligadas ao projeto de caridade denominado, Reinado Social de Jesus Cristo, passaram a propor e discutir a Doutrina Social da Igreja. Nesse sentido, a promessa de uma nova ordem social harmônica, capaz de conciliar capital e trabalho ou, ricos e pobres, passaria,

¹³⁴ REGRA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. 1998, I-1, p.31.

necessariamente, pelo atendimento aos pobres e, essencialmente, pela evangelização. Na realização dessa tarefa, há poucas dúvidas em se afirmar: os vicentinos, talvez, sejam o grupo de cristãos-católicos que, no Brasil, tem persistido mais por esse caminho, desde a segunda metade do século XIX, quando aqui surgiram as primeiras Conferências.

A partir desses comentários, algumas considerações devem ser apresentados propiciando a aproximação com o outro lado da prática vicentina, ou seja, a atuação junto aos assistidos. A pedagogia do assistencialismo, que é de fato a evangelização dos pobres, é a outra ponta desse processo de educação, consistindo em cumprir a missão proposta pela SSVP, traduzida em: aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros.¹³⁵ Dessa forma, o processo de construção da unidade dos vicentinos é constituído da prática assistencial e das práticas nas reuniões, ambas ritualizadas, que lhes emprestam seu *sprit de corp*.

No terreno das práticas, a visita aos pobres é a outra grande fonte de manutenção dos ideais vicentinos. Essa prática foi desde os primórdios da organização da Sociedade de São Vicente de Paulo, o objetivo maior, considerada sagrada e o símbolo da própria identidade. Indo até as famílias pobres, em mutirão, levando conforto material e, sobretudo, espiritual, os vicentinos consideravam estar cumprindo a mais importante missão: trazer ao convívio dos valores católicos aqueles que os haviam perdido por causa da miséria e da ignorância.

Na primeira metade do século XIX, o principal objetivo da SSVP já era a família pobre. Frederico Ozanam e seus companheiros de jornada começaram a obra assistencial visitando as famílias mais necessitadas de Paris, sempre inspirados no seu grande modelo, São Vicente de Paulo. Para terem certeza do sucesso desse trabalho, os

vicentinos costumam fazer uma sindicância verificando se realmente a família a ser visitada encontra-se numa situação de penúria que esteja ameaçando a integridade moral, desse modo, cada confrade ou Conferência indica uma família às comissões de sindicância.

Antes de fazer a primeira visita à família, os vicentinos providenciam essa sindicância que seleciona quem deve ou não receber a sua assistência. Geralmente, o presidente da Conferência nomeia uma comissão de dois membros para iniciar esse processo. No primeiro contato com a família, a comissão a visita, para levar vales de compra de alimentos, como uma espécie de protocolo de boas intenções.

O acompanhamento dos pobres que estavam, a partir do século XIX, em situação moral duvidosa e situação material precária, era mais do que necessário, fazendo parte da estratégia que se foi implantando, à medida que a economia capitalista dava seus primeiros sinais de triunfo. Os trabalhadores e a burguesia conviviam no mesmo espaço urbano, separados por muros e policiamento, e, às vezes, apenas por algumas regras e convenções sociais, ocupando cada qual seu espaço reservado, pelo próprio ritmo de vida ditado pela organização social constituída pelas relações capital-trabalho.

A tarefa de esquadrihar o espaço urbano coube, não apenas ao poder constituído, mas a instituições como a Sociedade de São Vicente de Paulo que agiram, sistematicamente no mapeamento e atendimento à pobreza. A intervenção junto aos pobres não servia apenas como parte da estratégia assistencial desse grupo de católicos organizado; correspondia também a uma tentativa de conhecer a pobreza, identificando-a, construindo um saber.

¹³⁵ REGRA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO NO BRASIL. Rio de Janeiro: CNB da SSVP, 1998, Parte 1, I-1, p. 31.

Aceita a indicação da família, iniciava-se o trabalho dos confrades sindicantes que deviam tomar alguns cuidados especiais.

“Os confrades sindicantes devem ouvir muito e falar pouco, cuidadosamente para que não produza má impressão e como quem não quer indagar, tomem todas as informações necessárias para a formação de juízo seguro sobre as necessidades materiais e morais da família.

Assim procurem saber quantas pessoas a compõem, que idades têm, se as mais velhas têm emprego, qual a renda auferida, se a casa é própria, se alugada, qual o aluguel, se está em atraso, etc.

Procurem saber também se as crianças freqüentam a escola; no caso da família ser Católica, indaguem se as crianças freqüentam o catecismo, se os pais cumprem seus deveres religiosos, etc.

É preciso uma cautela extraordinária no modo de obter todas essas informações, é preciso não escandalizar o pobre. Entre nós, é aliás isso muito fácil; não há ainda, Deus louvado, aquela prevenção contra a burguesia que reina na Europa.

Se os confrades notarem qualquer desconfiança, abstenham-se de continuar, demorem-se um pouco mais e retirem-se para continuarem na semana seguinte.

A comissão não se deve porém satisfazer com as indicações dadas pelos membros da família; não em comissão porém cada confrade isoladamente faça indagações entre os vizinhos sobretudo na taberna mais próxima...”¹³⁶

Essa cuidadosa investigação devia ser suficiente, para que a família pudesse ser adotada e dar início aos trabalhos nas visitas que se tornariam rotineiras. O foco das atenções voltava-se para o pai e a família. A manutenção dos valores morais no interior das famílias se fazia pela porta da frente, ganhando a simpatia daquele que deveria cumprir o papel de agente agregador - o pai.

¹³⁶ BOLETIM DO CONSELHO CENTRAL DE MARIANA. SSVP, 1905, p. 145-146.

“Em relação à quase totalidade as nossas famílias visitadas a nossa missão ordinária não consiste em procurar trabalho, mas sim em prestar auxílio à velhos e à enfermos, e levar subsídios à famílias numerosas, nos quais a mãe vive ocupada com os cuidados dos filhos e com os serviços domésticos, velando sobretudo, para que os filhos sejam instruídos no conhecimento da religião e dos deveres para com Deus, o “vale pão” não sendo, como tantas vezes disseram os nossos predecessores, senão o passaporte, que nos introduz nesses interiores, cujo estudo oferece o maior interesse, permitindo-nos ao mesmo tempo adquirir pouco a pouco sobre o pai de família a influência que ambicionamos exercer para o seu maior bem.”¹³⁷

Assim, a influência sobre a família era o ponto de partida, para que o confrade vicentino pudesse realizar, mais facilmente, sua catequese na transmissão da escala de valores do catolicismo e do mundo do trabalho. Dentro do raciocínio dos vicentinos, conduzindo o pai, chefe da família, ao seu lugar de poder, enfraquecido por motivos financeiros ou relaxamento dos valores morais, tudo se resolveria; agregando-se ao seu redor, os outros membros da família logo retomariam o caminho do trabalho, do estudo e dos bons costumes. Quando a mãe cumpria esse papel, na ausência do pai, o auxílio vicentino assumia o papel do pai, como orientador, reforçando a autoridade materna.

Justificam-se, desse modo, os deveres de um confrade ao visitar uma família. Este deveria velar pela união e perfeita harmonia entre os membros, velar pela saúde, pelos que trabalham; obter visita médica e medicamentos, emprego para os desocupados, instrução para as crianças; fornecer roupas, calçados, livros e, finalmente, ensinar regras de

¹³⁷ BOLETIM BRASILEIRO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. SSVP. 1901, p. 39.

higiene.¹³⁸ Somente a partir dos anos trinta, os líderes da SSVP tiveram a oportunidade de implementar nova proposta de assistência à família através da Cidade Ozanam. Essa seria a grande novidade apresentada pela assistência aos pobres em Belo Horizonte nos anos 30. Entretanto, após a inauguração da Cidade Ozanam, as visitas às famílias pobres e as outras obras vicentinas continuaram como mecanismo pelo qual os vicentinos selecionavam os pobres para a Cidade Ozanam. Sobre as práticas da pedagogia assistencial empregadas nessa cidade, tratar-se-á um pouco mais adiante quando se fará uma reflexão específica das estratégias presentes nas práticas da pedagogia do assistencialismo.

Neste momento, é importante salientar que a mudança ocorrida na estratégia da educação pretendida aos pobres com a criação da Cidade Ozanam, diz respeito à maior presença dos vicentinos na vida das famílias abrigadas e, conseqüentemente, maior vigilância sobre elas, que passariam a ser acompanhadas, de perto, na nova experiência. Isso, principalmente, porque o assistido ficava sob a tutela constante dos assistentes, que semelhante às instituições asilares, atuavam numa intensa ação educativa, concentrada no mesmo espaço físico.

O grande idealizador dessa obra foi, sem dúvida, Joaquim Pedro de Menezes Furtado, mais conhecido no meio vicentino como Dr. Furtado de Menezes.¹³⁹ Este baluarte da fé católica em Minas Gerais, ingressava, em 1895, na ainda capital do estado, Ouro Preto, na Sociedade de São Vicente de Paulo. Depois disso organizou, fundou e participou de várias obras vicentinas, além de outras ligadas à Ação Católica.

¹³⁸ Idem, *ibid.* p. 299-300.

¹³⁹ No livro escrito por um de seus filhos, MENEZES O. P. , Frei Alano Porto de, *Furtado de Menezes Servidor do Pobre*. Uberaba, MG: Editora Vitória, 1994. as idéias e a trajetória social e política de Furtado de Menezes mostram-se estreitamente ligadas à sua prática religiosa de católico fervoroso e um

Sua longa folha de serviços prestados à causa católica e vicentina pode ser atestada na Cronologia – Atividades, parte final do livro “Furtado de Menezes Servidor do Pobre”.¹⁴⁰

Essas características de líder católico, que segundo consta, foram descobertas pelo Bispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, são apontadas como promotoras de campo fértil de iniciativas frente à Sociedade de São Vicente de Paulo.¹⁴¹ Fugindo do que Scott Mainwaring denomina modelo da neocristandade, fase da Igreja Católica no Brasil que vai de 1916 a 1955, o catolicismo e a Ação Católica pregados por Furtado de Menezes e seus seguidores, estavam calcados na aproximação com os pobres, contrariando a idéia predominante entre as principais lideranças católicas, que defendiam o afastamento da Igreja das massas ignorantes.¹⁴² Portanto, sendo instituição

dos vicentinos mais atuantes em Minas Gerais até a inauguração da Cidade Ozanam em 1938, próximo à sua morte.

¹⁴⁰ Entre as Atividades listadas por MENEZES O. P., Frei Alano orto de, op. cit., destacam-se: Prof. Catedrático da Escola de Minas de Ouro Preto, até 1937; Redator do Boletim Mensal do Conselho Particular – Ouro Preto da SSVP, 1905; Presidente do Conselho Central da SSVP, Ouro Preto de 1906 a 1918; Fundador do Partido Regenerador (Partido Católico), em Ouro Preto, 1909; Organizador do 1º Congresso Católico Mineiro em Juiz de Fora, 1910; Prof. de Moral e Cívica da Escola Normal de Ouro Preto, em 1913; Fundador do importante jornal vicentino, Adoremos, em Ouro Preto, 1914; Fundador e presidente do Conselho Central da SSVP de Belo Horizonte, 1916; Presidente do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte, de 1919 a 1940; fundador da Assistência aos Mendigos, em Belo Horizonte, 1926; Diretor de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, 1919; Prefeito de Águas Virtuosas em 1921 e de Araxá em 1924; em 1927 fundou em Belo Horizonte a Obra das Vocações, a Assistência aos Presos, a Vila São Francisco de Assis e o Lar do Pobre; Professor de Sociologia no Seminário Coração Eucarístico de Belo Horizonte em 1927; Senador Estadual em 1927; autor da Lei n. 1092, de 12.10.1929, sobre ensino religioso, aprovada no Senado Estadual em 1929; ; Sócio Benemérito da Confederação Católica do Trabalho, 1929; Fundador da Sociedade Editora Vicentina e da Fundação Balbina Camila de Araújo em 1932; Constituinte Federal em 1933; Deputado Federal em 1935; fundador da Corporação dos Engenheiros Católicos, da Corporação dos Médicos Católicos, da Corporação dos Advogados Católicos, da Corporação dos Viajantes Católicos, da Corporação do Dentistas Católicos e dos Contabilistas Católicos em 1935; fundador e construtor da Cidade Ozanam em 1936; membro da Junta Arquidiocesana da Ação Católica, 1937 e Presidente do Secretariado Econômico-Social da Ação Católica da Arquidiocese de Belo Horizonte em 1938. Em 1928 como presidente do Conselho Metropolitano da SSVP, inaugurou, em Belo Horizonte, uma auto-capela, que se constituía num pequeno templo montado sobre o chassi de um caminhão Chevrolet da Casa Arthur Haas. Era uma igreja ambulante, com sacrário, paramentos, confessionários e dois sinos que reuniam o “povo” para a missa em pontos diferentes da cidade onde não havia ainda um pároco.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p. 117-118.

¹⁴² Para MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense: 1989, a fase denominada por ele de A Igreja da Neocristandade, 1916-1955, teve como característica essencial a orientação da alta prelazia ao baixo clero, aos padres, que deviam combater a religiosidade popular, fonte de toda a ignorância em relação à Igreja. A caridade e os problemas sociais eram vistos pelos bispos de uma forma moralista, desconhecendo as causas estruturais (p. 49).

laica, apoiada pelos párocos, a Sociedade de São Vicente de Paulo cumpria uma tarefa diferente, aproximando-se dos pobres e ignorantes, dando outro colorido à posição católica no período já assinalado.

Se por um lado, os padres mantinham distância das massas através de uma ênfase no respeito e na obediência do leigo em relação ao clero, por outro, o laicato em ação, especialmente os vicentinos, mantinham a proximidade com os pobres. Mesmo junto ao alto clero, Mainwaring admite exceções durante a vigência do modelo da neocristandade como a do Padre Júlio Maria que pregava, no final do Século XIX, o estreitamento dos laços entre pobres, proletários e a Igreja.¹⁴³

Esse precursor da Igreja reformista e, principalmente, das pastorais, defendia a caridade militante e educativa. A filantropia e a caridade que visavam a educar os pobres denominados desvalidos, tomavam outro rumo, diferente da idéia de afastamento da Igreja dos ignorantes. Em 1910, Padre Júlio Maria, ao se referir à necessidade de amor aos pobres, salientava:

“Tal amor tem na sociedade moderna múltiplas e belas modalidades; o que reveste as formas de instrução e do trabalho, proporcionados aos pobres é por ventura hoje o amor mais solícito, mais esclarecido, mais previdente (...)”¹⁴⁴

Antecipando mudanças que aconteceriam só mais tarde, com as propostas de Dom Sebastião Leme e o Centro Dom Vital na década de 20, a Igreja, em Minas, foi precursora na mobilização do laicato e na forte presença da Ação Católica durante a década de 1910.¹⁴⁵

Essa situação evidencia-se nitidamente quando anos antes, no final do século XIX, o Padre Júlio Maria apelava para uma atitude menos passiva do clero e da Igreja.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 52.

¹⁴⁴ Pe. JÚLIO MARIA. Boletim do Centro da União Popular, 1910.

¹⁴⁵ MAINWARING, Scott, *op. cit.* 1989, p. 46.

“Este é o dever que grande parte do clero não compreendeu ainda no Brasil, onde, no regime da liberdade, em vez da pugna valorosa, que poderia ser travada para dar à Igreja brasileira o lugar que lhe cabe no nosso movimento social, não vemos, infelizmente, senão – uma devoção mórbida, sem vitalidade cristã, uma piedade assustadiça que se espanta de todos os movimentos do século e foge, covardemente desanimada, de tantos combates, em que os interesses do catolicismo, para triunfar, dependem apenas de que desfraldemos, com ardor religioso e intrepidez cívica, o estandarte da nosso fé.”¹⁴⁶

Convidando os padres a saírem de seu encastelamento nos santuários, de onde insistiam em contemplar o povo, o Padre Júlio Maria confirmava a necessidade de militar, em nome da fé, para alcançar as massas. Entretanto, sabia que alguns grupos católicos organizados já atuavam dessa maneira, principalmente os vicentinos; o que o assustava era a herança do regalismo sobre a Igreja: “O clero vive separado do povo; quase que o povo não o conhece”. O objetivo de unir a Igreja ao povo, para construir, na prática, o banquete social do evangelho, dependia, assim, de grupos de leigos muito mais do que da própria Igreja.

Foi dessa forma que a Sociedade de São Vicente de Paulo, em Minas Gerais, e em especial em Belo Horizonte, adquiriu seu prestígio maior. Entusiasta do auxílio à pobreza, o Padre Júlio Maria apontava os vicentinos como importantes representantes da caridade no final do século XIX.

“Em tôdas as províncias, hoje estados, não só nas capitais e cidades mais importantes, mas também nas de Segunda ordem e até nas vilas, surgiram sob a forma de Misericórdias, hospitais, asilos, orfanatos, essa instituições a que mais recentemente se têm juntado, com grande intuito do auxílio físico e do proveito espiritual dos pobres, as associações de S. Vicente de Paulo e as do Pão de Santo Antônio, estas em comêço ainda, mas já com maravilhoso progressos em dois lugares de que posso falar com

¹⁴⁶ PADRE JÚLIO MARIA. O Catolicismo no Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1950, p. 245.

conhecimento: em Pôrto Alegre, onde a dirige e ampara com apostólica solicitude o cura da catedral, cônego José Marcelino de Sousa Bittencourt, e em Juiz de Fora, onde, por iniciativa do benemérito católico Francisco Batista de Oliveira, foi fundada em 25 de dezembro de 1898.”¹⁴⁷

Portanto, as bases vicentinas estavam solidamente plantadas em solo mineiro desde a última década do século XIX. Em Belo Horizonte, como se mostrou em outro estudo,¹⁴⁸ o crescimento da Sociedade de São Vicente de Paulo acompanhou, de perto, o movimento de expansão da nova cidade atendendo aos pobres com diferentes obras de caridade: visitas às famílias, aos presos e aos doentes nos hospitais, encaminhando os indigentes aos asilos, etc.

Considerando a pobreza uma situação especial, não como fatalidade ou estritamente dentro das regras da economia política, mas entendendo-a como fenômeno envolto em uma mística religiosa, razão de ser da caridade cristã-católica, ou seja, como meio de alcançar a própria salvação, os vicentinos seguiam à risca as prédicas do grande líder católico da época:

“ Depois de Jesus a formosura da pobreza fascinou as almas; a paixão da miséria enfeitiçou os corações, o mendigo disputou aos fidalgos o amor das princesas; a mendicidade disputou às damas a juventude dos santos; o hospital fez ciúmes ao palácio; filhas de reis trocaram suas púrpuras por aventais; o salão invejou a enfermaria; mancebos opulentos, cheios de vida e esperança, trocaram a preocupação das futilidades, a vã alegria dos bailes e os frívolos cuidados do luxo pelo amor dos pobres.”¹⁴⁹

Esse discurso do pensamento social católico, essência da Ação Católica desenvolvida naquele momento, não descartava a necessidade de regeneração do pobre entendida como a recuperação moral, nem a ajuda material que acompanhava, por

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 231.

¹⁴⁸ Sobre a organização dos vicentinos em Belo Horizonte, ver SOUZA, Marco Antônio de, *op. cit.*, 1994, capítulo 2.

exemplo, a visita dos vicentinos às famílias pobres. Resumindo, a caridade temporal deveria ser acompanhada da caridade espiritual. Essa era, aliás, uma das propostas votadas no I Congresso Católico Mineiro, realizado em Mariana, no mês de outubro de 1910.

Em suas orientações, o Congresso sinalizava aos filantropos e a às instituições de caridade, o caminho correto do assistencialismo cristão. Em sua Sexta orientação, propunha: “Que as associações de caridade procurem unir às suas atribuições o estabelecimento de bolsas de trabalho.” Encontra-se aqui, com clareza, a preocupação de encaminhar os assistidos dessas instituições ao trabalho, e não apenas proporcionar-lhes ajuda material.

Em outra orientação, identificam-se instruções para as futuras instituições de caridade, mais exatamente para aquelas que lidariam com a assistência em geral: Que entre as obras de caridade a fundar-se sejam consideradas três classes de pessoas: os enfermos; a infância desvalida e as infelizes arrendidas.”¹⁵⁰

Assim, tem-se idéia das inquietações que mais se faziam presentes entre os líderes católicos do assistencialismo entre a última década do século XIX e o início da primeira década do século XX . Essas três classes refletiam as grandes questões emergentes da época: o problema das epidemias que assolavam as cidades; os jovens e crianças pobres que começavam a fazer-se notar em grande número, ocupando espaços importantes nas cidades, em sua maioria órfãos ou postos a mendigar, causando grande incômodo aos que exigiam a cidade higienizada,¹⁵¹ e, finalmente, outro desconforto - a

¹⁴⁹ PADRE JÚLIO MARIA, op. cit, 1910.

¹⁵⁰ As Orientações do I Congresso Católico de Minas Gerais encontram-se no *Boletim do Centro da União Popular, 1910*.

¹⁵¹ Ao que tudo indica, na década subsequente ao período aqui estudado, o discurso em relação à infância pobre não se alterou substancialmente, como demonstra o estudo de Cynthia Greive Veiga, *Representações sobre a Infância no Discurso Eugênico: Estratégias e Práticas Para Regeneração de Crianças em Belo Horizonte (Década de 30)*. In: *Atas do Seminário Internacional Dimensões da História Cultural, 1999*.

prostituição -, que além da questão moral, era considerada perigosa porta de entrada para meninas pobres e órfãs no mundo da criminalidade, sempre associada a maus costumes tais como o jogo, o ócio, e os furtos, e se configurava na grande ameaça que dava origem à desordem social.¹⁵²

Nas décadas seguintes, outras preocupações viriam somar-se àquelas que estavam sendo motivo de discussões entre os filantropos e as instituições de caridade católicas. As questões sociais, que ameaçavam a ordem pública com a crescente organização dos sindicatos operários e as greves constantes nas grandes cidades, além da mudança nos hábitos e costumes das famílias, com a chegada de novidades como cinema, novos meios de transporte e a iluminação elétrica, promoveram a cruzada de moralização que se voltava para os pobres, considerados deserdados sociais devendo ser vigiados, orientados e preparados para os novos tempos.

A reviravolta política e cultural no país, dos anos 20 e 30 será objeto de atenção a partir daqui, para que se possa formar melhor o quadro geral da situação do país que fomentou as estratégias da assistência vicentina, enfatizando os movimentos católicos e influenciando suas práticas.¹⁵³ Esses movimentos católicos geraram o que se denominou pensamento conservador católico,¹⁵⁴ que, certamente orientou os vicentinos sobre o que pensar e como agir em sua assistência.

Por isso, é necessária a aproximação de algumas de suas idéias-chave que estavam circulando no meio assistencial nas décadas de 30 e 40, momento em que o

¹⁵² Cf. Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, 1985.

¹⁵³ Em 1936, o Padre Valère Fallon, S. J., professor da Faculdade de Filosofia em Esghenhovend-Louvain, Presidente Honorário fundava em São Paulo o Grupo de Ação Social. Doutor em Ciências Políticas e Sociais, esse clérigo se propôs a organizar as Semanas de Ação Social que promoveriam, entre outros objetivos, inquéritos sobre habitações, salários, higiene, saúde, instrução e moralidade.

¹⁵⁴ Talvez seja prudente afirmar que este pensamento era antes de tudo reacionário, como por exemplo aquele difundido pelo grande líder católico Jackson de Figueiredo e o Centro Dom Vital, fundado por ele. Veja-se a este respeito, IGLÉSIAS, Francisco. *Estudo Sobre o Pensamento Reacionário*; Jackson de Figueiredo. In: *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. Ver a respeito dessas idéias presentes no catolicismo,

surgimento das instituições católicas já estudadas, começavam a ser cogitadas e projetadas.

Uma das dificuldades persistentes desde o início do século XX, e que se salientava, era o dos cortiços, ou bairros operários, constituindo-se, não somente do lugar onde residiam os pobres, mas também do local onde a sociedade se degenerava com formas de viver estranhas à moral e aos bons costumes.

Esse problema dos cortiços, ou melhor da moradia dos pobres, da mortalidade infantil, da saúde começavam a ser estudados por profissionais, e técnicos, geralmente ligados a um departamento de serviço social ou assistência social. Em várias áreas do conhecimento surgiram batalhões de especialistas que passavam pelo crivo das ciências, introduzindo a assistência ou filantropia científica.¹⁵⁵ Na opinião dos líderes filantrópicos católicos, a crise econômica estava acompanhada de profunda crise moral. Como afirmou um desses líderes: “Esta não vem mais desempenhando suas funções educadoras e orientadoras, que por direito natural lhe cabem, e isso determina, como veremos, o aparecimento de um grande número de outras questões.”¹⁵⁶

A situação, retratada nos anos 40, tornou-se constante até os anos 80, sempre com alguma inovação no terreno da assistência, introduzida para dar conta do velho e conhecido problema social. Os cuidados com o corpo assumiam nítida importância para os líderes do assistencialismo. Esses cuidados deviam ser de ordem moral e intelectual. O corpo, visto como instrumento da alma, não podia viver na insalubridade, determinando cuidados com a saúde, higiene, alimentação e repouso. Diante disso, a classe operária considerada ignorante, tornou-se objeto de maior atenção por parte dos assistentes, que deviam ensinar-

¹⁵⁵ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. . *A filantropia científica e a implantação da ciência profissional em São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado-USP, 1999.

lhe como alimentar-se, vestir-se, portar-se socialmente e ainda, resistir às futilidades do mundo moderno.¹⁵⁷

Os operários deviam ter um mínimo de bem-estar material: o pão quotidiano, “que evita que a fome atrofie, numa certa medida, o juízo da consciência”, o sono honesto, “dormindo cada qual no seu leito”, o descanso hebdomadário, “ganhando o operário o seu dia de Domingo, podendo dar um pouco de descanso ao espírito e ao corpo, como único meio de fugir ao embrutecimento.”¹⁵⁸

Além disso, havia, durante esse período, entre os anos 30 e 50, grande preocupação com a subsistência do trabalhador. O trabalho devia promover a subsistência compreendida como a satisfação das necessidades básicas, incluindo a propriedade. Sendo vista como direito natural do Homem, a propriedade entendida como a residência do trabalhador era vista como salvaguarda de possíveis desgraças, e último refúgio que poderia propiciar, de algum modo, reserva de subsistência. O salário devia suprir mais do que as necessidades básicas, permitindo que o trabalhador pudesse adquirir a casa própria.

O empobrecimento dos trabalhadores incomodava e levava, aos líderes do assistencialismo católicos, prognósticos pessimistas com relação ao futuro, gerando a proposta de cuidar, do melhor modo possível, daqueles que corriam o risco de passar por uma situação de penúria material. A ameaça à ordem e a família devia ser combatida:

“Não há nada mais natural do que o homem querer fundar sua família e esta não pode subsistir senão como fruto do trabalho do chefe.

¹⁵⁶ TELLES, Guiomar Urbina. O Problema do Cortiço. In: *A Família e a Questão Social – Quarta Semana de Ação Social*. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação Social/Livraria José Olympio, 1942.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

Logo, toda vez que as condições permitam, deve ser pago ao homem salário que lhe possibilite suprir suas necessidades. Não limitemos, como os socialistas, as necessidades do trabalhador à habitação, combustível, alimentação, vestuário. Lembremo-nos também das suas necessidades morais e intelectuais – instrução recreação, formação.”¹⁵⁹

A ganância dos patrões, praticantes da usura, era lembrada como causa do cortiço e da pobreza.¹⁶⁰ Pagando salários insuficientes, esses patrões provocavam uma situação absolutamente insustentável, junto aos operários, levando ao “reinado da discórdia e de uma preguiça que não promoveria nenhum progresso.”¹⁶¹ Esse pensamento que via a possibilidade de uma consciência cristã desenvolvida entre os empresários punha a nu, a exploração do trabalhador e, ao mesmo tempo, atribuía a essa exploração os efeitos da miséria. O que fazer com os que já se encontravam na situação de miséria? Naquele momento, a resposta considerava essencial à solução do problema, a associação entre o Estado e particulares. Na fase de intervenção do Estado, essa idéia parecia nova, quando de fato desde a Primeira República, entre os líderes da filantropia, já predominava a idéia da associação entre o poder público e o poder privado como solução.

Os cortiços deviam ser visitados e desmantelados de dentro para fora e não de fora para dentro, a exemplo da ação da prefeitura da Capital Federal e do Governo Federal, na reforma do centro do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX.¹⁶² Uma campanha de aquisição da casa própria pelo trabalhador precisava ser desencadeada; enquanto isso não ocorria, esse espaço considerado promíscuo, definido

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Em alguns textos apresentados na Quarta Semana de Ação Social – A Família e a Ação Social -, esta questão é colocada explicitamente como responsável pela situação de penúria dos trabalhadores.

¹⁶¹ TELLES, Guiomar Urbina, *op. cit.*, 1942.

¹⁶² No caso da Capital Federal, o Rio de Janeiro no início do século XX, foi montada uma verdadeira “operação de guerra”, como explica CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril, cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

como um conjunto de duas ou mais habitações que se comunicam com as vias públicas por uma ou mais entradas comuns, para servir de residência a mais de uma família, sendo de uso comum as instalações sanitárias, já devia ser conhecido pelos assistentes dos departamentos de serviço social.

Essas condições dos cortiços apresentadas pelos assistentes informam sobre as impressões e dão a idéia do que era considerado pernicioso e promíscuo:

“Raramente, em cortiço, encontraremos um quarto cuidadosamente arrumado. É certo que outras causas determinam o desalinho da casa: a falta de recursos até para comprar roupas de cama; a falta de tempo da mulher que trabalha fora do lar; o grande número de pessoas residentes num só quarto; as condições físicas, o gênero de habitação, por exemplo, são, sem dúvida fatores de grande importância. No entanto como pudemos verificar o desalinho da casa é, principalmente, conseqüência da falta de formação doméstica da mulher, pois em casas individuais notamos a mesma ausência e ordem de higiene. Não há interesse pela casa. A rua, os vizinhos, atraem muito mais; sacrifica-se a salubridade para localizar-se o quarto em lugar mais central, o que, às vezes, se justifica por uma questão de trabalho; mas, na maioria dos casos, é determinado pela proximidade das diversões do bairro.”¹⁶³

É interessante notar a responsabilidade da desordem atribuída ao comportamento desleixado da mulher, por não saber cuidar da casa demonstrando ser desinteressada, dando a esse comportamento peso bem maior do que as condições materiais. Portanto, a educação da mulher pobre era algo fundamental para a mudança de hábitos no interior dos cortiços. A ela caberia, mesmo em condições materiais precárias, manter a organização da casa, e da família. Outro aspecto que chama a atenção é o “desalinho” na construção do quarto que ficava, quase sempre, próximo à rua, perto das perigosas diversões do bairro, o que se pressupunha, permitia falta de privacidade necessária aos bons hábitos.

Outro fator considerado ainda pior, era a saída da mulher para trabalhar, premida pela necessidade, fosse pelos problemas financeiros provocados pelo salário insuficiente do marido, ou pela viuvez, ou pela incapacidade física do marido; daí surgiam os desentendimentos entre os casais, ou entre a mãe e seus filhos, o que, geralmente, levava um dos conjuges ao abandono do lar, produzindo, de imediato, um efeito sobre a educação da prole. Nesse caso, mais uma vez, a mulher seria responsabilizada pela desorganização da família, mesmo que sua necessidade de trabalhar fora de casa fosse justificada pelo problema financeiro.

Por essa razão, os maus hábitos da vida no cortiço deviam ser o alvo das atenções dos assistentes, que precisavam levar até esses lugares a palavra de Deus e instruções sobre o bem viver em família, com regras morais e comportamentos adequados ao homem civilizado. Esse viver social num ambiente onde a vida dos vizinhos se misturava, era visto como produtor das condições de decadência moral dos pobres. Essa vizinhança que se acotovelava, aglomerando-se nas ruelas das vilas e nos becos dos cortiços está identificada num relatório realizado pelos assistentes sociais em algumas regiões de São Paulo, entre fevereiro de 1938 e dezembro de 1939. De acordo com a profissão, os moradores de um desses cortiços eram os seguintes: operários, 147; domésticas, 132; costureiras, 30; operários em construção civil, 25; comerciários, 21; pequenos ofícios, 18; funcionários públicos de pequenas categoria, 15; ambulantes, 11, condutores de veículos, 8; militares, 5; profissões liberais, 4; guarda civil, 1; donas de casa, 61; não trabalham, 49; desempregados, 27 e profissão não indicada, 21.¹⁶⁴ Nota-se a presença maciça de operários entre os moradores e um dado relevante, a presença das mulheres, donas de casa e domésticas -, deixando transparecer que as primeiras estavam

¹⁶³ TELLES, Guiomar Urbina, op. cit., 1942, p. 244.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 269.

em sua casa e as segundas, em número dobrado, provavelmente, trabalhando em outras casas.

Um dos pontos debatidos na Quarta Semana de Ação Social, em São Paulo, foi o alcoolismo na infância, que parecia ser motivo de preocupação dos médicos e educadores.¹⁶⁵ Esse alcoolismo teria sido adquirido pelos maus hábitos das nutrizes que ingeriam bebidas alcólicas na crença de que poderiam aumentar a quantidade de leite ou por motivos ligados ao próprio vício. Havia também os casos de pais que acreditavam que algumas bebidas alcólicas eram remédio para a criança debil, inapetente, mal desenvolvida, raquítica. Todos esses casos, para os especialistas, revelavam uma imensa ignorância dos pais, porém, mais uma vez, recairia sobre a mulher a culpa pela situação de desequilíbrio na família, com conseqüências mais graves, porque o alcoolismo era apontado como fator de decréscimo da taxa de natalidade e do aumento da criminalidade.

Em um dos seus discursos, o Ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema, afirmava: “(...) é a mulher que fundamenta e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra, prepará-la conscientemente para esta grave missão.”¹⁶⁶ Essa visão da mulher como responsável pelas fatalidades que poderiam recair sobre a família, não somente sobreviveu no imaginário social do país, como ainda fez com que ela promovesse, ao longo dos anos, uma árdua batalha pelos seus direitos. Na opinião de Riolando Azzi, apesar de a instituição católica ter tentado manter a mulher no lar e dentro da Igreja, ao longo dos anos subseqüentes a 1930, admitiu, paulatinamente, sua participação nas atividades profissionais e na vida política, concluindo que a Ação

¹⁶⁵ REVORÊDO, Dr. Galeno de. O alcoolismo na Infância. In: op. cit., 1942, 275-283.

Católica foi o espaço que mais contribuiu para o diálogo do sexo feminino com a hierarquia eclesial. ¹⁶⁷ Nesse sentido não deve haver nenhuma dúvida quanto ao papel assistencial das mulheres vicentinas, as consócias, que acompanham os confrades nas obras das Conferências e Conselhos. Esse grupo feminino participou ativamente durante todas as ações assistenciais da Sociedade de São Vicente de Paulo, realizadas em Belo Horizonte e, em especial, na Cidade Ozanam.

De qualquer maneira, naquele tempo, o lugar e o papel a serem atribuídos à mulher estavam na ordem do dia. O Plano Nacional de Educação, que previa, em 1937, o ensino doméstico para meninas de 12 a 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino, ¹⁶⁸ possuía significado especial. Marcada pelo ensino prático profissionalizante, essa modalidade de curso preparava as mulheres de origem social mais humilde. Isso é notório entre as obras sociais vicentinas e também na assistência social programada pelos espíritas.

Estava preparado o campo de estudos a que se deveria submeter a mulher: a economia doméstica. Portanto, as leituras destinadas às meninas precisavam salientar as virtudes próprias das mulheres, no seu papel de esposas, e mães, nas obras sociais de caridade, como educadoras, filhas e irmãs. ¹⁶⁹ Vistas como colaboradoras dos homens na construção da pátria, as mulheres deviam ainda zelar pela união da família, criando e educando a descendência o primeiro fundamento da nação. Desse modo, Família, Estado e Nação formariam um trinômio, cerne do pensamento político brasileiro conservador, do Estado Novo em diante.

¹⁶⁶ Gustavo Capanema, Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937, Apud. SHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda Maria R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra-FGV, 2000, p. 121.

¹⁶⁷ Cf. AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.) *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 101-134.

¹⁶⁸ SHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda Maria R., op. cit., 2000, p. 123.

Para a Igreja, a associação da imagem da mulher-mãe à imagem da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, que representava, nos anos 30, o projeto de valorização do catolicismo no país, significava poder atingir em cheio as massas do catolicismo popular. As festas advindas das comemorações da entronização de Nossa Senhora Aparecida e da inauguração do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, movimentaram a população em torno da hierarquia da Igreja Católica no país, reforçando o projeto da neocristandade.¹⁷⁰

Um projeto que se apresentava desde os anos 20, demonstrando uma tentativa de organizar as diversões populares, era levar a Educação Física às camadas pobres e aos trabalhadores, disciplinando seu lazer.¹⁷¹ Uma parte dos líderes do clero católico estava de acordo com esse projeto, desde que as mulheres não participassem dele. As razões para aceitá-lo eram explícitas: “Os governos que dirigem as diversões dominam a mocidade”. Assim se pronunciava o Padre Eduardo Rebouças. Entretanto, esse Vice-Diretor do Ginásio Diocesano de Lins, participante da Quarta Semana de Ação Social, não recomendava os esportes e a ginástica às mulheres, consideradas representantes da beleza e da elegância. Acreditava-se que a violência dos exercícios físicos podia causar problemas à saúde da mulher, provocando distúrbios no sangue, e nos reflexos do sistema nervoso. Outras razões de natureza sexual eram apontadas, para se evitar que a mulher praticasse a Educação Física. Os uniformes dificilmente conseguiriam ser decentes; nas paradas os trajes eram indecorosos, ultrajando o pundonor e a tradição

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 125.

¹⁷⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁷¹ Ver o estudo de GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora. *A Vida Fora das Fábricas, cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, especialmente a parte “Disciplinar o lazer/ Adequar a educação no meio operário”, p. 88-96.

brasileira. A maternidade continuava a ser a maior glória, o maior sacrifício, “a mais constante preocupação da mulher , quer queira, quer não.”¹⁷²

Algumas soluções eram apontadas pelos executores dos projetos assistenciais oriundos da ação social católica. A primeira solução era robustecer o chefe de família que fosse dono de sua casa, dando-lhe maior oportunidade de mudar sua vida seguindo os preceitos morais e os bons hábitos. Ser proprietário, de acordo com essa idéia, aumentaria a intimidade da vida familiar, o que permitiria maior união na família, porque estreitaria os laços de amizade entre pais e filhos. Outra vantagem seria despertar na família desejo de economizar, porque o chefe guardaria dinheiro para pagar a casa e, ao mesmo tempo, garantiria o futuro, permitindo uma velhice mais tranqüila. Finalmente, essa situação proporcionaria uma vida familiar independente, isto é, sem uma aproximação exagerada com a vizinhança e conseqüentemente com as manifestações festivas da rua.¹⁷³

Uma segunda solução era despertar o gosto pela habitação sadia. Esse objetivo deveria ser perseguido pelos assistentes, em suas visitas às famílias, e sobretudo, em conversas com as donas de casa, objetivando incentivá-las de tal modo que entendessem a importância dos hábitos de higiene e os praticassem no seu cotidiano.

Para a solução do problema da moradia, precisavam contar com a participação do poder público a fim de limitar o preço dos aluguéis e dar isenção de impostos. A construção de casas, pelos operários, precisava ser incentivada também, abrindo-se, de alguma maneira, linhas de crédito para a compra de material, usando-se a mão de obra dos próprios operários.

¹⁷² REBOUÇAS, Padre Eduardo. Diversões em Geral – Diversões Operárias. In: op. cit., 1942, p. 293-297

¹⁷³ Em geral, as propostas apresentadas pelos líderes católicos para incrementar o lazer dos operários e afastá-los do seu meio deletério, solicitava mais educação e cultura, com cursos e conferências que

Uma das estratégias dos vicentinos desde o início do século XX era justamente a construção de casinhas de morada para os pobres. Houve épocas em que foram realizadas campanhas entre as Conferências e os Conselhos vicentinos para a construção de pequenas vilas de casinhas ou, até mesmo, de uma rua com esse tipo de habitação. A Cidade Ozanam foi possivelmente a experiência melhor acabada dessa estratégia. Dar aos pobres a oportunidade de morar em casa própria, pela visão da assistência vicentina, era algo que lhes traria mudanças de rumos na vida, principalmente, porque as casas que os vicentinos lhes ofereciam eram, a partir do momento em que eles as ocupavam, visitada regularmente pelos confrades e consócias que procuravam educá-los em todos os aspectos.¹⁷⁴

Depois do problema da desorganização da família que era, em princípio, o que devia ser resolvido prioritariamente pela assistência, vinha o chamado problema do menor. De acordo com o pensamento assistencial católico predominante, o menor era consequência direta da desorganização da família.¹⁷⁵ Esse problema social era por essa razão, considerado o agravamento do outro problema o da família desajustada.

Para educá-los dentro de padrões de comportamento sadios, moral e socialmente ajustados, era necessário procurar manter a união da família; entretanto, para aqueles que já se encontravam a meio caminho da marginalidade, abandonados, só restava a ação firme dos assistentes. Para tanto, a formação dos assistentes sociais era imprescindível. O ensino teórico e prático na formação dos assistentes, deveria proporcionar equilíbrio nos sentimentos, o que exigia a implantação de cursos e estágios

proporcionassem “o doce cultivo das artes, principalmente a música” e a abertura das bibliotecas aos domingos.

¹⁷⁴ No caso da Cidade Ozanam, as casas continuam a pertencer à Sociedade de São Vicente de Paulo, realizando-se um contrato com o assistido que determina seu tempo de permanência. Geralmente, esse tempo corresponde a um período suficiente para que o assistido possa conseguir estabilizar sua vida financeira, permitindo que alugue ou compre uma casa.

nas organizações assistenciais. Os futuros assistentes deviam estar preparados para enfrentar os desafios da sociedade moderna, com o turbilhão de problemas como os órfãos, os doentes, os pobres, os menores delinquentes, e sobretudo, saber lidar com a família desajustada.¹⁷⁶

A situação da família pobre era objeto de várias interpretações. Cuidar dos menores sem família era dever supremo dos projetos assistenciais; no entanto, a família, como instituição, devia ser privilegiada pela assistência. Sendo ela a condição da ordem e do trabalho, devia ser olhada de perto. Representando o trabalho e sintetizando a nação, a família cristã brasileira era a base de toda a ideologia do Estado Novo como apresentava o discurso oficial: “o Estado está em conformidade com as tradições cristãs do povo brasileiro e por isso ele é legítimo, revolucionário e também democrático.”¹⁷⁷

Alceu Amoroso Lima indicava as principais instituições para que o homem se articulasse na estrutura do Estado: a família, a escola e a profissão. Classificando cada uma delas como grupo biológico, grupo pedagógico e grupo econômico, esse pensador católico afirma que, somente através de pequenos núcleos de convivência, pode o homem “integrar-se na estrutura em que vai encontrar o caminho de sua formação – O Estado.” A Igreja e o Estado, são, para ele, mais do que instituições sociais, prendendo-se à natureza humana; são consideradas naturais e sobrenaturais: “São essas as duas instituições gerais e básicas sem as quais não pode o homem viver plenamente a

¹⁷⁵ Ver a este propósito os argumentos de REIS, Alice Meirelles. Assistência aos Menores. In: *A Família e a Questão Social – Quarta Semana de Ação Social*. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação Social/ Editora José Olympio, 1942, p. 339-345.

¹⁷⁶ Cf. MOURA, S. J., Padre Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, além da importante contribuição da Igreja ao ensino superior, no período posterior à Revolução de 1930, esta também produziu importante influxo à Ação Social Católica, na introdução do serviço social no Brasil, com a criação das primeiras escolas de Serviço Social que iriam preparar com ensino técnico os futuros assistentes sociais.

¹⁷⁷ Ver, GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii. *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Jahar Editores, 1982, p. 118.

vida.”¹⁷⁸ Entretanto, a família é considerada, não somente o rudimento do Estado, que por sua vez é, historicamente o prolongamento dela, como ainda é considerada a unidade social elementar, fruto do instinto vital, sendo o Estado a expansão natural de vitalidade das famílias.

Essa valorização da família precisava ser concretizada pelo Estado que deveria manter o sacramento do matrimônio, impedindo o divórcio; manter a moralidade não apenas pela via policial, mas pela ética, e manter a garantia do trabalho, visto que, naquele momento, o Estado era o organizador supremo do trabalho dentro da comunidade nacional. Neste ponto, acompanhando o pensamento político autoritário da década de 30 e do Estado Novo, Amoroso Lima elogia a ação governamental que até ali dera atenção à família: “ A essa tendência desastrosa (a de desmembrar a família), se opõe o movimento “sadio de defesa da família”, que começou com a Constituição de 1934, e recentemente culminou no Decreto-Lei 1.764, de 10 de novembro de 1939, instituindo a ‘Comissão Nacional de Proteção à Família’.”¹⁷⁹ Pouco depois, em 19 de abril de 1941, Vargas assinava o Decreto-Lei 3.200 que dispunha sobre a organização e proteção da família, e nele era definido o papel da mulher na defesa da sociedade e dos valores morais. Outras medidas eram, o incentivo ao casamento e a proteção aos pais de família. Essa medida legal procurava restringir ainda o trabalho feminino aos empregos considerados próprios `a sua natureza.

A educação dos filhos era, sem dúvida, uma questão crucial para os pensadores católicos: “Esse ponto talvez seja o que hoje mais inquieta aqueles que procuram preservar os direitos intangíveis da família...”¹⁸⁰ Dessa maneira, entendendo-se os problemas que desarticulavam a família como responsáveis pela falta de educação dos

¹⁷⁸ LIMA, Alceu Amoroso. A Família e o Estado. In: *A Família e a Questão Social – Quarta Semana de Ação Social*. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação Social/Editora José Olympio, 1942, p. 121-122.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 133.

filhos, era necessário intervir em duas frentes: na orientação dos pais, porque cabia a eles naturalmente, a educação dos filhos, o que promoveria a união familiar, e na substituição dos pais, quando, aos filhos faltasse a educação por algum motivo. Os vicentinos se especializaram em ambos os casos, como na Cidade Ozanam, socorrendo as famílias e os filhos ao mesmo tempo.

Considerada a pedra angular que alicerça todas as instituições, a família equiparava-se à Igreja em importância social e religiosa. Uma das críticas feitas pelos pensadores católicos era a tendência de separar os tipos de educação, podendo-se distinguir uma educação da família, uma civil e uma religiosa.¹⁸¹ Acusando essa tendência, denominada de naturalismo, o pensamento católico assegurava que a educação devia ser indivisível, total.

Embora a escola fosse considerada a instituição que substituíria, temporariamente, a família, onde a criança passava pelo menos algumas horas do seu tempo, era visto como insuficiente. Cuidados especiais deveriam ser tomados, uma vez que os pais que por direito natural não tinham como zelar pela educação dos filhos, era preciso cooperação entre autoridades e católicos para suprir as deficiências através da assistência educativa à família. Portanto, auxiliar e educar as famílias era dever sagrado dos católicos, enquanto era dever legal pela Constituição em vigor no país, o auxílio à família pelo Estado.

A estratégia dessa pedagogia do assistencialismo católico, exigia ação, objetivando num primeiro estágio, ao atendimento aos filhos quando os pais estivessem ausentes do lar, a trabalho. A tentativa nesse caso, era substituir parcialmente os pais, entretanto, o ideal seria cuidar das crianças integralmente. Era essa a proposta dos

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 130.

¹⁸¹ SAWAYA, Sonia Barros. Educação Familiar. In: *A Família e a Questão Social – Quarta Semana de Ação Social*. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação Social/ Livraria José Olympio, 1942, p. 321-330.

vicentinos na organização da Cidade Ozanam: ao recolherem as famílias, todos os cuidados eram tomados para que os filhos pudessem ir à escola ou à creche; em nenhum momento eles deviam ficar sem orientação.

No início dos anos 40, o apelo à criação desse tipo de instituição fazia eco em todo o país, pelas vozes do pensamento das lideranças católicas:

“(…) se é necessária a criação de instituições que assistem aos menores abandonados, isto é, as crianças que se acham em perigo físico e moral, muito mais necessário e urgente, por ser problema básico da questão, é a obtenção, para a família, de condições e órgãos que a orientem e protejam, dando-lhe bases sociais e morais, em que se apoie, para viver normalmente dentro de princípios cristãos.”¹⁸²

No projeto da Cidade Ozanam, os vicentinos seguiam justamente essas idéias, no entanto, deve-se salientar que, para suas lideranças há muito tempo alimentando esse sonho, tratava-se apenas de sua realização, no momento em que outros setores do assistencialismo católico o enfatizavam.¹⁸³

Se, por um lado a desorganização da família consistia na baixa remuneração dos trabalhadores, e nas precárias condições de vida, exigindo a saída da mulher do convívio da família, para trabalhar, por outro, as relações entre trabalhadores e patrões não avançavam conforme o pensamento católico, porque a harmonia, necessária à criação de uma sociedade cristã mais justa, estava comprometida pela ganância dos ricos e a baixa capacidade de organização dos trabalhadores. Especialmente na década de implantação do Estado autoritário, a partir de 1930, as lideranças do governo tentaram resolver essa questão com uma política baseada na conciliação entre o capital e

¹⁸² Idem. Ibidem, p. 342.

¹⁸³ Em São Paulo, nos anos 40, A Liga das Senhoras Católicas fundou para meninos o educandário D. Duarte, onde era encontrado em sua “plenitude, o sistema familiar, que é baseado na influência do lar, como meio educativo”. Encaminhando as meninas para asilos de sua confiança, esse educandário possuía um Departamento de Menores que entrava em contato com hospitais e sanatórios para encaminhar os menores que necessitavam desse tipo de ajuda, possuía também, escola primária, escola profissional,

o trabalho, não negando o conflito entre as classes, porém, sem se dar conta do imenso desequilíbrio social. A idéia de que a massa trabalhadora brasileira era desorganizada, não passava de equívoco, ou de tentativa de explicação do problema social que desfigurando o potencial de luta dos trabalhadores que, até o final dos anos 20, haviam causado preocupações aos governos da Primeira República.¹⁸⁴

A tentativa, por parte do novo regime, nos anos 30 e 40, de implantar o salário social, esbarrou em dificuldades de ordem política e econômica. A idéia de um regime corporativo, de um salário corporativo ou institucional, para garantir as necessidades vitais do trabalhador e de sua família, como a habitação, por exemplo, fracassou.¹⁸⁵ O trabalhismo que se projetou, acabou sendo a experiência que ganhou força como modelo inspirando inclusive, o chamado populismo,¹⁸⁶ sem, contudo, apresentar o resultado esperado. O modelo almejado por algumas lideranças católicas era, nitidamente, de origem corporativa salazarista. Um dos representantes do pensamento católico assim se expressava a respeito do modelo corporativo que o país deveria adotar:

“É nessa concepção institucionalista na sociedade que vamos encontrar os princípios inspiradores da nossa fórmula política, pois o Brasil já é, sem dúvida alguma, um Estado de estrutura corporativa. Segundo o modelo fascista? Não: porque “é por ser ‘estatista’, e não devido a razões morais ou humanitárias, que o sindicalismo fascista se

escola de educação física, assistência médica e uma Igreja. Essa cidade em miniatura estava com 600 menores no início dos anos 40; cf. REIS, Alice Meirelles, op. cit., 1942, p. 343.

¹⁸⁴ A ameaça de uma revolução em marcha, principalmente nos anos 20, depois do anunciado sucesso da experiência bolchevique, chegou ao Brasil; mas antes disso o movimento operário de orientação anarquista, e em certa medida, o movimento dos Tenentes, deixaram as elites numa situação desconfortável. As condições de vida dos pobres associadas à possibilidade de politização das lideranças populares, aliadas ao fato de que até mesmo a moral dos pobres poderia levá-los a uma rebelião; veja-se, por exemplo, a Revolta da Vacina, pedia soluções que iam além da repressão policial. Sobre algumas dessas experiências indicamos, HEBLING, Cristina Campos. *O Sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988; ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986 e GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Formação da Classe Trabalhadora, Movimento Anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

¹⁸⁵ SILVA, Romeu Rodrigues. O Problema Social no Brasil Contemporâneo. In: *A Família e a Questão Social no Brasil – Quarta Semana de Ação Social*. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação social/Livraria José Olympio, 1942, p. 362.

pronuncia contra a luta de classes” (Perrou – *Capitalisme et Communauté de Travail* – pág. 31) e se organiza corporativamente. Segundo o padrão germânico? Também não: porque no nacional-socialismo não há “corporação”, mas “incorporação” das massas trabalhadores (sic) do novo regime – à “Volksgemeinschaft” (Perrou). Se de algum modelo devemos aproximar intimamente este é o de Portugal, cuja ordem corporativo se ergue sobre “linhas estruturais” que se aproximam da concepção católica do Estado.”¹⁸⁷

Esse modelo, apontado como o mais próximo da realidade nacional, colocava a Igreja como parceira do Estado, o que estava, de fato, em gestação, desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Como demonstra Rita de Cássia Marques, a Igreja Católica preparou novo discurso sobre a ordem nacional, a partir da doutrina cristã, em substituição ao antigo discurso liberal e positivista da República Velha, que conseguiu chegar até a maioria da população brasileira. Esse discurso anunciava a idéia de ordem proveniente da “defesa da hierarquia.” Ser brasileiro significava ser católico e isso incluía o respeito à hierarquia, que, por sua vez, correlacionava essa idéia de ordem à concepção do que significava ser nacional.¹⁸⁸

Assim, o projeto de aproximação da Igreja com o Estado, delineado pela cúpula da hierarquia católica, desencadeou severo combate ao comunismo, ao protestantismo, à maçonaria e aos espíritas, todos considerados inimigos mortais do catolicismo, da Igreja e do Brasil. Se o propósito era salvar o Brasil de seus inimigos, considerando a fé como manifestação do patriotismo, caberia, então, a todos os setores católicos organizados, uma atitude firme e contínua combatendo, principalmente, os comunistas com as armas tradicionais do discurso e incrementando a ação social pelo trabalho dos assistentes nas instituições, que atendiam aos pobres, alvos prediletos dos “agitadores.” Esse trabalho

¹⁸⁶ Ver, por exemplo, DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986, p. 25-32.

¹⁸⁷ SILVA, Romeu Rodrigues, op. cit. 1942, p. 363.

estava sendo desenvolvido, há muito tempo, pela Sociedade de São Vicente de Paulo que, sem dúvida, procurou incrementá-lo com a organização de novas formas de assistência, a exemplo da Cidade Ozanam.

A caridade cristã transformada e reforçada pela ação católica, devia ser o grande baluarte da Igreja, na linha de frente do combate aos seus inimigos. De acordo com a opinião do poderoso líder católico Cardeal Leme:

“A ação católica não é uma associação a mais que vem enfileirar ao lado das outras, como qualquer uma delas, na floração das obras diocesanas e paroquiais: a ação católica paira em esfera superior; uma organização que sob a dependência imediata da hierarquia aos católicos leigos de todas as condições sociais e às obras de todo gênero, proporciona e facilita a colaboração no apostolado da Igreja.”¹⁸⁹

Repisando o que foi comentado no início deste trabalho, os vicentinos, em Minas Gerais, especialmente, em Belo Horizonte, haviam construído uma assistência que comportava a prática de ação social católica *avant la lettre*. Muito antes do pronunciamento papal, na Encíclica Quadragésimo Ano, de 1931, em favor desse procedimento assistencial, envolvendo o laicato, as Conferências Vicentinas promoviam a ação social católica `a sua moda. Em 1937, embora o grande líder vicentino de Minas Gerais, Joaquim Furtado de Menezes, estivesse aberto aos novos horizontes propostos pela hierarquia da Igreja no Brasil, na concretização oficial da Ação Católica, sob a liderança de Dom Sebastião Leme, mostrou estar plenamente identificado aos novos tempos, publicando o opúsculo intitulado *Resumo da Doutrina Social Católica*.

Os anos que sucederam ao fim desse período autoritário, até 1964, deram à Ação Social Católica novas tonalidades. A Igreja, entre 1945 e 1964, sofreu mudanças e,

¹⁸⁸ MARQUES. Rita de Cássia. A Igreja no Estado Novo: Tempos de Colaboração e Intolerância. In: *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, outubro de 1996, n. 7, p. 75-85.

¹⁸⁹ BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA, “VINCULUM UNITATIS”. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Bruner, agosto de 1943.

consequentemente, o ideário assistencial vicentino acompanhou essas mudanças; no entanto, as bases desse ideário permaneceram solidamente plantadas na comunidade vicentina, acompanhando os movimentos da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Em meados dos anos 50, passaram a existir três facções principais dentro da Igreja, apontadas por Scott Mainwaring.¹⁹⁰ Cada uma delas se posicionava diferentemente, em relação às mudanças sociais: primeiro, subsistiam os defensores da neocristandade que ganharam o designação de tradicionalistas, e continuavam contra a secularização e a favor do fortalecimento da Igreja junto à sociedade impondo sua hierarquia; em segundo lugar, surgia o grupo dos modernizadores conservadores que estavam preocupados com a justiça social achando, que a Igreja devia mudar para cumprir sua missão no mundo moderno; por último, havia o grupo dos reformistas que concordava com os modernizadores quanto à intensificação do trabalho pastoral e uma educação religiosa mais eficaz, porém tinha posições políticas mais progressistas, não se preocupando tanto com a tão temida ameaça comunista, que iria permanecer, por muito tempo, como um espectro de medo dentro dos setores conservadores da sociedade, invadindo os anos 50, 60 e 70, particularmente.

Fica evidente que os vicentinos debateram sobre essas tendências em suas Conferências, Conselhos e encontros diversos, entretanto, quase não há dúvidas quanto à sua aproximação, ou até mesmo, identificação com os tradicionalistas. A sua conexão com o clero mais conservador parece ter-se mantido; entretanto, sua ação social mesmo que apoiada no ideário assistencial conservador, conseguiu sobreviver, apesar dos avanços dos modernizadores.

¹⁹⁰ Cf. MAINWARING, Scott, op. cit., 1989, p. 56-57.

1.2 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL ORIONITA: DOM ORIONE, A EDUCAÇÃO E OS POBRES

“A Caridade deve ser o nosso ímpeto, o nosso ardor, a nossa vida”. Com esse pensamento, Dom Orione, fundador da Pequena Obra da Divina Providência¹⁹¹, resume o que deveria ser a grande meta dos seus seguidores. Na realidade, a caridade não é apenas a virtude cristã que melhor representa a concepção de misericórdia; ela é o instrumento poderoso de aproximação social e de socialização da doutrina cristã-católica, que promoveu e ainda promove intensa ação sobre indivíduos empobrecidos e desamparados dos mais diversos lugares do planeta e nas mais diferentes circunstâncias.

Desde o período medieval, as ordens religiosas se ocuparam com os pobres. Nas formações urbanas, no aparecimento das cidades medievais européias, a atuação dos clérigos, com as organizações religiosas, foi parte ativa da reformulação econômica e política que estava começando a acontecer naquelas sociedades.¹⁹²

¹⁹¹ Luiz Orione (1872-1940), fundador da Pequena Obra da Divina Providência, nasceu em Pontecurone, Itália. Travou contato com os franciscanos em Voghera (1885-1889) e com Dom Bosco em Turim (1886-1889). Sua experiência religiosa o levou ao contato com as colônias agrícolas, as escolas profissionais, os artesãos, as casas de caridade, os pequenos *cottolengos*. Sua obra se estende aos Eremitas da Divina Providência (1898), às Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade (1915), às Irmãs Sacramentinas Cegas Adoradoras (1927). Esteve na América do Sul, inclusive no Brasil (1921 em São Paulo e 1937 no Rio de Janeiro), visitando suas obras missionárias, entre 1921-22 e 1934-37. Em São Paulo, destacam-se as obras orionitas da paróquia de Nossa Senhora da Achiropita, localizada na Bela Vista (Bixiga), com o Centro Educacional Dom Orione, que atende crianças de 7 a 15 anos. Dom Orione foi beatificado, em 1980, pelo Papa João Paulo II. Na obra ORIONE, Luiz. *Dom Orione aos seus Religiosos*. São Paulo: Editora Pequena Obra da Divina Providência: 1987, o próprio Dom Orione assinala: “Há os religiosos beneditinos, que têm a sua finalidade. Há os franciscanos que tem sua finalidade. Há os dominicanos, que tem a sua finalidade. Há os jesuítas que têm a sua finalidade toda particular. Nós também temos uma finalidade toda nossa (...), uma natureza, uma nota que nos deve diferenciar de todas as outras congregações. E se me perguntas qual é essa nota, (...) eu vos digo que é a dinamite da caridade.” Em, PATTARELLO, Padre Valdástico. *Perfil de Dom Orione*. 4ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 1986, encontram-se informações detalhadas sobre a vida religiosa de Luiz Orione.

¹⁹² Ver a este respeito LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Unesp, 1998. Este autor menciona, principalmente, as ordens mendicantes como responsáveis pelo contato com os pobres e por mudanças importantes no espaço urbano no final da Idade Média. Outro autor, MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, chega a afirmar que havia uma “Política dos Pobres”, a partir do século XIV.

Do século XVI em diante, o trabalho de aproximação dos pobres continuou se intensificando. As grandes transformações do cristianismo, com a Reforma Protestante, aliadas ao avanço da urbanização e migração dos camponeses para as cidades, foram sérias ameaças à Igreja Católica, acostumada a lidar com os fiéis nos campos, sem grandes ameaças de cismas, combatendo as heresias com a eficácia de suas forças políticas e inquisitoriais. Entre as medidas tomadas pelo Concílio de Trento (1545-1563), houve uma que ratificou a necessidade de se manter a evangelização, uma catequese intensiva e extensiva entre os pobres, cabendo especialmente à ordem jesuítica, a tarefa de executar os planos de combate direto às novas idéias, atuando junto à população.¹⁹³

Durante o século XIX, a situação estava nitidamente mudada. A Igreja tentava reorganizar-se e juntar suas forças com o objetivo de, mais uma vez, aproximar-se dos pobres. Dessa vez, a sociedade urbano-industrial constituía-se no grande desafio. Educar e evangelizar os trabalhadores empobrecidos pela avareza dos patrões, e ensinar a estes que o reino de Deus estava aberto aos ricos misericordiosos, e não aos que apenas acumulavam riqueza sem se incomodarem com aqueles que a produziam; era uma meta importante dos novos missionários, entre eles, os orionitas, ordem que apareceu durante esses embates, fundada por Luiz Orione que, seguindo essa tendência, propôs a criação de uma instituição de caráter catequético-missionário.

Todos os autores que apresentam a obra de Luís Orione, enfatizam a sua aproximação com Dom Bosco. Para um deles, Dom Bosco pode ser considerado o grande Mestre de Orione¹⁹⁴. Com 15 anos, teria mantido contato com os textos da

¹⁹³ A interessante obra de CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres*. Lisboa: Estampa, 1995, que investiga a atuação das ordens religiosas no trabalho de catequese entre os séculos XVI e XIX, salienta a importância do trabalho missionário dos jesuítas, e de outras ordens, na formação de uma nova etapa do cristianismo adequado às grandes transformações sociais por que passava a Europa naquela fase.

¹⁹⁴ PATARELLO, Padre Valdástico. op. cit. , 1986, p. 77-78.

pedagogia nova, enquanto aluno de Dom Bosco e mesmo após sua morte, o discípulo continuaria a seguir fielmente suas idéias ao construir a própria Congregação.

A experiência de Dom Bosco que, em resumo, pode ser denominada pedagogia de um pastor de jovens, aponta aquilo que deve conter seu ambiente educativo: luz, paz fraterna e alegria.¹⁹⁵ Assim, não sendo considerado propriamente um teórico da educação, Dom Bosco lança seu método que se constitui num tratado pedagógico. Embora esse método esteja delineado por uma série de elementos, não diretamente educativos, mas que influem de modo determinante na educação, devemos, de qualquer forma, considerá-lo uma proposta pedagógica .

Dom Bosco, assim como seus seguidores, os salesianos, consideram, um dever, possuir carisma. A pedagogia de Dom Bosco é definida por Joseph Aubry, como um elemento do seu carisma global que, por sua vez, seria fruto de um “santo, fundador carismático.”¹⁹⁶ Portanto, a realização dessa pedagogia dependia de uma qualidade pessoal trabalhada e desenvolvida pelos educadores.

Embora não existam muitos elementos que ajudem a compreender o que seja exatamente esse carisma, é possível entendê-lo no sentido religioso, que significa possuir uma qualidade especial ou dom próprio dos bem-aventurados, ou daqueles que se consideram inspirados pela luz divina.¹⁹⁷ De qualquer forma, na opinião dos salesianos, essa qualidade deve ser inerente ao educador.

Uma indício do que significa o carisma em Dom Bosco, pode ser encontrada na explicação de Aubry sobre o sistema preventivo, quando afirma que:

¹⁹⁵ Cf. AUBRY, Joseph. Os princípios educativos de Dom Bosco. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1979, p. 7-12.

¹⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 10.

¹⁹⁷ Comentando sobre o carisma, SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, capítulo 12, p. 329, afirma que: “A doutrina do carisma era eminentemente civilizada; era tolerante diante da fraqueza humana, ao mesmo tempo em que proclamava a supremacia da vida religiosa.

“(...) o sistema preventivo entra como um dos elementos em meio à globalidade do carisma de Dom Bosco fundador; separá-lo deste contexto e querer abordá-lo à parte é como que arrancar um braço de um corpo vivo, é condenar-se a tirar-lhe a vida e a desnaturá-lo.”¹⁹⁸

Mais adiante, Aubry conclui:

“Por outro lado, ainda que este sistema possa, por certo, ser estudado cientificamente como qualquer outro sistema, para nós, que o sabemos concebido e aplicado por um santo carismático, ele se apresenta imediatamente iluminado e vivificado por uma inspiração divina.”

Desse modo, o carisma parece originar-se de uma santidade, especial que deve ser parte dos que praticam o sistema preventivo, ou seja a missão de pastor de almas.

Em 1877, ao escrever seu Tratado Sobre o Sistema Preventivo, Dom Bosco elaborou um opúsculo, contendo as principais experiências com os jovens ao longo de 43 anos. Contendo dez páginas, essa obra não é considerada pelos próprios salesianos como científica, ou seja, não a consideram trabalho de cunho acadêmico, salientando que Dom Bosco, em toda a sua vida, nunca foi professor de pedagogia em qualquer Universidade.¹⁹⁹ Entretanto, numa concepção religiosa evangelizadora e missionária não há como negar a influência dessa obra e de suas idéias sobre teóricos da educação e no caso em questão, a extrema influência sobre o pensamento orionita.

Para os seguidores de Dom Bosco, o “sistema preventivo” é considerado essencialmente teologal, porque agrupa relacionamentos que unificam, “originariamente entre si, o próprio Deus, o educador e os jovens.”²⁰⁰ A caridade para o educador salesiano determina o método da amabilidade:

“Esta amabilidade abrange e envolve o conjunto de comportamentos interiores e exteriores do educador inspirado nos comportamentos do Deus Amor: todo rapaz,

¹⁹⁸ AUBRY, Joseph, op. cit., 1979, p. 7-12.

¹⁹⁹ Idem, ibidem.

mesmo e sobretudo o mais miserável ou menos interessante, merece e espera uma grande estima, um respeito absoluto, a compreensão de simpatia, um interesse ativo que dá o primeiro passo e se põe a serviço com paciência e perseverança, e, para dizer tudo através de uma só expressão, um amor pessoal, de pai, de amigo, de irmão, porque cada jovem é um irmão pelo qual Cristo morreu (1 Cor 8,11)”²⁰¹

Como explicam, portanto, os salesianos, pelo método da amabilidade, cerne do sistema preventivo, os jovens pobres, abandonados, podiam se tornar bons, porque, segundo Dom Bosco, “traziam em si germes de bondade e de conversão.” Desde a época do Oratório, primórdios da organização religiosa fundada por Dom Bosco, a caridade e o afeto foram as regras anunciadas aos salesianos.

Seguindo essas idéias, a assistência salesiana gera um estilo em que o educador este se torna pai e amigo dos jovens, compartilhando com eles os bons e maus momentos. Como enfatiza Dom Bosco, “os assistentes, como pais amorosos, falam, servem de guia em qualquer acontecimento, dão conselhos e corrigem amavelmente.”²⁰²

Esse relacionamento estreito com os jovens devia possibilitar, ao máximo, a aproximação dos assistentes com a família dos jovens, colocando-os em contato com os pais, para adquirirem, junto a eles, a confiança necessária a uma intervenção formal ou informal, na relação entre pais e filhos. Assim, a assistência devia procurar alcançar os relacionamentos dentro da família, zelando pela paz e o respeito dentro dela, já que o sistema preventivo significava manter, antes de tudo, a tranquilidade social.

Para os seguidores de Dom Bosco, incluindo Dom Orione, a questão central do sistema preventivo é o seu significado de assistência, que não se prende à vigilância e à repressão autoritária e punitiva. Pelo Tratado Sobre o Sistema Preventivo , cap. I:

²⁰⁰ Idem, *ibidem*.

²⁰¹ Idem, *ibidem*.

²⁰² Idem, *Ibidem*.

“Deve-se superar o conceito de assistência como pura presença visível e como vigilância, que certamente, em muitas circunstâncias, é sempre possível e necessária (até por motivos legais e jurídicos), em favor de uma assistência, permanente e substancial, de animação educativa.”²⁰³

A grande diferença entre o sistema repressivo e o sistema preventivo, pelas explicações do próprio Dom Bosco, está nos métodos de um e de outro. No sistema repressivo, o método se vale de uma imposição externa e do temor psicológico, enquanto no sistema preventivo, o educador tem de se valer da convicção interior através da amabilidade, que permite a liberdade progressiva do jovem. Nesse caso, o próprio jovem deve ser o agente responsável por essa liberdade, orientada pelo educador.²⁰⁴

Todos os pressupostos dessa pedagogia proposta pelo sistema preventivo de Dom Bosco ancoram-se na imensa confiança nos recursos do jovem, que depende do “otimismo no diálogo construtivo. Além do mais, esse encontro na concepção de Dom Bosco, é cercado pela presença de Deus e de Nossa Senhora “que amam o jovem e querem ajudá-lo.”²⁰⁵ Conseqüentemente, há um apelo às “riquezas interiores do jovem,” e nesse sentido, Dom Bosco aponta o seguinte trinômio: razão, coração e fé.

Essa busca da orientação ao jovem, só devia terminar quando este conseguisse entender o papel dos sacramentos, que completava a conversão e nova personalidade, ocupando-se dos verdadeiros encontros com o Cristo vivo, porque na concepção do cristianismo, a liberdade nada mais é senão a capacidade de amar: de encontrar Cristo no ato supremo da sua liberdade, expresso na doação do seu Corpo e de seu Sangue.”²⁰⁶

²⁰³ Idem, *ibidem*.

²⁰⁴ De acordo com AUBRY, Joseph, *op. cit.*, 1979, essas idéias de Dom Bosco encontram-se no Pequeno Tratado Sobre o Sistema Preventivo e, na Carta de 1º de Maio de 1884, que indica São Paulo como inspirador de seu modelo de caridade, quando afirma que: “a caridade é paciente, a caridade é benigna, a caridade tudo desculpa, tudo espera, tudo suporta.”

²⁰⁵ AUBRY, Joseph, *op. cit.*, 1979, p. 19.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

Aqui encontramos o principal propósito da pedagogia de Dom Bosco: a manutenção de uma paz fraterna que, por sua vez, deveria ser mantida pela pureza, - “Bem-aventurados os puros de coração” – sendo esta representada pela alegria – “Que minha alegria esteja em vós (Jo 15,11)”- que por sua vez, como método pedagógico de trabalho afastava os aborrecimentos e o cansaço, com jogos, canto, música, declamações, atividades variadas, e solenidades bem preparadas: “Tudo isto criava um clima de alegria que atraía os jovens, e fazia com que eles percebessem que Deus salvador nos criou realmente para a alegria.”²⁰⁷

Esse ar de festa e de alegria necessários à educação dos jovens, foi um dos métodos prediletos de Dom Orione, que, provavelmente, o herdou da experiência com Dom Bosco. Até que ponto essa pedagogia de Dom Bosco influenciou sobre a formação de Dom Orione? Que propostas do sistema preventivo foram incorporadas pela pedagogia orionita? A partir daqui, os ideais de Dom Orione serão expostos demonstrando que sua pedagogia está intimamente relacionada àquela criada por Dom Bosco.

Anunciando o objetivo particular e especial dos orionitas, Papásogli, afirma que ele consiste em: “propagar a doutrina e o amor de Jesus Cristo e da Igreja, especialmente entre o povo; atrair e unir, com um vínculo suavíssimo e estreitíssimo de toda a mente e coração, os filhos do povo e as classes operárias à Sé Apostólica”.²⁰⁸

A formação católica da juventude humilde e abandonada, pelo caminho da caridade, traduz-se, assim, no programa essencial da Congregação dos Filhos da Divina Providência. Não por acaso, Dom Orione asseverava: “(...) a juventude será o sol ou a tempestade do futuro.” Para cumprir tal missão, patronatos, atividades extra-escolares, externatos e internatos, pias associações, círculos de ação católica para meninos

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

²⁰⁸ PAPÁSOGLI, Giorgio. *Vida de Dom Orione*. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 402.

aspirantes, jovens, estudantes e operários, eram propostos pelas lideranças da Congregação.²⁰⁹

Tanto o corpo quanto o espírito são objetos da misericórdia. A formação católica da juventude carente propicia a condução das “massas a Jesus Cristo e `a sua Igreja pelos caminhos da caridade”, renovando a sociedade em Jesus Cristo.²¹⁰ Como se pôde notar, o corpo devia receber o alimento espiritual e material que o conduziria ao caminho certo. Esse disciplinamento do corpo, realizado pela estratégia da pedagogia assistencial, abrange, em todos os seus aspectos, aquilo que deveria resultar numa situação de docilidade dos assistidos em sua prática social, na família, no trabalho e nas relações em geral.²¹¹

Na obra de Sparpaglione,²¹² há relato de uma intervenção de Dom Orione junto a uma criança expulsa da aula de catecismo pelo vice-pároco de São Miguel, que demonstra o modo como deviam ser tratados os assistidos pelo clero. Tratar-se ia de uma história comum não fosse a ênfase dada à forma com que Dom Orione modificou a situação do menino: usando a tática de presentear o aluno desanimado e choroso, com uma medalha nova e cintilante, o catequista conseguiu fazer com que aluno retomasse a lição paralisada, levando-o a ler o catecismo, cuja leitura fora abandonada, com a intervenção áspera do vice-pároco.

Em outras passagens dessa obra, há várias informações sobre Dom Orione que sinalizam para a estratégia calcada na idéia de aproximação da criança, pela via do atendimento, a algumas de suas brincadeiras e costumes, porque se acreditava que só

²⁰⁹ Idem, ibidem, p. 402.

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 403

²¹¹ Este disciplinamento, refere-se ao que FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 145-152 e *Em Defesa da Sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. , considera ser fruto de uma mudança na economia política do poder, que a partir do séc. XIX criaria a mais sofisticada forma de poder, o biopoder.

assim, “ a boa semente do amor de Deus, à família e à Pátria”, seria lançada no coração dos jovens, fazendo reflorescer neles “a vida cristã”.²¹³

Pode-se afirmar que as atitudes de Dom Orione aliavam o divertimento, entendido como aproximação mais informal com a criança, à prática da catequese. Essa estratégia era, efetivamente, muito mais eficiente do que a tentativa de impor às crianças simplesmente o disciplinamento através de duros discursos moralistas.²¹⁴

Esse comportamento do clérigo exigia alguns improvisos do jovem catequista: “(...) o pequeno quarto, a mobília pobre, os poucos livros, e quando viessem os meninos arranjaria também aparelhos de ginástica e até balanço.”²¹⁵

Sparpaglione sugere que as atitudes de Dom Orione poderiam ser resumidas em uma característica básica: lhanza, na qual se resumiria a grande estratégia orionita. Ser simples, sincero, e sobretudo afável parece ser a chave mestra dessa Regra na lida com os pobres: “Ama com predileção os pobres, denomina-os seus patrões, torna-se seu amigo, pai e servo fiel.”²¹⁶

Portanto, de assistir aos pobres, rejeitados pela sociedade, deve produzir amizade entre os assistentes e assistidos. Quanto ao propósito dessa estratégia que ampara e educa na fé católica, não há o que esconder: “Dom Orione (...) os restitui ao trabalho

²¹² SPARPAGLIONE, Domingos. *Dom Orione*, sem local da edição, sem editora e sem data. Esta obra foi apresentada pelo Padre Luiz Lazzarin, que dirigiu o Lar Dom Orione, entre 1963-64, trata-se de uma biografia de Dom Orione que, curiosamente, não possui as informações elementares da publicação.

²¹³ SPARPAGLIONE, Domingos, op. cit., p. 86-98.

²¹⁴ Como foi assinalado anteriormente, a influência de D. Bosco sobre Luiz Orione foi muito forte. No aspecto pedagógico, de aliar as brincadeiras, para obter da criança uma simpatia ao educador, parece que os orionitas seguiram a linha de atuação de D. Bosco. Na REVISTA DO ENSINO, Belo Horizonte: Orgam Oficial da Diretoria da Instrução de Minas Geraes, julho-agosto de 1926, p 249-250, encontram-se as seguintes explicações: “D. Bosco quer para seus alumnos toda a liberdade. Que brinquem, saltem, gritem, e façam tudo que na sua idade é permitido fazer. Alegria, intensa alegria deve reinar sempre entre elles. Essa alegria sadia é a melhor prova; ella é ao mesmo tempo um symptoma e um estímulo do bem.” Todo ideário da educação na proposta de D. Bosco, baseia-se no princípio da prevenção ao erro e à falta, educar é preventivo, é preferível ao castigo que humilha: “Ensinar é fácil; difícil é educar. Para educar é preciso não violar as leis naturaes do desenvolvimento physico e mental da criança.”

²¹⁵ Idem, ibidem, p. 86.

²¹⁶ Idem, ibidem, p. 289.

honesto.”²¹⁷ É essa função regeneradora da caridade que leva aos desamparados o alento, abrindo a possibilidade de educa-los em seguida, constituindo desde a consolidação da economia política, no século XIX, a aliança entre a religião e o patronato no sentido de preparar os indivíduos para a vida de trabalho, acompanhada dos valores morais cristãos.

Contudo, para aqueles que ofereciam resistência, impedindo o trabalho de catequese, a postura devia ser outra. Quando o assistido não respeitava as regras, e punha em perigo a moralidade, era expulso ou afastado dos outros. Entretanto, mesmo nessa situação extrema, a estratégia de Dom Orione funcionava: aguardando o momento do arrependimento, quando o perdão era imediatamente aceito: “ (...) de juiz severo, transformava-se em pai compassivo.”²¹⁸ Esse tipo de atitude, presente no comportamento cristão, desde tempos primordiais, revela mais uma faceta dos planos orionitas para a educação dos pobres.²¹⁹ A punição só leva o tempo necessário, para que o assistido possa arrepender-se, o que significa, não apenas o exercício do sentimento de culpa, vai além disso, levando o indivíduo a pensar nos benefícios perdidos e, se afastado do apoio da assistência, num mundo em que a pobreza deixava sua marca na fome, na doença e no abandono.

A outra parte da estratégia assistencial orionita, ficava explícita, quando Luiz Orione fazia apelo aos seus religiosos, para que procurassem estudar o pensamento católico, tirando proveito espiritual e intelectual desse estudo. O círculo universitário católico era a meta mais importante a ser alcançada. Essa capacitação dos orionitas, voltada para o aprendizado amplo da educação católica, implicava em saber, por exemplo, o que acontecia nos salões de leitura e de recreação, em visitar hospitais e

²¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 300.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 308.

hospícios, institutos de caridade, de beneficência, casas religiosas masculinas, as conferências vicentinas, institutos católicos particulares de educação, institutos e escolas normais masculinas, academias científicas para jovens estudantes.

Essas normas de erudição sugeridas por Dom Orione, objetivavam o fortalecimento doutrinal na área científica e cultural.²²⁰ Quanto bem poderia fazer o sacerdote com o saber e com a ciência:

“Hoje todos os operários tem instrução, todos os operários lêem. O povo não tem mais os olhos fechados, e amanhã o povo será o dono do mundo! Erguer-se-ão os operários para comandar. Serão os camponeses, serão os sindicatos que mandarão.”²²¹

Colocando de lado a preocupação com o operariado, muito comum no final do século XIX, quando essas idéias foram anunciadas, pôde-se perceber em Dom Orione a visão de que, no futuro, o conhecimento científico poderia garantir ao clero elementos e instrumentos, para agir, em sociedade, onde a simples prática de caridade não seria suficiente. Somente a caridade, acompanhada de educação eficiente, oferecida pelo sacerdote bem preparado, poderia garantir paz social e tranqüilidade quando as camadas subalternas reivindicassem e ameaçassem assumir o poder político. Dessa forma, os noviços deviam ser tratados com rigor nos estudos e as reprovações deviam ser encaradas com naturalidade. Era preciso confortar e incentivar os reprovados, enfatizando a necessidade dos exames para comprovação da capacidade intelectual, porque ela poderia garantir o poder extraordinário da prática catequética.

As orientações de Dom Orione com relação à sua concepção de uma aula bem ministrada indicam a essência da sua estratégia para bem educar:

“Na escola é necessário que seja tudo verdade o que se ensina, que seja aquela verdade que alimenta, que não torna árido o coração, porque não é nunca separada da

²¹⁹ Ver, por exemplo, o estudo de SENNETT, Richard. O Tempo no Corpo: os primeiros cristãos em Roma. In: Carne e Pedra. Rio de Janeiro: Record, 1997: 110-134.

²²⁰ ORIONE, Luís, op. cit., p. 165-66.

virtude e da caridade. (...) Sim, não enfatueis os jovens com a ciência, não os envaideçais, mas levai-os pelo estudo, e pela ciência, a dar louvor ao Senhor, do qual vêm todos os dons e todas as luzes.”²²²

Mais uma vez, aí aparece a caridade mesclada à ciência, submetida à humildade cristã, representando a medida certa para cultivar os corações. Os tempos, como havia entendido Dom Orione, eram outros, e estavam mudando em direção à incorporação da massa urbana empobrecida e necessitada, crescendo de forma ameaçadora se não houvesse uma intervenção segura, competente, dos religiosos para educá-la, convenientemente, de acordo com os princípios de obediência, temor a Deus e os novos saberes que ajudavam a persuadir.

Praticar o bem nas classes populares dependia de ter, a partir de então, o conhecimento das ciências das altas cátedras, e também adquirir a ciência dos Santos, aplicando esses conhecimentos como se fossem para educar as classes mais altas: “Para fazer o bem aos humildes, será necessário aproximar-nos também dos ricos, e é preciso estar à altura.”²²³ Como foi assinalado anteriormente, os ricos eram encarados, sendo o outro lado do problema social. Para a ação social católica caberia aos clérigos o trabalho educativo junto a esse grupo privilegiado, para incitá-lo à caridade que poderia levá-los não apenas à postura controladora da ânsia por lucros exagerados, gerando tranqüilidade social, como ainda lhes possibilitaria alcançar o caminho da salvação.

Desse modo os clérigos estavam cientes de que, ao contribuírem para a submissão dos trabalhadores à situação de empobrecimento e miséria, os empresários, enquanto cristãos, deviam ser lembrados da redução da possibilidade de cumprirem os mandamentos divinos. Posicionamentos em favor da intervenção junto ao capitalismo e suas conseqüências sociais, começavam a ser a tônica no último quartel do século XIX,

²²¹ Idem, *ibidem*, p. 167.

²²² Idem, *ibidem*, p. 169.

no âmbito da Igreja Católica. Nesse sentido, a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, lançada em 1891, pode ser considerada a culminância desses posicionamentos, em favor da revisão do processo de acumulação capitalista, dentro da ótica cristã-católica, que propunha a harmonização capital-trabalho baseada, justamente, no velho princípio de justiça social cristã, cuja prática da caridade se apresentava mais uma vez como base e norte.

O comportamento de quem ensina é muito bem esclarecido por Dom Orione. A mãe devia ser a referência de todos os que ensinam:

“Devemos amar a escola e procurar que ela seja amada pelos alunos. Aliás, quem ensina deve despertar amor pela escola de modo que ela se torne como uma casa consagrada ao saber e à virtude dos nossos alunos. Estes não devem quase ter outro pensamento, outro desejo senão encontrar-se com os seus mestres na sua escola. E quem ensina alcançará isto, se tornar amável - sem nunca sermos pesados e maçantes - e atraente o ensino, fazendo progredir os seus alunos, como faz a mãe, que conduz pela mão seus filhinhos.”²²⁴

Encorajar os jovens, para que honrassem a família, a pátria e a sua cidade, dependia de estímulos com palavras ardentes que deveriam ser dirigidas a eles com postura maternal, carinhosa e ao mesmo tempo, segura, firme, elevada de espírito. Assim, o entusiasmo pelo estudo e pelo trabalho deveria ser difundido pelo mestre que, além disso, proporcionaria aos alunos condições para aprenderem as matérias mais áridas, jamais dizendo serem elas difíceis. Aqui, Dom Orione é categórico, ao afirmar que os clérigos não deveriam temer a paixão dos jovens seculares pelos estudos, ao contrário, deviam sentir vivo o desejo de saber para com isso tornarem-se homens de bem.

²²³ Idem, *Ibidem*, p. 175.

²²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 178.

Essa idéia associada ao estudo e à formação moral, abrangendo a formação intelectual e integrando um conjunto, parece ser indispensável, na concepção de Dom Orione, para alcançar o amor a Deus. Quando se sentissem instruídos, e portanto melhores, os jovens progrediriam. Atingir a alma do jovem era fundamental. Dessa forma, as máquinas como instrumento de ensino não eram recomendadas por Dom Orione. Os educadores deviam preocupar-se apenas com a formação moral, católica e intelectual. O objetivo a ser atingido era educar o coração, para, mais facilmente, atingir-se a mente e o espírito. O grande mérito seria aliar o saber à virtude cristã.

Voltando ao momento da aula e da preparação do mestre, que deveria estar munido do saber e da postura maternal, era preciso, ainda, tornar fácil e popular o que poderia ser difícil, pois, o melhor professor não é o que sabe mais, mas o que ensina melhor. Para educar proficuamente, sem perder tempo, é necessário estudar o que agrada mais, o que é mais útil à formação moral do jovem.²²⁵

Dom Orione é enfático, quando anuncia o grande inspirador, Santo Agostinho. Recomenda a leitura daquele que considera ser seu “grande mestre”: o IV capítulo do *De Erudiendis Pueris*. O estímulo aos alunos devia ser constante, nenhuma palavra de desânimo devia ser dita. Os alunos nunca deveriam ser rebaixados ou humilhados.

Além dessa recomendação de Santo Agostinho, Dom Orione assinala a grande importância de se acompanhar o grande inspirador de todos, o Mestre dos mestres, Jesus Cristo. Considerando o Evangelho como o mais sublime tratado de didática e de pedagogia, afirma categoricamente:

“Vede que método cheio de alta e popular simplicidade, eficacíssimo no ânimo das turbas, tem Nosso Senhor ao ensinar a nova e divina doutrina àquele povo hebreu,

²²⁵ Como bem notou LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Da Sagrada Missão Pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 37-70, o magistério revestiu-se de uma aura sagrada, ganhando *status* de missão sagrada, através das ordens religiosas, posteriormente essa idéia estendeu-se aos leigos.

que era um dos mais tardos de inteligência, tanto que os hebreus nunca tiveram um artista digno deste nome, eram considerados como os beócios da Palestina.”²²⁶

Imitar a Jesus Cristo, que havia convertido até os mais ignorantes com sua didática, é o ponto final, tanto da idéia de misericórdia e caridade, quanto da idéia de educar os pobres, ignorantes e todos que sejam considerados, de alguma maneira, necessitados da intervenção do ensino da Igreja.²²⁷ A chave do sucesso de quem ensina está em aliar o saber, o entusiasmo, o estímulo, à paciência, à ternura e à doçura maternais. Nessas atitudes se encontrava o cerne da pedagogia do assistencialismo proposta por Dom Orione. Seu ideário assistencial, orientando-se pela imitação de Cristo, propiciaria a poderosa e inigualável estratégia de educar pela caridade, compreendida por esse conjunto de atitudes assinaladas há pouco.

Como se verá logo adiante, os seguidores do fundador da Obra da Divina Providência empenharam-se em colocar em prática os ensinamentos do Mestre em vários lugares.²²⁸ No Brasil, cumprindo a missão que lhes foi destinada, de educar órfãos e pobres, considerados os mais abandonados filhos do povo, o Lar dos Meninos Dom Orione deu assistência material e espiritual a, pelo menos, dez mil crianças, num período de 50 anos, entre 1948 e 1998.

1.3 O IDEÁRIO ASSISTENCIAL ESPÍRITA KARDECISTA E A EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO, DA FRANÇA AO BRASIL

²²⁶ Idem, *ibidem*, p. 179.

²²⁷ Os vicentinos, irmãos leigos da SSVP, também se valem da Imitação de Cristo para se prepararem na tarefa de assistir aos pobres. Ver a este respeito, SOUZA, Marco Antônio de. A Leitura Espiritual do Evangelho nas Reuniões das Conferências Vicentinas: A Educação para a Caridade. In: *ATAS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIMENSÕES DA HISTÓRIA CULTURAL*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, 73-79

²²⁸ Em 21 de março de 1892, foi aberto em Tortona, o 1º Oratório, uma espécie de Clube Juvenil Religioso, que daria origem aos orionitas e inauguraria também seu trabalho de assistência.

Exatamente como nos ideários dos vicentinos e orionitas, de orientação católica, o ideário assistencial espírita kardecista tem, por princípio, a educação dos assistidos em sentido amplo, e, em especial, a educação moral. Muito embora em ambos os casos, o atendimento às necessidades da assistência material seja o ponto de partida, o que é demonstrado cabalmente pelas práticas, isso ocorre em formatos diferentes. A gnose católica, diferentemente da espírita, apresenta a idéia de salvação pelo juízo final, concretizada pelas boas ações realizadas ao longo da vida, levando-se em consideração que o livre arbítrio favorece uma constante tomada de posição em relação aos valores morais, possibilitando seguir o caminho do bem ou do mal. No caso do kardecismo, o movimento contínuo de reencarnação propicia a cada encarnação uma etapa ou estágio de aprimoramento do espírito, correspondente à educação intelectual e moral. A caridade, em ambos os casos, é parte integrante do processo de salvação/evolução do espírito, e pode ser considerada um veículo ou ação indispensável à promoção da educação, entendida como processo moralizador.

É interessante notar que a visão de progresso moral do kardecismo encontra-se presente em antiga crença medieval, cujo principal representante foi Joaquim da Fiore, líder herético, que imaginava três etapas da humanidade: a Idade do Pai, a Idade do Filho e a Idade do Espírito. Assim, à primeira revelação, Moisés e sua lei; teriam se seguido a segunda revelação, os ensinamentos de Jesus Cristo, sendo, a terceira revelação, o espiritismo, obra dos próprios espíritos, realizada na época em que a humanidade estaria em nível elevado de conhecimento, tendo condições de por em prática todos os ensinamentos anteriores. Dessa forma, Allan Kardec seria apenas o codificador, aquele espírito através do qual a revelação se manifestou, na verdade, o

instrumento do Mestre Divino, para cumprir a promessa dos Evangelhos, sendo assim, a segunda parte do cristianismo, o “Consolador Prometido.”²²⁹

Essa idéia permaneceu entre os espíritas e promoveu a construção da imagem do espiritismo que o associa à ciência, e também à filosofia e à religião. Apesar da polêmica entre os seguidores do espiritismo kardecista, que os coloca frente à frente, numa discussão sobre essa questão primordial, alguns espíritas alegam que só é possível verificar a defesa do espiritismo como religião nas obras póstumas de Kardec. Nas obras basilares da doutrina, parece não haver muitas dúvidas quanto ao fato de o momento histórico projetar a ciência como elemento central da revelação.

“C’est en fait une révélation autant scientifique que religieuse (révéler c’est “ôter le voile” dit Kardec, c’est-à-dire dévoiler ce qui était caché ou ignoré) dont la nouveauté tient essentiellement au caractère positif des messages. Car le spiritisme, nous avons déjà commencé à la voir, dissout les mystères, anthropomorphise les symboles, donne aux forces de l’au-delà un corps, une voix, un visage. (...) Enfin la révélation au sens kardeciste a un caractère éminemment évolutif, à l’image de l’époque.”²³⁰

Ciência ou religião laica, pelo fato de não possuir clero, nem culto ou templo, muito menos hierarquia, não havendo termo de comparação entre o médium e o sacerdote, o espiritismo projetava-se também como doutrina filosófica, alegando que isso gerava conseqüências religiosas, como sempre acontece com todas as filosofias espirituais. Entretanto, as sucessivas descobertas da ciência e da técnica, em meados do

²²⁹ Cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990, afirmam que o momento histórico em que se projetou o espiritismo, segunda metade do século XIX, foi fecundo ao aparecimento de manifestações religiosas que tentavam aproximar aspectos religiosos e científicos que pudessem dar conta da efervescência social provocada pelos avanços tecnológicos, mudanças econômicas e crescimento demográfico, citando, além do kardecismo, o ocultismo e o catolicismo ultramontano. Com relação a esta última manifestação no Brasil ver, LIMA, Lana Lage da Gama. A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha. In: *História e Cidadania – XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1998, p. 439-447.

²³⁰ AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François; op. cit., 1990, p. 50-51.

século XIX, se apresentavam-se como um momento auspicioso da maturidade humana, desafiando a todos que quisessem cumprir a tarefa de construir a doutrina que conciliasse o espírito religioso do cristianismo e o espírito laico das luzes, o que parecia ser impossível. Portanto, seria preciso inventar uma heterodoxia para dar conta desse desafio.

Foi aceitando essa tarefa, que Kardec lançou as bases de sua doutrina. Aubrée e Laplatine²³¹ indicam o caminho da heterodoxia kardecista: 1) recusa da teologia do pecado original, em favor de uma explicação histórica, fundada na noção de livre arbítrio e progresso contínuo; 2) recusa do mistério da ressurreição dos mortos a longo prazo, no juízo final, substituído pela teoria da reencarnação; 3) Jesus Cristo passa a ser visto como espírito superior extremamente elevado, dotado de grande força magnética que fomenta incessantemente o bem; 4) introduz uma concepção do ser humano que fica próxima do ocultismo, do cristianismo, do platonismo e cartesianismo, uma dualidade corpo e alma, que Kardec define como perespírito, algo que fica a meio caminho entre o corpo e alma e é de natureza material: “C’est une substance éthérique d’une légèreté extrême qui peut se mouvoir dans l’espace, une envelope fluïdique qui accompagne l’esprit lorsqu’au moment de la mort, il se sépare du corps;”²³² e, 5) finalmente, há uma recusa aos mistérios da fé, já que a fase da pré-história da humanidade está superada, e essa exige a superação da ignorância com a razão e as leis da natureza.

De acordo com esses motivos, o kardecismo se apresenta por meio de uma plêiade de ilustres educadores, fazendo parte de um verdadeiro panteão de benfeitores da humanidade. Todos esses educadores teriam, de algum modo, contribuído para o progresso moral da humanidade, ao introduzirem alguma idéia ou proposta, em direção

²³¹ Idem, ibidem, p. 51-53.

ao que consideram a fraternidade e a paz universais. Em geral, essa longa lista de educadores importantes começa com líderes religiosos e filósofos da Antigüidade, tais como, Jesus considerado, à parte, como “grande pedagogo da Humanidade”, Buda, Platão e Sócrates. Este último, teria dado grande contribuição, ao aplicar a maiêutica, “parto espiritual – através da qual ele pretendia extrair de seus discípulos a verdade moral.”²³³

Em seguida, aparecem aqueles que recebem a denominação de “grandes educadores modernos”, começando por Jean Amos Comenius (1592-1670), apontado como criador da pedagogia moderna, ao propor a educação para todos, incluindo mulheres, pobres e deficientes e também, de promover a pedagogia humanista apoiada na razão humana.²³⁴ Outros nomes engrossam a lista: August Hermann Francke (1663-1727), pedagogo de Lübeck, os educadores alemães Ludwig Zinzendorf (1700-1760 e Henry Melchior Mühlemberg (1711-1787), Johann Bernard Basedow (1723-1790), responsáveis pelos métodos de filantropismo escolar e pela educação de caráter piedoso; a seguir vem Jean Baptiste La Salle (1651-1719), criador da congregação Irmãos das Escolas Cristãs. Outro ilustre representante do catolicismo, lembrado nessas coletâneas, é Dom Bosco (1815-1888), nomeado apóstolo do amor educativo, criador do método que introduz a doçura na atuação do mestre na vida dos alunos.

A lista prossegue com Johann H. Pestalozzi (1746-1827), apontado como inovador da pedagogia, ao educar crianças pobres com base na obediência, no amor e na confiança, que “fazem despertar na criança os primeiros germens da *consciência*.”²³⁵

²³² Idem, *ibidem*.

²³³ INCONTRI, Dora. *A Educação Segundo o Espiritismo*. São Paulo: Edições FEESP, 1997, p. 89.

²³⁴ Comeninus aparece em uma das listas ao lado de Jacob Spener (1635-1705), pastor de Estrasburgo, indicado como representante da Educação Pietista de base protestante, que teria sido precursora da idéia do lar substituto, apreciado pelos kardecistas exatamente pelo fato de a proposta não passar pela Igreja e sim, pelos lares. Cf. FERNANDES, Washington, Luiz Nogueira. *Mansão do Caminho, 40 anos: Uma história de amor na educação*. Salvador: Livraria Espírita Alvorada, 1992.

²³⁵ FERNANDES, Washington Luiz Nogueira; *op. cit.*, 1992, p. 16.

Em seguida, aparece, invariavelmente, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), apresentado como marco na reforma da educação ao propor uma pedagogia baseada no desenvolvimento natural da criança.

A partir de Rousseau e Pestalozzi, essa plêiade adquire certa coesão, não apenas pela proximidade temporal das idéias, mas também por algumas afinidades que existiriam entre suas propostas pedagógicas. A idéia de evolução das faculdades do ser lançada por Pestalozzi propiciaria a evolução harmoniosa e progressiva, abrangendo todos os seres humanos, talvez seja a que mais o aproxime da concepção kardecista, da evolução espiritual. As etapas que promovem o homem do estado primitivo, passando pelo estado social, até chegar ao estado moral, são aos olhos do kardecismo, a manifestação *avant la lettre* de sua doutrina.²³⁶

Assim, a influência das idéias de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) sobre Denizard Hippolyte Léon Rivail (1804-1869), que, depois da trajetória rumo à fundação da doutrina espírita, passou a ser conhecido como Allan Kardec, parece ser atestada unanimemente pelos estudiosos de suas propostas educativas. Allan Kardec foi aluno de Pestalozzi no educandário de Yverdon, aproximadamente, entre 1815-1822.²³⁷

²³⁶ Outros nomes de educadores que aparecem com freqüência são: Friedrich Froebel (1782-1852), criador dos Jardins de Infância; Rudolf Steiner (1861-1925), criador da pedagogia Waldorf e da Atroposofia, que visam ao engajamento emocional da criança na aprendizagem; Édouard Claparède (1873-1940), apontado como precesor das idéias de Jean Piaget; Célestin Freinet (1896-1966) criador da escola “ativa” onde a criança é motivada a participar de atividades que aprofundam o relacionamento humano; Jean Piaget (1896-1980) que é valorizado pelos estudos sobre a moral heterônoma e da moral autônoma; Lev Semenovich Vigotsky (1896-1934), é lembrado por sua teoria do desenvolvimento proximal que enfatiza o trabalho cooperativo e a integração social entre as crianças; finalmente, alguns nomes são lembrados por razões diversas, sendo os mais comuns, Johann Sebastian Bach (1685-1750), Wilhem von Humboldt (1762-1814), G. Girard (1765-1850), Johann G. Fichte (1762-1814), Maria Montessori (1870-1952) e ainda citados, *en passant*, por sua contribuição em estudos de psicologia, aparecem, Pavlov, Wallon, Max Wertheimer, Kohler, Koffka, Skinner e Karl Rogers.

²³⁷ As informações deste trabalho sobre a formação do pensamento de Allan Kardec, assim como sua trajetória da educação ao espiritismo, foram retiradas principalmente de AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François. *LaTable, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990.

Na Suíça, próximo ao lago de Neuchâtel, na cidade de Yverdon, no Instituto do mesmo nome, sob a influência de Pestalozzi, o jovem Denizard Rivail respirou os ares da moral calvinista e os ensinamentos de seu mestre:

“Enfin le protestantisme libéral d’Yverdon va façonner l’esprit même du spiritisme dans sa doctrine e jusque dans son organisations qui peut être caractérisée de la manière suivante: méfiance à l’égard de l’improvisation, ponctualité des réunions, dépouillement à l’extrême du cérémonial, silence et recueillement, bref une rigueur toute calviniste.”²³⁸

Por meio dessa influência, marcante em toda sua vida, Léon Rivail elaboraria, em seu pensamento, a permanente necessidade de demarcar, com clareza, as fronteiras entre o bem e o mal. Para construir o bem, meta final da pedagogia moral, e esteio da educação popular, Pestalozzi considerava fundamental que as instituições de ensino acompanhassem a educação familiar, e, nesse caso, a mãe, olhando de perto a educação dos filhos seria o protótipo da melhor educação; entretanto, a força paterna, sendo, em essência a força do educador devia estar presente em todos os momentos da vida familiar.

Foi assim que esse pedagogo suíço realizou uma experiência assistencial com crianças pobres, levando em conta o modelo de educação da família. Em Stans, no ano de 1799, Pestalozzi pôs em prática as idéias, quando abriu um orfanato, abrigando, aproximadamente 70, crianças pobres. Essa experiência assistencial de Pestalozzi inspirou muitas outras experiências espíritas na educação dos pobres, que o consideraram precursor da idéia de desenvolvimento moral.

Retomando algumas idéias de Pestalozzi que influíram no pensamento assistencial do espiritismo kardecista, encontra-se a busca constante do aperfeiçoamento espiritual, significando a tentativa incessante de melhorar a moral e o intelecto,

associando a isso, a visão evolucionista da humanidade. Na concepção de Kardec, a cada reencarnação, o espírito pode aperfeiçoar-se, o que propiciaria uma evolução para um mundo melhor: “À medida que a civilização se aperfeiçoa, faz cessar alguns dos males que gerou, males que desaparecerão todos com o progresso moral.”²³⁹ Por isso, o espírito dos pais desenvolveria os de seus filhos pela educação. Essa obrigação natural dos pais, empresta à doutrina espírita um caráter missionário, estipulando um dever e uma responsabilidade inalienáveis aos responsáveis pela educação das crianças.

Essa importância extraordinária reservada à educação pela doutrina espírita, cujos fundamentos encontram-se inicialmente na obra *Le Livre des Esprits*,²⁴⁰ que apareceu pela primeira vez em 1857, época em que Kardec anunciava as regras da sociedade espírita, não provém, como já vimos, somente de uma forte influência do cristianismo pré-reformista, mas também dos ensinamentos em Yverdon, que se originam do pietismo. Nesse movimento religioso registrado no interior do luteranismo, pelos pregadores P. J. Spener (1635-1705) e A. H. Francke (1663-1705), destacava-se a religião prática e íntima, em que os indivíduos deveriam estar sujeitos a estreitas atitudes morais,²⁴¹ ao contrário da tese da teologia dogmática, que parte da necessidade de uma organização institucional cuja autoridade religiosa determina, coletivamente as práticas da moral.

No Livro dos Espíritos, Kardec afirma que o senso moral está presente em todas as criaturas. A preponderância da família para formação do ser humano, desde a infância, reprimindo os maus pendores, deixa evidente que o progresso da humanidade deve ser atingido pelo aprimoramento da moral. De acordo com as circunstâncias, os

²³⁸ AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, p. 25.

²³⁹ KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. n. 793.

²⁴⁰ AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, Françoise, op. cit., 1990, p. 25.

²⁴¹ Cf. HINNELLS, John R. (org). *Dicionário das Religiões*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990, p. 204, a maioria dos pietistas permaneceu na Igreja Católica, atuando como educadores e organizando reuniões,

indivíduos desenvolvem, mais ou menos, esse senso moral que existe, em princípio, em todos. Porém, os espíritos estão sempre em algum grau evolutivo, porque o que está sendo educado em cada encarnação, é o espírito. Dentro dessa concepção, qualidades vão se desenvolvendo e se acumulando em cada reencarnação, o que finalmente cria uma tendência ao aperfeiçoamento espiritual, porque as crianças possuem dentro de si o germe da perfeição, qualidades superiores e sentimentos nobres à espera de serem desenvolvidos através do esforço próprio, afinal, todos são herdeiros do patrimônio divino, “acima de tudo são filhos de Deus.”²⁴²

O Livro dos Espíritos congrega as bases da doutrina espírita kardecista, e suas prescrições enfatizam a busca da perfeição no trabalho, a constituição da família e do lar, a conservação da vida social e do projeto de civilização e do progresso, a busca do altruísmo, da igualdade, da perfeição, da piedade, da solidariedade e do bem. As leis morais teriam sido compiladas por Kardec a partir das lições de grandes espíritos iluminados, a exemplo de Confúcio, Buda, Sócrates e Jesus, congregados no que se designa: Espírito de Verdade. O espiritismo reuniria, assim, todas as correntes de pensamento que, de alguma forma, teriam indicado o caminho do bem à humanidade. Aquilo que a maioria das religiões têm por escopo, a prática do bem, da paz, da concórdia e da caridade, estaria congregado no espiritismo, não havendo lei superior à lei moral, que, por sua vez, é a lei do Pai.

Os pensamentos de Kardec depositavam, na infância as maiores esperanças de aperfeiçoamento da moral: “A delicadeza da idade infantil os torna brandos, acessíveis aos conselhos da experiência e dos que se lhes pode reformar os caracteres...”²⁴³

outros, fundaram seitas, tais como a dos Irmãos Morávios e a Revitalização Evangélica ou, Movimento Revivalista.

²⁴² Cf. ALVES, Walter Oliveira. *Educação do Espírito - Introdução à Pedagogia Espírita*. 3ª edição. Araras, SP: IDE, 1997, p. 11-113.

²⁴³ KARDEC, Allan. Livro dos Espíritos. N. 385.

Imposto por Deus, esse era primeiro, um dever dos pais. Desse modo, formar o caráter dos filhos é tarefa exclusiva dos pais, mesmo no caso da assistência aos pobres, em que os espíritas admitem, como é o caso do Abrigo Jesus, uma forma de educação em que os pais ficam afastados por algum tempo, podendo fazer visitas periódicas. De qualquer forma, uma idéia está sempre presente na estratégia assistencial espírita: a possibilidade de dar assistência através do sistema de famílias substitutas. Em todo o caso, a família jamais deve ser esquecida, o relaxamento dos laços de família, de acordo com Kardec, levaria a sociedade à “recrudescência do egoísmo,” principal fator de sua destruição.

Na orientação às crianças reside a profilaxia do futuro. A recuperação da infância desajustada, promovendo a educação voltada para a moral espírita, retirando da mente infantil o mal, pelo contato com a Verdade Eterna, representa a preparação dos assistidos para a responsabilidade e a noção dos deveres mínimos, ponto de partida das grandes obrigações.²⁴⁴

Alguns conselhos de natureza muito específica são dados aos que lidam com a educação das crianças. Um deles sugere que não se deve prometer prêmios ou dádivas como recompensa ou falso estímulo pelo êxito no aproveitamento escolar, pois essa prática viciaria a mente. Outro conselho pede que as crianças não sejam levadas a festas ou reuniões que lhes conspurquem os sentimentos, não sendo aconselhável ainda, dar-lhes qualquer presente, brinquedo ou publicação, que incentive a agressividade. Há também conselho que diz respeito à prática da mediunidade pelas crianças, que lhes veda o desenvolvimento dessas faculdades, principalmente em atividades de assistência em desencarnados. Se houver necessidade de intervenção, que ela seja feita pela oração e pelo passe magnético. Para os kardecistas, a criança é o espírito em evolução, significando que ela é o espírito que retorna, trazendo necessidades individuais e um

programa de vida estabelecido durante sua preparação para reencarnar.²⁴⁵ A criança tem uma bagagem evolutiva, correspondendo às suas várias encarnações até o presente. Nessa bagagem estão as qualidades conquistadas no passado e também os defeitos adquiridos em outras vidas. Se bem educada, a criança parte das tendências nobres de sua bagagem, ou seja, das qualidades superiores acumuladas em outras experiências.

Apesar de ter um programa de vida traçado no Mundo Espiritual, somente a ação educativa pode se responsabilizar-se pelo sucesso e a garantia desse programa.

“Por mais revel que seja o Espírito, tenha ele renascido no antro mais profundo de inferioridade, abandonado pelos pais, nas piores condições, será ele o que mais necessitará da ação educativa que fornecerá ao Espírito que reencarnou para **evoluir** (grifo do autor), a energia e a força interior para vencer as provas necessárias ao seu aprimoramento.”²⁴⁶

Embora tenham uma visão determinista da evolução humana, alguns espíritos evoluem com mais lentidão que outros, podendo causar um recomeço na sua escalada evolutiva, o que promove a educação a nível de fator de aceleração desse processo evolutivo. Mesmo evoluindo incessantemente, os seres humanos não deixam de fazer uso do seu livre-arbítrio, o que os coloca diante de situações geradoras de defeitos e erros, viciações amealhadas em seu livre-arbítrio, que devem ser combatidas no campo afetivo e intelectual. O exemplo indicado com frequência, é o de Pestalozzi em Stans, que embasado no amor e na fé, deu um lar às crianças abandonadas e rebeldes, transformando-as em homens de bem.

Para entendermos melhor a situação da criança na concepção kardecista, convém pensarmos nela, acompanhando a explicação da educadora espírita Dora Incontri,²⁴⁷

²⁴⁴ VIEIRA, Waldo. (Ditado pelo espírito de André Luiz). *Conduta Espírita*. Rio de Janeiro: FEB, 1960, p. 66-68.

²⁴⁵ ALVES, Walter Oliveira, op. cit., 1997, p. 63.

²⁴⁶ Idem, ibidem, p. 64.

²⁴⁷ INCONTRI, Dora, op. cit, 1997, p. 108-117.

como alguém que está em sono profundo e que só com o decorrer dos anos, desperta e assume sua personalidade. Essa educadora indica algumas particularidades da criança para explicar como deve ser a pedagogia espírita.

Primeiramente, a criança se apresenta confiante e ingênua; mesmo que seja experiente vivendo nas ruas, submetida a maus tratos, ela precisa confiar e entregar-se à proteção. Por essa razão, a criança torna-se presa fácil de todos os que a querem explorar. Mesmo considerando-se a possibilidade de um espírito elevadíssimo reencarnar num meio corrompido, o que dificilmente o transformaria num criminoso, a sociedade deve proporcionar a todos um meio moralmente saudável, garantindo a educação das massas.

Outras particularidades da criança são a curiosidade e o interesse. Entendendo essas particularidades como uma necessidade do espírito se reintegrar ao mundo, Incontri afirma que essa é a mola propulsora para o desenvolvimento da inteligência infantil. Porém, dependendo do grau evolutivo do espírito encarnado, o interesse e a curiosidade variam. O meio social e cultural também interferem nesse processo educativo:

“Em meios culturalmente mais pobres e apáticos, as crianças vão se revelar menos curiosas e mais pacatas intelectualmente. Em meios mais estimulantes, a criança terá a mente mais desperta.”²⁴⁸

Logo ao nascer, a criança já se manifesta através de bons e maus instintos relacionados à sua existência anterior. Ao ocorrer a interferência do meio, é preciso estar atento para evitar que os maus instintos se manifestem; daí a necessidade da intervenção. Kardec aconselha que essa intervenção seja rigorosa e ocorra, de preferência, na infância momento em que “o Espírito é verdadeiramente criança.” No Evangelho Segundo o Espiritismo, capítulo XIV, ele afirma:

“Desde o berço, a criança manifesta os instintos bons ou maus que traz de sua existência anterior; é a estudá-los que é preciso se aplicar; todos os males têm seu princípio no egoísmo e no orgulho; espreitai, pois, os menores sinais que revelem os germes desses vícios, e empenhai-vos em combatê-los, sem esperar que lancem raízes profundas.”

Em outra particularidade, a absorção do ambiente e a imitação dependem do que Incontri define como “absorção das emanções fluídicas do meio” relacionado à situação do perespírito, que só se manifesta, definitivamente, na criança, por volta dos 7 anos. Até essa fase a criança se encontra desarmada e isso provoca uma exteriorização que a torna mais suscetível às vibrações do meio.²⁴⁹

Duas outras particularidades da criança são: afetividade e sinceridade. Para os espíritas, a infância corresponde a uma fase em que ocorre o recomeço da existência do espírito na Terra, vigorando uma imensa necessidade de amor e carinho pois, a comunicação com o meio se realiza pela afetividade. Por isso, essa fase exige que o educador dê proteção e apoio à criança, iluminando-a com sentimentos puros. Cabe, portanto, reforçar a base sentimental para desenvolver bem a razão. Aconselha-se ao educador uma postura vibrante, beijar, abraçar e não ter entraves afetivos, evitando a frieza intelectual. O contato corporal significa maior afetividade. A prevalência da sinceridade é justificada pelo mesmo modo que se justifica a curiosidade e a ingenuidade, ou seja, a criança, encontra-se “envolta por uma névoa de inocência e frescura espiritual”²⁵⁰; sua personalidade está dormente.

Diante dessas particularidades da infância, que exigem dos educadores menos frieza, maior envolvimento afetivo, seguindo a lei do amor, recria-se a educação repressiva. A criança reprimida aprenderia mais rápido o jogo de esconde-esconde dos

²⁴⁸ Idem, ibidem, p. 109-110.

²⁴⁹ Idem, ibidem, p. 110-111.

²⁵⁰ Idem, ibidem, p. 112.

adultos, surras e castigos só levariam mais rápido aos impulsos negativos porque gerariam estratégias de resistência e de defesa. Surgiria portanto, um ser dissimulado, sem regras, que diminuiria, acentuadamente, as chances de discipliná-lo.

Por fim, quatro particularidades da criança são apontadas como importantes para que o educador possa preparar a estratégia de seu trabalho. Duas estão bem próximas: a fantasia e as brincadeiras, consideradas capacidades do ser humano, que significam, respectivamente a capacidade de imaginar e de criar e a capacidade de agir dentro de um mundo de fantasia. Inerentes ao ser humano, ambas devem ser iluminadas por bons pensamentos, porque, de acordo com o ideário espírita, sendo uma criança um espírito ainda imperfeito, a tendência é levar essas capacidades a um baixo padrão de beleza e harmonia causando prejuízos morais. Mesmo não devendo ser reprimida, a criança deve ser orientada, afastando-se dela as brincadeiras que sejam levianas e costumes que ofendam a moral.²⁵¹ Quanto à criatividade, há um desdobramento em vários componentes:

“(...)receptividade aos estímulos ambientais, a originalidade do pensamento, a capacidade de imaginação e de julgamento, a autoconfiança, a improvisação, a independência de opinião, o uso dos erros pela própria aprendizagem, a flexibilidade, o desejo constante de algo novo, o humor, a sensibilidade aos problemas, a capacidade de indagar e formular questões, a intuição, a curiosidade...”²⁵²

A criatividade no final da argumentação é apresentada como inteligência em ação que corresponderia ao dinamismo do progresso. Se a capacidade criativa ficar acomodada, e isso pode acontecer em qualquer estágio da evolução do espírito, ou seja, em qualquer idade, a evolução espiritual fica estagnada, comprometendo o futuro da humanidade. Baseando-se nessa possibilidade, aconselha-se aos educadores espíritas estimular a

²⁵¹ Idem, ibidem, p. 115.

²⁵² Idem, ibidem, p. 116.

criatividade na infância para que não se paralise as forças criativas da alma, o que provocaria uma redução das chances de uma evolução espiritual.

Para os espíritas, é exatamente nesse ponto que a mãe adquire destaque especial, sendo ela responsabilizada pela educação dos filhos de tal maneira que Kardec considera necessário que ela possua uma sólida educação moral e intelectual, verdadeira ciência, que possa dar-lhe condições de educar realmente a família. O desejo do criador da doutrina espírita era de que, um dia, seria imposto às mães o dever de aprenderem formalmente a educação moral e intelectual, assim como é ensinado, aos advogados, o Direito.²⁵³

Essa situação da família, em que a mãe promoveria, em cada lar, a educação voltada para a formação moral de todos, seria multiplicada universalmente, alcançando a sociedade como um todo. Núcleo e ponto de partida da educação intelectual e moral, a família deve promover mudanças em todos, fomentando a evolução espiritual.

O ideal que perpassa toda essa concepção de educação – o progresso moral da humanidade –, cujo objetivo deve ser alcançado ao se iluminar, com a educação moral, a consciência dos homens, tinha que se submeter, antes, a uma árdua experiência, a moralização das massas. Na proposta central da doutrina espírita, a finalidade de educar as massas significa transformar “a terra em mundo de provas e expiações, em mundo de regeneração.”²⁵⁴

Acreditar na formação do caráter dos indivíduos, enquanto pertencentes a uma família, recebendo educação dos pais, era uma coisa; outra, era educar os indivíduos que não podiam estar nessa situação. Para aqueles que, por causa da miséria tivessem que se

²⁵³ Cf. KARDEC, Allan. *Revue Spirite*. Trad. Júlio de Abreu Filho. São Paulo, EDICEL, s. d., p. 39-40, Apud. FERNANDES, Washington, Luiz Nogueira. *Mansão do Caminho, 40 anos: Uma história de amor na educação*. Salvador: Livraria Espírita Alvorada, 1992, p. 26.

²⁵⁴ Cf. PIRES, Heloisa. *Educação Espírita*. 4ª edição. São Paulo: Paidéia, 1994, p. 11.

afastar do convívio da família, os planos deviam ser outros, passando ao assistencialismo e à caridade espíritas, como se verá mais adiante.

Para os espíritas kardecistas, a mãe se destaca entre os grandes educadores, não somente pelo desempenho junto aos filhos, mas por outros motivos que envolvem aspectos subjetivos. Apesar de longa, a seguinte explicação de uma líder e médium nos esclarece sobre a valorização da mulher como educadora:

“Desde que o mundo é mundo, o coração da mulher tem contribuído para o progresso da humanidade. Mas pelo predomínio dos homens, na História da civilização, a figura feminina nem sempre recebeu as homenagens e o reconhecimento devidos. Não dizemos com isso que a missão paternal não seja importante e que a mãe deva ocupar o lugar predominante na Educação dos filhos. A partilha das responsabilidades deve orientar a função educativa da família. Nem afirmamos que todas as mães sejam modelos de maternidade e solicitude, pois o fracasso nessa função é muito comum e evidente em nosso planeta deficitário. Mas o fato de que até recentemente na História os homens exerceram um poder tirânico sobre a mulher, vedando-lhe a participação no mundo externo, fez com que a maioria dos homens se desvairassem muito mais em erros e quedas do que os espíritos que tem reencarnado predominantemente no sexo feminino. É verdade que a mulher pode muitas vezes dominar pela perfídia, pela intriga, pela sensualidade e então se torna pior do que o homem.”²⁵⁵

Pelo menos, três aspectos do texto, merecem uma reflexão e observações mais detalhadas. Primeiramente, a imagem da mulher apresenta uma duplicidade de condições: de um lado, ela é, espiritualmente falando, menos propensa ao erro, ao desvario, por outro, as formas indicadas como atributos femininos, quando no exercício da dominação, deixam claro que, exercendo o poder com esse atributos, a mulher ultrapassa o homem em tirania. Qualitativamente falando, a mulher teria uma tendência a ser mais tirânica do que o homem, porque faz intrigas, e tem uma sensualidade mais

²⁵⁵ INCONTRI, Dora, op. cit., 1997, p. 85-86.

aguçada do que o homem. É interessante notar que essa condição apresenta a imagem da mulher que reproduz, o que a própria autora do texto denuncia, ser o motivo pelo qual não se prestam homenagens e não se reconhece a figura feminina.

O segundo aspecto diz respeito à reencarnação, quando se afirma que historicamente, o predomínio dos homens, sobrepujando as mulheres, tem proporcionado uma espécie de círculo vicioso, causando, como efeito, a reprodução da dominação, uma vez que os homens tirânicos reencarnam-se em maior número, superando, dessa forma, as mulheres, realimentando uma cadeia de dominação que impede uma virada da situação em favor delas.²⁵⁶

O terceiro aspecto que se apresenta de maneira interessante, refere-se diretamente à educação. Ambos os sexos são igualmente competentes para educar os filhos, assim sendo, os pais e as mães devem ter mútua predominância, poder e competência partilhados: “A partilha das responsabilidades deve orientar a função educativa na família.” O que provocaria então a homenagem às mães como grandes educadoras, destacando-as dos homens, são aspectos puramente subjetivos: o coração da mulher-mãe contribui para o progresso da civilização. A idéia de um mundo melhor pelo amor do coração da mulher não descarta contudo um certo fracasso nessa missão que se justifica, vagamente, pelo complemento, planeta deficitário. As condições que estariam gerando esse déficit planetário, porém, ficam a cargo da imaginação de quem está lendo o texto.

²⁵⁶ A própria autora do texto, Dora Incontri se encarrega de esclarecer essa questão: “Outrossim, sabemos pela Doutrina Espírita, que podemos e devemos reencarnar ora como homem, ora como mulher, para desenvolvermos nosso espírito de maneira integral, amealhando experiências de ambos os sexos. É uma lei da vida. Mas também observamos que os Espíritos em nosso estágio de evolução, costumam reencarnar longamente num mesmo sexo, possivelmente para repetir experiências e fixar determinados traços psicológicos, que numa só existência, não seria possível adquirir.” (INCONTRI, D., op. cit., 1997, p. 86) Ver também CHAVES, José Reis. *A Reencarnação segundo a Bíblia e a Ciência*. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 1998.

Um outro indício do porquê da importância da mulher vem de um texto atribuído ao espírito de André Luiz, em que aparecem seus atributos enquanto mãe.²⁵⁷ “A mulher deveria compenetrar-se no seu apostolado de guardiã do instituto da família, tendo a elevada tarefa de conduzir as almas trazidas ao renascimento físico.” Portanto, o privilégio de conceber a natividade faz da mulher um espírito especial, responsável pelo processo de reencarnação, justificando-se o papel que deve desempenhar na educação dos filhos. Novamente, o amor materno surge como essencial ao seu trabalho na missão de educar, afastando os artificialismos e ódios do seio da família. Outra tarefa de peso, que faz parte da conduta da mãe espírita, é a de incrementar o desenvolvimento das faculdades mediúnicas nas crianças, pelas orações e pelo passe. Embora não seja uma tarefa exclusiva da mãe, esse acompanhamento é melhor conduzido por ela que se presume estar mais tempo junto aos filhos.

As crianças são portadoras de idéias inatas, acreditam os espíritas, que, de acordo com o Livro dos Espíritos, na questão 218, correspondem a todas as experiências vividas em outras encarnações, constituindo-se um erro pensar que a criança nada tem anterior ao nascimento. Essas idéias inatas seriam aquelas lembranças de vidas passadas manifestando-se em forma de aptidões e instituições; neste caso, as mães precisam captar e propiciar seu desenvolvimento, sempre atentas ao problema dos vícios que pode se manifestar se os jovens em seu ambiente entrarem em contato com indivíduos desequilibrados e deles recebam maus fluidos.

Em outra educadora espírita, o amor aparece como a chave do sucesso para lidar com crianças e adolescentes rebeldes.²⁵⁸ Do mesmo modo como já foi visto, quando se tratou da pedagogia de Dom Orione, o amor aos alunos significa não exigir além do que podem oferecer, e não rotulá-los de inúteis. Nessa linha de pensamento, o amor

²⁵⁷ VIEIRA, Waldo, op. cit., 1960, p. 11-14.

representa um conjunto de atitudes que inspiram confiança, crendo-se que essas atitudes podem mudar os seres para melhor. As qualidades básicas do professor espírita devem reunir os seguintes pontos: diálogo franco, estímulo, chamamento amoroso, amor e energia e apelo ao plano espiritual. O clima de confiança que deve ser a base das relações do professor espírita com seus alunos, é justificado pela prédica de Jesus que, demonstrando confiança nos homens, dizendo, vós sois deuses, iluminou a todos os seres humanos.²⁵⁹

Acreditando na capacidade educativa da mulher, em seguida, a educação espírita privilegia a família, considerando-a a instituição social mais importante. O lar comporta a família, sendo entendido como um espaço onde as potencialidades espirituais se desenvolvem em rituais que buscam sintonia com o plano espiritual superior, ocorrendo a harmonização dos membros da família. Esses rituais passam pela leitura do Evangelho no Lar que, mesmo sendo de origem cristã, adquire uma presença marcante e decisiva na obra de Kardec, assim justificada por uma educadora espírita.

“Entendendo o Espiritismo como a síntese do processo do conhecimento, nas páginas do Evangelho encontramos a síntese de todo um processo educacional a que o homem aspira. As palavras do nosso irmão mais velho, Jesus, são aí explicadas precisamente para auxiliarem o homem na sua caminhada para Deus. As experiências e as histórias de alguém que caminhou mais, e vem nos indicar o rumo certo para a conquista da paz interior, estão no Evangelho. Não podemos abandonar as aquisições de ordem moral e intelectual dos que nos precederam. Isto seria voltar à leis da selva.”²⁶⁰

A educação da família, seguindo as idéias de Kardec no Livro dos Espíritos, deve possibilitar o intercâmbio entre encarnados e desencarnados, termos espíritas usados para designar mortos e vivos que, na concepção da metempsicose kardecista,

²⁵⁸ PIRES, Heloisa; op. cit., 1994, p. 34.

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 35.

²⁶⁰ Idem, ibidem.

compõem um mesmo mundo separado apenas pela transmigração do espírito. Seguindo exemplos cristãos, a família deve compreender Deus, a reencarnação, o amor e a fraternidade. Um dos veículos de grande poder nessa jornada de ensinar os filhos, é a prece; através dela, os pais reúnem a família, em torno de si, e exercitam a doutrina. Outro recurso, além da leitura do Evangelho espírita, é o passe que se origina do saber homeopático, apropriado pelos médiuns espíritas, consistindo em ritual onde se acredita que forças energizadas espiritualmente são transmitidas às pessoas pelo contato das mãos do médium.²⁶¹

A função da educação na família espírita é a mesma sugerida para qualquer indivíduo no mundo do espiritismo kardecista: “aprimorar o espírito sob as claridades do evangelho.” Dessa forma, as boas qualidades serão postas em prática fora da família, espalhando-se pelo mundo. Trata-se portanto, de considerar a família como o núcleo difusor para a construção de nova Humanidade sem barreiras geográficas: “Uma Humanidade que praticará, realmente, as Leis de Deus. Não mais o meu, o teu. A família espiritual, resumida num só rebanho, com um só pastor, de que nos fala o profeta.”²⁶²

Depois dessa introdução aos principais valores da educação espírita kardecista, que, se embasam nos ensinamentos do Livros dos Espíritos, e que, por sua vez, indicam

²⁶¹ Na *Conduta Espírita*, op. cit., 1960, obra ditada pelo espírito de André Luiz, através do médium Waldo VIEIRA, o momento do passe é ressaltado como aquele em que forças magnéticas estão agindo em nome do bem, recomendando-se que não se faça gesticulação violenta, respiração ofegante, bocejo contínuo e que não se toque direto no paciente, desnecessariamente, evitando-se qualquer recurso espetacular. Outras recomendações ao ritual do passe são as seguintes: não repetir os passes todos os dias para que não se transforme em mania; proibir ruídos, baforadas e vapores alcóolicos e a presença de pessoas sarcásticas; na hora do passe curativo devem-se interromper as manifestações mediúnicas, advertindo-se que a disciplina é a alma da eficiência; evitar a presença de pessoas com doenças contagiosas nas sessões de assistência em grupo, advertindo-se que a fé não exclui a previdência; usar o sopro curativo no passe magnético, no uso da água fluidificada, no auto-passe ou da emissão de força socorrista, à distancia, através da oração. (p. 83-85)

²⁶² É interessante notar que a idéia de uma humanidade sem barreiras geográficas passa pelo empenho em difundir um só idioma, o que seria possível, segundo o pensamento espírita, com a adoção do Esperanto. As tentativas de popularizar o Esperanto, que se propõe universal, feitas pelos espíritas, vão desde a

a educação de um modo geral, como a própria *raison d'être* da doutrina, apontando a necessidade de uma evolução do espírito pelo constante avanço moral, disciplinado pela educação,²⁶³ busca-se-á entender a assistência concebida pelos espíritas, como parte de um projeto de educar a massa de desvalidos, mantendo a evolução para alcançar a meta de uma humanidade perfeita.²⁶⁴ Antes de se passar a outras considerações sobre o ideário assistencial implementado pelos kardecistas, é importante a aproximação das idéias do próprio Kardec a esse respeito.

O Evangelho Segundo o Espiritismo possui dois capítulos, o XIII e o XV, onde se encontram elementos essenciais à compreensão do ideário assistencial kardequiano. No capítulo XIII, “Não saiba a tua direita o que faz a esquerda”, a ênfase recai sobre a necessidade de se fazer o bem sem ostentação, que significa ser portador de uma superioridade moral. Seguindo essa orientação, os pobres devem ser assistidos sem alarde, discretamente. Assim, a caridade pode ser exercitada de muitas maneiras, pela obras, pelos pensamentos, e pelas palavras. No primeiro caso, a assistência material, serviria apenas como suporte para as outras duas: as orações pelos pobres que morreram sem ao menos verem a luz, e as palavras, que deveriam ser dirigidas em forma de conselhos aos amargurados e desesperados pelas privações. Verifica-se, portanto, que a assistência espiritual é o que realmente importa, seja ela praticada pela oração, ou pelos conselhos aos necessitados.

publicação de livros até a realização de congressos sobre esse idioma criado pelo polonês, Ludwik Zamenhof (1859-1917).

²⁶³ Nesse sentido a educação na concepção espírita é mais do que um fator de normalização social; é um fator primordial para alcançar a evolução do espírito, ou seja, a autonomia moral ou Estado Moral de acordo com as idéias de Pestalozzi.

²⁶⁴ Ver a respeito da questão do processo evolutivo da humanidade sob a ótica kardecista na interessante explicação, A teoria da evolução e a Doutrina Espírita, em ALVES, Walter Oliveira. 3ª edição, op. cit., 1997, p. 35-46.

Confirma-se pela obra de Allan Kardec, que está fora de qualquer dúvida a necessidade de se praticar a caridade para alcançar a salvação.²⁶⁵ Entretanto, nesse caso a caridade deve ser entendida como meio de salvação geral, parte do projeto de uma humanidade perfeita, pacificada, e não no sentido católico da salvação individual, da prestação de contas concebida pela escatologia, no Juízo Final.

O ponto de partida dessa idéia desenvolvida por Kardec é o que ele denomina moral de Jesus, que se resume na caridade e na humildade, virtudes antípodas ao egoísmo e ao orgulho.²⁶⁶ Representando a perdição, esse dois últimos elementos formam um conjunto de males que deve ser combatido pelo maior mandamento da lei divina: amar ao próximo. A conclusão de que não se pode amar a Deus sem praticar a caridade, leva ao posicionamento kardequiano intransigente, em defesa da conduta piedosa, que consolida e fomenta a beneficência. Assim, a misericórdia e a piedade, são virtudes e devotamentos que representam o amor, sem limites, ao próximo.

Seguindo essas prédiás, prestar serviço em casas assistenciais, sem receber remuneração, distribuir alimentos e remédios em favor “dos irmãos menos felizes” nos “lares menos aquinhoados”, é cumprir um dever.²⁶⁷ Há uma recomendação: a assistência deve ser acompanhada de simplicidade doutrinária, procurando não causar constrangimento às pessoas auxiliadas. Essa medida pode estar ligada ao fato de que, sabendo-se da dificuldade de difundir uma outra religião, num meio impregnado pelo catolicismo, seria prudente não fazer proselitismo, tentando, aos poucos, conquistar os assistidos. Porém, há outra recomendação que aponta na direção de uma postura austera compondo a conduta espírita, numa espécie de demonstração do pouco apego às coisas

²⁶⁵ O Capítulo XV do Evangelho Segundo o Espiritismo intitula-se “Fora da caridade não há salvação.” Ver, por exemplo, os comentários sobre essa questão em, IMBASSAHY, Carlos. *Religião* (refutação às razões dos que combatem a parte religiosa em espiritismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1951, p. 196-203.

materiais: “Na casa assistencial de caráter espírita, alimentar a simplicidade doutrinária, desistindo da exibição de quaisquer objetos, construções ou medidas que expressem supérfluo ou luxo. O conforto excessivo humilha as criaturas menos afortunadas.”²⁶⁸

Embora a justificativa apresentada pareça tomar rumo diferente do que foi assinalado inicialmente, o motivo dessa recomendação pode ter uma dupla preocupação: não exibir sinais de riqueza pode ser uma estratégia para se conseguir a aproximação com os pobres, e, ao mesmo tempo, pode significar uma demonstração prática da doutrina funcionando também como uma propaganda da religião, à medida em que os outros passariam a dar maior crédito às prédicas que enfatizam a vida espiritual, condenando a ostentação.

Assegurar a aproximação com os pobres ganha uma dimensão extraordinária para um grupo de assistentes engajados no projeto de educar as massas. O respeito aos humildes significa garantir uma relação de amizade que favorece a tentativa de conversão. Essa familiaridade respeitosa, desde o servo menor até o dirigente mais categorizado, nos lares, nas escolas, nos hospitais e nos postos de socorro fraterno, indicam uma postura dos espíritas atinada à concepção de aprimoramento da educação moral e espiritual, e, em outro sentido, os faz crer que favorece a prática assistencial junto aos pobres, porque os aproxima de sua condição material.

Uma das recomendações à conduta dos espíritas sugere não reter excessos no guarda-roupa e na despensa, nem grandes reservas financeiras, porque podem estar ali objetos e valores sem uso que, no movimento dos serviços assistenciais estariam prestando grande ajuda. Esse apelo à caridade, em forma de doações materiais, é uma

²⁶⁶ Este Capítulo XV do Evangelho Segundo o Espiritismo desenvolve comentários que giram em torno da Parábola do Bom Samaritano.

²⁶⁷ Cf. VIEIRA, Walter, op. cit., 1960, p. 41.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

evidência dessa pregação aos bens espirituais, como, aliás, conclui a recomendação: “Não há bens produtivos em regime de estagnação.”²⁶⁹

Esse procedimento de doar o que está reservado, ou que tenha pertencido a parentes e amigos desencarnados, evitaria um peso na consciência: “posse inútil, grilhão mental.”²⁷⁰ Outra recomendação adverte quanto ao uso político da assistência e ainda uma outra prossegue na advertência aos que pretendem fazer da assistência um meio de ganhar dinheiro.

“Organizar a diretoria e o corpo administrativo das instituições assistenciais exclusivamente com aqueles companheiros que se eximam de perceber ordenados, laborando apenas com finalidade cristã, gratuitamente.

O trabalho desinteressado sustenta a dignidade e o respeito nas boas obras.”²⁷¹

Portanto, a boa imagem da assistência diante da população deve ser mantida com o trabalho voluntário. Essa idéia vai ao encontro daquele comportamento de desapego às coisas materiais, que deve refletir na conduta espírita - uma marca e um símbolo de probidade e moralidade. Considerando o utilitarismo humano uma ilusão, os espíritas valorizam a caridade como prática que retira do meio social as transações de caráter comercial, de exploração dos humildes e de seu trabalho. Assim, não deve haver um verdadeiro clima espírita cristão sem a presença da simplicidade: “O culto da caridade não exige circunstâncias especiais.”²⁷²

Os kardecistas reconhecem a assistência material como necessidade, justificando que, no mundo atual, não há como prescindir de tal ajuda, porém é a assistência moral, realizada no plano espiritual, que deve ser considerada sua meta final.²⁷³ Os coxos, e estropiados, os esfarrapados e miseráveis, “captados nas sargetas (sic) das ruas”, devem

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 42.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁷² Idem. *Ibidem*, p. 25

receber a misericórdia de Jesus, participar de seu banquete de caridade, que deve ser seguido dos trabalhos de ordem moral.²⁷⁴

A caridade, que deveria ser praticada pelos grupos espíritas tinha o caráter de sentimento divino, não podendo ser confundida com o simples sentimento de filantropia; precisava ser sentida, compreendida e educada, acompanhada de virtudes como o amor, a fé e a humildade. O que era preciso realizar com o esforço de todos do grupo de assistentes era a cura moral dos espíritos, porque a verdadeira enfermidade moral é considerada a obsessão. Esse sofrimento deriva, segundo os kardecistas,²⁷⁵ da interferência de espíritos malévolos, que acarretam problemas de ordem física e mental.

Os guias espirituais, médiuns, deviam estar atentos, orar e vigiar, nas sessões destinadas à cura da obsessão. Os espíritos revoltados contra a lei de Deus, infelizes portanto, exigiam muita concentração na sala de trabalhos, para evitar qualquer artil que pudesse perturbar o trabalho da caridade. A oração devia ser o meio pelo qual os pensamentos estariam ocupados com os preceitos de Jesus Cristo, afastando do coração do crente as idéias negativas, aproximando-o do amor de Deus. Essa prática são sem dúvida, uma rotina dos grupos espíritas, determinando o modo como trabalham: “o pensamento é a linguagem do Espírito, a prece é a linguagem do coração...”²⁷⁶

Todo o trabalho dos grupos, em especial os que prestam assistência e, praticamente, toda reunião espírita acabam tendo como propósito a assistência moral, que exige concentração, “elemento primordial e indispensável a todo trabalho espírita”²⁷⁷. O que ocorre, geralmente, nos chamados centros pode ser tomado como base para se entender o que se passa também nos procedimentos corriqueiros das

²⁷³ *Grupos Espíritas - Sua Organização e Fins, de Accôrdo com a Orientação Seguida pela Assistência aos Necessitados da Federação Espírita Brasileira*. Rio de Janeiro, 1933, p. 9.

²⁷⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 11.

²⁷⁵ Cf. SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo uma religião brasileira*. São Paulo: Editora Moderna, 1997, p. 21.

práticas assistenciais em geral. As palestras devem ocorrer sob esse clima, com a seriedade que o momento exige. Na educação que se processa com essas práticas, uma espécie de fé raciocinada, o espírito deve tomar, progressivamente, conhecimento das leis naturais e morais, introjetando as virtudes necessárias ao seu aprimoramento.

Para ampliar as noções espíritas de educação, pode-se afirmar que os papéis atribuídos ao amor e à mulher-mãe, são muito parecidos com aqueles que se fazem presentes nas concepções vicentina e orionita. O exemplo de amor a ser seguido, nesse caso, é o mesmo: Jesus.

“Elle, o leão de Judá, vem cordeiro para o sacrifício no altar do amor do próximo! Elle, que nada absolutamente nada tinha que resgatar, nos veio trazer a salvação, ensinando-nos a todos a viver e a morrer, a viver de facto a vida eterna. E nos deixou um código divino (...) Jesus é o Salvador, Jesus, pois, é o primeiro modelo de virtudes (sic). É o amor por excellencia.”²⁷⁸

Apropriando-se da imagem cristã-católica de Jesus como salvador da humanidade, os espíritas conservam a idéia desse sacrifício como maior modelo de amor, sendo, o segundo, justamente o de Maria. Considerada, alma mística, alma da esperança e santo espírito, Maria é vista como “a essencia mais pura e crystallina do amor espiritualizado de mãe”²⁷⁹; encarnação do amor e da caridade, ela representa, para os espíritas, a mãe que acolhe o filho mais desgraçado.

Ao justificar essa imagem de mãe protetora e misericordiosa, os kardecistas lançam mão da história, enfatizando a organização da família, na época de Maria, salientando que, naquele tempo, o amor de mãe estava ainda pouco desenvolvido em relação à atualidade, o que, além de confirmar o espírito excelso da mãe de Jesus, num contexto adverso, confirma também a idéia de evolução espiritual das mães.

²⁷⁶ *Grupos Espíritas*; op. cit., 1933, p. 17.

²⁷⁷ Idem, ibidem, p. 22-23.

²⁷⁸ Idem, ibidem, p. 28-29.

“Nos tempos patriarcaes, a família, que como sabemos é a sementeira do amor na terra, se constituia do seguinte modo: o patriarcha era o senhor; a mulher, sua companheira, era a escrava que só servia para a satisfação dos gozos e apetites materiais; os filhos eram os colonos, que forneciam braços para o trabalho. Dest’arte, quanto mais filhos, mais braços; dahi a pluralidade de mulheres.

Mas como tudo se transforma e progride, o espírito à medida que se desmaterialisa, vai compreendendo o amor. E assim, de progresso em progresso, já chegamos até o amor de mãe, dos nossos dias, que é o mais desinteressado do planeta.”²⁸⁰

Entretanto, curiosamente, o amor de Jesus e de Maria são hierarquizados, representando, esse último, todas as mães. Mesmo considerando o amor materno em grau elevado, o egoísmo inviabilizaria a sua santidade: “Esse amor vae até ao sacrifício; porém, mesmo nelle há o que quer que seja de egoismo, que até certo ponto, macúla a santidade de tão nobre e altruistico sentimento.” A explicação dessa diferença entre as duas formas de amor, corresponde à capacidade de amar até os inimigos, coisa que Jesus teria feito e Maria, assim como as mães, não. Portanto, o egoísmo se reveste de uma característica peculiar: a incapacidade de amar o inimigo, de perdoar.

Outra idéia desenvolvida pelos kardecistas e que envolve todo o seu processo de educação dos espíritos, distingue a caridade da filantropia: “a filantropia se parece tanto com a caridade como a semente com o arbusto.” A filantropia, tal como os espíritas a compreendem, é um sentimento humanizado e que, portanto, se impregna de vícios, vaidade e egoísmo. Em outro patamar, encontra-se a caridade, sentimento divino a virtude “*mater, sine qua non.*”²⁸¹ Nesse aspecto, a caridade não deveria esperar

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 28

²⁸⁰ Idem, ibidem, p. 30.

²⁸¹ Idem, ibidem, p. 31, nesta mesma página, a Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios, capítulo 13, é indicada como exemplo do conceito cristão de caridade, apropriado pelos kardecistas.

recompensa, nem mesmo de Deus. Por ser a mais pura manifestação de amor ao próximo, a caridade deve tocar as fibras do coração, deve ser sentida.

“Que importa se fale a língua dos anjos; que importa que os arroubos da nossa intelligencia, inspirando-nos a palavra, empolguem as massas e as arrastem, consoantes as verdades pregadas; que importa sejamos médiuns e produzamos assombros e possuamos a fé capaz de mover montanhas; que importa demos tudo quanto temos aos pobres e vamos mesmo ao extremo de nos deixar queimar? Se não tivermos caridade, de nada nos valerá tudo isso. Nada seremos; nada valeremos.”²⁸²

Fazendo parte da conduta espírita na prática da caridade, a humildade corresponde a uma virtude rara, segundo os espíritas, constantemente deturpada. Entendendo a humildade como o contrário do orgulho, o humilde seria aquele que, por amor, assume a caridade. Quase sempre invejoso e vaidoso, o orgulhoso posiciona-se contra a lei, a justiça e Deus, não podendo exercer o trabalho de ordem moral, ou seja, educar cristãmente.

²⁸² Idem, *ibidem*, p. 32-33.

2. OS POBRES E A CIDADE: O SURGIMENTO DE INSTITUIÇÕES, A CARIDADE E A NORMALIZAÇÃO DA POBREZA EM BELO HORIZONTE

“As obras de misericórdia são catorze: sete corporais e sete espirituais.

As corporais são estas:

1^a Dar de comer a quem tem fome; 2^a Dar de beber a quem tem sede; 3^a Vestir os nus; 4^a Dar pousada aos peregrinos; 5^a Visitar os enfermos e encarcerados; 6^a Remir os cativos; 7^a Enterrar os mortos.

As espirituais são estas:

1^a Dar bom conselho; 2^a Ensinar os ignorantes; 3^a Castigar os que erram; 4^a Consolar os aflitos; 5^a Perdoar as injúrias; 6^a Sofrer com paciência as fraquezas do próximo; 7^a Rogar a Deus pelos vivos e defuntos.”

O Teu Catecismo. 7^a edição. Livraria Editora Salesiana. Quarto ano. Lição 21, Os vícios capitais. As obras de misericórdia, p. 80, s. d.

A partir da análise dos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte, alguns jornais e parte da legislação referente ao menor, complementada com a análise das fichas de identificação e de sindicância encontradas nos arquivos da Cidade Ozanam e do Abrigo Jesus, este capítulo procura apresentar um panorama das estratégias assistenciais e das intervenções do poder público junto às condições de vida dos pobres antes de se ingressarem como assistidos nas instituições de caridade. A questão que orientou essa investigação foi: qual tipo de pobreza interessava às instituições, incluindo as que foram selecionadas para este estudo?²⁸³ Um outro aspecto emergente dessa questão e que

²⁸³ No caso do Lar dos Meninos Dom Orione, levou-se em consideração as evidências obtidas em jornais e revistas, cujas reportagens, em algumas ocasiões especiais, indicavam que tipo de crianças e jovens eram ali internados. Como já foi salientado, essa instituição por razões desconhecidas, não mantiveram seus arquivos de fichas dos abrigados, alegando seu desaparecimento e por esse motivo, foi adotado o procedimento costumeiro de lançar mão de outras fontes que são, além dos jornais, algumas revistas

mereceu análise paralela, foi a maneira pela qual o poder público e as lideranças filantrópicas e assistenciais construíram ao longo do tempo, uma imagem da pobreza.

As informações encontradas e analisadas naqueles documentos permitiram verificar aspectos importantes das condições de vida das famílias necessitadas, e sobretudo deram indícios das razões que levavam essas famílias ou seus membros a serem aceitos pela assistência, deixando transparecer a imagem que as instituições e o poder público faziam da pobreza. Além disso, os relatórios dos prefeitos possibilitaram verificar as estratégias usadas com relação aos pobres, considerados merecedores da assistência e da atenção.

Assim, foi possível entender melhor como as práticas da pedagogia do assistencialismo, propostas pelas lideranças das instituições assistenciais atuavam na tentativa de solucionar os problemas sociais.

A situação geral da cidade, economia movimento social, político e cultural, condições de vida e as formas de ingresso dos pobres nas instituições, a partir dos anos 30 e 40, são parte dessa análise, que vislumbrou uma trama tecida, paralelamente, aos planos de moralização e de normalização da pobreza, constituindo-se no cerne das intervenções do saber assistencial sobre os pobres. Os segmentos sociais, instâncias de poder e grupos filantrópicos elaboravam tratamentos, concepções e imagens da pobreza, que se entrelaçavam ao cotidiano das práticas urbanas, compondo um cenário das relações do assistencialismo com os pobres e a cidade, a fim de compreender melhor o que se passava em relação às práticas assistenciais no conjunto da sociedade belorizontina.

comemorativas de Jubileus onde aparecem depoimentos de ex-assistidos sobre as condições de vida anteriores a sua entrada na instituição.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que o começo dessa análise, recuou algumas décadas, mais exatamente aos primeiros momentos do processo de construção da cidade, para que se pudesse entender a formação das origens de certa imagem da pobreza construída, principalmente, pelas representações nascidas nos discursos das elites políticas, filantrópicas e religiosas de Belo Horizonte. Esses discursos, além de elaborarem imagem da pobreza, produziram o lugar social dos pobres, que perdurou até o período posterior a 1930, arraigando-se nos mais diversos projetos para educar e assistir aqueles que eram então, genericamente, denominados desvalidos, necessitados ou indigentes.

2.1 A CIDADE OZANAM: UMA CIDADE PARA OS POBRES

A Cidade Ozanam, obra da SSVP - Sociedade de São Vicente de Paulo²⁸⁴ pode ser considerada a experiência beneficente, merecedora de uma atenção especial no conjunto das estratégias assistenciais de Belo Horizonte por uma série de razões. A principal delas se encontra na importância do papel que a SSVP deu à essa experiência, ocupando, na história da instituição, em Minas Gerais, lugar de grande destaque.²⁸⁵ A obra, com o portentoso objetivo de construir uma cidade exclusiva para os pobres, começou a ser sugerida, desde a década de vinte, por algumas Conferências e o Conselho Central da SSVP de Belo Horizonte.

²⁸⁴ Poderá ser usada como medida prática a partir de agora a sigla SSVP (Sociedade de São Vicente de Paulo) quando nos referirmos a esta instituição.

²⁸⁵ Na dissertação de Mestrado, SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930*, foram comentadas as idéias do projeto da Cidade Ozanam. Posteriormente, na ampliação das investigações, verificou-se que o porte dessa instituição ficava muito além daquilo que se anunciava na imprensa. Só recentemente, a SSVP parece ter criado a sucessora da Cidade Ozanam, com o lançamento da Cidade dos Meninos, em 1998; entretanto, apesar de ser evidente a perda de sua pujança, a Cidade Ozanam ainda se encontra em funcionamento.

Projetar uma cidade para abrigar os pobres, retirando-os da área urbana considerada central, isto é áreas que, por sua importância política e comercial, estavam relacionadas a espaços de convivência da chamada boa sociedade e que deviam ser preservadas da pobreza, além de ganhar força na imprensa, refletia a ousadia dos filantropos vicentinos, apoiados por importantes autoridades políticas de Belo Horizonte.²⁸⁶ O isolamento das famílias pobres, geralmente encabeçadas por viúvas, deveria gerar condições para o tratamento da questão social por meios educativos, encaminhando os membros dessas famílias ao trabalho e ao convívio disciplinado, nos moldes da boa conduta e da ordem.

Em 17 de julho de 1936, o prefeito Otacílio Negrão de Lima aprovou a proposta para a construção da Cidade Ozanam, doando terreno ao Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte, na Vila Renascença. O grande mentor da idéia de construir a Cidade, Joaquim Furtado de Menezes, durante sua carreira de vicentino tornou-se um dos maiores líderes católicos do país. O planejamento e execução das obras de construção da Cidade Ozanam ficaria a cargo da Corporação de Engenheiros Católicos.²⁸⁷

A Cidade Ozanam organizava-se a partir de uma praça com treze ruas, onde foram construídas inicialmente 35 casinhas. Além das casas, havia um pavilhão central com dois andares e um porão, o santuário de São Vicente de Paulo, o grupo escolar, o

²⁸⁶ No Conselho Metropolitano de Belo Horizonte e nos Arquivos da Cidade Ozanam, foi realizada exaustiva coleta de dados em relatórios, atas e fichas dos assistidos. A existência de fontes iconográficas, principalmente fotos, foram analisadas e fazem parte da composição final do trabalho como uma complementação importante da análise das informações que foram cruzadas com as outras fontes.

²⁸⁷ Estas informações encontram-se em Frei Alano Porto de Menezes O. P., *Furtado de Menezes, Servidor do Pobre*, 1994: 54-56. Infelizmente não foi possível fazer um levantamento de informações mais detalhadas sobre essa Corporação de Engenheiros Católicos por falta de informações nas fontes pesquisadas. Só foi possível saber que seu grande fundador e incentivador, Joaquim Pedro de Menezes Furtado (assim grafado em nome de batismo), grande líder vicentino, fundou também outras Corporações Católicas como a dos Engenheiros, dos Dentistas, dos Advogados, dos Viajantes e dos Contabilistas, nos anos 30. A questão parece estar ligada a um aspecto político, uma vez que Furtado de Menezes foi

prédio da ação social, o armazém, um ambulatório médico, a farmácia e 34 pavilhões para solteiros, comportando cada um 20 pessoas, contendo oficinas. Há informações de que, numa fase posterior, a cidade chegou a alcançar até 106 casas para as famílias. Isso tudo passou a funcionar, efetivamente, em abril de 1937 com a chegada das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.²⁸⁸

A grande envergadura da obra indica o quanto os vicentinos aguardavam aquele momento. Retirar os pobres das áreas consideradas mais importantes da cidade, colocando-os em lugar especial para ampará-los e acompanhar, *pari-passu*, a sua educação, numa situação que sugeria a revivescência da antiga catequese jesuítica, englobando uma comunidade inteira, significava não apenas alojá-los em espaço isolado, próximo à cidade, criando outra cidade exclusiva para atendê-los, mas, essencialmente, poder transformá-los em cidadãos-trabalhadores, submetidos de perto às regras da moral cristã-católica, em conformidade ao *ethos* da sociedade capitalista.

Diante da possibilidade de afastar os pobres da cidade, a Prefeitura empenhou-se em construir essa colônia de mendigos. Uma parte do projeto foi realizada através de concorrência pública, gastando-se 700 contos de réis, tendo a Prefeitura como fiadora e doadora de apólices no valor de 200 contos de réis. Os esforços para afastar aqueles que os jornais classificavam como indesejáveis mendigos das áreas da cidade, destinadas à boa sociedade, não pararam por aí: os bancos, rádios e jornais, colaboraram na

constituente em 1933/34, tendo sido, as corporações, a marca registrada daquela fase de reestruturação do Estado.

²⁸⁸ Nos jornais arrolados é possível acompanhar os passos iniciais da Cidade Ozanam e ainda a sua evolução até a década de 90. O ESTADO DE MINAS, possui a coleção mais completa para o período 1930-1990. O HORIZONTE, jornal católico, possui no início dos anos trinta, grande quantidade de informações sobre a SSVP em Belo Horizonte. O DIÁRIO, é outro jornal que apresenta boas informações sobre a ação católica e a SSVP. Esses jornais noticiaram com muitos detalhes, o Congresso Eucarístico de 1936, que aconteceu em Belo Horizonte. Muitas iniciativas da Ação Social Católica encontram-se também anunciadas por esses jornais. Outro órgão da imprensa católica, O LUTADOR, também foi encontrado na Biblioteca Pública de Belo Horizonte, contendo importantes informações sobre a SSVP. O jornal FOLHA DE MINAS tem várias notícias da Cidade Ozanam, entre 1944-1955.

campanha para arrecadar donativos. Estudantes dos ginásio e grupos escolares cerraram fileiras, para obter auxílio.²⁸⁹ Esse verdadeiro mutirão de belorizontinos caridosos devia ser o primeiro passo para a pretensiosa estratégia vicentina, cujos planos de higienizar a cidade e educar a pobreza, que incomodava os bons cidadãos, deviam realizar-se, em breve, na Cidade Ozanam.

A triagem para separar os mendigos dos pobres considerados honestos e trabalhadores, que não precisavam ser afastados e nem auxiliados, foi devidamente acionada pelo poder público, sendo criada a Delegacia de Mendicância do Estado que, no entender dos seus criadores, iria afastar os falsos mendigos da obra de benemerência.²⁹⁰ Os vicentinos também possuíam uma triagem para selecionar os assistidos, a que denominavam sindicância, mas essa era de outra natureza, só ocorrendo quando alguma Conferência ou confrade indicava uma determinada família.

Ainda por iniciativa do Chefe de Polícia, foi criado em 1936 o Albergue Noturno Policial. Com o apoio da Prefeitura, nesse local era realizada a triagem dos indigentes que eram encaminhados, conforme a situação, para o atendimento em cem dos duzentos leitos do Hospital São Vicente de Paulo, contratados pelo município, à razão de 3\$000 por dia. Desse modo, procurava-se cuidar também dos pobres doentes, a fim de serem encaminhados à Cidade Ozanam, logo que recuperassem as forças físicas e a saúde.²⁹¹

Como já foi salientado, as famílias pobres, em especial aquelas cujas mães eram viúvas,²⁹² e os inválidos que fossem pais de família, eram o alvo principal dos

²⁸⁹ RELATÓRIO DO PREFEITO. Belo Horizonte, 1937.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*.

²⁹¹ Idem, *ibidem*.

²⁹² Pode-se observar esta estratégia nos Estatutos da SSVP, do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte e de outros Conselhos, nos Relatórios da Cidade Ozanam, que estão completos, tendo sido coletados os dados do período de 1940 a 1992, nas Atas das Reuniões para Criação da Cidade Ozanam, começando pelo ano de 1937. Há ainda vários outros documentos avaliados quanto ao grau de relevância no contexto

vicentinos, devido ao fato de esses segmentos tornarem-se, na concepção da Ação Católica, suscetíveis a problemas que poderiam desestruturar a família. A Quarta Semana de Ação Social de São Paulo, cujo tema foi A Família e a Questão Social, sugeria que naquele momento histórico, as preocupações com a situação da sociedade, em especial com os pobres e suas condições de miséria, levando qualquer ameaça à organização da família, deveriam ser consideradas da maior importância.²⁹³

Portanto, ao criarem a Cidade Ozanam, seus idealizadores tinham em mente atender, principalmente, a alguns segmentos específicos da pobreza. Confirmava-se dessa forma que, por trás de todas essas medidas assistenciais encontrava-se a questão crucial para o pensamento católico e sua ação social, parecendo naquele momento, ser o seu objetivo mais importante: evitar, a todo custo, que a situação de penúria ou de doença dos pais, e suas conseqüências morais, levassem à dissolução da família.²⁹⁴ Essa preocupação, ligava-se aos propósitos da moral católica, atendendo também ao objetivo de manter, sob vigilância, uma instituição fundamental para a manutenção do processo de proletarização. Repisando, essa idéia de uma pobreza que devia posicionar-se em relação ao trabalho, considerado a verdadeira fonte do progresso material e social, confundia –se com ideários originados da economia moral, amalgamados a uma representação econômica do trabalhador que o projetava como homem ideal.

histórico da Cidade Ozanam, que revelam essa preocupação de amparar as viúvas. As fichas de sindicância consultadas, e outros documentos que se encontram bem conservados e guardados nos arquivos da Cidade Ozanam, confirmam, definitivamente, esse procedimento. Há ainda uma tabulação dos dados encontrados nessas fontes, transformados em quadros que serão analisados em um capítulo a parte, em conjunto com os dados das outras instituições.

²⁹³ Ver, principalmente, os textos de CESARINO JUNIOR, A. F. , A Família como Objeto do Direito Social, p. 31-58; KIEHL, Maria, O Trabalho da Mulher Fora do Lar, p.79-114; LIMA, Alceu Amoroso, A Família e o Estado, p. 121-135; SAWAYA, Sonia de Barros. Educação Familiar, p. 321-331 e REIS, Alice Meirelles, Assistência aos Menores, p. 339-348, publicados em A FAMÍLIA E A QUESTÃO SOCIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Livraria José Olympio, 1942.

²⁹⁴ Em 1998, numa entrevista sem gravação com um dos líderes vicentinos, Antônio Fernandes Gomes do Nascimento, Presidente do Conselho Central da SSVP de Belo Horizonte, foi possível conhecer importantes detalhes da organização da Cidade Ozanam e das obras vicentinas e ainda, observar que dos

Além dessa preocupação com a família, havia outra questão que se tornou excepcional, a partir do início do século: não deixar que as crianças crescessem sem qualquer instrução. Não apenas a Cidade Ozanam, como também as outras instituições pesquisadas neste trabalho, confirmam essa idéia. Não há como negar que, até os dias, atuais e, principalmente, nos últimos anos, a apreensão da sociedade com relação à educação da juventude pobre aumentou consideravelmente.²⁹⁵

A possibilidade de essas crianças crescerem abandonadas pelas famílias, nas ruas cheias de vícios,²⁹⁶ que mais tarde as transformariam em grandes problemas para a sociedade, produziu, desde então, o nascimento de novos saberes endereçados à infância, de uma maneira geral, e à infância pobre, em especial.²⁹⁷

Esses saberes começaram por incentivar o aleitamento do recém-nascido pela própria mãe, combatendo as antigas idéias arraigadas na sociedade, de que até então consideravam as nutrizes e amas de leite mais indicadas para essa tarefa. O saber médico constituiu desde meados do século XIX a sua autoridade junto ao poder público e à sociedade, ampliando cada vez mais o poder da medicina social, cujo objetivo era

primórdios da instituição até hoje as idéias em relação às estratégias assistenciais não se modificaram substancialmente.

²⁹⁵ CIDADE DOS MENINOS – REVISTA ESPECIAL DE INAUGURAÇÃO. Belo Horizonte: SSVF, dezembro de 1998. A Cidade dos Meninos, obra inaugurada recentemente, no final dos anos 90, pelos vicentinos, continua confirmando a primazia do atendimento às crianças e adolescentes. Com um grande projeto, que inclui vários programas de assistência espalhados por 75 mil metros quadrados de área construída em um terreno de 510 mil metros quadrados, prevê a internação de 1.600 meninos, 360 semi-internos e 540 externos.

²⁹⁶ O antropólogo DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 5ª edição. Editora Guanabara, 1990: 73-82, analisou o papel da categoria rua no mundo social brasileiro, concluindo que nela encontra-se o descontrole, “o mundo, com seus imprevistos acidentes e paixões,” ao contrário da casa onde existe controle e as coisas estão nos seus devidos lugares.

²⁹⁷ As preocupações com a infância pobre começaram com o aparecimento de uma nova concepção da infância, a partir do último quartel do século XIX. Entre as obras que tratam dessa questão, pode-se apontar: KUHLMANN JR., Moisés. *Infância e Educação Infantil*. Porto Alegre: Mediação, 1998; FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997; MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998; DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Dossiê Infância e adolescência. São Paulo: Humanitas/ANPUH, vol. 19, n. 37, 1999; VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano M. *Infância no Sótão*. B. Horizonte: Autêntica, 1999.

acompanhar a saúde, em âmbito coletivo, elaborando regras de higiene aliadas ao sanitarismo para o combate às epidemias.²⁹⁸

A necessidade de abarcar todo tipo de atendimento aos necessitados, em projetos de grande envergadura, era uma velha aspiração dos irmãos leigos vicentinos, que inspirando-se nas idéias difundidas por São Vicente de Paulo no século XVII, preconizavam reunir o mundo todo numa grande rede de caridade. Assim, as obras vicentinas procuravam, em geral, resolver os vários problemas causados pela pobreza, não se restringindo apenas a um tipo de situação.²⁹⁹

Desde que Frederico Ozanam e um grupo de colegas, fundaram a Conferência de Caridade, nos idos de 1833, em Paris, essa obra filantrópica passou a inspirar-se e abraçar a causa de São Vicente de Paulo.³⁰⁰ Os vicentinos organizaram-se em torno de propostas que visavam ao atendimento maciço dos pobres, salientando-se a visita às famílias e às obras orfanológicas. Sob a inspiração de São Vicente de Paulo,³⁰¹ ídolo e norteador das ações de Frederico Ozanam e seus companheiros, inclusive emprestando seu nome à instituição recém-criada, marcava-se, definitivamente, o modelo assistencial da organização, voltado, principalmente, para os segmentos da pobreza considerados essenciais: os órfãos e as famílias pobres. Esses segmentos eram importantes, não só por

²⁹⁸ Ver por exemplo, COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989; ROSEN, George. *Da Políclia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e GONDRA, José G. *Medicina, Higiene, e Educação Escolar*. In: LOPES, Eliane Marta T. et alii (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

²⁹⁹ Ver SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930*, dissertação de mestrado em História, FAFICH-UFMG, 1994, que descreve as obras vicentinas em toda a sua extensão, até o início dos anos 30, p. 57-89.

³⁰⁰ Além de Frederico Ozanam, outros seis estudantes da Sorbone, seus colegas, foram os fundadores da SSVP: Jules Devaux (1811-1880); Auguste Le Taillandier (1811-1886); Paul Lamache (1810-?); E. J. Bailly (1793-1861, 1º Presidente Geral da SSVP); François Lallier (1814-1886) e Félix Clavé (1811-?). Estas e outras informações sobre a origem da Sociedade de São Vicente de Paulo podem ser encontradas nas seguintes obras publicadas pelos próprios vicentinos: REGRA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO NO BRASIL. Conselho Superior do Brasil da SSVP, Rio de Janeiro: 1993 e VIDA DE FREDERICO OZANAM. 4ª edição. Conselho Superior do Brasil da SSVP, Rio de Janeiro, 1990.

³⁰¹ São Vicente de Paulo, figura histórica da caridade cristã, fundador das conferências eclesiais em São Lázaro, França, por volta de 1632, que redundou no aparecimento dos padres lazaristas.

suas características históricas específicas, no contexto de uma Europa transtornada pelo avanço da industrialização, mas também por constituírem, desde a economia moral, no imaginário cristão-católico, naqueles segmentos mais frágeis da sociedade, suscetíveis a crises que poriam sob ameaça a religião e a autoridade política.

Pelo que se acabou de explicar, pode-se dimensionar a pujança das obras de caridade organizadas pela Congregação da Missão, sob a liderança de Vicente de Paulo, naquele início do século XVII, inclusive, dando sinais claros de expansão com o surgimento de nova organização, paralela a essa, a Companhia das Filhas da Caridade, sob a direção de Luísa de Marillac. Formada pelas moças do interior que ajudavam na assistência aos pobres, essa nova instituição significava uma das mais competentes tentativas de resolver o problema dos pobres nas cidades, causando profunda impressão no meio católico e político europeu do seu tempo.³⁰²

Somente no século XX outro movimento de cunho social católico sugeriria nova estratégia tão arrojada e específica para a pobreza dos centros urbanos. A Ação Católica-A.C. que, juntamente com a difusão da Doutrina Social da Igreja, foram mobilizadoras do laicato e das instituições representativas, como a SSVP, que reorganizou e reforçou a assistência aos pobres.

Desde o início do século XX, os vicentinos desenvolveram a idéia de uma cidade para os pobres, cujo embrião foi a experiência adquirida com a obra casinhas de morar, muito comum nas discussões da atas das Conferências. Abrigando as famílias pobres adotadas, os vicentinos cuidavam para que elas não sofressem a ameaça de

³⁰² O regulamento original das Filhas da Caridade, criado por Vicente de Paulo, retirado de um pronunciamento do Papa João Paulo II, na REVISTA GRANDE SINAL – São Vicente de Paulo, 400 anos de vida e caridade, N. 7, 1981, mostra o caráter que a caridade assumia, naquele momento, para essas organizações religiosas: “Tereis por mosteiro o quarto dos doentes; por cela a casa de aluguel; por capela a igreja paroquial; por claustro as ruas da cidade; por clausura a obediência; grade o temor a Deus; por véu a santa modéstia; a máxima dessas mulheres seria: ‘Deveis realizar o mesmo que o filho de Deus fez, na terra. Deveis restituir a vida a estes pobres doentes, a vida do corpo e a vida da alma’.”

desagregação. Eram feitos contratos com os moradores pobres, cobrando-se aluguéis irrisórios, mantendo-se a propriedade jurídica dessas moradias, que continuaria sendo da Sociedade de São Vicente de Paulo.³⁰³

Outra novidade nessa reorganização ficou por conta da filantropia científica. Com métodos de intervenção, provenientes dos saberes médico, sanitário e jurídico, incorporados por essas instituições assistenciais católicas, passaram a contar com um aporte de estratégias nunca vistas pela pedagogia do assistencialismo.³⁰⁴

Toda essa filantropia científica propiciou grande credibilidade e autoridade aos projetos assistenciais, enfocando a questão da infância pobre como prioritária, dando-lhe um *status* de maior problema a ser resolvido pela sociedade urbano-industrial. O pensamento filantrópico, em geral, acreditava que a criança mal formada era o grande mal a ser combatido. Em Belo Horizonte, a situação parece confirmar, sem grandes alterações, essa preocupação. Na idéia da construção da Cidade Ozanam, em 1937, o chamado problema do menor era apontado como o verdadeiro motivo da nova obra assistencial:

“ Não havia orfanatos em quantidade suficiente e aos poucos os que existiam estavam superlotados. E a necessidade era premente. Uma solução única se apresentava aos Vicentinos, tendo à frente Furtado de Menezes: criar um bairro à parte, junto à Capital, para onde seriam transferidas essas famílias, criar ali uma creche que recebesse as crianças de menos de 7 anos de modo que, pela manhã, as mães entregassem seus filhos e os procurassem à noite, podendo trabalhar durante o dia.”³⁰⁵

³⁰³ Ver por exemplo o *Boletim do Conselho Central de Ouro Preto* de 1906.

³⁰⁴ É interessante notar que a filantropia científica avançou, no século XX, a passos largos e de braços dados com o mundo acadêmico no Brasil, estreitando relações de cooperação e transferência de saberes com instituições importantes. Veja-se, por exemplo, o trabalho, MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *A filantropia científica e a implantação da ciência profissional em São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, tese de doutorado, 1999, mimeo.

³⁰⁵ MENEZES O. P., Frei Alano P. de, op. cit., 1994:53.

Priorizando a criança como principal segmento social a ser assistido, jamais se esquecendo de que essa assistência devia ser feita sempre que a situação o permitisse, através da própria família, o comentário ainda assinala outra situação que devia ser evitada: não deixar a criança abandonada enquanto a mãe trabalhava. Essa era, uma importante meta vicentina. Para os vicentinos a harmonia entre as famílias assistidas poderia evitar o que mais se temia desde as décadas de 20 e 30: da criança mal formada, e com a ausência dos pais, surgiria o futuro criminoso. Em consequência disso, julgava-se que a situação provocava a desorganização não apenas da família como ainda do caráter moral e cívico de grupos sociais com os quais esses indivíduos conviviam, dando a idéia de degenerescência social, provocada pela má educação ou falta de educação das crianças pobres.

Por isso mesmo, na construção da Cidade Ozanam, a organização do espaço físico e dos tempos sociais dos filhos das famílias assistidas estavam sendo idealizados com o propósito explícito de cuidar da educação das crianças.

“ As crianças abrigadas com mais de sete anos freqüentam o Grupo Escolar da própria cidade, que funciona em dois turnos e é mantido pelo Governo do Estado.

Os meninos de 7 a 16 anos, fora do período escolar, são ocupados na conservação do asseio das ruas da Cidade, tem um aprendizado de horticultura e floricultura. As meninas na sua escola doméstica se habilitam para o trabalho doméstico, costuras e bordados. Menores de 7 anos, meninos e meninas ficam na creche enquanto as mães trabalham e os menores de 2 anos são matriculados no lactário do Hospital São Francisco de Assis.”³⁰⁶

Desde os primeiros anos de vida, a criança, caso não pudesse estar com a mãe, deveria estar sob os cuidados de pessoas especializadas, que cuidariam de sua educação.

³⁰⁶ RELATÓRIO DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: janeiro de 1945

No hospital, na escola, trabalhando sob a supervisão de alguém, a criança deveria ser sempre o centro das atenções.³⁰⁷

Nota-se ainda a acentuada divisão sexual do trabalho no interior da instituição, destinando-se, às meninas, tarefas ligadas aos afazeres domésticos. A orientação da vocação da mulher/mãe começava desde cedo. Naquele momento, a situação da mulher não se alterara muito em relação ao que ocorrera nas décadas anteriores. Desde o final do século XIX, a questão da dominação sobre a mulher correspondeu também à formação do mercado de trabalho feminino no Brasil e que também fez parte das estratégias assistenciais.³⁰⁸

Assim, no final da década de 40, os vicentinos de Belo Horizonte puseram-se a trabalhar com redobrado esforço em prol da família pobre e, por extensão, de suas crianças. Sua obra, portentosa - uma cidade para abrigar os pobres de toda a cidade - seria, por muitos anos exemplo de estratégia assistencial bem sucedida. Foi nesse local que surgiram as experiências mais organizadas e concentradas da pedagogia assistencial da Sociedade de São Vicente de Paulo em Belo Horizonte.

2.2 O ABRIGO JESUS: VITÓRIA DE UMA IDÉIA

Quando se pensou em investigar uma das experiências assistenciais espíritas kardecistas,³⁰⁹ cuja presença marcante no plano geral da assistência à pobreza em Belo

³⁰⁷ Como lembra Mariza Corrêa, op. cit., 1997, p. 79-85, a mulher/mãe/professora era para os idealizadores da prevenção ao crime, a peça mais importante na educação das crianças. Na falta da mãe, somente aquele pessoal especializado, detentor de saberes específicos poderia substituí-la.

³⁰⁸ Ver esta questão em PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 e o trabalho de GIROLETTI, Domingos, *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

³⁰⁹ No Brasil, o espiritismo além de oscilar entre a ciência e a religião, desde o final do século XIX esteve dividido entre dois grupos religiosos: o dos rustanistas (Jean Baptiste Roustaing) e o dos kardecistas (Alan Kardec). Somente em época mais recente, houve uma predominância dos kardecistas. Ver a este

Horizonte fosse conhecida não apenas pela comunidade espírita, a procura deu lugar a intensa consulta que pudesse indicar, entre os anos 30 e início dos anos 90, uma instituição que se salientasse, principalmente, por sua estabilidade. Chegou-se à conclusão ser melhor consultar a própria comunidade espírita, para encontrar-se a que poderia corresponder ao tipo de instituição assistencial desejado. Para tanto, foi realizado levantamento entre as instituições consideradas mais importantes aos olhos das lideranças mais antigas do espiritismo kardecista, em Belo Horizonte, através de contatos pessoais.

Para obtenção de informações suficientes que permitissem identificar uma instituição assistencial de projeção na educação dos pobres, foram entrevistados, informalmente, vários líderes espíritas em visitas às associações, mantendo contato com suas lideranças em uma das associações mais importantes: a União Espírita Mineira.³¹⁰

Com o intuito de se obter as indicações necessárias, as conversas não assumiram caráter investigativo ostensivo, para que essas pessoas, de longa experiência nas atividades espíritas, pudessem manifestar sua opinião com o mínimo de direcionamento.

respeito SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo uma Religião Brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997; AUBRÉE, Marion e LAPLANTINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990 e ABREU, Canuto. *Bezerra de Menezes*. 4ª edição. São Paulo: FEESP, 1991.

³¹⁰ Foi aplicada às entrevistas desse tipo, uma técnica etnográfica de conversar com as pessoas informalmente, não gravando, nem anotando dados no mesmo instante da conversa, não havendo por isso, a preocupação de direcionar os entrevistados; o que interessava saber e anotar fundamentalmente, era o cargo e a função que ocupavam, como Presidente da União Espírita Mineira, casais que dirigem importantes instituições espíritas na cidade, etc. Esse tipo de entrevista onde se anota, momentaneamente, um resumo do que se conversou, pode ser muito útil, também, para esclarecer pontos que se tornam obscuros na interpretação de informações contidas nas fontes escritas ou iconográficas. Um dos objetivos dessa técnica é deixar que o entrevistado fale mais livremente, obtendo, entretanto, informações de caráter pontual numa conversa onde as questões básicas são selecionadas de antemão e outras vão surgindo daquilo que intriga os entrevistadores; vão formulando novas perguntas em meio à conversa, entremeando-as aos assuntos que emergem dos diálogos. Essa técnica pode ser muito útil, talvez mais do que as entrevistas formais, a fim de se obter informações adicionais ou, como neste caso, para identificar alguns aspectos, como por exemplo, a importância que uma comunidade religiosa atribui às suas instituições e quais delas se destacam, etc. Ver a este respeito, FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba (org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975 e SANCHIS, Pierre. Da Quantidade à Qualidade: como detectar as linhas de força antagônicas de mentalidades em diálogos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n. 33, fevereiro de 1997, p. 104-126.

De todas essas entrevistas, foram obtidas algumas indicações de obras assistenciais espíritas que levaram a uma lista em que se salientava o Abrigo Jesus, educandário voltado para o atendimento de meninas pobres desde os anos 40. Neste gênero, era, sem dúvida, o educandário mais lembrado, e que parecia ser o de maior expressão em Belo Horizonte. A decisão de investigar o Abrigo Jesus partiu, assim, das informações passadas por lideranças do kardecismo em diversos contatos, confirmadas posteriormente em publicações de revistas e jornais do meio espírita que afirmavam ser esta uma instituição das mais destacadas na educação da infância pobre em Belo Horizonte.

Todas as instituições espíritas, em termos de proposta assistencial, assinaladas nas consultas informais, ficavam muito próximas, no que diz respeito ao atendimento a problemas sociais e aos cuidados com as crianças e adolescentes, o que levou à necessidade de se usar outro critério de escolha: a temporalidade da instituição e sua contemporaneidade em relação às demais escolhidas. Assim, ao se perceber que a organização do Abrigo Jesus era contemporânea à implantação da Cidade Ozanam e à experiência do Lar dos Meninos, a opção foi definida.

Verificando-se que essa obra espírita incrementou, definitivamente, sua organização, em 1946, na mesma época do Lar dos Meninos e da Cidade Ozanam, foi vislumbrada a possibilidade de se acompanhar, mais de perto, a tendência diferente da pedagogia assistencial de cunho católico, neste caso, a instituição de seguidores das idéias organizadas pela doutrina elaborada por Allan Kardec.³¹¹ A análise paralela da

³¹¹ Hippólite León Denizard Rivail, que adotou o pseudônimo de Allan Kardec, nasceu em Lion, França, em 1804, morreu em 1869. De origem católica, estudou no Instituto de Educação na Suíça, cuja direção encontrava-se nas mãos do célebre educador Johann H. Pestalozzi. Como médico, professor e filósofo, desenvolveu sua obra, cuja base esta assentada em três livros: *O Evangelho Segundo o Espiritismo*; *O Livro dos Espíritos* e *O Livro dos Médiuns*. Ver ANTUNES, George Thompson e FERREIRA, Annelise Faber. *Novo Dicionário Internacional de Biografias*. São Paulo: Nobel, 1998.

atuação dessas instituições levanta uma série de questões que propiciam uma visão de conjunto do assistencialismo em Belo Horizonte.³¹²

Esse enriquecimento deriva também da presença marcante das obras espíritas, no tocante à caridade, que passou a exercer grande influência sobre a população em geral, às vezes, confundindo-se com o próprio cristianismo na amálgama religiosa que constitui o sincretismo religioso em nosso país. Em função dessa presença do espiritismo kardecista na sociedade brasileira, é importante fazer alguns esclarecimentos de ordem histórica, para salientar pontos importantes a respeito das propostas de educação e de assistência que perpassam as instituições dessa natureza.

Desde que Luís Olímpio Teles de Menezes realizou a primeira experiência espírita brasileira, em 17 de setembro de 1865, em Salvador, esse controvertido fenômeno, de cunho científico para alguns, e religioso para outros, não parou de ganhar adeptos no país. O próprio Teles de Menezes se encarregaria de divulgar a novidade, publicando, a partir de 1869, o jornal *O Eco D'Além Túmulo*. Durante algumas décadas, até o início do século atual, para escapar da intolerância religiosa que, na maioria das vezes, partia do Estado e da Igreja, os grupos espíritas procuraram afirmar-se como defensores da descoberta científica, afastando-se da conotação religiosa que vinham assumindo algumas de suas experiências concretizadas pelo grupo dos místicos.³¹³

³¹² Não se trata aqui de fazermos uma história comparada, entretanto, abre-se neste caso a oportunidade de análise balizada por alguns métodos comparativos, como nos sugere por exemplo, HAUPT, Heinz-Gerhard. *O Lento Surgimento de uma História Comparada*. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

³¹³ Pode-se considerar o kardecismo imbuído de um princípio deísta. Não negando a existência de Deus, os espíritas são, de algum modo, criacionistas, porém, apesar de não se tratar de uma religião revelada aos moldes cristãos, afirmam que ocorreram três grandes revelações com Moisés, Jesus e os Espíritos, a Terceira Revelação de Kardec. Trata-se, no máximo, de uma religião racional e natural, que nasceu sob forte influência iluminista. Ver a este respeito CASTRO, Maria Laura Viveiros de. *O Mundo Invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

A proclamação da República garantia a liberdade religiosa; por outro lado, a religião católica deixou de ser oficial, afastando-se do Estado que se laicizava. Dessa maneira, se por um lado a Igreja Católica ganhava autonomia, saindo da tutela do Estado, por outro, surgiram e cresceram novas religiões que a obrigaram a lançar mão de ataques contra essas crenças, empregando vários meios que incluíam campanhas difamatórias na imprensa.³¹⁴ Além disso, o apoio velado do Estado à Igreja, propiciava, às lideranças católicas, uma primazia em relação às outras crenças.

Os espíritas, mesmo depois de votada a nova Constituição de 1891, - garantia a liberdade de crença -, continuavam com dificuldades. Em 1890, antecedendo à lei maior, o Código Penal da República condenava a prática do espiritismo e o que se denominava de curandeirismo, ou seja, a prática ilegal da cura.³¹⁵

Ficava, portanto, evidente, o acirramento das tensões entre o Estado Republicano e o espiritismo, o que tornou complexa a situação dos seguidores de Kardec. Talvez o mesmo tenha ocorrido com o catolicismo, apesar da laicização e do conseqüente fim do regime do Padroado Real que, de algum modo fortaleceu a posição da Igreja; os seus altos dirigentes sentiam a necessidade de reforçar e legitimar, politicamente, sua autoridade.

Embora, na sociedade, as ações não funcionassem exatamente contra os espíritas, em função do longo processo de sincretismo religioso, propiciando campo fértil a uma nova crença que se aproximava do cristianismo e dos cultos africanos,

³¹⁴ Além do espiritismo, incluindo os cultos africanos e o protestantismo, o comunismo foi considerado um dos grandes inimigos da Igreja e do catolicismo. Cf. ALVES, Márcio Moreira; op. cit. , 1979, p.41-56.

³¹⁵ Cf. SANTOS, José Luiz dos; op. cit., 1997, p. 25.

concernente à sua crença animista, podia-se notar ameaça constante às pretensões das lideranças espíritas através de hostilidades partidas do clero católico e do Estado.³¹⁶

Com o passar do tempo porém, venceu a idéia de nova religião, que, através de um determinado culto, denominado de sessão, cuja presença das lideranças mediúnicas, capazes de evocar os espíritos, podia assim entrar em contato com o mundo dos mortos, ou desencarnados, abria espaço para o contato com o público interessado em geral.³¹⁷ Esse aliás, é o ponto de partida, para que se possa compreender a concepção de educação dos espíritas kardecistas. A idéia de reencarnação é crucial ao entendimento da evolução do espírito. A crença de que sucessivas transmigrações do espírito podem levá-lo a um aperfeiçoamento moral, através da possibilidade de estudar e aprofundar a própria doutrina espírita e da prática da caridade, resume-se numa máxima kardecista surgida nos primórdios dessa doutrina no Brasil: sem caridade não há salvação.³¹⁸

Essa salvação deve ser entendida sob outra ótica, não sob a que é defendida na ascese dos cristãos, (uma salvação baseada no julgamento divino ou juízo final). De acordo com os atos praticados pelo homem e o cumprimento ou não das virtudes sua situação é definida com a possibilidade de restaurar a vida que passa a ser eterna ou não. No kardecismo, o sentido da salvação resulta no aprimoramento do espírito tornando-o

³¹⁶ É interessante observar que houve, desde o final do século XIX, uma separação entre o que se convencionou chamar de baixo espiritismo e o espiritismo considerado de alto nível. Este último estava vinculado a círculos sociais que gozavam de certo prestígio político que amenizava a repressão policial, enquanto o primeiro era identificado com a Umbanda e o Candomblé, associados a fatores raciais, de cunho etnocêntrico, que hierarquizavam assim os grupos praticantes. Com o tempo, a partir do início do século XX, o termo baixo espiritismo acabou associado aos que praticavam o espiritismo fora de associações e grupos organizados. Cf. SANTOS, José Luiz dos; op. cit., 1997, p. 43.

³¹⁷ Ver KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. 59ª edição. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1992, p. 203. Da vasta obra de Allan Kardec, pontuar-se-á algumas questões como esta, para se explicar como os espíritas concebem por exemplo, a idéia de caridade e educação, do ponto de vista de sua ascese.

³¹⁸ Esta máxima foi a divisa de um famoso grupo espírita organizado em 1873, no Rio de Janeiro, denominado Confúcius, e foi a primeira associação espírita brasileira com estatutos publicados na Imprensa Nacional. Apoiando-se na homeopatia, o grupo não recebeu esse nome por causa do filósofo chinês, mas para homenagear um espírito com “elevados princípios de moral” que aparecia nos trabalhos do Dr. Sequeira Dias, seu primeiro presidente. Ver a este respeito, AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François; op. cit, 1990, p. 112-113 e ABREU, Canuto; op. cit, 1991, p. 29-33.

bom, significando, em sentido amplo o desenvolvimento da humanidade a cada reencarnação. Aprofundando, mais um pouco, a discussão em torno do papel da assistência como elemento decisivo na consolidação das organizações espíritas, o que permitirá entender melhor a questão da educação do espírito nas práticas da pedagogia do assistencialismo kardecista, obrigará a que se continue, mais um pouco, com a discussão em torno da caridade.

Coube a Adolfo Bezerra de Menezes, médico e eminente político católico, que aderira publicamente ao espiritismo, proferindo discurso, em 16 de agosto de 1886, para duas mil pessoas, na sala de honra da Guarda Velha no Rio de Janeiro, propor mudanças nas organizações espíritas, visando novos rumos ao movimento.³¹⁹ Um deles foi a idéia, cada vez mais forte, de se adotar a assistência aos necessitados, assumindo a importância da caridade, a fim de consolidar a doutrina no país. Para os espíritas essa era também uma oportunidade de se redimirem, tornando-se bons, expiando-se as culpas de vidas passadas. Isso é fundamental no processo de evolução dos espíritos que é o ponto nevrálgico da doutrina kardecista. Trata-se de um processo biunívoco: à medida que educo, educo-me e vice-versa.

A assistência aos pobres, um dos pontos de discussão entre os espíritas, parece ter se inspirado nas experiências assistenciais vicentinas ainda no final do século XIX. Em alguns casos, os vicentinos se converteram ao espiritismo.³²⁰ Dessa forma, socorrer

³¹⁹ Cf. ABREU, Canuto. *Bezerra de Menezes*. 4ª edição. São Paulo: FEESP, 1991. Bezerra de Menezes é considerado, por praticamente todos os autores, como o grande consolidador do espiritismo no Brasil. Cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, capítulo intitulado *Le Docteur Bezerra de Menezes*, p. 118-125, “quando este líder fundou a Federação Espírita Brasileira – FEB, nasceu o primeiro núcleo espírita forte no país.”

³²⁰ Um desses convertidos de renome foi Canuto Abreu, outro, Eurípedes Barsanulfo, que antes de abraçarem o espiritismo foram destacados católicos. Ver ABREU, Canuto, op. cit., 1991, p. 11-12 e RIZZINI, Jorge. *Eurípedes Barsanulfo o Apóstolo da Caridade*. 4ª edição. São Bernardo do Campo-SP. 1987, p. 38.

os pobres “à moda vicentina” passou a ser um dos pilares da Federação Espírita Brasileira.³²¹

Em 1884, surgia, no Rio de Janeiro, a Federação Espírita Brasileira – FEB, que, em 1890, criava o Serviço de Assistência aos Necessitados. Além das atividades de assistência espiritual mediúnica, já conhecidas, essa instituição desenvolvia a assistência dos médiuns receitistas. Nesse caso, a homeopatia, como conhecimento médico, adquiria uma forte expressão para os espíritas.

A estratégia da FEB passava a se valer do assistencialismo para divulgar o espiritismo no país, tal qual o faziam os vicentinos, como se pode depreender dessa opinião de um dos grandes líderes espíritas.

“ O trabalho fundamental da **Federação** era a propaganda do Espiritismo e o seu desideratum era o proselitismo. A aspiração dos seus diretores era aumentar quantitativamente o seu quadro social, o seu auditório, o número de seus leitores. Para estas finalidades usavam-se três instrumentos: o **Reformador**, que levava os resultados de experiências e elucubrações estrangeiras, com pouquíssima colaboração nacional; a reunião de sexta-feira, em que uma tese era posta em debate, usando a palavra quem quisesse externar seu ponto de vista, e a **Assistência aos Necessitados**, que socorria os pobres à moda vicentina. (os grifos são do autor)”³²²

A partir dessas experiências assistenciais, ficava mais evidente, como reconheceram os espíritas, a função do atendimento aos pobres por prestar indiscutível serviço ao prestígio social da Federação Espírita Brasileira, divulgando sua doutrina. Enquanto minguavam as sessões de sexta-feira, reunindo cada vez menos ouvintes, cresciam, na mesma proporção, as consultas da homeopatia mediúnica. Entre discussões teóricas de textos publicados no jornal Reformador e as agruras do cotidiano da

³²¹ ABREU, Canuto, op. cit., 1991, p. 55.

³²² Idem, ibidem.

pobreza, venciam estas últimas. A caridade espírita misturava-se, naquele final do século XIX, às experiências vicentinas, para promover o atendimento às necessidades de significativo contingente da população pobre que se encontrava em processo de transição do mundo escravista para o novo mundo do trabalho. Localizada, principalmente, no meio urbano, que acabaria refletindo quase todas as mazelas sociais herdadas pelas gerações vindouras de trabalhadores livres, essa massa de trabalhadores empobrecidos seria alvo também das estratégias de repressão desencadeadas pelo aparato policial.³²³

Vencido, portanto, esse desafio de aceitar a assistência dentro do princípio cristão de conversão pela caridade, ficava evidente aos espíritas que esse caminho podia fortalecê-los junto à sociedade, como assinalou um grande líder da época: “A **Federação** pode estar errada na sua propaganda doutrinária, mas possui uma **Assistência aos Necessitados**, que basta por si, para atrair sobre ela as simpatias dos servos do Senhor”³²⁴ Foi dessa maneira que a filantropia espírita proliferou-se, ganhando espaço junto à parcela mais pobre da população.

Embora as publicações tivessem adquirido notoriedade no meio espírita, com abundante variedade de livros sobre os mais variados assuntos, escritos pelo viés doutrinário, desde as famosas obras psicografadas, até tratados de educação espírita, foi no atendimento aos doentes, no tratamento dado pelos médiuns, nas farmácias homeopáticas, com distribuição gratuita de remédios, e, enfim, no atendimento

³²³ Ver a este propósito, KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*, a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

³²⁴ Idem, ibidem, p. 68. Canuto Abreu refere-se à declaração de Bittencourt Sampaio.

espiritual na chamada desobsessão, que vingou o espiritismo, enquanto religião e se popularizou com extrema rapidez.³²⁵

A terapia dos médiuns curadores sempre inclui recomendações morais que procuram convencer os doentes a praticarem o bem e a terem bons pensamentos, além do incentivo à prática da caridade. A aproximação do espiritismo com a homeopatia, ampliou a capacidade de atendimento aos necessitados com a introdução de enorme variedade de remédios aproveitados de plantas e ervas encontradas, em geral, nos próprios quintais das residências, nas hortas comuns, prescrevendo-se, inclusive, a própria água fluidificada, etc.³²⁶

Retomando a questão da educação, vista pelos pensadores do espiritismo como elemento central de sua doutrina, e não apenas como complemento de suas atividades assistenciais que, nesse caso, ganha dimensão estratégica, ainda mais acentuada, torna-se oportuno traçar as linhas mestras dessa pedagogia do assistencialismo. Portanto, para que se possa entender os objetivos desse grupo de assistentes e de suas práticas educativas, nas instituições de assistência e obras sociais, torna-se necessário, apresentar, com antecedência, algumas das idéias norteadoras de várias instituições tais como o Abrigo Jesus.

Um aspecto que empresta considerável autoridade à pedagogia espírita e que, de algum modo a coloca ao lado das concepções da chamada pedagogia contemporânea, é sua filiação a Pestalozzi que, por sua vez, identifica-se com a moderna concepção rousseauniana de educação.³²⁷

³²⁵ Para os kardecistas, a saúde tem um componente moral ligado à evolução do espírito; assim, muitas doenças derivam da interferência de espíritos malévolos causando as obsessões, combatidas por médiuns em rituais especiais de desobsessão.

³²⁶ É interessante notar que os passes foram criados pelos homeopatas como processo auxiliar da homeopatia, e que depois foram adotados pelos espíritas. Ver a este respeito SANTOS, José Luiz dos, op. cit., 1997, p. 23-25 e ABREU, Canuto; op. cit., 1991, p. 26.

³²⁷ MARQUES, Ramiro. *Dicionário Breve de Pedagogia*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

De início, nota-se que há concordância entre os seguidores do espiritismo kardecista sobre a influência de Pestalozzi, na concepção de educação, que nasceu no bojo das idéias de Alan Kardec. Tendo sido aluno desse educador, Kardec parte do ponto central da proposta de Pestalozzi: a necessidade de aprimorar o espírito através da educação moral. Para ambos os pensadores, a educação é um “apelo de uma consciência amadurecida a uma consciência imatura para elevá-la a seu nível.”³²⁸ Pestalozzi teria então fundado a pedagogia filantrópica, por conceber a educação, antes de tudo, um ato de amor, sendo seguido, nessa concepção, pelo fundador do espiritismo.³²⁹

Aproximando o modelo histórico da elaboração do projeto espírita de educação do projeto cristão, comparando os dois como processos análogos, o discurso dos pedagogos espíritas parece querer adquirir uma autoridade que ainda costuma ser boicotada por aqueles que, aos olhos do espiritismo, são seus antigos inimigos; entretanto, percebe-se a busca de identidade própria para a pedagogia espírita sinalizadora da necessidade cultural de educar.

“Infelizmente a atitude cultural para com o espiritismo continua, em sentido geral, a mesma do século passado: preconceituosa e ignorante.

Essa cultura espírita não se desenvolveu sob o patrocínio de nenhuma autoridade, de nenhum Estado, de nenhuma organização especial.

O meio básico de transmissão cultural é a educação. Era inevitável, portanto, o aparecimento da Educação Espírita, que à maneira da Educação Cristã foi se delineando aos poucos: primeiro no lar, depois nas instituições em forma de catecismo e por fim na criação das primeiras escolas.”³³⁰

³²⁸ Cf. EDUCAÇÃO ESPÍRITA. São Paulo: Editora Cultural Espírita, 1970, n. 1, p. 1-2.

³²⁹ No Brasil, Anália Franco se destacou, durante vinte anos, de 1901 a 1919 como uma das precursoras da educação espírita, trabalhando em São Paulo na organização de várias instituições educativas, editando ainda a revista “A voz Maternal.” Cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, F.; op. cit, 1990, p. 140.

³³⁰ Idem, ibidem, p. 4.

Há, como assinala a revista Educação Espírita, especificidade inegável da educação espírita, que diz respeito ao que se atribui a disciplina interna, determinada pela “consciência espírita dos adeptos e dos grupos.”³³¹ Essa autodisciplina ou, em amplo sentido, auto-educação, não deve ser entendida como fruto de uma organização que não possui administração e hierarquia oficiais, porque algumas lideranças e associações espíritas devem ser entendidas assim, como superiores e irradiadoras de certos princípios.³³²

Essa especificidade da educação espírita é própria da essência de proposta de aprimoramento do sujeito enquanto espírito, devendo procurar sempre a disciplina social capaz de levá-lo ao reconhecimento positivo de suas atitudes pelo grupo a que pertence. Embora inexistam hierarquia e clero explícitos e oficializados, como é o caso do catolicismo: idéia reforçada por Kardec ao enfatizar, no Livro dos Médiuns, que as qualidades mediúnicas são comuns a qualquer um, - o núcleo da organização passa pelo poder daqueles considerados desenvolvidos em sua mediunidade, em cuja liderança baseia-se um conjunto de atividades, inclusive aquelas voltadas para a educação do espírito, existentes nos mais corriqueiros rituais dos encontros semanais nos Centros Espíritas.³³³

Daqui em diante, será apresentado um panorama das experiências espíritas na educação, dentro do país, para que se possa situar melhor a pedagogia do assistencialismo. São, como se verá, experiências variadas, em épocas e lugares

³³¹ Cf. EDUCAÇÃO ESPÍRITA, op. cit., p. 7-9. É interessante notar que os editores da revista Educação Espírita a consideram a primeira obra do gênero publicada no mundo.

³³² SANTOS, José Luiz dos, op. cit., 1997, p. 67, considera esses centros irradiadores do pensamento e da doutrina como verdadeiros vaticanos do espiritismo. Há que se destacar ainda, que cartas psicografadas de médiuns famosos já foram aceitas em processos criminais, chegando a servir como provas para inocentar ao acusados, o que indica uma ascensão acentuada da autoridade dessas lideranças nos últimos anos. Ainda na década de 50, o presidente Juscelino Kubitschek indultou o conhecido médium Zé Arigó, que atuava em Minas Gerais, acusado de charlatanismo e prática ilegal da medicina.

diferentes; entretanto, todas representam momentos importantes do processo de constituição das práticas da educação espírita que interessam de perto.

Um dos pioneiros da educação espírita no Brasil foi Eurípedes Barsanulfo, fundador do Colégio Allan Kardec, na cidade de Sacramento no sul de Minas Gerais, em 1906. Este líder havia se formado no célebre educandário católico mineiro, o Colégio do Caraça, em cuja estrutura se inspirou para a construção de sua obra. Depois vieram outros educandários como o Pestalozzi, fundado em Franca, São Paulo, em 1945, pelo casal espírita Thomaz Novelino, médico e Maria Aparecida Rebelo Novelino, professora.³³⁴ Outra pioneira foi Anália Franco que criadora de uma creche em 1903, na cidade de São Paulo.³³⁵

Em 1947, foi organizado o I Congresso Educacional Espírita Paulista, pela União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo. Em 1970, realizava-se a terceira versão desse Congresso, constando de sua programação os seguintes itens: I) Pedagogia Espírita; II) Sistema Escolar Espírita; III) Ensino Religioso e IV) Educação Extra-Escolar.³³⁶ Esses encontros aconteceram em momentos diferentes: o primeiro marcado pelo fim do Estado Novo, em 1945/46, momento em que a repressão ao espiritismo começava a perder a força que reunira durante esse período político autoritário; com a queda desse regime, houve a retomada dos projetos que, de algum modo, encontravam-se paralisados. No segundo momento, em outra fase autoritária, a do regime implantado em 1964, ao contrário do que ocorrera no Estado Novo, o espiritismo parece ter, de algum modo, alcançado apoio, ou, no mínimo, maior

³³³ Na obra de AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, p. 169-173, existe uma boa descrição da organização e funcionamento de um Centro Espírita.

³³⁴ RIZZINI, Jorge, op. cit., 1987, capítulo 5.

³³⁵ Em AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, p. 134-143, são apresentados alguns dos mais importantes educadores espíritas que atuaram no Brasil; entre eles, destacam-se Anália Franco, que editou a revista *A Voz Maternal* e Eurípedes Barsanulfo, denominado “l’apôtre de la charité” pelos autores.

respeitabilidade e tolerância do regime. Balizando melhor esses dois momentos, pode-se dizer que houve crescimento das instituições espíritas durante a fase democrática de 1945 a 1964, consolidando-se aí seu prestígio e, na nova fase autoritária, de 1964 a 1985, essa situação parece ter-se mantido.³³⁷

A culminância da escalada da educação espírita no país parece ter sido alcançada na década de 70 com a abertura de três faculdades em Marília, interior de São Paulo: Direito, Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Assim, em pleno governo do General Emílio Garrastazu Médici, no auge do regime autoritário, instalado em 1964, a comunidade espírita brasileira dava mostras de sua pujança, alicerçada em sólida penetração na sociedade, perpassando todas as camadas sociais.³³⁸ Em Belo Horizonte os kardecistas fundaram o colégio O Precursor, com ensino profissionalizante, onde estudaram algumas moças internas do Abrigo Jesus.

No campo do assistencialismo, além dos estabelecimentos citados, vários outros foram criados, a partir dos anos 40, com finalidades específicas: em São Paulo destacam-se o Educandário Bezerra de Menezes, o Hospital Espírita de Marília, a Mansão Ismael, um ansianato. Em Salvador-BA, surgiu uma das instituições de maior renome no mundo espírita nacional, a Mansão do Caminho, fundada em 1952, até hoje dirigida pelo médium que a idealizou, Divaldo Pereira Franco.³³⁹ Ainda em São Paulo,

³³⁶ EDUCAÇÃO ESPÍRITA, op. cit., 1970, p. 14-15.

³³⁷ Não se pretende inferir sobre as relações entre o espiritismo kardecista e o Regime Militar (1964-85), apenas está se indicando, de acordo com algumas evidências, que parece ter havido um relacionamento tranqüilo entre esse regime e as instituições espíritas. Essas evidências, que se apresentam em publicações de maior importância, como a revista Educação Espírita, sugerem que as lideranças espíritas não manifestavam nenhum tipo de preocupação em relação ao regime, ao contrário, é possível perceber algumas posições de respaldo como a colaboração espírita na defesa da pátria e da nação. Ver principalmente a matéria “Educação Moral e Cívica, Pioneiras as escolas espíritas em sua aplicação”. In: *Educação Espírita*, op. cit., p. 30-35, em que se sugere uma aproximação entre a pátria espiritual e a pátria no sentido político.

³³⁸ EDUCAÇÃO ESPÍRITA, op. cit., 1970, p. 12-13.

³³⁹ Ver a este respeito, FERNANDES, Washington Luiz Nogueira. *Mansão do Caminho, 40 Anos, Uma História de Amor na Educação*. Salvador-BA: Livraria Espírita Alvorada Editora, 1992. A importância

na cidade de São Manuel foi fundado, em 1924, o Lar Anália Franco cujo objetivo é recolher crianças órfãs que são educadas pacientemente para seguirem a profissão de professoras formando-se na Escola Normal do Estado. A administração dessa obra assistencial ficava nas mãos das próprias abrigadas que a recebiam elas quando atingiam a maioridade legal e passavam a integrar a corporação denominada Operárias do Bem. Esse pode ser considerado um exemplo bem sucedido do que a doutrina espírita considera ser uma autodisciplina, pois na realidade, trata-se de processo educativo através do qual, as meninas pobres eram preparadas para ocuparem importantes funções na vida das instituições de assistência, reproduzindo, desse modo, a organização do espiritismo.³⁴⁰

Só para se ter idéia do amplo espectro da pedagogia do assistencialismo espírita, a Instituição Beneficente Nosso Lar, em São Paulo, fundada em 1946, possuía as seguintes obras assistenciais educativas: Assistência ao Próximo Ana Nery, formadora de voluntários para enfermagem e assistência social; Creche Fonte Viva, semi-internato para crianças de empregadas domésticas; Internato masculino e feminino; Escola primária; Escola de Artes Raio de Sol, com programa de criatividade para crianças e artesanato para adolescentes; Escola de Cultura Espírita para formação cultural-doutrinária em 7 anos de estudo; Departamento Anália Franco de Assistência à Família, destinada a assistir famílias pobres e orientá-las educacional e espiritualmente.³⁴¹

Além dessas instituições há no Triângulo Mineiro, uma obra considerada pela comunidade espírita, monumental: a das atividades desenvolvidas pelo médium Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, como é mais conhecido. Talvez seja o

desta instituição pode ser contatada pelo estudo de AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, onde há um capítulo exclusivo dedicado à sua análise.

³⁴⁰ EDUCAÇÃO ESPÍRITA, op. cit., 1970, p. 18

³⁴¹ Idem, ibidem, p. 16-17.

representante do espiritismo brasileiro mais acompanhado pela imprensa, ganhando notoriedade até mesmo em programas de televisão.³⁴²

Instituições, como as que foram assinaladas, multiplicam-se por todo o território nacional, seria exaustivo citar, ao menos, as existentes em Minas Gerais. Além disso o objetivo, aqui, é frisar que várias experiências congêneres àquela a que se propôs analisar, são, de alguma forma, parte integrante da estratégia dos espíritas, anunciada pelo próprio Allan Kardec, no Livro dos Espíritos, quando apresenta a questão número 917:

“A Educação, se bem entendida, é a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, como se endireitam as plantas jovens.”

Entendida como grande meta dos espíritas, a educação, seja ela a autodisciplina ou o disciplinamento dos assistidos, ou ainda no sentido doutrinal, como forma de ascese do espiritismo, enquanto religião, confunde-se com o exercício da religião espírita, quando todos os iniciados, de alguma maneira, tornam-se professores em busca de alunos, para melhorar-lhes o comportamento moral.

A qualidade do professor espírita começa pelo estudo da doutrina e de suas técnicas de educação. Essas técnicas são o passe, a prece, a desobsessão e a compreensão da reencarnação. O poder da prece deve ser amplamente utilizado como instrumento, para combater as antipatias dos deficientes intelectuais, ajudando a combater as fraquezas, dominando-as. Às crianças e adolescentes rebeldes deve-se

³⁴² O estudo de AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François, op. cit., 1990, dedica parte de um capítulo à análise deste médium. SANTOS, José Luiz dos, op. cit., 1997, também dedica algumas partes de seu trabalho à apresentação da vida e obra de Francisco Xavier. Segundo este autor, até 1989, esse médium tinha publicado a impressionante marca de 327 títulos de livros, com 15 milhões de exemplares vendidos, superando a vendagem dos livros de Kardec em 3 milhões. (p. 66-67)

dispensar tratamento enérgico sem perder de vista a lição de que educar é “um ato de amor.”³⁴³

Esse amor corresponde a uma situação em que a educação do espírito é vista como algo natural e divino. O desenvolvimento moral, ou a educação do espírito, é um processo inerente a qualquer ser humano, herdado do Criador, bastando, para isso, desenvolver o potencial e as faculdades presentes em cada um. Acompanhando as idéias de Pestalozzi, o espiritismo kardecista adota, sem qualquer restrição, a moral, como “fim supremo da educação”, considerando o homem como um ser “essencialmente moral.”³⁴⁴

Apesar de se notar, em várias obras de pedagogos espíritas a presença dos mais variados nomes de educadores e filósofos relacionados com a educação, como por exemplo, Jean Piaget, Vygotsky, Decroly, Kant, Wallon, Rousseau, Steiner, Claparède, Freinet, Froebel e o próprio Pestalozzi, nota-se também que o pensamento desses intelectuais é, de algum modo, aproximado ou, até mesmo, integrado, às idéias de Kardec; compõem um conjunto mesclado de procedimentos pedagógicos pluralizados e ao mesmo tempo convergentes, que se cristalizam naquela concepção já, tantas vezes, frisada neste estudo de evolução ou educação do espírito.³⁴⁵

Após essa necessária explanação sobre a concepção de assistência e educação dos espíritas kardecistas, surge a oportunidade de focar diretamente o Abrigo Jesus, e sua pedagogia do assistencialismo. No âmbito de uma fase em que a pobreza, vista

³⁴³ PIRES, Heloisa. *Educação Espírita*. 4ª edição. São Paulo: Paidéia, 1994, p. 33-36.

³⁴⁴ ALVES, Walter Oliveira. *Educação do Espírito, Introdução à Pedagogia Espírita*. 3ª edição. Araras-SP: IDE, 1997, p. 122.

³⁴⁵ É interessante salientar que além das obras sobre educação e pedagogia espíritas citadas neste trabalho, há uma profusão impressionante delas em qualquer livraria espírita, por isso não se dispõe a citar, ao menos a maior parte delas, citam-se somente aquelas que foi possível apreciar e que pareceram, pelas indicações, e por se destacarem pela vendagem, ser as de maior aceitação no meio espírita. Um exemplo dessas publicações é a obra de INCONTRI, Dora. *A Educação Segundo o Espiritismo*. São Paulo: Federação Espírita do Estado de São Paulo, 1997.

pelos mais diferentes segmentos da filantropia e suas estratégias assistenciais, como passível de ser educada e disciplinada para o trabalho e a cidadania, pode-se verificar que o Abrigo Jesus somou esforços importantes nesse sentido. Não desprezando, em absoluto, o que as demais experiências assistenciais investigadas fizeram, o Abrigo Jesus, trabalhou como tantas outras pela moralização dos pobres, ou como os espíritas anunciam explicitamente, pela evolução moral dos espíritos, ou ainda, pela educação espiritual das suas abrigadas, filhas das comunidades mais pobres da cidade.

O Abrigo Jesus começou a receber suas primeiras abrigadas em março de 1946, tendo suas instalações inauguradas nesta época. No princípio eram apenas sete meninas. É interessante notar que o mesmo Dr. J. Guimarães Menegale, envolvido na organização do Lar do Meninos, indicado pelo prefeito de Belo Horizonte para liderar uma comissão a fim de verificar a possibilidade de criação da instituição, compareceu à cerimônia de inauguração do Abrigo Jesus como representante do governo mineiro, o que, de algum modo, demonstra o interesse político das autoridades pela instituição.

Em consequência das consultas realizadas no meio espírita, foi entrevistado um dos fundadores do Abrigo Jesus,³⁴⁶ resultando enorme quantidade de informações sobre a instituição passadas, em detalhes pelo entrevistado: salientam-se as propostas dos próprios dirigentes, com relação à assistência às meninas, incluindo relatos de como se realizavam as práticas da pedagogia assistencial em períodos distintos, uma vez que este dirigente teve atuação de mais de 40 anos na instituição, dos quais, vários deles, na sua direção.

Outra entrevista de grande utilidade foi realizada com um experiente orientador-assistente, atuante nessa função na União Espírita Mineira - UEM -, há 18 anos e que,

³⁴⁶ VARANDAS, Cleber. *Entrevista* concedida a Marco Antônio de Souza. Belo Horizonte: 30 de março de 1998.

antes, havia trabalhado em outras instituições espíritas.³⁴⁷ Esse entrevistado é uma espécie de orientador responsável por reuniões semanais com pessoas que procuram a União Espírita, para pedirem algum auxílio material e espiritual: Através de suas informações, foi possível conhecer as práticas assistenciais que ocorrem semanalmente nas instituições, com o propósito de educar os necessitados através de prédicas espirituais.

Em conversa mantida com o diretor em atividade do Abrigo Jesus, foi possível não somente fazer o levantamento das fontes e dos dados arquivados na instituição, mas ainda abriu-se a oportunidade de conhecer melhor a instituição, pelo fato de ser ele, filho de um dos primeiros diretores.³⁴⁸ Esses vários participantes de instituições assistenciais espíritas entrevistados, propiciaram informações sobre a prática da pedagogia assistencial vivenciada em seu cotidiano, ajudando na compreensão do significado dos rituais, descritos nos diversos documentos produzidos pelas administrações do Abrigo Jesus.

A história desse Abrigo começou por volta de 1937, quando se organizou a primeira diretoria e, em seguida, foram registrados os Estatutos.³⁴⁹ Com o envolvimento da União Espírita Mineira, após a recusa de doação do terreno pelo governo de Estado,

³⁴⁷ CONCEIÇÃO, Paulo Isidoro da. *Entrevista* concedida a Marco Antônio de Souza e Adriana Cláudia Cupertino. Belo Horizonte: 06 de junho de 1998.

³⁴⁸ Trata-se de uma entrevista informal, tal como aquelas já assinaladas anteriormente, com Delauro Baumgratz. Trata-se do filho de um dos fundadores mais atuantes dessa instituição, Leonardo Baumgratz, que forneceu importantes informações sobre o trabalho desenvolvido no Abrigo Jesus, na atualidade, além de se recordar de algumas passagens da atuação do seu pai à frente dos trabalhos assistenciais desenvolvidos nos primórdios do Abrigo Jesus.

³⁴⁹ De acordo com MORAES, Osório de. *História de uma Instituição de Caridade*. 1970, p. 3-4, o primeiro presidente do Abrigo para o triênio 1937-39, foi o confrade Rodrigo Agnelo Antunes que era também presidente da União Espírita Mineira. Ainda por esta fonte, obteve-se a informação de que o Dr. Noraldino de Melo Castro redigiu o primeiro Estatuto e que dois confrades foram muito importantes no empreendimento da construção do Abrigo Jesus, o já citado Leonardo Baumgratz e Alencar Braga. O próprio Osório de Moraes participou ativamente da organização do Abrigo Jesus, portanto, seu livro tem caráter autobiográfico, estando registradas nele suas memórias à frente da instituição, que presidiu por trinta anos.

foi finalmente adquirido um terreno, em 1940, na rua Costa Sena, no final da linha de bondes denominada Progresso.³⁵⁰

Os serviços de engenharia foram realizados, gratuitamente, pelos engenheiros Haroldo Hermeto e Edmundo Fontenelle. Com dificuldades, inclusive falta de cimento que era importado, reduzido pela Guerra Mundial, a construção se arrastou até 1945. Um grupo de mulheres denominado Operárias do Bem, presidido por Delmentina de Oliveira Baumgratz, cuidava de arrecadar os recursos para as obras junto à comunidade espírita, e até mesmo em outras instituições.³⁵¹

Mais uma vez quem relata, em detalhes, esse início conturbado e difícil é, justamente, aquele que talvez tenha sido o grande responsável pela fundação da instituição e seu diretor por vários anos, Osório Moraes.³⁵² Segundo seu depoimento, houve tentativas, infrutíferas, por parte do clero católico da região de paralisar a construção do Abrigo Jesus.³⁵³

Finalmente, no dia 31 de março de 1946, era inaugurada a obra, localizada na Rua Costa Sena, ocupando uma quadra entre a atual rua Padre Eustáquio e rua Henrique Gorceix, no bairro que se chamava Vila Bela Vista e hoje recebe o nome de Padre Eustáquio. Como já foi dito, sete crianças foram recebidas inicialmente, devido ao fato de as instalações não estarem completamente concluídas. A inauguração oficial do educandário aconteceu no dia 23 de junho daquele mesmo ano, com a presença de autoridades políticas e grandes personalidades do mundo espírita. Houve também, no

³⁵⁰ É interessante notar que hoje, essa região recebe o nome de Padre Eustáquio, antigo pároco local, de grande popularidade, que segundo relatos dos fundadores do Abrigo Jesus, era um dos grandes críticos dessa instituição espírita.

³⁵¹ MORAES, Osório de, op. cit., 1970.

³⁵² Idem, ibidem.

³⁵³ Há nos relatos de alguns documentos e no livro de MORAES, Osório, op. cit., 1970, o registro de uma interessante contenda entre os espíritas que conduziam a construção do Abrigo Jesus e os católicos, envolvendo os párocos Frei Zacarias e o Padre Eustáquio, que teriam tentado por várias vezes comprar o prédio do Abrigo Jesus que estava em construção.

mesmo dia, uma sessão especial na União Espírita Mineira-UEM, para apresentar solenemente a instituição à comunidade espírita de Belo Horizonte.

Entre 1946 e 1948, o Abrigo foi dirigido por Maria Luiza de Moraes, esposa de Osório de Moraes, um dos idealizadores e fundadores da instituição.³⁵⁴ Ao que parece, desde o início, o Abrigo Jesus contava com mulheres em sua diretoria, geralmente, as esposas dos seus diretores. A tesouraria, praticamente, era cargo que, costumeiramente, ficava nas mãos das esposas dos diretores e isso parece ter ocorrido com certa frequência, cabendo ainda às mulheres outras tarefas.³⁵⁵ É interessante notar que a parte trabalhosa da assistência dessa instituição em geral, ficava sob a responsabilidade de mulheres, que compõem seus quadros de diretoras, professoras, instrutoras, etc.

Dessa forma, estava iniciado o trabalho do Abrigo Jesus que, após passar pelas dificuldades iniciais relatadas, consolidou-se como uma das principais casas de amparo às meninas pobres da cidade, chegando a receber, por determinados períodos, até trezentas meninas em suas dependências.³⁵⁶

Cumprindo rotina diária de trabalhos e ensino, essas meninas faziam refeições, dormiam, e estudavam, vivendo como internas na instituição. Além disso, preparavam-se para outras habilidades domésticas correspondentes ao trabalho árduo e braçal desenvolvido no dia a dia. Nas chamadas salas de trabalhos, um quadro, ali mandado afixar pelo diretor, Osório de Moraes, dizia: “O trabalho dignifica e enobrece a criatura.

³⁵⁴ É o próprio MOARES, Osório de. op. cit, 1970: 8-9, que revela ter sido sua esposa a primeira diretora, ajudada por outras senhoras “companheiras de ideal”: Cecília Jardim, Josefina Schembri, Leonarda Schembri e Maria Gonçalves Nogueira. Osório informa também ter enviado a São Paulo sua filha Valda, “para freqüentar as melhores Instituições congêneres” com a finalidade de trazer experiências: “Depois de alguns meses de estágio, voltou trazendo um minucioso relatório do que viu e sentiu e que foi lido nas reuniões da Diretoria...”, idem, ibidem, p. 9.

³⁵⁵ A tesouraria ficou a cargo de esposas dos diretores por tempo considerável. Osório de Moraes cita uma sucessão de nomes: Zulfária Almeida (1952-54), Clarice Fóscolo, Maria José Macedo e Cecília Lucila Jardim, reeleita várias vezes. As mulheres aparecem, genericamente, “servindo à Instituição” como é o caso de D. Dadinha Maia, constituindo, praticamente, a base das instrutoras-assistentes e professoras. Idem, ibidem, p. 9

³⁵⁶ VARANDAS, Cleber, op. cit., 1998.

As nossas mãos são órgãos abençoados que Deus nos deu para a execução de tudo quanto é belo e sublime”.³⁵⁷ A alusão às mãos como instrumentos divinos confirmava a tentativa de valorizar o trabalho braçal das abrigadas, mulheres que deveriam estar preparadas para as atividades que lhes aguardavam após o casamento.

A importância adquirida pelo Abrigo Jesus pode ser confirmada quando, em dezembro de 1952, na festa de formatura de 9 alunas, foram convidados o Governador do Estado e o Secretário de Educação. Na presença dos representantes desses convidados, o então diretor Osório de Moraes reafirmou os objetivos da instituição:

“A sua presença nesta casa constitui para nós todos um alto estímulo à luta na árdua tarefa de educar e instruir crianças. Êste educandário foi construído, vem sendo orientado e mantido por um grupo de criaturas de boa vontade que, com abnegação, procuram servir do melhor modo possível. Temos a satisfação íntima de estarmos cooperando com o nosso Govêrno no grave problema da infância desamparada. Agora, que temos a felicidade de tê-los ao aconchego desta casa, podem compulsar a vida e as coisas dêste educandário e levar ao conhecimento do nosso dinâmico e muito digno Governador, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, os nossos anseios.”

Uma outra razão dessa tentativa de aproximação com a elite política, pode ser interpretada também como estratégia que os membros da diretoria do Abrigo Jesus estavam empenhados em executar. Trata-se, não apenas de uma aproximação do poder público, para receber o seu apoio político, mas, sobretudo, pensando na manutenção financeira da instituição que necessitava de recursos constantes. De um lado, as ameaças à obra poderiam cessar ou diminuir, com a aproximação das autoridades políticas de renome, que estavam prestigiadas junto à população; de outro, as dificuldades de ordem financeira poderiam ser atenuadas com algum subsídio do poder público.

³⁵⁷ MORAES, Osório de, op. cit., 1970, p.12.

Ainda na fase de construção, em abril de 1944, Osório de Moraes declarava esse apoio do poder público, salientando o tipo de educação que as crianças receberiam, enfatizando também o número elevado de associados, na tentativa de demonstrar uma pujança da instituição, como que anunciando aos que estavam ameaçando a obra, seu potencial de resistência e de contra-fogo.

“O edifício já em fase de acabamento domina uma área de dez mil metros quadrados. Dotado de vastos salões e salas amplas, destina-se ao internamento gratuito de duzentas crianças de ambos os sexos, sem distinção de crenças, cor ou nacionalidade, que receberão educação integral e cristã, do jardim da infância à escola profissional.

Apoiado pelos poderes públicos, por mais de mil associados e por donativos constantes, espontâneos, e anônimos que são enviados à sua Secretaria, à rua Curitiba, 626, o ABRIGO JESUS estará, dentro de poucos meses cumprindo a sua humanitária finalidade de assistência à infância desvalida.”³⁵⁸

Observa-se que o apoio dos poderes públicos já existia desde o começo, salientando-se também a participação de pessoas simpáticas à causa, anônimas, que colaboravam com donativos. O que mais chama a atenção, depois dessas observações, é a possibilidade, inicialmente anunciada, de abrigar crianças de ambos os sexos, entretanto, isso acabou não se concretizando. Quanto à explícita menção a uma educação cristã, ao invés de educação espírita, certamente corresponde a uma posição de cautela diante de uma sociedade católica conservadora, como parece ser o caso de Belo Horizonte e, ao mesmo tempo, compatível com as posições doutrinárias do espiritismo kardecista no Brasil, cuja fonte de inspiração foram os Evangelhos.

De qualquer maneira, o Abrigo estava pronto para começar seu trabalho, como fora anunciado, em abril de 1944. Reforçando suas metas e, sutilmente, informando que

³⁵⁸ MORAES, Osório; op. cit, p. 20-21

o projeto era ousado e moderno pela sua arquitetura surpreendente, a instituição era metaforicamente apresentada.

“Tendo a forma arquitetônica de um avião, abre as suas longas asas no alto da rua Contagem , prestes a sobrevoar a cidade para recolher dos bairros pobres os seus filho (sic) pequeninos carentes de alimento e educação, do pão do corpo e do pão do espírito.³⁵⁹

Nesse anúncio dos propósitos do Abrigo, estava evidente a associação entre a assistência material e a assistência espiritual consideradas o núcleo do projeto assistencial dos espíritas, identificando-se, dessa forma, com os planos dos vicentinos, e com as preocupações dos orionitas.

Outro aspecto que aproxima esse projeto assistencial dos seus congêneres vicentino e orionita, é o de estar, declaradamente, comprometido com a proposta de educação voltada para as crianças. Afirmando não ser o Abrigo Jesus uma instituição cuja finalidade era ser apenas uma casa para guardar e abrigar crianças, assinala um de seus diretores mais antigos e atuantes, que o propósito ao assistir as abrigadas era dar-lhes atendimento com o “sentido educacional dentro da etimologia de *educ*, eu conduzo...”³⁶⁰

Essas meninas foram educadas, como se verá com mais detalhes, num capítulo específico deste trabalho, por meio de práticas da pedagogia do assistencialismo que as preparavam para o exercício da maternidade, sinalizando sua vida de mulheres dóceis e seu lugar de boas esposas e mães dedicadas. Cumprindo assim a expectativa dos assistentes, essas assistidas, no futuro, evitariam deixar seus filhos na rua, ou em situações que pudessem oferecer risco à ordem e aos bons costumes. Assim como o Abrigo Jesus, uma outra instituição que será apresentada, a

³⁵⁹ MORAES, Osório de, op. cit., p. 20

seguir, queria educar os filhos da pobreza, do sexo masculino, preparando-os para ocuparem o lugar de futuros bons pais de família.

2.3 O LAR DOS MENINOS: DA PREFEITURA AOS ORIONITAS

Será apresentada agora a terceira instituição investigada neste estudo, o Lar dos Meninos Dom Orione, que, junto às outras instituições aqui pesquisadas abrigava as crianças e adolescentes do sexo masculino.³⁶¹ À semelhança das outras instituições, o Lar estava localizado em área limítrofe entre o urbano e o suburbano, próximo à região da Pampulha, que fora também, anos antes, uma obra do prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira. Essa área, estava, naquela época, em processo de urbanização, foi planejada às margens de um lago construído artificialmente, possuindo conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer.

Fundado em 1944, pertencente de início à Prefeitura da cidade o Lar dos Meninos foi entregue, em 1948 à administração da Pequena Obra da Divina

³⁶⁰ VARANDAS, Cleber. *Entrevista*, 1998.

³⁶¹ No dia 01 de junho de 1998, o Padre Dino Barbière, naquele momento o Diretor do Lar, concedeu uma pequena entrevista sem gravação. Procurou-se aproveitar ao máximo suas informações que traçaram um panorama da instituição. A surpresa veio na informação de que os arquivos contendo a documentação dos abrigados haviam sumido, só restando um excelente arquivo fotográfico e um livro de Tombo, consistindo em uma coleção de recortes de jornais feita pelos dirigentes desde os primórdios da instituição. As fotografias abriram a possibilidade de um trabalho iconográfico, não desobrigando a busca de fontes escritas, guardadas em outros locais, que porventura pudessem auxiliar em sua interpretação. Fora da instituição, em arquivos públicos, foram encontrados jornais, relatórios dos prefeitos e leis que permitiram, juntamente com as entrevistas, reunir melhores condições de pesquisa e análise. A segunda entrevista, no dia 06 de julho de 1998, com o Padre Jarbas Assunção Serpa, responsável pela administração do Lar dos Meninos, foi gravada e durou aproximadamente 15 minutos. Apesar de ter confirmado o problema dos arquivos, ele informou sobre outros aspectos da instituição e sobre alguns ex-alunos considerados importantes pelo lugar que estavam ocupando na sociedade naquele momento. A última entrevista foi gravada, no dia 18 de fevereiro de 2000, com o Padre Luiz Lazzarin, ex-diretor do Lar dos meninos, que deu informações sobre aspectos importantes da rotina e das práticas educativas da instituição.

Providência, instituição que representa os orionitas, ganhando a denominação de Lar dos Meninos Dom Orione, e chegou a ter 300 internos em suas dependências.³⁶²

A assistência aos menores objetivava, de acordo com, os orionitas, imprimir no espírito e no coração através da oração, o aprendizado escolar e a “iniciação profissional, nas oficinas mecânicas, gráficas, cerâmica ou sapataria e ainda no amanho da terra.” Esperava-se que, aqueles que saíssem do Lar dos Meninos, fossem “cidadãos prestantes, pais de família, cristãos de invulgar dedicação ao lar, atentos cumpridores dos seus deveres para com Deus, para com a Pátria, respeitando-lhes as leis e ouvindo-lhes os chamados.”³⁶³

O Lar dos Meninos, que junto às outras instituições congêneres abrigava a infância pobre, não fugindo à regra, estava localizado em área afastada da zona urbana, lugar ideal, segundo as concepções assistenciais, para educar esse contingente de crianças e jovens mal preparados para viver em sociedade. O mesmo poder político que pensava nas modernas formas arquitetônicas para a nova e arrojada cidade de Belo Horizonte, núcleo urbano, começando a se expandir para a periferia, também sentia a necessidade de lançar seu olhar para a outra face do moderno: aquela em que o social constrói a marcante categoria da pobreza. Assim, o olhar do poder público, que vislumbrava o atendimento aos pobres, era definido pela estratégia do isolamento, do mesmo modo que nas instituições privadas, como já foi observado, no Abrigo Jesus e na Cidade Ozanam.

Os quatro anos que o Lar dos Meninos foi administrado pela Prefeitura de Belo Horizonte, não foram, ao que parece, muito calmos e promissores. Como se verá mais adiante, há explicação do poder público para o fracasso dessa administração inicial, que,

³⁶² Cf. JUBILEU DE PRATA DO LAR DOS MENINOS DOM ORIONE, Belo Horizonte, 1969.

de alguma maneira, evidencia razões político-administrativas envolvendo seus funcionários.

A história do Lar dos Meninos começa quando o Prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, recomendou à sua Assessoria de Administração, um estudo para a criação de um órgão que pudesse intervir no problema da infância pobre. Nesse caso, era importante criar condições para uma ação regeneradora, que recuperasse o senso moral dos futuros integrantes de uma sociedade, valorizando o trabalho e a ordem. A intervenção do poder público nesse tipo de assistência, vinha desde as primeiras três décadas deste século, como atestam alguns estudos:³⁶⁴ em Belo Horizonte, encontravam-se em funcionamento, desde 1909, o Instituto João Pinheiro e outras instituições ligadas à tutela do Estado.³⁶⁵

O responsável pelo plano foi o jurista J. Guimarães Menegale que, após formar uma equipe, com a tarefa de organizar a instituição, convocou para sua direção, Vicente Guimarães, conceituado escritor da época, popularmente conhecido como Vovô Felício.³⁶⁶ Após essas providências, o Lar iniciava suas atividades com a primeira turma de abrigados composta de 32 meninos.

³⁶³ Foram recortadas algumas passagens do JUBILEU DE PRATA, op. cit., 1969, que certamente denotam a opinião dos líderes orionitas.

³⁶⁴ Ver entre outros os seguintes estudos: MORELLI, Ailton José. O Atendimento à Criança e ao Adolescente em São Paulo. In: Pós-História, Revista de Pós-Graduação em História. Assis-SP: Unesp, 1997, v. 5, p. 145-170 e CORRÊA, Mariza. A Cidade de Menores: Uma Utopia dos Anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997, p. 77-96.

³⁶⁵ Há, pelo menos, dois trabalhos que estudaram instituições sob tutela do Estado em Belo Horizonte, no período da Primeira República, são eles: VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 e SOUZA, Marco Antônio de. A República dos Desvalidos e a Nova Capital de Minas. In: PAIVA, Eduardo França (org.) *Belo Horizonte, Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997, p. 43-64.

³⁶⁶ Estas informações encontram-se no JUBILEU DE PRATA, op. cit., 1969. Esta fonte informa também sobre a primeira equipe de administradores do Lar dos Meninos, composta pelos auxiliares: Joaquim Luiz Pereira, João Tito Ribeiro, Dejanira Pereira, Franklin Isaias, Marieta Alves Costa, Celestino Fonseca dos Santos, entre outros. O personagem do Vovô Felício, foi criado por Vicente Guimarães, cujas histórias eram publicadas no periódico infanto-juvenil do jornal Estado de Minas, com o título era "Era uma vez... Revista do Vovô Felício para os seus netinhos. Ver a este respeito, CAMPOS, Edson Nascimento. Era

Ligado ao Departamento de Saúde e Assistência de Belo Horizonte, o Lar dos Meninos estava incumbido de dar, nos limites de sua possibilidade, assistência aos menores desvalidos. Sua função de solucionar os casos de desajustamento social do município, envolvendo crianças e adolescentes pobres, completava-se com uma lista de outras competências citadas na própria Lei.³⁶⁷ Assim, manter, alimentar, alfabetizar, assistir educacional e moralmente, dar assistência médico e dentológica, eram algumas dessas competências.

Quanto ao que se pretendia ensinar aos assistidos, a mesma Lei estabelecia a forma e conteúdo: instrução industrial, agrícola e pastoril; educação física, cívica e religiosa. Determinava-se, além disso, a criação de biblioteca e atividades recreativas. Os desajustamentos sociais, deviam ser atendidos pela S. A. S., Seção de Assistência Social da Prefeitura havendo, também, a exigência legal de se manter registros completos de cada um dos menores admitidos no Lar.³⁶⁸

O acompanhamento dos trabalhos do Lar estava sob a responsabilidade de uma Seção de Administração (almoxarifado e zeladoria) e do Serviço de Orientação Educacional. No Art. 129, da Lei 209, de 1947, foram encontradas nos parágrafos 2º e 3º, informações onde se tem uma idéia da estrutura física da instituição. Ali estão relacionadas as seguintes instalações: portaria, administração doméstica, aviários, estábulo, chiqueiro, horta e oficinas; os serviços que deveriam ser executados pela Administração Doméstica eram: dispensa, cozinha, rouparia, refeitório e lavanderia.

uma vez..., revista de Vovô Felício para os seus netinhos – um projeto de leitura. In: *Varia História*. Departamento de História, FAFICH-UFMG, 1997, p. 273-298.

³⁶⁷ Lei Municipal de No. 209/1947, que em seu capítulo XIII estabelece as funções do Departamento de Saúde e Assistência, e em seu Art. 126, relaciona as competências do Lar dos Meninos.

³⁶⁸ Como se disse em outra nota, essa exigência lamentavelmente não ajudou a esta pesquisa, os atuais dirigentes do Lar dos Meninos informaram que os arquivos da instituição desapareceram com estes registros, não se sabendo onde estão desde quando houve a mudança do Lar. A procura feita nos arquivos da administração pública foi infrutífera; não houve como recuperar esses documentos.

Quatro anos após o início das atividades no Lar, em 13 de janeiro de 1948, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, nomeou, pela Portaria número 11, uma comissão de professores, para investigar a “situação administrativa, econômica, financeira, social e assistencial do Lar.”³⁶⁹ Solicitava ainda a essa comissão, que observasse a utilidade prática da instituição e que emitisse parecer indicando soluções.

Apesar de não ser possível o acesso ao parecer elaborado pela Comissão, outras evidências deixam transparecer que ele foi desfavorável à administração do Lar dos Meninos pela equipe chefiada por Vicente Guimarães. Portanto, o motivo pelo qual a administração do Lar se transferiu para a Pequena Obra da Divina Providência, parece estar relacionado a uma crise política, envolvendo os dirigentes da instituição e altos escalões da Prefeitura. Em notícia do jornal Binômio, de 1963, há uma versão, um pouco diferente, daquela apresentada oficialmente para a entrega do Lar dos Meninos aos orionitas. Segundo aquela fonte, a razão teria sido financeira: “Em 1949, por falta de dinheiro a Prefeitura entregou o Lar à Congregação de Dom Orione.” Portanto, agregando-se a situação administrativa à situação econômica, uma vez que a Comissão devia investigar os fatos, forma-se um quadro mais completo dos motivos da destituição dos antigos responsáveis pelo Lar dos Meninos.³⁷⁰

Os entendimentos para que os orionitas assumissem o Lar, aconteceram com negociações realizadas entre o prefeito sucessor de Juscelino Kubitschek, Otacílio Negrão de Lima e o Provincial da Pequena Obra da Divina Providência, Carlos Pensa, em 1948, cuja intermediação foi feita pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral.

³⁶⁹ Estavam nesta comissão: Levindo Lambert; Francisco Nunes Horta e Massanielo Santos.

³⁷⁰ BINÔMIO, 14/10/63, p. 06.

O primeiro padre orionita a chegar em Belo Horizonte foi Nazareno Malfati. Vindo de Roma, esse padre se juntou a um grupo maior que iniciou o trabalho de recolhimento dos meninos de rua, órfãos, rejeitados, excluídos, “que não podiam entrar na Avenida do Contorno.”³⁷¹ Desde os tempos da construção de Belo Horizonte, a Avenida do Contorno demarcava os limites do urbano e suburbano, delimitando o espaço reservado à população de trabalhadores e pobres ao perímetro externo a esse cordão de isolamento que continuava a cumprir sua função na nova etapa de crescimento demográfico e econômico.

Apesar dessa nova fase de expansão econômica, os pobres continuavam isolados, não fazendo parte dos novos projetos elaborados pelo poder público para atender ao crescimento da cidade. O trabalho que os orionitas estavam dispostos a realizar, só confirmava a intenção de afastar as crianças pobres do seu meio, considerado deletério, com a finalidade de educá-las. A localização do Lar dos Meninos comprova essa idéia. Suas instalações ficavam nos arredores da cidade, numa área de 12 alqueires de terra, que, em 1955, seria desapropriada para a construção do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais, obrigando anos depois, a que se fizesse a mudança para local próximo, porém, menor e sem as mesmas condições de trabalho.³⁷²

A assistência aos abrigados, de acordo com seus proponentes, objetivava imprimir - no espírito e no coração através da oração -, o aprendizado escolar e a iniciação profissional, nas oficinas mecânicas, gráficas, cerâmica ou sapataria e ainda,

³⁷¹ Estas informações encontram-se no depoimento do ex-aluno e jornalista VITAL, J. D. Os Padres que Abalaram BH. In: BARBIERO, Pe. Dino et alii (orgs.) *Lar dos Meninos Dom Orione, 50 Anos*. Belo Horizonte: Gráfica Irmãos Verçosa, 1998, p. 9.

³⁷² O ato de desapropriação do Lar dos Meninos por Decreto Federal, aconteceu em 1956. Durante vários anos a execução da desapropriação foi adiada, até que, em 1974, a nova sede fosse concluída em local próximo, no Bairro Ouro Preto, em terreno doado pela Prefeitura.

no amanho da terra.³⁷³ Assim, seguindo as orientações de Dom Orione, quando da fundação e organização de sua Congregação, os orionitas não concebiam a estratégia nova, - de aliar a fé aos princípios de valorização do trabalho, especialmente o trabalho manual -, porém, a reforçavam mais uma vez.

Em várias oportunidades já se pôde ver que a valorização do trabalho fazia parte de todo o ideário da ação social católica, que, por sua vez, identificava-se com outros ideários de cunho político, subsidiários ao saber jurídico, ao saber médico e ao próprio saber pedagógico que varreram a sociedade do mundo do trabalho no século XX.³⁷⁴ Com esses saberes, a filantropia e o assistencialismo encontraram caminhos novos, novas estratégias, novas práticas e novas formas de educar a infância pobre.

Entretanto, as ações do assistencialismo sempre estiveram associadas à necessidade crucial, de obter recursos financeiros. Esse problema continuou sendo mal solucionado, mesmo com a intervenção do poder público, que poderia representar maior capacidade de alocar recursos.³⁷⁵ O aspecto financeiro, que compõe de maneira decisiva as estratégias assistenciais, sempre provocou grandes transtornos às direções dessas instituições. Mesmo sabendo que a Prefeitura e outras instâncias do poder público apoiariam financeiramente o Lar dos Meninos, não foi possível fazer estimativa segura

³⁷³ Sobre a importância da prece, como um ritual que confirma uma fé e uma crença, ver MAUSS, Marcel. *A Prece* (1909). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Antropologia*. São Paulo: Ática, Coleção os Grandes Cientistas Sociais, 1979, p.102-146. Outra obra consultada, de grande interesse, que esclarece sobre a transmissão da própria fé, é o estudo de GERMAIN, Elisabeth. *Langages de La Foi a Travers L'Histoire*. Paris: Fayard-Mame, 1972.

³⁷⁴ Ver, LELOTTE, S. J., Fernand. *Para Realizar a Ação Católica*, Agir, 1947, e a interessante publicação do Grupo de Ação Social, *A FAMÍLIA E A QUESTÃO SOCIAL – 1940, SEMANAS SOCIAIS DO BRASIL*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942. É preciso ainda levar em conta que a partir de Pio XII, em vários de seus pronunciamentos na década de 40, a Doutrina Social da Igreja ganhava novo alento, desde que Leão XIII havia lançado suas bases na *Rerum Novarum*, em fins do séc. XIX.

³⁷⁵ Veja-se, por exemplo, que até os dias de hoje, as campanhas de arrecadação de recursos financeiros ganham projeção nacional, às vezes, organizadas por grandes redes de televisão, com apoio de organismos internacionais, em edições anuais de programas que envolvem artistas populares, políticos e intelectuais, destacando-se o “Criança Esperança” da Rede Globo de Televisão.

desses recursos,³⁷⁶ entretanto, há outras informações que permitem avaliar como ocorreu a solução para a arrecadação de fundos, não apenas pelo Lar dos Meninos, mas também para outras instituições. Os jornais constituem fonte privilegiada de informações sobre doações ocorridas em festas, quermesses ou através de testamentos e outros.

A ajuda da comunidade sempre ocorreu através de doações voluntárias, ou participações de encontros festivos, almoços, etc. Os filantropos nunca deixaram de se

³⁷⁶ Através dos Quadros abaixo, comprova-se o auxílio do poder público passando recursos às instituições.

QUADRO DE AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES A ENTIDADES EDUCACIONAIS - 1953

NOME DA ENTIDADE	IMPORTÂNCIA CR\$
Associação das Cantinas Escolares	15.000,00
Auxílios Diversos	12.000,00
Casa da Empregada Doméstica	12.000,00
Escola Doméstica Maria Imaculada	16.500,00
Escola do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora	11.000,00
Escola Doméstica Sagrada Família	21.000,00
Pascoal Comanducci	3.000,00
Escola Mineira de Arte Dramática	8.000,00
Escola Profissional Feminina	16.000,00
Escola Santa Catarina	12.000,00
Lar da Criança Pobre	15.000,00
Patronato da Divina Providência	2.500,00
Sociedade Pestalozzi	20.000,00
TOTAL	164.000,00

Fonte: RELATÓRIO DO PREFEITO – 1953. Prefeitura de Belo Horizonte, 1954. Como é possível notar, o Lar não figura entre as instituições que receberam auxílio ou subvenção, porém, o Patronato da Divina Providência fazia parte das instituições dos orionitas.

No Quadro seguinte, de 1954, o Lar aparece como uma das instituições auxiliadas.

QUADRO DE AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES A ENTIDADES EDUCACIONAIS – 1954

NOME DA ENTIDADE	IMPORTÂNCIA CR\$
Ação Social de Santo Antônio	96.502,00
Asilo Bom Pastor	36.000,00
Associação das Damas de Caridade (Boa Viagem)	24.000,00
Associação Evangélica Beneficente de Belo Horizonte	82.000,00
Lar da Criança Pobre	19.000,00
Associação Mendes Pimentel	20.000,00
Casa Transitória	28.000,00
Casa São José dos Padres Redentoristas	37.000,00
Cidade Ozanam	47.000,00
Creche Menino Jesus	32.000,00
Fundação São Geraldo	50.000,00
Lactário Posto Médico Nossa Senhora do Rosário – Pompéia	27.500,00
Lar dos Meninos Dom Orione	40.000,00
TOTAL	539.002,00

organizar-se para arrecadar recursos. Os jornais apresentam, constantemente, notícias informando sobre as mais diversas doações, sendo, muito comum, a voluntária, por graças obtidas, ou através de testamentos, procedimento que remontam as práticas cristãs antigas, deitando raízes na Europa medieval, ocorridas também, durante o século XVIII no Brasil, nas práticas da religiosidade barroca que envolviam o significado simbólico da boa morte, representando as permanências dos substratos culturais da religiosidade popular.³⁷⁷

No caso do Lar dos meninos Dom Orione, outra fonte de renda surgiu com a instalação de uma olaria, que parece ter sido ajuda decisiva para a solução do problema de arrecadação de recursos; foi patrocinada pelo Rotary Club de Belo Horizonte, como noticiou o jornal Estado de Minas em 13 julho de 1955³⁷⁸ e paralisada, definitivamente, em 1974, ao sair da área onde funcionava desde 1955. Atingido, como já se afirmou, por desapropriação do Governo Federal, para dar lugar às novas instalações da Universidade Federal de Minas Gerais, o Lar passou por importantes mudanças nas suas práticas profissionalizantes, quando perdeu a olaria.

Esses foram os primeiros dez anos do Lar dos Meninos, incluindo a fase de 1944 a 1948, quando esteve sob a administração pública, e o período entre 1949 e 1955, em que os orionitas assumiram a administração, dando-lhe novas feições com a inauguração

Fonte: RELATÓRIO DO PREFEITO – 1954. Prefeitura de Belo Horizonte: 1955

³⁷⁷ Ver a este respeito, CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – O Século XVIII. In: Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, junho de 1987, p. 03-24. É interessante observar que, em alguns casos, o testante deixa seus bens para várias instituições de orientação religiosa diferente, que pode significar uma influência do sincretismo religioso, como é o caso do testamento de Joaquim A. Martins, que deixou a seguinte distribuição de recursos: Asilo de Mendigos de Juiz de Fora, 10:000\$000; Albergue dos Pobres, junto ao Centro Espírita, 10:000\$000; Asilo João Emílio, 10:000\$000; Associação Pão de Santo Antônio, 10:000\$000; Associação Dona Rita Halfeld, 10\$000; Confraria de São Vicente de Paulo, 10\$000; Igreja de São Sebastião, 5:000\$000; Centro Espírita, 5:000\$000; Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, trinta apólices federais de 1:000\$000. ESTADO DE MINAS. Notícias dos Municípios, Belo Horizonte: 14/01/1930, p. 3.

da olaria, quando, ao que tudo indica, já bem organizado e solucionado, em parte, seu problema de manutenção, começava sua fase áurea.

Quanto às práticas da assistência às crianças e adolescentes adotadas nas dependências do Lar dos Meninos Dom Orione, desde seu início até 1990, que serão apresentadas oportunamente, na análise conjunta com as outras instituições, revelam, sobretudo, a pedagogia difundida por Dom Orione à sua Congregação. Considerar-se-ão, por enquanto, de forma breve, algumas estratégias da pedagogia assistencial orionita, para que se tenha uma visão dos princípios norteadores dessas práticas.

Como já foi salientado, essas estratégias estavam firmemente baseadas nas recomendações do fundador da Congregação, Luiz Orione. Suas idéias pedagógicas alicerçadas nas experiências com Dom Bosco, foram transmitidas aos seus seguidores, desde o final do século passado, quando a Congregação surgiu.

No Brasil, essas idéias começaram a se revelar quando, em 1907, o Bispo de Mariana, Dom Silvério Pimenta, solicitou a vinda dos primeiros missionários orionitas para Minas Gerais. Em 1913, Dom Orione enviou uma expedição comandada pelo padre Dondero e dois aspirantes à vida religiosa.³⁷⁹ Depois desse primeiro contato os orionitas começaram, lentamente, a ocupar as cidades brasileiras com suas organizações: Mar de Espanha, em Minas Gerais, São Paulo e Belo Horizonte. Apesar de pouco conhecido no Brasil, como afirma Patarello, Dom Orione lançou uma proposta assistencial ao estilo paulino, cujo objetivo “visa iluminar o pobre, para que desperte

³⁷⁸ Em 21 de janeiro de 1955, o jornal ESTADO DE MINAS publicava notícia sobre a doação de um galpão, com instalações apropriadas, para o funcionamento de uma cerâmica no Lar dos meninos Dom Orione, pelo Rotary Internacional, que comemorava naquela ocasião o seu Jubileu de Ouro.

³⁷⁹ PATARELLO, Padre Valdástico. *Perfil de Dom Orione*. 4ª edição. São Paulo: s. editora, 1986, p. 113.

para a vida e conheça seus direitos, mas também seus deveres, conseguindo seu pão sem perder sua fé.”³⁸⁰

Sintetizando, nessa concepção orionita, o objetivo de quem ensina deve atender ao princípio da paciência e da ternura com os assistidos, tendo comportamento que faz lembrar a doçura maternal. Assim, o cerne das práticas da pedagogia do assistencialismo proposto por Dom Orione, em sua caminhada como clérigo na Itália, em fins do século passado, orienta-se sobretudo na necessidade premente do momento histórico de combinar a antiga missão católica de evangelizar os pagãos - camponeses por excelência -, com a nova necessidade de agir sobre os pobres trabalhadores, operários das indústrias que surgidos rapidamente na paisagem urbana européia. A antiga idéia de amar os pobres, presente na economia moral, foi atualizada, com a sugestão de adotar-se uma postura materna, doce, sem exasperações, para conseguir aproximação com os pobres a fim de educá-los.

Ao preconizar a evangelização dos humildes, e, especialmente, dedicando-se à educação dos jovens - desde a escola até os campos -, a Obra da Divina Providência pretendia difundir o amor de Jesus Cristo, da Igreja e do Papa entre o povo, unindo “com um forte e sólido vínculo de toda mente e do coração, os filhos do povo e as classes trabalhadoras à Sé Apostólica.”³⁸¹

Educar a juventude mais necessitada, levando até ela uma formação cristã-católica, significava preparar os filhos das famílias das classes trabalhadoras, para o exercício da religião e da fé, transmitindo-lhes a virtude da fidelidade à Igreja, vista como única instituição capaz de garantir um futuro melhor. A promoção social do

³⁸⁰ Idem ibidem, p. 11.

³⁸¹ Idem, ibidem, p. 38.

pobre, alcançada ou não, devia ser sempre acompanhada de sua evangelização, para que se pudesse salvar cada um, como Jesus, sem excluir ninguém.

Assim, a preferência dos orionitas pelos bairros operários ou subúrbios proletários e sua juventude, vivendo nas grandes cidades, não seria somente para levar conforto aos trabalhadores humildes, sua caridade visava sobretudo a salvar as classes trabalhadoras do que acreditavam ser ideologias fatais, procurando elevá-las, socialmente, pela religião. Educar os órfãos e os mais abandonados filhos do povo para a virtude e o trabalho, reconduzindo-os à Igreja e à Pátria, era a grande meta dos missionários de Dom Orione.³⁸²

Essas foram, portanto, as idéias que permearam todas as ações dos orionitas em sua experiência no Lar dos Meninos. Como será possível observar posteriormente, as práticas assistenciais orionitas procuraram acompanhar fielmente as grandes linhas de ação propostas por seu fundador.

As três instituições, cada qual com determinada proposta, que abrangia o atendimento de segmentos significativos da pobreza em Belo Horizonte, foram responsáveis por importantes intervenções assistenciais junto à infância e às famílias necessitadas. Os ideários de que se originaram suas diversas práticas e compuseram suas estratégias educativas, colocaram-nas diante de grandes desafios.

O Abrigo Jesus respondia pela educação de meninas pobres, assim como o Lar dos Meninos Dom Orione, pela educação de meninos, nas mesmas condições. Em ambas as instituições, a preparação dos abrigados, de acordo com preceitos religiosos, devia ser suficiente para torná-los mulheres e homens trabalhadores que deviam cumprir zelosamente seus deveres de mãe e pai, criar suas famílias e produzir para seu sustento e para a glória de Deus e da pátria. Na Cidade Ozanam, essas mesmas tarefas de educar os

necessitados se fazia acompanhar de uma outra situação: ela oferecia às famílias pobres uma casa, ou seja, tornava-se a casa dos pobres. A iniciativa dos vicentinos era balizada pela necessidade de educar toda a família, e, nesse sentido, respondia a uma estratégia que pretendia resolver, definitivamente, os problemas da mendicância e das situações de penúria dos pobres em geral. Nesse caso, não bastava recolher esse ou aquele grupo de pobres; era preciso uma medida que englobasse a todos, e a Cidade Ozanam, representava por isso, uma experiência mais complexa de assistência.

³⁸² Idem, *ibidem*, p. 42-45.

2.4 AS IMAGENS DA POBREZA NA FORMAÇÃO DA CIDADE, 1900-1930, UMA INVENÇÃO DAS ELITES BELORIZONTINAS

Quando terminaram as obras básicas da cidade de Belo Horizonte, a inauguração que se seguiu, em 12 de dezembro de 1897, foi apenas o começo de nova fase da história da capital. Nas três décadas subseqüentes, a população e as obras públicas e privadas se encarregaram de fazer aparecer uma outra cidade. As elites políticas, dirigentes do Estado, zelavam por este grande símbolo da República. Logo que os trabalhadores começaram a executar os planos desses protagonistas da modernidade mineira, os planos não os pouparam apesar das nobres intenções: a pobreza e a polícia os acompanhavam.

Operando como elemento de extraordinária capacidade de dar outros ares a essa situação dos pobres, encontravam-se, a campo aberto, os filantropos e líderes do assistencialismo. Organizando-se, desde as primeiras horas da história da nova cidade, uma variedade de instituições assistenciais e de lideranças políticas, pôs-se a pensar e trabalhar, com o objetivo de criar condições de educar e normalizar a pobreza.

Assim, desde o início do século XX, é possível acompanhar os discursos de conteúdo filantrópico sobre a pobreza em Belo Horizonte, presentes em vários documentos, na maioria, produzidos pelas elites políticas, religiosas e empresariais. As representações sobre a pobreza indicavam, pelo menos, dois caminhos como solução para os problemas sociais, especialmente o que era entendido como pobreza ociosa: um era a repressão, o outro, a educação. Em ambos os casos, a disciplina dos indivíduos era o que se queria

alcançar com um procedimento que, simplesmente, impusesse o “olhar hierárquico” e a “sanção normalizadora.”³⁸³

Ao longo do período que vai de 1900 a 1990, as propostas de educação e repressão caminhavam *pari passu*. Os defensores da primeira proposta consideravam a repressão uma solução paliativa, mas não a renegavam como instrumento que pudesse, ao menos, amedrontar os afoitos, impedindo o comportamento recalcitrante. Portanto, esses que pregavam a solução baseada na repressão, não apostavam tanto na força regeneradora da educação, considerando-a complementar ao trabalho e ao castigo.

Investigando-se as atas e relatórios produzidos em encontros de lideranças empresariais e católicas, além dos jornais que circulavam em Belo Horizonte no período proposto, identificam-se diversas evidências de como eram demarcadas as fronteiras que separavam os trabalhadores dos não-trabalhadores e os pobres necessitados dos considerados ociosos. Esse é o ponto de partida de todo o problema da assistência social : a construção de uma imagem da pobreza.³⁸⁴ Essa imagem definia o pobre que devia ser o objetivo da assistência social.

Partindo de diferentes representações da imagem dos pobres e da pobreza, essas concepções das elites tentavam encontrar solução adequada para os problemas considerados produto da ociosidade e, por essa razão, perniciosos à sociedade idealizada. Definir os pobres e quais eram aqueles os que podiam ser assistidos, levava a outra questão: como

³⁸³ Cf FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1977, afirma que a disciplina fabrica indivíduos; “ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir do seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.”

³⁸⁴ Ver principalmente, o BOLETIM DO CENTRO DA UNIÃO POPULAR E COMISSÃO PERMANENTE DOS CONGRESSOS CATÓLICOS DOS ESTADO DE MINAS GERAIS. Mariana, 1910; CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE 1903. Revista Análise e Conjuntura - Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1981, n. 4 e 5, Edição Histórica.

assistir e disciplinar os que podiam, aos olhos dos assistentes, ingressar no mundo do trabalho? Era preciso pensar, a partir do saber assistencial, que estratégias seriam adotadas para construir corpos dóceis.³⁸⁵

Algumas propostas do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, que reuniu as principais lideranças empresarias e políticas do Estado, foram cotejadas com as representações dos pobres, produzidas nas demais fontes, permitindo perceber o nascedouro de uma nova época, onde o trabalho livre e assalariado devia ser admitido como valor essencial para toda a sociedade e, principalmente, para os que dele dependiam como meio de sobrevivência.³⁸⁶

Pretende-se demonstrar que desde os primórdios da nova capital, essas representações eram, de fato, parte da estratégia das elites empresariais, políticas e filantrópicas mineiras, para consolidarem um mercado formal de trabalho que se tornara fundamental, a partir do fim da escravidão e da consolidação da economia, em fase de industrialização. Além disso, essa estratégia estava afinada com os planos de construir Belo Horizonte para ser cidade modelo da República, onde o problema social havia recebido tratamento exemplar no planejamento dos engenheiros e técnicos.

Nos idos de 1894 - 1897, do início da construção de Belo Horizonte, como símbolo da recém proclamada República, a presença dos trabalhadores empobrecidos pelas más condições materiais, que viviam entre a demolição do antigo arraial e a construção da nova

³⁸⁵ Interessam, para a discussão desta questão, em especial, os estudos de Michel Foucault sobre o corpo como objeto do poder, encontrados em suas principais obras, sobretudo em *Microfísica do Poder* e *Vigiar e Punir*.

³⁸⁶ Esta questão da produção de um novo lugar para o ex-escravo pode ser encontrada em KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, especialmente no capítulo 5, “Considerações finais: a recuperação da mão-de-obra nacional”.

cidade, já anunciava as tentativas de higienização e normalização da vida urbana, destinada aos cidadãos republicanos de primeira classe.³⁸⁷

Logo depois da entrega oficial da cidade aos seus moradores, em dezembro de 1897 as informações sobre vadiagem e maus costumes cresceram rapidamente na imprensa. Em 1902, por exemplo, o prefeito Bernardo Monteiro armava operação de guerra contra os elementos considerados nocivos. Ao final da empreitada, mais de 2.000 pessoas foram removidas do centro da cidade.³⁸⁸

As condições sociais desejadas pelas elites políticas mineiras, no planejamento dos engenheiros responsáveis pela construção da nova cidade, estavam começando a se mostrar inviáveis na prática. Os espaços destinados aos cidadãos ordeiros estava sendo invadido paulatinamente, por indivíduos que representavam a desordem. Havia também, uma nítida oposição quanto às soluções para o problema da pobreza considerada ociosa, que apontavam sempre em direções opostas: severa repressão, ou assistir e educar os pobres. Nos jornais apareciam as duas propostas, sempre acompanhadas de uma justificativa.

“A falta de segurança individual e das propriedades, a escassez de braços para os trabalhos agrícolas e industriais, a alta dos salários, a desorganização dos serviços domésticos, são males devidos principalmente à falta de leis reguladoras do trabalho e repressoras da vadiagem.”³⁸⁹

³⁸⁷ Em relação à situação das obras de engenharia na construção de Belo Horizonte e suas conseqüências sobre a população, ver a fundamental obra de BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva – História Média*, 1995. O Decreto n. 1.358 de 6 /02/1900, criou o Regulamento de Higiene e uma seção de Higiene na Prefeitura. Essa seção seria responsável pela fiscalização sanitária de escolas, fábricas, oficinas, habitações coletivas e particulares, alimentação pública, matadouros, mercados, casas de comestíveis, lavanderias, banheiros públicos, teatros, lugares de divertimento, cocheiras, estábulos, hortas, capinzais, terrenos não edificadas, valas e esgotos, vilas-operárias, e habitações coletivas das classe pobres, instalações sanitárias e tinha poder de polícia sanitária, realizando desinfectórios, serviços funerários e estatística demográfica, cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa, op. cit., 1970, p. 41.

³⁸⁸ Este relato de uma operação policial encontra-se em MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte, de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, p.

³⁸⁹ MINAS GERAIS, 19/05/1903.

Raramente, as duas propostas andavam juntas. Geralmente, a filantropia e a caridade que visavam a educar os pobres, denominados desvalidos, iam noutro rumo. O que anunciava a Revista Agrícola, em 1911, parecia confirmar a vitória dos defensores da educação, como principal estratégia contra a pobreza ociosa: “A Câmara acaba de decidir, em último turno, um projeto, segundo o qual ficará instituído, no Brasil, o ensino profissional obrigatório.”

Está proposta, aprovada em 1911, havia nascido em 1903, no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, sendo defendida, ardentemente, pelo empresário Fidélis Reis, um dos líderes mineiros na Câmara Federal e autor do projeto. No início do século, o que as elites empresariais do campo e as elites políticas de Minas, objetivamente, queriam era a formação da mão de obra livre, assalariada, para compor os quadros de trabalhadores de suas propriedades agrícolas. Porém, a sociedade urbana, com suas perspectivas de industrialização, trazia novas questões, impondo medidas específicas que pudessem dar conta da formação mais imediata dos quadros de trabalhadores formais.

Na esteira desses problemas já se encontrava a questão do êxodo rural, levando para as cidades um crescente contingente de trabalhadores do campo, que, em muitos casos, correspondia à população de ex-escravos. Digna de nota era a não fixação de trabalhadores estrangeiros em solo mineiro, que, segundo alguns autores, ocorria pela opção dos proprietários do Estado pelo trabalhador nacional.³⁹⁰

“Os colonos, imigrantes estrangeiros que vinham trabalhar no país, eram considerados desordeiros pelas autoridades de Minas, o que responde somente em parte essa posição dos empresários. A presença de anarquistas e socialistas entre esses trabalhadores

³⁹⁰ A questão da imigração e do trabalhador nacional, em Minas, aparece nos seguintes trabalhos: MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais, 1887-1930, 1974*; LANNA, Ana

causava nas elites políticas e nos empresários uma aversão ao trabalhador vindo da Europa.

Entretanto, isso talvez não seja suficiente para explicar a clara opção pela força de trabalho nacional.”³⁹¹

Firmemente baseado na crença difundida nesse período, de que a ociosidade dos indivíduos, na cidade, significava o primeiro passo para a criminalidade, esse problema da pobreza, na visão das elites políticas, precisava ser combatido de qualquer maneira.³⁹² Os caminhos para solucionar essa questão eram, às vezes, até divergentes, entretanto, as lideranças políticas e empresariais tinham certeza de que havia necessidade de identificar, classificar e selecionar a pobreza. Na concepção disciplinar dessas elites, era preciso separar o pobre, que merecia ser auxiliado, daquele que não deveria ser considerado pela assistência das instituições de caridade.³⁹³ A linha divisória entre um e outro, que determinava a construção de uma fronteira entre pobres vadios e pobres necessitados, será exposta a partir daqui.

Quem era, de fato, o pobre perigoso? Está questão deve ser respondida sempre, tendo em mira, o seu reverso: quem era o pobre que não oferecia perigo à sociedade?

Lúcia D. *O Café e o Trabalho Livre em Minas Gerais, 1870-1920*, 1986 ; WIRTH, John. *O Fiel da Balança*, 1982.

³⁹¹ Cf. MOURÃO, Paulo K. Corrêa, op. cit, 1970, p. 18.

³⁹² Desde as últimas décadas do século XIX, os juristas, a medicina dos miasmas e a psiquiatria com sua proposta do alienismo, ajudaram a produzir uma crença entre as elites sobre o ambiente pernicioso e degenerativo das grandes cidades, mais especificamente sobre a população aglomerada nos cortiços e cafuas. Ver por exemplo, COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989 e *Cidade Febril*; Nas décadas iniciais do século seguinte esses discursos se aprimoraram ao incorporarem novos saberes, veja-se essas novas idéias em HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.) *A Invenção do Brasil Moderno, medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

³⁹³ Mesmo diante de uma quase total ausência do Estado na questão social e na intervenção sobre a pobreza urbana, surgiu, por iniciativa do poder privado, às vezes apoiado pelo poder público, uma verdadeira cruzada beneficente, organizada, sobretudo, por instituições e associações ligadas à Igreja Católica, outras de caráter leigo, e ainda em outras ligadas à concepção cristã de caridade como as espíritas. Denomina-se essa rede assistencial de “economia da caridade”. Uma das poucas experiências assistenciais, sob os auspícios do Estado, em Belo Horizonte, foi o Instituto João Pinheiro, cuja trajetória, entre sua fundação em 1909 e 1934, encontra-se analisada na obra de Luciano Mendes de Faria Filho, *República, Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909-1934*, 1991; ver ainda, Marco Antônio de Souza, *A Economia*

Enquanto não houvesse um método que pudesse, efetivamente, fiscalizar o trabalhador, como aliás já havia sido tentado em São Paulo, com a criação de uma caderneta para os trabalhadores rurais, autenticada pelas autoridades policiais, onde eram feitas anotações pelos seus patrões, a identificação continuaria se valendo de outros meios.³⁹⁴

O cerne dessa questão era, sem dúvida, o ócio. O não-trabalho, reconhecido como maior inimigo da moral e dos bons costumes, gerador da promiscuidade, ganhava conotação específica: a vadiagem. Este termo passou a ter uma carga negativa que associava ócio e crime. O outro lado do problema social, colocava a necessidade de se manter esses indivíduos sob vigilância constante. A mendicância aparecia como corolário da indigência e do corpo mole. O componente malandragem era indicado como esquema de desvirtuamento da mendicância, enquanto saída para a miséria, através da delinquência e da criminalidade.

Nesse sentido, para o noticiário da imprensa de Belo Horizonte, as crianças eram o grande problema, quando se falava em mendicância, apontadas como parte importante da ociosidade dos pais, porque estes se serviam delas, dando-lhes as instruções para esmolar.

“Está aumentando a cada dia a sujeira no centro da cidade, isto se deve mais ao fato de várias crianças que os pais ficam em casa e mandam-lhes mendigar. A cada esquina encontra-se vários destes meninos fazendo baderna e sujando a cidade que está ficando impossível de visitar.”³⁹⁵

da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930, dissertação de Mestrado em História, UFMG, 1994.

³⁹⁴ Em Belo Horizonte, a Sociedade de São Vicente de Paulo parece ter cumprido, com certa eficiência, esse papel de fiscalizar os pobres. Em vários documentos nota-se uma confiança das autoridades no trabalho dos vicentinos, que, com prática assistencial, voltada principalmente para as famílias pobres, fornecia, além da sua ajuda, preciosas informações às autoridades. Ver a esse respeito, SOUZA, Marco Antônio de, op. cit., 1994.

³⁹⁵ JORNAL ACTUALIDADE, 1908.

Nota-se que se associava a prática da mendicância a algo impuro, sujo, que por sua vez, significava uma espécie de adoecimento da cidade, enfatizado através da impossibilidade de se visitar suas áreas centrais, tomadas por baderneiros e indivíduos perigosos. Contrariando o receituário positivista, e uma concepção oriunda do saber organicista e higienista, coisas anormais estavam acontecendo no local mais importante da cidade - o seu centro -, onde deveria prevalecer o equilíbrio e o dinamismo do progresso. Causados por uma verdadeira infestação de pobres ociosos, de aparência doentia, maltrapilha, esses problemas precisavam receber toda a atenção das lideranças do assistencialismo. Essas idéias, originariamente, desenvolvidas pelo organicismo, muito presentes no higienismo e no sanitarismo, entre o fim do século XIX e o início do século XX, consideravam a cidade um corpo vivo, que precisava ser tratado pelos que detentores dos saberes adequados, para restaurar a saúde do ambiente urbano.³⁹⁶

A situação de miséria, para muitos, estava ameaçadora como nunca: crianças maltrapilhas, homens e mulheres sem trabalho, pedindo esmolas, dormindo sobre os bancos das praças, formavam uma cena triste e dantesca. Eram apontados bandos famintos, à beira dos freges e das casas, suplicando restos de comida.³⁹⁷ Os jornais pintavam em cores fortes, um quadro desolador: a jovem cidade, planejada para ser capital, estava ameaçada.

A necessidade de ocupação de pontos nevrálgicos da cidade pelos mendicantes, era algo constante, e outra importante característica do problema. Instalando-se nesses locais, a

³⁹⁶ Estas idéias são discutidas exaustivamente por FOUCAULT em várias obras, salientando-se os estudos presentes em, *Microfísica do Poder*, 1984. Especificamente sobre o Brasil, tratando desse mesmo período, destacam-se, COSTA, Jurandir Freire, op. cit., 1989 e CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo, Juquery a História de um Asilo*, 1986. A concepção orgânica da realidade social objetiva sua integração e unidade alcançados, seguindo-se os princípios de centralização, relações funcionais, funções necessárias, duração, conservação, equilíbrio, dinamismo, evolução, progresso, sincronismo, impulsos coletivos, características psicológicas e voluntarismo, situando-se entre o evolucionismo spenceriano e bergsonianano. Em síntese, a realidade é a reprodução do esquema de funcionamento dos organismos vivos que representam a própria sociedade e sua relações entre indivíduos e grupos.

oportunidade de conseguirem esmolar era bem maior; isso parece remontar a antigas práticas de mendicância, conhecidas, genericamente, como pátio dos milagres.³⁹⁷ Essa presença marcante, em pontos de grande movimento de pessoas, chamava a atenção da imprensa e das instituições de caridade.

Assim, essa mendicância ia se tornando o grande incômodo para a boa sociedade da nova capital. O *Jornal do Povo*, em sua edição de 19 de outubro de 1900, chegava a comparar a plataforma da Estação Central com um asilo de inválidos. Pouco depois dessa reclamação, surgia o Regulamento de Mendigos da Capital, primeira iniciativa oficial para tentar normalizar a mendicância.

Altamente discriminador e segregador, o Regulamento exigia identificação de todos os mendigos, através de cadastramento feito pela Prefeitura, obrigando-os a usar uma placa com a designação mendigo colocada à vista, no peito, além de bilhete com dados pessoais, assinado pelo próprio Diretor de Higiene do município.

Foram estabelecidos os locais e horários onde lhes era permitido mendigar. O Regulamento advertia os infratores, com multa e prisão por até 15 dias. Dessa forma, procurava-se evitar o que os jornais denunciavam como choradeira dos mendigos em todo o centro da cidade.

A triagem feita, entre os pobres pelas autoridades, para identificar os que poderiam mendigar, contribuiu para revelar o perfil daqueles que realmente eram considerados incapazes e, de fato, necessitados de esmolas. Pelo Regulamento tem-se a indicação da

³⁹⁷ Estas informações encontram-se no BOLETIM BRASILEIRO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 1901, p. 4-5.

³⁹⁸ Especificamente, sobre a história da mendicância ver as obras de GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a Força, História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa: Terramar, 1995 e do mesmo autor, *Os Filhos de Caim, Vagabundos e Miseráveis na Literatura Européia, 1400-1700*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Sobre o fenômeno numa grande cidade brasileira, São Paulo, numa época mais recente, ver o

pobreza tolerada, que não podia ser confundida com o ócio. Assim, estavam aptos a mendigar, aqueles que não tivessem família para ajudá-los e, de uma maneira vaga, comprovassem falta de condições de trabalhar ligada, de alguma forma, a problema físico, doenças degenerativas não transmissíveis, ou ainda amputação de algum dos membros do corpo. Neste ponto o Decreto não é claro.³⁹⁹

Entretanto, quando o documento indica as normas de conduta dos mendigos, é possível ter-se idéia do que deveria ser o comportamento do pobre em público. Os mendigos não deveriam injuriar ou dirigir expressões ofensivas `aquelas pessoas que não lhes dessem esmolas; não deveriam cantar fazendo alarido, ou exibir suas chagas e feridas; as deformidades também deviam ser ocultadas; só poderiam ter a companhia da mulher ou marido, de filhos impúberes, se fossem cegos ou aleijados, impossibilitados de se locomoverem sem auxílio.

O Regulamento, finalmente, advertia que esta medida era provisória e seria revogado o Decreto que o criara quando a cidade possuisse seu asilo de mendigos. Dessa forma, nota-se que o ideal era o isolamento da pobreza, mesmo daquela considerada irremediável.⁴⁰⁰ Como já se afirmou, toda essa normalização, visando ao disciplinamento da ociosidade fazia parte das estratégias higienistas e sanitaristas desde o final do século XIX, mas, em Belo Horizonte, cidade planejada, num primeiro momento, havia ficado implícita nas pranchetas dos engenheiros construtores, vindo a aflorar, novamente, só depois que o planejamento inicial começava a apresentar falhas.

interessante trabalho de Marie-Ghislaine Stoffels, *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³⁹⁹ Este Regulamento é parte do Decreto n. 1.435 de 27 de dezembro de 1900, assinado pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Silvano de Almeida Brandão. O Regulamento foi elaborado sob os cuidados do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Venceslau Braz Pereira Gomes, futuro Presidente da República entre 1914-1918.

Nesse torvelinho de mudanças, uma das tarefas a que se propunham as elites mineiras desse período, era vislumbrar elementos de persuasão para convencerem, eficazmente, os pobres a optarem pelo trabalho ao invés do ócio. Teriam, portanto, que inventar algo mais sofisticado, para que os indivíduos separados dos meios de produção, pudessem, realmente, acreditar no valor do trabalho honesto ou como se costumava dizer, morigerado. De fato, em outras partes do mundo capitalista desse período histórico, esse era também o grande desafio.⁴⁰¹

A severa repressão à vagabundagem, como pediam com insistência os jornais e órgãos divulgadores dos ideais de empresários mineiros, não encontrava eco desejado junto às autoridades policiais, por possuírem poucos recursos para deflagrar ações diretas, a não ser as incursões esporádicas a bairros e locais considerados perigosos.⁴⁰² Nem mesmo o assistencialismo teve condições de empreender, com eficiência, a sua missão de educar e vigiar, de perto, os pobres.⁴⁰³

Apesar de ocorrer uma verdadeira cruzada filantrópica, notável na fase de construção da cidade, no período de 1897 a 1930, o trabalho exaustivo das instituições de caridade ficou longe de resolver a questão da pobreza e da mendicância. Das várias experiências realizadas nesta fase, ganhou maior projeção a atuação dos vicentinos.⁴⁰⁴ O número de instituições de caridade crescia, sem conseguir solucionar o problema. Tentativas como a Cidade Ozanam, apontadas como possíveis soluções, eram dispendiosas

⁴⁰⁰ Somente no final dos anos 20 surgiu o Abrigo de Mendigos, obra que foi apoiada e assessorada pelos vicentinos.

⁴⁰¹ A palavra morigerado, em vários dicionários, tem o sentido de instruir nos bons costumes, nos mores, indicando a necessidade de o sujeito ser disciplinado, temente às leis, a Deus e aos seus superiores. Ver a este respeito Michel Foucault, op. cit., 1984; Claus Offe e Gero Lenhardt, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁴⁰² O Jornal AVANTE!, de 08.06.1924, comenta uma ação policial no centro da cidade, fazendo elogios e assinalando: “De quando em vez, a polícia faz cousa de merecer encômios...”

⁴⁰³ Cf. Marco Antônio de Souza, op. cit., 1994.

e ainda não possuíam apoio do poder público. Instituições como o Instituto João Pinheiro, de iniciativa pública, tentava, a todo custo, educar os seus abrigados para o trabalho, tendo recusado várias internações por falta de vagas.

Entre as instituições de caridade que mais atuavam, salientava-se uma, organizada por leigos, sob a orientação do clero católico, a Sociedade de São Vicente de Paulo -, que incrementou e participou de várias obras assistenciais, das quais se destacavam as seguintes: a Sagrada Visita; Reabilitação das Uniões Ilícitas; Visita aos Hospitais; Visita às Prisões e campanhas de auxílio, em geral, com arrecadação de dinheiro, remédios, roupas e alimentos.⁴⁰⁵ Presentes em todos os lugares onde houvesse pobreza, esses assistentes sociais vasculhavam a cidade, procurando encontrar, em cada uma de suas obras, aquela que melhor se adaptasse a cada caso.

É interessante notar que a proposta dessa via de intervenção junto aos pobres, não só valorizava a capacidade de regeneração do indivíduo ocioso, através da pedagogia do assistencialismo, como construía um discurso, produzindo outra representação da pobreza, diferente daquela defendida pelos empresários, políticos e técnicos, que mesclava antigas imagens dos pobres, calcadas em princípios caritativos da economia moral cristã e nos novos saberes, introduzidos pelas regras da economia política.

Portanto, essa outra representação dos pobres considerava a pobreza uma situação especial, não como fatalidade ou estritamente dentro das regras do mundo da produção capitalista, ditadas pela economia política, mas a representava como fenômeno envolto em mística religiosa, que pudesse justificar a caridade cristã-católica, ou seja, meio de alcançar sua própria salvação. A exemplificação dessa concepção, que comparava o amor à pobreza

⁴⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰⁵ Cf. SOUZA, Marco Antônio de; op. cit., 1994.

ao amor de Jesus pelos homens, encontra-se nas palavras do grande líder católico da época, Padre Júlio Maria:

“Depois de Jesus a formosura da pobreza fascinou as almas; a paixão da miséria enfeitiçou os corações, o mendigo disputou aos fidalgos o amor das princesas; a mendicidade disputou às damas a juventude dos santos; o hospital fez ciúmes ao palácio; filhas de reis trocaram suas púrpuras por aventais; o salão invejou a enfermaria; mancebos opulentos, cheios de vida e esperança, trocaram a preocupação das futilidades, a vã alegria dos bailes e os frívolos cuidados do luxo pelo amor dos pobres.”⁴⁰⁶

Esse discurso, exemplo do pensamento social católico, essência da ação católica que se desenvolvia naquele momento, não descartava a necessidade de regeneração do pobre, entendida como recuperação moral, nem a ajuda material que acompanhava, em um primeiro momento, a visita dos vicentinos às famílias pobres. Em resumo, a caridade temporal deveria ser acompanhada da caridade espiritual. Essa era, aliás, uma das propostas votadas no I Congresso Católico Mineiro, realizado em Mariana, no mês de outubro de 1910.

Em suas orientações, o I Congresso Católico Mineiro indicava aos filantropos e às instituições de caridade, o caminho correto do assistencialismo cristão. Em sua Sexta orientação, propunha: “Que as associações de caridade procurem unir às suas atribuições o estabelecimento de bolsas de trabalho.” Encontra-se, portanto, com clareza, a preocupação de encaminhar os assistidos, dessas instituições, ao trabalho e não apenas proporcionar-lhes ajuda material.

Em outra orientação encontram-se as instruções para as futuras instituições de caridade, que lidariam com a assistência em geral: “7) Que entre as obras de caridade a

⁴⁰⁶ JÚLIO MARIA. In: *Boletim do Centro da União Popular, 1910 - Orientações do I Congresso Católico de Minas Gerais*.

fundar-se sejam consideradas três classes de pessoas: os enfermos; a infância desvalida e as infelizes arrependidas.”⁴⁰⁷ Assim, surge uma idéia das inquietações mais presentes entre os líderes católicos do assistencialismo.

Essas três classes refletiam as grandes questões emergentes da época: o problema das enfermidades epidêmicas que assolavam as cidades; os adolescentes e crianças pobres que começavam a se fazer notar em grande número, ocupando espaços importantes nas cidades, em sua maioria órfãos, ou postos a mendigar, causando grande incômodo aos que exigiam uma cidade higienizada.⁴⁰⁸ Era a ameaça de inversão da ordem que movia essa preocupação. Finalmente, um outro desconforto - a prostituição -, que além da questão moral, era considerada ainda perigosa porta de entrada para meninas pobres e órfãs no mundo da criminalidade, ou pior, como promotoras dessa criminalidade, sempre associada a outros problemas como o jogo, o ócio, e os furtos, o que se configurava na grande ameaça da qual se originava a desordem social.⁴⁰⁹

Em síntese, o foco das atenções voltava-se para a questão social urbana. O mundo do trabalho se construía e não podia tolerar quaisquer problemas que viessem a impedir o livre fluxo de oferta de força de trabalho aos empresários do nascente setor industrial, ou mesmo, dos tradicionais setores agrícola e comercial. Os empresários estavam dispostos a impedir a ociosidade sob qualquer pretexto. Neste ponto, é interessante notar que, mesmo tendo uma visão diferente da pobreza, enraizada à economia moral, o núcleo antigo do

⁴⁰⁷ As Orientações do I Congresso Católico de Minas Gerais encontram-se no *Boletim do Centro da União Popular, 1910*.

⁴⁰⁸ Ao que tudo indica, na década subsequente ao período aqui estudado, o discurso em relação à infância pobre não se alterou substancialmente, como demonstra o estudo de Cynthia Greive Veiga, *Representações sobre a Infância no Discurso Eugênico: Estratégias e Práticas Para Regeneração de Crianças em Belo Horizonte (Década de 30)*. In: Atas do Seminário Internacional Dimensões da História Cultural, 1999.

⁴⁰⁹ Cf. Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, 1985.

assistencialismo, de origem religiosa, colaborava com os ideais da economia política das lideranças empresariais, mesclando-se com os novos saberes da filantropia científica.

Nesse sentido, digna de nota, foi a experiência do Instituto João Pinheiro, exemplo de filantropia laica realizada pelo Estado, com a intensa atuação de membros da elite intelectual de Minas. Seu idealizador, fundador e primeiro diretor, Leon Renault, pretendia acolher a chamada infância desvalida para formá-la nas profissões agrícolas e industriais. Talvez essa tenha sido a grande exceção dentro das práticas assistenciais em Belo Horizonte, naquele período onde o predomínio das instituições de caráter religiosos era incontestável.

Funcionando na fazenda da Gameleira, próxima ao centro urbano de Belo Horizonte, o Instituto João Pinheiro começou a funcionar a partir de 1909, tendo uma importante participação na concretização de estratégias das lideranças empresarias para a formação de mão-de-obra. Durante várias décadas colocou seus ex-alunos no mercado de trabalho como trabalhadores do comércio, funcionários públicos e operários, além de trabalhadores rurais que, na verdade, era sua meta inicial.⁴¹⁰

Experiências como essa haviam surgido, exatamente, para tentar evitar que homens válidos, sem ocupação, continuassem a encher as estradas e ruas dia e noite, freqüentando as tabernas e se embriagando, provocando distúrbios e realizando pilhagens e assaltos. Por isso mesmo, quando ocorria a intervenção policial, havia, de pronto, a solicitação para que os vadios fossem, imediatamente, internados em colônias correcionais, onde seriam

⁴¹⁰ Como se assinalou em outro momento, há dois trabalhos que enfocam a atuação do Instituto João Pinheiro, embora o façam por ângulos diferentes. Luciano Mendes de Faria Filho, op. cit., 1991, investiga em profundidade as propostas pedagógicas e as práticas educativas dessa instituição. Enquanto isso, Marco Antônio de Souza, op. cit., 1994, investiga, principalmente, os métodos de formação dos desvalidos sob o viés específico do assistencialismo, no conjunto da economia da caridade.

obrigatórios o trabalho e a segregação noturna, ou dependendo do caso, entregues a instituições assistenciais.⁴¹¹

O adulto ocioso era um grande desafio, segundo o pensamento das lideranças empresariais, porque seria difícil convencê-lo a trabalhar, após anos de experiências fora do mundo formal do trabalho, quanto às crianças, as esperanças dos idealizadores do assistencialismo se renovavam. Educá-las para o mundo do trabalho, o quanto antes, era a meta mais promissora.

“À uma questão de educação e de ensino se resume, em última análise a solução de todos os nossos problemas.

No Brasil não se ensinava o homem a trabalhar. Degradando-se o que há de mais nobre na vida humana, que é o trabalho, que se relegava ao braço escravizado...”⁴¹²

Implícito na assertiva “não se ensinava o homem a trabalhar”, encontra-se a verdadeira questão do trabalhador livre, imposta pelo fim da escravidão. Enquanto escravo, o indivíduo não precisava de uma educação que o convencesse da importância do trabalho; sua situação de cativo era suficiente para deixar claro que seu trabalho era, compulsoriamente exigido. Não sendo homem livre, sua conduta devia ser: a de indivíduo sempre preparado para oferecer sua força de trabalho.

Com o fim do trabalho escravo, qual deveria ser, então, o comportamento do homem livre pobre? Se acompanhar os jornais e publicações difusoras dos discursos das lideranças empresariais dessas duas primeiras décadas do século XX, em Minas Gerais, verificar-se-á que o pobre bem comportado devia ser aquele que procurasse trabalhar em emprego fixo, seguindo as boas maneiras da sociedade urbana e moderna, organizada para

⁴¹¹ *Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903*, p. 161.

⁴¹² REIS, Fidélis. *O Ensino Profissional*, 1923.

e pelo mundo do trabalho, respeitando os espaços sociais e geográficos fornecidos pelos planejadores das cidades que deveriam ser higiênicas e ordeiras.

Em suma, o que se procurava formar era o homem consciente da necessidade de vender sua força de trabalho, de cuidar do seu lar, porque, certamente, o ideal é que fosse casado e responsável por sua prole, e o oposto disso era, sem dúvida, o pobre ocioso que, em circunstâncias variadas, poderia ser o futuro criminoso e já podia ser considerado desordeiro.

Como se viu, somente em situações muito especiais permitia-se a mendicância; ao contrário, a repressão e a educação dos pobres eram duas opções que estavam presentes, todo o tempo, como prováveis soluções para a ociosidade. O caminho, às vezes, era o já conhecido encarceramento seguido de trabalhos forçados com métodos de convencimento, antigos e testados, que envolviam todo tipo de coação.⁴¹³ Outras vezes, a proposta de educar os pobres através de uma pedagogia do assistencialismo era adotada como verdadeira cruzada de filantropos e suas instituições de caridade.

A associação entre ociosidade e ameaça à ordem e à segurança, era feita, justamente, através de uma ideologia, preocupada com a necessidade premente de educar os indivíduos, no sentido de levá-los a entender os novos valores essenciais ao bom funcionamento das relações de produção, sob a égide do capitalismo urbano-industrial, que se configurava a partir do final do século XIX. Como a construção da cidade, impunham-se ainda outras necessidades, porque exigia, pelo planejamento dos engenheiros, um intenso cronograma de atividades. O discurso contra o ócio nasceu, no exato momento, em que os primeiros trabalhadores começaram a destruir o antigo arraial e a erguer a nova capital de Minas.

Dessa forma, a imprensa foi o veículo seguro de divulgação dos ideais das elites belorizontinas, contribuindo para colocar, em andamento, a construção da imagem dos bons trabalhadores e, principalmente, dos indivíduos ociosos e perigosos, que, segundo o pensamento das lideranças empresariais e políticas, deveriam ser educados para o mundo do trabalho ou excluídos da sociedade, pela prisão, com trabalhos forçados. Essa fronteira entre os que trabalhavam, conforme o ideal das elites, e os que não trabalhavam, ou, ignoravam a importância atribuída ao trabalho e a suas recompensas, era demarcada, no cotidiano, pela imprensa, e, esporadicamente, pelos Congressos dos empresários de Minas, reverberando, em seguida, incessantemente, junto à sociedade belorizontina, através de ações políticas e policiais, como o Regimento dos Mendigos. Durante a fase de construção da nova capital, a situação, certamente, não correspondeu, pelo menos fora dos discursos oficiais, a uma *belle époque*.⁴¹⁴

Combater o ócio significava, sobretudo, organizar o mundo do trabalho com a tenacidade própria de elites empresariais que ainda se encontravam envoltas em uma confusa transição entre escravidão e trabalho livre assalariado. Essa luta renhida, em prol da criação de um mercado formal de trabalho, talvez tenha sido o maior desafio da burguesia e das lideranças políticas e filantrópicas de Minas naquele momento.

Houve, sem dúvida, uma aproximação de ideais entre a filantropia, representada pelas lideranças da ação social católica, e as lideranças empresariais, mas também, uma diferença essencial na representação da imagem da pobreza. Enquanto o discurso filantrópico tradicional partia da visão cristã-católica do pobre, o empresarial era,

⁴¹³ Cf FOUCAULT, Michel; op. cit., 1977.

⁴¹⁴ Para alguns, aquele momento era de fato o *Time of Troubles* das elites mineiras, como indica João Camilo de Oliveira Torres, em *História de Minas Gerais*, 1990.

essencialmente, o discurso da economia política, voltado para um combate, sem trégua, ao ócio e à valorização enfática do trabalho.

Assim, a transformação do indivíduo em trabalhador livre, dependia de uma árdua atuação das elites e suas estratégias assistenciais. Os matizes diferenciados de intervenção sobre a pobreza, que apresentavam caminhos diferentes, para solucionar o problema, apenas refletiam incompatibilidade aparente de ideais, pois, para todos os setores sociais dominantes, envolvidos na formação do mercado formal de trabalho, a sobrevivência de formas arcaicas, ou imorais de convivência, deviam ser banidas. A criação do novo homem, trabalhador morigerado, bom pai de família, devia ser alcançada tanto pela repressão exemplar, quanto pela doce persuasão da pedagogia do assistencialismo.

Nos anos que se seguiram a esses fatos, essa imagem da pobreza foi-se consolidando, junto aos setores assistenciais e, por extensão, junto à população em geral. Os pobres começavam a ser tratados por outras estratégias que no período seguinte a 1930, se iniciavam pela ação interventora do Estado, nesse caso, do poder público municipal, tentando se aparelhar, com a ajuda do saber assistencial, produzido pelos novos cursos de Assistentes Sociais e com os saberes da filantropia científica. Antigas idéias e procedimentos do sanitarismo, higienismo e do saber da medicina social foram revitalizados e postos à disposição das autoridades municipais.

2.5 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E A CIDADANIA NA EXPANSÃO DA CIDADE: O COMBATE À FALTA DE COMPOSTURA, AO ÓCIO E À IGNORÂNCIA

Terminada a fase de construção da cidade, nos anos 30, as elites políticas de Minas se voltavam para acompanhar os novos tempos, que se afiguravam no horizonte político do

país. O trabalho e o trabalhador estavam na ordem do dia; o novo regime implantou, em seu primeiro ato, o Ministério do Trabalho e novas medidas, de caráter legal, foram tomadas a fim de permitir uma intervenção junto aos sindicatos para reorganizá-los nos moldes corporativistas, ditados pela onda autoritária, iniciada em outubro de 1930, com o novo regime.

Refletindo os novos tempos, o Relatório do Prefeito de 1930, além de isentar a Liga Operária Camponesa de impostos municipais, regulamentava a venda de terrenos a associações filantrópicas. Ao longo dessa década, os Relatórios apresentam as preocupações do poder público municipal, no tocante à organização do espaço urbano, que não correspondia mais àquele planejamento inicial das pranchetas dos engenheiros, sob a chefia de Aarão Reis nos últimos anos do século XIX. A cidade era outra.

Os bairros pobres, as vilas denominadas barrocas, eram o alvo da administração pública municipal. No ano de 1929, foram assinadas, pelo poder público, 1.867 intimações para demolir as cafuas nas zonas urbanas.⁴¹⁵ O plano era retirar os pobres das zonas urbanas, levando-os para as áreas suburbanas; nesse caso, a Prefeitura fornecia lotes na vila da Concórdia, ou no Morro das Pedras, custeando ainda o transporte da mudança e do material de construção que pudesse ser aproveitado na demolição.

Estratégias como essas foram comuns, durante um longo período, entre os anos 30 e 50; pelo menos, houve uma sistemática tentativa de isolar a pobreza para fora do núcleo urbano primitivo, próximo à Av. do Contorno onde se considerava ser a área nobre da cidade. Engenheiros e fiscais, além de policiais eram mobilizados para promover essas ações de despejo e recolocação, ou assentamento, da população pobre nos locais a ela

⁴¹⁵ No *Relatório* apresentado ao Prefeito Luiz Penna, 1930, afirma-se que 1.140 “cafúas” (sic) já haviam sido demolidas, restando 831.

destinados pelas elites políticas. Essas mudanças visavam a um maior controle sobre os pobres e atendiam, também, aos projetos imobiliários especuladores, com terrenos que passavam a ser valorizados e vendidos a preços mais altos.

O crescimento das cidades chamava a atenção dos administradores. No caso de Belo Horizonte, esse crescimento fez-se sentir de forma pronunciada nas décadas de 40 e de 50. No início dos anos 40, o prefeito Juscelino Kubitschek já se manifestava a esse respeito:

“Fluxos de população convergem de todos os quadrantes, atraídos pelas condições de vida econômica, social e cultural, que aqui se lhes oferece. Em plena expansão demográfica, a cidade amplia-se em duplo sentido – horizontal e vertical – assim na área geográfica, aperfeiçoando, concorrentemente, seus aspectos arquitetônicos, como na esfera social e intelectual, dotada, a mais e mais dos recursos necessários ao conforto e à beleza das cidades modernas, e cada vez mais floresce nas atividades artísticas e científicas por suas academias e órgãos culturais.”⁴¹⁶

A cidade concebida como polo de atração da população rural e das pequenas cidades, e não como única opção para os trabalhadores submetidos aos fatores de expulsão do campo, entre eles, mudanças na organização da produção, nas grandes propriedades, parecia ser a melhor justificativa para o êxodo aos centros urbanos, que ofereciam melhores condições de vida.⁴¹⁷ Entretanto, a presença de “classes” de menor capacidade econômica, operários e mendigos, era notada e cobrava soluções do poder público.

Referindo-se ao caso da Pedreira Prado Lopes, uma das primeiras favelas da cidade, a autoridade política máxima do município tentava explicar o fenômeno e dar seu posicionamento:

“Administrações anteriores tomaram providências que visavam à urbanização daquela parte da cidade, sem conseguir. Crescia de pronto a gravidade das condições

⁴¹⁶ RELATÓRIO DO PREFEITO APRESENTADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. 1940/1941, p. 04.

quando se verifica que essa verdadeira chaga em nossa estrutura urbanística e social, se completa com um contingente de cerca de 25% de cafúas exploradas em aluguéis, antes que miserável moradia própria de trabalhadores.”⁴¹⁸

Sob a justificativa de que os trabalhadores eram explorados por locadores de cafuas, o Prefeito iria lançar mão dos bairros populares.⁴¹⁹ De qualquer maneira, a intenção era tirar os pobres da Pedreira Prado Lopes, afastando-os de locais próximos ao centro da cidade. Por outro lado, a urbanização dessas áreas daria uma valorização imobiliária à região, atendendo aos interesses do mercado, que estava em franca expansão.

Em 1953, pelo Relatório do Prefeito Américo R. Gianetti, apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte, havia quantidade significativa de instituições assistenciais que recebiam subvenções e auxílios do poder público municipal. Talvez seja prudente afirmar, que quase todas as instituições existentes na cidade, recebiam alguma subvenção da Prefeitura. Porém, ao se examinar a lista publicada no Relatório, o que mais chama atenção é a presença constante de Conferências e de Conselhos da Sociedade de São Vicente de Paulo, em conjunto com outras obras vicentinas, como por exemplo, a Cidade Ozanam.⁴²⁰

⁴¹⁷ SINGER, Paul. citar Capitalismo e Urbanização, citar Capital e Trabalho no Campo.

⁴¹⁸ RELATÓRIO DO PREFEITO, APRESENTADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. 1940/1941, p. 76

⁴¹⁹ Para criar os dois primeiros bairros populares, o prefeito promoveu aquisição de terrenos da prefeitura na Sexta Secção suburbana, do lado direito da Avenida Pedro I e na antiga Fazenda do “Mato da Lenha”. Cf. RELATÓRIO DO PREFEITO, APRESENTADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. 1940/1941, p. 83.

⁴²⁰ Apesar de extensa, consideramos importante deixar registrada a lista das instituições que aparecem no Relatório do Prefeito à Câmara em 1953. “Observadas as exigências legais de exame da situação das instituições requerentes, foram concedidas, no ano findo, auxílios e subvenções as entidades: Abrigo Jesus, Ação Social das Alunas do Colégio Sion, Ação Social da Paróquia Senhor Bom Jesus, Ação Social de Santo Antônio, Ação Social de São Francisco de Assis, Ação Social de São Judas Tadeu, Asilo Afonso Pena, Asilo Bom Pastor, Asilo da Piedade, Asilo Santa Tereza, Assistência Social do Conselho Metropolitano (SSVP), Associação de Assistência ao pequeno Jornaleiro, Associação Beneficente dos Sargentos Guarnição Federal de Belo Horizonte, Associação dos Cegos “Luiz Braille”, Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, Associação dos Ex-Combatentes, Associação das Damas de Caridade (Boa Viagem), Associação das Damas de Caridade (Calafate), Associação dos Marujos de Nossa Senhora do Rosário do Estado de Minas Gerais, Associação Mendes Pimentel, Associação Mineira de Infância, Associação Mineira de Proteção à Criança, Associação do Pão de Santo Antônio, Associação Santa Rita (Boa Viagem), Beneficência Sto. Afonso, Beneficência Sto. Afonso da Renascença, Cantina da Escola de São Vicente de Paulo, Cantina

Outro aspecto revelador dessa quantidade de instituições assistenciais pode ser atestado pela presença das instituições espíritas, numa proporção inversa às instituições vicentinas e católicas. Observa-se ainda, a esmagadora presença daquelas de caráter religioso, o que leva a inferir sobre uma expansão da rede assistencial, via organizações desse tipo, que se iniciava, ao mesmo tempo em que a cidade passava por um crescimento da população e de seus conseqüentes problemas de ordem social. Indiscutivelmente, a assistência encontrava-se, naquele início da década de 50, sob o domínio privado com o apoio do Estado.⁴²¹

Escolar do Grupo Aarão Reis, Cantina Escolar do Grupo Sandoval de Azevedo, Cantina Escolar Silviano Brandão do Instituto João Pinheiro, Casa de Retiro dos Padres Redentoristas, Casa Transitória, Centro Espírita Ismael, Centro Piauiense de Minas Gerais, Cidade Ozanam, Círculo Operário belo Horizonte, Colégio Arnaldo, Conferência de São Vicente de Paulo da Paróquia dos Sagrados Corações, Conselho do Bom Jesus, Conselho Nossa Senhora da Abadia, Conselho Nossa Senhora da Boa Viagem, Conselho Nossa Senhora do Carmo, Conselho Nossa Senhora da Conceição, Conselho Nossa Senhora das Dôres, Conselho Nossa Senhora das Graças, Conselho Nossa Senhora de Lourdes, Conselho Nossa Senhora de Nazaré, Conselho Nossa Senhora da Paz, Conselho Nossa Senhora do Rosário do Barreiro, Conselho de Santa Ana, Conselho Particular de Sta. Tereza, Conselho Particular de Santo Antônio de Venda Nova, Conselho Particular de São Vicente do Barreiro, Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo (Paróquia Sta. Tereza), Conselho da Sagrada Família, Conselho de Santa Efigenia, Conselho de Santa Rita de Venda Nova, Conselho de Santa Rita da Vila Oeste, Conselho de Santa Tereza, Conselho de Santo Afonso, Conselho de Santo Antônio, Conselho de São Domingos, Conselho de São Francisco das Chagas, Conselho de São José do Calafate, Conselho de São José da Capital, Conselho de São Sebastião do Barro Preto, Conselho de São Vicente de Paulo da Gameleira, Conselho do Senhor Bom Jesus do Hôrto, Conselho da Várzea do Felicíssimo, Creche Menino Jesus, Creche de Nossa Senhora Medianeira de Tôdas as Graças do Círculo Operário de Belo Horizonte, Departamento Jurídico do Conselho Metropolitano São Vicente de Paulo, Dispensário Sahie Cozac, Escola Doméstica Maria Imaculada, Escola do Serviço Social, Fraternidade Paulo de Tarso, Hospital São Francisco de Assis, Instituto das Irmãs Oblatas SS. Redentor, Irmãs Sacramentinas do parque Industrial, Lactário de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Lar da Criança Pobre, Lar dos Meninos, Liga de Assistência aos Pobres da Vila Ipiranga, Obras Frei Zacarias, Obras Sociais Missionários Dominicanos, Obras Sociais da Paróquia de Bom Jesus do Hôrto, Obras Sociais da Paróquia do Carmo, Obras Sociais da Paróquia de Cura d'Árs, Obras Sociais de Nossa Senhora da Paz, Obras Sociais da Paróquia de Padre Eustáquio, Obras Sociais da Paróquia de Santa Tereza, Obras Sociais da Paróquia de São Geraldo, Obras Sociais da Vila São Jorge, Obras das Vocações Sacerdotais da Floresta, Ordem do Almofariz (Caixa da Beneficência), Orfanato Santo Antônio, Orfanato São João Batista, Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Paróquia da Sagrada Família, Paróquia de São Geraldo, Paróquia de São Vicente de Paulo, Pôsto de Assistência aos Pobres da Vila São Jorge, Pôsto de Assistência da Vila São Francisco, Pôsto Médico "Eduardo Gomes", Pôsto Puericultura "Mário Campos", Serviço Social de Caridade aos Abandonados, Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância, Sociedade Beneficente Adventista, Sociedade Beneficente Monsenhor Horta, Sociedade São Vicente de Paulo, Sopa dos Pobres, Tuberculosos Pobres M. Lisbôa, União Propagandista católica."

⁴²¹ Desde a inauguração da cidade em 1897, os vicentinos como leigos, ocuparam lugar de destaque na ação social católica, como pode ser comprovado em, SOUZA, Marco Antônio de, op. cit, 1994, onde se dedicou estudo das práticas assistenciais vicentinas até 1930. Suas obras iam desde a regularização das Uniões Ilícitas até a Sagrada Visita aos Pobres.

As paróquias e suas ações sociais também se salientam na lista do Relatório, indicando uma participação intensa dos paroquianos e dos seus respectivos párocos nessas obras, refletindo presença marcante da Igreja Católica na vida da cidade. Quais eram as condições de vida desses pobres que buscavam as instituições assistenciais? A quem as instituições prestavam auxílio e procuravam educar?

Algumas indícios sobre as condições de vida de um bairro popular podem ser encontradas nos jornais. O Calafate, por exemplo possuía uma população composta, basicamente, por operários, que mal ganhavam para sua subsistência. Lá, havia o Lactário São João Bosco, organizado pelo médico Raymundo de Oliveira, que distribuía leite “às criancinhas, cujas mães mal alimentadas e sobrecarregadas de varios affazeres domésticos e ainda obrigadas a funções que lhes dêem algum ganho, como lavagem de roupa e a venda de hortaliças, ⁴²² não possuíam recursos para compra de leite.”

É interessante notar a presença do trabalho da mulher em atividades que podiam ser desenvolvidas como complemento da renda familiar, paralelamente ao trabalho doméstico, como a venda das hortaliças cultivadas em área de terra junto ao barracão, e que proporcionava algum complemento alimentar à própria família.

A situação dos pobres, em Belo Horizonte, ainda está por merecer maior atenção dos estudiosos, especialmente dos historiadores.⁴²³ Entretanto, com o auxílio dos dados obtidos pela tabulação das Fichas de Identificação dos Abridados da Cidade Ozanam e do Abrigo Jesus, é possível elaborar, pelo menos, uma ampla visão das condições de vida dos pobres que foram assistidos por essa duas instituições.

⁴²² O DIÁRIO. Belo Horizonte: 30.05.1935.

⁴²³ Uma das poucas coletâneas de estudos deste gênero sobre Belo Horizonte, foi realizada por cientistas sociais, trata-se da obra, DULCI, Otavio Soares (org.). Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1996.

Sob o aspecto estritamente material, os dados são bastante explícitos, permitido verificar que as condições de vida eram extremamente precárias, e em outros aspectos, existem dados informando a naturalidade, religião, profissão dos pais, etc., permitindo a identificação de traços gerais das condições de vida das famílias dos assistidos.⁴²⁴

O primeiro aspecto que chama a atenção analisando-se globalmente os quadros com os dados pessoais dos abrigados, é a profissão dos pais. A grande maioria deles, situava-se naquelas profissões urbanas, concentrando-se em setores como o da construção civil, poucos são classificados como operários. Os biscateiros aparecem com frequência, indicando uma situação de trabalho temporário para enfrentar o desemprego.

As mães, praticamente em sua totalidade, indicaram a profissão de doméstica. Algumas cumpriam dupla jornada de trabalho, havendo casos de mães operárias e muitas que se diziam desempregadas. Havia também a saída dos abrigados da instituição para procurar emprego e ajudar a família, especialmente na Cidade Ozanam onde os abrigados podiam negociar essa alternativa com certa facilidade.

Chama atenção o significativo volume de meninas do Abrigo Jesus, entre 1946 e 1955, que retornava à família alegando melhoria nas condições de vida, constituindo-se exceções, em relação aos outros anos. De qualquer forma, é possível que esses dados estejam ligados a fatores conjunturais que, de algum modo, podem estar relacionados ao fato, por exemplo, de os pais conseguirem emprego.

No entanto, o que demonstra, com maior clareza as condições precárias de vida dessa população são, sem dúvida, os motivos alegados pelos responsáveis, ao pedirem a internação dos filhos e tutelados. A simples alegação de estado de pobreza, principal motivo apresentado, não era suficiente para as comissões de sindicância, que conferiam

⁴²⁴ Os Quadros e Gráficos correspondentes estão enumerados no Anexo I.

essa informação, darem parecer favorável, visitando a família, podendo-se concluir, que essa era, de fato, a razão preponderante da internação; outro motivo, era o abandono pelo pai ou mãe, ou ainda, aparecia, no quadro, a informação, sem responsável. O pagamento de aluguel, morar de favor e o alcoolismo paterno, morte ou doença dos pais também eram motivos apresentados com frequência.

Na carta de apresentação de uma abrigada, enviada ao Abrigo Jesus pelo Departamento de Investigações da Polícia Civil de Belo Horizonte, a doença da mãe, que também não possuía recursos, era o principal motivo do pedido de internamento. Na sindicância realizada pelos assistentes da instituição, confirmou-se a situação: “É filha de mãe tuberculosa, sem residência e sem emprego, pois o seu estado físico não permite trabalho de qualquer espécie.” Completando esse parecer, os assistentes afirmavam ainda que a menina era filha de outro pai porque a mãe era separada. Casos como este estão presentes em milhares de fichas dos abrigados.⁴²⁵

A maioria dos pedidos de internamento, feitos pelos pais, justificavam-se por absoluta falta de condições de manter os filhos em sua companhia, porque não tinham com quem deixá-los quando saiam para trabalhar, o que era confirmado, via de regra, pelas sindicâncias, que verificavam junto aos vizinhos a veracidade das informações. Em muitos casos, eram esses vizinhos que ficavam com as crianças enquanto a mãe trabalhava, outros porque queriam voltar ao interior, onde haviam deixado outros membros da família e, até mesmo, modestos meios de subsistência.

Os assistentes constatavam, às vezes, na sindicância, uma situação de risco para a criança que morava num só cômodo com a mãe e outros adultos. O risco, neste caso era moral. Sem condições de dar educação adequada, os pais acabavam colaborando com a

sindicância, afirmando que seus filhos seriam melhor educados pela instituição. Muitos pedidos de internação parecem seguir um modelo: fulana de tal “na impossibilidade de manter em sua companhia a filha, por absoluta falta de recursos e por não ter ninguém que dela queira cuidar e educar solicita...” No final, é comum aparecer entre parênteses: “a requerente não sabe escrever e ler.”⁴²⁶

Essa padronização dos pedidos de internamento, ditada pelo analfabetismo dos pais e responsáveis, e pela tentativa da instituição de resolver da forma mais prática a questão, não evitavam a decisão das comissões de sindicância; a elas cabia tomar todas as providências para investigar a situação do pobre e, só depois era assinado o termo de compromisso e feito o exame médico que permitia o internamento.

Algumas histórias de internamento são dignas de nota, como é o caso de uma abrigada, em 1947. Na carta de apresentação lê-se: “Menor abandonada, tendo residido em casa do Juiz de Menores, que a mandou para a capital, para empregar-se em casa de uma Sra. apelidada “Didi”. Esta não quis ficar com a menor e mandou-a procurar o Abrigo Jesus.” Este pedido está assinado pelo presidente do Abrigo Jesus, Osório de Moraes, o que, provavelmente, indica que a senhora queria ficar anônima.

Por algum motivo, a menina não foi aceita e já órfã, tendo passado pela casa de um Juiz de Menores, não lhe restava outra alternativa a não ser a internação em alguma instituição assistencial. Porém, o mais notável, nessa história, encontra-se numa pequena nota ao final do documento, escrita por um dos diretores da instituição, Leonardo Baumagratz, que afirma ter sido a menor quem “bateu na porta do Abrigo Jesus” e pediu para ser aceita; o mais curioso ainda, é a data em que essa nota foi acrescentada ao

⁴²⁵ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus, 1967.

⁴²⁶ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus, 1948.

documento: 09.05.1963, assim, o segredo bem guardado só foi revelado próximo à desinternação da abrigada.

Em 25 de outubro de 1965, a pedido de sua “madrinha social”, essa abrigada mudou-se para o Rio de Janeiro. Em sua ficha não foi encontrado o termo de compromisso, estando anotados apenas sua naturalidade, Montes Claros, e o nome dos seus pais. Esse deve ser um caso raro, mas não se pode afirmar porque a menina evitou outras atitudes como ficar nas ruas, ou procurar outras casas.

Em muitas fichas, falta o pedido de internamento ou a carta de apresentação; a julgar pela freqüência com que isso acontece, pode-se afirmar que havia uma prática muito difundida entre os assistentes de ouvirem pedidos de ajuda sem anotá-los, solicitando posteriormente, à comissão de sindicância que verificasse o caso. Em alguns desses casos, ao que tudo indica, parentes distantes ou conhecidos das meninas comunicaram a situação difícil em que se encontrava a mãe, o que foi confirmado pela seguinte sindicância; “A menina foi encontrada em verdadeiro estado de miserabilidade com o agravante de já ter perdido o pai há poucos dias e estar a mãe em estado de perturbação mental e visível demência, além do grave abatimento físico e moral.” Em situação parecida, um pai havia saído de casa há um ano e a mãe foi morar com pessoas conhecidas, pedindo aos vizinhos que cuidassem dos filhos, o que os fez procurar o Abrigo Jesus depois de certo tempo.⁴²⁷

Outro caso, semelhante, onde o pedido de internamento aparece, confirma a prática de amigos e conhecidos indicarem as crianças à instituição, como no caso descrito anteriormente. Pessoa amiga da família que fez o pedido de internamento, argumentou o seguinte: “Venho pedir a caridade de incluírem o nome da menina Iêda Lopes Mariz, na lista dos pedidos de crianças a serem admitidas no Abrigo Jesus. A mãe já falecida, o pai

sofre das faculdades mentais, impossibilitado de responder por seus atos.” É interessante notar que, na ficha dessa assistida, não aparece a sindicância, o que pode ser considerado incomum.

Casos de mulheres abandonadas pelo marido, com muitos filhos menores, são comuns nas fichas de identificação. Em alguns casos, o marido voltava ao lar, deixando de beber, e apresentava-se à instituição pedindo o desinternamento da filha. Num desse casos, no termo de desinternação, justificou-se dessa forma a volta da abrigada à sua casa: “O pai da menor (...) voltou ao lar e parece ter deixado o vício do álcool, depois que perderam uma filha envenenada, reconhece o prejuízo que a família sofrera ao deixar a casa.”⁴²⁸

Avôs e avós, apareciam também como solicitantes do internamento de seus netos. A morte ou desaparecimento dos pais, deixando com os avós seus filhos, muitas vezes em condições financeiras difíceis, causava maiores transtornos ainda. As comissões de sindicância, nesses casos, elogiavam a “boa formação moral” dos avós, mas reconheciam que a situação financeira os impedia de cuidar melhor das crianças. O mesmo acontecia com relação a tios e tias que, regra geral, não apresentavam condições de tomar o lugar dos pais. Amantes entravam em choque com suas companheiras e parentes dela, provocando a ida de um deles ao Abrigo Jesus, para que a menina fosse retirada do mau ambiente em que estava vivendo. Num desse casos, a avó foi até a instituição pedir o internamento da neta, alegando que assim estaria protegendo-a do padrasto.

Durante vários anos, as comissões de sindicância trabalharam exaustivamente nas e favelas e vilas da cidade. Centenas de pareceres foram escritos, e, em todos, a marca da

⁴²⁷ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus, 1981.

⁴²⁸ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus, 1954.

miséria se faz sentir, como este que, em 1952, foi favorável ao internamento de uma menina no Abrigo Jesus, que pode ser considerado uma síntese histórica dos demais.

“Encontramos a mãe da menor num quatinho situado em zona de pouca moral e quase que abandonada pelo companheiro, Sr. Paulo que não lhe dá qualquer assistência, no oitavo mês de gravidez. Seu estado de pobreza e desnutrição é manifestado aos vizinhos que olham algumas vezes as crianças quando vai lavar roupa fora.”⁴²⁹

O quadro dos problemas inerentes à vida dos pobres em Belo Horizonte, não termina por aqui; essas são apenas algumas situações que compunham uma sociedade em mudança. A cidade cresceu em busca de novos espaços, a população aumentou a taxas astronômicas, e os pobres ocuparam o noticiário dos jornais e a cabeça dos governantes.

2.6 A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A POBREZA: AS NOVAS ESTRATÉGIAS DO ASSISTENCIALISMO DEPOIS DE 1930

Embora a concepção de cidadania tenha mudado entre o início da década de 30 e os dias atuais, existe uma espécie de projeto de cidadania que perpassa todos os outros ancorando-se numa imagem específica do trabalho e do trabalhador, que foi construída pelos ideais propagandeados pelo Estado, no pós-30, em especial durante o Estado Novo. Ser cidadão passou a significar ser trabalhador, com carteira profissional comprovando vínculo empregatício.⁴³⁰ Dessa forma, a questão social passou a ser entendida como questão política, cabendo ao Estado voltar-se para o trabalhador e a promoção do bem-estar social.

⁴²⁹ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus, 1956.

⁴³⁰ Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alii (orgs.) *Estado Novo, Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166.

“A questão social, por conseguinte, não era uma questão abstrata ou importada, mas uma questão concreta e urgente a ser enfrentada a partir de uma orientação cristã, e não segundo princípios materialistas que identificavam o aperfeiçoamento das máquinas com uma melhor condição de vida para o homem. (...) A questão social era justamente uma questão de convivência e cooperação entre classes e, por conseguinte, de humanização do trabalho e de promoção do bem-estar comum.”⁴³¹

Por trás dessa imagem do trabalhador, oculta-se uma outra que enxerga a sociedade sob uma visão de ordem e de harmonia social que precisam ser cultivadas, nos mínimos detalhes, da vida dos indivíduos. É praticamente uma etiqueta social, uma forma civilizada de se comportar em ambientes privados e públicos, um estilo de vida que deveria abranger todos os segmentos sociais. Aquilo que era considerado maos hábitos devia ser combatido pois, era coisa de pessoas sem educação, ignorantes, preguiçosas ou desobedientes. Esse comportamento poderia gerar “desgraças, muitas doenças, sofrimento e morte.”⁴³² Comparando esses hábitos a doenças, a cegueira é melhor do que a ignorância, a paralisia é preferível à preguiça. Para combater esse estado de coisas, a família, a escola e a sociedade seriam responsáveis pela prática dos bons hábitos. Todos aqueles que pudessem ensinar as boas maneiras, deveriam fazer mutirão como os escoteiros, indo às ruas e às pessoas para apontar os procedimentos inadequados, tais como:

“(...) entrar em casa com sapatos sujos; deixar o chapeo e outros objetos fora de seus logares; levar o lápis ou outros objetos a boca; introduzir o dedo no nariz; roer unhas; molhar o dedo em saliva para virar as folhas dos livros ou contar dinheiro; espirrar ou tossir sobre outra pessoa; não lavar as mãos ao sair da privada; beber água em copo servido;

⁴³¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil, op. cit., 11982, p. 109-150.

⁴³² ESTADO DE MINAS, Página Infantil-Escoteirismo: Maos Hábitos. Belo Horizonte: 19/01/1930

cuspir, escarrar ou evacuar no chão; sentar-se em má posição; destaca-se ainda tirar o pó dos sapatos com lenço.”⁴³³

Portanto, considerados atentados à higiene e aos bons hábitos, cometidos por ignorância ou pela preguiça, esses comportamentos eram também um atentado à civilidade. Eram indícios de problemas mais graves como a embriaguez, o jogo, o ócio, e outras práticas desprezadas pela boa sociedade. Na opinião dos autores desse aconselhamento, “todas as pessoas que se prezam” devem combater os “maos hábitos” com “boa vontade” e “obediência aos conselhos paternos e dos mestres.”⁴³⁴

Assim, essa disciplina devia abranger toda a sociedade, não apenas as classes populares. Para os grupos abastados, ficava mais evidente de onde vinham essas concepções de civilidade, que traziam as boas maneiras aos lugares mais distantes dos grandes centros do mundo moderno: “Para as crianças: Preciso ensinar às crianças a se vestir bem, com bom gosto e elegancia. As derradeiras regras de bom-tom, vindas de terras cultas, preconizam a alegria. É a última moda, discreta e sem ruidos, mas sempre com alegria.”⁴³⁵

A combinação da alegria sem o ruído, no apelo à discrição, denota grande preocupação com a harmonia e o equilíbrio, que não poderiam estar ausentes nos relacionamentos, em diversos contatos sociais. A roupa era apenas um indicador externo do que devia ser o modo como os indivíduos se comportariam, com sobriedade, respeitando as posições hierárquicas e os lugares sociais que ocupavam, seguindo o que se denominava: regras de bom-tom.

⁴³³ Idem, *ibidem*.

⁴³⁴ Idem *Ibidem*.

⁴³⁵ ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 26/01/1930.

Que fazer com os indivíduos sem meios de subsistência ? Para esses indigentes não havia outra saída a não ser procurar alimento, em primeiro lugar. Numa sociedade cristã, o atendimento às necessidades vitais de sobrevivência dos pobres costuma ser rápido. Porém, a chamada civilização industrial começava a causar outra ordem de necessidades que iam muito além do alimento. A moradia, a escola, o hospital e a educação para o trabalho passavam a fazer parte do cotidiano das camadas subalternas das cidades.

As perspectivas de cair na miséria, que deviam ser refreadas pelas políticas sociais do Estado, no caso brasileiro não ocorreram efetivamente, cabendo às instituições religiosas e privadas de assistência ocuparem esse espaço. Foi, essencialmente, por esse motivo que vicentinos, espíritas e orionitas, bem como os outros grupos religiosos e leigos tiveram, nas últimas cinco décadas do século XX, a tarefa de alimentar e educar os pobres em várias cidades brasileiras.⁴³⁶

A prevenção era a estratégia educativa de melhor resultado, a idéia de abrir escolas e fechar cadeias, projetava o assistencialismo como estratégia que assumia um outro significado peculiar: responsável pela vigilância junto aos grupos sociais que ameaçavam a estabilidade social.⁴³⁷

Nesse sentido, é oportuno salientar que a assistência aos presidiários era também uma preocupação de grupos sociais filantrópicos. A regeneração dos condenados era apontada como desafio, pelas péssimas condições higiênicas constatadas nas prisões. De vez em quando, um novo grupo surgia para tentar sobrepujar esse desafio: “(...) elementos

⁴³⁶ No pensamento que se ocupava com a ordem e a normalização era preciso evitar cenas como as ocorridas no Grupo Escolar João Pinheiro, onde um grupo de “desocupados” aproveitando-se que o estabelecimento de ensino estava fechado insultava escondido pelo gradil de sua varanda os transeuntes, dizendo chalaças pesadíssimas às moças e apedrejando as pobres pretas que ali passavam. ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 11/01/1930.

⁴³⁷ Conforme Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, a vigilância é uma “peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.”

das rodas femininas da capital acabam de fundar uma sociedade de alta filantropia: a de proteção aos presidiários e aos presos correcionais.”⁴³⁸ O motivo para que a cadeia ficasse mais confortável era o de promover a regeneração dos presos pela educação que apelava ao estímulo à ordem moral e ao trabalho. A moralização dos costumes era uma tarefa que devia alcançar a todos: presos, pobres, desocupados e qualquer indivíduo que estivesse segregado da sociedade, não apenas no sentido da prisão, mas, principalmente, no sentido de uma não integração ao cumprimento dos deveres de cidadão-trabalhador.⁴³⁹

Regeneração, esta parece ter sido a palavra de ordem naqueles tempos. Na inauguração do Asilo do Bom Pastor, em 1935, obra destinada a acolher as “almas desertas e escuras” para fazer reacender nelas as três sublimes palavras: “Deus, Pátria e Família”, declarava-se, como objetivo maior dessa instituição a assistência à criança sem lar, ou cujo lar era o inferno onde o sentimento divino era apagado, ou ausente.⁴⁴⁰ Esse curioso imaginário, que relacionava os pobres a pessoas possuídas pelo mal, lembrando as figuras presentes no maniqueísmo cristão, reforçava uma longa história de exorcismo, inquisições e de penitências para alcançar o bem e a salvação, atualizados na temporalidade pela disciplina e pelo trabalho.

Para completar a obra de benemerência, em 1937, foi criada pelo Chefe de Polícia de Belo Horizonte, a Delegacia de Mendicância. O trabalho desse novo órgão policial era a seleção dos falsos mendigos. Depois de encaminhados para o Albergue Noturno,⁴⁴¹ espécie de hospital que fazia uma triagem, os mendigos verdadeiros eram entregues às instituições

⁴³⁸ ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 12/01/1935.

⁴³⁹ Cf. FOUCAULT, M; op. cit., 1977, a sanção normalizadora caracteriza-se pelo sistema disciplinar e seu mecanismo penal. A punição disciplinar institui um duplo sistema que congrega de um lado a sanção e de outro a punição. Esse sistema parece ter sido testado por muito tempo nas Escolas Cristãs, em que se dotava um sistema de castigos e privilégios que se integrava ao cotidiano dos indivíduos.

⁴⁴⁰ PENNA JR., Afonso. *A Ordem*. Órgão do Centro Dom Vital. Janeiro de 1935.

assistenciais.⁴⁴² Havia ainda um contrato assinado com o Hospital São Vicente de Paulo, que cuidava do tratamento dos indigentes do município, e para lá eram enviados os casos de doença. Esses esforços correspondiam à tentativa de implantar o poder na norma, estendendo-a aos quadros médico e hospitalar, que haviam sido implantados desde o início do século XX, justamente para fazer valer as normas gerais de saúde pública no país.⁴⁴³

Os vicentinos eram, sem dúvida, os grandes parceiros do poder público quando se tratava de assistir aos necessitados. Vários terrenos foram transferidos a eles pela Prefeitura de Belo Horizonte, com o intuito de construírem suas obras assistenciais; quase sempre apresentavam propostas para organizar ou administrar instituições, como no caso da Cidade Ozanam. A cidade começava a crescer em ritmo acelerado; nas décadas de 40 e 50, fluxos de população convergiam de todos os quadrantes, fruto de uma expansão demográfica. Ampliando-se no sentido horizontal e vertical, a nova capital de Minas adquiria proeminência e sérios problema sociais.

Portanto, à assistência social cabia a missão relevante de recuperar os indivíduos desajustados e abandonados à própria sorte, em estado de depauperamento orgânico ou mesmo psíquico, e na maioria dos casos, regenerar seu caráter moral e espiritual. Transformar esses indivíduos em cidadãos úteis, como propunham os líderes políticos empresarias e filantrópicos, significava, sobretudo, colocá-los na situação de trabalhadores.

Os esforços, por parte do assistencialismo, iam se desdobrando, e os pontos onde estava localizada a pobreza se multiplicando. Numa dessas áreas, a tentativa de organizar a favela, tornando-a urbanizada parece ter fracassado. O Relatório do Exercício de 1940-

⁴⁴¹ O terreno para a construção deste Albergue Noturno, foi concedido pela Prefeitura (decreto n. 244 de 21.08.1935) aos vicentinos, em 1935, para que eles o organizassem e o administrassem.

⁴⁴² RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1937.

⁴⁴³ Para esta questão e a construção do saber médico no Brasil durante o século XIX, ver, COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica de Norma Familiar. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

1941, do Prefeito Juscelino Kubitschek, apresentado ao governador Benedito Valadares, mostra como a cidade estava sendo cercada por novos bairros irregulares e favelas, que desafiavam o poder público na sua capacidade de desalojar as pessoas que ali viviam.

“Em vários anos sucessivos, a dois passos da cidade, se vinham localizando classes de menor capacidade econômica, operários e até mendigos, na área conhecida pela designação de Pedreira Prado Lopes. Administrações anteriores tomaram providências que visavam à urbanização daquela parte da cidade, sem conseguir. Crescia de pronto a gravidade das condições quando se verifica que essa verdadeira chaga, rasgada em nossa estrutura urbanística e social se completa com um contingente de cerca de 25% de cafúas (sic) exploradas em aluguéis, antes que miserável moradia própria de trabalhadores.”

Era preciso, diante desse enfrentamento, levar, até os pobres, determinados serviços, inclusive porque as fronteiras entre operários e mendigos eram tênues. Na área da Pedreira Prado Lopes, acabou sendo edificado o Hospital Municipal, na tentativa de aproximá-la do centro da cidade, com o atendimento aos funcionários públicos municipais. Ali perto, também foi construído um centro de triagem da polícia civil, como maneira de impor respeito às áreas vizinhas.

Assistir e educar, essas eram, sem distinção, metas da assistência organizada pelo poder público e pela assistência privada. Todos os recantos da cidade deviam ser objeto de meticulosa intervenção para combaterem a promiscuidade e a miséria considerados “tão desabonadores para a sociedade local.”⁴⁴⁴ Esses olhares do enquadramento e da vigilância deviam enclausurar e assistir em qualquer circunstância, no orfanato, na prisão, no abrigo, na escola, na instituição correcional, etc.

Desse modo, normalizar a sociedade estava nos planos de várias instituições, uma delas, a Confederação Católica, através da sua ala feminina, as Damas de Caridade, que,

como pode ser atestado em seus relatórios, foi muito atuante em Belo Horizonte na década de 30, procurando moralizar toda a sociedade, fiscalizando vários lugares e comportamentos.

“A Comissão de Fé e Moral, durante esses 4 anos lutou contra a exibição de filmes ofensivos à moral, contra a venda e mostruário de revistas insidiosas, contra a moda exagerada (...) Fez sempre propaganda dos retiros espirituais (...) Promoveu a organização de um pensionato para moças operárias e a Pia União dos Operários, o que proporciona aos mesmos assistência material e espiritual (...) A Comissão promoveu o ensino do catecismo em todos os Grupos da Capital e no Instituto João Pinheiro (...) Trabalhando para conseguir os nobres fins a que se destina, a Comissão organizou a Cruzada de Orações em diversas paróquias (...) Damas de Caridade, espalhadas por toda a Capital e terçando armas com os vicentinos, levam a muitos lares miseráveis o pão material e o espiritual, com o zelo que caracteriza a Caridade Evangélica.”⁴⁴⁵

Andando juntas, a assistência material e espiritual dos pobres faziam parte da ampla atuação dos grupos ligados aos preceitos morais que deviam ser seguidos por todos os membros da sociedade. No início dos anos 30, encontra-se, nos jornais, algumas campanhas com tom de ameaça de punição divina contra o carnaval, festa impura considerada orgiaca e imoral. Uma dessas campanhas, advertia seriamente aos foliões.

“Aproximam-se os dias orgiotos em que são esquecidos os preceitos religiosos e a humanidade fraca se entrega aos prazeres carnavalescos (...) Pouca gente que se sente capaz de resistir aos folguedos que o Cristianismo condena, que, do céu não podem ser vistos com bons olhos.”⁴⁴⁶

A intervenção dos católicos laicos organizados sobre aqueles segmentos sociais, considerados como influenciáveis pelas modas e modismos contrários à moral e aos bons

⁴⁴⁴ RELATÓRIO DO PREFEITO À CÂMARA MUNICIPAL –1954. Belo Horizonte: 1955.

⁴⁴⁵ RELATÓRIO DAS DAMAS DE CARIDADE. O Horizonte. Belo Horizonte: 25/04/1935, p. 2.

⁴⁴⁶ I.S.A.C. O Carnaval. *Estado de Minas*. Belo Horizonte: 26/02/1930

costumes, punha em contato uma extensa rede de assistência, que permitia aproximar-se dos pobres cotidianamente, impondo uma cerrada vigilância sobre seus movimentos. As paróquias eram importantes centros difusores dessa assistência como comprovam os subsídios destinados a elas presentes em vários Relatórios dos Prefeitos. Essa extensa rede de poder hierarquizado, que vigiava os indivíduos, permanentemente, e muitas vezes, discretamente, permitindo ao poder disciplinar estar em toda parte, contribuía para a uma rápida intervenção sobre a pobreza, quando fosse necessário.⁴⁴⁷

Além disso, as outras instituições de assistência cumpriam seu papel. Em 1952, de acordo com o Relatório do Prefeito, Sebastião de Brito, à Câmara Municipal,⁴⁴⁸ existiam 2 centenas de associações de caridade em Belo Horizonte, das quais 23 dedicavam-se à infância e à velhice. As instituições recebiam os menores desvalidos dos órgãos competentes da municipalidade, encontrados em situação de abandono, “carentes dos mínimos recursos essenciais à vida humana”, que eram encaminhados, primeiramente, à Associação de Proteção à Criança, ligada à Prefeitura, para que fosse feita uma triagem.

Todas essas instituições que recebiam os carentes, passavam por uma sindicância da Prefeitura, que verificava a situação do seu patrimônio e suas necessidades financeiras, antes de conceder, a elas, um benefício em dinheiro.⁴⁴⁹ A assistência social, prestada pela municipalidade, estendia-se, assim, a várias instituições. O encaminhamento de pessoas às diversas instituições permitia que as autoridades assistenciais conhecessem melhor a população pobre, constituindo a base de seu saber assistencial, ao identificá-la e vigiá-la de perto.⁴⁵⁰

⁴⁴⁷ Cf. FOUCAULT, Michel; op. cit., 1977.

⁴⁴⁸ Estas informações encontram-se no RELATÓRIO DO PREFEITO de 1954, publicado em 1955.

⁴⁴⁹ Idem, ibidem.

⁴⁵⁰ Observando-se o quadro abaixo pode-se ter uma idéia do volume de pessoas encaminhadas a cada um dos serviços e modalidades de assistência de Belo Horizonte.

Das modalidades de assistência, prestadas nos postos de atendimento, o Plantão Social era a mais procurada, distribuindo, principalmente, atestado de pobreza para isenção de taxas e impostos. Eram comuns também os auxílios em dinheiro, remédios e gêneros alimentícios. Em 1956 o Relatório do Prefeito assinala a existência de oito centros sociais para atender aos duzentos recantos da cidade. Desse modo, a vigilância tornava-se produtora de conhecimento, valendo-se da necessidade do pobre. Esses dispositivos de vigilância instituídos pelo poder público, que reconheciam a pobreza, conferindo-lhe, inclusive, uma identidade, colaboravam para que as instituições assistenciais trabalhassem regularmente.

Nessa fase histórica, denominada de populista pelos estudiosos da história política, os pobres precisavam ser vistos pelos homens públicos, também como eleitores em potencial. A alfabetização das massas era a forma mais segura de aumentar o eleitorado; no entanto, era fundamental que esse eleitorado se convencesse de que os políticos estavam tentando, de alguma forma, atenuar os problema sociais. Ir até as favelas para levar ajuda material, educação, higienização, etc. significava levar esperança de melhoria de vida que, em contrapartida, recebia a devida fidelidade aos que levavam a assistência. A Fundação da Casa Popular, da Prefeitura de belo Horizonte, era uma instituição organizada com propósito, de levar assistência às favelas em nome de interesses políticos. Notícias eram

ENCAMINHAMENTO DE PESSOAS	1952	1953	1954
Abrigo Belo Horizonte	08	-	-
Associação Mineira de Proteção à Criança	107	121	66
Hospital Municipal	231	258	201
Sanatórios	70	47	99
Plantão Social	1.104	674	620
Institutos Educacionais	14	-	-
Outras Instituições	-	1	1
Outros Serviços	35	84	177
Total	1.569	1.185	1.165

Fonte: Relatório do Prefeito à Câmara Municipal, exercício de 1954.

publicadas, em vários jornais, apresentando um conteúdo de boa intenção para com a pobreza, prometendo cortar os gastos supérfluos, de representação, de jantares, festas, viagens por conta da municipalidade e nas liberalidades de donativos. Ao final sempre se prometia que o dinheiro voltaria à população em obras, melhoramentos e assistência.

Enquanto isso, o que de fato acontecia era o aumento considerável da atuação do Serviço de Assistência Social da Prefeitura. Uma pesquisa social foi realizada em vilas e favelas da cidade para programar um futuro desfavelamento; as experiências com a Vila São Jorge foram um balão de ensaio que parece não ter dado resultado. Prevalencia uma antiga estratégia de levar a assistência aos pobres. Duas visitadoras do Departamento de Assistência Social começaram a percorrer as favelas para tentar desafogar o gabinete do prefeito e seu Plantão Social. A Associação Mineira de Proteção à Criança – AMPC, havia colocado todo seu pessoal à disposição do serviço de Assistência Social – SAS, “até em horários extraordinários” com finalidade de promover campanhas intensivas para o estudo do desfavelamento.⁴⁵¹

Essas providências iam ganhando corpo, mas seu resultado efetivo não acontecia. Cadastro das favelas, estudos para desfavelar a cidade, foram se arrastando, a cada administração da Prefeitura. As visitas aumentavam de volume: 20 na favela da Pedreira Prado Lopes, outras tantas na Vila São Vicente, etc. Conseguia-se, pelo menos, vacinar a população, com a ajuda maciça dos assistentes sociais. Vacinava-se contra a varíola e o tifo, e aplicava-se a BCG, contra a tuberculose, nos recém-nascidos.⁴⁵²

Em 1952, 23 entidades de amparo à infância e duzentas instituições de caridade, atuavam no âmbito de Belo Horizonte, sem conseguir cumprir a finalidade a que se

⁴⁵¹ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1952.

propunham: recuperar, regenerar e educar os pobres.⁴⁵³ As subvenções e auxílios entregues pela Prefeitura a essas instituições não eram suficientes embora fossem quantias significativas, em alguns casos, das bem aquinhoadas. A cada dia, novas instituições eram declaradas de utilidade pública, primeiro passo para receberem as subvenções do poder público.

Os menores estavam entre os segmentos de necessitados que ofereciam, aos agentes do assistencialismo oficial, maior preocupação cobrando-lhes ações de maior porte. No início da década de 50, um contrato foi celebrado entre a Associação Mineira de Proteção à Criança e o Serviço de Assistência Social, para “estudar os meios adequados à assistência dos menores desamparados.” Esse estudo não trazia grande novidades: o recolhimento estava sendo proposto há muito tempo pelos líderes assistenciais. Basicamente, o plano tinha como objetivo, recolher os menores, levando-os aos estabelecimentos adequados, educando-os e dando-lhes aprendizado de ofício, ou preparando-os para o trabalho agrícola. A fiscalização, pelo Estado, das instituições que prestavam esse tipo de assistência, tinha que ser rigorosa, evitando-se o descumprimento da lei e zelando pela aplicação de métodos eficazes.⁴⁵⁴

Era preciso prestar todo apoio a essas instituições assistenciais estudando os pedidos de auxílio, de acordo com o trabalho nelas desenvolvido. Entretanto, os juizes e a Prefeitura que deviam ser os principais fiscalizadores desse trabalho, não cumpriam sua obrigação zelosamente. Foi feito um estudo sobre 16 obras assistenciais que haviam pedido

⁴⁵² RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1953.

⁴⁵³ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁴ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1951.

subvenções à Prefeitura, solicitando auxílio especial para o Natal; muitas deixavam a desejar, mas foram atendidas.⁴⁵⁵

Outros recursos do poder público estavam sendo destinados diretamente a obras públicas de caráter assistencial. O serviço de engenharia da Prefeitura trabalhava exaustivamente para preparar a construção dos Centros Sociais nos bairros, que deviam congregiar todo tipo de serviço social, incluindo atendimento médico. Participaram da discussão sobre a sua criação, médicos, professores, irmãs de caridade, especialistas em problemas de assistência à infância, assistentes sociais e bibliotecárias. Os terrenos foram selecionados mas as obras foram executadas aos poucos. Além dos Centros Sociais, outras instituições estavam nos planos da assistência oficial, tais como, Sanatório de Recuperação, Casa do Menor Trabalhador, e outros.⁴⁵⁶

O recolhimento de menores e pessoas idosas desamparadas realizava-se, rotineiramente, pelo Serviço de Assistência Social, que vasculhava a cidade, principalmente em determinados dias e épocas do ano. Primeiro, era preciso promover a regularização da situação jurídica dos menores e de suas famílias, e só depois deveriam ser encaminhados às instituições de assistência para receberem “amparo, educação moral e formação profissional.” Até o final de 1954, 1.185 necessitados haviam entrado nas instituições assistenciais de Belo Horizonte, desse total, 121 eram menores que foram parar na Associação de Proteção à Criança. Auxílios em dinheiro, remédios e gêneros alimentícios também foram distribuídos aos pobres, totalizando Cr\$ 81.919,00.⁴⁵⁷

Os gastos da administração municipal com a assistência social foram crescendo, em grandes proporções, até meados da década de 50. Em 1951, gastou-se 5,5 milhões de

⁴⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

cruzeiros, enquanto em 1954, o gasto foi de 33 milhões de cruzeiros.⁴⁵⁸ Oito Centros Sociais haviam sido criados, ampliando-se a capacidade de atendimento hospitalar às classes menos favorecidas. A intervenção médico sanitária, como assistência social, estava sendo praticada de maneira intensiva e extensiva, tendo em mira a possibilidade de ocorrerem novas epidemias que ameaçavam a saúde pública, como a gastroenterite.

As favelas e a gastroenterite, até o início dos anos 60, foram as duas questões centrais das administrações municipais, no que dizia respeito ao plano de assistência.⁴⁵⁹ Sobre esses dois problemas, afirmava em tom de desabafo um dos relatórios do Prefeito:

“(...) não temos a presunção de ter dado soluções definitivas, que isto seria impossível a qualquer administração dentro do panorama que a matéria oferece e que é de caráter generalizado em todo o país. Queremos porém realçar um esforço titânico que deu resultados positivos e que terá benéficas conseqüências no futuro.”⁴⁶⁰

Os esforços eram em vão. A pobreza se alastrava e se aprofundava, ao passo que os fatores de mudança social nunca se apresentavam promissores. Distribuição de renda, reforma agrária e outras modalidades de política macro-estrutural ficavam apenas nos debates e projetos, quando não eram acusados de pertencerem ao ideário comunista, imagem tantas vezes propagandeada pelos setores conservadores da sociedade naquela fase. O início dos anos 60 foi palco de acirradas lutas político-ideológicas, em torno dessas questões, resultando em desfechos dramáticos como o Golpe Militar de 1964 e seu sucedâneo em 1969.

⁴⁵⁷ RELATORIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1954.

⁴⁵⁸ RELATORIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1956.

⁴⁵⁹ Em 1960 foram atendidas nos hospitais e postos de saúde da cidade, 53.047 crianças com gastroenterite; Cf. RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1960. Outra doença endêmica que atingia a cidade, a esquistossomose, transmitida por um caramujo muito comum na Lagoa da Pampulha e em córregos e lagoas adjacentes à zona urbana, causou em 1962 o atendimento de 15.454 pessoa; Cf. RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1962; esta mesma fonte informa que em 1962 era atendida uma média de 40 crianças por dia com gastroenterite num pavilhão especialmente criado para essa finalidade.

⁴⁶⁰ Idem, ibidem.

Essa era portanto, a situação social do país, como afirmavam os relatórios dos Prefeitos, em seu conformismo; não havia soluções definitivas. Apegada aos discursos, a tímida e precária assistência social, oferecida pelo poder público, continuava tentando resolver o problema dos desvalidos, desamparados pela sorte, e enfermos, aguardando medidas de cunho reformista de maior alcance, que pudessem sinalizar para uma melhoria geral das condições de vida dos pobres.

Em 1958, em cumprimento dessa tarefa de tentar melhorar a situação de penúria da população empobrecida, a Prefeitura de Belo Horizonte continuava a intensificar a assistência aos menores desvalidos e pobres em geral. O ritmo dos projetos e das intervenções aumentava. O Plantão Social, que atuava anexo ao gabinete do Prefeito, e que dava um atendimento generalizado à população carente, havia encaminhado 1.197 pessoas a diversos órgãos e instituições assistenciais em 1958; este número havia subido para 1.303 em 1959. Os atestados de pobreza subiram no mesmo período de 2.683, para 4.245.

A década seguinte, dos anos 60, não mostraria mudança significativa nesse quadro; o volume de assistidos pelos órgãos municipais aumentou sem que houvesse a implementação de qualquer estratégia nova. Talvez a exceção tenha sido uma sessão de cinema com finalidade educativa, que a Prefeitura começou a levar até a população pobre da capital. Realizadas ao ar livre, essas sessões exibiam bons filmes e eram, segundo a opinião dos seus planejadores, admiravelmente freqüentadas, conseguindo cumprir sua missão de educar os pobres. Desse modo, a assistência social a cargo do poder público, completava-se, com estratégia educativa baseada em método moderno de persuasão, que podia informar à população sobre aspectos sanitários, higiênicos, médicos, cívicos, etc.⁴⁶¹

⁴⁶¹ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1961. Não há informações sobre os títulos dos filmes, porém, em 1962, os dados do RELATÓRIO DO PREFEITO, indicam 205 sessões do cinema

Também da parte do poder público, de iniciativa do Governo Estadual surgiu o SERVAS- Serviço Voluntário de Assistência Social, em 1966. Era uma instituição com autonomia administrativa e financeira que devia organizar comissões de bem-estar social e agências nos municípios mineiros, de acordo com a necessidade social de cada um. O cargo de presidente e vice-presidente devia ser sempre oferecido às esposas dos “senhores Governador e Vice-Governador do Estado.”⁴⁶² Correlata à AMAS, de âmbito municipal, essa instituição foi muito mais uma espécie de símbolo da filantropia e da assistência social do que uma entidade de caráter educativo, repassando subvenções e preparando campanhas de donativos.

No início dos anos 70, um novo órgão foi criado: a CHISBEL – Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, que começava a planejar e executar o total desfavelamento da capital. Conveniado com o BNH – Banco Nacional da Habitação, órgão federal originado das reformas econômicas do novo regime implantado em 1964, a CHISBEL pretendia, por meio desse procedimento intervencionista, “(...) resolver não só um problema social, mas sobretudo proporcionar melhores condições de vida a milhares de famílias que devem participa, com seu esforço e seu trabalho, da construção da NOSSA BH”⁴⁶³

Uma idéia política muito em voga, naquela época, de autoritarismo sem disfarces, presente nos discursos oficiais, era: o pronto restabelecimento da ordem pela ação incisiva do Estado. O problema social devia ser resolvido de maneira eficiente, científica e racional,

educativo, com 410 filmes exibidos, o que leva a crer que eram filmes de curta duração concentrados numa única sessão.

⁴⁶² ESTATUTO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SERVAS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

⁴⁶³ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1971.

pelo planejamento ousado e bem dimensionado dos engenheiros e técnicos, sem espaço para discussões políticas.

Sob essa ótica, cabia ao assistencialismo resumir-se, desde já, a um simples complemento dessas medidas de grande alcance social, acreditando-se que as condições de vida melhorariam como consequência automática da intervenção eficaz do poder público sobre o conjunto da população carente. Entretanto, esse projeto de modernização, que se propunha a solucionar os males sociais do país, ficava somente no papel e nos planejamentos; quando muito, conseguia levar saneamento básico a algumas vilas e favelas, como a de Copacabana, Vila Marçola e Vila Santana que receberam em 1960 seus Centros Sociais, e ficaram à espera das profundas melhorias anunciadas pelos Prefeitos.

A distribuição de uniformes para alunos carentes, receitas médicas e medicamentos, cobertores e roupas, enxovais para noivas pobres e roupas para recém-nascidos, continuava como única e irremediável assistência dos órgãos públicos. A gratuidade do transporte de cegos, nos ônibus elétricos da Prefeitura, (que parecia ser a maior novidade na área social nos dos anos 60) , não chegara a provocar tantos comentários quanto o planejamento para transformar as favelas de Belo Horizonte em bairros bem organizados, com infra-estrutura completa. Normalizados, pagando impostos e taxas, permitindo que seus moradores adquirissem o *status* de verdadeiros cidadãos, esse novos e aprazíveis logradouros substituiriam os deploráveis amontoados de casebres doentios que ameaçavam o sonho de menter a imagem de Cidade Jardim, para a capital.

O programa sistemático de remoção dos favelados da CHISBEL, sobretudo das áreas necessárias à liberação para a realização de obras públicas, estipulava uma indenização média de CR\$ 962,00 cruzeiros por família, o que não permitia, pelas condições de especulação imobiliária da época, e de custo de vida, uma tranqüila

reorganização da vida das pessoas. Na realidade, as favelas estavam apenas se transferindo, ocupando novas áreas na periferia da cidade. Os números, em 1972, impressionam; segundo dados oficiais da Prefeitura, foram realizados 564 desfavelamentos, com um total de 3.038 pessoas removidas. Os técnicos sabiam dos efeitos negativos dessas medidas para o poder público. A curto prazo os ex-favelados, sem condições de regularizar sua situação, iriam para outros lugares, onde formariam novos aglomerados de casas que fugiam dos padrões legais de construção. No planejamento dos técnicos, as novas condições de vida deviam ser facilitadas.

“Foi considerada nesses trabalhos como prioritária a necessidade de promoção social das famílias, uma vez que, de outra forma, o problema da erradicação das favelas seria adiado e agravado no tempo, com ônus futuros maiores para o município. Essa promoção corresponde à adoção de meios que facilitem a mudança de “status” das famílias, de uma situação de sub-habitação em favela para habitação própria.”⁴⁶⁴

Tratava-se portanto, de uma arriscada estratégia de transportar, para fora das áreas de interesse público imediato, os problemas sociais que, cedo ou tarde, estariam novamente batendo à porta da sociedade ordeira. O desfavelamento das famílias não garantia o fim da pobreza, nem garantia avanços sociais. O número de atestados de pobreza, concedidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, em 1972 chegou a 22.065.⁴⁶⁵

Constantemente, as estratégias tradicionais eram postas em prática ou revigoradas pelos dirigentes do assistencialismo. Um centro de triagem que se localizava nos altos do bairro Gameleira, possuía 330 cômodos, ou alojamentos, e um galpão da administração para isolar e classificar os pobres. No dizer dos assistentes, esse depósito de pobres era uma

⁴⁶⁴ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1973.

⁴⁶⁵ Idem, *ibidem*.

acomodação de emergência para as famílias desabrigadas, durante a execução do desfavelamento.

Dispondo de depósito de água e energia elétrica, essa espécie de campo de concentração havia sido restaurada recentemente, depois de nele se instalarem as vítimas das enchentes do final de ano. Estavam disponíveis 39 cômodos para abrigar os pobres desfavelados, sendo que somente numa etapa desse processo de saneamento da cidade, foram desvafeladas, em pouco tempo, 116 famílias em 4 locais diferentes.⁴⁶⁶ As ações comunitárias, ligadas aos Centros Sociais das vilas ainda conseguiam, com muito esforço, minorar os sofrimento dessas famílias; porém, seu serviço social era difícilimo, valendo-se, principalmente, de mutirões e obras, onde a comunidade doava o pouco que ainda lhe restava.⁴⁶⁷

A prestação do serviço social, do poder público municipal, foi insuficiente ao longo desses anos, como bem demonstraram as informações dos órgão responsáveis. Os encaminhamentos feitos às instituições assistenciais públicas e privadas, eram uma saída constante que geralmente as sobrecarregava. Outro expediente, cuja extensão e resultados não foi possível avaliar, era aquilo que se denominava de orientações. Sabe-se apenas que foram dadas à população que procurava algum tipo de auxílio, junto ao Setor de Orientação

⁴⁶⁶ Conforme os dados fornecidos pelo RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, do ano de 1974, foi possível elaborar o quadro abaixo, podendo-se observar a grande defasagem entre famílias desvafeladas e indenizações pagas.

OBRAS DE DESFAVELAMENTO EM BELO HORIZONTE, 1972-1973

	1972	1973	TOTAL
No. de locais	37	54	91
Famílias removidas	834	1.142	2.554
Pessoas	3.038	4.815	7.853
Indenizações pagas	591	735	1.326

⁴⁶⁷ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1976.

e Ação Social, que pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social. Em 1973, por exemplo, ocorreram 3.263 entrevistas de orientação.⁴⁶⁸

Dois discursos do final da década de 70, que produziram imagem vitoriosa da intervenção do poder público na questão social, no contexto histórico de Belo Horizonte, permitem também tomar avaliar as questões sociais ainda pendentes, possibilitando vislumbrar, nas perspectivas da pedagogia do assistencialismo, a única oportunidade de mudança para os pobres desde que fossem disciplinados e docilizados a contento.

O primeiro desses discursos foi enviado em 1978, à Câmara Municipal, pelo Secretário Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, o médico, Mário Hugo Ladeira, que fez enfático apelo aos homens de boa vontade para solucionar os problemas sociais, através da normalização da saúde pessoal como parte integrante da saúde pública que, por sua vez, identificava-se com o próprio meio ambiente saudável.

“Em todo o planejamento o homem é o objetivo. Para tanto visa-se proporcionar-lhe saúde, alimentação conveniente, habitação, educação, saneamento, emprego, vestuário, lazer, enfim melhor qualidade de vida. O bem estar é a grande meta e a persecução para atingi-la mobiliza os homens de boa vontade, por ser direito de todos.

Cremos que nossa arma mais importante é a educação sanitária. Através dela melhoramos as condições sanitárias ambientais, domiciliares, nas escolas, no centro, nos bairros, nos estabelecimentos onde se manipulam ou se comerciam alimentos, enfim procuramos motivar, conscientizar a população da importância da educação para a promoção, preservação e recuperação da saúde.”

O segundo discurso, assinado pelo Coordenador Geral da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, Marcelo Andrade Neves, também apresentado à Câmara

⁴⁶⁸ RELATÓRIO DO PREFEITO DE BELO HORIZONTE, 1974.

Municipal, em 1979, apresenta, nitidamente, a estratégia administrativa de cunho econômico que estava por trás da política social de desfavelamento na cidade.

“A Chisbel, desde sua criação, vem mantendo a mesma filosofia básica de atuação, qual seja, a de adotar o critério de somente desfavelar áreas para onde o melhoramento público seja imediato. Tal filosofia de trabalho foi tomada em virtude das experiências adquiridas por longos anos, onde ficou comprovado que se uma área desfavelada não receber imediatamente a obra ou melhoramento programado, ela é, sem sua grande maioria, refavelada.”

Evidencia-se, desse modo, o objetivo de retirar os pobres, o mais rápido possível, de áreas que deveriam, a partir de sua saída, transformar-se em pontos de valorização imobiliária com a construção de obras públicas que levariam, até elas, serviços e oportunidades de grandes negócios. As vias públicas, ruas e avenidas, precisavam ser abertas e alargadas; as praças eram local de encontros diversos, pontos de referência social e econômico.⁴⁶⁹ A memória da antiga cidade estava desaparecendo com o rápido ritmo das novas construções, expulsando os velhos moradores de suas casas e comunidades.⁴⁷⁰

Durante os 30 anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, Belo Horizonte crescera, do ponto de vista econômico, como cidade dinâmica e progressista, simbolizando as promessas daqueles que a idealizaram no final do século XIX; apesar disso, não houve momento de sua história em que seus administradores pudessem se aquietar com a questão social. Os planos das elites políticas e das lideranças filantrópicas sempre estiveram muito

⁴⁶⁹ Algo semelhante havia acontecido em Nova York, com a construção das vias expressas após a Segunda Guerra Mundial. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia das Letras, 1986, explica que a celebração da “vitalidade urbana, de sua diversidade e plenitude, é na verdade (...) um dos temas mais antigos da cultura moderna. Por toda a era de Haussmann e Baudelaire, entrando no século XX, essa fantasia urbana cristalizou-se em torno da rua, que emergiu como símbolo fundamental da vida moderna.” (p. 300)

⁴⁷⁰ Um estudo desenvolvido por CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos Anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH*,

aquém das condições conjunturais e estruturais, que geravam todo tipo de pobres, miseráveis e desvalidos, numa avalanche de variados problemas sociais.

Os pobres continuavam ocupando as favelas, ruas e praças da cidade, apesar das constantes tentativas de assisti-los. E nesse conjunto de desvalidos, os menores, mais uma vez, ocupariam a cena principal, por suas ações nas grandes cidades, nos anos 70 e 80. Pivetes, trombadinhas e arrastões, (termo que antes significava a ação policial sobre os desordeiros, e que agora significava um assalto praticado em bando), puseram em polvorosa as pessoas que circulavam pelo centro da cidade, fornecendo, aos jornais matérias diárias para as páginas policiais.

2.7 O “PROBLEMA DO MENOR”, AS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS E A LEGISLAÇÃO

Destacando-se entre os problemas sociais, paralelamente ao crescimento da pobreza urbana, estava o chamado problema do menor. Aflição dos que por eles passavam nas ruas movimentadas da cidade, dor de cabeça dos assistentes-sociais e, sobretudo, alvo dos mais variados preconceitos, a infância pobre esteve, permanentemente, sob o olhar das instituições assistenciais governamentais e privadas, e autoridades judiciárias, durante praticamente, todo o século XX. Problema complexo, que não pode ser associado somente a fatores sociais e econômicos, o abandono de crianças tornou-se motivo de muitas análises que buscaram explicações em estudos históricos e sociológicos.⁴⁷¹

Horizontes Históricos. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 1996, p. 183-238, esclarece um importante momento dessa rápida mudança ocorrida no centro da cidade.

⁴⁷¹ Ver a este respeito dois estudos: MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998 e FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

Em Belo Horizonte, nas vilas e nas favelas, os filhos das famílias pobres eram postos a trabalhar ainda crianças. A mendicância, espetáculo deprimente para os cidadãos, honrados membros da boa sociedade, cumpria seu papel de mantenedora da subsistência dos deserdados pela sorte. Mas a situação estava sob controle, pelo menos, no que dizia respeito à intensa pesquisa estatística.

De acordo com a CPI do Menor, da Câmara dos Deputados, realizada em 1976, existiam “diferentes categorias de menores envolvidos no processo de marginalização social.” A FUNABEM indicava as seguintes:

“(…) os expostos, órfãos sem parentes os rejeitados pela família; os que perambulam pedindo esmolas para sustento próprio ao da família; os que dedicam habitualmente a práticas viciosas (alcoolismo, jogo, prostituição, etc.) e os que se corrompem em companhias dos pais ou com o conhecimento destes.”⁴⁷²

Desde meados dos anos 60, a FEBEM – Fundação do Bem-Estar do Menor, vinha atuando em Minas Gerais.⁴⁷³ Nascida nos planos do regime autoritário para preservar, a qualquer custo, a ordem política e social, essa instituição tinha como meta, cuidar do chamado menor abandonado, na condição de infrator ou não.⁴⁷⁴ Sob essa égide, a FEBEM devia promover uma grande tarefa assistencial, porém, os primeiros pronunciamentos a seu respeito, deixavam transparecer que essa missão não seria fácil. No discurso da Primeira Dama, Coracy Uchôa Pinheiro, no Congresso do Ministério Público do Estado, em julho de

⁴⁷² FUNABEM, *Orientações para o Dimensionamento da Problemática do Menor no Brasil*. 1972, p. 14-15.

⁴⁷³ A Lei Federal n. 4.513, de 01.12.1964 determinou as diretrizes de ação e fixou as bases para a nova estratégia de atendimento ao chamado problema do menor. Em Minas Gerais, pela Lei n. 4.177, de 18.05.1966, o poder executivo autorizou a instituição da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, mediante a incorporação do patrimônio do antigo Departamento Social do Menor.

⁴⁷⁴ Ver a este respeito, FERREIRA, Mônica Silva e NORONHA, Patrícia Anido. As Legislações que Tutelaram a Infância e a Juventude no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri (org.) *Infância Tutelada e Educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro. Ravil: 1998, p. 135-160; LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary. *História da Criança no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145 e PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In: DEL PRIORE, Mary. *História da Criança no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1996, p. 146-175.

1966, as notas mais constantes, em meio a certo entusiasmo, possibilitam entrever a árdua tarefa que aguardava os assistentes dessa instituição.

“Estamos empenhados na difícil tarefa de facultar o bom funcionamento da Fundação Estadual do Bem-Estar do menor, através da qual pretendemos solidificar em Minas gerais as bases de eficiente e moderna política de atendimento à criança e ao jovem carente.

Contamos também, com o auxílio e a cooperação dos magistrados, dos educadores, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes-sociais, dos comissários, dos religiosos, dos clubes de serviço, da imprensa, das entidades de classes, dos cidadãos, enfim de toda a comunidade da Capital e do interior do Estado, para facilitar a efetiva proteção ao menor em desajuste, visto que na infância infeliz tem origem os atos anti-sociais tão lamentáveis

Há muito que fazer em prol do bem-estar do menor e para tão nobre tarefa convoco a comunidade mineira já evoluída e preparada para compreender que a solução daquele problema não depende apenas do poder público, mas sobretudo, das medidas inspiradas pela sensibilidade do povo, indispensável colaborador na ação missionária que deve unir os homens de coração generoso, disposto a servir.”

Reaparecem, neste discurso, o apelo à boa vontade do povo e a idéia de missão, no sentido religioso. Cuidar do menor carente era entendido como cruzada que devia congrega todas as forças disponíveis da sociedade.⁴⁷⁵ Desse modo, os mais diversos saberes precisavam se juntar às autoridades públicas para executarem essa tarefa.

No seu pronunciamento, nesse mesmo Congresso do Ministério Público do Estado, o professor João Franzem de Lima, conselheiro da Fundação do Bem-Estar do Menor, afirmava, peremptoriamente, que o problema do menor abandonado era de toda a

⁴⁷⁵ As nomenclaturas admitidas pelo poder público variavam entre, “menor carente”, “menor abandonado”, “desassistido” e “marginalizado”, para designar a criança ou adolescente, vítimas de disfunção social que, por não disporem de renda suficiente, têm insatisfatória participação no consumo de bens materiais e culturais e não usufruem os serviços de saúde, educação, habitação, recreação e outras benesses do

sociedade. Suas idéias se fundamentam nas preocupações de entidades internacionais, mais do que naquelas que estavam produzindo inquietações no país.⁴⁷⁶

“Convém ressaltar, que o problema do menor não é só do Estado, nem só do Brasil, mas é preocupação geral do mundo, que levou a ONU a encará-lo com a maior seriedade, instituindo organismos especializados para seu estudo, orientação e ajuda.

Não está só na alçada dos poderes públicos e das instituições isoladas, por maior que seja o seu mérito enfrentar para resolver tão grave problema. A comunidade toda tem que, ligando e coordenando todas as entidades públicas e privadas regionais, se entrose com a entidade nacional e com os organismos internacionais, para poder atender, em todos os seus variadíssimos aspectos, as necessidades do menor.”

Portanto, as iniciativas do Estado de nada valeriam, sem a tradicional participação das instituições assistenciais privadas. Como foi possível constatar, em todas as instituições assistenciais, aqui selecionadas para este estudo, foram internadas crianças e jovens que a FEBEM começou a encaminhar, mensalmente, a elas, mediante cobertura de gastos, com o pagamento de subvenções. Essa prática correspondia ao *modus operandi* da FEBEM, que se constituía numa pessoa jurídica, com recursos facilmente disponíveis, apoiando-se nos “poderes públicos” e na comunidade, que visava a assistir o menor necessitado articulando-se às entidades públicas e instituições particulares.⁴⁷⁷

Em sua proposta de assistência, a nova instituição possuía o firme propósito de estudar e planejar soluções para o problema do menor, coordenando e fiscalizando as instituições assistenciais: “Não aceitamos mais a improvisação como norma de conduta neste assunto tão grave!” Este era o desabafo do presidente da FUNABEM, que defendia

desenvolvimento.” Cf. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – A REALIDADE BRASILEIRA DO MENOR. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1976, p. 24.

⁴⁷⁶ De acordo com informações obtidas nestes discursos, o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF, no Brasil devia colaborar com a FUNABEM e suas representantes nos estados, verificando ainda o trabalho de assistência que se realizava.

ardorosamente a política da prevenção: “(...) a prevenção na escala de valores é prioritária”⁴⁷⁸

As intenções dos burocratas da assistência social, explicitadas em seus pronunciamentos e depoimentos, revelam o desejo de implantar moderna pedagogia do assistencialismo, prometedora de “nova era”, de um tempo de reeducação. Nessa concepção, não haveria mais espaço para a simples repressão, já que a prevenção devia ser o norte da ação pedagógico-assistencial.

“Vai-se tornando repugnante a idéia do castigo violento, da repressão brutal, do aproveitamento de capatazes, de capitães do mato, da colocação de ineptos em cargos de direção.

Deseja-se um tratamento à base da compreensão da disciplina consentida, da ação de professores à altura, de psicólogos capazes, de gente que goste de menores, de pessoal escolhido para missão tão elevada.”⁴⁷⁹

Assim, os novos tempos pediam assistentes bem preparados. A educação e disciplina dos menores devia ser atingida por meio de uma programação educativa, que implantasse um processo constante de transmissão de valores, atitudes e comportamentos. O menor devia usar seu desenvolvimento global, ou seja, ter a oportunidade de desenvolver sua capacidade física, afetiva, social e intelectual.

Nesse processo, a família devia auxiliar não podendo ser substituída.⁴⁸⁰ Para que isso fosse possível, orientava-se que a instituição inserisse a família em sua programação, educando-a também, capacitando-a a assumir seu papel. Isso era, na realidade, o que mais se desejava: a preparação da família para o retorno do assistido à sua responsabilidade. A

⁴⁷⁷ ALTENFELDER, Mário, Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Tópicos de entrevista sobre a Nova Política do Menor*. FEBEM – Assessoria de Relações Públicas, 1966.

⁴⁷⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*.

falta da família era considerada, pelos assistentes, de um modo geral, a gênese de todos os problemas sociais: “a família é de suma importância para o menor e sua falta acarreta problemas tanto mais graves quanto mais nova for a criança.”⁴⁸¹ A responsabilidade de representar a família, dava, aos articuladores do assistencialismo da esfera pública, o poder de impor minuciosas orientações aos assistentes da esfera privada.

Apesar dessas intensas tentativas de envolver a família no projeto assistencial, essas mesmas fontes permitem chegar à conclusão de que os problemas iriam continuar. A Diretoria de Educação e Assistência, em 1983, fazendo um balanço da situação, declarava que: “A proposta de um trabalho com a família do educando e de uma ação mais contundente junto às comunidades locais regionais ainda não foram devidamente focalizadas e integradas à ação dos internatos oficiais.”⁴⁸² Criticava-se a permanência de uma idéia do internato completo e protetor, o que levaria a um processo contínuo de reeducação, consumindo, praticamente, todos os recursos destinados às instituições.

A FEBEM mantinha um Plantão de atendimento, um Setor de Orientação e Acompanhamento de Casos – SEOC, e ainda, um Setor de Estatística da Diretoria Técnica. Toda essa estrutura era acionada para realizar estudos e conduzir os menores até as instituições, nas quais eles seriam abrigados. O policiamento levava até esses setores os menores recolhidos nas ruas da cidade, passando antes pela Delegacia Especializada de Orientação dos Menores – DEOM. O Juizado de Menores atuava na capital e no interior do Estado, convocando os pais ou responsáveis para adverti-los, orientá-los e para colocá-

⁴⁸⁰ ORIENTAÇÕES GERAIS A INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A MENORES. FEBEM. Agosto de 1973.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*. As orientações diziam que os assistentes deviam “trabalhar com as famílias, ajudando-as na sua promoção e oferecendo-lhes, oportunidades de reflexão e, tanto quanto possível, de melhoria de suas próprias condições.” (p. 46)

⁴⁸² DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Minas Gerais, novembro de 1983.

los a par da situação. A prioridade no atendimento estava concentrada na faixa etária terminal de 14 a 18 anos, “cuja situação de marginalização já atinge a própria conduta do menor.” A pressão de organismos sociais era apontada como maior causa do internamento dos menores, justificada pelo fato de a sociedade ser afetada mais diretamente por esse problema.⁴⁸³

Em suas Orientações Gerais a Instituições de Atendimento a Menores, a FEBEM passava as seguintes instruções, correspondentes ao que seus dirigentes pretendiam implantar e fiscalizar nas instituições assistenciais para onde eram encaminhados os menores que ali chegavam.

“Nas salas de aula, cada menor disporá de 1,15 metros quadrados, prevendo-se um máximo de 40 crianças em cada classe. As salas terão suficientes aeração e iluminação, esta última direta e natural. Os menores acima de 7 anos ocuparão as carteiras individuais colocadas, assim como o quadro, de maneira que a luz entre pelo lado esquerdo. As salas de aula precisam de contar com armários para guarda de material, mesa e cadeira para a professora. Nas oficinas, o espaço variará de acordo com o equipamento e a maquinaria existentes, mas, de um modo geral, a previsão poderá ser como a que se segue: serralheria – 6 metro quadrados por aluno; ajustador 4 metros quadrados por aluno; torneiro mecânico – 4,5 metros quadrados por aluno; marcenaria – 4,5 metros quadrados por aluno; carpintaria – 4 metros quadrados por aluno; alfaiataria – 4 metros quadrados por aluno. O equipamento e aparelhagem dependerão do curso ou atividade a ser ministrada, sempre oferecendo boas condições de higiene e segurança, isto-é, prevenção contra riscos de acidentes.”⁴⁸⁴

Essas longas recomendações contra o que se chamou de improvisação, denunciavam a situação da maioria das instituições assistenciais do país. Em boa parte delas, as

⁴⁸³ Mesmo estando na faixa etária de 14 anos em diante, os menores internados na Escola da FEBEM “Monsenhor Messias”, não entravam nas estatísticas da população de menores internos, que correspondiam a 7,3 % do total de menores atendidos em 1983. Cf. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Minas Gerais, novembro de 1983, p. 19-35.

⁴⁸⁴ Idem, ibidem.

condições de atendimento aos assistidos não eram as ideais. A crônica falta de recursos era apenas um dos fatores que impediam o funcionamento adequado dessas instituições assistenciais; um outro fator, sem dúvida, era o problema do preparo do assistente que nem sempre possuía a melhor capacitação. Os clérigos e os vicentinos costumavam sobressair-se nessa tarefa por sua formação religiosa que os colocava diante dos pobres e do público em geral, como parte de sua rotina de trabalho, o que os familiarizava com as práticas da catequese e da assistência.⁴⁸⁵

Objetivando garantir que suas Orientações seriam atendidas pelas instituições assistenciais, a FEBEM esmiuçava todo os procedimentos pedagógico-assistenciais que deviam ser tomados.

“A programação das atividades da instituição deverá ser adequada à faixa etária, sexo e condições psico-sociais dos menores atendidos, visando seu desenvolvimento global, envolvendo familiares e pessoal que lida com a criança, ou seja: saúde, amor e compreensão, educação e segurança social.”⁴⁸⁶

A personalidade do assistido devia ser formada para sua integração na vida comunitária, fosse pela educação formal, ou pela educação que programaria o desenvolvimento de vários comportamentos, tais como: iniciativa, criatividade, independência, organização, responsabilidade, sociabilidade, equilíbrio, comunicação e iniciação ao pensamento lógico.⁴⁸⁷

O outro lado da questão do menor necessitado, que resultava no problema daqueles cuja ação preventiva já não bastava pelo fato de serem menores infratores, as autoridades

⁴⁸⁵ Sobre a preparação dos religiosos católicos para as práticas catequistas e educativas, ver, METTE, Norbert. *Pedagogia da Religião*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. Ver também as considerações sobre a “Gênese e Estrutura do Campo Religioso” em BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1997.

⁴⁸⁶ ORIENTAÇÕES GERAIS A INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A MENORES. FEBEM. Agosto de 1973.

governamentais sugeriam que se devia tratá-los de modo bem diferente, de acordo com antigas idéias. De protagonistas que deviam ser da nova era da assistência à infância pobre, davam uma guinada rumo às idéias que repudiavam para o primeiro caso. Com os menores infratores era preciso a adoção de meios que corrigissem o seu desajustamento.

“Muitos jovens que se apresentam como membros disso a que se chama “juventude transviada” (aspas do autor), nada mais são do que angustiados em busca de lenitivo para o seu mal-estar. Outros são vítimas de moléstias mentais, são portadores de personalidades psicopáticas, são pessoas que precisam de cuidados sanatoriais e não de prisões, e uma pequena parte é composta de jovens que acompanham os outros sem perceber realmente o que estão fazendo.

O tratamento deve ser adequado e não indiscriminado. É certo que às vezes os desmandos são de tal natureza que torna obrigatória a intervenção policial para conter despropósitos. Mas isso deverá ser feito dentro de normas estabelecidas para tal fim.”⁴⁸⁸

Sem identificar fatores sociais como causadores do problema do menor infrator, a autoridade designava a tarefa de disciplinar os jovens, nesses casos, aos institutos e hospícios, bem ao gosto do ideário organicista e da psiquiatria do asilamento. Entretanto, como advertiam as autoridades do assistencialismo, esse tipo de instituição correcional era rara no país, o que levava os jovens infratores a ficar alguns dias em casas de saúde ou ir para os presídios. A tentativa de evitar qualquer relação entre os procedimentos de assistência aos menores nos moldes propostos pela FEBEM e essas instituições não parava nas minuciosas orientações às instituições assistenciais privadas.

Provavelmente, para descaracterizar os nomes dessas entidades, evitando-se algo que pudesse lembrar uma instituição prisional ou correcional, uma orientação às instituições de atendimento, baseada na Resolução n. 24 de 28.06.1968, solicitava-se que

⁴⁸⁷ Idem, *ibidem*.

não se usasse, em seus títulos, nomes, tais como, orfanato, asilo, patronato, casa de reeducação, casa de recuperação, dando-se preferência para, instituto, lar, escola, parque infantil, centro infantil, podendo a entidade mantenedora se denominar, associação, ação social, fundação, sociedade e outras, conforme suas características.⁴⁸⁹ Era preciso apagar a memória de uma prática assistencial, que contrariava a nova imagem da assistência ao menor, que se queria construir.

Paralelamente à ação da FEBEM, havia a atuação do Juizado de Menores de Belo Horizonte, cujos magistrados, desde os anos 50, editavam portarias, ordens de serviço e faziam pronunciamentos, demonstrando suas intenções de normalizar a situação dos menores no Estado. Pela Portaria n. 1 de 15 de novembro de 1956, organizou-se, nesse Juizado, o Serviço de Assistência ao Trabalho do Menor, e sua função era a de manter contato com os serviços oficiais de aprendizagem profissional e com a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. As entidades públicas e privadas, que assistiam aos menores, dando-lhes formação profissional, seriam fiscalizadas em suas ações. Esse Serviço era ainda responsável pela emissão de autorizações de trabalho dos menores.⁴⁹⁰

Com uma carteira funcional fornecida pelo Juizado, em comum acordo com a Delegacia do Trabalho e o SESI – Serviço Social da Indústria, os menores entre 14 e 18 anos, conforme determinava a lei, podiam trabalhar como engraxates, trocadores, jornaleiros, entregadores, ajudantes em feiras e ambulantes. Menores que quisessem trabalhar em circos, televisão, rádio e teatro teriam que submeter o *script* ao Juiz de Menores para ser analisado e liberado. Uma instituição de caridade, a Casa do Pequeno

⁴⁸⁸ Idem, ibidem.

⁴⁸⁹ Idem, ibidem.

⁴⁹⁰ A análise dos procedimentos legais da justiça encarregada do chamado menor e sua atuação em Belo Horizonte, foi subsidiada pelos estudos de FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

Jornaleiro, que empregava seus assistidos em venda de jornais, nas ruas centrais de Belo Horizonte, teve que providenciar licenças para todos eles, num curto espaço de tempo, logo depois de a Portaria ter sido publicada no jornal O Diário em 19.12.1956. A regulamentação da frequência e participação dos menores em festejos carnavalescos foi implantada em 30 de janeiro de 1968.

Dois anos depois, em 1958, foi criada a Seção do Menor Infrator desse juizado, completando a sua organização. Subordinada diretamente ao titular da vara, essa Seção tinha por dever:

“e) exercer controle assíduo sobre as condições materiais e morais da vida do menor, sua saúde, trabalho e recreação, pondo-se em contato com o menor, visitando os pais, pessoa ou institutos que o tenham sob guarda, e observando-lhe o meio, as tendências e a conduta.”⁴⁹¹

Assim, diferentemente dos menores que não haviam cometido infração, os que eram considerados infratores ou que estavam em ambiente pernicioso, tiveram seu recolhimento regulado pelo Juizado de Menores. Três anos depois, foi expedida a Ordem de Serviço de 09.11 de 1961, que implantava o Regulamento para o Recolhimento de Menores ao Juizado pelo Comissariado ou pela Polícia, fora do horário normal do serviço de repartição, decidindo que providências tomar em certas situações.

“1.Os menores apresentados ao Juizado, pela polícia ou pelos comissários, fora do horário normal de trabalho da Repartição, serão encaminhados aos seus responsáveis, com a intimação de comparecer perante o Juiz de Menores, no primeiro dia útil no início do expediente para as providências cabíveis.

2.Tratando-se de menores inteiramente abandonados ou sem responsável conhecido, serão recolhidos provisoriamente a estabelecimento adequado, pelo Comissário de plantão, o qual

⁴⁹¹ ORDEM DE SERVIÇO DO JUIZADO DE MENORES. Belo Horizonte: 19.08.1958.

enviará imediatamente cópia do ofício de recolhimento ao Juiz de Menores, através do Comissário Chefe, arquivando-se no comissariado uma via do mesmo ofício. O Comissário designado para recolher o menor apresentá-lo-á, no dia útil imediato, no início do expediente, ao Juiz de Menores sob pena de suspensão.”

Somente depois de todos esses trâmites burocráticos, o menor era encaminhado pelo Juiz de Menores, por intermédio do comissariado, ao Departamento Social do Menor, ou a estabelecimento assistencial privado. Esse órgão da administração estadual ligado à Secretaria de Estado de Interior, tinha por finalidade cuidar do menor abandonado, rivalizando-se, em algumas ocasiões, com a FEBEM e o Juizado de Menores por causa da sobreposição de funções. O que era consensual, entre essas instituições, dizia respeito aos métodos especiais de pedagogia corretiva que deviam se aplicados aos menores infratores, como tratamento adequado à sua regeneração.

Quando houve a reforma do Código Penal, muitos juristas e representantes da pedagogia corretiva queriam a redução da idade para o início da responsabilidade penal, que acabou sendo mantida em 18 anos. Havia também os que combatiam essa idéia, afirmando que o Código Penal brasileiro estava seguindo uma tendência moderna e que os defensores da redução da idade estavam “sob a influência emocional provocada pelo revoltante crime” que ocorrera no Rio de Janeiro com a participação de um menor de 18 anos.⁴⁹²

Os excessos praticados pela chamada juventude transviada eram as principais justificativas dos que pediam maior rigor na legislação. Essas manifestações que foram encaradas, até há algum tempo, como simples manifestações da idade, estimuladas por uma época em que os jovens gozavam de liberdade ampla, sendo vistas, aos poucos, como

perda de consciência moral dos jovens, por influências nocivas, que subvertiam os costumes e não raras vezes levavam ao menosprezo às leis. Para a imprensa e pessoas descontentes, as atitudes contemplativas das autoridades e da sociedade teriam permitido que o problema evoluísse assustadoramente.

Personificado no menor Cássio Murilo, que ocupou as manchetes da imprensa durante um bom tempo, como um dos autores de um crime reputado como violento, essas idéias de uma juventude degenerada reforçava a imagem negativa da infância pobre, que encarnava a própria raiz do futuro adolescente mal formado e criminoso. A movimentação das instâncias sociais, em defesa da punição exemplar contra os crimes dessa natureza, refletia em todo o sistema assistencial, cobrando deste uma atitude mais severa na educação dos seus abrigados.

Defendendo a punição exemplar, em casos como esse do menor infrator, o Juiz de Menores, de Belo Horizonte, Moacyr Pimenta Brant, afirmava em entrevista a um jornal que a solução já existia, bastava ter vontade para aplicar a lei:

“O Decreto 6026 de 24 de novembro de 1943, já resolve perfeitamente a situação, ao permitir que o menor de comprovado índice de periculosidade possa ser recolhido sob regime penitenciário. A solução portanto, estará no simples cumprimento destas disposições.”⁴⁹³

O juiz explicava ainda, que se não houvesse lugar apropriado para internar o menor perigoso, como determinava a lei, mediante parecer do Ministério Público, nos casos excepcionais, aceitar-se-ia interná-lo em seção especial, destinada a adultos, e ali ficar até ser extinta a sua periculosidade. Numa segunda fase, completada a maioridade, o internado seria transferido para uma colônia agrícola, ou instituto de trabalho para reeducação.

⁴⁹² Ver este debate entre juristas e representantes de entidades sociais no jornal DIÁRIO DE MINAS. Belo

A imprensa, zelosa de sua missão de informar, aumentava a ansiedade geral dos belorizontinos, publicando, nesse mesmo período, notícias sobre o aumento da quantidade de menores abandonados na cidade. O próprio Juiz de Menores da capital, declarava que o problema era grave, e que o Estado não dispunha de um estabelecimento sequer para recolher os menores infratores: “O Juizado de Menores ao qual compete por lei o encaminhamento de menores aos estabelecimentos adequados, tem apontado soluções para o angustiante problema, sem lograr, porém, o necessário apoio.”⁴⁹⁴

Nessas circunstâncias, o Juizado e o Comissariado ficavam às voltas com os estabelecimentos oficiais superlotados, e as instituições de assistência privada, em condições parecidas, devolvendo, ao Juizado, os menores por ele encaminhados. O aumento da mendicância anunciado pela imprensa, obrigava esses órgãos a agir rapidamente para dar satisfação à sociedade, evitando desgastes políticos. O Departamento Social do Menor e as confrarias vicentinas, inclusive a Cidade Ozanam, eram imediatamente procurados, prestando sua tradicional colaboração. Campanhas de fiscalização a estabelecimentos e locais proibidos a menores eram deflagradas pela imprensa, com o apoio do Comissariado e a cooperação da Delegacia de Jogos e Diversões. Na tentativa de envolver os proprietários desses estabelecimentos, os jornais pediam vigilância nas boates e bares da cidade.

A constatação do aumento dos menores abandonados era encarada pelos órgãos de imprensa, como consequência do aumento do custo de vida, que estaria acarretando a desagregação da família, e também o constante êxodo rural, provocado pela falta de uma política de fixação do homem no campo. Contrariando essas estatísticas negativas, no final

Horizonte: 19.03.1961.

⁴⁹³ Idem, ibidem.

dos anos 60, o Juizado gabava-se de um aumento de 200% no seu movimento, em decorrência de uma melhor organização dos seus serviços e também da eficiência dos seus devotos funcionários. As informações acerca dessas melhorias no atendimento do Juizado, davam conta que, às vezes, algum humilde funcionário levava, para sua casa, menor que não podia ser internado, cuidando dele, junto com os filhos. Na visão das autoridades, esses eram, improvisos válidos, não deviam ser confundidos como aqueles que ocorriam com freqüência nas instituições assistenciais.

Entrevistando Inar Murta Gonçalves, preocupada com a colocação dos menores abandonados, dedicada assistente-social, o jornal Última Hora divulgava as peculiaridades dessa profissão e ressaltava a necessidade de apoio ao trabalho de assistência, com o objetivo de movimentar a população, em relação ao problema do menor. Dando o exemplo dos menores encontrados na zona boêmia da cidade, caso considerado chocante justamente porque não havia lugar para colocá-los, o jornal ressaltava que viver essa situação era como ter que virar os olhos para outro lado não cumprindo o dever profissional.⁴⁹⁵ A cada dia, essa dificuldade aumentava, dando vazão a discussões entre as autoridades sobre abertura de novas instituições de assistência a menores e fechamento, ou diminuição de vagas, em outras.

Apelos veementes do Juiz de Menores Moacyr Pimenta Brant, pediam ao Governo do Estado revogação do fechamento do Instituto João Pinheiro.⁴⁹⁶ Às voltas com problemas ocasionados por ação policial contra menores, esse Magistrado via nessa antiga instituição assistencial, fundada em 1909, a saída imediata para a colocação dos jovens infratores. Esse

⁴⁹⁴ ÚLTIMA HORA. Belo Horizonte: 24.12.1960.

⁴⁹⁵ ÚLTIMA HORA. Belo Horizonte: 19.08.1961.

⁴⁹⁶ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 12.10.1963.

interessante caso envolvia autoridade policial e Juiz, ganhando as páginas dos principais jornais da época.

Aquilo que seria uma “quadilha de jovens delinquentes”, foi desbaratada pelo delegado Sílvio de Carvalho, que entrevistado pelo jornal Estado de Minas, afirmou serem os menores, filhos de famílias abastadas de Lourdes e Barro Preto, que não teriam sido levados ao Juiz de Menores para o corretivo legal, ficando presos na Delegacia de Furtos e Roubos e Menores. Estava aberta uma discussão em que o Juiz de Menores contestava a decisão da autoridade policial, afirmando que no artigo 5º do Decreto 6.026, assegurava-se o direito dos menores de 14 anos, acusados de furtos, que não podiam ser colocados em promiscuidade com criminosos comuns, não podendo se encontrar esses menores sujeitos a qualquer investigação de natureza policial, o que torna essa questão de especial interesse, para se entender a ação repressiva contra a infância infratora.

Quando se verifica que os menores eram identificados como pertencentes a famílias ricas, atenuando, assim, a ação da justiça, percebe-se que provavelmente isso teria passado despercebido pela autoridade judicial, se menores de condição social subalterna tivessem sido presos. A mera suposição de que a lei não era igual para todos, estava sendo usada como defesa da autoridade policial pelo gesto arbitrário, porém, se tratava, não de pequeno deslize, ou equívoco no cumprimento do dever, mas de prática comum. O protesto do juiz contra a prisão irregular dos menores, chegou a envolver o Secretário de Segurança Pública, Faria Tavares, no sentido de relaxar a prisão, acabou sendo criticado pelos policiais com argumentos que tentavam colocar a população atemorizada contra as práticas da lei, na defesa das ações costumeiras da polícia.

Além do fechamento do Instituto João Pinheiro, a autoridade judicial já não podia contar há algum tempo, com o Abrigo de Menores. Essa instituição pública era responsável

pela triagem dos menores que para lá eram levados pela polícia, vicentinos e assistentes-sociais. A proteção prioritária dos menores que era dever do Estado, deixava de ser executada, não por falta da lei, e sim por omissão das próprias autoridades encarregadas de aplicá-la. Esse era o desabafo constante do Juizado de Menores de Belo Horizonte, nos anos 60 e 70, dizendo que bastava cumprir o que os legisladores estabeleciam, dando como exemplo uma lei que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais havia aprovado em 1958, estabelecendo, como norma, que o Centro de Recepção e Observação deveria ter vagas suficientes para atender à demanda para internação dos menores, sob pena de omissão criminosa e processo de responsabilidade.

Os mecanismos legais para cuidar dos menores estavam, portanto, instituídos pelo Estado, praticamente desde o Código de 1927, que consolidara as leis de proteção e assistência aos menores. Além disso, nas décadas seguintes as autoridades se encarregariam de aprimorar esse código, como em 1979, quando surgiu seu sucedâneo, que visava o controle social dos menores e manutenção da ordem na sociedade.⁴⁹⁷

O problema, entretanto, continuava sem boas expectativas para os defensores da prevenção à degeneração moral dos menores, a menos que fossem tomadas medidas indispensáveis. O simples reaparelhamento das escolas de reabilitação e correcionais, não bastava, pois, eram redutos viciados, onde os menores infratores não teriam a oportunidade de voltar ao convívio social. No entender desses defensores do assistencialismo, a pedagogia corretiva, deveria dar lugar à pedagogia assistencial, única capaz de evitar o agravamento da situação.

Delinqüente em potencial, a infância pobre ganhava o estigma da periculosidade latente. O perigo estava em toda parte; a conduta desses meninos e meninas devia ser

vigiada, sem descanso, e a sua moralização e disciplina cuidadas sem trégua. Dia e noite, em estabelecimentos adequados, os menores carentes seriam assistidos por pessoas preparadas que os educariam para tornarem-se adultos responsáveis.

As pressões e apelos do Juizado de Menores e de setores da sociedade representados pelas dezenas de reportagens publicadas pela imprensa, determinou, no início dos anos 80, tomada de posição do poder público estadual em Minas Gerais. A Lei n. 7.795, criava o Centro de Reeducação do Jovem Adulto e o Centro de Reeducação da Menor. Vinculados à Secretaria do Interior e Justiça, subordinados ao Departamento de Organização Penitenciária e ao Departamento de Apoio aos Juizado de Menores; esses novos órgãos, deviam promover a reeducação, profissionalização e reinserção social do jovem proveniente da justiça criminal ou tutelar, na faixa etária de 18 a 25 anos, mediante tratamento penitenciário ou tutelar, fundado no trabalho, na instrução, formação profissional, recreação e assistência religiosa.⁴⁹⁸

A lacuna na aplicação da lei, tão questionada pela magistratura e jornais era preenchida, em 1980, pelo Estado. O recolhimento dos menores abandonados de 14 a 21 anos passava a ser feito por órgãos que os encaminhavam aos estabelecimentos especializados.⁴⁹⁹ Tornava-se, portanto, necessária a articulação entre os Centros de Reeducação e as instituições assistenciais para adolescentes, em Belo Horizonte, e também com as unidades da FEBEM, no Estado.

⁴⁹⁷ Cf. FERREIRA, Mônica Silva e NORONHA, Patrícia Anido; op. cit. 1998, p. 147-150.

⁴⁹⁸ Lei n. 7.795, 03.10.1980.

⁴⁹⁹ Em uma reunião com um dos diretores da Sociedade de São Vicente de Paulo, Vicente Porto de Menezes, realizada em 26.06.1979, afirma-se que os menores que eram presos ou se encontravam perdidos na cidade, eram geralmente levados para as obras vicentinas, que tentavam num primeiro momento, localizar a família. Essa prática do trabalho assistencial vicentino era apoiada pela comunidade elogiada pelo poder público, desde o início do século XX.

Os chamados menores em situação irregular, designação oficial, que passava a ser dada ao desvalido, necessitado ou abandonado, continuariam indo para instituições do tipo Abrigo Jesus, Lar do meninos Dom Orione, Cidade Ozanam e novidades como a Casa Dom Bosco, criada em 1987, na esteira da Campanha da Fraternidade, cujo lema naquele ano era justamente “Quem me acolhe, acolhe o menor.”⁵⁰⁰ Além da continuidade dessas práticas de assistência, algumas tentativas de mudanças foram incrementadas, como a criação do Conselho da Criança e do Adolescente, pelo poder executivo de Minas Gerais, em 1988.⁵⁰¹ A principal função do Conselho explicitada na lei, era a de “promover e orientar as medidas técnicas, administrativas e políticas destinadas à criança e ao adolescente...”⁵⁰²

No Programa de Contribuição ao Estudo de Problemas Mineiros, ligado ao Governo Estadual, ocorreram sessões de trabalho para a discussão da assistência a menores que, na abertura de suas memórias, registrou as mudanças que estavam em marcha e salientou antigas estratégias da pedagogia do assistencialismo.

“É regra universal que o trabalho assistencial se funda no sentimento religioso do amor ao próximo. Só recentemente, pelas radicais transformações sofridas pelo Estado moderno, à assistência social se exigiu a condição de atividade oficial, permeada por considerações de cunho econômico, político-social e ideológico.

Como parte integrante da assistência social, o trabalho voltado à proteção do menor carente não foge àquelas duas vinculações. Pelas condições de subdesenvolvimento peculiares ao País, os recursos públicos por áreas as mais diversas, com notória e possivelmente, acertada prioridade para os investimentos de natureza econômica, de resposta mais pronta, são destinados com parcimônia à assistência ao menor.”⁵⁰³

⁵⁰⁰ Esta nova instituição foi estruturada para substituir funções que até aquele momento, estavam a cargo da FEBEM, marcando o desmantelamento desse sistema em Minas Gerais.

⁵⁰¹ Lei n. 9.750, 26.12.1988.

⁵⁰² Idem, ibidem.

⁵⁰³ A ASSISTÊNCIA A MENORES - MEMÓRIA DA 2ª SESSÃO DE TRABALHO. Belo Horizonte: Gabinete do Vice-Governador., Imprensa Oficial, 1981.

A fórmula que havia constituído a principal estratégia de assistência à infância pobre desde o início do século XX, era confirmada novamente. O trabalho de cunho pedagógico-assistencial, pelo viés religioso, era confiável, apesar do surgimento das radicais técnicas modernas implementadas pelo Estado, mas precisava, de algum modo, mesclar-se a elas, para que pudesse ter sucesso. O que estava ocorrendo, há muitos anos, com o apoio do Estado, devia ser mantido e incrementado pelas instituições assistenciais.

Entendendo a necessidade imposta pelos novos tempos, era preciso repensar, não apenas o modelo de assistência à infância, mas era também oportuno elaborar nova classificação desse universo de desvalidos, ou confirmar antigas espécies, para melhor agir e implementar mudanças. O saber assistencial, portanto, assim o fez, designando e esclarecendo nomenclaturas.⁵⁰⁴

“Menor carente – aquele que se ressentir da falta de um dos elementos indispensáveis ao seu normal desenvolvimento psicológico, físico, educativo, cultural e outra ordem. Essas carências podem se expressar nos campos: material, moral, de serviços.

Menor abandonado – aquele que segundo os critérios legais, não tem responsável por si. O abandono constitui-se praticamente, mas exige declaração judiciária. Implica, às vezes, na cassação do pátrio-poder, seja por seu uso impróprio, seja na falta do seu regular exercício.

Menor infrator – aquele que infringe as normas penais. O menor não comete delito, mas sim uma infração. Essa distinção baseia-se no fato de que, mesmo quando tem discernimento para distinguir o certo do errado, a lei lhe reconhece a falta de condições para se determinar segundo esse discernimento.”⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ Idem, *ibidem*. Este documento propunha a seguinte classificação geral bem ao estilo das Ciências Biológicas: menor carente (gênero); menor abandonado e menor infrator (espécies). Cf. VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de; op. cit, 1999, somente depois que era proferida uma sentença de abandono pela autoridade judiciária, a criança podia ser considerada legalmente abandonada.

⁵⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 28.

Em 1983, o Relatório de Atividades da FEBEM, em Minas Gerais, informava sobre mudanças na metodologia de trabalho das unidades de atendimento, sob a alegação de que a ação educativa só era completa com o ensino formal e as atividades ocupacionais e profissionalizantes, e que essas áreas vinham apresentando problemas, porque os educandos tinham dificuldades estruturais de aprendizagem. Um projeto de integração entre a FEBEM e a Secretaria de Educação do Estado parecia não ter superado esse problema, porque as atividades ocupacionais não haviam chegado a muitas unidades de atendimento.

Denominada Aprendizagem no Local de Trabalho, esta nova proposta implantada em várias escolas da FEBEM, atendia ao propósito de dar melhor formação profissional aos menores.⁵⁰⁶ A preparação do “educando” não devia ser apenas para um ofício determinado, mas para a formação do trabalhador consciente (também denominado morigerado) que soubesse aproveitar as situações reais de trabalho. Facilitando essa nova metodologia de ensino, procurou-se criar novos postos e trabalho, a partir da ampliação, por exemplo, do ensino da horticultura para a agro-pecuária. O real objetivo dessas mudanças parece ter sido a necessidade de aproveitar situações reais de trabalho nas unidades, produzindo-se frutas, leite, carne, verduras e legumes. A limpeza, o vestuário, os jardins e até mesmo a conservação de piscinas passariam a ser feitas pelos assistidos. Essa prática, muito comum nas instituições assistenciais privadas, que empregavam seus abrigados em, praticamente, todas as tarefas rotineiras, o que permitia, em algumas épocas, a produção de alimentos, em pequena escala, para consumo próprio.

⁵⁰⁶ As escolas que aderiram ao novo método de ensino foram: D. Geraldo Maria de Morais Penido, de Juiz de Fora; Afonso de Morais, de Lagoa Santa; D. Delfim, de Muriaé; Monsenhor Messias, de Sete Lagoas; Francisco Moreira, de Santa Rita do Sapucaí; no Centro FEBEM de Marcenaria e nos CIAMES de Araçuaí e Itabira.

Se a educação dos menores nas unidades de atendimento não estava indo bem, a saúde dos assistidos era outro problema. O atendimento médico e odontológico eram escassos por falta de recursos materiais e restringiam-se ao âmbito terapêutico. Não havia atendimento, nem orientação profilática. Desse modo, o projeto de educar os menores para a preservação da saúde pública e a formação do trabalhador-cidadão, cujo corpo saudável, o leva-lo-ia a cumprir da sua missão patriótica de zelar pelo vigor da nação, ficava seriamente comprometido.

O cumprimento da missão de transformar a realidade do menor abandonado no país, não se prendia somente a razões de ordem social, estava ligado diretamente a uma razão ideológica antiga que, durante a vigência do regime autoritário, assumia novas dimensões e desdobramentos, para que fosse possível o exercício de cidadania controlada pelo Estado, quase uma “estadania.”⁵⁰⁷ Partindo da concepção família-pátria-nação, sob os fundamentos da DSN – Doutrina de Segurança Nacional, essa ideologia representava também o pensamento conservador católico, um dos pilares do autoritarismo no Brasil. Com essas palavras, o presidente da FUNABEM encerrava a apresentação da nova instituição: “Há um ideal em marcha. Nossa idéia é proteger o menor e proteger a família. Sabemos que Nação sem família é uma Pátria que agoniza (Pio XII). Nós desejamos uma Pátria bem viva, confiante no presente e no futuro, respeitosa às tradições que recebeu.”

O quadro da situação da FEBEM, fornecido pelo presidente da Fundação em Minas, Luís Gonzaga Teixeira, em seu depoimento à CPI do Menor, na Câmara dos Deputados, pode ser considerado o lado inverso do discurso ufanista dos anos 60, até o

⁵⁰⁷ Este termo tomado de empréstimo de Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, serve para acentuar as práticas políticas autoritárias no Brasil durante o Regime Militar, principalmente na sua fase de recrudescimento entre 1969-1973.

início da década de 70. Esse discurso traduz todos os percalços sofridos pelo projeto FUNABEM-FEBEM.

“O desenvolvimento econômico do país não foi capaz de atenuar os problemas criados pela urbanização crescente. A migração interna desordenada e o êxodo rural criaram situações de desemprego e subemprego, resultando o favelamento, a mendicância, a prostituição e o abandono de menores.

De acordo com o Censo de 70, Minas Gerais possuía 52,7% de sua população na faixa etária de 0 a 18 anos. Utilizando-se o critério renda, verificou-se que, a população marginalizada de menores, em 1974, era de 2.851.176. Verificou-se também que, da população escolarizada de 0 a 18 anos, 2.061.400 eram marginalizados e que 2.350.5456 não estavam freqüentando a escola.

O atendimento prestado aos menores carenciados é insignificante: em 1975, havia no Estado, 477 entidades privadas cuidando do menor. Considerando-se o número 100 como ótimo de atendimento, em cada entidade, seriam atendidos 44.700 menores.

O regime de casas-lares, implantado em 1948, sob o nome de Granja-Escola Caio Martins, ainda hoje atende menores na faixa de 8 a 12 anos de idade.

A FEBEM, pressionada pela demanda crescente, foi obrigada a prestar um tipo de assistência que comprometeu a qualidade. Quando não é possível a assistência na própria família, ou a colocação familiar, utiliza-se o internato.

O menor infrator ainda não recebe assistência adequada. Há apenas projeto nesse sentido.”⁵⁰⁸

Praticamente, todas as autoridades, que foram ouvidas pela CPI do Menor, colocavam em questão o futuro do sistema de assistência ao menor carenciado, implantado, poucos anos antes, pelo governo. Prenúncio das discussões que desaguiariam anos depois na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, as críticas como as desse alto funcionário da FEBEM em Minas, deixavam claro que as instituições estariam fadadas ao

insucesso, caso não fosse levada em consideração a aproximação com a família.⁵⁰⁹ Foi exatamente essa a principal modificação introduzida pela nova lei, retirando da assistência seu caráter asilar, acabando por forçar a discussão de uma nova pedagogia do assistencialismo que ainda não terminou.

⁵⁰⁸ TEIXEIRA, Luís Gonzaga, op. cit., 1976, p. 213.

⁵⁰⁹ É interessante notar que essa tese de responsabilidade social com relação aos diversos grupos asilados, foi, de fato, um movimento de cunho amplo, com idéias originadas das discussões que afloraram nas ondas do mar agitado de Maio de 68, em todo o mundo, que redundou em ações diversas como a própria Luta Antimanicomial. Em Minas Gerais, este movimento começou logo após a visita de Michel Foucault, que apresentou seminários sobre a seus estudos e sua obra à comunidade intelectual e acadêmica em Belo Horizonte.

3. ROTINAS E RITUAIS DA CARIDADE: AS PRÁTICAS DA PEDAGOGIA DO ASSISTENCIALISMO

Uma das perspectivas teóricas, da qual parte este estudo, é a idéia-chave dos estudos da história cultural, de que as relações sociais e econômicas não antecedem às culturas, nem as determinam; sendo assim, as próprias relações econômicas e sociais pertencem ao campo das práticas culturais e à produção cultural. Foi com esse desafio ao paradigma dos *Annales*, que a nova concepção destronou o primado do social, propiciando a emergência de outras categorias, tais como: utensilagem mental, longa duração, mentalidades ou história psicossocial, cultura material, formalidade das práticas, disciplina e invenção, esquema de modelização, etc.⁵¹⁰

Uma arqueologia dos objetos tomou conta da concepção de cultura. As práticas, suas representações e seus objetos devem ser vistos como um todo indivisível.⁵¹¹ Ai está o âmago da questão, que deve perpassar, profundamente, qualquer estudo sobre educação nessa nova proposta epistemológica. A educação, quando entendida apenas com o objetivo de transmitir conhecimento e idéias, restringe-se, impedindo a percepção do que em sentido amplo significa costumes e práticas do processo cultural. Isso dificulta o entendimento da educação como uma complexa rede de relações sociais e culturais, com intrincados dispositivos que proporcionam trocas de experiências diversas entre educadores e educandos.

⁵¹⁰ Algumas dessas categorias foram criadas e outras retrabalhadas por CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Argentina: Manatíal, 1996; *A Ordem dos Livros*. 2ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1998; *Lecture et Lecteurs dans la France D'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

⁵¹¹ Como enfatizam NUNES, Clarice e CARVALHO, Maria M. Chagas de, op. cit. 1992: 20, Chartier propõe três elementos para a História Cultural: “uma história das práticas nas suas diferenças, uma história dos objetos na sua materialidade e dos dispositivos nas suas variações.” O estudo das práticas culturais, nas suas diferenças, pode revelar “o uso que um indivíduo, uma sociedade, um grupo faz de um texto ou de uma imagem.” Ver também a este respeito, HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

As práticas da pedagogia do assistencialismo são consideradas representação coletiva da sociedade, compartilhadas por assistentes e assistidos, e construídas, historicamente, por grupos sociais em luta pelos espaços das representações.⁵¹² As perguntas, tais como, o que querem os pobres?, o que querem os assistentes?, devem ser respondidas ao se estudar os diversos comportamentos, uns em relação aos outros, no cotidiano das práticas, nas instituições assistenciais.

Os aspectos lúdicos e a economia dos gestos, que fazem parte dos rituais e das práticas rotineiras, entendidos pela investigação das relações implícitas a eles, são compreendidos e explicados, neste estudo, por perspectiva política e moral.⁵¹³ Para que se desenvolvesse a análise aqui proposta, foi preciso investigar elementos-chave da antropologia cultural e das idéias que subsidiam a história cultural, que permeiam esse tipo de estudo, juntamente com os pontos elementais desenvolvidos por Foucault, sobre os mapas do saber e do poder, que se assentam sobre suas reflexões, acerca do modo como a legitimidade foi construída pela modernidade.⁵¹⁴

Portanto, os ideários do assistencialismo só adquirem significado a partir dessas práticas desencadeadas, cotidianamente, dentro das instituições; o que é representado é real, não havendo dicotomia entre o que é pensado e representado. A moralização dos assistidos assume, nessas práticas assistenciais, um lugar central. Crianças, jovens e

⁵¹² CHARTIER, Roger; op. cit., 1996.

⁵¹³ Cf, BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, ritual é um termo de difícil definição; aceitando-se a idéia deste autor, será considerado ritual, “o uso da ação para expressar significados, em oposição às ações mais utilitárias e também à expressão de significados através de palavras ou imagens.” (p. 204)

⁵¹⁴ Destacam-se, neste conjunto de propostas teóricas de estudo, as seguintes obras: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977 e *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984 e CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas, Foucault, de Certeau, Marin*. Argentina: Manantial, 1996 e La história entre representación y construcción. In: *Atas do Seminário Internacional, Dimensões da História cultural*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, p. 93-100. Alguns estudos específicos sobre questões religiosas e assistenciais complementam esta análise, tais como: ROLLET – ECHALIER, Catherine. *La Politique a L'Égard de La Petite Enfance Sous La IIIe. République*. Paris: PUF, 1990 e AUBREÉ, Marion e LAPLATINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990.

adultos acolhidos pelos orionitas, vicentinos e kardecistas, em suas instituições assistenciais, participaram ativamente dos planos da pedagogia assistencial, ajudando a construí-la, lutando por ela e contra ela, no tempo e no espaço.

3.1 AS PRÁTICAS ORIONITAS : O LAR DOS MENINOS DOM ORIONE

“Crianças de Rua

Criança de Rua

Criança vivaz,

Traquinas, gostosa;

Na rua, tenaz,

Terrível, teimosa

Nenhuma Leitura,

Tolice de reza,

Que vida tão dura,

Sem cama, nem mēsa(sic)

Pai, mãe, tio irmão?

Qual nada! Sòzinho,

Sem roupa, nem pão,

O pobre maninho.

Abertas as portas

Da Casa de Deus:

Menino, que tortas!?

Gostasas dos Céus!

Amigo Luiz,

Bondade sem par,
Pai, mestre e Juiz,
Espera-o no LAR”

Carlos Porfírio dos Santos

JUBILEU DE PRATA DO LAR DOS MENINOS
DOM ORIONE, 18.07.1969.

Em 1945, a primeira dama do Estado de Minas Gerais, Odete Valadares, visitava o Lar dos Meninos, obra criada em 1944, pelo Prefeito Juscelino Kubitschek. O então diretor desse estabelecimento recebeu-a, percorrendo todas as dependências. Alardeada pela imprensa de Belo Horizonte, a obra teria curta administração da Prefeitura, passando, quatro anos depois de inaugurada, às mãos de uma congregação religiosa que, segundo as opiniões da época, estava melhor preparada para cumprir a árdua missão de educar centenas de crianças que perambulavam pelas ruas da cidade.

Os orionitas, chegaram, com o propósito de adotar sua pedagogia assistencial testada em outras experiências, inclusive, na Itália, ampliando, de início, a assistência a todas as crianças pobres. Essa tendência específica das práticas assistenciais dos orionitas render-lhes-ia algumas experiências *sui generis*, que os levaria a algumas situações difíceis, contornadas, posteriormente, pelos seus líderes.

Confirmando a tendência, de depositar, na caridade cristã, a missão de cuidar dos desajustados, em amplo sentido, há informações nos jornais de Belo Horizonte, que os orionitas estavam empenhados em atender, também, a casos de crianças com problemas considerados mentais. Acompanhando sua tradição da Itália, dos chamados pequenos *cottolengos*, o Lar dos Meninos abrigou o que o jornais designaram de meninos e meninas

anormais. Em 1950, existiam 153 crianças internadas ali, dessas, 30 meninos eram nomeados pela imprensa de anormais e tarados.⁵¹⁵

Uma única vez, em um dos jornais que cobria as atividades do Lar, apareceu ligeira referência ao modo como essas crianças eram cuidadas. Ao relatar a existência de meninas “débeis mentais”, enviadas ao Lar pelo Serviço de Assistência ao Menor - S A M, salientou-se as duas ocasiões em que elas foram agressivas com as irmãs que as acompanhavam.⁵¹⁶ Essa mesma fonte informa sobre as origens desse tipo de atendimento, em Turim, no século XVIII, quando o objetivo era permitir que essas crianças morressem em paz. Na realidade, fica evidente que, o imperativo do isolamento funcionava solução do problema. Portanto, se houve alguma pedagogia especial para essas crianças, deve ter sido baseada em longa experiência do clero católico, que cuidava desse tipo de assistência há muito tempo. Neste caso, tratando-se de meninas, parece ter ficado, a cargo das irmãs, a tarefa de acompanhá-las

O Ministério da Justiça, responsável pelo S A M – Serviço de Assistência ao Menor, destinava verba ao Lar dos Meninos, no valor de Cr\$ 400,00, *per-capita*, para as despesas com essas crianças transferidas. Segundo afirmou um periódico, aos poucos, o Lar ia se tornando também um “asilo de loucas infantis”, “retardadas e epiléticas.”⁵¹⁷ Ao que tudo indica, esse tipo de assistência tradicional entre os orionitas, deve ter provocado

⁵¹⁵ Há notícias destes meninos e meninas em dois jornais, no DIÁRIO DE MINAS de 27/04/1950 e no O DIÁRIO, de 27/03/1950. Este último jornal informa ainda, que esses assistidos saíram do Rio de Janeiro, enviados ao Lar pelo Serviço Nacional de Assistência aos Menores, que ficaria encarregado de mantê-los. Apesar deste estudo se interessar, especificamente, pelas práticas envolvendo as crianças consideradas normais, ou seja, que na classificação do saber médico-psiquiátrico daquela época não estavam associadas às doenças ditas mentais, deve ser salientado, começando-se pelas exceções, que não foram encontradas nas fontes, quaisquer referências a algum tratamento diferenciado para essas crianças consideradas anormais, criando uma lacuna que dificulta, sobremaneira, a análise do padrão de práticas assistenciais para esses abrigados. Se houve uma pedagogia especial, destinada a essas crianças denominadas anormais atendidas pelos orionitas, não há nas fontes consultadas, nada que indique isso.

⁵¹⁶ O DIÁRIO, 27/03/1950.

⁵¹⁷ O DIÁRIO, 29/03/1950.

algum estardalhaço junto à população, justificando as reportagens sucessivas para explicar a situação.

Quando se completaram dez anos da morte de Dom Orione, em 1950, o Lar dos Meninos inaugurou, com grande pompa, o pavilhão-cottolengo,⁵¹⁸ destinado às crianças consideradas doentes mentais, homenageando a esposa do então governador, Milton Campos, dando a esse novo espaço seu nome: D. Déa Dantas Campos. O comparecimento das principais autoridades políticas, judiciárias e eclesiásticas, ligadas ao assistencialismo do estado e do município, além da própria homenageada e de autoridades da área federal, confirmavam o grande prestígio dos orionitas naquele momento.⁵¹⁹ Entretanto, parece que essa experiência durou pouco tempo.⁵²⁰ Há um silêncio nos jornais e entre os orionitas sobre esse assunto.

Alguns meses antes, em setembro de 1949, os orionitas haviam inaugurado o pavilhão que homenageava o prefeito Otacílio Negrão de Lima, motivo de grande celebração, com a presença de autoridades políticas, eclesiásticas e imprensa, inclusive dos Diários Associados. Além de receberem doações em dinheiro, como era comum nesses momentos, os orionitas fizeram a queima da primeira caieira do Clube Industrial do Lar dos Meninos.⁵²¹ É interessante assinalar que, nessa festividade, o presidente da Câmara Municipal, padre Cyr Assis Assunção, encontrava-se entre os convidados que discursaram, assinalando aquela etapa histórica do Lar dos Meninos Dom Orione, como grande

⁵¹⁸ Este nome parece derivar de São José Benedito *Cottolengo*, que abrigava crianças pobres, inspirando Dom Orione.

⁵¹⁹ O jornal O DIÁRIO, de 27/03/1950, noticiou este evento dedicando-lhe um grande espaço, com muitos detalhes da inauguração. Houve uma missa campal celebrada pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, e o lançamento da pedra fundamental da Igreja Matriz da Pampulha. Novamente O DIÁRIO de 28/03/1950 e ainda ESTADO DE MINAS de 28/03/1950 e o DIÁRIO DE MINAS de 21/04/1950, noticiaram este mesmo evento.

⁵²⁰ No JUBILEU DE PRATA, op. cit., (não há paginação) encontra-se a seguinte justificativa: “Por motivo de força maior não puderam (referindo-se às irmãs orionitas) continuar o árduo trabalho de assistência às órfãs...”

⁵²¹ DIÁRIO DA TARDE, 26/09/1949 e DIÁRIO DE MINAS, 27/09/1949.

arrancada para transformar toda assistência social de Belo Horizonte. Por ser padre, esse político representava apoio, a mais, aos orionitas.

Foi exatamente, no período de 1949 a 1955, entre a inauguração do pavilhão Otacílio Negrão de Lima e a inauguração do galpão da olaria, que a instituição alcançou sua boa imagem junto às autoridades políticas, começava a ser motivo de comentários, e o trabalho desenvolvido pelos seus assistentes ganhava a simpatia da comunidade belorizontina.

Com a chegada dos orionitas, alterou-se toda a rotina geradora da pedagogia do assistencialismo dos Lar do Meninos, evidenciando-se as práticas catequéticas, isto é, aquelas práticas que, geralmente, associadas às estratégias missionárias católicas, põem em ação um modo peculiar de educar e evangelizar.⁵²² Dessa forma, todas as práticas que este estudo tem por finalidade especial descrever e analisar, sem perder de vista o contexto externo, no qual elas se inseriam, serão apresentadas a seguir.

De início, é interessante salientar que o asilamento dos assistidos gerava uma rotina interna específica na instituição, só sendo quebrada por outra: ir a uma escola pública para estudar e voltar ao Lar. Nos primeiros anos, o ensino formal era ministrado no próprio Lar; depois, ficou sob a responsabilidade de alguma escola pública das imediações, onde os abrigados recebiam a educação regular, matriculados nas séries do ensino fundamental.⁵²³

Os orionitas dividiam as crianças em três categorias: as de 5 a 9 anos, as de 10 a 14 anos, chamadas de médios e as de mais de 14 anos denominadas pequenos operários, que recebiam salário e carteira profissional conforme estipulava a legislação do menor. Porém,

⁵²² CHÂTELLIER, Louis, op. cit. 1995; METTE, Norbert. *Pedagogia da Religião*. Petrópolis-R.J.: Editora Vozes, 1997.

⁵²³ As seguintes escolas aparecem como responsáveis pelos internos do Lar: Escola Estadual Francisco Menezes e Escola Municipal Dom Orione. Havia ainda o Grupo Escolar Professor Arduino Bolivar, fundado em 15 de agosto de 1954, tendo como Diretora a Professora Alda Mendes Vilela. Quando da chegada dos primeiros orionitas, essa escola pertencia à categoria de Escolas Reunidas, entretanto, os professores não pertenciam ao funcionalismo público do município, segundo o JUBILEU DE PRATA, op. cit., 1969.

pagavam a alimentação e a roupa lavada, custeando esses serviços com seu próprio trabalho, aprendendo, desde cedo, a importância de reservar dinheiro para subsistência e reprodução da força de trabalho.⁵²⁴ Essa era a essência do aprendizado para tornar-se trabalhador, firmada na educação que indicava àquelas crianças e adolescentes o caminho para a sua proletarização.

A intenção das autoridades, em limitar o trabalho infantil, aos maiores de 14 anos, não satisfazia aos empresários⁵²⁵ que reconheciam haver uma tendência mundial nesse sentido mas, de acordo com seus interesses, consideravam o Brasil uma exceção, onde os filhos dos pobres tinham que trabalhar, desde cedo, para ajudar no sustento da família. O argumento que usavam para convencer as autoridades da necessidade de se reduzir a idade para o trabalho, baseava-se na idéia de desorganização da família por causa da pobreza, levando as crianças ao crime.

Entre 1948 e 1950, os orionitas haviam assumido todas as atividades do Lar: Padres, instrutores seminaristas e instrutores contratados, além das irmãs Pequenas Missionárias da Caridade, pertencentes à ordem orionita, passaram a ministrar, durante algum tempo, inclusive as aulas do ensino primário. A partir de 1950, o então governador, Juscelino Kubitschek, autorizou a criação de classes anexas, sob a responsabilidade de quatro professoras que passariam a fazer parte do sistema estadual de ensino.⁵²⁶ Para atender cerca de 150 assistidos, o quadro de assistentes era, relativamente, pequeno, constando de diretor, Padre Nazareno Malfati, três padres, quatro clérigos (seminaristas) e

⁵²⁴ BINÔMIO, 14/10/63, p. 06.

⁵²⁵ Ver a este respeito, BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et alii (orgs.), op. cit., 1998 e GOMES, Angela Maria de Castro, op. cit., 1979.

⁵²⁶ JUBILEU DE PRATA, op. cit., 1969.

seis irmãs de caridade.⁵²⁷ No final da década de 50, o trabalho da rouparia e cozinha era feito pelas irmãs Pequenas Missionárias da Caridade.

Sobre os seminaristas, há algumas observações a se fazer: havia em Miguel Burnier, cidade próxima a Ouro Branco-MG, o Seminário Coração de Jesus, responsável pela formação vocacional dos orionitas. Em 1957, esses religiosos foram transferidos para Belo Horizonte, ganhando novo Seminário, cujo nome, Dom Carlos Sterpi, foi dado em homenagem ao secretário de Dom Orione e se situava ao lado do Lar dos Meninos, o que proporcionou maior envolvimento dos seminaristas com os abrigados. O trabalho de assistir moralmente e acompanhar os estudos dos abrigados, ganhava mais apoio, e ao mesmo tempo, incentivava muito aos assistidos que quisessem seguir seus estudos, freqüentando o Seminário ao lado do Lar.⁵²⁸

Somente em 1964, as atividades de formação profissional do Lar ganhariam o apoio do Grupo Escolar Arduíno Bolívar, através do ensino técnico ministrado por cinco professoras aos alunos da 4ª série primária.⁵²⁹ Assim, o ensino técnico passava a ser também, uma atribuição das professoras da escola primária. Ao que parece, respeitava-se o limite mínimo de idade, 14 anos, para iniciar os assistidos na preparação profissional prática, acompanhando o Código do Menor em vigor. No primeiro caso, fica explícita a intenção de preparar as crianças para que no segundo momento, iniciassem sua prática profissional distribuída pelas atividades da olaria à horta.

Retomando à análise da rotina interna do Lar, pela manhã ou à tarde, como já se afirmou antes, os abrigados saíam para a escola primária, retornando na hora do almoço

⁵²⁷ DIÁRIO DE MINAS, 29/03/1950.

⁵²⁸ BARBIERO, Dino et alii, op. cit, 1998, p. 13.

⁵²⁹ Idem, Ibidem.

ou no fim do dia.⁵³⁰ Alguns pela manhã, outros à tarde, e todos à noite, permaneciam no Lar. São esses períodos em que os abrigados ficavam aos cuidados dos assistentes que interessam, de perto, a este estudo, pois neles aconteciam as atividades específicas da pedagogia do assistencialismo.⁵³¹

Há informações, de várias fontes, apresentando algumas diferenças em relação ao horário e ao tipo de atividade desenvolvida, justificando-se isso, por causa das épocas distintas a que se referem essas fontes. Na realidade, não se pode falar em rotina, mas em rotinas que foram surgindo e se alterando ao longo dos anos.

Pela manhã, à tarde ou à noite conforme o horário em que os assistidos saíam para estudar, várias instruções eram preparadas pelos assistentes. Os instrutores, em geral seminaristas, cuidavam, essencialmente, da educação moral e religiosa.⁵³² Alguns professores contratados ministravam o ensino prático, de cunho profissionalizante. A rotina diária dos assistidos, apresentada por um jornal, em 1963, será útil para dar uma idéia dessas atividades diárias.⁵³³

O dia começava às seis e meia da manhã com orações, missa e comunhão. Às sete e meia, café. Oito horas, aulas para os que estudavam no turno da manhã e trabalho para os que estudavam à tarde. Às onze e meia, havia um pequeno recreio, que antecedia o almoço, servido ao meio dia, sucedido por outro recreio de meia hora. A uma hora da tarde, aula para uns e trabalho para outros, invertendo a situação da manhã. Às quatro e meia, outro

⁵³⁰ O conceito de instituição total de GOFFMAN, Erving, *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva 1992, pode não ser o mais indicado para este caso, embora seja o que mais se aproxima de suas características, a não ser pelo fato de o assistido ter que sair para estudar fora do Lar, que parece não indicar uma quebra efetiva do asilamento dos assistidos, essa instituição é, sem dúvida alguma, asilar.

⁵³¹ Este é o tempo disciplinar que foi-se impondo aos poucos, à prática pedagógica. Nascida da tradição das escolas cristãs, essa pedagogia da disciplina das pequenas coisas, dos detalhes que devem ser observados pelos educadores, foi reforçada por Jean-Baptiste La Salle, em seu *Tratado sobre as Obrigações dos Irmãos das Escolas Cristãs*. Ver a este respeito, FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes: 1977, p. 128-129.

⁵³² No noviciado todos tinham que colaborar com a assistência, fazendo parte de sua formação enquanto irmãos coadjuvantes ou futuros padres a participação nas atividades do Lar.

⁵³³ BINÔMIO, 14/10/63, P. 06.

recreio, seguido de limpeza e asseio pessoal, às cinco e meia. Às seis horas, era servido o jantar, que a partir de uma certa época, era acompanhado da permissão para assistir televisão, seguindo-se a ele o repouso para os meninos menores e meia hora de estudos para os maiores. Saliente-se ainda que as refeições eram servidas à mesma hora para os padres-assistentes, que assim se alimentavam com os seus assistidos.⁵³⁴

Em função dessa prática de fazer as refeições junto com os abrigados, uma denúncia surgiu em um jornal da cidade em 1954.⁵³⁵ Pais de crianças internadas no Lar, após elogiarem o ensino da instituição, fizeram um apelo para a melhoria da qualidade da alimentação dos meninos, alegando que só comiam macarrão e mandioca, o que consideravam prejudicial à sua nutrição. Diziam que para os superiores a mesa era variada (saliente-se, entretanto, que essa prática era constante, e pela análise de tantas outras evidências pode-se afirmar que os assistidos a incorporavam positivamente).

Por outro lado, essa intensa rotina deveria manter os assistidos ocupados todo o tempo.⁵³⁶ O perigo do ócio, preceito universal, devia ser afastado. As atividades recreativas cotidianas, eram de curta duração, além disso, estavam sob a vigilância dos assistentes, presentes também na hora das refeições, como se viu anteriormente. O

⁵³⁴ Cf. FOUCAULT, Michel; op. cit., 1977, o poder disciplinar, teve suas origens nas ordens religiosas, consistindo em trabalhar o corpo detalhadamente, de “exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível da mecânica”, desse modo, essa coerção ininterrupta, constante, “que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado, e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.” Além disso, Foucault nos lembra que “o horário” é uma velha herança das comunidades monásticas que haviam sugerido seu modelo estrito: “Ele se difundiria rapidamente. Seus três grandes processos – estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição – muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais. Dentro dos antigos esquemas, as novas disciplinas não tiveram dificuldades para se abrigar; as casas de educação e os estabelecimentos de assistência prolongavam a vida e a regularidade dos conventos de que muitas vezes eram anexos.” (p. 136)

⁵³⁵ DIÁRIO DA TARDE, 07/1954.

⁵³⁶ Ver sobre este aspecto, FOUCAULT, Michel, op. cit, 1984 e *Vigiar e Punir*. Petrópolis-R.J.: Vozes, 1977 e o texto antológico de THOMPSON, Edward P.. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

acompanhamento de todas as atividades faz parte da organização da disciplina, impondo o esquadramento do espaço e sua permanente observação.⁵³⁷

Entre as atividades rotineiras, já relacionadas, a missa adquire relevância. Logo após sua celebração, umas poucas palavras de 5 minutos, estimulavam a formação moral. Uma prática da pedagogia assistencial orionita, que parece ter escapado da lista anteriormente apresentada, não escapou da memória de um dos diretores do Lar, denominada por ele de “a famosa Boa Noite.”⁵³⁸ Era algo importante, um sermãozinho que havia surgido com Dom Bosco e depois passara a Dom Orione. De acordo com esse clérigo, a mãe de Dom Bosco o inspirou. Tratava-se de um pequeno sermão com algumas palavras que estivessem relacionadas a problemas do dia. Essa prática parece ter sido divulgada pelos salesianos, sob a liderança de Dom Bosco, estendendo-se à prática orionita através de Dom Orione. A evidente proposta de educar os assistidos, no horário da vigília do sono, levando-lhes casos exemplares, ilustrados com os acontecimentos, do dia, acompanhados de prédicas morais, aumentava, sensivelmente, as chances de introjeção dos valores cristãos.

Um outro clérigo assinala a presença de psicólogos formados e estagiários, responsáveis pelo acompanhamento de alguns abrigados. A orientação psicológica estava encarregada de atender os assistidos com problema de coordenação motora, mas, sem dúvida, não devia se limitar a isso. Através dessas informações são identificadas ainda as seguintes práticas rotineiras: formação moral cristã; recreação orientada; orientação para o

⁵³⁷ Ver sobre esta situação, FOUCAULT, Michel; op. cit, 1977, p. 131-132, que afirma ser essa a regra de ouro das “localizações funcionais, que codifica os espaços e institui a disciplina.”

⁵³⁸ Entrevista com o Padre Luiz Lazzarin, Belo Horizonte: 18/02/2000. Este padre foi diretor do Lar por um curto período, 1963-1964, porém, dedicou boa parte de sua vida à assistência social, além disso, é um dos poucos orionitas que teve a chance de conhecer e trabalhar com Dom Orione.

trabalho, preparação para a catequese e preparação para a primeira comunhão e a crisma.⁵³⁹

Ao longo do período estudado, a produção de tijolos na olaria, à qual se fez referência anteriormente, foi o sustentáculo da instituição de 1955 até sua transferência para outro local.⁵⁴⁰ À olaria se juntavam outras atividades práticas profissionalizantes: o cultivo da terra na horta, oficina mecânica, gráfica, tapeçaria, cartonagem (caixas de papelão), marcenaria, carpintaria e produção de sapatos, entre outras. O principal objetivo dos educadores orionitas, ao implantarem a iniciação profissional, era a formação de empregados de categoria, embora pensassem também na possibilidade de alguns desses assistidos alcançarem a categoria de proprietários.⁵⁴¹ Com o tempo, as atividades como a oficina mecânica, a cartonagem, e a carpintaria foram perdendo ímpeto, à medida que a produção de tijolos apresentava-se indispensável para o Lar.

A olaria, além de ter sido a atividade de maior significado econômico, foi ainda a de maior importância para a formação profissional dos assistidos, que recebiam, ali, as instruções necessárias para se tornarem exímios oleiros. Funcionando em um amplo terreno, os assistidos, orientados pelos padres-instrutores, chegaram a produzir de oito a doze mil tijolos comuns por dia. O problema crônico da falta de água na cidade, que poderia ter trazido transtornos, havia sido solucionado no Lar dos Meninos, no início dos anos 50, durante a administração do prefeito Américo René Giannetti, com a perfuração de

⁵³⁹ Entrevista com o Padre Jarbas Assunção Serpa. Belo Horizonte, 04.09.1998.

⁵⁴⁰ Sem dúvida, esta era a atividade prática mais importante na concepção dos dirigentes do Lar dos Meninos, representando o que se pode denominar de fase áurea da instituição. Mais adiante será necessário voltar à análise dessa prática específica, com mais detalhes; no momento é suficiente afirmar que a história do Lar, sob a administração dos orionitas, pode ser dividida em duas fases distintas: uma antes e outra depois da mudança de sua sede, ou seja, a fase da olaria e outra sem ela.

⁵⁴¹ JUBILEU DE PRATA, op. cit.

um poço artesiano. Através desse exemplo e de outros, a longa convivência do Lar com o poder público, pode ser confirmada mais uma vez.⁵⁴²

Essa modalidade da prática da pedagogia assistencial orionita, envolvia a maioria dos abrigados. O trabalho em equipe, exigência dessa prática profissional, pede eficiência para formar um corpo de trabalhadores disciplinados e acostumados ao trabalho coletivo, que cobra conduta semelhante à do trabalhador numa linha de montagem. Não se deve confundir a produção de tijolos com o artesanato, pois, ao contrário, ela é uma produção seriada, diferente da técnica artesanal comum, onde as peças são produzidas em vários padrões, e cuja matéria-prima é a mesma, - o barro -, apresenta uma seqüência de atividades entrelaçadas e coordenadas, que não podem ser interrompidas. Além disso, esta produção precisa ser padronizada e calibrada, de acordo com a técnica de construção da indústria civil que se constitui na sua demanda quase exclusiva.

Foi a partir de 1956 que a olaria passou a produzir em grande escala, representando, cada vez mais, uma fonte de renda segura para o Lar. Naquela época a instituição passara de 2 a 10 pavilhões, com cerca de 300 assistidos, o que proporcionava mão de obra suficiente para aumentar a produção a 12 mil tijolos por dia.⁵⁴³ Parte dessa produção supriu as obras das casas que estavam sendo construídas na região da Pampulha, onde se situava o Lar.

É essa atividade ocupou um espaço central da prática assistencial do Lar, assumindo grande importância na sua estratégia pedagógico-assistencial. Os assistidos sentiram-se através dela, responsáveis pela sobrevivência da instituição. Quantas vezes devem ter ouvido que trabalhar na olaria era o mais importante para garantia do futuro?

⁵⁴² Um bom exemplo do relacionamento entre os orionitas e os políticos está no fato de se inaugurar no dia 24 de junho de 1951, no Lar dos Meninos, um busto do seu fundador, Juscelino Kubitschek. O homenageado e sua esposa participaram da solenidade, que segundo o DIÁRIO DE MINAS DE 25/06/1951, teve uma

Retomando a explicação sobre a rotina dos assistidos, um ex-abrigado proporciona informações nesse sentido. Através da sua memória, as atividades são relacionadas numa escala que parece ir das mais prazerosas àquelas que eram consideradas como pertencentes ao mundo adulto, que representavam o trabalho e a ordem. Quando chegou ao Lar, no início de 1961, o menino se deparou com novidades: “belas matas, campos de futebol, quadras de vôlei, piscina e muito espaço.” Pouco tempo depois, o aspecto da organização institucional se fazia sentir: “Era tudo muito organizado. Horário para rezar, assistir às missas, aulas, alimentar, tomar banho, brincar, estudar, trabalhar e passear.”⁵⁴⁴

Nos fins de semana, os passeios eram constantes. Os meninos recebiam dos assistentes uma quantia em dinheiro para compras nesses passeios. A Lei do Menor vigorava dentro da instituição. Como já se afirmou antes, os maiores de 14 anos tinham a carteira profissional e recebiam o salário legal. O jornal Binômio, em sua edição de 14 de outubro de 1963, esclarece: “Os padres dão aos meninos todo fim-de-semana, de trinta a sessenta cruzeiros...” (p. 06) Essa prática era extremamente importante para formar nos abrigados o sentido do trabalho, enquanto atividade que permite o consumo, e não apenas suor e cansaço. Era o outro lado do trabalho que precisava ser mostrado e valorizado. O lado do trabalho que sugere formação de riqueza, proporcionada somente àqueles que o levam a sério, que perseveram, sendo a recompensa justa do trabalhador o seu salário.

As tarefas ligadas à rotina do trabalho, que representavam a maior parte do tempo, dividiam-se entre aquelas que significavam uma formação profissional e outras ao cumprimento de serviços domésticos, às necessidades diárias de limpeza e organização dos pavilhões. Era costume fazer um rodízio dos internos na cartonagem, na lida com a horta,

revoada de pombos, discursos e a presença do superior geral da Congregação da Divina Providência, Padre Carlos Pensa.

⁵⁴³ Vital, J. D. op. cit.

no pomar, na oficina mecânica e na carpintaria, porém, seria difícil acreditar que, na olaria, dadas às suas características, pudesse haver esse rodízio. Outras atividades, realizadas cotidianamente, eram classificação de notas fiscais para a Secretaria da Fazenda do Estado, (à qual será dedicada maior atenção deste estudo, logo adiante), atendimento do telefone no escritório, encaminhamento de visitas, limpeza e conservação dos dormitórios, refeitório e capela.⁵⁴⁵

As rotinas de trabalho eram compartilhadas pelos assistentes e pelos padres.⁵⁴⁶ O envolvimento dos superiores no trabalho, colocando-se no mesmo nível dos assistidos, revela importante estratégia pedagógica, promotora de aparente nivelamento entre assistente-assistido, criando, em ambos, fortes laços de aproximação. Dessa forma, a proposta dos orionitas de se colocarem como parceiros da relação assistente-assistido, afastando a idéia de uma relação superior-inferior, pode explicar não somente, o cerne do pensamento orionita, como também as suas práticas pedagógico-assistenciais.

Outra atividade de grande interesse para os assistentes, e sem dúvida, para os assistidos, foi a formação do Grupo de Escoteiros e Alcatéia de Lobinhos Dom Orione. Desde as festividades e inaugurações do início da administração dos orionitas, ela já se fazia presente. Articulada à outras associações e à Federação Mineira de Escoteiros, os Escoteiros Dom Orione participavam de acampamentos nas imediações do Lar, na Pampulha. Essa modalidade de organização certamente contribuía para reforçar laços de solidariedade e amizade entre os seus integrantes, além de reforçar o sentido de grupo e de hierarquia. Infelizmente, não foi possível acompanhar os desdobramentos desse grupo

⁵⁴⁴ SILVA, José Francisco da. Busquei, no Lar, a Preparação para uma Vida. In: BARBIERO, Padre Dino et alii (orgs.) *Lar dos meninos Dom Orione, 50 Anos*. Belo Horizonte: Gráfica Irmãos Verçosa, 1998, p. 7

⁵⁴⁵ Idem, ibidem.

⁵⁴⁶ Idem, ibidem.

pelas fontes disponíveis, entretanto, pelo menos durante a década de 50, é interessante notar sua presença constante nas festas, inaugurações e solenidades.

Duas outras atividades, chamam a atenção pela sua especificidade: a primeira, os torneios de futebol, que atraía grande interesse pela sua organização, com equipes que possuíam técnico, uniforme, etc. Novamente encontramos aqui uma proposta de Dom Orione, que considerava as atividades próprias das crianças, tais como suas brincadeiras, uma excelente oportunidade para aproximar-se delas e ganhar-lhes o respeito. A conquista dessa confiança pode levar a uma profunda relação de amizade entre assistentes-assistidos: “Dom Orione me fascina tanto que, até hoje, quase 40 anos depois daquele dia de 1961, continuo ligado a ele, através da Associação de Ex-Alunos, para o qual fui atraído pelo Pe. Dino e, especialmente, através do Movimento Laical Orionino”.⁵⁴⁷

Percebe-se assim que os laços com a instituição não se desatam facilmente, ao contrário, se estendem por toda a vida, sendo mantidos de modos diferentes e apropriados a cada etapa, conforme as circunstâncias, através de celebrações, festas, etc.. A participação efetiva de ex-alunos nas atividades assistenciais confirma a existência de uma rede formada pelos estrategistas desse tipo de proposta de ensino. As estratégias assistenciais se multiplicam em vários momentos: nos encontros de ex-alunos, nas festas organizadas pelo Lar para arrecadar fundos, nas datas comemorativas, etc. O laicato orionita, composto pelos devotos de Dom Orione e, de uma maneira geral, pela extensa rede de pessoas que se relacionam à instituição, formam a base segura para a permanência das idéias e dos planos de assistência.

A segunda atividade que aparece na memória do ex-aluno José Francisco, é uma tarefa cumprida externamente, o que leva a crer que nem todos os assistidos estavam à sua

⁵⁴⁷ Idem, *ibidem*.

altura.⁵⁴⁸ Mesmo que o local ficasse perto do Lar, provavelmente era necessária dose de confiança naqueles que exerciam essa tarefa. Tratava-se de tomar conta da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha. Essa atividade implicava em uma certa rotina que exigia do assistido algumas habilidades específicas: preparar as missas, batizados e casamentos, soar o sino chamando os fiéis.

O aprendizado para essa tarefa se realizava nas rotineiras missas do Lar, onde alguns assistidos deviam receber a incumbência de auxiliar diretamente os celebrantes. A missa, como foi visto, era outra atividade rotineira, ação catequética de caráter interno e, pode ser considerada momento privilegiado da pedagogia do assistencialismo orionita, porque além de sua intensidade religiosa, ao transmitir os princípios morais cristãos-católicos sob condições especiais, revestia-se de uma solenidade, cuja liturgia envolvia ao máximo celebrantes e assistidos.⁵⁴⁹

De qualquer forma, a participação direta ou indireta da celebração das missas no Lar, não deixava de ser um incentivo para que os abrigados se esmerassem no ritual, adquirindo assim, a oportunidade de sair dali, tomando contato com o mundo lá fora, sob circunstâncias muito especiais, cuidando de um espaço sagrado considerado moderno, que havia causado intensas discussões no meio religioso e político de Minas.

Anteriormente mencionada como atividade merecedora de uma explicação mais acurada, a classificação de notas fiscais, por volta de 1959-1960, ocupou boa parte dos

⁵⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁹ A catequese enquanto uma estratégia de divulgação do cristianismo ou do catolicismo, pode ser entendida também, sob certas circunstâncias históricas, como uma estratégia relacionada a valores morais específicos que correspondem a comportamentos sociais demarcados por ideologias pertinentes ao modo como se constroem e se operam as relações de dominação. Ver a este respeito o *DICIONNAIRE DE THÉOLOGIE CATHOLIQUE*, Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1932, verbete Catéchèse e *CHÂTELLIER*, Louis. *A Religião dos Pobres*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. A construção de um discurso pedagógico específico para a realização do procedimento catequético, varia com o tempo, entretanto, mantém uma estrutura essencialmente moralizadora. A discussão teórica a esse respeito, encontra-se, principalmente, nos textos de LARROSA, Jorge. A Estruturação Pedagógica do Discurso Moral. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: jul./dez. 1996, p. 121-160, e A Construção Pedagógica do Domínio Moral e do Sujeito Moral. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades Reguladas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 46-75.

abrigados. Essa atividade provavelmente era confiada aos abrigados que possuíam um grau de estudo maior, porque exigia certas habilidades relacionadas a conhecimentos de conteúdos específicos, próprios de uma escolaridade avançada. Tratava-se de um acordo entre a diretoria do Lar dos Meninos e o Departamento de Fiscalização da Secretaria das Finanças do Estado. Essa atividade rendeu ao Lar, 60 mil cruzeiros, além da economia aos cofres públicos, porque esse trabalho seria realizado por funcionários que recebiam melhor remuneração para executá-lo.⁵⁵⁰

No final da década de 50, a esperança do Estado em instituições como o Lar dos Meninos começava a diminuir. O que atesta essa mudança, é a decisão do Governo do Estado de Minas de criar o Departamento Social do Menor, em 1957. O fracasso do setor público na assistência às crianças e adolescentes em todo o país, com a péssima administração do Serviço de Assistência ao Menor - S A M,⁵⁵¹ aliado às dificuldades das instituições privadas, que chegavam, a receber assistidos do próprio S A M, levaram à tentativa de implantar uma política preventiva que evitasse, ao máximo, a internação das crianças. Só seriam aceitas nas instituições as crianças em cujo lar não houvesse a menor oportunidade de reajustamento. O acompanhamento dessa triagem deveria ser feito pelo governo, acionando o serviço de assistentes sociais, que trabalhariam em estreita colaboração com o Juizado de Menores.⁵⁵²

Após a virada política, com o novo regime, em 1964, houve nova tentativa de reestruturação da assistência à infância. A crise no setor público de assistência à infância liquidou o antigo S A M, substituindo-o pela nova FEBEM. Em meio a essa mudança, as instituições de caráter privado em nada se alteraram, pois, continuariam a receber

⁵⁵⁰ O DIÁRIO, 13/05/1960

⁵⁵¹ O S A M, Serviço de Assistência ao Menor, foi criado por Getúlio Vargas em 1940, sucedeu-lhe, em 1964 a FUNABEM. Ver a este respeito, PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.), op. cit., 1996, p. 146-175 e ERTZOGUE, Marina Haizenreder, op. cit. 1999.

assistidos, enviados agora pelo sistema engendrado no regime militar. Em outras palavras, as autoridades públicas responsáveis pelo chamado problema do menor continuavam a creditar pouca ou nenhuma confiança no seu modelo assistencial. O Lar dos Meninos recebeu várias internos da FEBEM durante essa nova fase, cuja subsistência era enviada pelo governo, o que não garantia todas as necessidades.

As instituições assistenciais privadas, inventavam novas formas de lidar com o problema agravado pela transferência das crianças do setor público. Desde a administração do Padre Tonelli (1955-1961), já se cogitava da fundação de uma Associação de Madrinhas do Pequeno Órfão, cujo objetivo era levar até os abrigados órfãos, uma mãe-substituta que, em algum momento, pudesse transmitir-lhe a idéia de lar. Esse projeto parece ter-se concretizado em 1965, sob a direção do Padre Pedro Pellanda. A Associação das Madrinhas incumbia-se de “rezar pelas vocações, pois, sem oração nenhum seminarista chega ao altar; também dar orientação, apoio, carinho, etc. aos menores assistidos pelo Lar dos Meninos.”⁵⁵³ Essa idéia não era inteiramente nova: Dom Orione havia proposto algo assim, quando começou a organizar sua obra de caridade. Aliás, notando-se com atenção o papel da mulher/mãe, talvez seja essa a grande inspiração da lhaneza de Dom Orione, da qual faz referência um dos seus admiradores.⁵⁵⁴

Dom Orione, em especial, e a instituição evocam a proteção de Nossa Senhora, seu ideal de vida, sua atuação misericordiosa. Essa é, sem dúvida, mais uma característica que vem somar a tantas outras assinaladas ao longo deste trabalho, possibilitando entender o núcleo da pedagogia assistencial dos orionitas. O espírito maternal na condução dos assistidos, valorizando aquilo que corresponde, às brincadeiras, à diversão, e ao afeto na

⁵⁵² O BINÔMIO, de 14/10/63, informa que se encontravam no Lar, 50 crianças que haviam sido transferidas do S A M.

⁵⁵³ Estas notas são da Presidente das Madrinhas, NOMAM, Maria do Carmo. As Madrinhas e o Lar dos Meninos Dom Orione. In: BARBIERO, Pe. Dino et alii (orgs.), op. cit., 1998, p. 11.

vida das crianças, aproximando assistentes e assistidos,⁵⁵⁵ gerando um relacionamento de confiança mútua.

Como salienta um ex-assistido, a impressão causada por essa forma de trabalhar e educar, proporcionam uma idéia de família: “O Lar dos Meninos Dom Orione não é um internato, nem um semi-internato, é uma família, um ninho de amor, uma luz na escuridão.”⁵⁵⁶ Em 1976, a C P I do Menor, da Câmara Federal, atribuía como causa especial do fenômeno menor abandonado, a desagregação familiar, afirmando que: “A causa mais próxima a condicionar a marginalização do menor é, sem dúvida alguma, a desagregação da família, em decorrência da pobreza e da rápida mudança de valores.” Apontando como estarrecedor o quadro brasileiro de distribuição de renda, a Comissão Parlamentar de Inquérito dizia tratar-se de problema dos mais sérios, levando-se em conta a “situação precária”(sic) da FUNABEM.⁵⁵⁷

Diante da confirmação oficial da desagregação da família por causa da pobreza, e diante do forte apelo orionita para organizar sua instituição nos moldes de família, em ambiente onde a relação entre assistentes e assistidos fosse construída num clima de respeito, pode-se concluir que toda a estratégia da pedagogia assistencial orionita, e de sua catequese, estavam calcadas no respeito à autoridade dos seus líderes, verdadeiros pais substitutos.

Confirmando o que vem sendo dito até agora, a apropriação orionita da idéia de família cristã-católica, passava, evidentemente, pela construção de uma imagem da mãe, correspondente à postura dos assistentes diante dos assistidos, de docilidade e proteção;

⁵⁵⁴ SPARPAGLIONE, Domingos, op. cit. s. d.

⁵⁵⁵ Entre as criações de Dom Orione, encontram-se duas relativas à mulher: Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade (1915) e Irmãs Sacramentinas Cegas Adoradoras (1927)

⁵⁵⁶ SOUZA, Robson Sávio Reis. Uma Luz na Escuridão. In: BARBIERO et alii (orgs), op. cit. 1998, p. 2.

⁵⁵⁷ COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – O PROBLEMA DA CRIANÇA E DO MENOR CARENTES NO BRASIL. Brasília-D.F.: Câmara do Deputados, 1976.

entretanto, a autoridade, representando o pai, era construída, concomitantemente, ao se adotar uma postura de cobrança e seriedade nas tarefas e de respeito aos assistentes.

O que se praticou na pedagogia do assistencialismo entre os assistentes do Lar dos Meninos Dom Orione, chama a atenção por sua especificidade: um tratamento amalgamado pelos fundamentos do cristianismo catequético missionário e pelos novos saberes pedagógicos apresentados pela chamada filantropia científica. Pelo exame realizado nos depoimentos dos ex-assistidos, pôde-se notar que, entre assistentes e assistidos, essas idéias, inclusive a idéia do Lar dos Meninos como uma família, foram fundamentais na formação moral ali proposta.

Elemento importante entre as práticas -, a formação profissional pelo trabalho nas várias modalidades de oficinas e na olaria do Lar -, também parece ter alcançado certo êxito. Embora não tenha sido possível acompanhar a vida dos egressos, foi uma surpresa encontrar uma associação de ex-alunos, mais ainda, um movimento laico orionino, encabeçado por um ex-assistido. Preparar os assistidos para o mundo do trabalho, disciplinando-os pela educação, nos moldes indicados na pedagogia assistencial orionita, ao que tudo indica, foi o resultado que melhor representa as práticas desenvolvidas no Lar pelos depoimentos desses ex-alunos.

Enquanto o Lar se firmava como instituição respeitável junto à sociedade belorizontina, o poder público que o criara o ameaçava com a desapropriação do terreno, onde se encontrava sua melhor e mais lucrativa prática: a olaria. Irônica e reveladora, essa medida política punha às claras o quanto havia e ainda há a se refletir sobre o papel atribuído a essas instituições e, principalmente, sobre o destino da infância que elas acolhem.

Esse foi, portanto, um dos caminhos do assistencialismo para atuar sobre a infância pobre, relegada à sua própria sorte, porém, o outro lado continua à espera de interpretações que possam sinalizar mudanças significativas na área social, num futuro próximo. Trata-se do empobrecimento social que arrasta as chamadas instituições sociais basilares ao mais profundo estado de miséria humana. No dizer de um assistente, o Lar dos Meninos Dom Orione não precisava se esforçar muito para ser uma família: “(...) muitas vezes alguém colocava aqui menino com seis, sete anos (...) e vinha visitar de quando em quando. De maneira que ficando escassa essa visita e muitas vezes sumia, nunca mais aparecia.”⁵⁵⁸

Em 1990, a Lei 8.069, mais conhecida como ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, provocou mudanças profundas nas instituições que abrigavam os menores. A condição social da criança e do adolescente não seria, a partir daí, o fator de discriminação legal que as obrigava a se internar, porque não seriam mais consideradas em situação de risco.⁵⁵⁹ Tudo isso pôs fim a um longo período de assistência voltada a impedir que os filhos dos pobres fossem levados ao mundo do crime.⁵⁶⁰

Toda a trajetória do Lar dos Meninos Dom Orione, de suas práticas pedagógico-assistenciais, sua estratégia catequética e missionária não se encerraram com a nova legislação, mas estão sendo adaptadas às novas circunstâncias. Para o velho assistente, Padre Luiz Lazzarin, as mudanças atuais são negativas, ao contrário, o jovem Padre Jarbas Serpa elogia a situação de hoje.

⁵⁵⁸ Entrevista com o Padre Jarbas Assunção Serpa. Belo Horizonte: 04.09.1998.

⁵⁵⁹ COSTA, Cláudio Fernandes et alii. Educação e Cidadania: O Estatuto da Criança e do Adolescente. IN: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et alii, op. cit., 1998, p. 163.

⁵⁶⁰ Não cabe neste trabalho a análise dessa nova fase, que se baseia na idéia-chave do ECA: crianças e adolescentes são cidadãos.

3.2 AS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS DOS ESPÍRITAS KARDECISTAS: A EXPERIÊNCIA DO ABRIGO JESUS

Prece de Carita

Deus, nosso pai, que sois todo Poder e Bondade, dai a força àquelles que passam pela provação, dai a luz àquelle que procura a verdade, ponde no coração do homem a compaixão e a caridade. Deus! Dai ao viajor a estrella, ao afflito a consolação, ao doente o repouso. Pai! Dai ao culpado o arrependimento, ao Espírito a verdade, a creança o guia, ao orfhão o pae (sic). Senhor! Que vossa bondade se estenda sobre tudo que creastes. Piedade, Senhor, para aquelles que vos não conhecem, esperança para aquelles que sofrem. Que a vossa bondade permita aos Espíritos consoladores derramarem por toda a parte a paz, a esperança, e a fé.⁵⁶¹

Texto Anônimo, 12.09.1934.

Entre os espíritas kardecistas, como vem sendo enfatizado neste estudo, a assistência pode ser considerada estratégia educativa em todos os seus aspectos. Desde a sessão mediúnica, passando pela reunião de estudos e pela prática de atender aos necessitados espiritualmente, a assistência é o grande veículo de propagação dos ideais da doutrina kardecista, em suma, é o *modo operandis* da educação espírita.

Voltando a atenção, especificamente, para o kardecismo no Brasil, seu sistema de representações e de práticas está alicerçado em três rituais ou três tipos de reuniões.⁵⁶² No primeiro, a mediunidade se desdobra através de estudos que representam o segundo onde afloram as revelações mediúnicas, e por último, essas revelações, em geral ensinamentos

⁵⁶¹ Esta *Prece Carita* é um texto manuscrito anônimo datado de 12 de setembro de 1934, escrito em Belo Horizonte, encontrado nas folhas finais de um exemplar da obra de Allan Kardec, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, numa edição da Livraria da Federação Espírita Brasileira, publicado no Rio de Janeiro em 1933.

morais de Jesus reinterpretados à luz do espiritismo, são preconizados em reuniões das práticas da caridade.

A interligação dessas atividades corresponde a uma estrutura cosmológica do espiritismo, exigindo estudos dos médiuns que por sua vez evocam os Espíritos superiores dos mortos para instruir os vivos e, ao mesmo tempo, convocam os Espíritos inferiores dos mortos para educá-los, evitando que atormentem os vivos. A caridade seria então a prática desses estudos originados da mediunidade.

A mediunidade curativa, por exemplo, salienta-se pelas intervenções cirúrgicas espirituais, que são práticas realizadas em centros, onde determinados médiuns incorporam espíritos de médicos, atendendo a todos os que os procuram, independente da condição social. O célebre José Arigó, médium que atuou em Minas Gerais por um longo período, dizia trabalhar sob o comando do Dr. Fritz, médico alemão que teria atuado como cirurgião no período da I Guerra Mundial.

Outra prática de grande importância é a dos passes que são de três tipos: o espiritual, o magnético e o mediúnico. A prática desse último tem por finalidade a desobsessão da pessoa que, dominada por um espírito, é submetida a um médium passista, visando curá-la com a expulsão do espírito malévolo. O ritual consiste, basicamente, em três fases: 1° há uma reunião de médiuns passistas, em pequenos grupos, que em seguida vão tocando o corpo do obsedado com as mãos, para dispersão dos fluídos negativos; 2° nesse momento, um toque especial das mãos na cabeça do obsedado, tem por objetivo fortificar as energias positivas do seu corpo; 3° por último, o médium faz uma breve prece em intenção do obsedado, dando-lhe um ligeiro tapa nas costas.⁵⁶³

⁵⁶² Cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990, p. 187-192.

⁵⁶³ Idem, ibidem, p. 191.

Para os espíritas brasileiros, a significação dos três tipos de passe se explica, recorrendo a uma interpretação indissociável. Os espíritos emitem, constantemente, vibrações que partem de forças hierarquicamente diferentes: o cérebro, a testa, a laringe, o coração, o aparelho genital, o aparelho gástrico, o baço e a glândula pineal, nomeada glândula da mediunidade. Os fluídos emitidos por esses órgãos são transmissores de energia, o que justifica a existência das vibrações, correspondendo às capacidades morais e espirituais. Há, nessa explicação, algo de antropológico, porque a prece e os toques geram um clima psicossomático que altera todo o metabolismo, influenciando no físico, que por sua vez, influi no espiritual, gerando uma contínua reação em cadeia.⁵⁶⁴ O afastamento das forças do mal e a atração das forças do bem, ganham uma explicação, à medida que a energia se projeta, positivamente, através do amor, que é a verdadeira força curativa.

Depois de introduzidas essas explicações sobre os rituais e práticas generalizadas dos kardecistas no Brasil, é oportuno apontar as estratégias assistenciais dos grupos espíritas, em sua forma institucional, para, posteriormente, analisar as práticas educativas específicas do Abrigo Jesus. Iniciando a análise, é importante salientar que a organização assistencial dos kardecistas pode ser considerada intensiva e extensiva. Intensiva porque ela orienta toda a prática educativa dos espíritas, extensiva ou ampla, porque abrange várias modalidades de caridade.

As obras de caridade dos kardecistas no Brasil, podem ser divididas em três modalidades: a distribuição gratuita de alimentos e medicamentos, as que se dedicam à assistência à saúde, (como hospitais, dispensários, centros de tratamento de toxicomania, asilos e creches) , e uma terceira modalidade, que objetiva a educação (alfabetização, ensino profissionalizante e formação primária, secundária e universitária) de crianças e jovens órfãos e pobres. O Abrigo Jesus está entre as instituições da terceira modalidade,

⁵⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 192.

que se propõem a acolher crianças do sexo feminino, órfãs e pobres, com a finalidade de educá-las, no sentido formal, e ainda no sentido moral, aplicando os ensinamentos da doutrina espírita.⁵⁶⁵

Muitas instituições espíritas desse gênero surgiram no país desde o início do século XX. A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, fundada por Analia Franco, em 1901, instalou 71 escolas, dois albergues, uma colônia regeneradora para mulheres, 23 asilos de órfãs, uma banda feminina, uma orquestra, um grupo dramático e 24 oficinas de artesanato.⁵⁶⁶ Em Sacramento, região do Triângulo Mineiro, próximo à fronteira com o Estado de São Paulo, Eurípedes Barsanulfo, O Apóstolo da Caridade, fundava, em 1907, o Colégio Allan Kardec. Esse educador kardecista, que se convertera do catolicismo ao espiritismo, tendo inclusive atuado por algum tempo na Sociedade de São Vicente de Paulo, adotou a pedagogia de Pestalozzi como modelo de educação para seu educandário.⁵⁶⁷ Em outubro de 1924, uma seguidora da obra de Analia Franco, Clélia Rocha, fundava, com a ajuda de um fazendeiro, Amando Simões, O Lar Analia Franco, em São Manuel, estado de São Paulo, com a finalidade de educar meninas carentes. Transformando-se em mãe Lily e pai Amando, esse dois precursores do assistencialismo kardecista foram responsáveis ainda, pela organização de um jornal, o Mensageiro do Lar, fundado em 1930.⁵⁶⁸

Em Belo Horizonte, ocorriam iniciativas semelhantes por essa mesma época, a Federação Espírita Mineira mantinha, em 1908, um posto médico e uma farmácia homeopática que forneciam consultas e medicamentos gratuitos à população pobre. Outra obra mantida pelos kardecistas nesse mesmo período, era uma escola para o ensino de

⁵⁶⁵ AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François; op. cit., 1992, p. 194-208, apresentam com detalhes as principais instituições que atuam em todas essas modalidades de caridade.

⁵⁶⁶ Idem, ibidem, p. 140-143.

humanidades e moral espírita, que possuía também uma comissão formada por senhoras, para atender aos necessitados e angariar fundos junto ao comércio.⁵⁶⁹

Em seus Estatutos de 1908, a União Espírita Mineira propunha uma ampla assistência aos necessitados. Estavam nos planos de seus organizadores a fundação de uma escola de humanidades e moral cristã, o socorro material e espiritual, a visita às famílias pobres por uma organização feminina, As Damas da Assistência, que deviam ainda visitar os enfermos, socorrer indigentes, confeccionar roupas e angariar donativos. Muito próxima do modelo vicentino de assistência, essa prática em “prol dos infelizes,” devia divulgar a doutrina espírita com base nos princípios cristãos de solidariedade geral.⁵⁷⁰

Ainda em Belo Horizonte, há notícias da fundação, em 1912, do Centro Espírita Luz Amor e Caridade. Essa instituição atendia aos necessitados, que eram selecionados por uma comissão de sindicância, recebendo medicamentos, roupas e alimentos. A assistência era completada com o atendimento espiritual, que propunha a prática da moral ensinada por Jesus Cristo, de acordo com a doutrina de Allan Kardec.⁵⁷¹ Funcionando em anexo à União Espírita Mineira, surgiu em 1914, a instituição Cruz Vermelha.⁵⁷² Essa obra espírita, fornecia jantar a 40 crianças pobres, estando em estudos, naquele momento, o fornecimento de refeições econômicas aos operários. Além da construção de um abrigo diurno e um albergue noturno, que deviam se preocupar com a educação higiênica dos

⁵⁶⁷ RIZZINI, Jorge. *Eurípedes Barsanulfo, O Apóstolo da Caridade*. 4ª edição. São Bernardo do Campo, SP: Edições Correio Fraternal, 1987, p. 55-64.

⁵⁶⁸ Cf. ANUÁRIO ESPÍRITA. Araras, SP. IDE, 1985, n. 22, p. 201-202.

⁵⁶⁹ Ver o jornal O ESPÍRITA MINEIRO. Belo Horizonte, 1908, ano 1, n. 1.

⁵⁷⁰ ESTATUTOS DA UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA, 1908. Belo Horizonte: Oliveira e Costa: 1923.

⁵⁷¹ ESTATUTOS DO CENTRO ESPÍRITA LUZ-AMOR E CARIDADE. Belo Horizonte, Tipografia Athène, 1912.

⁵⁷² Trata-se de uma instituição homônima da Cruz Vermelha Internacional, criada pelos espíritas.

pobres, ali eram realizadas reuniões para preparar os assistidos, educando-os para serem trabalhadores sem vícios.⁵⁷³

Ao se aproximar a década de 30, as obras assistenciais espíritas consolidavam-se em todo o país. As limitações ao espiritismo, impostas pela República, começavam a sofrer desgastes, justamente porque a assistência aos necessitados, com o auxílio das consultas gratuitas dos homeopatas, iniciada pela FEB – Federação Espírita Brasileira, imediatamente após o surgimento do novo regime, se espalhou por várias cidades e regiões do território brasileiro. Outra conquista foi a difusão da doutrina kardecista pela publicação maciça de livros que, em conjunto com as estratégias assistenciais provocaram grandes mudanças.⁵⁷⁴

Num desses livros atribuído ao espírito do poeta Humberto de Campos, que se manifestou pela mediunidade de Francisco Cândido Xavier, o Brasil recebe a denominação de “Coração do Mundo e Pátria do Evangelho,” alcançando, aos poucos, a justa fama de país mais “kardequizado do mundo.”⁵⁷⁵ A classificação de maior país espírita do mundo pode ser justificada por vários motivos, entretanto, esse título deve ser considerado pelo intenso trabalho dos kardecistas, que souberam explorar a divulgação de suas idéias por meio do enorme volume de livros publicados, reunindo a doutrina espírita a uma espécie de catolicismo reformado, ou como quer um crítico, os espíritas transformaram-se em “católicos folclóricos”, dizendo-se “espiritualistas.”⁵⁷⁶ Nos anos 50, além da Federação

⁵⁷³ Maiores explicações sobre a rotina desta instituição encontram-se em SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em História, UFMG, 1994, mimeo.

⁵⁷⁴ Cf. SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo, uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997.

⁵⁷⁵ REFORMADOR, órgão oficial da Federação Espírita Brasileira, apud. KLOPPENBURG, Dr. Boaventura. *O Espiritismo no Brasil, orientação para os católicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1960, p. 23.

⁵⁷⁶ Este termo e esta expressão são empregadas por KLOPPENBURG, Dr. Boaventura, op. cit., 1960, p. 24., que alega uma superstição do nosso povo por causa da ignorância generalizada, impedindo a distinção entre as práticas pagãs e o culto cristão.

Espírita Brasileira se ufanar de possuir a maior editora espírita do planeta, o trabalho de assistência social chegava a, praticamente, todas as instituições espíritas.

A rede de instituições espíritas se espalhava, atingindo as principais cidades e as capitais dos estados, sobressaindo-se em São Paulo, a Federação Espírita Brasileira, de âmbito nacional.⁵⁷⁷ Em 5 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro, representantes de sociedades espíritas estaduais, convocaram uma Grande Conferência Espírita, cuja finalidade era promover maior aproximação entre os diferentes grupos. Essa unificação, denominada Pacto Áureo, deliberou que doravante os espíritas deveriam seguir, mais de perto, a doutrina kardecista, atendo-se a duas de suas obras, O Livro dos Espíritos e o Livro dos Médiuns.⁵⁷⁸

Outros movimentos espíritas iam se adensando aos já existentes, como o realizado pela juventude espírita. Algumas iniciativas são dos anos 30, a União da Juventude Espírita de Santana, em São Paulo, 1932; a União da Juventude Espírita Amaral Ornelas, no Rio de Janeiro, em 1936, e a Mocidade Espírita De Nova Iguaçu, também no Rio de Janeiro, nessa mesma época. Seguiram-se a esses movimentos, nos anos 40, os seguintes: União das Juventudes Espíritas do Distrito Federal – 1947 e o Conselho Consultivo de Mocidades Espíritas do Brasil – 1948, que se uniram para formar, em 1949, o

⁵⁷⁷ Até 1951, foram fundadas as seguintes instituições de grande porte: Sociedade Espírita Rio-Grandense (29.05.1887); Federação Espírita do Paraná (24.08.1902); Federação Espírita Amazonense (01.01.1904); União Espírita Paraense (20.05.1906); Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro (30.06.1907); União Espírita Mineira (24.06.1908); Federação Espírita Pernambucana (07.03.1915); União Espírita Baiana (25.12.1915); Federação Espírita do Rio Grande do Sul (17.02.1921); Federação Espírita do Estado do Espírito Santo (27.03.192); Liga Espírita do Distrito Federal (31.03.1926); Federação Espírita do Rio Grande do Norte (29.04.1926); União Espírita Sergipana (09.09.1930); União Federativa Espírita Paulista (02.02.1933); Federação Espírita de Alagoas (28.07.1935); Federação Espírita do Estado de São Paulo (17.05.1936); Federação Espírita Catarinense (24.04.1945); União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo (05.06.1947); Comissão Estadual do Espiritismo-Pernambuco (23.10. 1947); União Espírita Goiana (03.10.1950); Federação Espírita Piauiense (27.11.1950); União Espírita Cearense (01.08.1951). Estas informações encontram-se em KLOPPENBURG, Dr. Boaventura. *O Espiritismo no Brasil, orientação para os católicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1960, p. 20.

⁵⁷⁸ KLOPPENBURG, Dr. Boaventura; op. cit., 1960, p. 21.

Departamento de Juventude da Federação Espírita Brasileira.⁵⁷⁹ Uma das secretarias do Departamento de Juventude, era o de Assistência Social.

Engrossando esse movimento, em 10 de dezembro de 1944, foi fundada no Rio de Janeiro, a Cruzada dos Militares Espíritas, cujos Estatutos propunham a evangelização dos homens de farda. Organizada por militares do Exército, teve como presidentes o general Frutuoso Mendes e o general Duque Estrada e como vice-presidente o Marechal Mário Travassos. Possuindo núcleos em setores da Aeronáutica, Marinha, Polícia, Corpo de Bombeiros, na Academia Militar de Agulhas Negras e no Colégio Militar do Rio de Janeiro, esses militares espíritas dispensavam a missa e a bênção das espadas, colando grau com preces aos espíritos.⁵⁸⁰

O crescimento do kardecismo pode ser atestado pelos dados dos Censos de 1940 e 1950. Levando-se em consideração que os Censos especificavam a natureza dos espíritas apenas como kardecistas,⁵⁸¹ o que acabava discriminando os outros grupos espíritas, pode-se perceber que houve um aumento significativo dos adeptos dessa religião naquele curto espaço de tempo. Separando os dados de Minas Gerais, temos a seguinte posição: Em 1940, de um total de 6.736.416 (população presente) em Minas Gerais, existiam 59.611 espíritas; correspondendo a 1950, cuja população presente era de 7.717.792 habitantes no estado, apresenta-se um grupo de 113.920 espíritas, o que representa um aumento de quase 100% numa década.⁵⁸² Nos dados referentes a Belo Horizonte, contidos somente num desses Censos, o de 1950, verifica-se a seguinte situação: de uma população presente de 352.724 habitantes, 14.032 se declararam espíritas. Apesar das reservas que devemos ter ao tomarmos as informações dos Censos como diagnóstico verdadeiro da situação, visto

⁵⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 22.

que a possibilidade de se declarar simplesmente católico podia revelar, de certa forma, o sincretismo religioso da população, não há como menosprezar os resultados que indicam adesão bem maior ao espiritismo, o que transparece nas preocupações dos líderes católicos que o combatiam vigorosamente.

Verifica-se, portanto, que a conjuntura histórica dos anos 40, e sobretudo dos anos 50, não estava tão desfavorável aos espíritas kardecistas, e que, a se levar em conta os Censos, o kardecismo cresceu em, praticamente, todos os estados. Ao comparar o crescimento da população ao dos espíritas, nota-se, de forma incisiva, essa mudança. Em dez anos a população total cresceu 26%, os católicos cresceram no mesmo período, 24%, os protestantes 62%, e os espíritas, 78%.⁵⁸³ Outra informação interessante que proporciona uma visão da expansão do kardecismo no país, especialmente na década de 50, retirada desta vez do Anuário Estatístico do Brasil de 1956, é de que existiam, em todo o Brasil, no ano de 1953, 2.590 centros espíritas kardecistas; desse número, 1.017 estavam instalados em edifício próprio, 67 em edifícios cedidos e 66 em edifícios alugados. Alguns funcionavam em salões e outras dependências de casas particulares.⁵⁸⁴

Há uma característica do espiritismo kardecista, apontada pelos críticos católicos, que merece um pouco mais de atenção, considerando-se as proporções da pobreza nas regiões de maior crescimento econômico e demográfico, lugares onde houve a expansão assinalada anteriormente. Trata-se de uma certa garantia de resolver todos os males⁵⁸⁵ que afligiam essas populações, submetidas aos problemas de toda ordem, comuns às grandes

⁵⁸¹ Cf. KLOPPENBURG, Dr. Boaventura; op. cit., 1960, p. 24, : “Na folha de levantamento do Conselho de Estatística, no questionário para o “Culto Espírita”, vem expressamente a instrução seguinte: ‘Destina-se o presente questionário ao levantamento da estatística sobre o Culto Espírita Kardecista no Brasil...’ ”

⁵⁸² Este dados foram retirados de KLOPPENBURG, Dr. Boaventura; op. cit., 1960, p. 24-25.

⁵⁸³ Idem, ibidem, p. 26.

⁵⁸⁴ Idem, ibidem, p.28.

⁵⁸⁵ Idem, ibidem, p. 33.

idades, ao processo de industrialização, somado aos fenômenos ligados à expulsão dos camponeses das suas terras, que gerava, em seguida, do êxodo rumo aos centros urbanos.

Essa abrangência da proposta assistencial dos kardecistas, que inclui entre outras, a cirurgia espiritual, a distribuição de medicamentos e alimentos, os passes que possibilitam a solução de problemas no amor, no trabalho, no relacionamento familiar, etc., pode ser considerada como fator de popularidade dos espíritas. Entretanto, no caso das instituições assistenciais asilares, que atendem tipicamente à criança e ao jovem necessitado, esse fator não pesa tanto, e sim as condições materiais de existência, associadas a uma divulgação da assistência espírita como uma forma cristã de ajuda, que a aproxima das práticas da assistência católica. O que se populariza, nesse caso, são as práticas dessas instituições, que, de algum modo, não se dissociam das práticas católicas.

Portanto, essas práticas não distinguem os kardecistas dos católicos aos olhos dos assistidos, em que a caridade subsidia a doutrina e vice-versa. Criticando essa versatilidade kardecista, o Dr. Boaventura faz o seguinte comentário: “Aos pobres dizem que o Espiritismo é caridade, aos ignorantes apresentam-no como Religião, aos intelectuais querem pintá-lo como filosofia e ciência.”⁵⁸⁶ Para os católicos, a caridade, praticada pelos kardecistas, não passa de uma estratégia para angariar a simpatia dos pobres. Apresentando a prática da caridade como religião, e tendo uma base doutrinária que se apoia na moral cristã, os assistentes espíritas confundiriam seus assistidos levando-os a um engodo.

O que vimos se salientou nas últimas anotações, ajuda a entender, não somente o crescimento da popularidade do espiritismo após o Estado Novo, mas também é de substancial relevância para a compreensão do contexto histórico-conjuntural do país, na

⁵⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 38.

época do aparecimento do Abrigo Jesus.⁵⁸⁷ Foi nesse ambiente, de término de uma guerra mundial e nessa atmosfera de conflitos políticos, com mudanças nos rumos da situação política interna, entremeados pelas velhas questões religiosas com a Igreja Católica, que os kardecistas construíram seus novos projetos assistenciais, entre os quais, aquele que originou o Abrigo Jesus.

As raízes do Abrigo Jesus foram plantadas em 7 de fevereiro de 1937, quando um grupo de espíritas se reuniu com a finalidade de constituir um orfanato. Seu primeiro presidente foi Laudemiro Alves Ferreira, sendo substituído, em seguida, por Rodrigo Agnelo Antunes, que era presidente da União Espírita Mineira, para cumprir o triênio 1937-1939. Em 1940, Osório de Moraes assumia esse posto, mantendo-se nele por mais de 30 anos. De início, sem uma sede própria, a instituição funcionou até 1946, sob os auspícios da União Espírita Mineira, quando foi inaugurada a sua sede num dos bairros que surgia na recente expansão imobiliária da cidade, e que, curiosamente, receberia o nome de um líder católico que atuava ali, o Padre Eustáquio.⁵⁸⁸

Criado com o propósito de transformar, moralmente, meninas pobres, sem distinguir raça, cor e religião, o Abrigo Jesus procurava cumprir na ação de sua caridade fraternal, a missão de construir um mundo e uma humanidade renovados. A primeira abrigada foi levada para a casa de um dos diretores, em 3 de março de 1946, até que a sede própria estivesse pronta. O prédio da sede própria foi inaugurado, oficialmente, a 23 de

⁵⁸⁷ Cf. MORAES, Osório de. *História de uma Instituição de Caridade*. Belo Horizonte, 1970, o Abrigo Jesus foi reconhecido como educandário de utilidade pública, nas seguintes ocasiões: Lei Municipal n. 185/1951; decreto Federal n. 4.219/1957 e decreto Estadual n. 3.181/1949, sendo registrado no Conselho Nacional de Serviço Social em 08.05.1957

⁵⁸⁸ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 26.06.1946. De acordo com Osório de Moraes, o Padre Eustáquio tentou comprar o Abrigo Jesus, quando suas obras ainda estavam em andamento, MORAES, Osório; op. cit., 1970.

julho de 1946, quando o Abrigo Jesus começou a receber suas primeiras abrigadas, no total de 7 meninas, que ali deram entrada no dia 31 de março de 1946.⁵⁸⁹

De início, os idealizadores do Abrigo Jesus cogitaram sobre a internação de meninos, idéia que foi abandonada, de acordo com Osório Moraes, um de seus fundadores, alegando que: “(...) pela experiência , verificamos que os abrigos, orfanatos, etc. de convívio coletivo não correspondem aos ideais almejados.”⁵⁹⁰ Esses ideais adiariam o projeto de construir, assim que as finanças permitissem, um outro prédio para abrigar crianças do sexo masculino. No projeto inicial pensava-se na criação de outras modalidades de assistência, como por exemplo, amparar as mães solteiras abandonadas e arrependidas, criar creches, hospitais para a infância desvalida e a velhice desamparada. Entretanto, esse projeto inicial foi modificado durante os anos seguintes, ficando restrito à internação das meninas.⁵⁹¹

O terreno pertencente ao Abrigo Jesus, uma grande área de 10.000 metros quadrados, comportava a construção de várias edificações, visto que o prédio original ocupava apenas 1.000 metros quadrados. Para ocupar a outra parte da área estava nos planos dos diretores da instituição a construção de um prédio para ginásio e escola profissional. Nessa área restante, foram, de fato, construídas 5 casinhas alugadas, que proporcionavam renda à instituição.⁵⁹² Este terreno pertencia a uma viúva e estava hipotecado pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, tendo sido adquirido por 35 contos de réis, sendo: 20 contos de entrada e 15 contos em prestações

⁵⁸⁹ MORAES, Osório de; op. cit. 1970, p. 11

⁵⁹⁰ Idem, ibidem, p. 11

⁵⁹¹ ESTATUTOS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1937, p. 3.

⁵⁹² MORAES, Osório; op. cit., 1970, p. 10.

mensais.⁵⁹³ Essa produção de alimentos no terreno do Abrigo era surpreendentemente grande e responsável por uma boa parte do que era consumido nas suas refeições.

“O terreno restante tem sido grandemente aproveitado com plantações de hortaliças e árvores frutíferas, proporcionando grande quantidade de verduras e frutas. Tem sido também mantida a criação de galinhas e suínos. A produção de ovos, frangos, carne de porco e gordura muito tem auxiliado na alimentação sempre farta das nossas educandas.”⁵⁹⁴

Embora a instituição demonstrasse, de início, certas dificuldades, alguns jornais de Belo Horizonte prestavam seu apoio a esse trabalho, depositando esperança no resultado da formação religiosa e moral das órfãs, que seriam, no futuro mães dedicadas, evitando assim, a reprodução de sua condição de necessitadas espirituais: “E nos devemos lembrar sempre que o amanhã será o presente de nossas filhas, que viverão pelo amanhã de suas filhas.”⁵⁹⁵ Desse modo, a esperança de dias melhores, estampada no rosto das crianças, devia ser creditada ao árduo trabalho das assistentes do Abrigo Jesus.⁵⁹⁶

Apontado como instituição com excelentes instalações, amplos e arejados dormitórios, grande e bem equipado refeitório, biblioteca, gabinete dentário, três amplas salas de aula, ótimo auditório, que depois foi transformado em duas salas de aula e um parque de recreio, o Abrigo Jesus, com capacidade para 180 meninas, recebeu, por bom tempo, bem menos abrigadas do que permitia sua capacidade. A demanda das famílias pobres era grande, porém, alegava-se falta de recursos para aceitá-las. O custo de manutenção da instituição, que não é apresentado em balancetes ou livros de contabilidade, devia ser alto, mesmo levando-se em consideração que havia um plano de arrecadação de recursos.

⁵⁹³ Idem, *ibidem*, p. 4-5.

⁵⁹⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁵ DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte: 09.04.1947.

⁵⁹⁶ Idem, *ibidem*.

As contribuições dos fundadores e organizadores do Abrigo Jesus, inclusive do Conselho de Senhoras, não eram suficientes para a manutenção da instituição. Numa das reuniões do Conselho de Senhoras, houve uma proposta rejeitada, para que cada uma delas doasse 50\$000 réis às obras da construção da sede do Abrigo.⁵⁹⁷ A tentativa de manter a instituição com a ajuda dos seus protetores, que deviam contribuir anualmente com 100\$000 réis, em cinco parcelas, não foi o bastante, para acelerar o ritmo da construção do prédio próprio e para manter, posteriormente, em funcionamento, o Abrigo.⁵⁹⁸

O Abrigo Jesus recebeu várias doações que ficaram registadas em seu Livro de Lembranças, principalmente na fase de construção da sua sede. Foram doados material de construção, alimentos e tecidos. Durante toda a sua existência, campanhas de ajuda foram realizadas para arrecadar recursos. Em 1954, Osório de Moraes, escreveu ofício ao prefeito de Belo Horizonte pedindo a isenção de impostos municipais. Alegando ser o Abrigo Jesus uma legítima instituição de caridade e um educandário, que ministrava cursos desde o Jardim da Infância até o ginásio.⁵⁹⁹

A renda de aluguéis, o uso do terreno para produção de alimentos e as doações em geral, eram as fontes de recursos para manutenção da instituição. Até o início dos anos 50, havia queixas com relação ao apoio do governo. A partir dessa época, a LBA - Legião Brasileira de Assistência, passou a colaborar com o Abrigo Jesus.⁶⁰⁰

Durante o breve governo Jânio Quadros, no início dos anos 60, houve um encontro de um representante do Conselho de Obras Sociais enviado pelo Governo Federal a Belo Horizonte com os representantes das instituições assistenciais. Embora nada se tenha resolvido nesse encontro, cujo momento coincidiu com a renúncia do presidente, Osório de

⁵⁹⁷ ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SENHORAS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 09.03.1937. Esta proposta foi feita pela Senhora Lôla Santos, algumas senhoras manifestaram-se contra ela porque a consideraram “um pouco pesada.”

⁵⁹⁸ O ESPÍRITA MINEIRO. Belo Horizonte: n. 20, 15.10.1937, p. 3.

Moraes, que se encontrava à frente do Abrigo Jesus, enviou carta ao Conselho de Obras Sociais, afirmando que diversas subvenções concedidas à instituição pelos Ministérios da Justiça, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio, não foram recebidas apesar da solicitação ter sido feita em tempo hábil. Encerrando a carta, ele desabafava: “O amparo à criança necessitada tem sido muito cantado e pouco executado.”⁶⁰¹

Era nessa infra-estrutura física que as abrigadas e os assistentes realizavam sua rotina e imprimiam seu ritmo de vida. Seus rituais e práticas assistenciais eram orientados pelo ideário kardecista, envolvendo as crianças desde o seu internamento, que devia ocorrer até os nove anos, essa idade limite para as internações.⁶⁰²

À medida que a instituição desenvolvia seu plano assistencial, o número de crianças abrigadas passou a oscilar entre 80 e 100 meninas. Uma das primeiras iniciativas, para angariar fundos necessários à construção do Abrigo Jesus, foi a criação do grupo denominado Operárias do Bem.⁶⁰³ Como o próprio nome sugere, esse grupo era organizado pelas mulheres dos idealizadores da instituição, tendo, inicialmente, no cargo de presidente, Delmentina de Oliveira Baumgratz. Essas mulheres também foram responsáveis pela organização das primeiras práticas assistenciais, e comporiam, ao longo da história da instituição, um dos mais importantes grupos de assistentes, como declarou um de seus fundadores: isso era o que se esperava de um educandário de meninas.”⁶⁰⁴

Logo ao ser criado, o Conselho de Senhoras, as Operárias do Bem, organizou duas comissões: uma, para angariar roupas, medicamentos e gêneros alimentícios e outra, para fiscalizar os trabalhos manuais das abrigadas. Esse segundo grupo só entraria em ação mais

⁵⁹⁹ CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1954-1955.

⁶⁰⁰ MORAES, Osório de; op. cit., 1970, p. 10.

⁶⁰¹ Idem, ibidem, p. 11.

⁶⁰² Ver os dados tabulados nos Quadros referentes ao Abrigo Jesus, no Anexo, p.

⁶⁰³ ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SENHORAS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 09.03.1937.

⁶⁰⁴ MORAES, Osório de; op. cit. 1970, p. 7.

adiante, quando o Abrigo Jesus possuísse sua primeira turma de assistidas. Entretanto, sua missão pedagógico-assistencial começava a ser planejada: “A finalidade do conselho de senhoras seria acariciar e amparar as crianças que da vida só têm a avidez da desventura, que nunca sentiram os braços amorosos de suas próprias mães.”⁶⁰⁵ Essa idéia, de ser mãe substituta, seguia de perto os requisitos do bom educador, proposto pelos educadores kardecistas: “Diante de uma criança que seja nossa filha ou tutelada e de outra que não seja, tratemos ambas com o mesmo carinho, sejamos justos na divisão de brinquedos, alimentos e carícias e jamais coloquemos uma criança em posição inferior à outra.”⁶⁰⁶

A educação das abrigadas, de acordo com os Estatutos, devia prepará-las para a vida “útil, honesta e laboriosa, instruindo os educandos convenientemente nos trabalhos manuais, profissionais, industriais e domésticos.”⁶⁰⁷ A educação moral e religiosa devia acontecer, sobretudo, nas aulas de Evangelho, para o ensino da doutrina cristã, segundo os princípios da Terceira Revelação. Assim, nessa primeira iniciativa, nove anos antes da inauguração do Abrigo Jesus, já se podia notar a preocupação em definir a linha mestra de sua pedagogia assistencial na instituição: educar moralmente as abrigadas sob a doutrina kardecista, preparando-as para cumprirem o papel de esposas e mães.

Nesses mesmos Estatutos, estavam anunciados os propósitos educativos e o ideário do Abrigo Jesus:

“Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, criar aulas e cursos amoldando-os, tanto quanto possível, ao programa do ensino primário adoptado pelo Estado de Minas Gerais e manter as escolas necessárias à instrução e educação dos abrigados, attender, finalmente ao desenvolvimento physico e à educação cívica dos abrigados, para que possam adquirir virtudes e méritos que os tornem úteis à Pátria a si a aos seus

⁶⁰⁵ ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SENHORAS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 09.03.1937.

⁶⁰⁶ INCONTRI, Dora. *A Educação Segundo o Espiritismo*. São Paulo: FEESP, 1997, p. 56.

semelhantes. Quando se verificar tendência ou vocação dos abrigados para outros ensinos especiais, profissionais ou comerciais, poderá a Diretoria ministrá-los da forma que julgar conveniente.”⁶⁰⁸

Nota-se que a preparação profissional dos assistidos ficava em segundo plano, devendo complementar a sua formação primária e moral. O abrigado precisava se manifestar para obter um curso especial, que o preparasse profissionalmente. Outro aspecto interessante é a separação entre cursos profissionais e comerciais, deixando transparecer que a atividade comercial talvez fosse considerada profissão menos qualificada.

Outro procedimento regulado pelos primeiros Estatutos é a forma de admissão dos abrigados. As crianças não podiam ter mais de 9 anos nem menos de 4, para comprovação da idade e de outros dados, exigia-se a certidão de registro civil. Havia um período de inscrições em que os pais ou interessados, preenchiam uma ficha com as informações básicas. Embora a diretoria pudesse adotar critérios variados para a seleção das crianças, os Estatutos recomendavam que se desse preferência às crianças “em maior ou menor penúria,” que estivessem convivendo “no seio de pessoas sem moral ou pundonor” que fossem capazes de “arrastar” essas crianças à desonra, ao vício ou ao crime.⁶⁰⁹

Portanto, as crianças que viviam em extrema miséria material e espiritual, “as abandonadas sem pão e nem teto” e que também estivessem em ambientes perniciosos, deviam ser as primeiras a receber a assistência. Os casos denominados extremos, que deviam merecer maior atenção da Diretoria do Abrigo, eram os seguintes: crianças órfãs de pai ou mãe, mal amparadas, moral e materialmente, que corriam iminente risco de

⁶⁰⁷ Como, de início, havia a intenção de abrigar crianças do sexo masculino, explica-se porque as práticas industriais aparecem nestes primeiros ESTATUTOS DO ABRIGO JESUS, que foram registrados em 1937.

⁶⁰⁸ ESTATUTOS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1937, p. 3.

⁶⁰⁹ Idem, ibidem, p. 5-6.

perversão ou abandono, órfãs de pai cuja mãe não tivesse capacidade física ou moral para mantê-las.⁶¹⁰

O início do processo de internação da criança começava quando um dos pais, tutores, ou alguém, sob cuja guarda estivesse a criança, procurasse a secretaria do Abrigo Jesus e solicitasse, por meio de um requerimento, a abertura de uma sindicância para analisar e autorizar o ingresso de seu filho, ou tutelado, na instituição. As Comissões de Sindicância investigavam as condições materiais, morais e psíquicas das crianças e davam seu parecer. Em seguida uma Comissão de Revisão da Sindicância era acionada, para fazer uma classificação final. Quando o pedido era atendido, os responsáveis assinavam um termo de responsabilidade e de sujeição aos Estatutos e Regulamentos do Abrigo Jesus.⁶¹¹

Depois de passar por essa sindicância, ao entrar na instituição, a criança, começava a receber as primeiras lições. Como foi assinalado anteriormente, os trabalhos de instrução e educação das abrigadas eram, em boa parte, realizados por voluntárias, senhoras, esposas de membros da diretoria, que dedicavam parte do seu tempo a serviço do Abrigo Jesus. É interessante salientar que essa cooperação foi uma prática comum, em todos os anos, até recentemente.

Pelo menos nos cinco primeiros anos, o número de assistidas não passava de 30, e, ao longo da história da instituição, sua capacidade máxima de 180 nunca foi alcançada, havendo, em média 100 abrigadas. Uma das primeiras providências tomada pelos assistentes era o exame de saúde das assistidas. O perigo de doenças contagiosas associava-se à importância dos cuidados com a higiene e saúde do corpo. No início, um exame dentário mensal, em gabinete próprio, completava a avaliação médica das assistidas.

⁶¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁶¹¹ Idem, *ibidem*.

A crescente necessidade de atendimento médico e dentário, até meados dos anos 50, foi coberta pela presença espontânea do Dr. José Schembi e de um dentista amigo, colaboração voluntária, permitindo que as abrigadas fossem atendidas regularmente. Após essa fase, as visitas dos médicos e dentistas tornaram-se esporádicas, não existindo informações muito claras de como ocorriam, a não ser quando uma nova menina chegava e tinha que ser examinada.⁶¹² Em 1956, o médico Gladstone Pereira recebeu carta de Osório de Moares, informando que uma abrigada, com grave cardiopatia congênita, estava passando bem, o que indica haver, de vez em quando, contado da presidência do Abrigo com profissionais da saúde para informar-lhes sobre a situação das abrigadas.⁶¹³

O prestígio de Osório de Moraes junto às assistidas, refletindo seu projeto pedagógico-assistencial, era tão acentuado que passou a ser chamado de pai ou paizinho por elas que, por sua vez, eram chamadas por ele e os outros assistentes de filhinhas. Esse carinho paternal compensado pelo amor filial, produzia um clima familiar dentro da instituição, favorecendo o relacionamento entre assistidos e assistentes. Para crianças abandonadas, que viviam “à mingua do carinho materno,” como afirmou um jornal em 1942, era um grande avanço, quando tinham a oportunidade de “sair das ruas, fábricas de delinquentes, para receberem educação primorosa.”⁶¹⁴

O Abrigo Jesus já contava com 30 meninas em 1947. Em matéria, da época, no periódico *Alterosa*, de orientação espírita, podia-se acompanhar os primeiros passos da instituição, que deixava antever o cumprimento dos propósitos dos seus idealizadores.

“No Abrigo Jesus você vai ver trinta garotinhas, comovedoramente felizes, alheias ao mal de que as tiraram e alheias também ao bem que lhes fazem (...) o Abrigo Jesus recebe meninas desvalidas e infelizes, tornando-as, através do milagre diário da bondade e

⁶¹² RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1954.

⁶¹³ CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 27.10.1956.

⁶¹⁴ DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte: 06.04.1942.

da paciência, criaturinhas venturosas. A solidariedade humana, nesse templo de ternura e amor, é exemplo comovente de sacrifício e compreensão cristã: amparo à criança que será a moça, a noiva e a esposa de amanhã e preserva a sociedade do mal que lhe causaria mais tarde a menina que ela agora abandona.”⁶¹⁵

Nova orientação pedagógica foi instituída pela Secretaria da Educação do Estado, em 1964, para instalação de cursos profissionais de tecelagem, tapeçaria, pintura e encadernação, e para tratar desse assunto, uma professora do Estado foi enviada ao Abrigo, a fim de estudar a possibilidade de se implantar tais cursos. Não há muitas informações sobre os desdobramentos dessa visita, o que talvez signifique um esvaziamento da proposta.⁶¹⁶

As relações com o Estado eram freqüentes. Entre os anos de 1956 e 1957, o Abrigo recebeu meninas enviadas pelo Departamento Social do Menor. Na correspondência enviada, há uma lista nominal das meninas e prestação de contas do auxílio da Secretaria do Interior enviado ao Abrigo. O Departamento de Justiça, Juízes de Menores e a Secretaria do Interior enviaram ao Abrigo, entre junho e setembro de 1956, 21 meninas.⁶¹⁷

As atividades das assistidas começavam pela educação formal, e primária, para, em seguida, receberem aulas de corte e costura e bordado e tricô. Os bordados a costura e o tricô eram as habilidades ensinadas regularmente. Aos poucos foi aumentando a qualidade desse trabalho e as peças produzidas foram adquirindo maior admiração e valor o que possibilitou a aceitação de encomendas. Ao confeccionar trabalhos de maior porte, as abrigadas colocavam suas habilidades à prova e sentiam a oportunidade de ganhar algum dinheiro com essas práticas o que de algum modo as incentivavam.⁶¹⁸

⁶¹⁵ ALTEROSA. Belo Horizonte: abril de 1947, n. 84.

⁶¹⁶ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 22,02.1964.

⁶¹⁷ CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 12.10.1956.

⁶¹⁸ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1952.

As aulas de bordados começavam na parte da tarde com a ajuda das “professoras.” Havia o grupo de meninas mais velhas que já estavam em condições de bordar sozinhas e o grupo de meninas mais novas que recebiam as primeiras lições. Esse “espetáculo diário”, marcava o iniciação “nobilíssima do trabalho” A professora explicava “carinhosamente” como pegar na agulha para ensinar o ponto do bordado. Uma das técnicas usadas para o bordado é descrita por um observador:

“As meninas pequenas também fazem seus trabalhos aprendendo com as professoras os primeiros pontos de cruz ou ‘rococó’ que é feito muito rapidamente, bastando que a menina enrole a agulha com linha em forma de espiral, enfie-a no tecido e, quando retirá-la novamente está pronto.”⁶¹⁹

A consciência de que esses trabalhos acabariam indo enfeitar a mesa de alguma família rica, indica que o trabalho desenvolvido pelas assistidas representava de fato uma forma de produzir um artesanato apreciado pelas pessoas de segmentos sociais privilegiados, e que para essas pessoas comprar uma das peças bordadas era uma maneira de conseguir a subsistência e a aquisição de uma habilidade que deixaria essas artesãs aptas a assumir seu papel de futuras esposas e mães. Parte do vestuário das abrigadas passou a ser confeccionado por elas mesmas, quando a instituição adquiriu máquinas de costura e tricô. Talvez essa habilidade pudesse algum dia significar uma renda extra ou complementar à sua família.

Um jornal em 1962, noticiava esse trabalho de bordado informando sobre os seus resultados financeiros: “(...) trabalhos feitos à mão que demoram quase um ano para ficarem prontos e os colocaram à venda numa das lojas do Edifício Princesa Isabel.”⁶²⁰

Os donativos, prêmios recebidos e a porcentagem sobre a renda dos trabalhos manuais eram depositados em cadernetas de poupança, na Caixa Econômica Federal em

⁶¹⁹ Idem, *ibidem*.

nome das abrigadas, cujo resgate era recebido quando saíam da instituição.⁶²¹ Pelo regulamento as abrigadas só podiam sair da instituição quando completassem 18 anos, não podendo permanecer nela após a maioridade, ou seja, após completar 21 anos.

Outra razão que provocava o desligamento da abrigada era o seu mau comportamento. Quando a indisciplina da assistida causava algum transtorno ao bom andamento da instituição, seus pais ou responsáveis eram convocados pelos dirigentes do Abrigo que recomendavam sua retirada. Essa situação não era incomum, existindo evidências de que tenha ocorrido com alguma frequência.

As normas para desinternação não mudaram muito ao longo da história do Abrigo. Um novo conjunto de normas foi aprovado em 1962, baseado nos artigos dos Estatutos, e determinava que a desinternação devia ocorrer nos seguintes casos:

“1) mediante requerimento por escrito da mãe, pai, tutor ou responsável pela menor; 2) mediante atestado firmado por 2 testemunhas em que se declare estar o requerente em condição financeira e moral para acolher a menor; 3) mediante o parecer da comissão da sindicância sobre as afirmações contidas no atestado; 4) mediante observância sempre que possível, das datas fixadas no artigo 14 (refere-se às idades de 18 e 21 anos); 5) autorização da diretoria. Pode-se observar que neste último item, encaixava-se os casos de desinternação por mau comportamento, que eram decididos em reunião da diretoria.”⁶²²

Num relatório ao Departamento de Organização Judiciária do Estado de Minas Gerais, em 1956, o diretor do abrigo Virgílio Almeida afirmava que até aquele momento, 43 meninas já haviam sido habilitadas e entregues a seus pais ou responsáveis, ou ainda a lares cristãos interessados em continuar sua educação de órfãs.⁶²³ Esse balanço demonstra

⁶²⁰ CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte: 27.10.1962.

⁶²¹ Carta ao Dr. E. Infante Vieira, Chefe do Departamento Social, enviada por Osório de Moraes, presidente do Abrigo Jesus. In: CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS, Belo Horizonte, 27.10.1958.

⁶²² ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 29.12.1962.

⁶²³ CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 06.06.1956; neste mesmo documento há uma carta enviada por pessoa que pretendia adotar uma abrigada, dando-nos algumas

os resultados do Abrigo após dez anos, aproximadamente, dando aos seus diretores e equipe de assistentes, respaldo, ajudando a construir boa imagem da instituição diante do poder público.

As normas deviam ser seguidas por todos, assistidos e assistentes, cumpridas disciplinarmente (uma discussão específica, sobre esta relevante questão da disciplina será feita mais adiante), para que a organização das atividades não se perdesse durante o trabalho assistencial diário. Uma equipe de assistentes era responsável por esse trabalho, a começar pela cozinheira e lavadeira que eram funcionárias contratadas. Quatro regentes, em média, cuidavam das aulas de formação primária. Na formação profissional que incluía, além do corte e costura, bordados, datilografia, culinária lavanderia e outras prendas domésticas atuavam as operárias do bem. O Jardim de Infância, com 20 crianças em média, em idade pré-escolar, era organizado pela diretoria e as aulas ministradas pelas esposas dos diretores. Mais tarde surgiram a administradora da instituição e a bibliotecária. Além do presidente, havia também diretora e vice-diretora.⁶²⁴

Essa minúcia dos regulamentos e o olhar esmiuçante das inspeções, no quadro da escola, era a produtora da contabilidade moral e da normalização.⁶²⁵ O Abrigo Jesus seguia o princípio da clausura e do quadriculamento, “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo.” O espaço disciplinar tem por princípio se dividir em tantas parcelas quantos forem os corpos ou elementos a se repartir. Esse procedimento, de origem religiosa, que compartimenta o espaço em celas, cria um espaço analítico para organizar a disciplina.⁶²⁶

informações interessantes sobre essa situação que se seguem: “Desejo criar uma menina *para auxiliar-me na lida da casa* (grifo nosso), e peço aos senhores o favor de me arranjar uma nas seguintes condições: idade de 10 a 13 anos; cor preta ou mulata; órfã de pai e mãe.”

⁶²⁴ Cf MORAES, Osório de; op. cit., 1970, p. 8, a primeira diretora foi sua esposa, Maria Luiza de Moraes que exerceu essa função entre 1946-48.

⁶²⁵ Cf. FOUCAULT, Michel; op. cit, 1977, p. 129.

⁶²⁶ Idem, *ibidem*.

A normalização incluía a necessidade de maior isolamento das abrigadas, até mesmo em relação às suas famílias. Desde os primeiros momentos da organização do Abrigo, as visitas dos familiares às abrigadas foram colocadas em discussão, pela diretoria, para que fosse decidida a melhor forma de normatizá-las, ficando acertado, em Ata da Reunião Semanal da Diretoria em julho de 1947: visitas de, no máximo, 60 minutos, uma vez por mês, de uma só pessoa da família, com apresentação de um ingresso com essa finalidade. Um pouco adiante, em novembro de 1947, a diretoria decidiu que, no ano seguinte as visitas seriam feitas trimestralmente, no primeiro domingo de janeiro, abril, julho e outubro, não podendo ultrapassar 30 minutos.⁶²⁷

As assistidas foram divididas por faixa etária para facilitar o trabalho das assistentes: de 4 a 6 anos, menores, de 7 a 12 anos, denominadas médias ou medinhas, e de 13 a 18 anos, maiores. Uma das tarefas das maiores era a de cuidar das menores, sob a orientação das instrutoras e professoras, com o objetivo de, dar, pela ação e trabalho, exemplos edificantes às suas irmãzinhas menores. Essa distribuição de funções, incumbindo as abrigadas mais velhas de cuidarem das mais novas, permitia que o poder hierárquico funcionasse, de maneira disseminada, e que fosse acompanhado pelas assistentes, com maior rigor.

A rotina começava cedo; às seis horas da manhã todas se levantavam, arrumavam as camas e iam tomar banho, atividade que podia se estender até às oito horas. Em seguida, iam ao refeitório onde tomavam o café, ficando sentadas às mesinhas simetricamente dispostas no refeitório, fazendo antes da refeição, uma prece, em agradecimento a Jesus. Durante todo esse tempo, estavam acompanhadas de uma professora, repetindo a prece que saía da sua voz envolvente. Em seguida, as meninas ouviam algumas histórias contadas

⁶²⁷ ATA DA REUNIÃO SEMANAL, 15.11.1947.

pela professora, dos personagens de Walt Disney, como Mickey Mouse, Pluto, etc.⁶²⁸ O almoço era servido entre 11:00 e 12:15, seguido de um período de descanso que terminava às duas e meia da tarde.

As meninas menores descansavam de 12:15 a 14:30. Entre 14:30 e 14:45 havia um intervalo nas aulas, quando era servida a merenda. Às 16:00 horas, recreio para as menores e aulas de costura e bordado para as maiores. A rotina continuava com o jantar servido às 18:00. Entre 18:30 e 19:00, havia recreio, podendo as abrigadas assistir algum filme na televisão, por exemplo. Cabia às instrutoras e professoras a escolha dos filmes, que deviam ser considerados próprios para crianças. Era proibido assistir novelas. Essa decisão partia da Diretora e das instrutoras que consideravam as novelas difusoras de maus hábitos, instigando as assistidas a cometerem atos de desobediência e desrespeito. Os trabalhos de costura e bordado e os estudos eram retomados às 19:00 pelas maiores, enquanto isso, as menores de 8 anos iam para o dormitório.

O programa das tarefas domésticas, que previa todos os serviços caseiros, era realizado pelas abrigadas em rodízio semanal. A cada semana um grupo era escalado para cozinhar, outro lavar e passar roupas, outro para limpeza da casa, controle de dormitórios, cuidar dos calçados, brinquedos, etc. Para realizar essas tarefas, algumas meninas exigiam dos assistentes maior dose de paciência e energia, o que corresponde a uma tentativa intensa de normalização pela disciplina. O ideal seria que as próprias abrigadas assumissem todo trabalho braçal da instituição que, assim, não precisaria contratar funcionários.

Um dos diretores afirmava: “(...) já se nota com o crescimento das meninas e as suas habilitações, na dispensa de duas empregadas, por desnecessárias. Existe um bom número de meninas mocinhas que já lavam, cozinham, passam roupa, contam, cortam e

⁶²⁸ ALTEROSA. Belo Horizonte: abril de 1947. N. 84.

costuram com desembaraço.”⁶²⁹ Esse comentários evidenciam a segunda mais importante missão educativa do Abrigo Jesus, depois da moralização das assistidas: sua preparação para ocupar o lugar de boas esposas e mães, lugar imposto à mulher pela cultura da época. À mulher estava reservado o trabalho braçal doméstico ou fora de casa, acreditando-se que ela não possuía inteligência suficiente para atividades intelectuais, sendo deprovida de qualquer capacidade nesse sentido.

Como já se afirmou, a formação moral e afetiva das assistidas ficava a cargo das mulheres da diretoria, em geral, esposas dos diretores da instituição. Nas noites de sexta-feira, ocorriam as reuniões evangélicas e práticas, momento em que os valores da doutrina kardecistas eram salientados em rituais específicos, com a participação de médiuns. Aos domingos, o presidente da instituição era responsável pela condução de um importante ritual: a hora cristã. A prédicas constituíam o cerne desse ritual, quando eram valorizadas as grandes obras cristãs, os ensinamentos e princípios morais do Evangelho, sob a ótica kardecista. Além desse momento especial, era nos sábados e domingos que aconteciam as aulas de moral cristã ministradas pelas instrutoras. Nestes dias repetia-se a mesma rotina dos outros, porém, dava-se o máximo de liberdade às assistidas, além de, com a possível regularidade, eram exibidos filmes.

É interessante notar que essa prática da “hora cristã” pode ter desaparecido por algum tempo. Em uma Reunião da Diretoria do Abrigo Jesus, em 1958, a “irmã” Cecília L. Jardim, vice-diretora, pediu empenho para se “instituir” uma “hora evangélica” alegando que estava “fazendo muita falta,” propondo: “será uma reunião conjunta, de todos, inclusive das 100 abrigadas, para estudo do evangelho, contos infantis, meditação e oração, em fim, melhoria espiritual do ambiente da Instituição.”⁶³⁰ A decisão tomada pelos

⁶²⁹ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1952.

⁶³⁰ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.06.1958.

diretores acompanhou a idéia do presidente Osório de Moraes que propôs a realização dessa atividade aos domingos, escalando uma pessoa para preparar o texto evangélico a ser trabalhado.

Durante a semana eram ministradas aulas de ensino religioso. Sob o título de moral cristã, essas aulas concentravam-se no ensino do “Evangelho de Cristo, em espírito e verdade,” como preceitua a Terceira Revelação.⁶³¹ Portanto, empregando a doutrina espírita kardecista, as aulas tinham como objetivo transmitir às assistidas a essência do kardecismo: “demonstrar cientificamente a existência do espírito imortal”, que irmanado à ciência, à fé e em “perfeito preparo da consciência universal”, prepara uma “nova era” no horizonte do “nosso Mundo.”⁶³²

Os kardecistas possuem uma grande variedade de preces e as utilizam em todas as ocasiões e rituais. Nessas aulas, provavelmente, ensinava-se às meninas uma das seguintes preces, cuja grande similitude à prece católica, Pai-Nosso, chama a atenção. Essas preces também eram comuns nas “edificantes” palestras e reuniões evangélicas que contavam com a presença dos assistentes e dirigentes do Abrigo Jesus.

“Pai-Nosso que estais em toda parte, que vossa vontade se cumpra e faça que vosso mestre e Senhor Jesus more em nossos corações, fazendo de todos os homens, apóstolos, e que o fenômeno de Pentecostes seja repetido, para que o Espírito Santo desça sobre todas as cabeças, especialmente sobre os chefes das nações afim de que prevaleça o nosso código de amor e caridade.”⁶³³

“Pai-Nosso, que estais em toda parte aceitai os nossos agradecimentos por tudo que, por misericórdia, nos tendes concedido, perdoai, senhor as nossa faltas, assim como

⁶³¹ Cf. AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François; op. cit., 1990, essa prática se estende a todas as instituições espíritas. Mais recentemente, nas Associações e Federações espíritas, aos domingos, são oferecidos cursos de evangelização espírita infanto-juvenil, destinados a crianças e adolescentes com idade entre 5 e 14 anos, separados em faixas etárias, seguindo um padrão de 5 a 6 anos, 7 a 8 anos e assim por diante.

⁶³² RELATÓRIO DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1952.

⁶³³ RELATÓRIO DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1948.

perdoamos os nossos ofensores, livrai-nos das tentações e permiti que o vosso filho dileto, o nosso mestre e Senhor Jesus, esteja sempre nos orientando e conduzindo, fazendo de nós como de toda a humanidade, servos úteis e humildes, do vosso amor. Assim seja!”⁶³⁴

Nota-se que a semelhança é mais do que casual, valorizando-se Jesus como mestre e incluindo-se o “Espírito Santo” como uma representação do “Espírito de Verdade,” os kardecistas apelavam para dois grande símbolos do catolicismo. Como já vimos, essa aproximação da doutrina kardecista com o cristianismo rendia aos espíritas bons frutos sob alguns aspectos, um deles era a possibilidade de ensinar sua doutrina de uma forma semelhante aos católicos o que era de grande vantagem em meio a uma sociedade propensa culturalmente ao sincretismo religioso.⁶³⁵

Numa espécie de relatório ao Chefe do Departamento Social, em 1958, o presidente do Abrigo, Osório de Moraes, apresentou, as principais atividades da instituição, salientado os momentos comemorativos e de lazer. A televisão foi apontada como diversão, cujos programas eram selecionados, e disputados por assistidas e assistentes, aliás, essa foi a primeira vez que se mencionou a televisão nos documentos. Foram citadas as comemorações do dia das mães, dia da árvore, dia das crianças e o Natal.⁶³⁶

Mesmo nessas ocasiões festivas, essas abrigadas estavam submetidas à arte de se “dispor em fila”, de colocar seus corpos num arranjo que os individualizava por localização, mas que não os implantava, distribuindo-os, fazendo-os circular numa rede de relações. Mesmo quando estavam na escola, no ensino primário, o espaço serial ali organizado permitia a vigilância sobre o grupo. Essa nova técnica do ensino elementar

⁶³⁴ Idem, ibidem.

⁶³⁵ Veja-se por exemplo a grande preocupação da Igreja Católica com a propagação do espiritismo, chegando até a organizar uma Ação Pastoral Perante o Espiritismo, que procura principalmente esclarecer o modo de atuação dos kardecistas. KALVERKAMP, O. F. M.. Frei Desidério e KLOPPENGURG, O. F. M.. Frei Boaventura. Ação Pastoral Perante o Espiritismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1961.

⁶³⁶ Carta enviada ao Dr. E. Infante Vieira, Chefe do Departamento Social, pelo Sr. Osório de Moraes. In: CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS, 27.10.1958.

acabou determinando lugares individuais, o que “tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos.”⁶³⁷

Ocupar todos os espaços e evitar o ócio devia ser o objetivo do olhar de todos e dos assistentes, em especial, nas salas de trabalho, onde presidente do Abrigo Jesus mandou afixar um quadro com os seguintes dizeres: “O trabalho dignifica e enobrece a criatura. As nossas mãos são órgãos abençoados que Deus nos deu para a execução de tudo quanto é belo e sublime.”⁶³⁸ O princípio da não-ociosidade, evitava o erro moral e a desonestidade econômica, porque seu contrário desperdiça o tempo contado por Deus e pago pelos homens, devendo ser combatido pela utilização exaustiva do tempo. O disciplinamento do corpo deve impor uma série de gestos definidos e melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, “que é sua condição de eficácia e de rapidez.”⁶³⁹

Por todas essas razões, apesar de sua importância na formação das assistidas, essas atividades práticas, voltadas para a produção artesanal, eram somente um dos pilares da pedagogia assistencial kardecista. Os problemas inerentes à conduta humana eram o alvo principal. A educação espírita em seu sentido amplo, precisava corrigir, orientar e melhorar a condição moral, levando a cabo uma programação ritual que atendesse a essa expectativa. Disciplinar-se sob o signo do trabalho podia ser uma estratégia valiosa mas, deveria ser sempre acompanhada de um exercício permanente da moral no cotidiano da instituição. Essa forma de educar, que propunha uma mudança de dentro para fora, preocupava-se especialmente com os vícios, e, em particular, com o alcoolismo, o jogo e a prostituição. Defendendo outra postura, que devia evitar a fórmula católica da condenação do erro, o trabalho dos assistentes com a educação, adquiria a conotação de convencer,

⁶³⁷ Cf. FOUCAULT, Michel; op. cit., 1977, p. 134-135.

⁶³⁸ Cf. MORAES, Osório; op. cit., 1970, p. 12, este quadro assim como outros foram mandados afixar em vários lugares por ele, como nos dormitórios, sala de refeições e na sala de entrada.

⁶³⁹ Cf. FOUCAULT, Michel; op. cit., 1970, p. 138-139.

mostrando os perigos dos vícios, não apenas para o corpo, mas também para a alma, parte essencial do ser humano.

Num jornal da capital, aparecia, em 1949, uma história que, sem dúvida, procurava justificar o trabalho educativo das obras espíritas, salientando um caso de recolhimento de uma menina ao Abrigo Jesus.

“Você vai rir com as caretas e os trejeitos de Verinha, que tem uma história dolorosa. Com 4 anos apenas, foram-na buscar numa dessas casas de mulheres de vida fácil. Ela estava jogada a um canto úmido do quarto esfumaçado e impregnado de nauseante bafio, chorando ao frio cortante de julho. Debruçados sobre a mesa, ébrios, a mãe de Vera e o seu companheiro. Era o epílogo da farra em plena manhã de sol.”⁶⁴⁰

Prosseguindo, a matéria jornalística afirmava: “Agora Verinha é feliz. Aprendeu a sorrir, faz caretas aos visitantes.” Essa volta à normalidade, à vida que toda criança devia ter, evitando que instintos perniciosos a levassem a furtar e aos vícios em geral, era alcançado nos diversos rituais preparados pelos instrutores e professores da instituição. Além de Vera, outras crianças pareciam compartilhar dos afagos e atenções do novo lar, ou do verdadeiro lar, porém, nem todas apresentavam o mesmo semblante alegre. Nota-se, portanto, que os resultados dessa educação substituta da família, sugeria algumas diferenças entre as assistidas, que se igualavam em, pelo menos, um aspecto: a esperança: “É a esperança que você verá no sorriso de Terezinha, nas caretinhas de Vera, na fisionomia melancólica de Ana Maria, nos doces olhos de Marlene, na meiguice de Norma e no silêncio triste de Edna.”⁶⁴¹

A saída das abrigadas para estudar foi, desde o início, uma demanda delas próprias, defendidas, em algumas ocasiões, por um dos diretores ou membro da instituição. O irmão Virgílio P. de Almeida, solicitou à diretoria, em 1952, que um grupo de abrigadas se

⁶⁴⁰ DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte: 03.01.1949.

ausentassem para estudar em uma escola profissional por algumas horas. O diretor, Oscar, deu seu inteiro apoio à proposta, afirmando que custearia os uniformes, calçados, cadernos, matrícula e mensalidades. A resolução da diretoria permitiu que um grupo de três abrigadas estudasse, na Escola Profissional Feminina Professor Benjamin Flores, após concluírem o 4º ano primário.⁶⁴²

No mesmo ano, certa discussão aconteceu em uma Reunião da Diretoria, que devia decidir sobre a saída ou não, das abrigadas para estudar em escolas da própria comunidade espírita.⁶⁴³ Nesta ocasião, o presidente da União Espírita Mineira havia sugerido ao presidente do Abrigo Jesus, Osório de Moraes, que matriculasse as abrigadas no Ginásio O Precursor. Posta em consideração, essa proposta não angariou a simpatia de todos. Um grupo de diretores ponderou que o ensino complementar deveria ficar a cargo do professor e irmão Rubens Costa Romanelli, afirmando que seria temeroso deixar as abrigadas saírem, para estudar. Aberta a polêmica, votou-se pela não liberação das abrigadas. Somente depois de algum tempo, deliberou-se, favoravelmente, nessa questão.

Apesar de dividida, a diretoria autorizou a saída das abrigadas durante um período de tempo do dia, para complementar seus estudos. Esse aprendizado externo era custeado por bolsas de estudo ou pago pelo próprio Abrigo, representando uma oportunidade de as assistidas aprenderem mais sobre as habilidades para as quais estavam sendo preparadas desde cedo na instituição: corte e costura e bordado. As assistidas podiam cursar também, gratuitamente, o ginásio O Precursor, ou fazer o curso profissionalizante da Escola Profissional Feminina Professor Benjamin Flores. Com bolsas de estudo, algumas abrigadas faziam o curso de corte e costura da Singer.

⁶⁴¹ Idem, ibidem.

⁶⁴² ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 01.03.1952.

⁶⁴³ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 26.04.1952.

Em 1952, por ocasião da diplomação das primeiras educandas, a diretora, professoras, instrutoras do Abrigo decidiram fazer uma festa. Como paraninfo foi escolhido o Secretário de Educação, que enviou seu representante, juntamente com o representante do Governador do Estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A festividade ocorreu em 31 de dezembro, na mesma data do aniversário do presidente da instituição, Osório Moraes. Tratava-se da primeira turma de abrigadas a se formar no curso primário, o que propiciava a preparação de um ritual comemorativo com profundo significado para assistidos e assistentes.⁶⁴⁴

Além de demonstrar a tentativa de aproximação com o poder público, durante aquele momento solene, o discurso do presidente do Abrigo Jesus permite compreender mais de perto o projeto pedagógico-assistencial posto em prática.

“Tenho falado sempre nesta casa sobre educação, instrução e trabalho. Não é só nesta casa que falo e, sim, em toda parte em que me oferecem oportunidade de concitar os meus pares ao pensamento e ação neste sentido. Sou um apaixonado por essa trilogia, porque sinto ser a mesma o pedestal da felicidade humana. A criatura educada e instruída pode, de maneira lógica, raciocinar melhor, sentir Deus e construir dentro de si mesmo o céu almejado.

Trabalho - O trabalho tem sido também um dos meus estribilhos nesta casa e em todos os lugares onde me encontro. Sou apaixonado pelo trabalho, porque sei que ele dignifica e nobrece a criatura. Deus nos deu as mãos para este mister. O trabalho é sem dúvida uma das mais belas orações que dirigimos a Deus. Quem trabalha, sintoniza os pensamentos com o Criador Universal.

Meninas! Uma outra virtude que deve também ser sentida e praticada é a gratidão! Não malbaratem jamais sentimentos tão sublimes. Sejam sempre gratas a todos que desta ou daquela forma servem a vocês.”⁶⁴⁵

⁶⁴⁴ Em 1951, não houve diplomas porque as abrigadas repetiriam o ano por “fraco aproveitamento.” Cf. ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.01.1954.

⁶⁴⁵ MORAES, Osório de; op. cit., 1970, p. 16.

A aproximação entre o trabalho, atributo divino, considerado oração, e a necessidade de praticar a gratidão, constrói um poderoso discurso, em defesa da disciplina. Essa santificação do trabalho, que o associa a forças divinas, estabelece uma relação direta com a pedagogia assistencial à medida que transforma todas as práticas em momentos de sublime obediência e docilidade. As tarefas diárias não são simplesmente o cumprimento de mais um dever, são uma oração, uma dádiva.

Cumprir com seu dever, imbuído da idéia de que, trabalhando, está produzindo um mundo melhor e mais fraternal, leva o ser humano a situação privilegiada diante de Deus. Ao contrário, a falta de disposição para o trabalho, leva o ser humano ao mais profundo abismo moral e espiritual. Duas atitudes transparecem negativamente no comportamento do indivíduo que não cumpre suas obrigações: perder tempo e recusar duas dádivas divinas, força e inteligência.

“Não existe prejuízo maior do que o tempo perdido, único valor irrecuperável. Não aproveitado acaba definitivamente para esta existência. O preguiçoso, o inerte, o parasita é um grande criminoso, perante Deus e perante os homens.

Deus nos deu força e inteligência para a execução do trabalho fecundo, digno e santo, porque todo e qualquer trabalho dignifica sempre o seu executor. O amassador de barro, o enxadeiro, o lixeiro, todos são dignos quanto o artífice das obras mais delicadas e finas. Sejam zelosos do tempo que passa. Aproveitá-lo é nosso escopo máximo.”⁶⁴⁶

Uma visão do desenvolvimento humano pelo trabalho, como algo essencialmente divino, corresponde à concepção kardecista de uma divindade intrínseca ao homem. O progresso material deve estar vinculado ao progresso espiritual, pois sem este vínculo poderia ocorrer um retrocesso moral da humanidade. Os problemas que podem resultar de uma não-correspondência entre o progresso material e moral, como a corrida armamentista e a pobreza generalizada, se apresentam em decorrência na natureza vaidosa, egoísta e

orgulhosa do ser humano. O livre arbítrio “age sob o comando da inteligência e da vontade,” justificando a necessidade de educar o espírito para alcançar um equilíbrio ou uma harmonia, recomendados pelos ensinamentos divinos.⁶⁴⁷

O progresso tecnológico de nada adianta , é uma utopia, se o homem não o colocar a serviço da fraternidade universal. Portanto, trabalhar em prol do progresso moral, deve ser a meta maior. Essas idéias colocam a noção de trabalho dentro de uma determinada visão espiritual, cuja principal característica é a lei do amor, representada pela excelssitude de Jesus, o mestre, que se deixou imolar “no desejo de implantar em nosso mundo” essa lei do amor.⁶⁴⁸

Esse vasto campo moral do ser humano havia de ser construído no Abrigo Jesus pelo trabalho constante e harmonioso das suas assistidas. A caridade dos assistentes deveria desenvolver um alto valor espiritual nas abrigadas, cuidadas com muito zelo, para serem úteis aos seus próceres. Vindas de um meio social adverso, produtor de escândalos morais ameaçadores da paz da família, essas criaturas deviam receber toda atenção, envolvendo-as numa espécie de missão divina, para alcançarem o aprimoramento de seus espíritos.

As décadas de 50 e 60 pareciam exigir maior atenção dos espíritas. Osório de Moraes chega a afirmar em várias oportunidades, contrariando a sua própria crença, que “estamos numa época apocalíptica,” de “loucura coletiva” salientando que parecia ter ocorrido a “soltura de forças maléficas, pestilentas” que “envenenam a mente e os corações dos homens.” Inversão de valores, e aberrações de toda ordem contrariavam a visão progressista da humanidade.

⁶⁴⁶ MORAES, Osório de; op. cit., 1970, p. 33.

⁶⁴⁷ Estas idéias são difundidas pelas mensagens dos Relatórios do Abrigo Jesus, escritas por Osório de Moraes, publicadas na obra, MORAES, Osório de; op. cit., 1970.

⁶⁴⁸ MOARES, Osório de; op. cit., 1970, p. 32-33.

Entre as situações citadas por Osório de Moraes para ilustrar essa “época apocalíptica”, encontrou-se uma que se distingue pela denúncia da ostentação dos ricos e alerta para o problema da miséria, apelando para o bom senso das pessoas de posse, ao frisar a necessidade de uma atitude austera e, espiritualmente, mais elevada. O comentário que se segue pode ser entendido, também, como uma advertência àqueles que insistiam em renegar o valor moral da caridade.

“O grande desfile ou passarela de cães do soçaite (sic) no Retiro das Pedras, pelo requinte e alto luxo com que foi feito, é de estarrecer. Uma senhora veio da Itália especialmente para este desfile e trouxe modelos especiais para a raça canina. Existem já costureiras e cabeleireiras especializadas para os cães do soçaite (sic). Uma cadelinha apresentou um ousado modelo de noiva, com grinalda e tudo. Cães que só comem filé mignon, presunto e leite, pão só com manteiga (vide Folha de Minas de 23.10.62) Sou incapaz de ser contra os nossos irmãos cachorros e outros animais, que merecem a nossa proteção e carinho, dentro da natureza que lhes é peculiar. Exibição desse quilate parece ser um insulto à pobreza.”⁶⁴⁹

Chamando atenção para o comportamento escandaloso das elites belorizontinas, este líder do assistencialismo kardecista deixava entrever que era preciso evitar, pelo menos, a ostentação da riqueza, em uma época de grandes dificuldades para todos e de modo específico para os pobres. Os valores morais decadentes deviam ser resgatados, começando-se pelo exemplo das personalidades mais destacadas da vida social e política. A moralização tinha que extrapolar os muros da instituição assistencial e abranger toda a sociedade.

O contrário também deveria ocorrer, a sociedade, ao visitar o Abrigo daria seu parecer sobre o trabalho dos seus assistentes. Na Ata da primeira Reunião da Diretoria do Abrigo

⁶⁴⁹ Op. cit., 1970, p. 38.

Jesus, realizada em 13 de julho de 1946, o diretor José Mota Magalhães ofereceu um livro destinado a receber as impressões das pessoas que visitavam a instituição.

Denominado, Livro de Lembranças do Abrigo Jesus, onde ficaram registrados os testemunhos de seus visitantes, verifica-se as principais preocupações da sociedade, em relação os trabalhos ali desenvolvidos pela pedagogia assistencial. Seria, portanto, levar em consideração o oposto daquilo que seu presidente, Osório de Moares, tentava cobrar da sociedade. Neste caso, os depoimentos permitem acompanhar não o que os líderes kardecistas esperavam da sociedade, mas, o que a sociedade estava esperando da instituição que eles organizaram e dirigiam.

A seleção de alguns desses testemunhos pode ser considerada significativa, por sua natureza diversificada, embora se saiba que essas visitas aconteciam de maneira preparada, acompanhadas e em horários geralmente pré-estabelecidos, indicando sobretudo, uma política da instituição: a construção de sua imagem perante a sociedade e as autoridades. Em julho de 1946, um mês após ter sido inaugurado oficialmente, o Abrigo recebia a visita de representantes da Loja Maçônica General Moreira Guimarães que além de tecerem comentários altamente favoráveis ao trabalho dos assistentes, ofereceram o amparo de todos os maçons à obra de filantropia que ali se realizava. As relações entre lojas maçônicas e o Abrigo Jesus foi intensa, tendo os maçons, apoiado a instituição, com recursos financeiros, em várias ocasiões.

Alguns visitantes, como é o caso de Hermínio Orik, enfatizavam a ordem e o asseio, o ambiente de alegria e pureza espiritual, que corresponde à uma preocupação constante dos dirigentes da instituição e, ao mesmo tempo, evidencia o que estava implícito na vontade comum de disciplinar e docilizar as abrigadas.⁶⁵⁰ Um ano após o início da assistência às meninas no Abrigo, um visitante, comparou-o a outras instituições

congêneres do país: “Tenho visitado pelo Brasil do Amazonas ao Rio Grande, várias instituições desta natureza, porém poucas tenho encontrado assim tão bem idealizada. Tudo aqui revela o grande idealismo de seus dirigentes. De tais obras é o que o Brasil mais necessita.”⁶⁵¹ Essa comparação reflete outra preocupação da sociedade, em relação ao assistencialismo, que representa a sua essência: o idealismo dos assistentes. Essa qualidade, sem a qual, no entender dos assistentes, é impossível concretizar a educação dos assistidos, parece ser também o ponto nevrálgico do sucesso da assistência, segundo os visitantes.

Em certos depoimentos, verifica-se outra preocupação: o apoio financeiro do poder público.⁶⁵² A manutenção do Abrigo, como de qualquer outra instituição assistencial, depende de recursos constantes de beneméritos ou de rendas que possam ser geradas pelo próprio trabalho dos assistidos, como se viu no caso do Lar dos Meninos Dom Orione. O Estado comparece com subsídios que nem sempre são suficientes, mas, em geral, nunca é lembrado como co-participante ou como auxiliar direto da assistência.

Na maioria dos depoimentos, os principais elogios ressaltam o trabalho de assistência do Abrigo, como promotor da evangelização da infância abandonada, o que estaria demonstrando espírito de brasilidade e de patriotismo, que deveria ser seguido por todos. Ao transformarem as assistidas em criaturas que deveriam ser úteis à Pátria, os assistentes estariam aproveitando uma “força viva” dessa “reserva humana” que a sociedade deixou ao abandono.⁶⁵³

Para vários visitantes, o motivo desse sucesso, residia no ensino moderno que, aliado ao procedimento carinhoso e maternal da professora, transmite às crianças uma

⁶⁵⁰ LIVRO DE LEMBRANÇAS DO ABRIGO JESUS. 17.05.1947.

⁶⁵¹ Idem, ibidem; Depoimento do visitante Roque P. Cruz, 06.12.1947.

⁶⁵² Idem, ibidem; ver por exemplo o depoimento de Eugênio de Freitas Paula, 02.04.1949.

⁶⁵³ Idem, ibidem; depoimento de Ubaldino Siqueira, 10.12.1949.

sensação de “grandeza d’alma” deixando as meninas felizes, com o seu trabalho.⁶⁵⁴ Em vários depoimentos, fica evidenciado que a disciplina e a ordem são consideradas as molas mestras do projeto assistencial do Abrigo. O trabalho sem alarde, quase anônimo e modesto dos assistentes, “obreiros do bem”, oferecia às assistidas uma vida sadia, um futuro melhor. Naquele “pedacinho do paraíso”, a pedagogia assistencial kardecista significava a luz que faltava nos lares desorganizados pelas condições precárias de vida.⁶⁵⁵

Em outros tantos depoimentos, a esperança dos visitantes coincide com o ideal explícito da pedagogia assistencial do Abrigo. O de Raul Guimarães, do Instituto Kardecista de Salvador, Bahia, sintetiza esse ideal:

“Ao penetrar neste recinto da caridade, fiquei encantado com o cuidado como são tratadas aquelas criancinhas, verdadeiros botões em flor, que amanhã perfumarão o jardim da nossa existência. Notei a ordem, o asseio e o cuidado como elas são dirigidas, a fim de que amanhã sejam futuras mães de família exemplares.”

As abrigadas, antes crianças desvalidas, educadas sob os princípios da moral cristã, interpretada pela doutrina kardecista, deviam, assim, cumprir a missão social a elas reservada. Maravilhados pelo que presenciavam, os visitantes exortavam o abnegado trabalho assistencial dos diretores e assistentes do Abrigo Jesus. O que mais se elogiou nos depoimentos foi a retirada das crianças pobres das ruas, evitando que elas se tornassem viciadas e perdidas.⁶⁵⁶ Essa preocupação aparece constante nos mais diversos discursos; o medo da pobreza que aumenta a criminalidade e assombra os cidadãos honestos e as famílias moralmente estruturadas, talvez fosse o motivo de tantos elogios. Os visitantes

⁶⁵⁴ Idem, ibidem; entre os depoimentos com esse propósito, destaca-se por exemplo o de Regina Ramos Mello, 23.01.1950

⁶⁵⁵ Idem, ibidem; ver os depoimentos de Martins Peralva, 30.04.1949, José ?, 05.03.1950, Hilda Fonseca e João Fausico, 30.07.1950, Mário Lobo Leal, 30.04.1952.

⁶⁵⁶ Ver por exemplo os depoimentos dos Representantes da Família Espírita de Cruzeiro, São Paulo, 22.10.1953 e de Silviano Cardoso, 10.01.1954.

maçônicos, declarando-se sem religião, sinalizam, com clareza, essa preocupação primordial de assistir, para que fosse possível controlar os males morais da pobreza.⁶⁵⁷

Para se investigar as práticas, verificando-se de perto o que os visitantes só podiam ver a uma certa distância, abriu-se um diálogo com fontes que correspondem às relações assistidos-assistentes, sendo construídas, cotidianamente, sob o ótica de instrutores, professores e diretores, que elaboraram as noções de disciplina e indisciplina, permitindo a avaliação das situações concretas das práticas assistenciais do Abrigo Jesus.

Desse modo, as estratégias de disciplinamento dos assistentes e as estratégias de resistência das assistidas, e seus principais embates, ficarão evidenciados ao longo da análise, cuja abordagem será propiciada pelas informações obtidas nas Correspondências Expedidas pelo Abrigo Jesus, nas Atas de Reuniões da Diretoria e nas Anotações feitas pelas instrutoras e regentes, baseadas nas Normas Internas. Esse conjunto de documentos abrange o período de 1946 a 1989, e permite que sejam avaliados, com mais segurança os resultados da pedagogia do assistencialismo.

Os maus procedimentos começam a ser registrados nos documentos a partir de 1951. Neste ano, o diretor Clodoaldo de Magalhães Avelino fez um relatório verbal sobre o procedimento de algumas abrigadas, acrescentado da informação do diretor Salvador Schembi, de que estavam no depósito 6 camas quebradas pelas assistidas. O assunto foi debatido, chegando-se à conclusão que a resistência dos assistentes estava sendo posta à prova, e que, portanto, isso era normal, afirmando-se que somente na luta há mérito.⁶⁵⁸

Dois anos depois, como ocorria em cada primeiro domingo do trimestre, os familiares faziam visita às assistidas. Nesta ocasião, a diretoria decidiu que as assistentes

⁶⁵⁷ Este depoimento foi feito em 08.12.1954.

⁶⁵⁸ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 27.10.1951.

deviam levar ao conhecimento das mães de certas meninas o seu mau procedimento, a fim de evitar dificuldades de educação.⁶⁵⁹

Em época bem posterior, era recomendada a entrega de uma abrigada à mãe, por mau procedimento. Tendo entrado em março de 1952, seu comportamento não era dos mais corretos e apesar dos “paternais conselhos,” a menina fomentava a indisciplina entre as demais assistidas, agindo de modo desrespeitoso, “fato que está pondo em risco a boa ordem interna da casa.” Essa hierarquia sexista, que colocava o pai como a medida da ordem, era na verdade o ponto central da imagem do próprio Abrigo Jesus, cuja figura do presidente, Osorio de Moares se confundia com a do pai. Na reunião realizada para resolver o caso, os diretores procuravam saber se a mãe tinha condições para recebê-la de volta, e, se houvesse, seria providenciada a sua desinternação.⁶⁶⁰

Comportamentos considerado grave, pelos assistentes, e comum pela incidência nos registros, era o desacato. Esse é, por exemplo, o caso registrado pela administradora, D. Palmira. Terezinha Maria foi excluída da aula de bordado porque não queria aprender e ainda atrapalhava as outras meninas. Desobediente, a menina muito forte e bem disposta, desacatou a diretoria, manifestando sua vontade de sair da instituição. Internada em 1946, a abrigada estava atrasada nos estudos, não tendo concluído o 4º ano primário. A mãe a visitava esporadicamente, porque morava no Rio de Janeiro, só vindo ao Abrigo 2 anos após a internação da filha que estava com 15 anos de idade. Tendo pai, residindo em Belo Horizonte com a avó materna, a diretoria resolveu desinterná-la como solução do problema.⁶⁶¹

Quase sempre, casos como esse, considerados mais difíceis, eram solucionados com a desinternação, entregando-se a assistida aos responsáveis. Esse foi o procedimento

⁶⁵⁹ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 30.05.1953.

⁶⁶⁰ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 20.04.1961

adotado pelos diretores na situação da abrigada Maria das Graças Santos. Acolhida no Abrigo, em 1956, essa menina é responsabilizada por se portar mal: “não queria freqüentar as aulas do ensino primário, as aulas de bordado e costura; recusava (sic) trabalhar e, quando advertida, irritava-se terrivelmente, tornando-se agressiva e mesmo perigosa. Praticando atos de verdadeiro desequilíbrio.” O relato da diretoria informa que, durante um ano, tudo foi feito para que a menina permanecesse no Abrigo, empregando muita paciência e bondade, porém, nada mudou. O passo seguinte foi pedir o auxílio de sua mãe; ainda assim, todos os esforços foram em vão. Deliberou-se, finalmente, entregá-la à mãe, “mulher ainda nova e de boa aparência e que está trabalhando.”⁶⁶²

Em ocasiões mais específicas, identificava-se um grupo de abrigadas como causador de indisciplina. Este é o caso, comunicado pela irmã Josefina à diretoria do Abrigo. Expondo a situação interna, essa assistente enfatizou o caso de um grupo de mocinhas que não queria cooperar com a Regente. A proposta era desinternar essas assistidas, caso não resolvessem mudar de atitude, porém, tomou-se uma outra medida, para fortalecer a autoridade da Regente, evitando-se decisão drástica.

Algumas assistidas, provavelmente mais velhas, trabalhavam na revista *Alterosa*, ligada à comunidade espírita, recebendo uma pequena quantia mensal, da qual retiravam uma indenização, entregue à instituição, cuja finalidade, a partir de então, seria gratificar as 3 meninas encarregadas de auxiliar a Regente.⁶⁶³ Recebendo essa gratificação, as abrigadas que auxiliavam no disciplina se empenhariam mais na sua função, o que se acreditava estar solucionado o problema.

As queixas registradas em 1958 foram muitas. Pedidos, para retirar da instituição as indisciplinadas, eram comuns. A diretora chegou a sugerir que se utilizasse um outro

⁶⁶¹ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.01.1954.

⁶⁶² ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 17.09.1960.

método de educação, mais exigente. Foi solicitada uma orientação especial para a ginástica e o Jardim de Infância.⁶⁶⁴ A vice-diretora reclamava, pedindo mais pessoal e dinheiro para pagar as empregadas. O estado de pobreza e de péssima moral das abrigadas, que chegavam, estava dando muito trabalho. Alguns casos mereciam atenção especial, o que era difícil diante de tantos problemas.⁶⁶⁵

Procurando a origem desses problemas de indisciplina e insatisfação das abrigadas, certas assistentes, inclusive diretoras, às vezes, faziam sua análise da situação.⁶⁶⁶ O costume de liberar as abrigadas para irem em casa passar um dia das férias, era apontado como possível causador da mudança de comportamento. Uma das diretoras assim se manifestava a esse respeito:

“Essa questão das abrigadas passarem as férias com as mães deveria ser de mais dias, porque, passar um dia, os familiares se desdobram em agraços e gulodices, de sorte que as crianças trazem a impressão de que aquilo é o habitual, ao passo que numa visita demorada, talvez de um mês, reconheçam a realidade da situação financeira do lar, e assim a criança estabelecerá uma comparação com o ambiente e tratamento no Abrigo Jesus, o que poderia redundar em benefício da Instituição. A diretora leu várias composições das meninas feitas em aula, nas quais endeusam o lar e a família, parecendo ser o Abrigo o pior. A obrigação do Abrigo é cultivar o amor entre as meninas e suas mães, mas é preciso saber quem são as mães e se são capazes de cuidar dos filhos.”⁶⁶⁷

Sob o aspecto da disciplina, esse relato da diretora demonstra, nitidamente, um conflito entre os costumes da família e aqueles que o Abrigo Jesus estava querendo impor às assistidas, ao educá-las. O lar original, por mais desorganizado que fosse, representava

⁶⁶³ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 20.01.1955.

⁶⁶⁴ Em 1962, o diretor Dr. Clodoaldo Magalhães Avelino, considerou baixo o índice de aproveitamento das abrigadas no ensino primário, verificando-se uma maior incapacidade nas alunas de 4ª série. Sua proposta era reorganizar o Jardim de Infância, sendo contratada uma especialista para esse serviço. Cf. ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.04.1962.

⁶⁶⁵ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 22.11.1958.

⁶⁶⁶ Cf. RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ABRIGO JESUS, 1959, uma vez por mês reuniam-se as instrutoras e professoras para trocar idéias sobre os assuntos relacionados à educação das abrigadas.

um tipo de relação em que, os agrados e as gulodices faziam parte do contato com os familiares, significando a realização, em curto espaço de tempo, daquilo que não havia sido possível antes da internação. Essa diferença era crucial para competir com o Abrigo, ameaçando sua importância e organização.

Analisando o fenômeno da falta de disciplina, respeito e consideração das meninas maiores, para com as regentes da casa, a diretoria chegou à conclusão que havia inexistência de continuidade afetiva, em decorrência da falta de uma pessoa que as acompanhasse, assistindo-as de perto e aconselhando-as, constantemente. Nessa época, novas internações exigiam que a instituição classificasse 30 meninas, passando-as para o grupo das médias, para abrir novas vagas, o que, segundo a opinião geral, iria provocar cuidados redobrados, carinho e dedicação, que significava mais desvelo, por parte das assistentes. Havia, naquele momento, certa preocupação com o contato entre as abrigadas maiores e as menores. Inicialmente, era intenção das assistentes que as abrigadas mais velhas ajudassem a cuidar das mais novas, o que, num sentido disciplinar, seria o ideal, porém, pelas evidências essa estratégia não estava dando certo.⁶⁶⁸

A partir dessas conclusões, os diretores consideraram melhor a construção de um galpão, para que as abrigadas pequenas pudessem ter o seu cantinho de recreio, e, onde pudessem, também, receber as lições de amor e bondade ministradas pela dedicada irmã D. Conceição, livres da influência das abrigadas maiores. Essa assistente, indicada para o trabalho de educar as abrigadas menores indica que sua prática pedagógica era eficiente e que, de algum modo era capaz de educar, com sucesso, as meninas pequenas, desde que isoladas da influência de suas colegas de internamento.⁶⁶⁹

⁶⁶⁷ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 16.09.1961.

⁶⁶⁸ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.03.1964.

⁶⁶⁹ Idem, *ibidem*.

Os casos de fuga também são registrados com uma certa frequência. Em geral, havia grande empenho para controlar esse tipo de problema, mesmo assim, ele acontecia. Num desses casos, duas abrigadas num ato de rebeldia saíram sem dar ciência à regente, e foram passear. Na repreensão que sofreram, uma ainda teria respondido com violência, à diretora. O caso foi levado ao presidente do Abrigo que considerou natural a vontade de passear, no entanto, salientou a necessidade de conquistar a confiança das assistentes, o que daria o direito de sair à passeio. Concluindo sua opinião, Osório de Moraes reafirmava a principal meta da instituição: “O Abrigo Jesus quer dar educação às meninas, e cuidar zelosamente do seu futuro.”⁶⁷⁰ Fica evidente que apesar do reconhecimento da possibilidade de deixar as abrigadas saírem para fazer passeios, essa autorização dependeria do grau de obediência às assistentes, que saberiam em quem confiar.

Uma das medidas adotadas para garantir a disciplina estava associada ao produto do trabalho das abrigadas nas oficinas. Numa decisão da diretoria, em 1964, a porcentagem da renda obtida pelas abrigadas, nos departamentos de costuras e trabalhos, seria depositada integralmente na Caixa Econômica Federal, se houvesse indisciplina. Este percentual, que era, normalmente, de 30% poderia, dessa maneira, subir, a critério da direção do Abrigo. Essa punição afetaria, de alguma forma, a vida da abrigada no futuro, que, certamente, dependeria de uma poupança para se manter até conseguir emprego.

Outra fuga registrada nas atas do Abrigo, em 1969, foi relatada pelo 1º secretário: “(...) algumas meninas do Abrigo após o recolhimento noturno, escapando à vigilância e usando a chave do portão que dá acesso à escada, promoviam saídas e passeios pelo bairro, entre 19:00 e 21:30, aproximadamente, voltando aos seus aposentos, sem outras

⁶⁷⁰ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 21.09.1963.

anormalidades.”⁶⁷¹ As seis meninas implicadas foram ouvidas, pela diretoria, que reputou de grave a situação, depois confessaram suas faltas e se arrependeram.

A saída não foi justificada, somente denunciada e confessada, seguindo-se o pedido de perdão. O fato de dar passeios, pelas ruas, configura-se, claramente, num comportamento muito comum entre adolescentes pobres em seus bairros, para brincar com amigos e vizinhos. Essa prática, que foi-se alterando com o tempo, devido a vários fatores, era uma forma de socialização de moradores nos bairros populares das cidades grandes até bem pouco tempo atrás.

A diretoria resolveu adotar medidas, de controle, mais rígidas, para resguardar os princípios da casa. Uma dessas medidas foi de contratar pessoa idônea, que pudesse melhor controlar as portas, à noite; uma outra, foi a de punir, severamente, as abrigadas faltosas, suspendendo quaisquer regalias que tivessem durante o mês. Embora se configurasse numa fuga temporária, o retorno ao Abrigo podia significar uma situação em que as abrigadas estavam contestando o asilamento, ou enclausuramento, sem, contudo, contestar a permanência na instituição.

Há um curioso relato de fuga em que a mãe da abrigada estava envolvida. Encaminhada pela FEBEM, a menina recebeu a visita da mãe que desapareceu com ela. A diretora do abrigo D. Dinalva, não havia permitido a desinternação da menina, notificando à FEBEM, por telefone, e enviando carta às autoridades responsáveis. Neste episódio, o rapto da filha pela mãe, acabou sendo enquadrado como fuga.⁶⁷²

Em uma das análises das assistentes sobre as razões da indisciplina, a diretora Cecília Jardim, levantava a explicação de que a indisciplina era uma estratégia das abrigadas, para conseguirem a desinternação. Na sua opinião, essa situação estava levando

⁶⁷¹ ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA, 04.02.1969.

a um desgaste do “equilíbrio disciplinar,” solapando a autoridade da diretoria. Sua proposta era mudar as datas da desinternação, passando a ser as seguintes: “1) após a conclusão do curso primário, caso os familiares se encontrem em condições de acolher a menor; 2) ao completar 18 anos, desde que os pais ou responsáveis tenham meios de receber a abrigada; 3) com 21 anos, idade da emancipação legal, caso a abrigada não tenha quem por ela se responsabilize.”⁶⁷³ Essas medidas não alteravam muito o que já existia, contudo, havia uma novidade: a desinternação após a conclusão do primário. Esse novo momento para desinternar, poderia aliviar a instituição das abrigadas que começassem a dar problemas, na fase em que elas estavam, justamente, passando para a faixa etária das maiores.

Os procedimentos, com relação à indisciplina, foram mudando através dos anos, na tentativa de isolar as assistidas que causavam problemas. Era o que se poderia chamar de exclusão das internas, ou excluídas de dentro. Uma dessas situações aconteceu, quando um grupo de alunas desrespeitou a professora de costura e saiu da instituição sem autorização. Esse desrespeito foi tratado como qualquer ato indisciplinar; as providências foram normalmente tomadas, baseadas nos usuais conselhos, ponderação e carinho. De acordo com o diretor Dr. Clodoaldo Avelino, de nada adiantaram tais medidas, propondo que fosse adotado um sistema de reclusão; com isso, as visitas ficariam proibidas por determinado tempo e haveria o afastamento do convívio com as demais abrigadas. Constituiu-se uma comissão especial, coordenada pelo 1º Secretário, para acompanhar o caso, e estudar o local onde deveriam ser construídos os “dormitórios individuais” (aspas no original) aprovados pela diretoria.⁶⁷⁴

⁶⁷² ANOTAÇÕES DE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA AS REGENTES DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 16.03.1980 e 18.03.1980.

⁶⁷³ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 09.01.1965.

⁶⁷⁴ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 08.05.1965.

Há poucas evidências de acidentes com as assistidas; no entanto, em agosto de 1965, uma das meninas sofreu um acidente grave na lavanderia. Uma abrigada mais jovem, teve sua mão atingida, quando brincava com a calandra, espécie de máquina de lavar roupa, não aceitando os avisos reiterados que lhe fizeram. Levada ao hospital, imediatamente, pelo diretor Dr. Clodoaldo, pela diretora Cecília e a regente Leonides, a menina ficou em observação durante dois dias, ao final dos quais, uma junta médica optou pela amputação da mão direita. Esse acontecimento mereceu comentário dos diretores com base na doutrina kardecista, que entendia o acidente como o “cumprimento da lei cármica, no determinismo divino que intervém em nossas vidas a orientar-nos no caminho da legítima redenção espiritual.”⁶⁷⁵ Assim, ficava afastada qualquer responsabilidade dos assistidos pelo acidente. Não se encontrou nenhuma notícia sobre o acidente nos jornais da época, o que leva a concluir que, por algum motivo, não houve maiores repercussões sobre o caso.

Empenhada em resolver os casos mais difíceis de indisciplina, a diretoria estudou a desinternação de 22 abrigadas em 1966. Uma lista fornecida pela diretora, citava os nomes de um grupo de abrigadas desajustadas ao padrão disciplinar do Abrigo. Essas abrigadas já tinham manifestado desejo de sair da instituição, considerando-se aptas a vencer na vida e ajudar seus pais ou responsáveis. Embora essas aptidões estivessem comprometidas pela conduta moral duvidosa, pelo que se depreende do pedido de desinternação, o objetivo dos assistentes era, sobretudo, livrarem-se de abrigadas que poderiam voltar aos seus familiares melhorando a disciplina do Abrigo. O propósito era resguardar a maioria das abrigadas retirando do seu convívio as suas colegas indisciplinadas, aumentando assim, as possibilidades de educá-las melhor.⁶⁷⁶

⁶⁷⁵ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 04.09.1965.

⁶⁷⁶ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 12.03.1966.

Em determinadas ocasiões houve atrito entre as abrigadas. Esse tipo de problema provocava muita confusão porque indispunha as abrigadas, umas contra as outras, tornando mais difícil o controle da situação. Em abril de 1966, quando a situação parecia calma, duas abrigadas se desentenderam, e uma delas, ao ser repreendida por uma servidora do Abrigo, agrediu-a fisicamente. Por se tratar de uma abrigada reincidente, a diretora levou o caso ao conhecimento da diretoria, para as providências cabíveis. Considerado uma atitude grave, o caso foi decidido logo após o companheiro Alencar Braga ter lido a parábola do “joio e do trigo, exortando a todos que não perdessem a esperança.”⁶⁷⁷ Esse pedido de união, entre os membros da diretoria, era apelo para que todos tomassem decisão favorável à desinternação da abrigada, o que reflete uma provável discussão sobre essa questão, entre os diretores. Com o passar do tempo, a desinternação revelou-se como solução, para resolver o problema da indisciplina, mas parece ter existido um grupo de assistentes e diretores contrários a essa medida, acreditando em outras que pudessem acalmar a situação.

Um dos porta-vozes desse grupo foi o Dr. Clodoaldo, que em uma reunião extraordinária da diretoria, convocada para tratar da disciplina, fez alguns comentários, na tentativa de aprimorar as práticas da instituição.

“O Dr. Clodoaldo, com a bondade que lhe é peculiar tentou melhorar a disciplina. Criticou o critério adotado nos passeios e excursões que, deixando prêmio ao bom andamento, estendiam-se a todas as educandas, indistintamente. Focalizou a seguir a atitude de D. Iracy que, “apavorada” (aspas no original) com a indisciplina não pode ficar na casa. Continuando sua exposição, focalizou aspectos da atitude de rebeldia das educandas, desde a queda de produção e má vontade verificadas no salão de costura, malharia e outros setores, inclusive com insultos grosseiros à professora de costura, até o episódio da fuga 5 meninas, em que até a Rádio Patrulha foi mobilizada, Finalizando suas palavras, pôs em

⁶⁷⁷ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 16.04.1966.

evidência o esforço que vem empreendendo para acertar, dizendo-se útil à Instituição, “mas não às meninas”(aspas no original).”⁶⁷⁸

Continuando suas observações, o Dr. Clodoaldo atribuiu à diretora Cecília Jardim o motivo de tanta revolta das abrigadas, ao tomar uma atitude desastrada, punindo duas delas.

“As medidas tomadas pela irmã Cecília Jardim as quais ao seu ver, foram provocando a espírito de revolta entre as educandas, culminando com os episódios de que todos tem ciência. Começou seu retrospecto a partir de 24 de junho, quando aqui esteve uma caravana do Rio de Janeiro. Duas meninas, somente porque falaram um pouco mais alto, não puderam ir à União Espírita Mineira, como estava programado, porque a irmã Cecília proibiu, sem razão plausível, 10 meninas foram proibidas, `a última hora, de comparecer, em sua companhia, a uma festinha de São João, apesar dos protestos gerais. Em agosto último quando do acidente com a menor Ilma, três meninas pediram para visitar a companheira acidentada e, como era justo e humano, a autorização foi concedida. D. Gláucia Moraes levou-as à Casa de Saúde São José e a irmã Cecília repreendeu-as, dizendo que pagariam caro. Disse o irmão Clodoaldo que intercedeu pelas meninas e obteve a resposta de que “agora pagariam dobrado”(aspas no original). Focalizou, a seguir outros episódios, entre os quais a proibição que teve de conduzir um grupo de abrigadas a assistir à parada de 7 de Setembro, embora a excursão já estivesse programada. Por fim, cuidou do episódio que determinou o seu afastamento da colaboração com a irmã Cecília Jardim. “Houve um choque acidental” (aspas no original) entre a irmã Cecília Jardim e a abrigada Elizabeth. D. Leopoldina havia batido na menina, que até das atividades esportivas foi afastada, restringindo suas atividades apenas ao setor de ensino.”⁶⁷⁹

Esta longa passagem da Ata da Reunião convocada extraordinariamente, propicia amplo e profundo olhar para as práticas e conflitos diários do Abrigo Jesus. As normas que deviam ser seguidas eram exacerbadas por uns, e burladas por outros. Quando se excedia

⁶⁷⁸ ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA DO ABRIGO JESUS, 12.03.1966.

⁶⁷⁹ Idem, ibidem.

na punição, ficando claro que o regulamento havia sido desrespeitado, abria-se um conflito entre os assistentes, e entre estes e a diretoria, como ficou explícito no caso da proibição da saída para assistir a Parada de 7 de Setembro. Houve uma contra-ordem, uma quebra de palavra, em que o diretor foi desautorizado pela diretora, talvez, até uma quebra de hierarquia. O momento em que esse problema se agravou, ocorreu quando um outro membro da instituição quis defender a causa das abrigadas, obtendo, como resultado, uma promessa de maior punição das meninas pela diretora.

Esse conflito está, sem dúvida, relacionado com uma visão diferente da prática disciplinar, que pode ser elucidado, quando se toma conhecimento de como a diretoria encerrou a reunião.

“Concluíram, pelo exame dos fatos apresentados não ser a saída aos 18 anos a causa da indisciplina e sim os atos injusta e violência praticados contra as educandas. A espiritualidade através da leitura do “Evangelho”(aspas no original) aponta a deficiência de nossas orientações – falta afabilidade e doçura. A diretoria tomou as seguintes resoluções:

- a) converteu a renúncia da irmã Cecília Jardim em licença para recuperação de sua saúde;
- b) Designou a Inspetora D. Leonides para assumir, provisoriamente a direção interna da casa.”⁶⁸⁰

O domínio de uma prática assistencial, que conjugasse a severidade, na medida certa, mesclada a gestos de carinho, era absolutamente inviável a todos os assistentes, principalmente porque isso pedia treinamento, e parecia exigir uma certa vocação. Outra decisão da diretoria foi advertir, fraternalmente, as assistentes, e as abrigadas, em geral. O ato de não aceitar a renúncia da diretora, pode ser interpretado como maneira de não fortalecer, em demasia, o poder das abrigadas que poderiam considerar essa atitude como uma vitória, abrindo precedentes perigosos, mas também pode ser entendido como uma espécie de consolo a quem tinha dedicado muitos anos à instituição, apesar de ter falhado

nos últimos tempos. Seja como for, essa estratégia atende aos dois propósitos, ficando evidente que a saída da diretora não resolveria, em definitivo, o problema da disciplina. O importante era preservar a imagem da autoridade dentro da instituição, e também evitar comentários que expusessem a imagem da instituição junto à sociedade e ao poder público.

No final do mesmo ano, voltam à cena os mesmos personagens. Na Reunião da Diretoria em outubro de 1966, já tendo voltado às suas atividades, a irmã Cecília apresentava relatório sobre a rebeldia da abrigada Ilma, a mesma que havia sofrido, meses antes, o acidente na lavanderia. A diretora disse ter assumido perante Deus e a própria consciência o compromisso de educá-la até os 18 anos, afirmando que iria aplicar o código interno do Abrigo, desde que a diretoria não se opusesse. Como medida de alerta, disse à diretoria que era preciso ultimar o relatório sobre o acidente dessa abrigada, para prevenir o Abrigo de surpresas futuras. Concluindo suas observações, a diretora pediu a desinternação de 5 abrigadas, afirmando que elas estavam aplicando o mesmo “artifício utilizado pelas anteriores, a indisciplina.”⁶⁸¹

Voltava, assim, a necessidade de se discutir os mesmos problemas. Reagindo ao pedido de desinternação da abrigada, o irmão Clodoaldo afirmava que o Abrigo estava fugindo de sua finalidade quando decidia desligar meninas de 14 anos de idade; completando seu raciocínio, admitia que, a partir dos 16 anos, isso fosse possível, desde que tivesse completado o curso primário com algum complemento de costura ou datilografia. Nem todos, estavam concordando com essa posição e o irmão Salvador contra argumentou, imediatamente, concordando que esse era, de fato, o desejo de todos, mas que, antes de tudo, seria preciso se submeter à realidade.⁶⁸²

⁶⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁸¹ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 22.10.1966.

⁶⁸² Idem, *ibidem*.

Um ano depois, em setembro de 1967, novos relatos de indisciplina eram apresentados, pela diretora Cecília Jardim à diretoria. As abrigadas maiores eram mais uma vez, a causa dos problemas da casa. Os diretores autorizaram a diretora Cecília a agir, dando prazo até dezembro para que fossem tomadas providências, dentro dos preceitos cristãos e em comum acordo com o juizado de menores. Para ilustrar sua argumentação, provando que as abrigadas maiores pressionavam as funcionárias da casa, assinalou a saída de 5 funcionárias dos seus cargos. Citando o caso específico da menina Maria Severina dos Santos, a diretora disse que ela se rebelou no salão de costura, avançando sobre a professora responsável. Completando seus argumentos, a diretora colocou como agravante o fato de a menina não ter mais ambiente entre as colegas, o que estava tornando seu convívio impossível. Assim, a irmã Cecília obteve mais uma vitória, neste caso, sendo autorizada a iniciar gestões, visando a desinternação da abrigada.⁶⁸³

Em dezembro, a polêmica sobre a prática constante da desinternação, antes dos 18 anos, por motivo de indisciplina, foi reacesa. O ponto de vista contrário do irmão Clodoaldo foi reafirmado argumentando-se que o Abrigo estava fugindo sistematicamente, à sua finalidade, que devia ser a de educar as abrigadas, transformando-as em criaturas úteis a si mesmas e à sociedade. Outros membros da diretoria objetaram dizendo que o problema da desinternação era complexo e que, por isso, não comportava diretriz rígida. A desinternação para se evitar crises como a rebelião ocorrida, recentemente, cujo próprio grupo de abrigadas resolveu pedir seu desligamento da instituição, não devia ser encarada como um abandono da missão evangelizadora do Abrigo. A opinião era de que os pais, tendo condições financeiras e morais para receber suas filhas, não haveria problema,

⁶⁸³ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 30.09.1967.

inclusive, porque outros tantos pais se avolumavam à porta da secretaria da instituição, pedindo para que suas filhas fossem internadas.⁶⁸⁴

No período que vai de 1978 a 1981, uma fonte de excepcional importância, continua a propiciar evidências claras sobre a questão da disciplina. As Anotações de Normas e Instruções para as Regentes do Abrigo Jesus, revelam outros aspectos das práticas e da situação disciplinar das abrigadas.

Sempre com o objetivo de verificar o cumprimento das tarefas implantadas pelas funções e normas do Abrigo, essas Anotações eram feitas pelas instrutoras e regentes, em um caderno próprio, toda vez que algo merecesse a atenção delas. Anotações de indisciplinas mais leves, como deixar de cumprir alguma tarefa, são abundantes. Não arrumar o refeitório e não guardar as vasilhas, são alguns desses atos de indisciplina. Em determinadas ocasiões, ficar conversando ao telefone era relatado como ato de indisciplina. Neste caso é interessante notar que, a abrigada podia usar o telefone, porém, não há informações suficientes para dizer se todas tinham esse direito, ou se era privilégio de algumas, ou ainda, se o próprio fato de telefonar, era um ato de indisciplina. Há uma anotação que indica uma ligação externa, atendida pela abrigada, não existindo informações exatas sobre essa situação, se comum ou não, porém, ao fazer a sua queixa, a instrutora ressalva: “ficou conversando com um rapaz que liga para ela todas as noites.”⁶⁸⁵ Dessa informação pode-se depreender que pelo menos em certos casos as abrigadas tinham o direito de atender o telefone.

Em 21 de julho de 1978, a instrutora Eni registrou: “Muita revolta, nervosismo, todo serviço atrasado e mal feito. Almoço atrasado por falta das menores que não

⁶⁸⁴ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, 23.12.1967

⁶⁸⁵ ANOTAÇÕES DE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA AS REGENTES DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 02.07.1978.

obedeceram e não fizeram as atividades, muita conversa ambiente tumultuado, difícil de manter a disciplina.”⁶⁸⁶ Nessa época, durante algum tempo, à noite, as abrigadas podiam assistir televisão; de vez em quando ocorria censura sobre os programas que elas queriam ver, em geral, sobre as novelas depois das 20 horas. Um dos mecanismos de punição, como nesse caso do dia tumultuado, era proibir que todas as meninas assistissem à televisão, impedindo que as desordeiras compartilhassem, com as outras, desse momento de lazer, que eram obrigadas a cumprirem seus deveres ou se acalmarem.

Os problemas continuavam a ser atribuídos às abrigadas maiores. Em uma aula de evangelização, por exemplo, apenas as médias e as menores participaram e auxiliaram, as maiores não quiseram. Nesse mesmo dia, pelas Anotações, uma das abrigadas saiu da instituição, indo conversar com as colegas de rua.⁶⁸⁷ Mais uma vez não há informações suficientes para explicar como a abrigada pôde sair, sem avisar à instrutora, entretanto, se era possível sair, com alguma facilidade, pode-se presumir que, entre instrutoras e abrigadas maiores, existia, um pacto tácito firmado. Provavelmente algum tipo de troca de favores, envolvendo melhor distribuição de poder entre as alunas mais velhas e as instrutoras, sendo estrategicamente uma forma de manter a ordem.

Em atividades como o passe e a aula de evangelização, à tarde, as abrigadas maiores costumavam desrespeitar as instrutoras, não recebendo o passe e saindo da aula para jogar bola no quintal. Em uma dessas ocasiões, as abrigadas disseram “não gostamos disso (referindo-se ao passe) não somos obrigadas” e saíram dando gritos e gargalhadas.⁶⁸⁸

Há também alguns registros que associam a rebeldia e o nervosismo das abrigadas ao fato de, parte delas não terem com quem passar as férias, ou estarem impossibilitadas de

⁶⁸⁶ Idem, ibidem; 21.07.1978.

⁶⁸⁷ Idem, ibidem; 08.07.1978.

sair em férias com a família. A instrutora Florinda registrou o seguinte momento: “Quarenta meninas foram passar alguns dias das férias em casa com os pais, e outros com pessoas responsáveis. Muita tranquilidade e ótimo trabalho, só Nádia e Ana Lúcia estão me respondendo muito...”⁶⁸⁸ Essa quantidade de meninas representava, naquele momento, quase a metade do total de abrigadas, daí o alívio declarado pela instrutora. Por outro lado, é interessante observar que era grande o número de abrigadas cujas famílias as recebiam nas férias, ou em parte delas. Essas eram as férias que correspondiam às férias escolares ocorrendo em dois períodos do ano, o que leva a crer na possibilidade de um revesamento.

Em uma das anotações, encontram-se evidências de determinados comportamentos entre as abrigadas, que eram vigiados de perto pelas instrutoras, por suas características consideradas imorais. Toques corporais, gritos e beijos são alguns comportamentos que exigiam maior atenção e uma rígida advertência, como no relato feito por uma das instrutoras:

“Às 19:30 começou (sic) os gritos com Marlene e Emília. Aparecida dando beijos na boca de Emília e apertando todo o corpo de Emília e mais gestos indecentes com Maria M. Fui obrigada a corrigi-las com dureza na hora, e felizmente Aparecida obedeceu.”⁶⁹⁰

Na opinião dos educadores kardecistas, a rebeldia e a vida sexual dos adolescentes são frutos do desejo de liberdade. Quando ocorre a ausência afetiva dos pais, pode haver uma sensibilidade maior que precisa ser bem conduzida, evitando-se graves desequilíbrios e impulsos mal resolvidos. Deve ser tomado o máximo cuidado para não se exagerar na repressão, entretanto, recomenda-se não aceitar “falsas teorias que recomendam entregar-

⁶⁸⁸ Idem, ibidem; 15.07.1978.

⁶⁸⁹ Idem, ibidem; 11.07.1978.

⁶⁹⁰ Idem, ibidem; 16.07.1978.

se cegamente a todos os instintos.” Para os kardecistas, o corpo não inicia a vida sexual, na verdade esta apenas retomando o uso do sexo com o espírito que o encarnou.⁶⁹¹

Esse tipo de comportamento, comum na adolescência, estava sob a mira dos assistentes, que vigiavam, o quanto podiam, os movimentos, na tentativa de coibi-los. Jogar indiretas e por apelidos nas regentes era um expediente corriqueiro das assistidas. O castigo, em geral, era desligar a televisão, que nem sempre dava certo, causando revolta das abrigadas que nada tinham a ver com o problema. Muitas assistidas se recusavam a dormir sem assistir as novelas. Havia uma resistência recorrente a certos momentos que representavam ordem. O silêncio na hora do café, às 7 horas da manhã, era conseguido com muito esforço: “Manhã agitada, serviço atrasado, mas enfim correu tudo bem, almoço atrasado por atraso no banho das menores.” Na hora da prece, à tarde, ocorria uma evasão das maiores, que iam para o pátio.⁶⁹²

O jantar, às vezes, ficava também agitado. O problema, muitas vezes, era contornado com uma conversa: “Como sempre a bendita da bola vem atrapalhando na pontualidade do jantar. Não foi fácil domina-las para que elas reconhecessem a falha, com lutas e conversando com elas depois consegui.” Assim procedeu a instrutora Florinda, que conseguiu persuadir um grupo de abrigadas adolescentes. Mas nem todas as instrutoras possuíam o mesmo desempenho:

“ O trabalho entre as adolescentes é mais difícil por mais que procuro entendê-las parece em vão quando elas estão revoltadas por qualquer coisa, elas nem escutam o que eu falo, conversam alto, gritam e cantam para não me ouvir, falam coisas indecentes contra a

⁶⁹¹ Cf. INCONTRI, Dora. A Educação Segundo o Espiritismo. São Paulo: FEESP, 1997 e ALVES, Walter Oliveira. Educação do Espírito, Introdução à Pedagogia Espírita. 3ª edição. Araras, SP: IDE, 1997.

⁶⁹² ANOTAÇÕES DE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA AS REGENTES DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 16.07.1978 e 24.07.1978.

Regente Geral e assim elas me apelidaram por “asa de morcego” (aspas no original), no fundo de meu interior eu achei engraçado.”⁶⁹³

Como é possível perceber, as estratégias da indisciplina eram variadas e ambíguas, embora percebidas pelas assistentes, eram difíceis de combater. Resistir à normalização, à padronização e ao poder disciplinar aguçava também o lado sarcástico das assistidas, o que era em alguns casos, incorporado pelas assistentes.

À noite, a ordem era mais difícil, os problemas comparados à tempestades. Às 19:30, a televisão propiciava discussões e conversa alta sobre a novela. Nos dormitórios as abrigadas faziam “indecências”, gritando e rindo alto. Para obter a normalidade era preciso muito esforço das assistentes e esse trabalho era também demorado: “Foi muito difícil manter a disciplina, só consegui às 22 horas.”⁶⁹⁴

Às vezes, os problemas começavam pela manhã. A organização das aulas era, de algum modo, perturbada pelas abrigadas. Numa dessas manhãs, na aula de culinária, houve desperdício de material, fazendo confusão. Os serviços foram atrasados e as abrigadas ficaram de braços cruzados, não fazendo nada do serviço que deveriam deixar pronto. No final desta mesma manhã, a instrutora ainda registrou o seguinte fato: “As ginásianas tumultuaram o almoço porque estava muito calor.”⁶⁹⁵ Por motivos variados e empregando estratégias diferentes, as assistidas testavam a disciplina constantemente, obrigando as instrutoras e regentes a procederem ativamente para manutenção da ordem.

Em raros momentos, as menores causavam problema. Numa certa ocasião, algumas ficaram de castigo, impedidas de ir a uma festa junina porque haviam dado trabalho. Uma das instrutoras, afirma em suas anotações que havia conversado muito com as meninas à noite: “(...) sobre a presença de Deus, mostrando para elas a vida aqui no Abrigo e lá fora.”

⁶⁹³ Idem, ibidem; 27.07.1978.

⁶⁹⁴ Idem, ibidem; 28.07.1978.

⁶⁹⁵ Idem, ibidem; 04.08.1978.

Essa devia ser uma tática muito freqüente, comparando a situação de desconforto da pobreza da família, com a vida na instituição, que oferecia alimento, proteção e educação.⁶⁹⁶

Em alguns momentos, manter a ordem significava transigir, negociando algumas concessões com as assistidas. As assistentes, por vezes, davam determinadas justificativas em suas anotações para que a direção as lessem e confirmassem as decisões tomadas por elas, autorizando suas ponderações por decisões superiores. Essas justificativas, eram quase sempre, calcadas em costumes de uma rotina de trabalho semanal que identificava os finais de semana como um momento de descanso e retomada das forças físicas e mentais. Quando assistir à televisão era possível e aconselhável, as coisas ficavam melhores

“Tudo tranqüilo, as meninas maiores ficaram assistindo televisão até as 22 horas.

Como era sábado eu deixei, e não insisti muito em desligar, mas durante a semana eu não deixo mesmo, e ponho todas para fazer o para casa de aula.”⁶⁹⁷

Em uma reunião realizada com as abrigadas, pela direção, com a presença do grupo de assistentes, nota-se preocupação em criar maior aproximação com as assistidas, e, de alguma maneira, tentar ouvi-las para conhecer melhor suas idéias, possibilitando gerar estratégias disciplinares com eficiência. Nessas reuniões, as meninas eram separadas em grupos, por faixa etária. Numa reunião com 19 medinhas por exemplo, foram colocados em pauta os seguintes assuntos: boas maneiras; comportamento externo e interno; orientações e alerta nas obrigações e solicitação para que desenvolvessem um serviço de relações públicas. Quanto a este último item da pauta, as anotações são escassas, impedindo uma inferência segura. Talvez essa idéia esteja ligada, de alguma forma, ao comportamento, em público das abrigadas que poderia ser uma propaganda positiva da instituição e assim tornar-se um espécie de boa imagem da pedagogia assistencial do

⁶⁹⁶ Idem, *ibidem*; 09.04.1981.

Abrigo Jesus, principalmente se houvesse contato com autoridades externas, em comemorações, inaugurações, etc.

As saídas nos finais de semana não eram raras. Em duas dessas oportunidades, registradas nas Anotações das instrutoras, observa-se que, uma maneira de punir as abrigadas por indisciplina, era deixá-las de fora desses passeios. Em uma visita ao Zoológico, duas abrigadas foram impedidas de ir por repressão, porque desobedeceram ordens e saíram sem autorização na sexta-feira, voltando tarde ao Abrigo.⁶⁹⁸

Em outra oportunidade, as abrigadas menores foram assistir à peça teatral *Os Saltimbancos*, com autorização da Diretora. Acompanhadas das professoras das aulas de evangelização e de duas funcionárias, as meninas não apresentaram problemas de disciplina, entretanto, um grupo delas não pôde ir, e ainda provocou a proibição da televisão, pelo fato de causarem, um dia antes, ato de indisciplina, não relatado em detalhes.⁶⁹⁹ Dali por diante, o funcionamento da televisão deveria seguir as normas da casa.

Em uma das saídas, as abrigadas foram à fazenda do presidente do Abrigo, Osório de Moraes. Durando todo o dia, 64 crianças testaram a capacidade de organizar e disciplinar de 4 funcionários. Segundo as anotações, a maior parte do grupo estava calma e submissa. As abrigadas maiores, mais uma vez, foram apontadas como causadoras de indisciplina.⁷⁰⁰

Em outros passeios, a exemplo do que foi feito à Fundação Nosso Lar e ao Clube do Trabalhador, com 23 e 64 abrigadas, respectivamente, não foram registrados problemas. Em outro momento, as abrigadas foram a Associação Cristã de Moços-ACM-Recanto,

⁶⁹⁷ Idem, ibidem; 12.05.1979.

⁶⁹⁸ Idem, ibidem; 22.07.1979.

⁶⁹⁹ Idem, ibidem; 04.08.1979.

⁷⁰⁰ Idem, ibidem; 12.08.1979.

passando o dia muito bem. Visitas maravilhosas, recebendo apenas observações quanto a alguns problemas de saúde das abrigadas, medicadas porque estavam com febre, eram exceções.⁷⁰¹

O problema de saúde, em casos como o de Rosilene, requeriam uma atenção especial, inclusive no tocante à sua predisposição para fugir. Apontada como nervosa e agressiva, ela recebia tratamento médico, tomando medicamentos que requeriam atenção. A instrutora Maria das Graças solicitou que as demais assistentes observassem os horários do medicamento no consultório médico. Em geral, os relatos de medicação dizem respeito a analgésicos, porém há registro de uma abrigada que tomava $\frac{1}{4}$ de fenobarbital às 20 h, e que exigia maior cuidado das assistentes. Numa das saídas a passeio, as responsáveis pela abrigada, que fazia uso desse medicamento, não o levaram, o que causou uma advertência da instrutora Nely.⁷⁰² Às vezes ocorriam algumas situações de diarreia o que requeria certos procedimentos como suspender a alimentação e medicar coletivamente. Há também informações sobre pequenos curativos, em pequenas feridas, provenientes de escoriações em tombos.⁷⁰³ No início dos anos 80 há constante reclamação da presença de inflamações nos ouvidos, dores de cabeça, gripes, infecções nos olhos e diarreias.

Em reuniões com as abrigadas maiores, o tom da pauta mudava um pouco. Neste caso, a consulta às assistidas era um mecanismo importante por se tratar daquele grupo de assistidas indisciplinadas, que foram solicitadas a dizer o que as agradava e desagradava. As solicitações das assistidas vão de um extremo ao outro, incorporando parte da proposta pedagógico-assistencial da instituição, e incluindo aquilo que era o centro de algumas preocupações cotidianas da direção e do grupo de assistentes: “querem fazer curso de

⁷⁰¹ Idem, ibidem; 02.09.1979 e 01.11.1979.

⁷⁰² LIVRO DE MEDICAMENTOS DO ABRIGO JESUS, Belo Horizonte: 03.04.1980, 21..04.1981 e 27..04.1981.

⁷⁰³ Idem, ibidem; 12.08.1981.

bordado, costura e datilografia e pediram que nesses dias de greve escolar possam ver televisão à tarde e noite.”⁷⁰⁴

Assistir televisão parecia ser algo especial naquelas circunstâncias, provocando quase sempre, as reações mais adversas das abrigadas. A orientação moralizadora da normalização entrava em flagrante atrito com o desejo, das abrigada,s de assistir algumas novelas e determinados filmes. Entretanto, não se nota, por parte da direção, ou das assistentes, uma medida radical de retirar a televisão, o que permite compreender a necessidade de usá-la, também, como forma de entretenimento válido, desde que controlada, em determinados horários e programas. A questão era adequar o desejo das abrigadas com as normas; por isso, talvez, as reuniões pudessem contribuir para se chegar a um acordo. Esse pode ser um exemplo de negociação pela manutenção do poder e da ordem.

Enquanto isso, as ordens para redução do horário da televisão continuavam acontecendo, insistindo sobre o aspecto da imoralidade da programação.

“A nossa diretora, D. Dinalva, recomendou novamente que a partir de 2^a feira, a televisão não poderá ser mais ligada às 20:00 h , a pedido do Dr. Delcídes para evitar as novelas pesadas que vem depois das 20:00 h em diante, essas são as ordens do nosso Presidente do Abrigo Jesus.”⁷⁰⁵

O número de opções de canais, na televisão, parece não ter sido levado em consideração; não se cogitava mudar de canal, a ordem era desligar o aparelho. Isso leva a uma constatação interessante: outro tipo de programa não interessava, somente a novela. Essa preferência das abrigadas, provavelmente, estaria ligada a um fenômeno cultural que se despontava no país há algum tempo. A prática diária de assistir novelas se massificava

⁷⁰⁴ Idem, ibidem; 29.05.1979.

⁷⁰⁵ Idem, ibidem; 24.07.1979.

na mesma velocidade em que se expandiam os aparelhos de televisão, chegando a segmentos de menor renda, alcançando setores populares da sociedade brasileira.⁷⁰⁶

Outro momento que poderia causar problemas de disciplina, a chegada de novas abrigadas parece não ter provocado conturbações ou maiores efeitos. Em duas dessas ocasiões, os comentários são bastante favoráveis. No primeiro caso, a instrutora Maria Godoy relata:

“Período normal, mais uma linda menina para nossa alegria. Cada dia que chega uma menina novata mais entusiasmo eu tenho de caminhar lado a lado de cada uma. Esta que chegou hoje chama-se Aparecida Cristina Rodrigues, ela é uma gracinha.”⁷⁰⁷

Há outro relato que informa a procedência da abrigada deixando claro a relação entre o Abrigo Jesus e o sistema oficial de assistência à infância. A instrutora Maria de Souza assinalava em suas anotações:

“Chegou Zélia Alves que a FEBEM mandou para ficar aqui como hospede até 2^a feira próxima. D. Dinalva havia se entendido com a FEBEM e preparado o ofício.

Preparei as nossas meninas para a chegada da menor Zélia, e ela a receberam muito bem.”⁷⁰⁸

Embora as abrigadas tenham sido preparadas para receberem a nova colega, é justamente por isso, que fica a impressão de que ocorriam estranhamentos entre novatas e veteranas; daí se justificar a necessidade de preparação das assistidas. Em geral, sobressaía a união do grupo, que é registrada, principalmente, nos momentos comemorativos e festivos.

⁷⁰⁶ O trabalho de HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 439-488, analisa, entre outros aspectos, como a televisão chegou com informações a todos, “sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica.” (p. 442). A radionovela predominou nos anos 50 e 60, cedendo esse espaço à telenovela, nos anos 70. A grande mudança ocorreu no final dos anos 60, cujo marco teria sido justamente uma novela geradora do “estilo global,” a *Beto Rockefeller*, exibida pela TV Tupi, em 1968.

⁷⁰⁷ ANOTAÇÕES DE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA AS REGENTES DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 16.06.1979.

⁷⁰⁸ Idem, ibidem; 23.11 1974.

As meninas do curso de arte culinária preparavam docinhos para a festa de formatura orientadas pela professora. Em certa ocasião foi organizado um Bazar da Pechincha pelas colaboradoras voluntárias com a participação das abrigadas maiores. Ao se aproximar o Natal eram organizados programas de canto com as assistidas, que ensaiavam todos os dias, principalmente, quando chovia e elas não podiam ir ao parquinho. Nessas atividades e épocas específicas parecia haver um alívio nas tensões. A alegria pelos sapatos novos, recebidos às vésperas do Natal, misturava-se à visita da Banda do Esquilinho que tocou músicas e levou um palhaço para divertir as abrigadas, dando presentes e algumas roupas enviadas ao Abrigo.⁷⁰⁹

Em outras tarefas, as abrigadas maiores pareciam se envolver com interesse. No culto do lar isso ocorria. Organizado pela diretora D. Dinalva, essa atividade, cujas informações são escassas, envolvia ritual religioso que, como o nome já sugere, objetivava valorizar as tarefas do lar.

O processo de normalização organizado pela pedagogia do assistencialismo dos kardecistas no Abrigo Jesus, aplicava também a meritocracia, com dispositivos que, ao contrário da punição, procuravam elogiar e enaltecer as abrigadas que se comportavam bem. Um grupo de abrigadas, que teve seu procedimento considerado excelente, foi elogiado pela diretoria, a pedido do diretor Clodoaldo, tendo seus nomes consignados na Ata da Reunião da Diretoria.⁷¹⁰ As homenagens continuaram com a inclusão dos nomes das abrigadas no quadro de honra da instituição, comparecendo à secretaria onde receberam vivas homenagens dos diretores. Por último, o diretor propôs que esse grupo começasse a trabalhar no Abrigo, “para que cada um assuma o bom propósito de conseguir que um grupo das outras abrigadas se torne melhor e conquiste o bom procedimento.”

⁷⁰⁹ Idem, *ibidem*; 07.12.1980.

⁷¹⁰ ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 10.11.1951.

Utilizando as abrigadas de bom comportamento como propaganda da disciplina, essa idéia baseava-se no reconhecimento do que devia ser seguido, como exemplo, por todas as abrigadas.

No discurso do diretor Oscar, apresentado nessa mesma homenagem, há referências à sua mágoa por um grupo que havia procedido mal, e sua alegria pelo grupo, que ali se encontrava, para receber o justo elogio de todos. Esse diretor esperava que, com a força do exemplo, essas meninas boas iriam encaminhar as outras meninas proporcionando uma sensível melhora na disciplina do Abrigo. Considerava que ali estavam 10 meninas, um número simbólico porque “10 são os mandamentos por Moisés no Sinai.”⁷¹¹

Para reforçar os bons exemplos, instituiu-se uma premiação àquelas abrigadas que se destacassem, obedecendo e cumprindo seus deveres. Um prêmio de Cr\$ 100,00, denominado Antônio Franco era oferecido à assistida que tivesse melhor média de aprovação escolar. O segundo e o terceiro prêmios, intitulados Jerônimo Ribeiro, eram conferidos às assistidas que se destacassem na escola. Um quarto prêmio, gestado por anônimo foi conferido a uma outra assistida.⁷¹² Isso ocorreu em 1951, quando o Abrigo Jesus estava ainda nos seus primórdios; em nenhum outro momento da sua história foram encontrados registros da continuidade dessa prática, a não ser em 1956.

Naquele ano foram distribuídos prêmios ofertados pelo irmão Miranda e Castro. Um prêmio foi entregue à menina mais carinhosa para com as pequenas abrigadas; o segundo prêmio foi dado às abrigadas mais amigas do trabalho. Três outros foram distribuídos às meninas que foram escolhidas como oradoras. Fazendo-se um balanço dessas iniciativas, conclui-se que a estratégia de valorizar as abrigadas bem comportadas

⁷¹¹ Idem, *ibidem*.

⁷¹² ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 20.01.1951.

foi pouco explorada, talvez por razões que se desconhece, mas, sem dúvida, essa prática foi abandonada ou deixada de lado em algumas fases.

A estratégia de deixar que as abrigadas assistissem às novelas, anos mais tarde, pode ter sido a substituta dessa premiação, ajudando a controlar a disciplina mais amiúde, em vez de aguardar resultados positivos como o sucesso escolar.

Para que se possa avaliar de um ângulo diferente, o trabalho assistencial da pedagogia kardecista no Abrigo Jesus, essa análise deve se encerrar com raras declarações de ex-abrigadas, que escreveram cartas à direção da instituição, no momento em que ocorria a sua desinternação, ou algum tempo depois. Uma delas afirma:

“Há nove anos passados, necessitada de um lar, contra gosto estou saindo daqui, onde eu encontrei carinho, amizade e cultura. Quanta alegria senti no primeiro dia em que chegando, vi rostos alegres a me receber. Passei a viver a partir daí em um mundo diferente, mais alegre e mais cheio de vida. Com a moral cristã que recebi aprendi e compreendi que aqui não só recebi o pão material o que mais me sustentou foi o pão espiritual na casa que tão alegremente me acolheu. Eu sei que o mundo não é um mar de rosas, o meu maior desejo é ajudar a minha mãe e também não me esquecerei de contribuir com esta casa e não deixarei de visitar esta casa.”⁷¹³

A evidente marca da doutrinação dessa ex-abrigada deixa transparecer que a proposta pedagógico-assistencial do Abrigo, disciplinando e moralizando suas assistidas, conseguia alcançar certo resultado. As prodigalidades da instituição, cravadas no discurso da mulher que iria enfrentar os desafios da vida, não permitem dúvidas; o pão espiritual era, exatamente, aquilo que estava posto desde o início da assistência: a normalização pela doutrina kardecista.

Em outra carta, da ex-abrigada Léa Maria, escrita algum tempo depois de sua saída, lê-se a seguinte declaração.

“Senti demais ao deixar este lar e ainda não me acostumei aqui em São Paulo. Estarei aí brevemente com vocês, para lembrar-mos os velhos tempos. Não esqueci ainda, a fisionomia de vocês, as que me lembro mais, são aquelas que convivia durante o dia todo.”⁷¹⁴

Essa carta lacônica contrasta com a primeira, não demonstrando os resultados do trabalho educativo da instituição. Nota-se um ar saudoso mas que é incapaz de sinalizar algum sentimento, a não ser a fisionomia das assistentes e das colegas. Talvez a intenção fosse somente a de realçar a necessidade da volta à cidade, e de um contato, em breve, com a instituição, ou quem sabe, recuperar antigas experiências, lembrando-se dos velhos tempos.

Ao término dessas análises, fica a impressão que o projeto pedagógico-assistencial kardecista, posto em prática no Abrigo Jesus, permitiu que centenas de meninas encontrassem ali sua última esperança; em contrapartida, foram submetidas às normas que faziam parte da concepção de mundo, voltada para a educação espiritual, moralizadora. Suas histórias de vida são recuperáveis apenas em parte, são fragmentos de uma história construída nas práticas compartilhadas com o grupo de assistentes. As que saíram de forma precoce, as que lá ficaram até completar a idade de sair, e as que talvez tenham continuado como assistentes, foram protagonistas dos conflitos e da história dessa instituição assistencial.

3.3 AS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS VICENTINAS: A CIDADE OZANAM

Hino Vicentino

1°

⁷¹³ Marlene, ex-abrigada. *Livro de Correspondência Recebida do Abrigo Jesus*. Belo Horizonte: 28.07.1956.

⁷¹⁴ Léa Maria, ex-abrigada; op. cit., 02.06.1956.

Ser Vicentino na Vida
Imitar a São Vicente,
Consolar os que sofrem
E esclarecer o descrente.

Côro

Quando contente preciso
Lar do pobre transpor,
Levo comigo o sorriso
Da caridade e amor

2°

Ser vicentino é ter alma
De verdadeiro Cristão
Levando aos lares mendigos
A fé, esperança e o pão.

3°

Ser vicentino é ter dote
De justiça e caridade,
Para com Jesus sorrindo
Consolar a humanidade.

4°

Ser vicentino é ao pobre
Saber como se consola,
Espargindo meigamente
As flores santas da esmola.

5°

Sendo assim, ó Deus bondoso
Ó senhor do meu destino,
Faço solene promessa
De sempre ser VICENTINO.

Eméritos pedagogos do assistencialismo, os vicentinos atuaram firmemente, em Minas Gerais e, em especial, em Belo Horizonte, durante a década de 30, culminando sua jornada em prol dos pobres, com a construção da Cidade Ozanam no final daquela década. Pela Igreja e pela pobreza, os vicentinos elaboraram planos e estratégias assistenciais diferentes, projetando, na Cidade Ozanam, aquela obra que seria seu grande orgulho, acreditando que iriam resolver, de uma vez por todas, o problema da pobreza em Belo Horizonte. Os mendigos, que andavam pelas ruas de Belo Horizonte, importunando comerciantes e pessoas que transitavam pelo centro da capital, seriam encaminhados para uma nova cidade, que lhes daria conforto material e espiritual, educando-os, convenientemente, para o convívio entre os cidadãos, segundo os preceitos morais do catolicismo, sob a inspiração do ideário vicentino..

A Assistência aos Mendigos, que já funcionava e era organizada pelas Conferências vicentinas, desde o final dos anos 20, socorria, em média, 600 famílias por ano, demonstrando a necessidade de incrementar nova obra. Assim, para maior “harmonia e para maior benefício espiritual e material das classes pobres,” os vicentinos resolveram ampliar sua assistência, pondo em andamento as negociações com o Prefeito Otacílio Negrão de Lima, para iniciar a Cidade Ozanam.⁷¹⁵

Corria o ano de 1937, quando foi instalada, oficialmente, a Cidade Ozanam, com a chegada das Irmãs Missionária de Jesus Crucificado.⁷¹⁶ A primeira família a ser alojada

⁷¹⁵ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 08.03.1936.

⁷¹⁶ Esta Congregação, de origem brasileira, tinha contrato firmado com a Diretoria da Cidade Ozanam, que era renovado periodicamente. As Irmãs Missionárias trabalhavam juntamente com os assistentes vicentinos e funcionários contratados, cabendo a elas, praticamente, a administração da instituição.

numa das casinhas construídas, foi a de uma viúva com 6 filhos.⁷¹⁷ A inauguração solene aconteceu um ano depois, a 24 de julho de 1938, com a presença de duas mil pessoas que assistiram a missa campal celebrada pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral. Transportada por ônibus e trens especiais, essa multidão presenciou, ainda, a benção da pedra fundamental do Santuário de São Vicente de Paulo.⁷¹⁸

É importante notar que essa idéia dos vicentinos de construir uma cidade para os pobres, se espalhou, chegando até Uberaba, alguns anos depois, em 1951. Neste ano, Joaquim Furtado de Menezes, o Bispo Diocesano, D. Alexandre Gonçalves do Amaral, e as Conferências da região, lançaram a pedra fundamental da Cidade Ozanam de Uberaba. As proporções dessa nova obra assistencial vicentina eram bem modestas, em relação ao que fora feito em Belo Horizonte, estando prevista, inicialmente, a construção de 5 casas. De qualquer maneira, pode-se afirmar que essa espécie de estratégia estava alcançando outros lugares, consolidando-se como resposta satisfatória para solucionar o problema social.⁷¹⁹

A construção desse tipo de obra assistencial demandava grande organização. No centro da Cidade Ozanam foi construído um pavilhão para acomodar as Irmãs Missionárias, que iriam se tornar peça chave na assistência promovida pelos vicentinos. No projeto dos engenheiros Américo Magalhães Gomes, Custódio Pinto Coelho e Fernando Scarpelli, a Cidade teria 35 casas pequenas para abrigar as famílias pobres, outro conjunto para as viúvas sem filhos e o terceiro para indigentes solteiros, além de um grupo escolar,

⁷¹⁷ A viúva de nome Maria Benedita de Jesus era mãe de 6 filhos, a mais velha de 9 anos e mais novo de 4 meses, as chaves da casa que iria ocupar, foram entregues em solenidade pública pelo líder vicentino Joaquim Furtado de Menezes e a esposa do prefeito Geni Negrão de Lima com sua comitiva. Também estavam presentes, o vice-presidente da Cidade Ozanam, Lafaiete de Pádua e o representante do prefeito, José Osvaldo de Araújo. Cf. O DIÁRIO. Belo Horizonte: 02.06.1938.

⁷¹⁸ MENEZES O. P., Frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, servidor do pobre*. 1994, p. 55-56.

⁷¹⁹ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 05.03.1953.

dois outros pavilhões sem definição, capela, pavilhão de isolamento para observação, ambulatório e farmácia, armazém, horta, chácara, oficinas, cozinha e lactário.⁷²⁰ Em 1944, foram enviados ofícios aos comerciantes de gado pedindo que doassem vacas à Cidade Ozanam para o fornecimento de leite ao lactário.⁷²¹

O gigantismo da empreitada assistencial da Cidade Ozanam exigia, dos assistentes, estratégia pedagógico-assistencial de grande complexidade, o que significava adotar intensa prática do poder disciplinar.⁷²² Em um mesmo espaço estavam reunidas famílias pobres, órfãos, idosos, jovens, crianças, doentes, pessoas com histórias de vida e faixas etárias diferentes. A vigilância moral, imprescindível à normalização, era organizada por um sistema hierarquizado de comandos e grupos assistenciais, que atuava em cada espaço, visitando as casas, ensinando nas escolas e trabalhando no hospital, preparando as reuniões festivas e ordinárias da comunidade, orientando nas oficinas. Desse modo, o projeto da Vila Vicentina, outra denominação da Cidade Ozanam, concebia um lugar onde “seres decaídos social e moralmente” iriam receber educação que os alçaria à cidadania e ao trabalho honesto, longe dos vícios e dos hábitos degenerados que os levariam fatalmente ao crime.

Em 1946, estudavam no Grupo Escolar da Cidade Ozanam, 510 alunos, sendo parte deles composta de crianças das redondezas, e parte de filhos dos abrigados.⁷²³ Alguns abrigados estudavam fora da instituição, recebendo bolsas de estudo, cursando o ginásial e

⁷²⁰ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 18.02.1937.

⁷²¹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 22.11.1944.

⁷²² Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes 1977, “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar” (grifo do autor). Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” (grifo do autor) as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios.”

⁷²³ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 25.08.1946.

formação de professora,. Sendo uma instituição sem a preocupação de asilar, em sentido estrito, seus abrigados, a Cidade Ozanam viveu constante relação de aproximação com bairros vizinhos à medida que a região ia se urbanizando e se integrando ao núcleo urbano mais antigo de Belo Horizonte, que ficava dentro dos limites da Avenida do Contorno.⁷²⁴

Em 1954, chegava, até a Cidade Ozanam, uma linha de bondes, que era o prolongamento da linha para o bairro adjacente da Renascença.⁷²⁵ Com o passar do tempo, a distância ia se encurtando com o aparecimento de novos meios de transporte regulares como o ônibus.

Toda essa estrutura física devia pôr termo ao espetáculo deplorável de mendigos de todas as idades e condições que esmolavam de porta em porta, ameaçando os cidadãos de Belo Horizonte. Crianças maltrapilhas, faziam doloroso desfile pelas ruas depois que os pais as largavam, soçobrando nos abismos da criminalidade. Assim se expressavam os jornais que noticiavam o início das atividades na Cidade Ozanam. Enaltecendo a iniciativa dos vicentinos, um desses jornais publicava em primeira página.

“Pode-se dizer que a Cidade Ozanam é uma realidade palpável. Tem formato e vida de um monumento simples e tocante de caridade. Erguido com amor, entusiasmo, desprendimento, assim surpreendentemente como milagre de Deus. Rejubile-se, portanto, o povo mineiro, cujo amor, cuja caridade foram instrumento da Providência para o erguimento desta empolgante forma de beleza.”⁷²⁶

Essa obra, projetada para marcar novos rumos da assistência em Minas, contava, internamente, com um edifício sede da Ação Social Católica, que atuaria nas dependências da Cidade Ozanam, sob a supervisão das Irmãs Missionárias de Jesus

⁷²⁴ Em um dos Relatório da Diretoria da Cidade Ozanam, classificava-se a instituição da seguinte maneira: “(A Igreja e os vicentinos) conhecendo também as dificuldades morais e econômicas da vida em sociedade, evitando o regime austero de segregação, comumente usado nos educandários congêneres”, tem por objetivo que o “menor necessitado” conheça “os lugares onde viverá, terá sempre contato com sua família”, proporcionando-lhe a melhor “socialização, pela freqüência aos parques infantis, cinemas, compras, etc.” Cf. RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1958.

Crucificado (congregação de origem brasileira com sede em Campinas, São Paulo) , e do pároco do Santuário de São Vicente de Paulo.⁷²⁷ As Irmãs Missionárias congregavam grande influência, chegando, por vezes, a interceder junto ao Arcebispo, para discutir sobre os vencimentos do Padre Capelão e para decidir, praticamente, todas as questões importantes, relativas à administração e organização da instituição.

Essa Congregação assumiu, de fato, a frente do projeto pedagógico assistencial vicentino e não raras vezes, houve divergências, quanto à forma de conduzir as estratégias assistenciais que se manifestavam, principalmente com relação aos processos de internação, quando a Madre Diretora impunha obstáculos, ou objetava a aprovação de algum pedido feito pelas Conferências ou entidades governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Geralmente ouvia-se a opinião e as ponderações dessa superiora nas Reuniões da Diretoria da Cidade Ozanam.

Enquanto essas questões apenas fermentavam, nos primórdios da Cidade Ozanam, o ambiente político do país rumava célere para a organização política estadonovista, em meio ao processo de mudanças ideológicas que se anunciava. Nesse momento, confirma-se a presença de Getúlio Vargas em Belo Horizonte e Ouro Preto para participar de solenidade cívica em homenagem aos Inconfidentes Mineiros, devendo estar presente também à inauguração da Cidade Ozanam, em 24 de julho de 1938, o que, pelas informações, acabou não ocorrendo.⁷²⁸

Sem levar em consideração as questões políticas de Minas Gerais e do país, desde o começo, a Cidade Ozanam contou com recursos do poder público, que nunca foram suficientes para manter as despesas. Uma importância de Cr\$ 250.000,00 cruzeiros foi o

⁷²⁵ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 03.10.1954.

⁷²⁶ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 14.01.1938.

⁷²⁷ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 01.04.1938.

⁷²⁸ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 04.05.1938.

que o governador Benedito Valadares destinou à instituição em 1945.⁷²⁹ Pelas declarações dos líderes vicentinos, essa quantia era um valioso donativo; porém, para que a instituição pudesse levar adiante seu programa assistencial, com a crescente expansão do sistema de ajuda humanitária aos necessitados, era preciso mais do que donativo dessa ordem. A chamada contribuição popular, através de doações de pessoas generosas e fervorosas, era uma prática antiga funcionando muito bem nas mãos dos vicentinos.

Para ilustrar essa prática, a Comissão Central de Assistência aos Mendigos, comandada pelos vicentinos, organizou intensa campanha, visando a aumentar a adesão dos contribuintes da Cidade Ozanam, realizada durante o mês de agosto de 1946. Nesta mesma época, colégios de Belo Horizonte, a exemplo do São Paulo e do Anchieta, fizeram campanhas de arrecadação de donativos, entregando-os em visita à Cidade Ozanam.⁷³⁰ Esse tipo de ajuda era também comum e dava às instituições assistenciais uma importante soma complementar de recursos.

Uma das casas da Cidade Ozanam foi oferecida pelos alunos do Colégio Anchieta, com o apoio do seu diretor, Newton de Paiva Ferreira, e dos professores. Foi organizada intensa campanha de arrecadação de recursos fixando-se cartazes nos principais pontos da cidade e distribuindo-se boletins nas portas dos cinemas, igrejas e nos bairros.⁷³¹

Em algumas oportunidades, membros dirigentes da Sociedade de São Vicente de Paulo iam, em comissão até as organizações das “classe produtoras,” como a Associação Comercial, pedindo colaboração. A Cidade Ozanam figurava entre as obras vicentinas que mais demandavam recursos, anunciando uma assistência a pelo menos, 400 mendigos.⁷³² A necessidade constante da expansão do atendimento, apresentando um quadro das

⁷²⁹ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 22.05.1945.

⁷³⁰ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 04.08.1946.

⁷³¹ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 30.08.1946.

⁷³² O DIÁRIO. Belo Horizonte: 07.03.1953.

condições deploráveis dos pobres, em Belo Horizonte, era, em geral, o motivo central do apelo a mais recursos.

Quinze anos depois de iniciada a grande obra vicentina, considerada das mais dispendiosas, demandava-se mais atenção financeira; os discursos procuravam demonstrar que o trabalho da Cidade Ozanam era capaz de dar um lar aos pobres. Apresentando um certo pessimismo em relação aos progressos do assistencialismo fora da Cidade Ozanam, um desses discursos procurava justificar a crescente necessidade de mais recursos.

“O problema da mendicância entre nós se situa entre os mais momentosos e difíceis de resolver. Os institutos de benemerência e as instituições filantrópicas destinadas a proteger e amparar os deserdados da fortuna não conseguiram e dificilmente conseguirão para o futuro, transformar velhos andrajosos e famintos em cidadãos decentemente vestidos e bem alimentados. A Sociedade de São Vicente de Paulo, seguindo as pegadas dos seu patrono tem procurado resolver o problema, praticando a caridade, protegendo os desamparados, dando-lhes assistência social e principalmente, a religiosa. A Vila de São Vicente de Paulo (nome pelo qual também era conhecida a Cidade Ozanam) oferece o conforto aos pobres, mercê de suas instalações, que possuem tudo aquilo de que pode precisar um lar.”⁷³³

As obras tinham prosseguimento, muitas vezes, em ritmo lento, seguindo a disponibilidade de recursos. Oito anos depois de inaugurada, a Cidade Ozanam ainda passava pela conclusão de determinadas construções e reformas. Em 1946, a Diretoria determinou que ficassem a trabalho somente 2 pedreiros e 3 serventes a fim de terminar as obras mais urgentes. Foi solicitado orçamento das instalações sanitárias do albergue e das casinhas e a construção da cerca estava sendo completada.⁷³⁴

⁷³³ O DIÁRIO. Belo Horizonte: 26.07.1953.

⁷³⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 22.05.1946.

A procura de donativos de toda espécie de recursos intensificou-se, década após década. Enviando ofícios às casas de brinquedo, por exemplo, pediam-se jogos para as crianças; às sapatarias eram solicitadas as caixas de sapatos vazias. Verbas eram destinadas à viagem que as irmãs de caridade faziam para chegar até a Cidade Ozanam. Outra tarefa, cumprida pelos vicentinos era recolher donativos de pessoas que manifestavam desejo de ajudar, indo até suas casas e no trabalho para receber as doações. Um dispositivo muito antigo de arrecadar recursos também foi usado: um festival artístico organizado pelo Grêmio Cultural e Artístico Santa Isabel, arrecadou toda a bilheteria para a Cidade Ozanam.⁷³⁵

Ao longo de sua trajetória, a Cidade Ozanam firmou convênios e acordos com diversas instituições: a Secretaria de Educação do Estado Minas Gerais, Secretária de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Arquidiocese de Belo Horizonte, com a FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, Prefeitura de Belo Horizonte e Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado. Essa situação era importante para manter funcionando as estratégias assistenciais do porte da Cidade Ozanam. Em alguns casos, o convênio gerava problemas, pois estabelecia que os pedidos de internamento poderiam partir dessas instituições conveniadas, desde que examinados pela Comissão de Sindicância dos vicentinos, o que causava atritos e desgastes, em certos momentos, principalmente, quando a Comissão fazia restrições. Em geral, aceitava-se o pedido superlotando a Cidade Ozanam, dificultando a atuação dos assistentes.

Passada a euforia da inauguração, a Cidade Ozanam seguiu sua trajetória assistencial, sendo reformada em 1944, por iniciativa do governador Benedito Valadares. Uma comissão formada por representantes de associações, empenhadas em combater a mendicância, pressionou para que a monumental obra assistencial vicentina fosse

⁷³⁵ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 17.04.1955.

reaparelhada, sendo destinada a ela, a quantia de 500 mil cruzeiros.⁷³⁶ O novo plano incluía uma verdadeira limpeza da cidade, retirando, de vez, os pobres das ruas da capital. Os mendigos seriam encaminhados ao serviço de fichamento médico-social, que deveria ser organizado no Hospital São Francisco de Assis da Sociedade de São Vicente de Paulo, mandando recolher os inválidos à Cidade Ozanam, assim como as crianças de menos de 7 anos, que seriam levadas para a creche.⁷³⁷ Os maiores de 7 anos seriam recolhidos aos patronatos e aprendizados técnicos, mantidos pelo governo. Finalmente, uma agência de empregos seria criada para encaminhar os que pudessem trabalhar fora.⁷³⁸

Todos os abrigados, em condições de trabalhar, eram aproveitados nas diversas oficinas, principalmente os menores aprendizes que, depois de receberem educação suficiente e de se habilitarem em algum tipo de especialidade, como cartonagem, móveis de vime, vassouraria, lavanderia, etc., eram encaminhados a empregos. Quando esses trabalhadores recebiam o suficiente para manter a família, eram solicitados a sair a fim de cederem seu lugar a outras famílias, confirmando o propósito da missão assistencial vicentina.⁷³⁹

Assim como em outras instituições assistenciais, antes de ser aceito, o pobre era submetido a exames médicos, que nem sempre apresentavam um resultado satisfatório. A Reverenda Irmã Ubaldina se queixava de haver casos de tuberculose entre os abrigados, pedindo providências urgentes e mais atenção dos médicos que faziam os exames antes da internação. A necessidade de isolamento devia ser respeitada para que a doença não

⁷³⁶ Esta era a Comissão Central de Assistência aos Mendigos, cf. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 22.05.1945.

⁷³⁷ Conforme a ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 25.11.1944, esta creche foi construída com recursos da LBA, por ordem da esposa do Governador do Estado, Odete Valadares.

⁷³⁸ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 30.09.1944.

⁷³⁹ Pelos dados estatísticos apresentados no Anexo I, verifica-se que houve, de fato, movimento regular de famílias que ao longo dos anos, saíram da Cidade Ozanam, provavelmente, por atingirem a situação de melhora nas suas condições de vida.

grassasse entre os mendigos.⁷⁴⁰ Nos relatórios das Irmãs de Caridade, apresentados à Direção, estão assinalados muitos casos de sífilis, desnutrição, epilepsia e diversos outros classificados como aleijados entre os abrigados, carentes de tratamento médico intenso. Para atenuar as péssimas condições materiais dos miseráveis ali recolhidos, ao se aproximar a época do frio, iniciava-se a campanha do agasalho e cobertores, com o envio de ofícios aos comerciantes e às fábricas de tecido; às vezes o rádio, o teatro e o cinema eram lembrados como veículos de divulgação dessa campanha.⁷⁴¹ O sonho assistencial, de melhorar as condições materiais de vida dos pobres, que saíram das ruas, esperando encontrar situação diferente na Cidade Ozanam, ficava, às vezes, comprometido pelos escassos recursos para essa finalidade, e uma crescente demanda para internar mais assistidos que para ali eram enviados regularmente.

Para manter essa estrutura assistencial, estava em marcha, outra vez, a estratégia de esquadramento do espaço urbano, com a intenção de selecionar os pobres que mereceriam a assistência. Níveis acentuados de miséria teriam que sofrer triagem do saber assistencial, colocando os pobres nos seus devidos lugares, de acordo com suas necessidades e condições físicas e mentais. Os vicentinos possuíam larga experiência em localizar e classificar a pobreza, tarefa que era, absolutamente, rotineira nas Conferências, espalhadas pelo meio urbano há muitos anos. Esse saber assistencial já estava testado e era, constantemente, elogiado pelas autoridades civis e eclesiásticas.

Dentro dessa experiência organizacional do assistencialismo vicentino, e de acordo com as nuances das condições sociais e materiais dos pobres, foi posta em prática a pedagogia-assistencial na Cidade Ozanam. Em cada modalidades assistencial, ali

⁷⁴⁰ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 17.10.1945.

⁷⁴¹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 25.04.1947.

projetada, houve conjunto de práticas diferentes. As fontes, que permitem identificar as práticas mais importantes da pedagogia do assistencialismo vicentino na Cidade Ozanam, captam a essência dessas práticas; contudo, deve ser salientado que as condições históricas foram alterando essas práticas, fazendo, por vezes, desaparecer algumas delas, e, propiciando o surgimento de novas experiências.⁷⁴²

Em uma visita do Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte à Cidade Ozanam, na inauguração da creche, é possível mapear as principais instalações destinadas à prática da pedagogia assistencial no ano de 1946.

“Acompanhado de todas as pessoas que o receberam, D. Antônio dos Santos Cabral, visitou, em primeiro lugar, as nossas instalações da Creche da Cidade Ozanam, cuja organização modelar obedeceu à mais moderna técnica de assistência infantil. O Arcebispo Metropolitano visitou demoradamente a tipografia, a serralheria, a carpintaria, padaria, olaria, mecânica, cantina, os ambulatórios, gabinetes dentários, as enfermarias, os diversos pavilhões e casas isoladas, demorando-se nos pavilhões onde se encontram domiciliados os velhos e aleijados. Não só os habitantes da Cidade Ozanam são de classes humildes como também de classes-médias, empregados e famílias de Belo Horizonte.”⁷⁴³

Além de se constatar que a creche solicitada, um ano antes, fora inaugurada com grande pompa, na presença do arcebispo, constata-se ainda as oficinas que estavam funcionando, onde os assistidos trabalhavam, de acordo com suas habilidades profissionais. A produção dessas oficinas era vendida pela direção da Cidade Ozanam, para obtenção de recursos. Em certa ocasião um pedido para que se calçasse a rua vizinha, que

⁷⁴² Estas fontes são, principalmente, as Atas das Reuniões Ordinárias da Diretoria da Cidade Ozanam e os Relatórios da Diretoria da Cidade Ozanam; além disso os jornais fornecem interessantes informações. Outra fonte que permite conhecer os assistidos são as suas Fichas de Internação das Famílias Abridadas e dos Abridados, que foram tabuladas e se encontram em forma de Quadros e Gráficos no Anexo I.

⁷⁴³ FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 30.07.1946.

dava acesso à instituição, foi feito para que se escoasse a produção de uma fábrica de cestos a ser implantada.⁷⁴⁴

As tentativas de incrementar algum tipo de negócio, que pudesse atender à necessidade de obter recursos e, ao mesmo tempo, preparar os assistidos para uma profissão, dando-lhes trabalho, era a prática comum. Para aumentar a renda da instituição, por exemplo, contratou-se um técnico, sem ônus, para instalar uma fábrica de sabão e sabonete, em 1944. Uma lavanderia para atender a pedidos da “ótima” freguesia foi sugerida nessa mesma época. Uma das idéias era organizar uma floricultura, aproveitando-se a grande área de terra da instituição.⁷⁴⁵ Na olaria, seria construído um forno, com capacidade para quarenta mil tijolos, orçado em Cr \$ 2.500,00. Esta atividade era de suma importância porque, além de fornecer tijolos para os reparos e novas construções na Cidade Ozanam, vendia para o mercado da construção civil de Belo Horizonte que se encontrava em expansão.⁷⁴⁶

Procurando ampliar os serviços, em 1946, foi instalada um oficina de sapataria para atender aos abrigados e o público externo. Uma máquina de cinema foi adquirida para funcionar em benefício da instituição, exibindo filmes para a comunidade interna e a vizinhança. Nesta época, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Otacílio Negrão de Lima, que havia participado intensamente da instalação da Cidade Ozanam, era Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e, a ele, foi encaminhado ofício da Diretoria, para que conseguisse recursos, objetivando a construção de um restaurante escola, a fim de melhorar a alimentação dos abrigados porque muitos não tinham condição de prepará-los adequadamente, e, ao mesmo tempo, permitiria também que se preparassem para a

⁷⁴⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 23.05.1944.

⁷⁴⁵ RELATÓRIO DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: fevereiro de 1944.

profissão de cozinheiro, cozinheira, ajudante de cozinha, etc.⁷⁴⁷ Essa idéia surgia no momento em que se estudava um novo programa de alimentação, que visava a economizar o máximo, pela alta de preços no mercado de gêneros alimentícios, e pela escassez crescente de recursos da instituição.⁷⁴⁸

Os projetos de novas indústrias eram apresentados de tempos em tempos. Uma fábrica de brinquedos, projeto mais antigo foi lembrado em 1947. Fabricar malas, vassouras e caixas de papelão também estava nos planos da Diretoria. Essa quantidade de projetos estava associada ao duplo problema de oferecer trabalho ao volume crescente de assistidos, que chegavam à instituição e, paralelamente, cuidar do aspecto financeiro dos custos elevados da assistência, aumentando a renda com a venda de produtos à comunidade externa.⁷⁴⁹ Essa preocupação com o crescimento da população assistida, fazia com que os assistentes pedissem ajuda externa para manter a ordem e a vigilância, demonstrando que não conseguiam soluções somente com as estratégias da pedagogia-assistencial.

Em certa ocasião, a Diretoria procurou o Chefe de Polícia de Belo Horizonte, solicitando a nomeação de um delegado designado, especialmente, para tratar da situação dos mendigos que eram recolhidos das ruas da capital. Dessa forma era, expressamente, solicitada uma triagem dos pobres, separando aqueles com antecedentes policiais, que deviam ser recolhidos às cadeias, dos que deveriam merecer a assistência. A idéia de separar os honestos dos pobres desonestos não era nova, mas era, rigorosamente, aplicada

⁷⁴⁶ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 29.05.1946.

⁷⁴⁷ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 11.09.1946.

⁷⁴⁸ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 09.04.1947.

⁷⁴⁹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 09.04.1947.

quando havia necessidade de se reduzir o contingente da população abrigada para não se desperdiçar recursos tão escassos com indivíduos que não deveriam estar na instituição.⁷⁵⁰

Reclamações eram dirigidas às autoridades por causa da atuação dos guardas civis que encaminhavam mendigos à Cidade Ozanam. De acordo com essas reclamações, os policiais recolhiam pobres doentes, sem verificar a gravidade da doença, tratando-os de modo pouco caritativo. Um desses casos foi presenciado por um dos diretores da Cidade Ozanam, que chamou a atenção do guarda civil, pedindo-lhe que mudasse a maneira de tratar o pobre. A Madre Superiora, afirmou em reunião com a diretoria, que se deparava, muitas vezes, com o fato desagradável de encontrar homens e mulheres maltrapilhos, sentados ao lado das casinhas, que lhes serviam de albergue, sugerindo que os guardas civis, responsáveis pela vigilância da área, tomassem providências.⁷⁵¹ A atuação dos policiais, em estreita colaboração com os assistentes, devia aumentar a fiscalização sobre a pobreza dentro e fora da Cidade Ozanam, impedindo que houvesse quebra da disciplina, na área sob a responsabilidade dos vicentinos e fora dela, no âmbito municipal; entretanto, as reclamações, quanto a atuação dos policiais, eram comuns.

Em 1945, foram organizados os quadros de serviços juntamente com o quadro de gratificações de todos assistentes e assistidos da Cidade Ozanam.⁷⁵² Tomava forma, uma espécie de empreendimento comercial e de pequenas indústrias, oficinas, como se dizia na época, buscando contatos com o mundo, transformando as atividades produtivas em fonte de renda para a instituição.⁷⁵³ Até os 18 anos, os assistidos faziam estágio na Cidade

⁷⁵⁰ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 09.04.1947.

⁷⁵¹ ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 17.08.1949.

⁷⁵² ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 12.09.1945.

⁷⁵³ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 07.01.1945.

Ozanam. As carteiras profissionais de trabalho eram expedidas, a todos, pelo governo de Estado de Minas Gerais.

Por ordem do Juiz de Menores, a abertura de caderneta de poupança estava autorizada para cada abrigado que trabalhava na Cidade Ozanam. Assim, parte das gratificações mensais, mediante prévia combinação, poderia ser depositada na caderneta, que seria aberta na Caixa Econômica Federal.⁷⁵⁴ Parte da gratificação dos abrigados era paga em forma de bônus que só tinham valor na cantina da Cidade Ozanam, o que os obrigava a comprar, exclusivamente, ali, reforçando seu vínculo com a instituição, tornando-os, praticamente, presos a ela. De vez em quando, ocorria a aprovação de aumento da gratificação dos abrigados, apresentado por uma Comissão nomeada pela Diretoria da Cidade Ozanam, que verificava, entre outras coisas, o grau de produtividade e rentabilidade dos trabalhos.

Às vezes, a internação de novos pobres era suspensa por ordem da diretoria, contrariando o princípio vicentino de acolher todos os pobres na Cidade Ozanam. Em alguns casos, essa medida correspondia à falta de condições de atender a novos abrigados devido à escassez de recursos. Outras vezes, apresentava-se como motivo, razão técnica do ponto de vista do saber assistencial, como a carência de assistentes. Uma Comissão de Julgamentos, foi criada, tendo, como finalidade, a abertura de sindicâncias que estudavam a admissão dos pobres na Cidade Ozanam. Outra função dessa Comissão era sinalizar à diretoria a necessidade de cuidar para que alguma prática assistencial fosse mais eficiente. Em 1944, por exemplo, suspendeu-se a entrada de novos assistidos, até que chegassem as duas professoras do Instituto Pestalozzi, solicitadas para aplicarem testes nas crianças

⁷⁵⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 06.02.1946.

recolhidas.⁷⁵⁵ Era preciso encaminhar as crianças, com problemas psicológicos e psicomotores, às instituições especializadas, evitando que fossem assistidas junto àquelas consideradas normais.

Preocupação constante da prática assistencial vicentina era fazer a triagem dos necessitados, obedecendo aos critérios tradicionais, de identificação dos pobres, e aos novos critérios do saber assistencial racional. Enquanto a Reverendíssima Madre Geral das Irmãs Missionárias, núcleo principal do corpo de assistentes da Cidade Ozanam, requisitava o envio de novas mães, com urgência, para prosseguir com a ajuda material e espiritual aos desesperados, que viviam na penúria, a organização racional da caridade ganhava terreno com o plano de normalização da vida dos abrigados. Assim, as idéias da filantropia científica, ainda que incipientes, iam se misturando às práticas assistenciais da velha economia moral, que impregnava a pedagogia assistencial católica.

Pondo em prática essas idéias, mescladas pelas noções morais e científicas da assistência, as jovens abrigadas desenvolviam trabalhos de agulha, atendendo a encomendas diversas de hotéis e casas comerciais. Fazendo lençóis e fronhas de linho, sob orientações de instrutoras especializadas, as moças estavam correspondendo a um dos objetivos primordiais da pedagogia assistencial: aprendendo a ser trabalhadoras no lar e fora dele, produzindo para vender e participar da sociedade de consumo e do mercado formal de trabalho, tornando-se, dessa forma, habilidosas nas tarefas a elas destinadas. Mulheres exemplares, consideradas desprovidas de inteligência, porém que deveriam estar imbuídas de firmes princípios religiosos e morais.

Fazer valer esses princípios era investir no sucesso do plano vicentino de estirpar a miséria social e espiritual. Pelo Relatório da Diretoria, apresentado em 1948, a Cidade

⁷⁵⁵ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 22.11.1944.

Ozanam contava com fábrica de sabão, sala de costura, floricultura, horticultura, sala de bordados, padaria, lavanderia, cozinha. As tarefas diárias, nesses lugares, cabiam às abrigadas válidas, isto é, que podiam trabalhar.

Enquanto isso, os filhos dessas assistidas, maiores de 7 anos, estudavam no Grupo Escolar mantido pelo Estado. Os meninos de 7 a 16 anos, no período de férias escolares, ficavam ocupados na conservação e limpeza das ruas da Cidade Ozanam, participando, regularmente, do aprendizado da horticultura e floricultura. Evitava-se desse modo, qualquer possibilidade de tempo ocioso, que era combatido, com o aumento do rigor nos horários das oficinas a pedido da diretoria. Intensa fiscalização devia ser adotada fornecendo semanalmente, relatório do movimento nas oficinas, à diretoria, que dessa forma podia analisar a necessidade de se implantar estratégias mais eficientes.⁷⁵⁶

Dirigindo-se ao secretário de Estado do Interior e Justiça, a presidência da Cidade Ozanam requeria um equipamento de marcenaria e serralheria, que estava ocioso nas dependências da Casa de Detenção, para poder ampliar as oficinas já existentes, aumentando a renda da instituição. A construção de uma colchoaria foi autorizada, com o mesmo propósito.⁷⁵⁷

As crianças menores de 7 anos iam para a creche, possibilitando que suas mães trabalhassem fora de casa, nas diversas atividades implantadas dentro da Cidade Ozanam. Com a mesma finalidade, o lactário do Hospital São Francisco de Assis recebia as crianças de, até, dois anos.⁷⁵⁸ Sobre esses assistidos pairava a vigorosa catequese das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, presentes em todas as dependências da instituição, coordenando e orientando as práticas da pedagogia assistencial, ao lado dos vicentinos que

⁷⁵⁶ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 17.10.1945.

⁷⁵⁷ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 23.01.1946.

ali atuavam. Em convênios e acordos com outras instituições era possível ampliar os serviços de assistência. A Comissão Central de Assistência ao Mendigo firmou acordo com a Escola Social, para que funcionasse, na Cidade Ozanam, estágio de curso do Hospital São Francisco de Assis.⁷⁵⁹ Em troca, um dos meninos abrigados deveriam praticar, na oficina de mecânica, o ofício de bombeiro hidráulico para trabalharem, depois no Hospital São Francisco de Assis e na residência de seus diretores.

Para os abrigados adultos, que não podiam estudar durante o dia, por causa do trabalho, foi autorizado curso noturno, que devia funcionar entre 19:00 h e 21:00 h, dividido em três dias, para os homens, e três dias para as mulheres. A Reverenda Madre Ubaldina recebeu ordens da Diretoria para contratar uma professora com ordenado de Cr\$ 200,00 mensais.⁷⁶⁰ Essa preocupação com os estudos dos adultos estava ligada à necessidade de mantê-los ocupados à noite, de prepará-los melhor para o trabalho dando-lhes condições de obterem alguma qualificação profissional, transformando-os em cidadãos, alfabetizando-os, inscrevendo-os na condição de eleitores.

Outra prática constante, as festas, procurava em seus rituais, reforçar o projeto de educar os assistidos. Ao se comemorar os 10 anos da instituição, foi elaborado o programa: parte religiosa, com preparação em três dias, organizado por um sacerdote, especialmente convidado, celebração de missa pelo Arcebispo Metropolitano, café festivo; à tarde a Cidade seria franqueada a todos que quisessem visitá-la; à noite, no Teatro, haveria homenagem às autoridades eclesiásticas, civis e militares e à Diretoria da Cidade Ozanam.

⁷⁵⁸ RELATÓRIO DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: abril de 1948.

⁷⁵⁹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 23.01.1946.

⁷⁶⁰ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 29.05.1946.

As crianças abrigadas se apresentariam e alguns números seriam apresentados pela colônia portuguesa, que aceitou o convite feito pela Madre Superiora.⁷⁶¹

Entretanto, essas comemorações foram adiadas, pela Diretoria, alegando-se uma das fases mais difíceis dos seus dez anos de existência. Grandes dificuldades financeiras foram apontadas como causadoras da suspensão da festa. Entretanto o cancelamento da festa exigiu que se apresentasse providência para manter os abrigados reunidos até a hora de se recolherem, o que demonstra a finalidade dessa festa como aglutinadora dos assistidos, vantajosa para o poder disciplinar.

Essa medida tomada por sugestão do diretor, José da Rocha Cunha, propunha que se organizasse um recreio todas as noites, para as crianças de ambos os sexos, com jogos, projeção de cinema educativo, etc., que servissem de estímulo aos abrigados.⁷⁶² O Cinema e o Teatro estavam, ao que tudo indica, sob a supervisão do Capelão da Cidade Ozanam. Os filmes eram selecionados e as apresentações no Teatro orientadas por esse clérigo, sempre em comum acordo com as Irmãs Missionárias.

A diversão dos abrigados podia educá-los e entretê-los, evitando-se o desconforto e falta de lazer, que poderiam gerar insatisfação e indisciplina. O cinema era aberto, também, às pessoas de fora da Cidade Ozanam e cobrava-se entrada, que entre 1953 e 1955, rendeu aos cofres da instituição, um lucro líquido de Cr\$ 6.107,00.⁷⁶³ Uma parcela dessa soma seria destinada à conclusão das obras do Santuário de São Vicente de Paulo, encravado na Cidade Ozanam.

A pesar da proposta frustrada da festa comemorativa dos dez anos da Cidade Ozanam, a calma prevaleceu, ficando evidente que esse tipo de atividade era crucial para a

⁷⁶¹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 11.03.1948.

⁷⁶² ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 30.03.1948.

estratégia da pedagogia do assistencialismo. O plano de emergência com convocação dos assistidos para participar de cerimônias religiosas que simbolizavam a união entre eles e os assistentes. Em rituais de caráter profano, privilegiando atividades consideradas sadias para a recuperação dos pobres, foi dada a solução do problema. A substituição da festa pelas recreações dá bem a medida da expectativa que deve ter sido criada em torno das comemorações.

Nessa mesma época, a diretora administrativa, Madre Ubaldina, apelava para a Diretoria da Cidade Ozanam, solicitando que fossem tomadas providências, com relação aos menores do pavilhão de triagem, cuja parte moral lhe preocupava, há bastante tempo. Outra preocupação dessa líder dos assistentes, era a presença de “moças decaídas” abrigadas na Cidade Ozanam, que ali ficavam, esperando para se internarem na maternidade, cujo contato com as “meninas e mocinhas” abrigadas, dando maus exemplos quando conversavam, era indicativo de uma grave falha no processo de moralização.⁷⁶⁴

Todos os esforços eram feitos para que a disciplina fosse mantida, até mesmo, quando se podia estar contrariando o objetivo vicentino de abrigar a todos os necessitados. A atuação das Irmãs Missionárias, à frente da organização administrativa da instituição, as colocava, muitas vezes, em confronto com a concepção geral da assistência vicentina. Com o propósito de resguardar seu trabalho, diminuindo os problemas disciplinares, a Madre diretora, com frequência, vetava junto à direção da Cidade Ozanam, a entrada de pessoas cuja vida irregular, não recomendada, podia causar sérias conseqüências ao trabalho das assistentes. Apelando para os preceitos morais do regulamento da instituição, que

⁷⁶³ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 02.02.1955.

⁷⁶⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 25.05.1949.

condenava a desordem moral, a líder das Irmãs Missionárias, quase sempre recebia, a anuência dos diretores da instituição.⁷⁶⁵

Embora não se possa falar em fuga numa instituição que nada tinha de asilar, os menores abrigados, que trabalhavam nas oficinas e que, portanto, se encontravam sob a guarda dos vicentinos, costumavam fugir dos pavilhões, indo, geralmente, para as ruas da cidade. De acordo com os diretores da Cidade Ozanam e da Sociedade de São Vicente de Paulo, o assunto foi estudado chegando-se à conclusão de que, o motivo dessas fugas era a colocação do menor em atividade para a qual ele não possuía vocação. A explicação ia mais longe, argumentando que os menores, habituados nas cidades, eram mandados para escolas agrícolas e os da roça eram mandados para escolas industriais. Essa situação seria a responsável pela insubordinação, que aumentava conforme a falta de habilidade do dirigente e assistentes, cuja culpada seria a triagem.

Outro aspecto relevante, que aparece esporadicamente nos Relatórios, eram os relatos da postura rude das religiosas, diante dos abrigados, acusando-as de não deixarem a criança e o jovem se aproximarem delas, ou até mesmo não permitir que os assistidos se amassem, levando-os ao aumento da agressividade.

Portanto, a necessidade de existir uma equipe de assistentes, com muita habilidade, que havia levado as Irmãs Missionárias a celebrarem um contrato com os vicentinos, fazia com que a diretoria da instituição procurasse reforçar, constantemente, seus quadros. Todos os velhos, menores, viúvas, órfãos e famílias, considerados moralmente decaídos, deviam receber atendimento especializado.⁷⁶⁶

⁷⁶⁵ Na maioria destes casos de pedido de veto para internação, nota-se que era de pessoas indicadas pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, contudo, não há informações suficientes para inferir sobre as razões que levavam as Irmãs Missionárias a essa posição. Ver a este respeito a ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 26.11.1956.

⁷⁶⁶ Há uma resolução da Diretoria da Cidade Ozanam que recusava a internação dos anciãos pensionistas, confirmando-se a gratuidade para esses abrigados. No entanto exigia-se a idade mínima de 60 anos e um

Essa ampliação da assistência não recebia, por parte de todos os assistentes, a mesma opinião. Havia aqueles que separavam os necessitados em categorias diferentes, recomendando que sua assistência fosse específica. Aqueles que, de algum modo apresentavam um histórico de resistência à disciplina, cujas características não correspondiam às do pobre humilde, eram rejeitados, devendo receber outro tratamento, com pedagogia assistencial adequada, mais intensa e incisiva nas questões morais. Aos pobres, moralmente recalcitrantes, não havia outro caminho a não ser as prisões e as instituições correcionais.

Os relatos de indisciplina são raros na história da Cidade Ozanam, entretanto, nota-se muita preocupação, nesse sentido, quando a situação financeira piorava diminuindo a quantidade de recursos que seriam destinados à construção ou ampliação de alguma oficina, que propiciaria mais trabalho, mantendo os abrigados afastados da ociosidade e dos vícios. Num desses momentos, um dos diretores demonstrava sua inquietação com projetos inacabados.

“Em seguida o Dr. Cunha tratou mais uma vez da questão do trabalho e recreio dos menores, dizendo o quanto lhe preocupa certos problemas ainda sem solução já pela falta de recursos, já pela carência do local apropriado. Tratou do alfaiate posto à disposição da Cidade Ozanam, verificando-se a dificuldade de uma sala para instalar a oficina de alfaiataria, combinando com a Reverenda Madre os meios de uma instalação provisória, comunicou que por esses dias virá também uma professora de música que em dias e horas diferentes dará aulas aos menores de ambos os sexos. Sobre a campanha da Alterosa manifestou também a esperança que nela deposita afim de conseguir algum auxílio para a Cidade Ozanam neste fim de ano. Num ambiente de sinceridade referiram-se à medida que

vem sendo posta em prática de não mais serem recebidas mães solteiras pois seu mau exemplo influencia nas menores aqui abrigadas.”⁷⁶⁷

Estava atendida a solicitação da Madre Ubaldina, feita meses antes: as moças decaídas foram excluídas da assistência dentro da Cidade Ozanam. Certamente, essas mulheres iriam para outras instituições onde outros assistentes cuidariam da sua educação moral. Eliminando-se esse foco de imoralidade, que poderia provocar indisciplina, ainda restava aumentar a capacidade de postos de trabalho, com a implantação da alfaiataria, porque o ócio era outro foco gerador de problemas disciplinares. Apesar de haver isolamento total dos abrigados, falava-se, às vezes, de expulsão por comportamento inadequado de assistidos recalcitrantes, que recebiam ordens para se retirar.⁷⁶⁸

Os problemas financeiros e a superlotação que acompanhavam a instituição desde o nascedouro, impediam, em certas ocasiões, que fosse aceita a entrada de mais famílias. Numa dessas ocasiões a Comissão de Sindicância estudava a possibilidade de aceitar uma senhora, que teria sua estadia financiada por uma pessoa amiga. Em outra situação, o próprio Arcebispo D. Cabral, intercedeu pela aceitação de uma outra senhora pobre, junto à Comissão de Sindicância.⁷⁶⁹ Essas dificuldades testavam os limites do assistencialismo da Cidade Ozanam, colocando em questão a enorme responsabilidade financeira de manter uma instituição de tamanha envergadura.

Certos acordos eram propostos para que a instituição pudesse absorver mais abrigados. Em 1951, o diretor de Assistência e Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte procurou o Presidente da Cidade Ozanam para propor que fossem aceitos mais abrigados, em troca do aumento da subvenção destinada à instituição. Na mesma época, um dos

⁷⁶⁷ ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 04.10.1949.

⁷⁶⁸ Vera Quadros e Gráficos no Anexo I.

⁷⁶⁹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 10.11.1950.

membros da diretoria encaminhou proposta de um pretendente para locação de terreno de olaria, com o objetivo de aumentar a renda da instituição.⁷⁷⁰

Em outro momento, já sem tantos problemas financeiros, no aniversário do Dr. José Maria G. dos Santos, diretor da Cidade Ozanam, os abrigados foram convidados, como prova de amizade a participar de uma missa, comungando em suas intenções e pedindo bênçãos e graças para o diretor e sua família. Depois da missa houve a festinha de palco, oferecida pelos abrigados, no pavilhão central, e em seguida, foi servido um “lunch” aos presentes.⁷⁷¹ A aproximação entre os grandes líderes e os assistidos construía uma imagem de confraternização e de solidariedade que simbolizava a própria pedagogia do assistencialismo vicentino, principalmente quando se evocava a vida do patrono máximo da caridade cristã e inspirador da Sociedade, o líder católico São Vicente de Paulo.

Ao se comemorar o Jubileu de Prata da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que já estavam trabalhando na Cidade Ozanam, há 15 anos, organizou-se um programa. Pela manhã, foi celebrada missa pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Antônio dos Santos Cabral. Durante o dia foram desenvolvidas várias atividades de confraternização entre as Irmãs e os assistidos e, à noite, além da hora de Ação de Graças, com a presença de muitas pessoas amigas das Irmãs, houve uma sessão solene no Teatro.⁷⁷² Mais uma vez era salientada pelos assistentes a importância dessa prática.

Festa que adquiriu significado especial na Cidade Ozanam, foi o casamento de uma de suas abrigadas, que lá chegou, com sua mãe e três irmãs, sendo ali educada. O casamento foi celebrado na capela da Cidade Ozanam, (concessão especial do Arcebispo D. Cabral), pelo Capelão Francisco Viana. Acontecimento inédito na história da

⁷⁷⁰ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 24.04.1951.

⁷⁷¹ RELATORIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1953.

instituição, esse casamento deixava a Cidade Ozanam engalanada no dizer de seus diretores. Os padrinhos foram o confrade e sua esposa, que haviam conseguido a internação da família, dez anos antes, pelo trabalho da Conferência a qual pertenciam.⁷⁷³

Esse fato ganhava extrema projeção, como exemplo a ser seguido por outras abrigadas, que, pelo casamento, confirmariam sua missão de constituírem família nos moldes da orientação católica, simbolizando o cumprimento de uma das missões da pedagogia do assistencialismo. A atenção que os vicentinos davam às mulheres jovens, abandonadas pelo marido, pode ser medida pela aceitação de uma delas, na instituição, em momento de dificuldades financeiras, em que fora recusado pedido de internação de dez menores, pela Prefeitura.⁷⁷⁴ O amparo moral e material a essas mulheres recebia tratamento de urgência, estando acima dos outros caso de assistência, por causa do receio de desorganização da família, sem seu provedor, que, em consequência, podia levar essas mulheres à prostituição, em função da necessidade de sobrevivência.⁷⁷⁵

Uma subvenção estadual para a Cidade Ozanam e outra federal, solicitada pelo deputado federal Luís Machado Sobrinho, dependiam da eficiência da pedagogia assistencial dos vicentinos e das Irmãs Missionárias. Agradecimentos elogiosos da Assembléia Legislativa, ou da diretoria da Associação Mineira de Proteção à Criança, que salientavam o trabalho da Cidade Ozanam, eram indicativos de mais subvenções.⁷⁷⁶

⁷⁷² Idem, Ibidem.

⁷⁷³ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 01.05.1951.

⁷⁷⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 08.05.1951. Nesta mesma época, foi recusado um outro pedido de internação de menores abandonados enviado pela Assistente Social Lucília Alves Meneses, do Serviço de Vigilância de Menores.

⁷⁷⁵ Focando justamente a criança, considerada vítima da prostituição e do desajuste da família, havia comemoração anual que fazia alarde: era a Semana das Crianças, preparada com recursos da Legião Brasileira de Assistência – LBA, e alguma verba extra.

⁷⁷⁶ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 30.01.1953.

Momento festivo, de enorme projeção para a Cidade Ozanam, aconteceu em 1953, com a visita de Nossa Senhora de Fátima às suas dependências. Relatada minuciosamente, essa manifestação de fé foi organizada por uma comissão, que preparou uma procissão para a Virgem Peregrina, passando pela rua principal cujas laterais estavam como que engalanadas de rosas vivas, representadas pelas crianças, que mais parecia a entrada do céu. A comissão postou-se diante do portão da Cidade Ozanam, com todas as Irmãs de Caridade e os confrades diretores, que seguiram o carro andor até a frente do Pavilhão Central, onde a imagem foi colocada, em um altar, para que fosse rezada uma dezena do terço e cantando o Hino de Nossa Senhora de Fátima. Estimou-se a presença de mais de cinco mil pessoas, nessa atividade, cujo entusiasmo revelou-se pelas lágrimas de muitos que cobriam a imagem da Virgem de pétalas de rosa.⁷⁷⁷

Acontecimento, digno de festa, era a inauguração de nova casa para abrigados. Alguns confrades fizeram doação, nesse sentido, construindo uma casa dentro dos regimentos da Cidade Ozanam, marcando a inauguração para o dia 20 de dezembro de 1953,. Seria celebrada missa em ação de graças, em favor da comissão doadora da casa, com a presença da diretoria e dos confrades.⁷⁷⁸ Esse tipo de iniciativa reforçava a união entre os vicentinos e suas práticas assistenciais, renovando suas propostas em relação à Cidade Ozanam.

Reuniões de estudos, eram promovidas pela diretoria, aconteciam regularmente, com o propósito de discutir novas estratégias de assistência. Em uma dessas reuniões, de grande porte, deliberou-se sobre a organização de um congresso vicentino, comemorativo

⁷⁷⁷ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 28.06.1953.

⁷⁷⁸ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 14.11.1953.

do centenário de Frederico Ozanam, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo, o que demonstrava a importância de a Cidade Ozanam sediar esse evento.

“Durante estes dias foi realizado na Cidade Ozanam o Congresso dos Vicentinos, em comemoração ao Centenário de Frederico Ozanam. Nestes dias estive entre nós o Exmo Reverendíssimo Sr. D. Alexandre Amaral, que acompanhou todas as sessões de estudo e demais comemorações. As sessões de estudo tiveram lugar no Teatro da Cidade Ozanam, com a presença dos membros do Conselho Central Metropolitano, da Diretoria da Cidade Ozanam, da Comissão de Diversão, Conferência da Cidade Ozanam e das vizinhas. Houve exposição das Indústrias e Fábricas da Cidade Ozanam e trabalhos manuais feitos pelas meninas da mesma Cidade. No encerramento houve Santa Missa celebrada pelo Exmo Reverendíssimo Sr. D. Antônio dos Santos Cabral. D. D. Arcebispo Metropolitano. Foi satisfatório o número de comunhões feitas pelos vicentinos. Em seguida foi servido um café no salão da exposição e para encerrar ouviu-se a palavra amiga de agradecimento do Dr. Pio Porto de Menezes mui digno Presidente do conselho central Metropolitano.”⁷⁷⁹

É interessante observar que a exposição dos produtos fabricados pelos abrigados tomou conta de uma parte fundamental das comemorações. Apresentar à comunidade vicentina que participava do evento, os progressos da Cidade Ozanam na assistência aos pobres, era de suma importância, para manter, vigorosamente, projeto de tamanha magnitude. As autoridades eclesiais, de alto nível, deviam ver também os avanços obtidos pela assistência das Irmãs Missionárias, provavelmente, para elogiarem, junto aos superiores, a sua atuação exemplar, legitimando o trabalho, ao mesmo tempo que respaldavam a integração entre clérigos e irmãos leigos, em obra de grande envergadura social.

Momento de indiscutível relevância, o Natal era outra comemoração festiva que envolvia de modo intenso, assistentes e assistidos.

⁷⁷⁹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 30.01.1953.

“Grande movimento espiritual na Cidade Ozanam em preparação ao Santo Natal. Todas as repartições preparam-se não só individualmente com enfeites, etc. mas principalmente espiritualmente para a celebração do Santo Natal na Cidade Ozanam. Foi com este espírito de fé que os nossos abrigados viram chegar este dia tão desejado por todos. De 24 para 25 à meia-noite, houve a Santa Missa com grande número de comunhões. Em seguida, à Santa Missa, o Sr. Padre Capelão levou o Menino Jesus em procissão para o salão ricamente ornamentado onde foi servida a ceia para os pobres. Terminada a ceia a Madre Helena, Diretora da Cidade, acompanhada pelas Irmãs e meninas continuaram a procissão até o Pavilhão Central. Dia 25 às (?) houve distribuição de brinquedos para as crianças. À tarde, às duas horas, distribuição para os adultos.”⁷⁸⁰

A organização primorosa das comemorações, pelas Irmãs Missionárias, reflete uma tentativa constante de condução da vida dos abrigados, por meio de ordenação minuciosa do tempo e do espaço, disciplinando cada movimento. A presença maciças dos assistidos, a essas práticas religiosas, permitia fiscalização moral intensa que procurava educá-los, dentro dos moldes católicos, imbuindo-os dos principais atributos da obediência e subserviência às autoridades e a Deus. Os vicentinos estavam diretamente envolvidos na pedagogia assistencial, enquanto a Comissão Diretora da Cidade Ozanam dava sua contribuição à fiscalização permanente aos abrigados, nomeando alguns membros que promoviam diversas palestras junto aos assistidos, orientando-os sobre economia, obediência à administração das Irmãs, instrução civil, religiosa e moral.⁷⁸¹

Quando a Cidade Ozanam recebia a visita de representantes de diversos órgãos oficiais, Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte, representantes de entidades civis, para fiscalizar os trabalhos assistenciais ali desenvolvidos, é possível avaliar o estado geral de sua prática assistencial.

⁷⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁷⁸¹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 11.09.1954.

Sob os olhares atentos da sociedade e do Estado, o trabalho assistencial dos vicentinos devia ser avaliado em todos os seus aspectos.

“A recuperação dos pobres e respectivas famílias é realizada por meio de assistência médica, odontológica, enfermagem, religiosa, social e com emprego de todos os pobres em condições de trabalhar nas oficinas de tipografia, carpintaria, caixa de papelão, móveis de vime, sapataria, vassouraria, costuras, lavanderias, etc., cujo resultado poderá ser apreciado nas operações constantes da prestação de contas anexa.”⁷⁸²

Os dois eixos centrais da pedagogia do assistencialismo se manifestavam nos Relatórios. A educação religiosa e a higiene dos assistidos, que representavam o corpo saudável física e moralmente, integrando-se à formação profissional, preparando a incorporação dos indivíduos ao mundo do trabalho formal eram a meta do projeto assistencial vicentino, regenerando o pobre.

Nem todos os abrigados, ficavam na Cidade Ozanam até o término do período a eles destinado. Alguns pediam, à diretoria, sua dispensa, deixando, em alguns casos, os filhos menores trabalhando para aprender um ofício. A permanência das famílias nas casas, estava sujeita a regras de manter silêncio após as 21:00 e não criar animais domésticos. A família deveria desocupar a casa onde morava, assim que suas condições financeiras e morais melhorassem. Isso significava que os membros mais velhos da família deviam estar trabalhando, regularmente, e os filhos menores, estudando.

No início dos anos 60, a Cidade Ozanam passava por crise financeira sem precedentes. A Madre Superiora, ficou encarregada, pela diretoria da instituição, de fazer um levantamento minucioso das famílias que podiam deixar as casas, para dar lugar a outras que precisavam ser internadas. Algumas famílias poderiam continuar na Cidade Ozanam, desde que arcassem com sua alimentação; outras receberiam alimentos das

⁷⁸² RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 31.12.1954.

Conferências e as que continuassem sob a tutela da diretoria receberiam vales, que seriam utilizados para compras de gêneros em um dispensário, a ser criado. As famílias passariam a cozinhar em casa, ao invés de receberem a comida do restaurante da instituição. As casas, em sua maioria, precisavam de reparos, assim como os telhados dos galpões exigiam reforma. Essa situação colocava os planos assistenciais em desalinho, provocondo reuniões com as Conferências e Conselhos Particulares da Sociedade de São Vicente de Paulo, no intuito de solucionar o problema absorvendo parte das despesas.⁷⁸³

Aos poucos, a situação se estabilizou, com a saída de famílias que já podiam viver sem o amparo da instituição. Os abrigados, que não quiseram sair voluntariamente, negociaram soluções para ficarem mais tempo. Verbas recebidas do Estado passaram a ser aplicadas em títulos, com renda superior a 4% ao mês, o que garantia, em parte, a manutenção das despesas.⁷⁸⁴ Às vezes ocorriam doações do patrimônio de pessoas idosas que queriam se transferir para o asilo da Cidade Ozanam, resolvendo, parcialmente, o problema financeiro. Em determinados momentos, o próprio patrimônio da instituição era posto à venda para arrecadar recursos. Enquanto isso, continuava o movimento assistencial corriqueiro, com novos pedidos de internação, novas sindicâncias, etc.

Em 1972, por exemplo, a escola fundamental foi reformada, com recursos dos pais dos cerca de 350 alunos. O prédio foi todo restaurado por dentro, incluindo o mobiliário. Neste mesmo ano uma campanha seria organizada para tentar resolver, de vez, a situação financeira da Cidade Ozanam. Denominada “dê uma hora de seu salário somente uma vez por ano”, essa campanha estava sendo proposta por pessoas de fora do movimento

⁷⁸³ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 18.10.1962.

⁷⁸⁴ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 12.03.1965.

vicentino, que pediam um percentual de 50% das importâncias arrecadadas. Bailes e outras festas também estavam sendo cogitados para arrecadar fundos.⁷⁸⁵

No ano seguinte, a reunião de fim de ano da diretoria sinalizava a situação precária da instituição, relatando as dificuldades que foram enfrentadas: redução da aceitação de novos abrigados, e revisão do contrato com as Irmãs.⁷⁸⁶ Uma última tentativa de recuperação, para 1974, foi proposta pelo Presidente da Cidade Ozanam, cuja idéia era permitir a entrada de todos os pobres, atingindo a capacidade máxima da instituição, conseguindo mais mão de obra das famílias e dos abrigados. O planejamento seria prévio, procurando promover o pobre. Estava, assim, declarada a maneira como as práticas assistenciais haviam sido conduzidas, até então, e mais do que isso, demonstrava que a história da desvalorização da mão de obra dos abrigados havia colocado em sério risco a sobrevivência da grandiosa obra assistencial vicentina.

Refletindo a idéia do Presidente da Cidade Ozanam, em 1974, as Irmãs Missionárias reuniram-se com as mães e filhos abrigados a fim de aconselhar-lhes a se dedicar mais ao trabalho. Esse apelo para que se trabalhasse mais, sem causar confusões, significava uma advertência, podendo transformar-se em ameaça velada de retomar a casa, ou a desinternar os abrigados.⁷⁸⁷ Esses preparativos tinham, também, como objetivo o ano seguinte (1975), centenário do nascimento de Joaquim Furtado de Menezes, fundador da Cidade Ozanam, devendo merecer todos os esforços, para manter o funcionamento pleno da instituição.

Além de ser ano especial para a Cidade Ozanam, 1975 marcou o início do internamento de anciãos, por ordem do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social,

⁷⁸⁵ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 27.09.1972.

⁷⁸⁶ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 29.12.1973.

cujo contrato previa que as instalações deviam recebê-los regularmente.⁷⁸⁸ De início foram oferecidas 30 vagas; depois, foi feita proposta ao INPS, ampliando o número para 70. Necessitando dispor de diversos serviços de profissionais liberais e especializados para atender aos anciãos, foi consultada a Sra. Neusa Novais Nunes, chefe do Serviço Social do INPS, que salientou em reunião com a diretoria a necessidade do cumprimento de exigências, não muito difíceis, para que a Cidade Ozanam recebesse os anciãos.⁷⁸⁹

Uma das medidas tomadas foi a sensível melhora do atendimento. Os idosos passaram a contar com uma escola de arte, orientada por duas professoras que ensinavam trabalhos de modelagem e em couro. O PRONAV – Programa Nacional do Voluntariado da LBA, também trabalhava com os idosos, introduzindo trabalho de pintura em cerâmica e em panos, promovendo horas de lazer com grupo de teatro amador, números de balet e ofertando brindes. Em 1977, os trabalhos da Escola de Artes dos anciãos da Cidade Ozanam foram expostos na galeria do Palácio das Artes, a mais importante casa de espetáculos e exposições de Belo Horizonte. A venda dos trabalhos dos idosos seria aplicada na reforma interna da Casa do Ancião.⁷⁹⁰

Para melhorar o atendimento, professores e alunos da Faculdade de Arquitetura chegaram a projetar um asilo modelo. Médicos e um terapeuta ocupacional eram responsáveis pela assistência diária aos anciãos e os casos de urgência eram enviados aos hospitais de Belo Horizonte.

⁷⁸⁷ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 19.02.1974.

⁷⁸⁸ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 30.04.1975.

⁷⁸⁹ ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 07.11.1975.

⁷⁹⁰ Em 1994, estava acontecendo a V Feira Nacional de Artesanato, apoiada pelo SEBRAE e o grupo As Mãos de Minas que cederam aos anciãos da Cidade Ozanam um *stand* para exposição dos seus trabalhos, repetindo-se a iniciativa de 1977. Cf. RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1994.

Enquanto isso, os vicentinos continuavam tentando diminuir as despesas. Após a saída de viúvas recuperadas, a Irmã Hercília, coordenadora, afirmou que havia sentido melhora, acentuada, no ambiente geral. Novos planos surgiam e, o Presidente da Cidade Ozanam estava à procura de estudantes de engenharia, para acompanhar obras de reformas das casas e ampliação dos abrigos. As senhoras vicentinas faziam campanhas para aumentar os donativos e, assim, custear todas essas iniciativas.

Durante o ano de 1974, 45 jovens universitários que compunham a Conferência de São Francisco de Assis, prestavam serviços sociais, aos domingos, instruindo as viúvas e seus filhos, principalmente em higiene e moralidade. Esse trabalho de membros de uma Conferência, dentro da instituição, era comum e atendia de forma suplementar a assistência das Irmãs Missionárias. Em algumas ocasiões havia estreita colaboração de outras congregações com a Cidade Ozanam. Os Salesianos matricularam 15 meninos, filhos de viúvas abrigadas, no curso de profissionalização, facilitando a recuperação das famílias, o que proporcionou vagas para outros desabrigados. Encontrar trabalho fora da Cidade Ozanam e colocações para os filhos das abrigadas era um meio seguro de abrir vagas.⁷⁹¹

O trabalho de vicentinos de diversas Conferências, dentro da Cidade Ozanam, acontecia, principalmente, com a visita às casas dos abrigados, levando conselhos, e palavras de fé, verdadeiras aulas de catequese e círculos bíblicos. Reuniões periódicas eram realizadas, com as famílias, pelas Irmãs, e pelos confrades, para levar, até os abrigados os preceitos católicos. As Conferências indicavam os pobres para a Cidade Ozanam e os recebiam, em certas ocasiões, quando a situação exigia. Havia um intercâmbio entre o trabalho dos vicentinos realizado fora da Cidade Ozanam, e o trabalho desenvolvido dentro da instituição. As ruas da cidade eram fiscalizadas pelas Conferências.

⁷⁹¹ RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1974.

A assistência da Cidade Ozanam devia se encarregar também dos menores encaminhados pela FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor. Essas internações, fruto de um convênio, eram pagas pelo Estado, cujos valores estavam assim afixados, mensalmente, em 1975: para menores em regime de internato, Cr\$ 150,00; semi-internato Cr\$ 90,00; colocação familiar, CR\$ 120,00 a Cr\$ 280,00. Havia, mensalmente, em média, 25 menores da FEBEM na Cidade Ozanam.

Uma das derradeiras campanhas para recuperar o prestígio da instituição foi deflagrada por conhecido jornalista do Estado de Minas, em 1983, ao escrever artigo sobre a situação da Cidade Ozanam, Hiram Firmino conseguiu mobilizar os belorizontinos para que doassem gêneros alimentícios, roupas e dinheiro, que amenizaram mais uma crise financeira. No artigo, Firmino ressaltava o trabalho dos assistentes na creche, que levava as crianças à recuperação física, moral e religiosa.

A situação mudava rapidamente nesses anos. A Cidade Ozanam começou a ser invadida por uma multidão de assistentes voluntários do movimento católico, que punham em exercício a Ação Social Católica e organizavam festas juninas, horas dançantes, etc. Casais da Cidade Nova, bairro próximo, comemoravam os aniversários do mês, oferecendo lanches aos abrigados. Grupos de pessoas amigas promoviam almoços e distribuição de frutas aos idosos. Atividades religiosas eram realizadas, às segundas-feiras, pela senhoras do movimento carismático, que ainda promoviam, nos outros dias da semana, a Hora Santa da Sagrada Face. Grupos faziam *shows* no Natal e Ano Novo na Casa do Ancião Chichico Azevedo. A AMAS – Associação Municipal de Assistência, entidade dirigida, tradicionalmente, pela esposa do Prefeito de Belo Horizonte, levava os idosos a passeio no

Parque das Mangabeiras, e preparava as festas de Dia das Mães, Carnaval de Idosos e Natal.⁷⁹²

À medida que a década de 70 terminava, sentia-se a necessidade de incrementar novas formas de intervenção dos assistentes, que revigorassem as práticas da pedagogia do assistencialismo. Em novembro de 1979, um grupo de senhoras vicentinas de Belo Horizonte resolveu prestar, voluntariamente, ajuda à Cidade Ozanam. Trabalhando à tarde, elas criaram a Equipe de Voluntárias da Cidade Ozanam – EVOCO,⁷⁹³ que independentemente do fato de não receberem, deviam trabalhar com grande senso de responsabilidade. O interesse e a sinceridade dessas filantropas, seriam extremamente úteis para a recuperação dos abrigados. Simpatia e bom humor eram qualidades importantes, para participar ativamente das funções de colocar em prática os programas educacionais, profissionalizantes, recreativos, religiosos e de laborterapia. Além disso, deviam prestar auxílio financeiro, fazer doações de medicamentos, roupas, sapatos e utensílios domésticos, e auxiliar as famílias sem problemas, na colocação de empregos, na instrução, na saúde, no lazer e na assistência religiosa e cívica. Nos dias festivos e comemorativos, como a Páscoa, o Natal, Dia da Mães, etc. deviam prestar ajuda na organização. Estavam convocadas a angariar fundos, donativos e contribuições diversas, organizando bazares, chás beneficentes e outros meios.⁷⁹⁴

Em número de 60, essas mulheres da EVOCO estavam em cada ponto da Cidade Ozanam, estrategicamente localizadas, na diretoria, como visitadoras das famílias, coordenando a escola, no setor de vendas e entrosamento com órgãos governamentais e conveniados. Essa nova fase da Cidade Ozanam, na realidade, vivia uma experiência antiga, desde os tempos em que as damas da caridade realizavam trabalho semelhante em

⁷⁹² RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1988.

⁷⁹³ MANUAL DAS VOLUNTÁRIAS DA CIDADE OZANAM –EVOCO. Belo Horizonte: 1981.

Belo Horizonte, nas décadas iniciais do século XX. Não havia novidades em grupos de senhoras ricas que se transformavam em agentes da assistência social, praticando, nas suas horas vagas, a filantropia. O que marca esse aparecimento, para a história da pedagogia assistencial da Cidade Ozanam, é a substituição gradual do trabalho das Irmãs Missionárias para as voluntárias da EVOCO. Um aspecto que fazia enorme diferença era o fato de as Irmãs Missionárias receberem proventos da diretoria da Cidade Ozanam, ficando em desvantagem com relação ao trabalho voluntário. No início dos anos 90, a Congregação deixou, definitivamente, a Cidade Ozanam.

Inovação posta em prática, pela diretoria, foi a contratação do professor Roberto Dupin que havia iniciado trabalho com jovens e viúvas, e através de contatos com o SENAC, encaminhava os assistidos para cursos profissionalizantes. Mudava a maneira como as Irmãs Missionárias haviam, até então, conduzido as estratégias assistenciais, mudava o rumo da pedagogia assistencial.

As novas práticas contavam com a ajuda de especialistas, que davam prioridade à formação profissional, abandonando-se as práticas nas oficinas e fábricas internas. Essas novas intervenções exigiam que as viúvas se desligassem do trabalho na instituição, permanecendo apenas aquelas de caráter estritamente necessário, depois de ser feita uma sindicância imparcial e sem paternalismo. Os filhos dessas abrigadas deviam se preparar para sair da Cidade Ozanam, integrando-se à sociedade, através de orientações que os conduziriam ao trabalho e ao estudo.

As futuras candidatas à assistência deviam ser “lotadas em residências fora da Cidade Ozanam, para se reintegrarem no seio da sociedade.” Estas residências deviam estar próximas a educandários, igrejas, etc. devendo ser assistidas pelas Conferências vicentinas. Assim: “O não agrupamento destas futuras abrigadas implica na possibilidade

⁷⁹⁴ Idem, *ibidem*.

de não se criar problemas sociais surgidos anteriormente e no presente.” Aquelas que ficassem seriam assistidas por elementos, regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho, sendo fiscalizadas, rigorosamente, as condições das futuras abrigadas. Uma série de documentos passava a ser exigida às pretendentes a assistência na instituição.

Extremamente reveladoras, essas medidas evidenciam que o modelo de pedagogia assistencial, adotado até aquela data, não correspondia mais nem à realidade da Cidade Ozanam, nem às expectativas da sociedade. O projeto de retirar os pobres da cidade para educá-los ficou inviável, porque o isolamento os aproximou, dando-lhes condição de grupo, com certa coesão, que também os colocava ao lado dos assistentes, em situações de conflito latente. A experiência propiciou a construção de uma geografia da pobreza num espaço que devia ser disciplinado e normalizado.

A grande novidade era esvaziar a Cidade Ozanam, enquanto lugar da assistência integral, como havia sido planejado na década de 30. Na verdade, este era o princípio do fim de uma experiência, que parece ter atingido sua melhor fase quando em 1958, por lei municipal, instituiu-se o Dia da Caridade em Belo Horizonte. Naquele momento, o 1º lugar coube à Sociedade de São Vicente de Paulo e o 2º lugar ao Abrigo Jesus, com menção honrosa, e que, juntamente, com a Casa do Pequeno Jornaleiro receberia um prêmio em dinheiro.

Nas décadas subseqüentes, todos os esforços não foram capazes de revigorar a obra mais arrojada do assistencialismo vicentino, restando uma cidade praticamente vazia, onde permaneceram as casas e alguns prédios que passaram a servir a outros propósitos ou, simplesmente, ficaram abandonados.

Ao se aproximar a década de 90, relatório publicados pela imprensa católica, informava sobre a situação geral dos abrigados, permitindo observar as recentes mudanças

e permanência da prática da pedagogia assistencial vicentina na Cidade Ozanam. A creche abrigava 93 crianças entre 0 e 6 anos de idade. Começando suas atividades às 7 h, iam até às 17 h, período em que as crianças recebiam alimentação, higiene, aulas de pré-escolar, faziam trabalhos manuais para desenvolvimento da criatividade. Toda a assistência básica era oferecida, para que os pais trabalhassem com tranquilidade. Os adolescentes (sic) entre 7 e 14 anos de idade, 75 jovens, iam para a Escola São Vicente de Paulo, recebendo alimentação, reforço escolar, recreação e aulas de jardinagem. A EVOCO já era responsável por essas duas escolas.

O documento aponta ainda a existência de uma mini-carpintaria, desativada, pela falta de dinheiro para remunerar um carpinteiro que ensinasse o ofício aos abrigados. O que, de novidade, aparece no documento, é o trabalho intenso das senhoras da EVOCO, organizando bazares da pechincha para arrecadação de fundos, reformando roupas e bordando.⁷⁹⁵ Percebe-se que o nível das atividades práticas resumia-se aos filhos dos abrigados, que permaneceram na instituição, desaparecendo a preocupação inicial de educar a família. A época das vacas, que deviam alimentar as crianças do lactário e da creche, estava ultrapassada; uma vaca “mecânica” produzia agora, leite de soja, com fartura, para todas as crianças da instituição. Permanecia a lembrança das fábricas, símbolo do trabalho dos abrigados como a de móveis de vime, a de vassouras e a de caixas de papel.

A essa altura, A Cidade Ozanam já havia entrado, definitivamente, para a história da assistência à pobreza em Belo Horizonte. Uma nova e extravagante obra assistencial estava sendo preparada pelos vicentinos - a Cidade dos Meninos -, que receberia no final dos anos 90, sob a égide da nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, perto de três

⁷⁹⁵ Jornal O LUTADOR. Belo Horizonte: 04 a 10 de dezembro de 1988.

mil jovens em portentosas instalações.⁷⁹⁶ Certamente, outras práticas da pedagogia assistencial, elaboradas pelos vicentinos, estão sendo experimentadas ali, sob o signo da nova lei, - o Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁷⁹⁶ Em 1987, a Sociedade de São Vicente de Paulo, conveniada à Arquidiocese de Belo Horizonte, inaugurou a Casa Dom Bosco, num prédio onde funcionava o antigo Colégio Pio XI ao lado à Cidade Ozanam. Essa instituição destinava-se a atender a “menores abandonados”. Deve ter sido a experiência que inspiraria mais tarde, o projeto da Cidade dos Meninos. Cf. RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: 1988.

CONCLUSÃO

O que se pôde perceber nas estratégias da pedagogia do assistencialismo, aplicadas pelas instituições analisadas neste trabalho, foi justamente o viés mais acentuado, dessa experiência coletiva, que assumiu durante o século XX, naturalidade incontestável. As práticas da assistência aos pobres catalisaram exuberante gama de discursos filantrópicos, que falavam do amor sem limites ao próximo, da educação para o trabalho, moral e cívica da disciplina e comportamento dóceis, de uma longa série de demonstrações da necessidade de subserviência. Reagiu-se a isso, sem dúvida, houve fugas, assistentes e professores frustrados, diretores e presidentes de instituições que falavam em caos, época apocalíptica e outros adjetivos, conotando situações de indisciplinas e imoralidades.

A idéia-chave, dessa intervenção das instituições assistenciais junto aos pobres, é a construção da harmonia social que considera uma sociedade cristã como aquela que permite voltar a uma mítica Idade de Ouro, onde patrões e trabalhadores do novo mundo capitalista do trabalho vivam, em respeito mútuo, levando em conta os limites impostos pela moral cristã. Nesse sentido, a educação assume relevância extraordinária, porque é através dela que se imagina a eliminação dos vícios e desvios, provocados pelos elementos nocivos que causam a perversão e o abandono da moral. Foi, por conseguinte, que todo o empenho dos assistentes se voltou para o atendimento espiritual e moralizador. A assistência material tornou-se meio para levar, aos assistidos, a palavra de consolo, confortando e persuadindo. Essa ajuda com alimentos, roupas e remédios que abre as portas das casas e dos corações, permitiu a aproximação entre assistente e assistido, tornando-se veículo de diálogo, permeado pelas estratégias da pedagogia do assistencialismo.

Nesse universo dos assistidos, que precisavam ser educados pela assistência, privilegiou-se a infância. Comumente denominados de menores, essas crianças e adolescentes eram vistos como futuros criminosos. Para eles, se dirigiram as atenções especiais de várias obras de assistência. Questão de fundamental importância a formação moral dos jovens, foi considerada, pelas lideranças do assistencialismo e por diversos saberes científicos que as acompanhava, o seu maior desafio. Um desses saberes, o médico, formou, desde o final do século XIX, opinião a partir das idéias organicistas, que objetivava a chamada prevenção, retirando do ambiente familiar degradado, aquela criança considerada mal formada. Outro segmento de estudiosos, importante na defesa dessa idéia, foi o dos juristas, que também atuou, no sentido de evitar a entrada dos filhos das famílias pobres no mundo do crime, propondo a intervenção das instituições assistenciais, nos lares que podiam oferecer perigo.

Toda essa filantropia científica, propiciou maior credibilidade e autoridade aos projetos assistenciais. Em Belo Horizonte, entre as várias experiências assistenciais, destacaram-se, durante o período de 1930 a 1990, três grupos: os vicentinos, os orionitas e os espíritas. Eles tiveram, pelo menos até os anos 80, uma atuação considerada da maior importância, no âmbito da cidade. No caso da Sociedade de São Vicente de Paulo, a obra social que ganhou maior relevância, no atendimento às crianças pobres e suas famílias, foi a Cidade Ozanam.

Salientando-se que são instituições de caráter religioso, não se pode negar que, entre elas, há diferenças de orientação no campo teológico e dogmático. Porém, na atuação junto aos assistidos as convergências das estratégias são acentuadas. Nesse

aspecto, o fundo comum de orientações espirituais e educativas que as perpassam, se ancora na moral cristã.⁷⁹⁷

Essa moral cristã, dentro de sua temporalidade e especificidade, mesmo com a diferença de doutrinas, possui essência vigorosa como permanência no processo histórico. O que então interessava, essencialmente, à assistência vicentina, à orionita e à espírita transmitir, em sua pedagogia aos assistidos na fase aqui proposta ?

A resposta a esta indagação se encontra marcadamente neste estudo sendo possível identificá-la como grande preocupação que perpassa toda a estratégia da pedagogia do assistencialismo: a valorização dos princípios norteadores das relações sociais harmônicas do mundo do trabalho, visando à disciplina e à normalização da pobreza. Dessa forma, os argumentos e métodos usados na formação moral dos assistidos giram em torno da necessidade de harmonia entre trabalhadores e empresários, pobres e ricos, assistentes e assistidos, levada a cabo por comportamento cristão dos homens que devem superar as desigualdades com consenso e fraternidade, o que, em síntese, deveria quebrar as barreiras impostas pela desigualdade social, projetando-se uma igualdade no porvir. Os homens tenderiam, assim, a regular sua ambição em relação às coisas materiais, voltando-se para o atendimento de suas necessidades espirituais. Nessa perspectiva, não se desconhece a desigualdade entre os homens, mas com o tempo ela se reduziria, alcançando verdadeira paz social.

A análise das práticas pedagógicas dos assistentes revelaram como essas idéias foram transmitidas aos assistidos, indicando, ainda, seus limites e sua eficácia, entretanto, o assistido construiu, também, a sua própria maneira de receber as instruções que lhe foram passadas pelos assistentes. As práticas disciplinares foram

constante campo de tensões entre assistentes-assistidos, cujo resultado esteve sujeito aos pactos tácitos, acordos e afastamento dos abrigados das instituições.

Provavelmente, a experiência que se construiu, com a atuação dessas instituições assistenciais, propiciou, de certo modo, a moralização dos pobres, que se encontravam sob a sua guarda, e se elas não venceram o grande desafio a que se propuseram, isto é, dar aos pobres uma cidadania, foram, sem dúvida, parte significativa do projeto de transformação dos brasileiros necessitados em trabalhadores. Fomentado pelas elites políticas do novo regime, na década de 30, esse projeto constituiu-se, a partir de então, no discurso de maior relevância política, extrapolando, por décadas, à sua origem. Embora não tivesse surgido com as propostas do novo regime pós-30, esse projeto ganhou tratamento político de cunho trabalhista e social, transformando-se em missão, que o tornava prioridade nacional e incluía a implantação do assistencialismo oficial.

A organização da assistência, a partir daí, teria que se preocupar, não apenas com os problemas da necessidade material, mas, principalmente com a moralização do pobre. Se antes desse período, a formação moral se concentrava na organização do mundo do trabalho urbano e industrial, na preparação do assistido, para ser um bom trabalhador, agora isso não bastava. A manutenção desse mundo do trabalho aliava-se à necessidade de torná-lo promissor com uma imagem social que apresentava o trabalhador como participante das benesses do mundo do capitalismo, impondo aos assistentes vicentinos, orionitas e espíritas tarefas educativas, que pudessem atender a essas condições.

Em suma, construir trabalhadores disciplinados e moralizados, ou como se dizia até os anos 30, morigerados, pela educação dos pobres não foi apenas questão de

⁷⁹⁷ A aproximação da prática assistencial espírita da prática assistencial vicentina, ainda no final do século XIX, pode ser confirmada por ABREU, Canuto. Bezerra de Menezes, subsídios para a História do

necessidade econômica ou de princípio humanitário; ultrapassou essas características, pois era preciso fundar crenças e valores, num mundo em que, superar o pessimismo, instaurando ordem e progresso constantes, era imprescindível ao sucesso de todos. Isso significava dizer que o país vivia nova era de prosperidade, fundada no trabalho e nos valores nacionais que compunham o ideário político, passando a vigorar de 1930 em diante, sendo o carro-chefe dos discursos oficiais.

Durante esse período, muita coisa mudou, lançando as bases de uma outra sociedade e de novos rumos na vida política do país. Pelo lado do assistencialismo, pode-se constatar o mesmo, com estratégias que se renovaram, ou se adaptaram às novas circunstâncias, permanecendo, entretanto, a necessidade de sua intervenção cada vez maior, motivada pelo crescimento das cidades, com altos índices demográficos e altas taxas de pobreza.

O retorno da miséria em escala mundial, nos últimos anos, mais especificamente, nos países considerados ricos, que concentram as economias mais sólidas, freqüentemente ganha as páginas dos jornais e as televisões, provocando o olhar desconfiado e curioso dos leitores e telespectadores brasileiros, enquanto a situação doméstica, demonstrando a continuidade da miséria dentro do país, apesar de noticiada, não consegue receber a mesma atenção. Parece haver enorme diferença entre um pobre nova-iorquino e um do agreste pernambucano, ou do Complexo da Maré no Rio de Janeiro.

Essa diferença sustenta uma idéia básica: os pobres não são iguais. Entretanto, não faz nenhum sentido dizer que a pobreza está ressurgindo no Brasil porque, de fato, ela nunca deixou de existir e fazer parte do cotidiano. Politicamente, ela é uma constante na vida brasileira, ocupando lugar de destaque nos discursos em véspera de

eleição. Socialmente, não há como negá-la ou ocultá-la, talvez mascará-la com indicadores de melhorias, que são apresentados pelas administrações públicas em véspera de pleito. A banalização da pobreza pôs fim ao espetáculo, ao contrário do que ocorria em Londres e Paris, no século XIX, quando os pobres eram não somente espetaculares, mas sobretudo, ameaçadores. No Brasil, o espetacular não é a pobreza, mas seu avesso, a riqueza incontestável dos condomínios fechados, carros blindados e desfiles das socialites nas revistas e jornais, anunciando seu modo de viver.

Quando se diz que, nos últimos anos, houve grande concentração de renda no país, e que a pobreza tornou-se cena comum no cotidiano das cidades, dir-se-ia também que essa paisagem ficou tão familiar, que parece ter-se incorporado, definitivamente, ao imaginário social. Enquanto de um lado se comemora, porque estatísticas bem fundamentadas indicam diminuição na taxa de mortalidade infantil, nos últimos 10 anos, do outro surgem denúncias de cemitérios clandestinos, por toda parte, com crianças enterradas sem registros de nascimento porque seus pais não tinham recursos para procurar o cartório mais próximo, para mandar registrar um atestado de óbito.⁷⁹⁸ É daí que vem a lei que torna gratuito, para os pobres, esse tipo de serviço de utilidade pública; prestado pelo poderoso sistema cartorário. No entanto, a lei não possibilita a sobrevivência da criança, o que significa que as chances de ela morrer, no primeiro ano de vida, não se alteram, e os pais, novamente, não vão registrar a morte, porque o custo do enterro é inviável. O resultado desse ciclo vicioso já deve ser conhecido, novas surpresas e decepções com pesquisas e estatísticas rigorosas.

⁷⁹⁸ O relatório da ONU, com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), encontram-se detalhados no jornal Folha de São Paulo, de 09.09.1998, no caderno especial, "Qualidade e Vida". O Brasil ocupava a 62ª posição, entre 64 Países que se encontravam colocados no ranking dos que possuíam alto nível de desenvolvimento humano. Esse resultado chegou a desencadear uma onda ufanista, que logo desapareceu, quando se soube que os critérios usados nesse relatório do PNUD _ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trazem alguns problemas, como por exemplo, usar metodologia do Banco Mundial que

Essa montanha de dados oficiais não esconde outras estatísticas que indicam piora acentuada nas condições de vida, para amplos setores da sociedade brasileira. Os índices de prostituição infantil crescem, taxas de desemprego mantêm-se altas, por longos períodos, o trabalho escravo e infantil são denunciados, em toda parte, atingindo níveis elevados, o número de miseráveis ultrapassa todas as expectativas. Não há nada mais evidente que a pobreza nas grandes cidades brasileiras; basta dar uma volta pelas ruas do centro ou passar perto dos morros e alagados.⁷⁹⁹

Os indicadores dos últimos Censos têm demonstrado o quanto a pobreza e as condições de vida se deterioraram no país. No Censo Demográfico e no PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios do ano 1995, são apontadas 19 milhões de famílias com renda, *per capita*, inferior a meio salário mínimo, sendo que nessa mesma época, 9 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos, trabalhavam, em péssimas condições, enfrentando insalubridade, e longas jornadas de trabalho. Impedidas de irem à escola, para trabalhar pelo sustento da família, ou esmolando nos sinais de trânsito das cidades, essas crianças cedo ingressam na prostituição, no mundo das drogas e em atividades tradicionais como a do trabalho doméstico.⁸⁰⁰

Historicamente, a participação do Estado, como resposta ao aumento da pobreza, nunca foi efetivo; as poucas e mal organizadas políticas públicas, de caráter social, tornaram-se inócuas, atendendo aos interesses políticos como a famosa indústria da seca

inclue a taxa de PIB, *per capita*. É importante salientar que pouco tempo depois, alegando falha na aplicação dos critérios, nova lista foi divulgada, reclassificando o Brasil abaixo do 64º lugar.

⁷⁹⁹ No Caderno Especial “O Mapa da Exclusão”, de 26 de setembro de 1998, da Folha de São Paulo apontava-se 25 milhões de miseráveis no Brasil.

⁸⁰⁰ Estes dados foram obtidos pelo IBGE e pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, no *Anuário dos Trabalhadores – 1996/199*, p. 60-64 e 82, apud. MOARES, Carmem Sylvia Vidgal. A normalização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. IN: *Revista Brasileira de Educação – 500 Anos Imagens e Vozes da Educação*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2000, n. 15, p. 70-96.

no nordeste. Os programas de assistência como a LBA, FEBEM e, até mesmo, o novíssimo Programa Comunidade Solidária, são bons exemplos desse fracasso. Mesmo o que há de extremamente novo, o apelo à participação voluntária, não passa de antiga fórmula do assistencialismo, que está voltando, no momento em que as poucas políticas de previdência do Estado estão sendo desmanteladas.

O envolvimento dos indivíduos e instituições de caridade, alimentados pela idéia de participação na assistência de forma voluntária, corresponde, também, à visão de cidadania que começou a ser forjada nos últimos anos, e considera cidadãos aqueles que trabalham em prol dos pobres e necessitados, sem receber qualquer espécie de salário ou gratificação. Mesmo que no imaginário social, a caridade ainda esteja presente como uma virtude indispensável à salvação, não é isso que, no momento, está importando tanto; agora o importante é a sensação do dever cumprido, é colocar-se diante da comunidade cívica como um membro participante, cumprindo um dever. Passou-se a considerar dever social de qualquer cidadão, cuidar dos problemas causados pelo empobrecimento geral. A simples entrega de alimentos nos festivais e shows de artistas, como pagamento pelo ingresso, dá a impressão de estar, de algum modo, participando dessa cidadania.

Desde o início do século XX, circos, companhias de teatro, etc., já ofereciam seu trabalho, para arrecadar fundos para as instituições de caridade. Em Belo Horizonte, as senhoras ricas e seus clubes promoviam festas e outras reuniões, também para arrecadas fundos assistenciais. Filantropos organizavam corridas de bicicleta e tómbolas no Parque Municipal, com a mesma finalidade. Havia enorme quantidade de meios para arrecadação de donativos, fora as tradicionais doações pelas graças alcançadas na cura

de doenças, e também nas doações em dinheiro e patrimônio dos que morriam, na esperança da sua salvação.⁸⁰¹

Há um outro lado dessa situação que representa o entusiasmo do empresariado baseado no chamado terceiro setor. Essa estratégia, antiga nos Estados Unidos, propõe, de certo modo, uma parceria entre o setor privado e o setor público, à medida que recursos das empresas privadas são transformados em programas assistenciais, promovendo, de formas diferentes, ações que desencadeiam o atendimento a grupos de necessitados, aliviando a participação do Estado.

Os caminhos e descaminhos percorridos pelo assistencialismo não pararam, como se pode ver no fim das políticas de bem-estar social: um desempregado, hoje em dia, vive o tempo da supressão do trabalho, a angústia de perder qualquer oportunidade de retomar seu emprego. O que fazer então com os pobres, ou mais ainda, despossuídos? Se o trabalho, como têm afirmado os economistas, não mais significa valor, como conceber uma sociedade capitalista, sem trabalho? Essas questões, como tantas outras que vêm sendo discutidas ultimamente, nos colóquios dos estudiosos, economistas e sociólogos, tratadas, genericamente, como crises, devem ser avaliadas, levando-se em conta as novas estratégias de assistência que já estão emergindo, ou ainda surgirão nos próximos anos, na tentativa de solucionar o problema.

Pensando de modo aprofundado nesta questão no Brasil, Renato Janine Ribeiro sugere que aqui existe uma curiosa oposição entre os termos *sociedade* e *social*; a sociedade designaria o conjunto dos que detém o poder, enquanto o social pertence à

⁸⁰¹ Este tipo de prática beneficente está bem documentado nos jornais de Belo Horizonte a partir do início do século XX. Ver a este respeito, SOUZA, Marco Antônio de. A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930. Belo Horizonte: dissertação de mestrado em História, FAFICH-UFMG, 1994.

uma fala dos governantes e publicistas que procura minorar a miséria.⁸⁰² Justificando esse procedimento das elites brasileiras, um bom exemplo estaria no lema tudo pelo social o conhecido *slogan* do governo Sarney, que significava sua intenção de acudir os pobres, transmitindo uma imagem de “franco fisiologismo e clientelismo.” Confirma-se, com este exemplo, o assistencialismo e o paternalismo da política em relação à pobreza, contrariando a idéia de cidadania, porque apela, decisivamente, para os dispositivos de carência e da caridade.

Completando sua linha de raciocínio, Ribeiro conclui:

“Assim se mede a distância que vai da sociedade ao social: este adjetivo indica tanto as carências quanto o socorro que, sem lhe pôr fim, apenas a minorar. Fica na esfera do paliativo. A caridade pode ter mudado de alcance nas últimas décadas, mas permanecem alguns dos seus traços essenciais. Estes são os que determinam uma hierarquia na sociedade como sendo desejada por Deus, determinada pela natureza (é o que dizia o pensamento tradicional) ou, pelo menos – assim hoje expressa o discurso dominante – ,como resultado normal do jogo das relações sociais de mercado. E em sua atuação efetiva os órgãos do Estado que se ligam à assistência ou à caridade aparecem como não sendo nada sérios, mas – no melhor dos casos – corporativistas, ou, com maior freqüência, corruptos.”⁸⁰³

Desse modo, a sociedade pertence aos eficientes, e o social, aos carentes. Parafraçando mais uma vez Ribeiro: “ *o social é aquilo que não pode tornar-se sociedade.*” Nessa visão, a economia representaria o lado ativo da sociedade e a vida social, o lado passivo. Essa extraordinária deturpação histórica dos problemas sociais, põe questões fundamentais como saúde, educação, habitação, etc., dentro de um fisiologismo que opera impressionante inversão de valores. Aquilo que poderia ser valorizado deixa espaço para terrível supremacia do econômico sobre tudo e sobre

⁸⁰² Cf. RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade contra o Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.

todos. Sem risco de pedantismo, como quer Forrester, há um ciclone que vem mudando, assustadoramente, toda uma época e maneira de ver o mundo, constituindo-se no horror econômico.⁸⁰⁴ Esse horror, no caso brasileiro, aparece com dose extra de terror, porque a miséria, por aqui, não está voltando, está se aprofundando, ao contrário do que ocorre nos países do mundo globalizado que vivem, atualmente, sob a égide da profunda associação informática-produção, (fórmula encontrada para tirar, da crise, as decadentes e velhas economias capitalistas européias e outras). Quantas crianças morrem por minuto, por hora ou por dia, no Brasil? Existem estatísticas, porém, sua lembrança talvez provoque vertigem, pelo menos em quem ainda possui alguma espécie de predisposição para tanto.

A subordinação do social ao econômico, que certamente não foi invenção de um ministro nos anos 70, ao afirmar que era preciso primeiro fazer crescer o bolo para depois dividi-lo, vem, seguramente, de tempos antigos, já apagados na memória social. Assim como esse preceito econômico parece ter triunfado, definitivamente, outro discurso, aquele realizado em nome dos descamisados, aparece como natural, pois, se existe submissão declarada, nada mais evidente que atender aos apelos dos que sofrem. Razões humanitárias afloram, promovendo campanhas de caridade que mobilizam todo o país, principalmente pela televisão, a exemplo do programa anual Criança Esperança.

Pelas questões postas até aqui e pelas análises realizadas neste estudo, sem risco de futurologismos, pode-se afirmar que o assistencialismo, no caso brasileiro, tem poucas chances de passar da fase da caridade para a do bem-estar social. Num país onde o sentido de sociedade adquire a conotação de boa sociedade, ou semelhante àquilo que

19-124.

⁸⁰³ Idem, *ibidem*, p. 20-21.

⁸⁰⁴ FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1977.,

no século XVIII, chamava-se *la société*, ou no século XIX, *la bonne compagnie*,
acrescida, de acordo com Ribeiro, da imposição da economia, o social assume uma
imagem de complemento da parte ativa da sociedade: “Desde que a vida social se
amesquinha no fisiológico, e que a atividade econômica monopoliza a imagem da ação,
da eficiência e da modernidade, vivemos uma espécie de esquizofrenia.”⁸⁰⁵

⁸⁰⁵ RIBEIRO, Renato Janine; op. cit, 2000, p. 23-24.

BIBLIOGRAFIA

- ANAIIS DO SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM NA PEDAGOGIA. Niterói, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação-UFF, 1996
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Walter Oliveira. *Educação do Espírito*, introdução à pedagogia espírita. 3^a.edição, Araras/S.P.: IDE, 1997.
- ARIÈS, Philippe. Educação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, v. 36.
- ARY, Zaíra. *Masculino e Feminino no Imaginário Católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- AUBRÉE, Marion e LAPLATINE, François. *La Table, le Livre et les Esprits*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1990.
- AUBRY, Joseph. *Os princípios educativos de Dom Bosco*. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1979.
- BACZKO, Bronislaw. *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva – História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Prefeitura de Belo Horizonte, 1995.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *Estudos Históricos - Memória*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais (Vértice), 1983/3, p. 29-42.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri et alii (orgs.) *Infância Tutelada e Educação, História, Política e Legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.
- BERNSTEIN, Basil. *A Estruturação do Discurso Pedagógico*. R.J./Petrópolis, Vozes, 1996.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983, tomo III, v. 4.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1989.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5^a edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

- CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990. 1981.
- CARVALHO, José Murilo de . *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Por uma história cultural dos saberes pedagógicos*. Texto mimeografado, sem outras referências. 14 p.
- CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Argentina: Manantial, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora da UnB, 2ª edição, 1998.
- _____. (org.) *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p. 211-238.
- CHARTIER, R. e BOURDIEU, P. A Leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (org.) *Prática da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-254.
- CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres*, as fontes do cristianismo moderno, séc. XVI- XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- CHÂTELLIER, Louis. *L'Europe des Dévots*. Paris: Flammarion, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*, artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1994.
- _____. *A Invenção do Cotidiano*, morar, cozinhar. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CURY, Carlos Roberto Jamil et alii. A Relação Educação-Sociedade-Estado Pela Mediação Jurídico-Constitucional. In: FÁVERO, Osmar (org.) *A Educação nas Constituintes Brasileiras, 1823-1988*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996, p. 5-30.
- DA MATTTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 5ª edição. Rio de Janeiro:

- Guanabara - Koogan, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEFOIS, Monseigneur Gérard. Corps Mystique et Corps Social. In: MARTIN, J.-
B. (org.) *Corps, Religion, Societe*. Lyon: Press Universitaires de Lyon, 1991.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. 4ª. edição, São Paulo: Contexto, 1996.
- _____ (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DICIONNAIRE DE THÉOLOGIE CATHOLIQUE. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1932, tome deuxième, deuxième partie, p. 2217-2266.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: A educação nos anos 30 e 40. In: *Educação & Sociedade*. Campina-SP: CEDES, dezembro de 2000, n. 73, p. 165-181.
- DUARTE, Luiz Miguel. *Vicente de Paulo, servidor dos pobres*. 2ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa (1912). In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 203-245.
- DURKHEIM, Emile. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, tomo II, v. 2.
- _____. *O Sagrado e o Profano - a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- _____. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI - RELIGIÃO-RITO. Edição Portuguesa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, v. 30.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909-1934*. Belo Horizonte: dissertação de Mestrado em

Educação, Faculdade de Educação-UFMG, 1991.

_____.(org.). *Educação, Modernidade e Civilização*.

Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____.(org.)*Pesquisa em História da educação,*

Perspectivas de Análise - Objetos e Fontes. Belo Horizonte: HG

Edições, 1999.

_____.*Dos Pardieiros aos Palácios, cultura escolar e*

urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo, RS: UPF,

2000.

FENELON, Déa Ribeiro (org.) . *Cidades*. São Paulo: PUC/SP-Olho d'Água, Pesquisa em História, 1999.

FERREIRA, Maria de Fátima Moura. O discurso historiográfico sobre assistência e pobreza de finais de oitocentos e primeiras décadas do século XX.

In: *Misericórdias, Caridade e Pobreza em Portugal no Período Moderno –*

Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho:

1998, vol. 11(2),p. 9-30

FOHLEN, Claude e BEDARIDÁ, F. *Histoire Générale du Travail*. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1960, v. 3 e 4.

FOUCAUL, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal,

1984.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Forense

Universitária, 1997.

_____. *Vigiar e Punir*. R.J./Petrópolis: Vozes, 1977.

FREITAS, Marcos C. de (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Pulo: Cortez, 1997.

GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim, vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Piedade e a Força, História da Miséria e da Caridade na*

- Europa. Lisboa: Terramar, 1995.
- GERMAIN, Elisabeth. *Langages de la Foi a Travers, L'Histoire*. Paris: Fayard-Mame, 1972.
- GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.
- GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 3^a edição. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- GUERRY, Monseigneur Émile. *La Doutrine Sociale de L, Église*. Paris: Bonne Presse, 1957.
- HAHNER, June E. *Pobreza e Política, os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La Idea de la Pobreza, Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1988.
- HONORATO, Cezar. O Estado Novo e a Assistência Social. In: *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH, Associação Nacional de História - Belo Horizonte, jul. de 1997*. São Paulo: Humanas Publicações/FFLCH-USP – ANPUH, 1998, p. 223-242.
- HOVRE, F. de. *Pedagogos y Pedagogia del Catolicismo*. Madri-B. Aires: Edciones “Fax” – Editorial Poblet, 1948.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Jorge Zahar Ed., 1997.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. *B H, Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.
- KEIL, Ivete M. Caridade e Filantropia: Ordem, Poder e Infância da Roda de Expostos de Porto Alegre, 1837/1940. In: *Estudos Leopoldenses – Série Ciências Humanas*. São Leopoldo – RS: Universidade do Vale dos Sinos, v. 35, n. 154, 1999, p. 131-144.
- KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil*. Porto Alegre: Mediação,

- 1998.
- _____. Histórias da Educação Infantil Brasileira. In: *Revista Brasileira de Educação-500 Anos de Educação Escolar*. Campinas, SP: Editora Autores Associados-ANPEd, 2000, n.14, p. 5-17.
- LANNA, Ana Lúcia D. O Café e o Trabalho “Livre” em Minas Gerais, 1870-1920. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero-ANPUH, 1986, n. 12, p. 73-88.
- LARROSA, George. A Estruturação Pedagógica do Discurso Moral. In: *Educação e Realidade, Discursos e Educação*. Porto Alegre: jul/dez 1996, v. 21, n.2, p. 121-160.
- _____. A Construção Pedagógica do Sujeito Moral. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis – R.J.: Vozes, 1998, p. 46-75.
- LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- LELLOTE, S. J. , Fernand. *Para Realizar a Ação Católica*, princípios e métodos. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.
- LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política/UFMG, 1977.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte, 1895-1954*. Belo Horizonte: UFMG/Fundação João Pinheiro, 1995.
- LOPES, Eliane Marta T. Religião e Educação da Formação da Professora Educadora de Mulheres: As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo: Servas de Pobres e Doentes, Mães Espirituais, Professora. In: IOKOI, Zilda M. G. e BITTENCOURT, Círce Maria F. (orgs). *Educação na América Latina*. R. de Janeiro e S. Paulo: Expressão e Cultura/ EDUSP, 1996, v. 03, p. 167-187.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Uma Contribuição da História para a História da Educação. *Em Aberto*. Brasília: INEP-MEC, julho/set. de 1990, p. 29-36.
- _____. *Perspectivas Históricas da Educação*. São Paulo: Ática, 2ª. edição, 1989.

- _____. *Colonizador-Colonizado, uma relação educativa no movimento da História*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1985.
- _____. Da Sagrada Missão Pedagógica. In: *A Psicanálise Escuta a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 35-70.
- LOURO, Guacira Lopes (org.) *O Corpo Educado, pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOVISOLO, Hugo. A Memória e a Formação dos Homens. In: *Estudos Históricos – Memória*. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais (Vértice), 1989/3, p. 16-28.
- LUSTOSA, O. P. Oscar de Figueiredo (org.) *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAINWARING, Scott e KRISCHE, Paulo (orgs.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.
- MANOEL, Ivan A. História da Educação e História da Igreja: alguns problemas quanto à periodização. In: *Plures – Humanidades*. Ribeirão Preto, SP: 2000, v. 1, n.1, p. 64-79.
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.. *A filantropia científica e a implantação da ciência profissional em São Paulo, (1934/1952)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Departamento de História-USP, Tese de Doutorado, 1999, mimeo.
- MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 2.a edição. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MAUSS, Marcel. A Prece (1909). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Antropologia*. São Paulo: Ática, Coleção os Grandes Cientistas Sociais, 1979, p.102-146.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTIN, Jean-Baptiste (org.). *Corps, Religion, Societé*. Lyon: Presses Universitaires

- de Lyon, 1991.
- MENEZES, O. P., Frei Alano Porto de. *Furtado de Menezes, servidor do pobre*. Uberaba: Editora Vitória, 1994.
- METTE, Norbert. *Pedagogia da Religião*. Petrópolis – R. J.: Vozes, 1997.
- MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais: 1887-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é Burocracia*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MORELLI, Ailton. O Atendimento à Criança e ao Adolescente em São Paulo. In: PÓS-HISTÓRIA. Assis, SP: Unesp, 1997, v. 5, p. 145-170.
- MOURA, S. J. , Pe. Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola-ANAMEC, 2000.
- MOURÃO, Paulo K. Corrêa. *História de Belo Horizonte, 1897-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no Imaginário Cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- NUNES, Clarice e CARVALHO, Maria M. Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. Caxambu- M.G.: ANPEd - 15ª. Reunião Anual, setembro de 1992.
- OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1972.
- OSOWSKI, Cecília. *Teologia e Humanismo Social Cristão*. Porto Alegre: Unisinos, 2001.
- PAULA, David Ferreira de. O Treinamento Físico da Criança Pobre no Estado Novo: A Experiência do Parque Infantil na Cidade de São Paulo. In: PÓS-HISTÓRIA. Assis, SP: Unesp, 1997, v. 5, p. 171-184.
- PASSERON, J. Pedagogia e Poder. In: *Revista Teoria e Educação*. 1986, n. 04.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. 2ª edição. Campinas – São Paulo: Pontes, 1997
- PETITAT, André. *Produção da Escola, Produção da Sociedade*. Porto Alegre: Artes

- Médicas, 1994.
- PIMENTEL, Irene Flunser. A Assistência Social e Familiar do Estado Novo nos Anos 30 e 40. In: *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000, n. 151-152, p. 477-508.
- PINTO, Maria de Fátima. *Os Indigentes, entre a assistência e a repressão*. Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- PIRES, Heloisa. *Educação Espírita*. 4ª. edição. São Paulo, Paideia, 1994.
- PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la Misère*. Paris: Seuil, 1993.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. Às Vésperas de 1937: o novo/velho discurso da ordem conservadora. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1991, n.73, p.7-51.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Dossiê Infância e Adolescência. São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, v. 19, n. 37, 1999.
- RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François (direção). *Para Uma História Cultural*. Lisboa. Editorial Estampa, 1998.
- RIZZINI, Jorge. *Eurípedes Barsanulfo, O Apóstolo da Caridade*. 4ª. edição, São Bernardo do Campo/ S. P.: Edições Correio Fraternal, 1987. ROLLET-ECHALIER, Catherine. *La Politique A L' Egard de La Petite Enfance Sous La IIIe République*. Paris: Institut National d'étude Démographiques-PUF, 1990.
- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, Editora da Unesp, Abrasco, 1994.
- _____. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- SANEAMENTO BÁSICO EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIA EM 100 ANOS: Os Serviços de Água e Esgoto; Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ COPASA/ IEPHA-MG, 1996.
- SANTOS, José Luiz dos. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Política Social da Ordem Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SAVIANI, Dermeval et alii (orgs.) *História da Educação, Perspectivas para um Intercâmbio Internacional*. Campinas – SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria B. e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra-FGV, 2000.
- SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantropia em Belo Horizonte, 1897-1930*. Belo Horizonte: dissertação de Mestrado em História-UFMG, 1994.
- _____. A Leitura Espiritual do Evangelho nas Reuniões das Conferências Vicentinas: A Educação para a Caridade. In: Atas do Seminário Internacional Dimensões da História Cultural. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, 73-79.
- _____. A República dos Desvalidos e a Nova Capital de Minas. In: PAIVA, Eduardo F.(org.) *Belo Horizonte, Histórias de uma Cidade Centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997, p. 43-64.
- _____. Representações sobre a Pobreza nos Discursos das Elites da Cidade Símbolo da República – Belo Horizonte, 1900-1930. In: SOUZA, Marco Antônio de e COSENTINO, Francisco C. (orgs.) *1500/2000: Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 43-54.
- SCHIMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: LE GOFF, Jacques et alii (orgs.) *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p. 394-427.
- STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- TÉTARD, Philippe e CHAUVEAU, Agnès (orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Editora Lemi-INL, 1990.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- VEIGA, Cynthia Greive e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEIGA, Cynthia Greive. Representações sobre a infância no discurso eugênico: estratégias e práticas para regeneração de crianças em Belo Horizonte (década de 30). In: *Atas do Seminário Internacional Dimensões da História Cultural*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, p. 135-136.
- ZICO, V. J. São Vicente, há 400 anos e hoje. *Grande Sinal, Revista de Espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 1981, nº 7, p. 497-511.
- WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da História para a Educação. *Em Aberto*. Brasília: INEP-MEC, Ano IX, n. 47, julho/set. de 1990, p. 03-11.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser Trabalhador, Escola, Resistência e Reprodução Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- WIRTH, John. *O Fiel da Balança*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982.

FONTES

ATAS

ATA DE SESSÃO MENSAL DO CONSELHO CENTRAL METROPOLITANO DA

SSVP. Belo Horizonte: 1934 A 1939

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM. Belo

Horizonte: 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1953, 1954, 1955,

1956, 1959, 1960, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968, 1971, 1972, 1973, 1974,

1975, 1976, 1977

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DO ABRIGO JESUS. Belo

Horizonte: 1937; 1938; 1940; 1941; 1942; 1943; 1946; 1947; 1948; 1950; 1951;

1952; 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964; 1965;

1966; 1967; 1969

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA DO ABRIGO JESUS.

Belo Horizonte: 1966.

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DAS OPERÁRIAS DO BEM. Belo Horizonte:

Abrigo Jesus, 1937, 1943, 1945, 1946, 1951.

JORNAIS

ALTEROSA. Belo Horizonte: 04/1947

BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA, “VINCULUM UNITATIS”. Belo Horizonte:

Gráfica Queiroz Bruner, julho e agosto de 1943.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 10/01/1930; 14/01/1930; 18/01/1930;

19/01/1930; 29/01/1930; 30/01/1930; 05/02/1930; 31/10/1946; 07/11/1948;

24/10/1948; 15/09/1949; 17/09/1949; 27/09/1949; 25/03/1950; 28/03/1950;

10/05/1950; 21/01/1955; 13/07/1955; 21/07/1955; 15/10/1958; 24/06/1958;

05/12/1958; 17/03/1963; 20/04/1966; 10/06/1983.

DIÁRIO DA TARDE: 06/04/1942; 26/09/1949; 27/03/1950; ?/07/1954; 15/02/1960;
12/05/1960

DIÁRIO DE MINAS: 24/09/1949; 27/09/1949; 24/03/1950; 25/03/1950; 26/03/1950;
29/03/1950; 21/04/1950; 17/08/1950; 14/06/1955; 05/04/1959; 13/05/1960

O DIÁRIO: 12/02/1935; 24/02/1935; 16/03/1935; 31/03/1935; 21/04/1935; 24/04/1935;
30/05/1935; 23/07/1935; 24/07/1935; 08/03/1936; 22/10/1936; 05/01/1937;
24/01/1937; 18/02/1937; 24/02/1937; 28/03/1937; 01/07/1937; 16/07/1937;
03/09/1937; 14/01/1938; 13/03/1938; 01/04/1938; 05/04/1935; 04/05/1938;
02/06/1938; 24/07/1938; 19/01/1939; 24/02/1942; 28/05/1947; 15/09/1949;
27/09/1949; 27/03/1950; 23/03/1950; 28/03/1950; 29/03/1950; 05/03/1953;
07/03/1953; 30/03/1953; 26/07/1953; 04/08/1953; 29/04/1954; 03/10/1954;
12/03/1957; 28/11/1958; 05/04/1959; 13/05/1960; 17/08/1960; 18/02/1961;
18/11/1958.

BINÔMIO: 14/10/1963

CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte: 27/10/1962

JORNAL DE CASA. Belo Horizonte: 12/1988

O ESPÍRITA MINEIRO. Belo Horizonte: ?/ 07/1935; 15/10/1937; 02/10/1940;
15/10/1948

O LUTADOR. Belo Horizonte: SSVP: 12/1988

O HORIZONTE. Belo Horizonte: 25/04/1931

O MENSAGEIRO DA LUZ. Boletim Mensal da Unidade Brasileira de Serviços:
12/1939; 10/1942

O MÉDIUM. Juiz de Fora: 12/1977, n. 449; 04/1979, ano 46, n. 465; 02/1988, ano 55,

n. 541; 04/1989, ano 56, n. 548

A ORDEM – Órgão do Centro D. Vital. São Paulo: ano X n. 7, junho de 1930; março de 1931, ano XI, n. 13; ano XIV, agosto de 1934; ano XV, janeiro de 1935;

O REFORMADOR- FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: 08/1940, ano LVIII, n. 08

O SINO. Publicação semanal da Paróquia de Carlos Prates. Belo Horizonte: 04/07/1937

CIDADE OZANAM: (números avulsos)

LA SETTIMANA, San Paolo, dal 7/11 al 13/11/1973

MUNDO ESPÍRITA. Rio de Janeiro: 17/02/1940

INFORMATIVO DO LAR DOS MENINOS SÃO VICENTE DE PAULO. Belo Horizonte: SSVP-Calafate, ano 6, n. 20, 1979

MINAS GERAIS: 29/04/1949;17/08/1950; 24/08/1957

FOLHA DE MINAS: 21/11/1943; 30/09/1944; 14/04/1945; 22/05/1945; 26/06/1946; 3/07/1946; 30/07/1946; 04/08/1946; 25/08/1946; 30/08/1946; 10/01/1950; 28/03/1950; 10/08/1950; 03/12/1950; 13/12/1950; 10/03/1951; 18/10/1951; 09/12/1951; 07/04/1954; 17/04/1955; 25/02/1959; 05/04/1959; 09/10/1959; 17/10/1959.

LAR CATÓLICO. Juiz de Fora: 02/07/72

O HORIZONTE. SSVP- Órgão do Conselho de Imprensa. Belo Horizonte: 13/12/1930; 25/04/1931, 30/05/1931; 05/08/1931; 24/10/1931; 02/12/1931; 07/05/1932; 01/07/1932; 18/08/1932.

VANGUARDA. Belo Horizonte: 13/05/1955

A VERDADE. Belo Horizonte: Órgão da União Espírita Mineira, 10/1933

AVIGÍLIA- Mensageiro de Assuntos Técnicos Policiais: Belo Horizonte: março/abril

de 1950; dezembro de 1951.

RELATÓRIOS E CORRESPONDÊNCIAS

RELATÓRIOS APRESENTADOS AO PREFEITO LUIZ BARBOSA GONÇALVES PENNA PELOS DIRETORES E CHEFES DE SERVIÇO DA PREFEITURA. Belo Horizonte: 1930 e 1931

RELATÓRIO DO PREFEITO-1935 e 1936. Prefeitura de Belo Horizonte, 1937

_____ - 1937. Prefeitura de Belo Horizonte, 1938

_____ - 1940 e 1941. Prefeitura de Belo Horizonte, 1942

_____ - 1948. Prefeitura de Belo Horizonte, 1949

_____ - 1949. Prefeitura de Belo Horizonte, 1950

_____ - 1951. Prefeitura de Belo Horizonte, 1952

_____ - 1952. Prefeitura de Belo Horizonte, 1953

_____ - 1953. Prefeitura de Belo Horizonte, 1954

_____ - 1954. Prefeitura de Belo Horizonte, 1955

_____ - 1956. Prefeitura de Belo Horizonte, 1957

_____ - 1957. Prefeitura de Belo Horizonte, 1958

_____ - 1958. Prefeitura de Belo Horizonte, 1959

_____ - 1959. Prefeitura de Belo Horizonte, 1960

_____ - 1960. Prefeitura de Belo Horizonte, 1961

_____ - 1961. Prefeitura de Belo Horizonte, 1962

_____ - 1962. Prefeitura de Belo Horizonte, 1963

_____ - 1963. Prefeitura de Belo Horizonte, 1964

_____ - 1964. Prefeitura de Belo Horizonte, 1965

_____ - 1965. Prefeitura de Belo Horizonte, 1966

- _____ - 1966. Prefeitura de Belo Horizonte, 1967
- _____ - 1967. Prefeitura de Belo Horizonte, 1968
- _____ - 1968. Prefeitura de Belo Horizonte, 1969
- _____ - 1969. Prefeitura de Belo Horizonte, 1970
- _____ - 1970. Prefeitura de Belo Horizonte, 1971
- _____ - 1972. Prefeitura de Belo Horizonte, 1973
- _____ - 1974. Prefeitura de Belo Horizonte, 1975
- _____ - 1975. Prefeitura de Belo Horizonte, 1976
- _____ - 1976. Prefeitura de Belo Horizonte, 1977
- _____ - 1977. Prefeitura de Belo Horizonte, 1978
- _____ - 1978. Prefeitura de Belo Horizonte, 1979
- _____ - 1979. Prefeitura de Belo Horizonte, 1980

RELATÓRIO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 1926 a 1930.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DA CIDADE OZANAM – SSVP. Belo Horizonte:

fevereiro de 1944; janeiro de 1945; fevereiro de 1945; março de 1945; maio de 1945; anual de 1946; anual de 1947; anual de 1948; mensais de janeiro a dezembro de 1949; anual de 1950; anual de 1951; anual de 1952; anual de 1953; anual de 1954; anual de 1955; anual de 1957; anual de 1958; anual de 1959; anual de 1960; anual 1961; anual de 1962; anual 1963; anual de 1964; anual de 1965; anual de 1966; anual de 1967; anual de 1968; anual de 1969; anual de 1970, anual de 1971; anual de 1972; anual de 1973; anual de 1974; anual de 1975; anual de 1976; anual de 1977; anual de 1978; anual de 1979; anual de 1980; anual de 1981; anual de 1982; anual de 1983; anual de 1984; anual de 1985; anual de 1986; anual de 1987; anual de 1988; anual de 1990; anual de 1991; anual de 1992.

RELATÓRIO DO ABRIGO JESUS - 1945. Belo Horizonte: 10/03/1946

RELATÓRIO DO ABRIGO JESUS - 1947. Belo Horizonte: 14/03/1948

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM, 1983.

RELATÓRIO GERAL DA SOCIEDADE PESTALOZZI – 1938. Belo Horizonte: 1939.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1937-1965

ENTREVISTAS

SERPA, Padre Jarbas Assunção. *Entrevista* com Marco Antônio de Souza. Belo Horizonte: 04/09/1998.

LAZZARIN Padre Luiz. *Entrevista* com os Estagiários Júnio Jáber e Walkyr Gomes Marra. Belo Horizonte: 18.02.2000.

BARBIERE, Padre Dino. *Entrevista* com Marco Antônio de Souza. Belo Horizonte: 01.06.1998.

CONCEIÇÃO, Paulo Isidoro da. *Entrevista* com Marco Antônio de Souza e a estagiária Adriana Cláudia Cupertino Teixeira. Belo Horizonte: 06.05.1998.

VARANDAS, Cleber. *Entrevista* com Marco Antônio de Souza e a estagiária Adriana Cláudia Cupertino Teixeira. Belo Horizonte: 30.03.1998.

ESTATUTOS MANUAIS E NORMAS

ANOTAÇÕES DE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA AS REGENTES DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1978; 1979; 1980; 1981

ESTATUTO DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1937.

ESTATUTO DA UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA. Belo Horizonte: 1908.

ESTATUTO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SERVAS.

Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA CIÊNCIA CRISTÃ, SOCIEDADE RACIONAL,

CULTURAL E FILANTRÓPICA. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

ORIENTAÇÕES GERAIS À INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A MENORES.

FEBEM, 1973.

ESTATUTOS DA VILA VICENTINA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. Belo

Horizonte: Conselho Particular de São Domingos. Imprensa Oficial, 1955

ESTATUTO DA CIDADE OZANAM. Belo Horizonte: Sociedade de São Vicente de

Paulo, Conselho Central de Belo Horizonte, 18/02/1961

MANUAL DAS VOLUNTÁRIAS DA CIDADE OZANAM - EVOCO. Belo

Horizonte, SSVP, 1983.

ESTATUTOS DA FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA. Belo Horizonte: 1954.

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS ABRIGADAS. Belo Horizonte: Abrigo Jesus,

1940-1989.

FICHAS DA IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIA ABRIGADAS NA CIDADE

OZANAM. Belo Horizonte: Sociedade de São Vicente de Paulo, 1943-1993.

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ABRIGADOS DA CIDADE OZANAM. Belo

Horizonte: Sociedade de São Vicente de Paulo, 1938-1992.

LIVROS E FOLHETOS

A FAMÍLIA E A QUESTÃO SOCIAL, QUARTA SEMANA DE AÇÃO SOCIAL –

1940. Rio de Janeiro: Edição do Grupo de Ação Social/Livraria José Olympio, 1942.

KLOPPENBURG, O. F. M., Frei Boaventura. *O Espiritismo no Brasil, orientação para*

- os católicos*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1960.
- KALVERKAMP, O. F. M., Frei Desidério e KLOPPENBURG, O. F. M., Frei Boaventura. *Ação Pastoral Perante o Espiritismo*. Petrópolis, R. J.: Vozes, 1961.
- LIMA, Mário de. *O Bom Combate (Subsídios para a História de 20 anos da Ação Social Católica em Minas)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- ORIONE, Luiz. *Dom Orione aos seus Religiosos*. São Paulo: Editora Pequena Obra da Divina Providência, 1987.
- FRANCO, Divaldo P. (pelo espírito de Vianna de Carvalho). *À Luz do Espiritismo*. Salvador: Livraria Espírita “Alvorada”, 1983.
- BARBIERO, Padre Dino et. alii (orgs.). *Lar dos Meninos Dom Orione, 50 Anos*. Belo Horizonte: Gráfica Irmãos Verçosa, 1998.
- MENEZES O. P., Frei Alano Porto de (org.). *A Leitura Espiritual do Evangelho nas Reuniões Vicentinas*. Juiz de Fora: Publicação do Conselho Metropolitano de Juiz de Fora – SSVP, Concorde Editora Gráfica Ltda., 1ª edição, 1988, 58 p.
- EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA, UMA NOVA DIMENSÃO. Diretoria de Educação e Assistência da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Novembro de 1983.
- ENCÍCLICA RERUM NOVARUM. Condição dos Operários. Documentos Pontifícios - 2, Petrópolis: Vozes, 1990.
- GRUPOS ESPÍRITAS - SUA ORGANIZAÇÃO E FINS, DE ACCÔRDO COM A ORIENTAÇÃO SEGUIDA PELA ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1933.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. 20ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1950.
- _____. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 21ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1933.
- IMBASSAHY, Carlos. *Religião*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FEB, s.d.

KEMPIS, Tomás. *Imitação de Cristo*. Trad. Frei Tomás Borgmeier, O. F. M. 33ª edição.
Petrópolis: Vozes, 2000.

LELLOTE, S. J. Fernand. *Para realizar a Ação Católica*. Agir, 1947.

LIVRO DE LEMBRANÇAS DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1946; 1947; 1949;
1950; 1951; 1953.

LIVRO DE MEDICAMENTO DO ABRIGO JESUS. Belo Horizonte: 1980.

MENEZES O. P. , Fr. Alano Porto de. *A Leitura Espiritual do Evangelho nas Reuniões
Vicentinas*. Juiz de Fora: Conselho Metropolitano da SSVV de Juiz de Fora, 1988.

MORAES, Osório. *História de uma Instituição de Caridade*. Belo Horizonte: 1970.

NEGROMONTE, Monsenhor Álvaro. *A Pedagogia do Catecismo*. 8ª edição. Rio de
Janeiro: José Olympio, 1959.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – O PROBLEMA DA CRIAÇÃO E
DO MENOR CARENTES NO BRASIL. Brasília- D. F.: Câmara dos Deputados,
1976.

COM CRISTO NO POBRE. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1960.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE: QUEM ACOLHE O MENOR A MIM
ACOLHE, .. Brasília: CNBB, Texto base, 1987

PADRE JÚLIO MARIA. *O Catolicismo no Brasil* (Memória Histórica). Rio de Janeiro:
Agir, 1950.

O TEU CATECISMO. 7ª edição. São Paulo: Livraria e Editora Salesiana, s.d.

VALENTE, Aurélio A. *Sessões Práticas e Doutrinárias do Espiritismo, Organizações
de Grupos e Métodos de Trabalho*. 3ª edição Rio de Janeiro: Federação Espírita
Brasileira, s.d.

REGRA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO NO BRASIL. 30ª edição.

Rio de Janeiro: CNB da SSV, 1998.

VIEIRA, Waldo. *Conduta Espírita* (ditado pelo espírito de André Luiz). 1ª edição. Rio de Janeiro: FEB, s.d.

FARIA, Anacleto de Oliveira. *Democracia Humana*. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1958.

RODRIGUES, João Lourenço. *Catecismo Maternal ou iniciação religiosa no lar por uma mãe cristã*. Campinas, São Paulo: Profissionaes Salesiana, 1936.

TELES, Ariston Santana. *Já é tempo..., 30 razões para ser espírita*. S. local, s. ed., 1979.

XAVIER, Francisco Cândido e VIEIRA, Waldo. *Mecanismos da mediunidade* (pelo espírito de André Luiz). 10ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1987.

LEGISLAÇÃO

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS, 1930.

LEI MUNICIPAL No. 209/1947

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI FEDERAL 8.069/90.

Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, Governo do Estado de Minas Gerais
– FEBEM.

DECRETO No. 17.943-A, LEI DO MENOR de 12/10/1927

DECRETO-LEI No. 6.026, 24/11/1943

JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EM DEFESA DO MENOR:

PORTARIAS E PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ DE MENORES DE
BELO HORIZONTE. Arquivo do Juizado de Menores. Belo
Horizonte, v. II, 1969

LEI No. 6.697, CÓDIGO DE MENORES de 10/10/1979

LEI No. 4177. 18/05/1966, Institui a FEBEM-MG

REVISTAS

JUBILEU DE PRATA DO LAR DOS MENINOS DOM ORIONE. Belo Horizonte, 1969.

ADOREMOS. Belo Horizonte: SSVP, junho de 1978

BRASIL JOVEM, Revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, n. 33, ano VIII, 1975.

CIDADE DOS MENINOS – REVISTA ESPECIAL DE INAUGURAÇÃO. Belo Horizonte: Sociedade de São Vicente de Paulo, dezembro, 1998.

EDUCAÇÃO ESPÍRITA. São Paulo: Editora Cultura Espírita Ltda., dezembro de 1970.

GRANDE SINAL-REVISTA DE ESPIRITUALIDADE. São Vicente de Paulo - 400 Anos de Vida e Caridade. Petrópolis/R.J.: Vozes, n. 7, Setembro, 1981.

FOTOGRAFIAS – Anexo II

Coleção de Fotos do Lar dos Meninos Dom Orione. Belo Horizonte.

Coleção de Fotos do Abrigo Jesus. Belo Horizonte.